UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ANDRÉ LUÍS GOMES

Uso do território, normas e política: dos compartimentos quilombolas à
comunidade Cafundó (Salto de Pirapora-SP)

São Paulo
2015

ANDRÉ LUÍS GOMES

Uso do território, normas e política: dos compartimentos quilombolas à
comunidade Cafundó (Salto de Pirapora-SP)

Dissertação apresentada ao
Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia
Humana

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosa Ester
Rossini

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

GOMES, André Luís

Uso do território, normas e política: dos compartimentos quilombolas à comunidade Cafundó (Salto de Pirapora-SP) / André Luís Gomes ; Orientadora: Rosa Ester Rossini – São Paulo, 2015

431 f.: Il

Dissertação (Mestrado)—Universidade de São Paulo, 2015

1. Espaço geográfico. 2. Uso do território. 3. Normas. 4. Políticas territoriais. 5. Territórios quilombolas.

Nome: André Luís Gomes

Título: Uso do território, normas e política: dos compartimentos quilombolas à comunidade Cafundó (Salto de Pirapora-SP).

Dissertação apresentada ao
Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Geografia.
Área de Concentração: Geografia
Humana

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho a Graziella Calixto Gomes e Dirceu Adelino Gomes; a Jovenil Rosa, Marcos Norberto de Almeida, Regina Aparecida Pereira e Otávio Caetano; a Raimundo Irineu Serra e Sebastião Mota de Melo; ao Contra-Mestre da Capoeira, Pinguim; e a todos aqueles e aquelas de alguma forma envolvidos na luta de quilombolas, indígenas e demais povos tradicionais pelo direito à terra e à vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Graziella e Dirceu, pelo apoio, carinho e compreensão, do começo ao fim da realização da pesquisa. À minha irmã Alessandra Gomes, que além do apoio e influência intelectual, nunca recusou ajuda material nos momentos de necessidade. Agradeço à minha irmã Simone Aparecida Gomes, sempre dando grande apoio e disposta a colaborar, especialmente pela ajuda no momento da transcrição de entrevistas e da retirada das cópias dos documentos no INCRA-SP.

Especial agradecimento devo à Jovenil Rosa, Marcos Norberto de Almeida, Regina Aparecida Pereira, Judith de Oliveira Pires, Elis Regina Sallas e Noemi Lencioni, lideranças da comunidade Cafundó, além dos demais moradores, sem os quais esse trabalho não se concretizaria. Em última instância, é voltado a eles esse esforço de pesquisa.

Também agradeço à CAPES pela bolsa concedida de setembro de 2014 a outubro de 2015, que foi de fundamental importância para a conclusão deste trabalho com êxito. Devo deixar grandes e sinceros agradecimentos às Profas. Rosa Ester Rossini e Elisa Pinheiro de Freitas pela orientação dada ao longo de todo o curso de Mestrado, orientação que primou pelo rigor teórico, metodológico e formal, ao mesmo tempo que respeitou a liberdade acadêmica, permitindo-me trilhar meu próprio caminho e descobrir por conta própria o campo de pesquisa. Aos professores Márcio Cataia e Fábio Betioli Contel, pela extrema competência e clareza com que avaliaram meu Relatório de Qualificação, apresentado em maio de 2014. A avaliação desses professores certamente representou enorme contribuição, servindo como “divisor de águas” dos rumos tomados pela pesquisa.

Deixo grandes agradecimentos aos colegas do LABOPLAN/DG/USP: Elisa Pinheiro de Freitas, Mateus de Almeida Prado Sampaio, Aline Santos, José Fonseca, Lúcia Libório, Danton Leonel e Dirce Sizuko Soken, orientandos de Doutorado da Profa. Rosa Ester Rossini, além do seu ex-orientando Pedro Mezgraviz e demais estudantes vinculados ao laboratório. Em especial à Elisa, Mateus e Aline, pelas contribuições no momento da elaboração do Projeto de Pesquisa e do Relatório de Qualificação. Ao Mateus em particular, pela ajuda na elaboração do mapa “Comunidades Remanescentes de Quilombo no Estado de São Paulo”. Também não

posso deixar de mencionar a Ana Elisa Rodrigues Pereira (Aninha), técnica do Laboplan, e agradecer-lhe pela solicitude nas questões envolvendo a burocracia acadêmica. Além desses, expresso minha gratidão à Claudia Marcela Blanco Tifaro, aluna de Mestrado do PROLAM/USP, pois devo a ela a ajuda na elaboração dos mapas da comunidade quilombola Cafundó, apresentados no Capítulo 5.

Não poderia deixar de agradecer aos professores que me supervisionaram na realização do estágio PAE: Andreas Attila de Wolinsk Miklós, no segundo semestre de 2014, na disciplina de Pedologia; e Valéria de Marcos, no primeiro semestre de 2015, na disciplina de Geografia Agrária I. A partir de perspectivas teóricas e metodológicas completamente diferentes, ambos contribuíram, indiretamente, no desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores das disciplinas cursadas, Valéria de Marcos, Sandra Lencioni, Larissa Mies Bombardi e Eduardo Brito-Henriques, pelas amplas discussões e contribuições teórico-metodológicas.

Aos técnicos do Escritório Regional do ITESP em Sorocaba-SP, Carlos Fernando da Rocha Medeiros, Márcia Regina de Oliveira Andrade e Edevando Moraes Ruas (Magoo), pelas informações e documentos gentilmente disponibilizados e por possibilitar o contato com os servidores do INCRA.

Aos servidores do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do INCRA-SP, Mariana Sucupira Gomes, Homero Moro Martins e Paula Eliane Covo, por prestarem valiosas informações e autorizarem a consulta aos documentos do processo administrativo que envolve a regularização fundiária do quilombo Cafundó.

A toda equipe da OSCIP Iniciativa Verde, em particular seu presidente Roberto Resende, que me recebeu e disponibilizou informações referentes ao projeto “Plantando Águas”, realizado na comunidade de 2013 a 2015.

Aos amigos Antonio Victorio e Aldo Rodrigues Ramanciotti de Mairinque-SP, por meio dos quais tive os primeiros contatos com a comunidade Cafundó.

A minha amiga e companheira Rosiane Corrêa dos Santos, que me motiva e com amor me mostra a Geografia a partir de outras perspectivas.

Aos grandes amigos Denis Robson Rodrigues, Renata Lacerda Campos e Maria Márcia dos Santos, de São Lourenço da Serra-SP, pelas vivências, experiências, ideias e sonhos compartilhados desde o início da Graduação; ao Lucas Bento, pela troca

de experiências envolvendo o Cafundó e as comunidades quilombolas de maneira ampla; também o admiro e parabenizo por sua militância no movimento negro e quilombola.

Aos colegas professores do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá, especialmente Pablo Moreira Sebastian Fernandez e Kátia Rangel, que calorosamente me receberam nas vezes em que visitei aquela universidade.

A todos os amigos de Araçariguama-SP, em especial Alexandre Oliveira Cobra e Raphael Marinelli, aos ex-colegas professores e funcionários da E.M. Neuza Maria Bertoncello em Mairinque, aos colegas da Agência do IBGE em Sorocaba (na qual trabalhei temporariamente em 2014) Leandro e Paulo (japoneses) e a toda irmandade da igreja Céu da Redenção, em Mairinque.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

“(...) A cor não influi/não resolve problemas/brancos e negros vivemos no mesmo sistema/união, amizade são os aliados/pra vencer qualquer barreira/todos estamos ligados (...)” (Sistema Negro/Verão na VR – 1997).

“(...) às vezes eu acho que todo preto como eu/só
qué um terreno no mato só seu/sem luxo, descalço,
nadar num riacho/sem fome pegando as fruta no
cacho/aí truta, é o que eu acho quero também/mas
em São Paulo/Deus é uma nota de 100 (...)”
(Racionais Mc’s/Vida Loka Parte II – 2002).

RESUMO

A Dissertação trata do(s) uso(s) do território praticado(s) pela comunidade quilombola Cafundó, no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo. Ao serem libertados da escravidão, os antepassados da comunidade atual receberam a doação de aproximadamente 80 alqueires de terra. A partir dos anos 1940, essas terras passaram a ser indevidamente apossadas por fazendeiros vizinhos, por meio de transações enganosas, com o apoio de cartórios ou pelo uso da violência. Por meio da pesquisa, constatamos que esse não foi um processo isolado, tendo ocorrido em outras comunidades negras com origem semelhante à do Cafundó. Dentro dos fundamentos teóricos adotados, tomamos como ponto de partida a ideia de que o uso do território é regido pelo sistema normativo, o qual se origina do atual sistema técnico, do território enquanto norma, e da política. Sendo assim, o Artigo 68 do ADCT e os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 consistiram nas primeiras normas voltadas para a garantia dos direitos étnicos e territoriais das comunidades quilombolas. Para sua efetivação, tais instrumentos vêm sendo regulamentados por normas mais detalhadas e específicas, que definem o papel dos órgãos estatais no processo de titulação dos territórios quilombolas, o que é objeto de disputas políticas envolvendo interesses contrários aos direitos das comunidades. Desse modo, desde os anos 1990 o Cafundó vem conquistando o reconhecimento enquanto território quilombola de valor histórico, cultural e social, através da atuação das suas lideranças e da mediação de agentes externos estatais e não estatais. A partir de 2002, foi criada a Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, entidade sem fins lucrativos que tem como propósito promover a integração dos quilombolas nas atividades coletivas, a luta pela melhoria das condições de vida e a recuperação da cultura negra. Apesar de na sua fundação terem participado a maioria das famílias da comunidade, ela não tem escapado dos conflitos que se seguiram aos desdobramentos do reconhecimento do território, particularmente a desapropriação das terras. Tampouco, da dispersão do grupo de acordo com interesses isolados e soluções individuais adotadas para o sustento das famílias. Nesse sentido, para uma parte dos moradores, a comunidade é moradia e não propriamente um projeto coletivo. Em alguns casos, o coletivo desses sujeitos pode se realizar na integração com “agentes externos” à comunidade; reflexo disso é a preponderância do trabalho externo sobre o trabalho dentro da comunidade. Ou seja, nota-se uma fragmentação da comunidade em relação à Associação, não obstante as normas que fundamentam o reconhecimento dos quilombos contemporâneos definirem que a propriedade coletiva desses territórios cabe à Associação, que possui também autonomia e autoridade soberana para a gestão do(s) uso(s) do território. Os conflitos envolvem desde fazendeiros e empresas, até famílias de posseiros vivendo em precárias condições socioeconômicas, além de descendentes de quilombolas que não residiam mais na comunidade, mas foram atraídos pela perspectiva da recuperação do território, agora valorizado e portador de novos conteúdos. As disputas no campo governamental e os conflitos locais contribuem para manter a comunidade em uma situação de incerteza.

Palavras-chave: espaço geográfico; uso do território; normas; políticas territoriais; territórios quilombolas.

ABSTRACT

This dissertation covers the subject of the use of territory practiced the territory by the quilombo community, in the county of Salto de Pirapora, State of São Paulo. When freed from slavery, the ancestors of the current community have received a donation of approximately 80 acres of land. From the 1940s, these lands have become unduly owned by neighboring farmers, through misleading transactions, with the support of registries or the use of violence. Through research sources, we found that this was not an isolated case, occurring in other black communities with origins similar to the one of Cafundó. Within the theoretical foundations accepted, we take as a starting point the idea that the use of the territory is governed by the legal system, which originates from the current technical system, the territory as a rule itself and politics. Thus, Article 68 of ADCT and Articles 215 and 216 of the Federal Constitution of 1988 consisted in the first standards aimed at guaranteeing the ethnic and territorial rights of the quilombo communities. For its effectiveness, such instruments have been regulated to the presente moment for more detailed and specific standards, which define the role of state agencies in the titling of quilombo territories, which is the subject of political disputes involving interests contrary to the communitie's rights. Therefore, since the 1990s, Cafundó has gained recognition as a quilombo historycal, cultural and social value territory, through the agency of its leaders and the mediation of state and non-state external agents. Starting in 2002, it was created the Cafundó's quilombo Kimbundu Remnant Association, a nonprofit organization which aims to promote the integration of quilombo people in common corporate activities, to fight for the improvement of living conditions and to recover their black culture. Despite having participated in its Foundation, the majority of families in the community has not escaped the conflicts that followed the unfolding recognition of the territory, particularly the expropriation of land. Neither the group dispersion according to isolated interests and individual solutions adopted for the support of families. In that sense, for some of the residents, the community is a place to live but not really a collective project. In some cases, the sum of these subjects may be held as an integration with "outsiders" to the community; a reflection of this is the preponderance of external work as compared to the work within the community. In other words, there is indeed a fragmentation of the community in relation to the Association, regardless of the rules underlying the recognition of contemporary quilombos designating the collective ownership of these territories within the Association, which also is autonomous and owns sovereign authority for the management of the use of the territory. Conflicts involve from farmers and businesses companies, to squatter families living in poor socioeconomic conditions, and quilombo descendants who did not live in the community, but were attracted by the prospect of recovery of the territory, now valuable and bearer of new content. The disputes in the governmental field and the local conflicts contribute to maintaining the community in a situation of uncertainty.

Keywords: geographical space; use of territory; norms; territorial policies; quilombo territories.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Comunidades Remanescentes de Quilombo no Estado de São Paulo	43
Mapa 2 – Brasil: Referências Territoriais dos Principais Ciclos Econômicos	74
Mapa 3 – Brasil: Reconstituição da Configuração Territorial Etnológica Africana, século XIX.....	75
Mapa 4 – Brasil: Principais Quilombos e Revoltas com Participação de Povos de Matriz Africana, séculos XVI-XIX.....	84
Mapa 5 – Brasil: municípios com ocorrência de territórios quilombolas, 2006.....	190
Mapa 6 – Brasil: quantificação dos remanescentes de antigos quilombos por município, 2000	191
Mapa 7 – Bacia Hidrográfica do Rio Tiête.....	237
Mapa 8 – Unidades de Conservação existentes nas regiões do Alto Paranapanema e do Vale do Ribeira de Iguape	239
Mapa 9 – Área de Proteção Ambiental Itupararanga	240
Mapa 10 – Estado de São Paulo: comunidades remanescentes de quilombos nas regiões de Sorocaba e Campinas.....	254
Mapa 11 – Quilombo Cafundó: uso do solo, 2013.....	290
Mapa 12 – Quilombo Cafundó: Gleba D/Fazenda Eureka, uso do solo 2013-2015	328
Mapa 13 – Quilombo Cafundó: Gleba B/Fazenda Paraná-Parte, uso do solo 2013.....	331
Mapa 14 – Quilombo Cafundó: Gleba A/Sítio Cafundó, uso do solo 2013.....	363
Mapa 15 – Quilombo Cafundó: Gleba A/Sítio Cafundó, uso do solo 2014.....	389
Mapa 16 – Quilombo Cafundó: Gleba A/Sítio Cafundó, uso do solo 2015.....	390
Mapa 17 – Quilombo Cafundó: desapropriação de ocupações irregulares de lotes/Glebas A e B 2013-2015.....	392
Mapa 18 – Quilombo Cafundó: Gleba C/Sítio São Benedito, uso do solo 2013	395
Mapa 19 – Quilombo Cafundó: Gleba C/Sítio São Benedito, uso do solo 2014	396

Mapa 20 – Quilombo Cafundó: Gleba C/Sítio São Benedito, uso do solo 2015	397
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estimativa dos povos africanos desembarcados nos principais portos de diferentes regiões do mundo – séculos XV a XIX	68
Gráfico 2 – Proporção de escravos para homens livres nas principais cidades da Província de São Paulo, 1836 (%)	76
Gráfico 3 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por região, 2014	196
Gráfico 4 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por estado, 2014	198
Gráfico 5 – Brasil: número de territórios quilombolas titulados no período 1995-2014.....	199
Gráfico 6 – Brasil: área total do conjunto dos territórios quilombolas titulados no período 1995-2014	200
Gráfico 7 – Número de famílias quilombolas beneficiadas pela titulação de territórios no período 1995-2014.....	200
Gráfico 8 – Brasil: Número de Títulos emitidos por Ano (Federal, Parceria, Estadual), 1995-2009	203
Gráfico 9 – Brasil: terras tituladas segundo o órgão expedidor, 1995-2014	204
Gráfico 10 – Brasil: processos abertos no INCRA segundo a região, no período 2003-2013	206
Gráfico 11 – Estado de São Paulo e Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba: porcentagem de UPA's de acordo com a classe de tamanho, 2007/08	244
Gráfico 12 – Estado de São Paulo e Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba: porcentagem da área ocupada pelas UPA's de acordo com a classe de tamanho, 2007/08	245
Gráfico 13 – Salto de Pirapora: porcentagem de UPA's de acordo com a classe de tamanho, 2007/08	251
Gráfico 14 – Salto de Pirapora: porcentagem da área ocupada pelas UPA's de acordo com a classe de tamanho, 2007/08	251

Gráfico 15 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): população economicamente ativa trabalhando dentro e fora da comunidade, em números absolutos, fevereiro de 2013	316
Gráfico 16 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): população segundo a ocupação profissional, em números absolutos, fevereiro de 2013	317
Gráfico 17 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): população segundo a faixa etária, em números absolutos, 2013.....	364
Gráfico 18 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): população segundo o sexo, em números absolutos, 2013	364
Gráfico 19 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): população segundo o estado civil, em números absolutos, 2013	365
Gráfico 20 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): frequência à escola, em números absolutos, 2013	365

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Quilombo Cafundó no Município de Salto de Pirapora-SP.....	45
Figura 2 – Divisão Fundiária da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó, 2014	47
Figura 3 – Estado de São Paulo: comunidades quilombolas e unidades de conservação no vale do rio Ribeira de Iguape, 2015.....	146
Figura 4 – Estado de São Paulo: Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões pertencentes à Macro-metrópole Paulista, 2014	234
Figura 5 – Região Metropolitana de Sorocaba e seus Municípios, 2014	234
Figura 6– Municípios pertencentes à UGRHI Sorocaba-Médio Tietê	238
Figura 7 – Localização do Bairro da Barra e do Quilombo Cafundó no município de Salto de Pirapora-SP	256

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Salto de Pirapora: plantação de eucalipto próxima à área urbana, bairro Campo Largo	248
Fotografia 2 – Salto de Pirapora: plantação de eucalipto em fazenda vizinha ao território pertencente ao quilombo Cafundó, bairro da Barra.....	248
Fotografia 3 – Quilombo Cafundó: pastagem (Gleba B/antiga Fazenda Paraná-Parte) e plantação de eucalipto (Gleba D/antiga Fazenda Eureka).....	249
Fotografia 4 – Quilombo Cafundó: área plantada com eucalipto na Gleba D (antiga Fazenda Eureka)	249
Fotografia 5 – Fábrica de cimentos do Grupo Votorantim, às margens da estrada que liga Votorantim a Salto de Pirapora	258
Fotografia 6 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): morro Caxambu ao fundo, no bairro dos Alves, visto a partir da parte mais alta da Gleba B, 2013	277
Fotografia 7 – Quilombo Cafundó/Gleba D (Salto de Pirapora-SP): porto de extração de areia da mineradora Ouro Branco, 2012.....	327
Fotografia 8 – Quilombo Cafundó/Gleba D (Salto de Pirapora-SP): lagoa de decantação da mineradora Ouro Branco, 2013	329
Fotografia 9 – Quilombo Cafundó/Gleba D (Salto de Pirapora-SP): Sr. Marcos Norberto de Almeida cortando tora de eucalipto para ser usada como mastro na Festa da Santa Cruz, 2014	329
Fotografia 10 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): núcleo da Gleba A, visto a partir do loteamento vizinho (Netinho), 2015	352
Fotografia 11 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Gleba A/área “central” da comunidade, 2015.....	353
Fotografia 12 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): paisagem da entrada da Gleba A, 2015.....	353
Fotografia 13 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Gleba A/Capela da Santa Cruz, 2015	354
Fotografia 14 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Gleba A/“Barracão Multiuso” utilizado como telecentro comunitário, biblioteca, cozinha comunitária e oficina de costura, 2015.....	354

Fotografia 15 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Gleba A/área “central” da comunidade (Centro Comunitário, Capela da Santa Cruz e mastro), 2015.....	355
Fotografia 16 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Gleba A/estufas de hortaliças, casas e árvores frutíferas ao fundo, 2015	355
Fotografia 17 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Gleba A/pastagem, pequena lavoura, moradias e pomares, tendo ao fundo área de mata preservada da Gleba B, 2015.....	356
Fotografia 18 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Gleba A/hortas, pomares e criação de pequenos animais em fundo de quintal. Em segundo plano, lago e área de pastagem, 2015	356
Fotografia 19 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Gleba A/horta a céu aberto, 2015	357
Fotografia 20 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Gleba A/casas e rua, 2015.....	357
Fotografia 21 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Marcos e Jovenil trabalhando em uma das estufas, 2014	373
Fotografia 22 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Noemi e Neuraci trabalhando em uma das estufas, 2014	373
Fotografia 23 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Elis Regina Sallas colhendo o que sobrou da produção de sua estufa, após a suspensão das entregas para a Conab, 2015	383
Fotografia 24 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): curso de estampagem de tecidos com carimbos artesanais, oferecido pela Fundação ITESP ao grupo de mulheres artesãs, 2014	385
Fotografia 25 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): espaço de exposição dos artesanatos na casa de pau-a-pique após reforma, 2014.....	386
Fotografia 26 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): preparo da terra para plantio de feijão e milho, Gleba C, 2013	398
Fotografia 27 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): lavoura de feijão e milho, Gleba C, 2014	398
Fotografia 28 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): adubação manual de lavoura de milho com uso de uréia, Gleba C, 2015.....	399
Fotografia 29 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): crianças brincando no barracão agrícola recentemente construído pelo ITESP, Gleba C, 2015.....	399

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2015 (INCRA)	132
Organograma 2 – Estrutura padrão das Superintendências Regionais do INCRA, 2015.....	135
Organograma 3 – Fundação ITESP: Organograma Institucional, 2013.....	150
Organograma 4 – Genealogia parcial do Quilombo Cafundó	276
Organograma 5 – Quilombo Cafundó: genealogia atualizada, 2014.....	351

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação Fundiária das áreas que compõem o Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó, 2014	57
Tabela 2 – Brasil, Equador, Panamá e Colômbia: percentual de negros em relação à população rural, 2010	102
Tabela 3 – Brasil: distribuição das Superintendências Regionais do INCRA nos estados, 2015	134
Tabela 4 – Estado de São Paulo: títulos expedidos às comunidades quilombolas, 2001-2010	147
Tabela 5 – Brasil: Títulos Expedidos para Territórios Quilombolas, sua constituição, número de famílias, área total (ha) e órgãos expedidores, 1995-2014	192
Tabela 6 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por região e estado, 2014	197
Tabela 7 – Brasil: títulos emitidos às comunidades quilombolas pelos órgãos federais e estaduais, segundo área e número de famílias, no período 1995-2014	202
Tabela 8 – Brasil: terras tituladas segundo o órgão expedidor, 1995-2014	204
Tabela 9 – Brasil: número de processos abertos no INCRA para titulação de territórios quilombolas, no período 2003-2013	207
Tabela 10 – Brasil: comunidades quilombolas tituladas segundo a Unidade da Federação, município e Região Administrativa: área, número de famílias e problemas específicos, 2015	225
Tabela 11 – Região de Sorocaba: ano de emancipação e fundação da paróquia dos municípios	232
Tabela 12 – Região Metropolitana de Sorocaba: Municípios, Área, Produto Interno Bruto (PIB) e População (rural e urbana)	233
Tabela 13 – Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba: área ocupada pelas principais culturas em relação à área total ocupada pelas UPA's, 2007/2008	243
Tabela 14 – Estado de São Paulo e Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba: Estrutura Fundiária, 2007/2008	244

Tabela 15 – Estado de São Paulo: criação de assentamentos estaduais e federais, 1981-2012	246
Tabela 16 – Assentamentos implantados na área do Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba, 1985-1998.....	246
Tabela 17 – Salto de Pirapora: área ocupada pelas principais culturas em relação à área total ocupada pelas UPA's, 1995/1996 e 2007/2008.....	247
Tabela 18 – Salto de Pirapora: Estrutura Fundiária, 2007/08.....	250
Tabela 19 – Estado de São Paulo: Comunidades Quilombolas Reconhecidas, 1998-2011	252
Tabela 20 – Estado de São Paulo: comunidades quilombolas existentes nas regiões de Sorocaba e Campinas.....	253
Tabela 21 – Estado de São Paulo: comunidades certificadas pela FCP segundo o município de julho a setembro de 2005 e data da publicação da Portaria no D.O.U.	289
Tabela 22 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): cronograma de execução das medidas de controle ambiental da Mineradora Ouro Branco, 1998-2023.....	338
Tabela 23 – Estado de São Paulo: cotação em R\$ do preço do m ³ da madeira de eucalipto de acordo com o uso, 2014/2015	345
Tabela 24 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): residências/núcleos familiares quilombolas existentes na Gleba A e na Gleba D, 2014	359
Tabela 25 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): tipo, quantidade e valor dos produtos entregues para a CONAB através de Proposta de Compra com Doação Simultânea, 2014-15.....	371
Tabela 26 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): calendário agrícola das entregas para a CONAB, 2013.....	374
Tabela 27 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): calendário agrícola das entregas para a CONAB, 2014.....	375
Tabela 28 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): calendário das atividades agrícolas, florestais e pecuárias da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, 2014.....	377
Tabela 29 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): repasses e atrasos da CONAB em relação aos agricultores do quilombo Cafundó, 2013-14 em R\$	378

Tabela 30 – Quilombo Cafundó: valor de compra e responsáveis pela venda dos terrenos na entrada da Gleba A e na Gleba B, 2014-15	391
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Brasil: Periodização da Questão Quilombola do século XVI ao XXI.....	97
Quadro 2 – Brasil: normas referentes aos territórios quilombolas segundo os estados da federação, 1991-2014	122
Quadro 3 – Brasil: instrumentos normativos criados para Regulamentação do Artigo 68 do ADCT, 2003	126
Quadro 4 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Instruções Normativas criadas para a regulamentação do disposto no Artigo 68 do ADCT e no Decreto 4.887/2003, 2004-2009	128
Quadro 5 – INCRA: etapas do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas, 2009	138
Quadro 6 – Estado de São Paulo: antecedentes históricos das políticas agrárias e fundiárias, 1961-1999.....	144
Quadro 7 – Estado de São Paulo: instrumentos normativos criados para o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, 1996-2009....	148
Quadro 8 – Atos, dispositivos e ações do Estado sobre as comunidades remanescentes de quilombos, 1998-2014	153
Quadro 9 – Quilombo Cafundó: periodização dos principais eventos envolvendo a comunidade, seu território e os agentes externos, 1876-2015	293
Quadro 10 – Quilombo Cafundó: principais infra-estruturas e objetos técnicos de uso comunitário, adquiridos pela Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, 2015	323
Quadro 11 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): matriz de diagnostico de desafios, necessidades e potencialidades, 2012.....	368

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU	Advocacia Geral da União
ANC	Assembléia Nacional Constituinte
APP	Área de Preservação Permanente
ARA	Assessoria de Revisão Agrária (extinta)
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATRA	Assessoria Técnica de Revisão Agrária (extinta)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBT-SMT	Comitê de Bacia Hidrográfica Sorocaba Médio Tietê
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real e Uso Coletivo
CCN	Centro de Cultura Negra do Maranhão
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário/ITERBA
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CDR	Comitê de Decisão Regional
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base (Igreja Católica)
CETESB	Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CF	Constituição Federal
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CNASI	Confederação Nacional das Associações de Servidores do INCRA
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ Quilombolas	Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPI-SP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAF	Departamento de Assentamento Fundiário (extinto)
DEM	Democratas (Partido Político)
DF	Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária/INCRA
DFQ Quilombolas/INCRA	Coordenação Geral de Regularização de Territórios
DOE	Diário Oficial do Estado
DOU	Diário Oficial da União
DPE	Defensoria Pública de São Paulo
DPRN	Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais
DRF	Departamento de Regularização Fundiária (extinto)
EAACONE Vale do Ribeira	Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras –
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
EDR	Escritório de Desenvolvimento Regional
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCP	Fundação Cultural Palmares
FF	Fundação Florestal (São Paulo)
FUNAI	Fundação Nacional do Índio

FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IAF	Instituto de Assuntos Fundiários (extinto)
IBAMA Renováveis	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDATERRA Grosso do Sul	Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEC (Equador)	Instituto Nacional de Estadísticas e Censos
INEC (Panamá)	Instituto Nacional de Estadística y Censo
ITERBA	Instituto de Terras da Bahia
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
ISA	Instituto Socioambiental
ITR	Imposto Territorial Rural
ITERJ	Instituto de Terras do Rio de Janeiro
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LABOPLAN Ambiental	Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCE	Memorial de Caracterização de Empreendimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Masterplan	Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MNC	Movimento Nacional Constituinte
MNU	Movimento Negro Unificado
MP	Medida Provisória
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MS	Ministério da Saúde
NUER/UFSC	Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas/Universidade Federal de Santa Catarina
NT	Nota Técnica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PFL	Partido da Frente Liberal
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PGF	Procuradoria Geral Federal
PGU	Procuradoria Geral da União

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PPAIS	Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
PR	Presidência da República
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RL	Reserva Legal
RMS	Região Metropolitana de Sorocaba
RTC	Relatório Técnico-Científico
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAF	Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários (extinta)
SEAF	Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (extinta)
SEHAF	Secretaria de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo
SEPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SR	Superintendência Regional/INCRA
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDEPA	Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Títulos da Dívida Agrária

UFSCar

Universidade Federal de São Carlos

UPA

Unidade de Produção Agropecuária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	34
A expressão dos compartimentos quilombolas no território brasileiro na atualidade	42
A(s) especificidade(s) de um território quilombola: questões fundiárias, organização comunitária, conflitos e o desenvolvimento da agricultura na comunidade Cafundó	44
Materiais e Métodos utilizados na Pesquisa	53

PARTE I – ESPAÇO, TERRITÓRIO, NORMAS E QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS

CAPÍTULO I – O DEBATE CONCEITUAL E A PERIODIZAÇÃO DA QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA	64
1.1. A colonização do território brasileiro com base no trabalho escravo	65
1.1.2. Escravidão e genocídio dos povos indígenas	70
1.2. O Regime de Sesmarias: origens da distribuição da terra no Brasil	71
1.3. A distribuição regional da mão-de-obra escrava de origem africana	73
1.3.1. A mão-de-obra escrava na região de Sorocaba	75
1.4. As contradições do regime escravista para o desenvolvimento do capitalismo	77
1.5. A transição da escravidão para o trabalho livre	78
1.6. A proibição do tráfico de escravos e a Lei de Terras de 1850	81
1.7. A “reinvenção” do conceito de quilombo como definidora de direitos especiais e da atribuição de novos conteúdos aos territórios quilombolas	82
1.7.1. O conceito de quilombo elaborado pela sociedade escravocrata	82
1.7.2. Os “quilombos contemporâneos”	86
1.8. Terras de uso comum: elemento que caracteriza o uso do território pelas comunidades remanescentes de quilombo	92
1.9. A periodização da questão dos territórios quilombolas no Brasil: um esboço	95
1.10. As comunidades afrrurais na América Latina	100

CAPÍTULO II – AS NORMAS E O USO DO TERRITÓRIO: APONTAMENTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO SISTEMA NORMATIVO DE RECONHECIMENTO E TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS..... 103

2.1. Normas e Uso do Território: conceitos teóricos	104
2.2. A estruturação do sistema normativo voltado para os compartimentos quilombolas: do Artigo 68 às normas atuais	106
2.3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): estrutura, organização e atuação	130
2.4. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP): estrutura, organização e atuação	142
2.5. Contradições, interesses e política: a mediação do(s) uso(s) do(s) território(s) quilombola(s) pelas normas, em um campo de conflitos	152

CAPÍTULO III – O ESPAÇO GEOGRÁFICO E OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL.....167

3.1. O Espaço Geográfico: Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações	168
3.2. O Território em uma Perspectiva Integradora e Relacional para a Compreensão dos Compartimentos de Legislação Especial: Quilombolas e Indígenas	175
3.3. Os Territórios Quilombolas no Brasil	189
3.3.1. Minas Gerais.....	207
3.3.2. Rio Grande do Sul	208
3.3.3. Bahia	209
3.3.4. Maranhão.....	214
3.3.5. Mato Grosso.....	220
3.3.6. Mato Grosso do Sul	221
3.3.7. Goiás	221
3.3.8. Sergipe	222

3.3.9. Pernambuco	223
3.3.10. Outros estados e síntese dos casos mencionados	224

PARTE II – OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA REGIÃO DE SOROCABA E A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAFUNDÓ

CAPÍTULO IV – OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA REGIÃO DE SOROCABA E DEMAIS COMUNIDADES NO ESTADO DE SÃO PAULO229

4.1. A região de Sorocaba e o município de Salto de Pirapora: território, estrutura fundiária e economia agrícola.....	230
4.2. As comunidades negras rurais na região de Sorocaba e demais ocorrências no Estado: desafios de reconhecimento do território e de acesso à terra	252
4.2.1. Caxambu, Fazendinha Pilar, Fazendinha dos Pretos, Piraporinha, Jucurupava e Itinga	254
4.2.2. Os descendentes de José Joaquim de Camargo (Camargos de Votorantim)	257
4.2.3. Bairro do Carmo (São Roque-SP)	259
4.2.4. Quilombo Brotas (Itatiba-SP).....	263
4.2.5. Comunidade Jaó (Itapeva-SP)	267

CAPÍTULO V – A CHEGADA DE NOVOS CONTEÚDOS A PARTIR DO RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA: AÇÕES, AGENTES E OBJETOS PRESENTES NO QUILOMBO CAFUNDÓ.....272

5.1. Bairro Cafundó: o reconhecimento de um território quilombola	273
5.2. Organização e funcionamento da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó: lideranças, conquistas, conflitos, desafios	295
5.3. Gleba D (Fazenda Eureka) e Gleba B (Fazenda Paraná-parte): usos, conflitos, disputas, mediações	325
5.4. Gleba A (Sítio Cafundó): núcleo residencial do território quilombola	349
5.4.1. Produção agrícola e desafios para a comercialização.....	369

5.4.2. Grupo de mulheres artesãs do Quilombo Cafundó	383
5.4.3. Ocupações irregulares e desapropriação	386
5.5. Gleba C (Sítio São Benedito): reconquista do território e desafios para a agricultura em uma área de uso coletivo.....	393
Considerações Finais	400
Referências Bibliográficas	406
Páginas da internet consultadas	417
Instrumentos Normativos Federais e Tratados Internacionais.....	420
Instrumentos Normativos Estaduais (São Paulo)	422
Documentos jurídicos e oficiais consultados no âmbito do Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).....	423
Documentos jurídicos e oficiais obtidos junto à Fundação ITESP – Escritório Regional de Sorocaba	429
Jornais e Revistas.....	430

Este trabalho é fruto de mais três anos de pesquisa junto à comunidade remanescente de quilombo do Bairro Cafundó, localizada no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo. Ao longo desse período de pesquisa, compreendido entre os anos de 2012 a 2015, realizamos profundo e amplo exercício de observação participante (BRANDÃO, 1999), acompanhando as atividades da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, os principais eventos culturais da comunidade e os conflitos entre os próprios quilombolas (notadamente entre “associados” e “não-associados”) e com “ocupantes não-quilombolas”¹. Procuramos também coletar informações sobre o trabalho na agricultura, focando os dilemas encontrados na produção e na comercialização.

Nosso recorte privilegiou o estudo do lugar, todavia recorremos ao levantamento de informações e ao esforço de análise das relações entre os territórios quilombolas e a escala mais ampla do Estado Nacional, através do estudo das relações entre o sistema normativo, voltado para o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas, e as novas modalidades e configurações de uso do território que se estabelecem, a partir da garantia (ao menos do ponto de vista de legal) de direitos especiais a esses agrupamentos.

O foco no estudo do lugar resulta de uma inquietação surgida ainda na graduação, de tornar a Geografia mais próxima da práxis, dos homens e mulheres reais que compõe a sociedade, participam das transformações do espaço e usam o território em sua vida cotidiana. Assumindo o risco de receber a rotulação de “utilitarista”, mantive a convicção íntima de que a Geografia pode adquirir sentidos mais amplos e diversos ao se aproximar do mundo real, para além das estatísticas, teorias e dados mais gerais; quando é produzida na vivência do cotidiano, misturando-se com a lida diária de trabalhadores, camponeses, educadores, estudantes, políticos, empresários, autoridades, enfim, da sociedade concreta. Surge daí a intenção de fazer uma Geografia do lugar, que

¹ A denominação “ocupantes não-quilombolas” se refere aos indivíduos ou famílias que até o início de 2015 ainda ocupavam áreas do território quilombola, para residência ou realização de atividades econômicas, tais como os posseiros que adquiriram ilegalmente parcelas de terra dentro dos limites da comunidade; antigos “proprietários” que foram desapropriados a partir do processo de reconhecimento do território quilombola pelo INCRA, através de estudo da Cadeia Dominial realizado pelo ITESP, que remontou às quatro últimas transferências dos supostos títulos de propriedade, sobrepostos ao território quilombola; ex-encarregados dos proprietários desapropriados, instalados por eles nas terras contra a vontade da Associação; além de empresas e atividades econômicas instaladas antes da demarcação das terras, principalmente a mineração de areia e o plantio de eucalipto.

dialogasse com seus sujeitos, suas histórias e pontos de vista, para além dos muros acadêmicos.

Obviamente, esse enfoque também revelou suas limitações, mostrando que é inevitável um distanciamento entre o pesquisador, o conhecimento produzido e a realidade pesquisada, uma vez que ele não vivencia cotidianamente a realidade local. E mesmo se assim fosse, é possível falar que sempre haveria um grau de distanciamento, assim como sempre há algum distanciamento entre pessoas, mesmo que estejam aparentemente próximas: entre o *eu* e o *outro*.

Na pesquisa acadêmica, esse distanciamento se acentua, pois na maioria das vezes os propósitos “corporativos” próprios e preestabelecidos pelo mundo acadêmico não condizem com os propósitos, os ritmos e as percepções dos sujeitos que habitam uma comunidade tradicional, como a estudada, ou mesmo do homem “comum,” indiferente ao mundo acadêmico. O momento da redação final é o que revela mais agudamente esse distanciamento, pois ele é solitário, baseado em um recorte, criterioso, diga-se de passagem, mas que privilegia alguns aspectos, em detrimento de outros. Essas foram algumas percepções surgidas ao longo do processo de pesquisa e que considero pertinente expor nesta Introdução, para que estimulem futuras reflexões dos leitores que desejem levar adiante a pesquisa em Geografia Humana.

Por outro lado, a consciência das limitações da Geografia para se aproximar das pessoas e ser por elas apropriada e utilizada, não desmerece a importância de futuras tentativas de aprofundar essa aproximação. Mostra que o estudo do mundo a partir do lugar pode ser um caminho, para a superação das barreiras entre a teoria e a prática.

Sendo assim, a partir da pesquisa de campo e da consulta a alguns dos documentos produzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP)², realizamos ampla coleta de dados empíricos, que possibilitaram compreender o processo de delimitação de um território quilombola, também denominado “compartimento quilombola” ou “compartimento de legislação especial” (SILVA, 2010).

A apreciação desses dados, assim como de outras publicações oficiais, tem mostrado que o discurso e a ação dos órgãos de Estado utilizam amplamente o conceito

² Órgãos governamentais responsáveis respectivamente pela regularização fundiária e pela assistência técnica às comunidades quilombolas, cujos territórios são garantidos por meio da desapropriação de áreas particulares, como é o caso do quilombo Cafundó.

de território para se referir às terras demarcadas como pertencentes a essas comunidades, a partir dos direitos afirmados pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988³. Nesse sentido, a própria realidade dos discursos, das publicações e da ação oficial impõe a necessidade de reflexão sobre esse conceito, levando-se em conta a proposta de análise geográfica dos processos e conflitos que envolvem as relações entre a comunidade e seu território.

Dessa maneira, o conceito de território representa um instrumento analítico de fundamental importância no trabalho de pesquisa, com foco na relação entre as normas e o uso do território. Conforme exposto, ao longo do processo de investigação, buscamos analisar a configuração e o uso de uma fração do território, constituída pela comunidade Cafundó, a partir dos agentes e dinâmicas originadas no lugar. Do mesmo modo, acumulamos informações que permitem caracterizar a ação de forças e agentes “externos”, dos quais o principal considerado na análise é o Estado, responsável por delimitar e legitimar oficialmente o território quilombola, com base em um sistema normativo elaborado com o propósito de promover a regularização fundiária e o ordenamento dessas frações do território, no contexto das disputas e conflitos que envolvem a construção de uma política nacional de ordenamento territorial (FREITAS [et. al.], 2013).

Os territórios quilombolas se enquadram na categoria das “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2004), nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros e sim pelo conjunto da comunidade, a partir de solidariedades e conflitos associados às relações de parentesco, consangüinidade e à identificação de pertencimento a uma mesma base territorial, correspondente à área ocupada de forma coletiva (ALMEIDA, 2004).

As próprias normas que fundamentam a titulação de territórios quilombolas, ao afirmarem o aspecto coletivo da ocupação da terra, em alguns casos podem contribuir para acirrar os conflitos relacionados à propriedade coletiva, pois de acordo com a legislação o título da terra deve ser entregue à associação que representa legalmente a comunidade. É o que afirma a lei (Decreto N° 4.887/2003), mas isso não quer dizer que todos em uma comunidade concordem ou aceitem plenamente esse caráter coletivo da

³ “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

propriedade da terra, previsto na legislação. É desse modo que surgem alguns conflitos, como no caso da comunidade estudada, que evidenciam a importância da investigação detalhada de casos reais. Mais uma vez (ou a todo o momento?) a pesquisa revela indícios de que é necessário partir das particularidades para entender processos mais amplos, a partir da aproximação com sujeitos reais, com o mundo real, com o lugar real e concreto.

As idéias de fronteira e território não surgiram dessas comunidades; foram elaboradas pelas sociedades ocidentais (LADEIRA, 2008), com os mesmos propósitos coloniais que fundamentaram a dominação e a aculturação dos seus antepassados africanos e/ou ameríndios. Porém, nos dias atuais, a delimitação dos territórios quilombolas é imprescindível como forma de proteção e garantia da sobrevivência, devido aos interesses das empresas e do próprio Estado, sobre os recursos naturais (água, minérios, solos agricultáveis, biodiversidade) presentes nos territórios de ocupação tradicional. Além, é claro, do interesse sobre o próprio território enquanto recurso indispensável à ação das empresas e do Estado.

Igualmente, é necessário também que nos debrucemos, ainda que brevemente, sobre os conceitos de espaço, ação e normas, se quisermos buscar maior clareza sobre o papel da ação governamental, no sentido de garantir ou restringir os direitos territoriais das comunidades identificadas como quilombolas. A partir dessa reflexão fica claro que esses conceitos, que fazem parte da estrutura epistemológica da ciência geográfica, são produzidos e apropriados por sujeitos reais, que exercem influência concreta no processo de construção, apropriação e transformação do espaço e do território pela sociedade, por meio da elaboração e implementação de políticas públicas (STEINBERGER, 2013). O que remete à importância do(s) discurso(s) geográfico(s) ser(em) coerente(s) com a(s) realidade(s) observada(s) – a *práxis* – e capaz(es) de subsidiar a interpretação crítica e abrangente do mundo contemporâneo, para além dos discursos e das práticas setoriais.

Milton Santos define a produção do espaço enquanto objeto teórico e empírico central da investigação geográfica, conceituando o espaço como produto da “acumulação desigual de tempos”, propondo assim a indissociabilidade das categorias de tempo e espaço. Nesse sentido, o autor afirma que “a geografia, na realidade, deve ocupar-se em pesquisar como o tempo se torna espaço e como o tempo passado e o

tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual” (SANTOS, 1986: 105).

Em nosso entendimento, o espaço, enquanto categoria teórica e realidade empírica, “considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 1986: 122), representa uma importante contribuição para a compreensão geográfica dos territórios quilombolas. Tais agrupamentos territoriais se originaram no contexto de estruturas econômicas, sociais e políticas pretéritas, como formas de luta pela liberdade e contra a ordem escravista (FIABANI, 2005), ou mesmo enquanto organizações sociais subordinadas à divisão do trabalho hegemônica (PRADO JR., 1994). Desse modo, sua permanência até os dias de hoje faz com que sejam representativas, simultaneamente, dos processos e estruturas sócio-econômicas do passado e da constituição do espaço e do território brasileiro no momento histórico atual.

Os fundamentos teóricos adotados neste trabalho partem também do princípio de que, ao lado da perspectiva temporal, que permite compreender a gênese e a evolução de uma dada configuração espacial, é imprescindível, para a análise do presente, a definição do espaço enquanto um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, cujas categorias analíticas são a técnica, o tempo, a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, as rugosidades e as formas-conteúdo (SANTOS, 2014).

Por outro lado, tomando como ponto de partida a reflexão sobre o conceito de território, com base na perspectiva integrada e totalizante proposta por Rogério Haesbaert (2012) – segundo a qual o território constitui a expressão material das relações econômicas e de poder, a base de recursos naturais, sendo construído a partir de referências simbólico-culturais (HAESBAERT, 2012) – procuramos investigar os diferentes usos do território contrapostos no processo de reconhecimento e garantia dos direitos territoriais da comunidade Cafundó. Nesse aspecto, partimos do pressuposto de que o território é usado por todos os agentes, que podem ser indivíduos, organizações comunitárias, empresas e o Estado. Em outras palavras, não existem agentes que não usem o território, do mesmo modo que não existe território que não seja usado por quem quer que seja (STEINBERGER [et. al.], 2013).

O uso do território é regulamentado por normas, que podem ser comunitárias, corporativas ou oficiais (governamentais) (STEINBERGER [et. al.], 2013). Todavia, o principal agente responsável pela elaboração das normas é o Estado, que as impõe a toda extensão do território sobre o qual exerce a soberania. Nesse aspecto, as normas de âmbito federal são válidas em toda a extensão do território nacional; as de âmbito estadual, sobre o território de cada estado em particular e as municipais, sobre os territórios dos municípios. Além disso, ao menos do ponto de vista formal, as normas municipais e estaduais estão hierarquicamente subordinadas às normas de caráter federal, no contexto da divisão do território brasileiro em entes federativos (SILVA, 2010).

Nesse sentido, adotamos a perspectiva segundo a qual as comunidades quilombolas constituem territorialidades particularizadas, delimitadas dentro do território mais amplo do Estado-Nação, sendo também denominadas “compartimentos quilombolas” ou de “compartimentos de legislação especial” (SILVA, 2010), sobre os quais “vigora um conjunto de leis próprias, que não servem a outros compartimentos” (SILVA, 2010: 18). Segundo Silva (2010), no território político brasileiro, além dos entes federativos (União, Estados e Municípios), impõe-se o reconhecimento de outros recortes territoriais, tais como as terras indígenas e os territórios quilombolas, que “apesar de estarem também circunscritos por fronteiras, não produzem as leis que os regulam, possuindo legislações específicas elaboradas de fora. Não são entes da federação e dependem das formalidades intrínsecas a eles” (SILVA, 2010: 18).

Desse modo, ao se levar em conta a relação entre as normas e o uso do território, é fundamental considerar a ação do Estado, através dos seus órgãos (Ministérios, Secretarias, Autarquias, Fundações), na configuração dos territórios quilombolas, por meio do reconhecimento oficial, do estabelecimento dos seus limites, da regularização e mediação dos conflitos fundiários e na implantação de políticas públicas. De igual importância é a consideração das normas que regulam o funcionamento das organizações comunitárias (tais como associações e cooperativas) e a comercialização de produtos agrícolas.

Por outro lado, é necessário levar em conta o fato de que o aparelho de Estado é um campo de disputas e conflitos, que podem levar ao avanço ou ao retrocesso na regularização dos territórios das comunidades tradicionais. Por esse motivo, é necessário transitar constantemente entre o nacional e o local, entre o oficial e o

comunitário, se quisermos compreender amplamente os conflitos e disputas que envolvem esses compartimentos territoriais. Se de um lado o papel do Estado é imprescindível para a sua delimitação nos dias atuais, de outro o reconhecimento somente se efetiva como fruto de pressões originadas das comunidades, reivindicando a garantia dos direitos às terras que ocupam há várias gerações.

Além das pressões originadas diretamente das comunidades, é necessário considerar também a articulação entre as comunidades e destas com movimentos que defendem seus interesses, em âmbito estadual, regional e nacional. O próprio Artigo 68 foi incluído na Constituição Federal de 1988, graças às pressões desses movimentos no âmbito da Assembléia Constituinte (FIABANI, 2005).

Todavia, transcorreram-se quinze anos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até a regulamentação do Artigo 68 pelo Decreto 4.887/2003⁴. Este, por sua vez, ainda sofre ameaças, como no caso da ADIN 3239, movida em 2004 pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL) e reaberta em fins de 2014 pelo Democratas (DEM) com o objetivo de impugnar o Decreto N° 4.887/2003 e fazer retroceder a regulamentação do Artigo 68; e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que visa transferir para o Congresso Nacional a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas, quilombolas, extrativistas e das Unidades de Conservação.

As comunidades quilombolas constituem territórios originados e configurados no passado, com base principalmente nos usos tradicionais e nas lógicas, práticas e regras comunitárias (horizontalidades), mas que hoje em dia são regulados e delimitados também por meio de normas externas que – a partir da regularização do acesso a terra e da garantia dos direitos territoriais, através da intervenção do Estado – atribuem outros valores e vetores (verticalidades) a essas parcelas do território. Os conflitos estabelecidos entre os territórios tradicionais e os interesses corporativos refletem as disputas entre os diferentes agentes que usam o território (SANTOS, 2014; STEINBERGER, 2013), que no caso da comunidade estudada são os quilombolas, os posseiros, os grandes proprietários de terra e as empresas. Entender o território e os seus diferentes usos é indispensável para analisar os conflitos presentes na sociedade, pois as disputas se originam e se encerram no território, construído a partir de relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

⁴ Assinado em 2003 pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, encontra-se na íntegra nos Anexos.

A expressão dos compartimentos quilombolas no território brasileiro na atualidade

Segundo dados da FCP e da SEPPIR, em 2012 o Estado brasileiro reconhecia a existência de 2.197 comunidades quilombolas, distribuídas em 24 estados da federação, com exceção de Acre, Roraima e Distrito Federal. As concentrações mais expressivas, com relação ao número de comunidades, famílias e área ocupada, ocorrem no Pará, no Maranhão e na Bahia. De acordo com dados apresentados por Alfredo Wagner B. de Almeida (2004), as comunidades quilombolas no Brasil ocupam uma área total de mais de 30 milhões de hectares, enquanto a FCP e a SEPPIR contabilizaram em 2012 o total de 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas. Todavia, até 2012, das 2.197 comunidades reconhecidas pelo Estado, somente 207 haviam obtido a titulação integral do território ocupado, totalizando uma área de aproximadamente 955 mil hectares (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2013: 9). Com relação aos indicadores socioeconômicos, 75,6% das famílias quilombolas (incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) “estão no perfil de extrema pobreza, com renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 70,00” (IPEA, 2012).

No Estado de São Paulo, contabiliza-se um total de 79 comunidades, incluindo aquelas que ainda não foram oficialmente reconhecidas. Desse total, até 2013 somente 28 haviam sido reconhecidas e apenas 6 haviam sido tituladas (PILLA [et. al.], 2013: 187). A maior parte das comunidades quilombolas paulistas se localiza em municípios do Vale do Rio Ribeira de Iguape, na porção sul do Estado, conforme pode ser visto no “Mapa 1 – Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado de São Paulo (2015)”: do total de 79 comunidades, 60 localizam-se nessa porção do Estado (PILLA [et. al.], 2013: 188-192), o que resulta, entre outros fatores, “da atividade mineradora que, em meados do século XVII, predominou na região” (GUANAES et. al., 2004: 265), com base no emprego da mão-de-obra escrava de origem africana.

O Mapa 1 permite visualizar a distribuição das comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, destacando o município de Salto de Pirapora, no qual se localiza a comunidade Cafundó, além dos municípios de São Paulo e Sorocaba que, devido à sua importância econômica, territorial e populacional, foram utilizados como ponto de referência para a localização de Salto de Pirapora.

Mapa 1

Elaboração: Mateus de Almeida Prado Sampaio. Organização: André Luís Gomes (2015).

No território correspondente às porções Sudoeste (Sorocaba), Leste (Campinas) e Sudeste (São José dos Campos e Litoral) do Mapa 1, o Cafundó é a única comunidade quilombola que tem avançado na regularização do acesso a terra, por meio de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo (CCDRU) assinado com o INCRA em 2012. Nessa porção do Estado se encontram ainda as comunidades Jaó (Itapeva/Sudoeste), Brotas (Itatiba/Leste), Carmo (São Roque/Sudoeste) e Camargos (Votorantim/Sudoeste), que ainda não obtiveram a regularização do acesso a terra, além das comunidades Caxambu (Sarapuí/Sudoeste), Fazendinha Pilar (Pilar do Sul/Sudoeste), Fazendinha dos Pretos, Piraporinha, Jucurupava e Itinga, (Salto de Pirapora) (PILLA [et. al.], 2013: 188-192), que foram praticamente extintas devido ao processo de expropriação.

A(s) especificidade(s) de um território quilombola: questões fundiárias, organização comunitária, conflitos e o desenvolvimento da agricultura na comunidade Cafundó

A origem do bairro Cafundó, no município de Salto de Pirapora (SP), constitui um exemplo da formação de um bairro rural negro a partir da doação das terras em testamento aos escravos alforriados Joaquim Congo e Ricarda pelo antigo senhor Joaquim Manuel de Oliveira, falecido sem deixar herdeiros, por volta da segunda metade do século XIX.

Ao longo dos anos, desde a herança das terras pela parentela de escravos libertos até os dias atuais, a comunidade (atualmente composta por 25 famílias) foi aos poucos perdendo as terras, em decorrência de invasões e fraudes realizadas – com o respaldo das autoridades e o apoio de cartórios – por grandes fazendeiros pertencentes à elite de Salto de Pirapora. Desse modo, da extensão original de 80 alqueires, que corresponde a aproximadamente 218 hectares, a comunidade ocupava efetivamente 7 alqueires (19,5 hectares) quando foi oficialmente reconhecida em 1999, através de Relatório Técnico-Científico produzido pela Fundação ITESP.

A “Figura 1 – Localização do Quilombo Cafundó no município de Salto de Pirapora-SP” permite situar a comunidade no município de Salto de Pirapora e em relação aos municípios vizinhos. O Cafundó se encontra a uma distância de aproximadamente 150 quilômetros de São Paulo e 30 quilômetros de Sorocaba, com acesso pelas rodovias Raposo Tavares (SP-270), João Leme dos Santos (acesso pelo quilômetro 102 da SP-270) e estrada vicinal Roque de Barros Leite, que liga os municípios de Salto de Pirapora e Sarapuí.

A ampliação dos direitos étnicos e territoriais das comunidades negras rurais, a partir da Constituição Federal de 1988, permitiu que a luta e a resistência dos moradores do Cafundó resultasse no seu reconhecimento oficial em 1999 e na demarcação das terras pelo INCRA em 2011, amparada pelo Decreto N° 4.887/2003. Um dos elementos que influenciaram no reconhecimento da comunidade foi a constatação da existência de um dialeto africano – a “cupópia” – de origem banto, falado por alguns moradores e “revelado” pelos pesquisadores da Unicamp Carlos Vogt e Peter Fry, através do livro “Cafundó: a África no Brasil” publicado em 1996.

Figura 1

Fonte: Google Earth, adaptado por André Luís Gomes.

Desde a “descoberta” e divulgação da língua pelos pesquisadores, a partir dos anos 1980, além da gravação do filme “Cafundó” em 2005, sob a direção do cineasta Paulo Betti, a comunidade tem se tornando cada vez mais conhecida, o que contribuiu para que fosse uma das primeiras comunidades quilombolas reconhecidas no Estado de São Paulo, em 1999, atrás somente das comunidades Ivaporunduva, Maria Rosa, Pedro Cubas, Pilões e São Pedro, situadas no Vale do Ribeira e reconhecidas em 1998 (PILLA [et. al.], 2013: 188-189). Todavia, nos dias atuais somente dois moradores (Marcos Norberto de Almeida e Jovenil Rosa) ainda falam fluentemente o dialeto africano.

A extensão de 218 hectares demarcada em 2004 pelo INCRA não incluiu as áreas de uso comum, situadas no entorno, nas quais a comunidade fazia a coleta e extração de recursos naturais para complementar a subsistência. Tais áreas encontram-se atualmente ocupadas, em sua maioria, por loteamentos e condomínios de chácaras de médio e alto padrão, com uso predominantemente ocasional (veraneio), além de fazendas de gado, eucalipto e mineradoras de areia. Segundo relatos de alguns

moradores, antes da ocupação por essas atividades, essas áreas eram utilizadas pela comunidade para coleta de lenha, frutas nativas e como fonte de água.

A gestão do território pela Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó tem enfrentado dificuldades e complexidades decorrentes da demarcação sobre áreas particulares, cuja desapropriação envolve um longo e complexo processo judicial que tramita no INCRA desde 2004. Trata-se do Processo Administrativo INCRA Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento, Demarcação e Titulação do Território pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó).

O caso do Cafundó serve como exemplo da diversidade e complexidade das situações fundiárias e jurídicas que envolvem cada comunidade quilombola (ANDRADE [et. al], 2000). Quando os territórios quilombolas se sobrepõem a áreas consideradas de terras devolutas, os governos estaduais, através dos seus órgãos fundiários, possuem autonomia para emitir diretamente o título de propriedade, procedimento que no Estado de São Paulo é normatizado pela Lei Nº 9.757/97. Por outro lado, quando ocorre sobreposição com áreas particulares, a demarcação do território, a desapropriação dos particulares e a emissão do título de propriedade coletiva devem ser feitas pelo Governo Federal, através do INCRA (ANDRADE, [et. al]: 2000).

Nesse aspecto, os trâmites necessários à titulação integral e definitiva das terras em nome da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó ficaram a cargo do INCRA, que dividiu a área em quatro “glebas” (A, B, C, D), de acordo com os limites das antigas propriedades que estão sendo desapropriadas: Sítio Cafundó (núcleo ocupado principalmente pelas casas dos moradores da comunidade), correspondente à Gleba A, com 19,5 hectares; parte da Fazenda Paraná (ocupada até março de 2015 por uma família de posseiros), correspondente à Gleba B, com 44 hectares; Sítio São Benedito, correspondente à Gleba C (até 2014 ocupada parcialmente por um posseiro), com 32,2 hectares; e Fazenda Eureka, correspondente à Gleba D, com 122 hectares. A divisão das áreas que compõe o território da comunidade Cafundó pode ser visualizada na “Figura 2 – Divisão Fundiária da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó, 2014”.

Os mapas detalhados de cada uma das áreas, assim como do conjunto do território serão apresentados no *Capítulo V – A chegada de novos conteúdos espaciais a partir do reconhecimento do território quilombola: ações, agentes e objetos presentes*

no quilombo *Cafundó*, no qual retomaremos com maior detalhe as questões territoriais, econômicas e organizacionais da comunidade, as quais, ao interagirem com a ação do Estado e dos demais agentes externos, definem localmente o uso quilombola do território.

Figura 2 – Divisão Fundiária da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó, 2014

Fonte: Projeto “Plantando Águas: promoção da adequação ambiental de imóveis rurais no Estado de São Paulo, em sentido amplo e de forma participativa”, 2013.

O INCRA é responsável pela mediação do conflito fundiário envolvendo a demarcação das terras, o processo de desapropriação e a retirada de posseiros “não-quilombolas”. A titulação integral e definitiva do território ocorre somente após a realização dos “procedimentos de desintrusão” (termo técnico utilizado pelo INCRA), que consistem na retirada e no reassentamento, ou indenização pelas benfeitorias, das famílias de posseiros. A retirada dessas famílias, o transporte dos seus bens, assim como a demolição das casas e benfeitorias, conforme solicitado pela Associação, também é judicialmente de competência INCRA.

A imissão do INCRA na posse nas glebas D e C (2012) e o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo (CCDRU), firmado entre o INCRA e a Associação em 2012, garantindo plenos direitos de usufruto da comunidade sobre a Gleba D (antiga Fazenda Eureka), representou um passo significativo no tocante à garantia dos direitos territoriais. Segundo artigo publicado na página eletrônica *Repórter Brasil*, no ano de 2012, além da comunidade Cafundó, a comunidade Invernada dos Negros, situada em Santa Catarina, no município de Campos Novos, foi a única que obteve o direito de uso sobre parte do seu território, através do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo, medida prevista no art. 24 da IN N° 57/2009 do INCRA. “A concessão não é o título definitivo, mas permite que os quilombolas ocupem e utilizem economicamente as terras, antes que o processo de titulação chegue ao fim. Antes de 2012, tal mecanismo ainda não havia sido utilizado pelo INCRA”⁵.

Nesse aspecto, as questões envolvendo a construção política das normas voltadas para a regularização dos territórios quilombolas, em um campo de disputas e conflitos, serão retomadas com maior aprofundamento no Capítulo III – *As normas e o uso do território: apontamentos sobre a construção política do sistema normativo de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas*.

No caso específico da comunidade Cafundó, a Gleba D/Fazenda Eureka, com área total de 122 hectares, foi a primeira área sobre a qual a Associação obteve a Concessão de Uso em agosto de 2012. A fazenda possui 63 hectares plantados com eucalipto pelo suposto proprietário, através de contrato assinado com a empresa Suzano Papel e Celulose S.A. De acordo com o INCRA e a Associação, após o corte do eucalipto, previsto para o ano de 2018, parte da renda da terra (OLIVEIRA, 2007) obtida com a venda da madeira deverá ser investida no próprio trabalho de corte; outra parte será destinada para reembolsar os investimentos realizados pela Associação desde 2012 na manutenção da área, o que incluiu aplicação de agroquímicos, desbrota dos pés de eucalipto, abertura de aceiros contra incêndios e reforma das cercas; para investir na recuperação ambiental da área, no preparo da terra para a agricultura e em melhorias para a comunidade como um todo.

Na Gleba D/Fazenda Eureka também se encontra instalada uma mineradora de areia (Mineração de Areia Ouro Branco S. A.), que arrendou 50 hectares da antiga

⁵ Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2012/11/consciencia-negra- apenas-uma-comunidade-quilombola-foi-reconhecida-em-2012/>, acesso em 20/10/2014.

propriedade e obteve direito de lavra e licença ambiental para a exploração do minério. As condicionantes da licença ambiental, emitida pela Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB), prevêm a recuperação da área, por meio da contenção da erosão nos taludes com o plantio de árvores, além da recuperação de nascentes e cursos d'água, medidas que não têm sido cumpridas adequadamente pela empresa.

Por outro lado, a assinatura do CCDRU com o INCRA possibilitou a regularização de uma espécie de arrendamento da mineradora para a Associação. Sendo assim, ainda que com base na continuidade do uso predatório da área e na geração de um passivo ambiental, em curto prazo esse “arrendamento” tem proporcionado uma fonte de recursos para a Associação, que somados àqueles provenientes de editais de projetos de financiamento público (tais como o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II e as verbas oriundas da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, do Governo do Estado de São Paulo) possibilitaram a concretização de investimentos na comunidade, tais como a aquisição de equipamentos agrícolas (estufas, trator, microtrator, arado, niveladora, plantadeira, debulhadeira de grãos, roçadeiras), de uma caminhonete utilizada para as atividades da Associação e o escoamento dos produtos agrícolas, e a instalação de um galpão agrícola.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas pela Associação tornam ainda mais complexa essa fração do território. A principal dificuldade diz respeito à organização comunitária, o que se manifesta na participação pouco expressiva e no desinteresse de parte das famílias nas atividades coletivas. Segundo algumas lideranças comunitárias, essa situação resulta do fato da comunidade ter sido expropriada da maior parte das terras desde a década de 1940, o que levou vários moradores a migrar para a cidade em busca de emprego, ou permanecer morando na comunidade, mas tendo que procurar trabalho fora, em atividades classificadas como não-agrícolas, tais como pedreiros, jardineiros, faxineiras, empregadas domésticas, cortadores de eucalipto e operários, principalmente nos condomínios, loteamentos, chácaras e fazendas de eucalipto e mineradoras que passaram a se instalar em Salto de Pirapora a partir da década de 1980.

Tal situação permite caracterizar o Cafundó como uma comunidade rural composta por famílias pluriativas, cujos membros não se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas e pecuárias na propriedade e complementam a renda com outras ocupações, seguindo uma tendência brasileira verificada por Sérgio Schneider (2000;

2005), principalmente na Região Sul (com base em dados estatísticos fornecidos pelo IBGE) de maior crescimento, no meio rural, da força de trabalho ocupada em atividades não-agrícolas, acompanhado pelo decréscimo da população rural ocupada em atividades especificamente agrícolas.

Uma das razões apontadas para explicar essas transformações na estrutura do emprego rural é o processo de “urbanização do campo” que, segundo Schneider (2000), consiste na “expansão de novas atividades que pouco ou nada têm a ver com a produção agropecuária *stricto sensu*” (SCHNEIDER, 2000: 25) e correspondem a novos tipos de ocupações presentes no meio rural, tais como os serviços de lazer, as chácaras de veraneio, as moradias secundárias, as áreas de preservação ambiental destinadas à prática do ecoturismo e a prestação de serviços em geral (SCHNEIDER, 2000).

Outras razões explicativas são a crise do setor agrícola, resultante da “modernização conservadora”, que impôs de um lado um modelo agrícola que privilegia a produção em grandes unidades para exportação e por outro induziu à queda da rentabilidade dos principais produtos da agropecuária brasileira; e os “limites de crescimento do próprio emprego agrícola devido à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego, vigentes na estrutura agrária brasileira” (SCHNEIDER, 2000: 26). Por “ociosidade tecnológica”, entenda-se redução da oferta de emprego provocada pelo aumento da mecanização no setor agrícola.

Essas transformações verificadas no espaço rural têm como resultante o crescimento da “pluriatividade”, que consiste na combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas por parte dos indivíduos ou do conjunto de uma família residente no meio rural (WANDERLEY, 2009). “A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos onde sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas” (SCHNEIDER, 2005: 78), como é o caso do Cafundó, cujo território faz divisa com condomínios e loteamentos de chácaras, localiza-se a dez quilômetros do centro de Salto de Pirapora e a trinta quilômetros de Sorocaba.

A situação de pluriatividade ocupacional, dificuldades de organização comunitária e conflitos, verificada no Cafundó, apresenta ainda semelhanças com casos de outras comunidades quilombolas, como o exemplo da comunidade Caçandoca, situada em Ubatuba-SP. Segundo Silva e Isoldi (2008):

A aproximação de casos reais traz a percepção da complexidade de relações que envolvem as comunidades que decidem se auto-identificar “remanescentes de quilombo” e adentram a luta jurídica pela posse da terra. Os casos são repletos de conflitos e de transformações na estrutura sócio-espacial dos grupos. Um caso emblemático atual é o da comunidade da Caçandoca, litoral norte de São Paulo. (...) As transformações das relações na comunidade foram muitas. Atualmente não existe uma vida comunitária e as atividades ligadas ao uso dos recursos foram tolhidas graças às leis ambientais e também à racionalidade de que o ideal é o modelo urbano. Atualmente trabalham como vendedores, empregadas domésticas nos centros urbanos ou nos condomínios próximos, alguns poucos plantam banana ou pescam, mas isto se configura como uma atividade do passado, com poucas perspectivas de sobrevivência (SILVA & ISOLDI, 2008: 30).

Outra questão que contribui para os conflitos e dificuldades de organização enfrentados pela Associação é que a luta pela recuperação das terras, principalmente a partir da década de 1970, foi protagonizada por lideranças que em sua maioria já faleceram, e que no passado possuíam fortes vínculos com as terras, enquanto camponeses. Dentre essas lideranças, destacou-se um antepassado referido hoje em dia pelos moradores mais antigos – principalmente Marcos Norberto de Almeida e Jovenil Rosa – como padrinho Otávio Caetano, que segundo a genealogia apresentada no Capítulo 5, é tio de Marcos e Jovenil, irmão da mãe deles, a falecida Maria Augusta Rosa de Almeida. Maria Augusta e Otávio Caetano são filhos de Ifigênia Maria das Dores, cujos pais Joaquim Congo e Ricarda receberam a alforria junto com a doação das terras do Cafundó em testamento, por volta de 1871, da parte do antigo senhor de escravos Joaquim Manoel de Oliveira, conforme mencionado anteriormente nesta introdução.

É importante mencionar que os filhos de Maria Augusta nasceram do casamento com José Norberto de Almeida, também descendente de escravos e proveniente da comunidade Caxambu, situada em Sarapuí, município vizinho a Salto de Pirapora. Essa comunidade também passou por um processo semelhante de expropriação das terras e migração dos moradores, até ser completamente extinta⁶. Hoje

⁶ A história do “desaparecimento” do Caxambu e suas relações com o Cafundó foi relatada em 1984 pelos pesquisadores da Unicamp Carlos Vogt, Peter Fry e Maurizio Gnerre: “Na verdade, a história é mais antiga e começa, para o Cafundó, em outra comunidade vizinha – o Caxambu – desaparecida há uns doze anos atrás [1972] e cujas terras estão localizadas no município de Sarapuí. As características do Caxambu, segundo se pode verificar pelos relatos de alguns de seus antigos moradores, vivendo hoje em Salto de Pirapora ou no próprio Cafundó, eram muito parecidas às desta última comunidade, sem faltar até mesmo a “língua africana”. A causa imediata da desintegração do Caxambu foi um artifício legal e ao mesmo tempo escuso utilizado por um fazendeiro de Salto de Pirapora. Fez com que os moradores do Caxambu assinassem um compromisso de arrendamento das terras por vinte anos. Ainda assim os termos do

em dia, a área que antes correspondia à comunidade Caxambu se encontra ocupada por fazendas que utilizam as terras para o plantio de eucalipto.

Durante o período de realização da pesquisa, compreendido entre 2012 e 2015, as atividades agropecuárias da comunidade eram realizadas nas Glebas A (desde o primeiro contato com a comunidade, em março de 2012) e C (a partir de 2013), sendo destinadas tanto para o consumo próprio como para a comercialização dos excedentes. A área destinada à agricultura na Gleba A é composta por três estufas (nas quais trabalham seis famílias de agricultores), além de hortas e pomares, situados nos quintais de algumas residências; sistemas agro-florestais (SAF's) em fase inicial de implantação, compostos por mudas de árvores nativas e frutíferas e espécies leguminosas utilizadas para a recuperação do solo (adubação verde), além de áreas destinadas à criação de algumas cabeças de gado bovino e caprino. A implantação de SAF's e a prática da adubação verde foram introduzidas pelo Projeto “Plantando Águas”, realizado a partir de 2012 pela OSCIP Iniciativa Verde, com recursos do Programa Petrobrás Ambiental⁷.

A partir de dezembro de 2013, após a imissão do INCRA na posse da Gleba C, oito famílias de agricultores plantaram milho, feijão, mandioca, batata-doce e abóbora, com sementes e mudas fornecidas pelo ITESP, realizando o preparo da terra e algumas etapas da colheita com as máquinas e implementos adquiridos com as verbas da mineradora e do Projeto Microbacias. O feijão e o milho colhidos em junho/julho de 2014 foram divididos entre os agricultores que participaram dos mutirões de plantio e colheita e outros moradores da comunidade, o que foi motivo de conflitos e controvérsias. Na Gleba C, a Associação também iniciou a recuperação de 2 ha de Área de Preservação Permanente (APP) como parte do Projeto Plantando Águas.

Em 2010, através do Projeto “Valorização da Cultura Quilombola e Geração de Renda Agrícola”, elaborado com o apoio da Fundação ITESP, doze produtores obtiveram a Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar (DAP) e conseguiram aprovar junto à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) um Projeto de Doação Simultânea (PDS), no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no valor

compromisso eram outros. Nele, por uma quantia insignificante passavam, por ludíbrio e logro, a sua propriedade para o fazendeiro” (VOGT [et. al.], 1984: 112-113).

⁷ O projeto tem como objetivo “desenvolver e consolidar atividades para adequação ambiental de propriedades rurais no interior do Estado de São Paulo. Para tanto desenvolve as seguintes ações: conservação e a recuperação da vegetação nativa de áreas protegidas pela legislação ambiental, implantação de sistemas produtivos sustentáveis e ações de saneamento ambiental; tendo em foco a recuperação e conservação dos recursos hídricos, a educação ambiental e a sustentabilidade social, econômica e ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar” (INICIATIVA VERDE, 2013: 11).

total de R\$ 74.400,00 para fornecerem produtos orgânicos ao asilo de Salto de Pirapora e ao presídio situado em Porto Feliz (SP).

Segundo informações oficiais, esse projeto dispõe ainda de recursos no valor de R\$ 70.000, obtidos junto à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania (à qual é vinculada a Fundação ITESP), para a aquisição de uma estufa agrícola de 210 m² e implementos agrícolas⁸. A comunidade também é beneficiária de recursos do “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II”, destinados à compra de um microtrator, aquisição de equipamentos de irrigação e ampliação em 1 ha da área de cultivo de hortaliças para a comercialização através do PAA, beneficiando 17 famílias de agricultores cadastrados.

Materiais e Métodos utilizados na Pesquisa

Com o propósito de satisfazer o objetivo central da pesquisa – analisar a constituição e o uso de uma fração do território, reconhecida como quilombola, a partir do cruzamento entre as dinâmicas do lugar, as normas e a ação do Estado – a pesquisa de campo foi realizada na comunidade Cafundó, no Escritório Regional do ITESP em Sorocaba, na Superintendência Regional do INCRA de São Paulo e na sede OSCIP Iniciativa Verde (São Paulo), responsável pela realização do Projeto “Plantando Águas” (reflorestamento e saneamento ambiental) na comunidade.

Na comunidade Cafundó, de 2012 a 2015 realizamos 35 trabalhos de campo, visitas informais ou participação em eventos e festas da comunidade (oito em 2012; oito em 2013; quatorze em 2014; cinco em 2015), tais como a Festa da Santa Cruz – tradição iniciada na comunidade ainda no século XIX, pela ancestral Ifigênia Maria das Dores e desde então realizada no mês de maio. Além da participação nas festas e eventos, os trabalhos de campo tiveram as finalidades mencionadas a seguir:

- Reconhecimento e identificação dos usos do território (plantio de eucalipto, mineração de areia, fontes de água, lavouras, reservas de mata, moradias, pastagens) nas áreas pertencentes ao quilombo, acompanhado por algumas lideranças da comunidade;

⁸ Informações obtidas em trabalho de campo realizado no Escritório Regional do ITESP em Sorocaba, em 05 de julho de 2014.

- Acompanhamento de reuniões da Associação dos Remanescentes de Quilombo Kimbundu do Cafundó e das atividades cotidianas dos agricultores;
- Participação em mutirões realizados pela Associação;
- Mapeamento das áreas de plantio e de reflorestamento com espécies nativas e frutíferas;
- Acompanhamento de algumas atividades da OSCIP Iniciativa Verde, que desenvolveu projeto de recuperação florestal e saneamento ambiental na comunidade de 2013 a 2015;
- Realização de um levantamento estatístico dos moradores – com base na pesquisa direta e em questionários aplicados pelo INCRA em 2005 e 2010 – para identificação e mapeamento das residências ocupadas por parte de cada família, assim como das atividades econômicas e da participação dos moradores nas atividades da associação comunitária;
- Mapeamento da área ocupada de maneira irregular por não-quilombolas;
- Realização de entrevistas com algumas lideranças, sobre os modos de uso da terra e de trabalho no passado e nos dias atuais, e sobre os atrasos no recebimento do repasse da Conab pelos produtos agrícolas entregues;
- Construção de um calendário agrícola, baseado no caderno de anotação das entregas feitas pelos agricultores para a Conab;
- Atualização da genealogia das famílias da comunidade, através da consulta à genealogia presente no Relatório Técnico-Científico elaborado pelo ITESP em 1999 e de entrevistas com os moradores mais antigos;
- Reconhecimento dos usos do território predominantes nas áreas vizinhas à comunidade;
- Realização de atividades de alfabetização com alguns moradores, a pedido dos mesmos, em 2014 e 2015;
- Orientação sobre organização de cooperativas, com apoio da funcionária Maria Márcia dos Santos, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) de Juquitiba-SP, em 10/12/2014;
- Configuração da rede de internet e do sistema operacional dos computadores do Telecentro Comunitário, de forma voluntária, em parceria com o técnico de informática Alexandre Oliveira Cobra, de Araçariguama-SP;

Através da pesquisa de campo realizada na comunidade, foram gravadas e transcritas onze entrevistas individuais em 2013 e 2014, três reuniões da Associação (ocorridas nos dias 05/07/2014, 29/10/2014 e 02/12/2014), uma visita do SESC (ocorrida no dia 26/04/2014), os bastidores de uma reportagem realizada por uma emissora de televisão no dia 11/10/2013, a visita do assessor de uma Deputada Estadual, no dia 09/10/2013, além das transcrições de falas e depoimentos de moradores da comunidade, disponíveis em documentários e reportagens encontrados na internet.

No Escritório Regional do ITESP, a pesquisa foi realizada no dia 05/06/2014, com o objetivo de obter informações sobre a atuação do ITESP na comunidade Cafundó. Além da gravação de entrevista (posteriormente transcrita) com os técnicos Carlos Fernando da Rocha Medeiros, Márcia Regina Oliveira Andrade e Edevando Moraes Ruas (“Mago”), da área de Assistência Técnica e Extensão Rural, obtive informações detalhadas sobre a comunidade e as políticas públicas implantadas ou em vias de implantação, o que permitiu direcionar o olhar para questões envolvidas na interface entre as ações dos agentes do poder público e a dinâmica da organização comunitária, no processo de planejamento e configuração do uso do território pelos quilombolas. Na ocasião, os técnicos entrevistados disponibilizaram as seguintes informações e documentos:

- Dados sociodemográficos das famílias da comunidade (ocupações profissionais, escolaridade, sexo, faixa etária);
- Relação das famílias pertencentes à comunidade (que foi completada e atualizada através de levantamento estatístico realizado pelo pesquisador);
- Cópia digital do Plano de Atividades do ITESP na comunidade para o ano de 2013;
- Cópia digital do “Plano de Etnodesenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó”, contendo informações sobre as origens históricas, a situação fundiária, socioeconômica, habitacional e a organização comunitária dos quilombolas, a identificação dos problemas existentes e a proposição de ações a serem desenvolvidas.
- Cópia digital do Plano de Trabalho “Valorização da Cultura Quilombola e Geração de Renda Agrícola”, firmado entre a Associação, a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania e a Fundação ITESP, para a aquisição de uma estufa e implementos agrícolas.

- Cópia digital do “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II”, voltado especificamente para a ampliação da produção de alimentos para comercialização, aquisição de um microtrator e sistema de irrigação, elaborado através de uma parceria entre a Associação, a Fundação ITESP e a CATI.
- Cópia digital do “Regimento Interno para Uso das Máquinas, Veículos e Equipamentos de Uso Coletivo”, elaborado pela Associação com apoio dos técnicos do ITESP;
- Relação de agricultores do quilombo que possuem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e participam do PAA;
- Comunicado CONAB/MOC N° 005, de 21/02/2014 para estabelecimento de contrato de Compra com Doação Simultânea (CDS);
- Cópia digital do Decreto N° 44.294/1999, que institui a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”;
- Cópia digital da Proposta de Participação – Doação Simultânea, estabelecida entre a Associação dos Remanescentes de Quilombo Kimbundu do Cafundó e a CONAB, para o fornecimento de alimentos para doação;
- Fotografias de algumas das casas e equipamentos comunitários (barracão multiuso, espaço comunitário, casa de pau-a-pique, estufas).

A pesquisa de campo no INCRA foi realizada no dia 26/06/2014. Nessa ocasião, fui recebido pela antropóloga Mariana Sucupira Gomes, do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do INCRA-SP, cujo relato sobre a situação fundiária de cada uma das áreas que compõe o território do Quilombo Cafundó foi sintetizado na “Tabela 1 – Situação Fundiária das áreas que compõem o Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó, 2014”.

A pesquisa no INCRA possibilitou o acesso a todos os documentos do Processo Administrativo nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento, Demarcação e Titulação do Território pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó), do qual foram solicitadas cópia de 1.431 páginas que incluíram, dentre outros documentos, os mencionados a partir da página seguinte:

Tabela 1 – Situação Fundiária das áreas que compõem o Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó, 2014

Gleba	Data da ação do INCRA	Área (ha)	Situação atualizada	Detalhes
A	22/09/2011	19,5	Imóvel avaliado, ação ajuizada, aguardando imissão.	Área ocupada pelo núcleo de casas da comunidade. Em outubro/2014 nove famílias de posseiros foram retiradas e as casas foram demolidas pelo INCRA. Agora a comunidade aguarda a obtenção da Imissão de Posse.
B	18/11/2011	44	Imóvel avaliado, ação ajuizada, aguardando imissão.	Área ocupada por três famílias de posseiros. O INCRA aguarda a retirada dos posseiros ⁹ para Imissão de Posse.
C	19/07/2011	32,2	Imissão provisória de posse (dezembro/2012).	Emissão de Posse em dezembro de 2012. Havia um casal de posseiros que foi assentado em Iperó pelo INCRA.
D	04/11/2011	122	Imissão provisória de posse (fevereiro/2012).	Imissão de Posse em 02/2012 e assinatura do CCDRU em 02/08/2012. A área possui um grande passivo ambiental deixado pelo antigo proprietário (inutilização de 50 ha pela mineração de areia, ocupação de 63 ha por monocultura de eucalipto e contaminação por um posto de combustíveis que funcionou sem licença da CETESB).

Fonte: Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas/Superintendência Regional do INCRA-SP.
Organização: André Luís Gomes (2014).

- Laudos Técnicos de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural de cada uma das áreas particulares sobre as quais se sobrepõe o território quilombola e que estão sendo desapropriadas pelo INCRA. Esses documentos comprovam o valor de mercado dos imóveis para fins de indenização dos proprietários, contendo informações sobre os aspectos físicos, econômicos e da ocupação humana das propriedades avaliadas;
- Relatório de estudo da Cadeia Dominial das áreas em processo de desapropriação, elaborada pelo ITESP para comprovação da validade dos títulos de propriedade;

⁹ A família de posseiros que ocupava um lote na Gleba B foi retirada em março de 2015.

- Documentos elaborados pela Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Geral da União e Advocacia Geral da União, decidindo pela desapropriação das áreas particulares para fins de titulação do território quilombola;
- Recursos elaborados por Pedro Latorre, suposto proprietário da Fazenda Eureka/Gleba D, questionando a ação de desapropriação e solicitando a sua anulação; respostas da Superintendência Regional do INCRA-SP, negando tais recursos;
- Ação de Usucapião movida pelas antigas lideranças do Cafundó, na década de 1970, sobre a Gleba A/Sítio Cafundó, ocupada pelo núcleo de casas da comunidade;
- Documento do CONDEPHAAT recomendando o tombamento das glebas A (Sítio Cafundó), B (Fazenda Paraná – Parte) e C (Sítio São Benedito) como sítios de valor histórico, artístico e arquitetônico;
- Contratos firmados por Pedro Latorre com as empresas Mineração de Areia Ouro Branco LTDA, Suzano Papel e Celulose S.A., Telefônica S.A. e Auto Posto da Barra LTDA para exploração econômica da Fazenda Eureka, além de laudos ambientais, licenças e autuações emitidas pela CETESB para essas atividades;
- Laudo Antropológico elaborado pelo ITESP, Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade Cafundó emitida pela Fundação Cultural Palmares, Portaria de reconhecimento dos limites do território da comunidade emitida pelo INCRA;
- Informações sobre as ações do INCRA para mediação de conflitos entre quilombolas e posseiros;
- Documentos da Associação Comunitária;
- Boletins de Ocorrência abertos por lideranças quilombolas, por ameaça e incêndio criminoso, além de ofícios enviados por técnicos do INCRA à sede da Polícia Federal em Sorocaba, alertando sobre os conflitos iniciados após a imissão de posse do INCRA sobre a Gleba D, em 02/02/2012;
- Esclarecimentos do INCRA sobre os procedimentos de regularização e titulação da comunidade quilombola Cafundó (síntese do processo);
- Laudo elaborado pelo INCRA sobre a situação dos ocupantes não-quilombolas;

- Decreto de Desapropriação por Interesse Social, para fins de titulação, das áreas que compõem o território quilombola;
- Mapas de cada uma das áreas e do conjunto do território, que serviram de base para a elaboração de mapas atualizados da comunidade, apresentados no Capítulo 5;

Desse modo, além das entrevistas com moradores, dos levantamentos estatísticos realizados em campo e das informações fornecidas pelo ITESP, a leitura dos documentos do Processo representou uma das principais fontes de informação da pesquisa empírica, pois inclui todos os dados oficiais, disponíveis até 2014, sobre os conflitos fundiários na comunidade e os trabalhos de mediação e regularização fundiária realizados pelo INCRA.

A OSCIP Iniciativa Verde também foi incluída no escopo da pesquisa empírica, pois se trata de um agente territorial responsável por modificações no uso do território dentro da comunidade, por meio do “Plantando Águas”. A pesquisa de campo na sede da Iniciativa Verde foi realizada em 14/10/2014, resultando em entrevista com seu representante (Roberto Resende) e na obtenção de materiais e documentos, dentre os quais o principal consistiu em cópia digital do projeto “Plantando Águas”, aprovado pela Petrobrás Ambiental e realizado na comunidade de 2013 a 2015.

Além da pesquisa de campo, brevemente descrita, realizamos uma pesquisa documental, que consistiu no levantamento de documentos oficiais e na pesquisa de dados sobre os territórios quilombolas em âmbito estadual e nacional – a partir da consulta a páginas na internet de órgãos governamentais (principalmente INCRA, ITESP, Fundação Cultural Palmares [FCP] e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial [SEPPIR]) e de organizações não-governamentais que atuam junto às comunidades remanescentes de quilombo – com o propósito de contextualizar a questão quilombola em âmbito nacional. No intuito de relatar e discutir os casos de comunidades quilombolas nos diversos estados do país, recorreremos em grande parte às informações disponibilizadas na internet pela Comissão Pró-Índio de São Paulo¹⁰, conforme poderá ser verificado no *Capítulo III – O Espaço Geográfico e*

¹⁰ Segundo consta em seu endereço eletrônico, “A Organização Não-Governamental Comissão Pró-Índio de São Paulo foi fundada em 1978 por um grupo de antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas frente às crescentes ameaças do regime ditatorial vigente naquela época. Nos seus [37] anos de existência (...) tem atuado junto com os índios e quilombolas para garantir os seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o

os Territórios Quilombolas no Brasil. Por questão de concisão, não mencionaremos aqui as páginas da internet pesquisadas e os documentos obtidos, optando por citá-los em momentos pertinentes ao longo do texto e nas fontes de pesquisa ao final do trabalho.

Por fim, cabe mencionar que a maior parte do tempo e esforço de pesquisa, acima descrito, foi realizada sem nenhum tipo de financiamento por parte das agências de fomento à pesquisa científica. De julho de 2012, quando se deu meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, a junho de 2014, o trabalho de pesquisa teve que ser conciliado com atividades docentes no Ensino Fundamental e no Ensino Médio no município de Mairinque (SP); e do final de junho ao final de setembro de 2014, com o trabalho temporário no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Agência situada em Sorocaba (SP). Mesmo com esses contratempos e dificuldades materiais enfrentadas no decorrer da pesquisa, sou muito grato à bolsa concedida pela CAPES em fins de setembro de 2014, sem a qual as dificuldades para escrever esse trabalho seriam muito maiores. O trabalho é composto por cinco capítulos, que apresentamos resumidamente a seguir.

O Capítulo I – *O Debate Conceitual e a Periodização da Questão Quilombola no Brasil e na América Latina*, faz uma síntese histórico-geográfica da origem dos quilombos, abordando os problemas da escravidão colonial e das origens históricas da distribuição da terra no Brasil, que resultaram em uma estrutura fundiária extremamente desigual e baseada no latifúndio. Essa síntese serve como ponto de partida para a compreensão da “reinvenção” do conceito de quilombo, ocorrida a partir do período inaugurado com a promulgação da Constituição de 1988, por meio das mobilizações do movimento negro, de intelectuais e de outros segmentos dos movimentos sociais. Em seguida, introduzimos a questão do avanço da pluriatividade e da ocupação da mão-de-obra, residente no meio rural, em atividades não-agrícolas, como uma tendência verificada nas áreas rurais, na agricultura familiar, em comunidades quilombolas e assentamentos. Propomos também a periodização da questão quilombola no Brasil – no contexto da periodização espaço-temporal na escala mundial – e a contextualização das comunidades afro-rurais na América Latina, a partir de uma rápida apresentação e

discussão de dados sobre essas comunidades em outros países do continente, como a Colômbia e o Panamá.

No Capítulo II – *As Normas e o Uso do Território: apontamentos sobre a construção política do sistema normativo de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas*, serão discutidas as relações entre a construção política das normas e sua efetivação através do ordenamento do uso do território, com ênfase nos embates e contradições inerentes ao sistema normativo estatal, estruturado a partir do Artigo 68, com o propósito de garantir os direitos territoriais das comunidades quilombolas. A partir dos conceitos de horizontalidades, verticalidades, normas, ações, eventos e território, evidenciam-se os interesses contraditórios e as forças sociais e políticas antagônicas que regem esse processo e interferem diretamente na realidade das comunidades, proporcionando ou dificultando o acesso a terra, aos recursos naturais e às políticas públicas (infra-estrutura, ATER, saúde, educação, por exemplo),

O Capítulo III – *O Espaço Geográfico e os Territórios Quilombolas no Brasil*, apresenta dados relativos à distribuição espacial das comunidades quilombolas no território brasileiro e aos avanços e retrocessos na titulação dos territórios quilombolas, a partir do entendimento do sistema normativo de reconhecimento e titulação desses compartimentos. Para esse propósito, buscamos fundamentos na discussão teórico-conceitual sobre espaço e território, no âmbito do pensamento geográfico.

O Capítulo IV – *Os Territórios Quilombolas na região de Sorocaba, no sudoeste paulista e demais ocorrências no Estado de São Paulo*, procura caracterizar em linhas gerais o recorte regional – a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) – no qual se insere a comunidade estudada, utilizando informações históricas, estatísticas, socioeconômicas, populacionais, cartográficas, ambientais e fundiárias produzidas sobre a região. Em seguida, traz à tona situação das demais comunidades quilombolas existentes na região e em outras áreas do Estado de São Paulo.

No Capítulo V – *A chegada de novos conteúdos espaciais a partir do reconhecimento do território quilombola: ações, agentes e objetos presentes no quilombo Cafundó*, serão apresentados especificamente os resultados da pesquisa empírica. Analisamos as origens e o processo de reconhecimento do território do quilombo Cafundó, a partir da pesquisa bibliográfica e de relatos orais coletados na comunidade, dedicando especial atenção à ação do Estado na regularização fundiária, na mediação de conflitos, na implantação de políticas públicas e na normatização do

território. Conforme exposto, a principal fonte de consulta referente à ação do Estado foram as informações e documentos disponibilizados pelo INCRA e pelo ITESP.

Ao tratar da questão da organização comunitária, direcionamos nosso olhar sobre a dinâmica de funcionamento da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, com foco na agricultura, na produção de artesanato, na gestão do território e na representação dos interesses coletivos perante agentes e instituições externas, enquanto a problemática das manifestações culturais e das relações entre as famílias que compõe a comunidade é tratada de forma transversal.

Para analisar a estruturação e o uso do território, procuramos considerar as diferentes escalas de ação incidentes – desde a do lugar até a das decisões políticas capazes de se difundirem amplamente pelo território, tratando especificamente das normas referentes aos territórios quilombolas. Nesse sentido, retomamos os conceitos de território, espaço, normas, eventos, ações, pluriatividade e atividades rurais não-agrícolas.

**PARTE I – ESPAÇO, TERRITÓRIO, NORMAS E
QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS**

**CAPÍTULO I – O DEBATE CONCEITUAL E A
PERIODIZAÇÃO DA QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL
E NA AMÉRICA LATINA**

1.1. A colonização do território brasileiro com base no trabalho escravo

A escravidão consistiu em um dos fatos marcantes da história e da organização da sociedade brasileira. Ao longo de mais de três séculos – de meados do século XVI até a abolição da escravidão em 1888 – representou a base de sustentação do sistema de exploração colonial, baseado na exportação de produtos agrícolas tropicais e minérios, estabelecendo, desde os primórdios da formação da nação, a desigualdade social e racial entre os detentores de terras, poderes e privilégios, e os negros africanos trazidos forçadamente para o trabalho em cativeiro, assim como os brancos e mestiços desprovidos dos meios de produção (PRADO JR, 1994).

Partindo do objetivo central da pesquisa – compreender o uso do território realizado por uma comunidade remanescente de quilombo, mediado pela ação do Estado, pelas normas e por conflitos estabelecidos com outros usos – a contextualização histórica do surgimento desses agrupamentos territoriais adquire importância fundamental para a compreensão do processo de “reinvenção” do conceito de quilombo, assim como para esboçar uma periodização das mudanças nos conteúdos e nas relações desses agrupamentos, perante a sociedade e o território nacional como um todo¹¹. Do mesmo modo, o propósito de compreender as origens da comunidade estudada justifica a contextualização histórica, tomada em linhas gerais.

O surgimento dos “compartimentos quilombolas” (SILVA, 2010), enquanto espaços dotados de novos conteúdos, portadores de novas horizontalidades e atingidos por novas verticalidades (SANTOS, 2014), tem como base o conceito ressemantizado de quilombo. Para entender o significado mais profundo desse conceito, no passado e no presente, é necessário explicar, em linhas gerais, como os quilombos surgem no contexto da história da formação territorial brasileira.

Nesse sentido entendemos os quilombos, no passado e na contemporaneidade, enquanto agrupamentos territoriais subordinados ao modo de produção capitalista e à

¹¹ Sobre o emprego da periodização nos estudos geográficos, adverte Milton Santos: “Como a mesma variável muda de valor segundo o período histórico (...), a análise, qualquer que seja, exige uma periodização, sob pena de errarmos frequentemente em nosso esforço interpretativo. Tal periodização é tanto mais simples quanto maior a escala do estudo (os *modos de produção* existem à escala mundial), e tanto mais complexa e capaz de subdivisões quanto mais reduzida é a escala (SANTOS, 2008: 13). Um pouco mais adiante, o autor afirma: “O recurso às realidades do passado para explicar o presente nem sempre significa que se apreendeu corretamente a noção de tempo no estudo do espaço. Se um elemento não é considerado como um dado dentro do sistema a que pertence (ou ao qual pertencia na época da sua apresentação), não se está utilizando um enfoque espaciotemporal. A mera referência a uma situação histórica ou a busca de explicações parciais concernentes a um ou outro dos elementos do conjunto não são suficientes” (SANTOS, 2008: 36-37).

formação do Estado-Nação, mesmo levando em consideração que o surgimento dessas comunidades ocorreu majoritariamente como negação e resistência ao modo de produção dominante, baseado na escravidão.

Sendo assim, enquanto no passado, os quilombos surgiram enquanto “forma de luta de classes no contexto do escravismo colonial, (...) veículo de consolidação de fuga individual ou coletiva ao cativeiro” (FIABANI, 2005: 288-289), na atualidade, as comunidades remanescentes de quilombo são reconhecidas pelo Estado e a garantia dos seus direitos territoriais é constitucionalmente prevista, ao menos no âmbito da lei.

Historicamente, as contradições estruturais do modo capitalista de produção conduziram a profundas modificações na organização do trabalho, da produção e da distribuição dos seus resultados. A escravidão, contraditória com o estabelecimento de formas mais avançadas de produção capitalista e com o desenvolvimento das forças produtivas, serviu aos interesses de uma etapa desse modo de produção, sendo extinta (ou somente modificada) em razão da necessidade de estabelecer modalidades mais avançadas de acumulação capitalista, baseadas na exploração do trabalho assalariado (MARTINS, 1998).

A escravidão foi implantada na América colonial a partir do século XVI, no contexto da expansão do capitalismo comercial, cujas bases se assentaram na sujeição da produção ao comércio (MARTINS, 1998), no modelo agroexportador, no latifúndio e na monocultura (PRADO JR., 1994).

Em razão das condições climáticas diferentes das européias, a América tropical oferecia aos interesses coloniais a possibilidade de produzir gêneros agrícolas inexistentes na Europa. A maioria desses produtos agrícolas foi importada para a América de outros continentes, onde existissem condições climáticas semelhantes, permitindo a adaptação. Foi o caso da cana-de-açúcar, originária da Índia; e do algodão e do café, trazidos mais tarde do continente africano. Visto que os portugueses não haviam encontrado no continente recém-descoberto os metais preciosos e as especiarias, surge o interesse na produção agrícola de produtos tropicais, destinada à exportação. A agricultura se torna a principal atividade econômica do Brasil colonial, reproduzindo de certa forma a experiência implantada na colonização dos Açores (MORAES, 2000).

A partir de sua consolidação enquanto Estado Nacional no século XV, Portugal se tornou uma nação marítima, com interesses voltados para a navegação no Oceano Atlântico. Essa natureza marítima foi favorecida pela posição geográfica, a mais

próxima do oceano dentre todos os países do continente europeu, vantagem que foi importante na circunavegação do continente africano, no qual estabeleceu possessões coloniais e feitorias – instalações fortificadas, voltadas para a exploração comercial – em pontos estratégicos (PRADO JR., 1994).

Dentre as mercadorias exploradas através das feitorias, o tráfico de seres humanos, para serem submetidos à escravidão, despontava como uma atividade lucrativa já no início do século XVI. Portugal já ensaiara a escravidão no século XV, por meio da captura de prisioneiros nas guerras de reconquista da Península Ibérica aos mouros (PRADO JR., 1994).

A ocupação e o povoamento do território que constituiria o Brasil representaram uma etapa da constituição do mundo moderno, caracterizado pela expansão do domínio europeu sobre a maior parte do mundo então conhecido. “A colonização portuguesa na América não é um fato isolado (...). É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo” (PRADO JR., 1994: 20).

No início do século XVI, as potências marítimas não estavam em condições de colonizar a América com imigrantes de origem europeia, pois sua população havia sido drasticamente reduzida pelas epidemias (sarampo, varíola) que assolaram o continente europeu nos séculos XIV e XV. Por outro lado, havia a necessidade geopolítica de colonização do continente recém-descoberto, tornada motivo de disputas entre as potências a partir do século XVI. Sendo assim, a exploração econômica se apresentava como um instrumento e uma necessidade dos objetivos geopolíticos que envolviam a colonização (MORAES, 2000: 299).

Em tais condições, o estabelecimento de feitorias comerciais foi a solução adotada por Portugal e Espanha nas primeiras décadas do século XVI, inicialmente para a exploração de produtos extraídos diretamente da natureza, como as madeiras. A idéia de povoar surge dos interesses comerciais. Por isso pode-se afirmar que nessa fase da empresa colonial a produção é subordinada ao comércio (PRADO JR., 1994; MARTINS, 1998).

A escassez de mão-de-obra em número suficiente para promover a colonização é considerada como um dos fatores da organização econômica colonial, baseada na grande propriedade senhorial e no trabalho escravo¹². “Junto com os

¹² “Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do século XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala

latifúndios e a monocultura da cana espalhou-se a escravidão dos índios” (MORAES, 2000: 304). Em um período posterior, a escravidão baseada no tráfico negroiro. “Escravo e grande lavoura eram inseparáveis” (CANDIDO, 2010: 113), nas palavras do sociólogo Antônio Cândido.

O tráfico negroiro proporcionava vultosos lucros para a burguesia comercial metropolitana. No Brasil, movimentava outras atividades econômicas, como a produção de fumo no recôncavo baiano e de aguardente em praticamente todas as regiões canavieiras, como a costa oriental do Nordeste e parte do litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esses produtos abasteciam o mercado interno e eram utilizados como moeda de troca no escambo com os traficantes de negros (PRADO JR, 1994; ANJOS, 2006). Desse modo, a escravidão negra – disseminada na maior parte das colônias do continente americano – se constituiu como um elemento fundamental da colonização e fez do Brasil o principal destino do tráfico negroiro nas Américas, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Estimativa dos povos africanos desembarcados nos principais portos de diferentes regiões do mundo – séculos XV a XIX

Fonte: ANJOS, 2006: 25. Organização: André Luís Gomes (2014).

crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do século XV para seus domínios no norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros. Nada havia portanto que provocasse no reino uma êxodo da população” (PRADO JR., 1994: 30).

Adelmir Fiabani (2005) indica referências de que os primeiros cativos trazidos da África desembarcaram no Brasil em meados do século XVI.

Não temos a data precisa da entrada dos primeiros trabalhadores escravizados negro-africanos na Colônia. (...) o tráfico oficial de escravos para o Brasil teve começo em meados do século 16. Mais precisamente em 29 de março de 1549, quando desembarcou na Bahia, Tomé de Souza, os jesuítas e uma “leva de cativos negro-africanos. Porém, há registros da presença de cativos africanos anterior à data de 1549. Casos isolados podem ter ocorrido antes mesmo da ocupação territorial (FIABANI, 2005: 261).

“Os primeiros negros trazidos para o Brasil, no século XVII, vinham da costa ocidental da África. Mais tarde vieram também da costa oriental, e de outras regiões da África onde habitavam grupos étnicos com línguas e sistemas culturais distintos” (ANDRADE & TATTO, 2013: 12). Ao longo dos mais de trezentos anos de vigência do sistema escravista, o Brasil recebeu a migração forçada de milhões de africanos, de várias etnias. As estatísticas da quantidade de africanos entrados no Brasil durante a escravidão são imprecisas. Rafael Araújo S. dos Anjos afirma que o número de africanos traficados para o Brasil foi de aproximadamente quatro milhões, o que equivale a 39% dos mais de 10.207.000 seres humanos traficados de diversas regiões da África para as colônias na América, entre os séculos XVI e XIX¹³ (ANJOS, 2006). Caio Prado Júnior, por sua vez, estima que foram traficados de cinco a seis milhões de africanos para o Brasil, durante o período da escravidão (PRADO JR, 1994).

A implantação sistemática da escravidão negra na América colonial, a partir do século XVII, contextualiza-se no seio do desenvolvimento do capitalismo, em sua fase comercial ou mercantilista¹⁴, com base no controle das potências européias sobre um “comércio triangular” realizado entre a Europa, a África e a América. Esse comércio, fruto da dominação política e econômica das metrópoles sobre as colônias, consistia na captura e tráfico de negros para serem exportados para as colônias americanas, em troca de aguardente e fumo; na exportação de minérios e produtos agrícolas das colônias para

¹³ “A escravidão colonial alcançou verdadeiro apogeu no Brasil. É impossível compreender a história [assim como a geografia] dessa nação dissociada da herança escravista. O Brasil foi uma das primeiras nações do novo mundo a organizar o escravismo e a última a concluí-lo. Também foi ali que desembarcou o maior número de africanos escravizados” (FIABANI, 2005: 21).

¹⁴ Segundo Ariovaldo U. de Oliveira, “o período mercantilista foi marcado pelo tráfico de escravos, que ocorreu, sobretudo, do século XVII ao XIX estendendo-se do Senegal a Moçambique. Os mercadores de escravos pagavam-nos com mercadorias, entre elas armas. Assim, os ‘reis’ africanos, através de seus exércitos, foram promovendo a pilhagem das comunidades, à procura de escravos. Portanto, a inserção das comunidades africanas no processo instalado pelo desenvolvimento do capitalismo mundial se fez sobremaneira pelo devastador tráfico negreiro.” (OLIVEIRA, 2007: 22).

a metrópole; e na exportação de artigos manufaturados da metrópole para as colônias¹⁵ (ANJOS, 2006; PRADO JR, 1994).

O tráfico negreiro teve consequências populacionais. “Estima-se que, em 1798, a população brasileira tinha 2.998.000 habitantes, dos quais 53% eram escravos, 13% negros e mulatos libertos e 34% brancos” (KOWARICK, 1994: 33). Por sua vez, Prado Júnior (1994) afirma que “só os escravos constituíam um terço da população total, segundo os dados mais prováveis para os primeiros anos do século XIX” (PRADO JR., 1994: 107). “Em diversas épocas, a população cativa era significativa, chegando em alguns casos a superar a população livre, o que dificultava o controle da massa escravizada” (FIABANI, 2005: 253).

1.1.2. Escravidão e Genocídio dos Povos Indígenas

Nos primórdios da colonização, os portugueses realizaram tentativas de submeter as populações indígenas, também conhecidas como “negros da terra”, ao trabalho escravo, o que resultou em fracasso econômico e catástrofe humana, marcada pelo genocídio dos povos indígenas, por meio da matança e da disseminação de epidemias trazidas do continente europeu, tais como sarampo, varíola e gripe.

Após o início do tráfico massivo de africanos, a partir do século XVII, a escravidão indígena continuou a existir principalmente nas regiões de mais baixo nível econômico, nas quais os proprietários não eram capazes de arcar com os preços elevados do escravo africano (MORAES, 2000). Os indígenas constituíram a mão-de-obra predominante aproximadamente até o final do século XVI, resistindo de várias maneiras à escravidão (FIABANI, 2005). O rápido decréscimo populacional dos indígenas acabou sendo uma das razões para a importação maciça de africanos escravizados¹⁶ (MORAES, 2000).

¹⁵ O tráfico de escravos da África para a América foi, durante três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades dos negociantes europeus (...). Do continente europeu chegavam produtos alimentícios como azeite, queijos, vinhos, farinha de trigo, bacalhau e produtos manufaturados, como ferramentas e tecidos. Do Brasil exportavam-se couro, tabaco, madeira, farinha de mandioca, aguardente, derivados de baleia, açúcar, diamantes e ouro” (ANJOS, 2006: 24).

¹⁶ Além da redução da população indígena e das dificuldades de adaptá-la ao tipo de trabalho exigido, “os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena” (FAUSTO, 2008: 50-51).

A rapidez com que se dava o extermínio dos povos indígenas chegou a causar preocupações por parte da coroa portuguesa, não por razões humanitárias, mas pela razão de que “para o governo real, os índios eram valiosos para dar aos portugueses uma vantagem numérica na luta contra outros índios” (MORAES, 2000: 314) na conquista do território.

A preferência pelo escravo de origem africana também pode ser explicada por motivos de caráter mais estrutural, relacionados à natureza da economia colonial, baseada no capitalismo comercial e no comércio triangular: *“a produção fundada no trabalho escravo resultou do comércio de escravos (...). A economia colonial poderia ser redefinida como o regime em que a produção é subjugada pelo comércio, dado que não só o produto do trabalho, mas o próprio trabalhador é objeto de comércio”* (MARTINS, 1998: 121).

1.2. O Regime de Sesmarias: origens da distribuição da terra no Brasil

Para Portugal, interessava realizar no Brasil uma colonização de exploração, baseada na grande propriedade agroexportadora e voltada para a acumulação primitiva de capital. A propriedade de vastas extensões de terra era legitimada pelo regime de sesmarias, forma adotada pela coroa portuguesa para promover a colonização do Brasil. “Inspirada na legislação do império romano, a Lei de Sesmarias foi aprovada em Portugal, no ano de 1375, e estabelecia a praxe da concessão de terras a particulares, objetivando a efetiva ocupação” (FIABANI, 2005: 350).

No Brasil, o regime de sesmarias foi implantado como instrumento de colonização por meio do sistema de Capitanias Hereditárias. Uma vez que as capitanias representavam extensões de terra muito amplas (maiores do que vários dos atuais estados da Federação) para serem ocupadas somente pelos donatários, estes as repartiam em grandes extensões de terras, denominadas sesmarias, a parentes nobres, membros da corte portuguesa, oficiais militares, grandes comerciantes ou traficantes de escravos (PAOLIELLO, 1992). Na prática, os donatários “só se tornavam proprietários privados de 20% da área de sua respectiva capitania e se obrigavam a distribuir os 80% restantes a título gratuito de sesmarias. (...) No Brasil, uma sesmaria correspondia a um pedaço de terra com 13.068 hectares” (FIABANI, 2005: 351-352).

Para obterem as cartas de sesmarias, além de serem brancos e de origem portuguesa¹⁷, os sesmeiros deveriam possuir escravos em número suficiente, o que comprovaria sua capacidade de colonizar e cultivar as terras. “As sesmarias só eram doadas a indivíduos detentores de bens e da confiança dos donatários” (FIABANI, 2005: 352). Quando as sesmarias não eram utilizadas economicamente, voltavam ao domínio do rei, o que deu origem ao termo “terras devolutas”, ou seja, terras não ocupadas e devolvidas à coroa (PAOLIELLO, 1992). Na prática, acabavam sendo ocupadas por posseiros que não possuíam cartas de sesmaria, o que deu origem à apropriação camponesa da terra no Brasil (MARTINS, 1990).

Quando as cartas de sesmarias eram obtidas pelos latifundiários, os posseiros poderiam ser expulsos ou incorporados à propriedade como agregados ou moradores de condição, enquanto fosse conveniente ao sesmeiro, sendo obrigados ao pagamento de tributos (renda da terra) em dinheiro ou em espécie, além da prestação de favores e obediência ao proprietário da sesmaria, definindo relações de subordinação (MARTINS, 1990; FIABANI, 2005; OLIVEIRA, 2007).

O regime de sesmarias foi adotado por Portugal para evitar que as extensões de terras disponíveis fossem povoadas com base na pequena propriedade e na produção destinada ao mercado interno. O interesse das elites portuguesas era claramente promover a colonização com base na produção para exportação, na grande propriedade e no trabalho escravo, com o propósito de acumular riquezas e fortalecer a centralização do Estado. “Dada a disponibilidade de terras, (...) não seria fácil manter trabalhadores assalariados nas grandes propriedades. Eles poderiam tentar a vida de outra forma, criando problemas para o fluxo de mão-de-obra para a empresa mercantil” (FAUSTO, 2008: 48). De acordo com Kowarick (1994: 21), “(...) o assalariamento mostrou-se inviável, porque esse contingente de indivíduos pobres poderia usar sua liberdade para reproduzir-se autonomamente, em vez de se transformar em mercadoria para a empresa colonial”.

¹⁷ No período colonial, quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco e índia, estava excluído da herança. (...) Cessada a legalidade da escravidão indígena no começo do século seguinte, (...) o índio e o mestiço entraram para o rol dos agregados da fazenda, excluídos do direito de propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados, desde serviços até gêneros, segundo a época, as circunstâncias e as condições do fazendeiro (MARTINS, 1990: 31-32).

1.3. A distribuição regional da mão-de-obra escrava de origem africana

Embora as maiores concentrações de africanos escravizados ocorressem nas regiões de grande atividade econômica – tais como os principais núcleos agrícolas do litoral (Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro) e os centros mineradores do interior (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso), por exemplo – a escravidão, assim como os quilombos, foi um fenômeno presente em todas as regiões do Brasil Colonial¹⁸.

A concentração regional dos escravos, ao longo da história do Brasil, se deu de acordo com a sucessão espacial e temporal dos ciclos econômicos e as correspondentes mudanças dos centros dinâmicos da economia. Até o século XVII, as maiores concentrações da população escravizada se davam nas áreas açucareiras do Nordeste; durante o século XVIII, nas áreas de exploração aurífera e diamantífera de Minas Gerais; e a partir do século XIX, nas áreas de expansão cafeeira paulista e fluminense. “Foi o café o grande responsável pelo aumento do número de escravos e pela modificação das estatísticas. São Paulo passará, com o Rio e Minas a deter, em 1887, 50% da população escrava do país” (COSTA, 1998: 69).

O ciclo do café, sobretudo na primeira metade do século XIX, conservou as características da economia colonial: produção de um produto tropical de exportação, com base no latifúndio, no trabalho escravo e em técnicas de cultivo extensivas e predatórias. O modo de apropriação das terras pelos grandes fazendeiros seguiu o padrão herdado do passado colonial, em que predominava a indefinição dos limites e dos títulos de propriedade e a expulsão violenta de posseiros e pequenos proprietários. “Em um quadro desse tipo, prevaleceu a lei do mais forte. O mais forte era quem reunia condições para manter-se na terra, desalojar posseiros destituídos de recursos, contratar bons advogados, influenciar juízes e legalizar assim a posse das terras” (FAUSTO, 2008: 187).

O “Mapa 2 – Brasil: referências territoriais dos principais ciclos econômicos, séculos XVI-XX” trata das áreas abrangidas pelos principais ciclos econômicos ocorridos no Brasil do século XVI ao início do século XX, enquanto o “Mapa 3 – Brasil: reconstituição da configuração territorial etnológica africana no século XIX” permite visualizar a distribuição dos diversos grupos étnicos africanos (Bantos,

¹⁸ “Mesmo naquelas regiões onde o coeficiente demográfico do escravo era pequeno, o fenômeno era registrado. Do começo ao fim da escravidão, em todas as partes da Colônia em que brotava a agricultura e a escravidão, logo apareciam os quilombos enchendo as matas e pondo em alvoroço os senhores de terras” (FIABANI, 2005: 264).

provenientes de Angola; Jejes-Minas, provenientes da Guiné e do Benim; Iorubás-Nagôs, provenientes da Nigéria; Haussás, provenientes da África Subsaariana/Sahel) nas diferentes regiões brasileiras no século XIX, período em que o regime escravista se aproximava do fim.

Mapa 2 – Brasil: referências territoriais dos principais ciclos econômicos, séculos XVI-XX

Fonte: ANJOS (2006: 61).

Mapa 3 – Brasil: Reconstituição da Configuração Territorial Etnológica Africana no século XIX

Fonte: ANJOS (2006: 42).

1.3.1. A mão-de-obra escrava na região de Sorocaba

Durante o período da escravidão, anterior à proibição do tráfico negreiro, ocorrida em 1850, a agricultura de Sorocaba, incluindo Salto de Pirapora, esteve voltada para a produção de alimentos para abastecimento interno. Além das atividades vinculadas ao comércio de animais de transporte (tropas), “a agricultura fixou-se também como atividade de destaque na vila de Sorocaba, tanto que dos 851 domicílios encontrados na Lista Nominativa de 1772, 568 (66,7% do total) estavam dedicados à produção de gêneros de primeira necessidade” (STRAFORINI, 2001: 59).

Predominava a pequena produção agrícola de alimentos, em unidades que possuíam número reduzido de escravos, ou mesmo baseadas exclusivamente no trabalho familiar. “Do total de domicílios dedicados a agricultura, 77,5% não possuíam escravos e apenas 10 possuíam mais que 10 escravos em seus plantéis, evidenciando novamente uma produção organizada com base no trabalho familiar” (STRAFORINI, 2001: 59). De acordo com a antropóloga Maria Cecília M. Turatti,

A situação econômica peculiar da região sorocabana – fora do eixo de produção para economia de exportação – explica porque a população escrava era relativamente reduzida, se comparamos esta região a outras do tipo açucareiras ou cafeicultoras. (...) Enquanto Campinas tinha, em 1836, 58,6% de população escrava, esta proporção era de somente 23,2% em Sorocaba (TURATTI, 2000: 15).

Na região de Sorocaba, na qual a economia tinha seus fundamentos na atividade tropeira – criação, transporte e comércio de animais de carga – e na pequena agricultura, atividades que por natureza empregavam número menor de cativos, em comparação à cafeicultura e à cana-de-açúcar, a presença de escravos foi menor em comparação com outras regiões da província (STRAFORINI, 2001), conforme o “Gráfico 2 – Proporção de escravos para homens livres nas principais cidades da Província de São Paulo, 1836 (%)” que possibilita a visualização do percentual de escravos em relação ao total da população, nas cidades mais importantes da Província de São Paulo em 1836.

Gráfico 2 – Proporção de escravos para homens livres nas principais cidades da Província de São Paulo, 1836 (%)

Fonte: STRAFORINI (2001: 91), organizado por André Luís Gomes (2014).

Todavia, esse quadro pode ter sofrido modificações na década de 1860, decorrentes do *boom* momentâneo do algodão, ocorrido no Brasil nessa década. Em um período anterior já haviado um aumento na demanda mundial de algodão, impulsionado pela expansão das fábricas têxteis na Inglaterra e em seguida em outros países da Europa Ocidental. Com o aumento do consumo mundial de algodão, essa cultura adquiriu grande importância para a economia colonial brasileira, chegando a ultrapassar a importância da cana-de-açúcar no século XVIII (STRAFORINI, 2001; PRADO JR, 1994), trazendo consequências para a agricultura da região de Sorocaba, como indicado por Straforini (2001):

A tradição de cultivar algodão em Sorocaba remonta ao século XVII, quando seus fundadores trouxeram de Santana de Parnaíba e São Paulo o cultivo do algodão arbóreo e a sua manufatura. (...) As primeiras mudas de algodão herbáceo foram introduzidas no espaço sorocabano em 1861, com sementes distribuídas pela Associação para Suprimento do Algodão de Manchester – Inglaterra. A decisão de plantar algodão herbáceo não visava atender a demanda interna, mas atingir um mercado internacional em pleno crescimento, conduzido pelo desenvolvimento do capital industrial, principalmente o mercado inglês. A crise no abastecimento internacional de algodão, provocada pela Guerra Civil Americana (1860-1865), inseriu novos lugares periféricos nesse sistema industrial, como fornecedores de matéria-prima (STRAFORINI, 2001: 104).

1.4. As contradições do regime escravista para o desenvolvimento do capitalismo

A escravidão representava uma contradição ao pleno desenvolvimento do capitalismo, pois o escravo, ao invés de representar para o fazendeiro a possibilidade de lucro através da extração de mais-valia, equivalia a um capital imobilizado, renda capitalizada transformada em força de trabalho (MARTINS, 1998) que tinha custos de reprodução (alimentação, vestuário, moradia, etc.) com os quais o fazendeiro deveria arcar e, além disso, se deteriorava e desvalorizava ao longo do tempo, forçando o fazendeiro a imobilizar mais capital, através do investimento na compra de novos escravos.

Desse modo, a geração de enormes somas de excedentes pela colônia não significava que eles fossem aplicados no desenvolvimento de suas forças produtivas, pois a maior parte era escoada para a metrópole, o que se agravava pela desigualdade existente entre o valor da produção metropolitana e o da produção colonial. Além disso,

“a concentração de recursos para a produção de artigos tropicais, apoiada no trabalho escravo, deixaria atrofiadas as atividades que não operassem em estreita conexão com a dinâmica desse instável e excludente setor exportador” (KOWARICK, 1994: 26-27).

Fazendo uma síntese do que procuramos expor até aqui, é possível afirmar que a implantação da escravidão no Brasil colonial teve como fatores estruturais o comércio triangular, em que a produção era subordinada ao comércio; o pioneirismo de Portugal no reconhecimento da costa ocidental africana; a escassez populacional de Portugal e do restante da Europa ao adentrar o século XVI; os interesses geopolíticos de ocupação do território pelas potências coloniais; a ampla disponibilidade de terras, que poderia estimular a produção autônoma para o mercado interno; o genocídio dos povos indígenas, provocado pelas tentativas fracassadas de implantar a escravidão indígena ou de incorporá-los à “civilização”; as habilidades dos africanos para os trabalhos exigidos nas fazendas e engenhos.

1.5. A transição da escravidão para o trabalho livre

O Brasil foi a primeira nação a adotar o regime escravista e o último a abolí-lo (FIABANI, 2005), o que significa que a escravidão permaneceu durante os diferentes ciclos econômicos do Brasil colonial e imperial, nas diversas regiões. Os ciclos da cana-de-açúcar no nordeste, da mineração em Minas Gerais e no Brasil Central, da pecuária em diferentes regiões, das drogas do sertão na Amazônia e do Café no Sudeste (até a abolição em 1888) tiveram como base o trabalho escravo.

Embora representassem enormes despesas para a fazenda, os escravos continuaram sendo preferidos pelos fazendeiros, antes da proibição do tráfico negreiro em 1850, uma vez que os lucros obtidos com a venda do café possibilitavam a compra de mais escravos, ao mesmo tempo em que a incessante abertura de novas fazendas e o enorme aumento da produção exigiam cada vez mais braços para a lavoura (COSTA, 1998). A preferência pelo escravo estava ligada não somente a razões econômicas, mas também sociais e ideológicas.

Além do latifúndio e da *plantation*, a economia colonial havia deixado o legado da mentalidade senhorial e escravista, que influenciava não apenas o comportamento dos fazendeiros, mas também, de maneira inversa, o do trabalhador livre, para o qual, trabalhar na fazenda significava a redução à condição de escravo, uma

vez que no modelo econômico colonial de exportação, havia somente duas classes, os senhores brancos e os escravos negros, enquanto a massa de livres permanecia marginalizada do trabalho regular nas fazendas (KOWARICK, 1994).

“Para abandonar a subsistência autônoma e ingressar no trabalho disciplinado e regular das grandes plantações, seria necessário oferecer aos livres vantagens materiais para que trocassem a alternativa de vida marginal e errante, mas livre, pelo trabalho organizado” (KOWARICK, 1994: 42). Por outro lado, a ordem escravocrata estava de tal modo arraigada nas relações sociais de produção, que fazia com que os senhores encarassem os trabalhadores livres e pobres da mesma forma que os escravos.

A economia colonial forjou relações sociais de produção em que a única forma de conseguir braços para o trabalho regular e disciplinado, seria por meio da escravidão. Em um contexto em que os homens livres poderiam garantir seu sustento, mesmo que em níveis mínimos e próximos da miséria e do pauperismo, por meio das culturas de subsistência, da caça, da pesca e da coleta (CANDIDO, 2010) o que era favorecido pela ampla disponibilidade de terras desocupadas, o emprego do trabalhador livre nacional não constituía uma alternativa para as exigências de mão-de-obra.

A produção com base no trabalho escravo começa a entrar em crise no Brasil ainda durante a primeira metade do século XIX, resultando na proibição oficial do tráfico negreiro em 1850, pela Lei Eusébio de Queirós. O declínio da escravidão foi influenciado pela pressão internacional pelo fim da escravidão no Brasil, principalmente por parte da Inglaterra, e também pela superabundância de escravos na década de 1840.

A Inglaterra pressionava pelo fim do tráfico desde a fuga de D. João VI para o Brasil em 1808, como parte das obrigações devidas pelo monarca português à Inglaterra, em decorrência do auxílio concedido pela marinha britânica para a sua fuga da invasão napoleônica. Ou seja, “a mesma Inglaterra que fizera do tráfico uma fonte de renda lutou depois para impor a sua extinção” (OLIVEIRA, 2007: 24). Desde a realização do Congresso de Viena (1815), a pressão britânica levou à proibição do tráfico ao norte do Equador (COSTA, 1998). “Navios ingleses percorriam os mares, pilhando e apresando barcos que transportavam negros ou eram suspeitos de se ocuparem desse comércio. Conseguira, desde 1817, o direito de visita em alto-mar a esses navios” (COSTA, 1998: 75). Os ingleses pressionavam o Brasil a abolir a escravidão devido aos interesses de expansão do mercado consumidor para os seus

produtos industrializados, o que, entre outros fatores, dependeria da consolidação do trabalho assalariado nos países recém-independentes do continente americano.

A Inglaterra estabeleceu como condição para o reconhecimento da independência do Brasil em 1822 a assinatura de um tratado pelo qual o país deveria se comprometer a extinguir o tráfico negreiro até 1830, que a partir de então seria punido como pirataria (COSTA, 1998). “Enquanto nos tratados políticos a nação se comprometia a fazer cessar o tráfico, o interesse da lavoura exigia, cada vez mais, mão-de-obra escrava abundante, e o tráfico se intensificava” (COSTA, 1998: 76).

Mesmo após a aprovação da Lei nº 581 em 1850, que proibiu o tráfico negreiro, o mesmo prosseguiu ainda por alguns anos, devido às dificuldades de repressão, até ser completamente extinto (FAUSTO, 2008). Surgiu daí o problema do abastecimento de mão-de-obra para as fazendas, para o qual havia três alternativas possíveis: a importação, para as regiões cafeeiras, de escravos provenientes de outras regiões cuja economia estivesse em decadência, como era o caso das áreas açucareiras nordestinas; o emprego da mão-de-obra livre nacional; a imigração estrangeira (COSTA, 1998).

Durante o período que se sucedeu imediatamente à cessação do tráfico, a primeira opção foi a escolhida: importavam-se escravos de outras províncias, principalmente do Nordeste, para as principais regiões cafeeiras. “(...) entre 1850 e 1888, de 100 mil a 200 mil cativos foram deslocados das zonas açucareiras do Nordeste, no sentido centro-sul” (FAUSTO, 2008: 204). Todavia, essa medida resolveria o problema somente em curto prazo, uma vez que a elevação constante do preço dos escravos tornava cada vez mais difícil a sua aquisição.

Nesse contexto, o fim da escravidão se aproximava: além das dificuldades de obtenção de escravos, cresciam as rebeliões nas senzalas e as fugas, cuja repressão já não se fazia com a força de outros tempos, em decorrência do crescimento do movimento abolicionista e do desgaste e desmoralização escravidão (COSTA, 1998). Até os momentos finais do regime escravista, a população escrava se concentrou nas regiões produtoras de café, principalmente São Paulo: de 1864 a 1874 a população escrava na zona cafeeira aumentou de 43% para 56% do total e só na Província de São Paulo o número de cativos dobrou, passando de 80 mil a 174.622 (FAUSTO, 2008: 204).

1.6. *A proibição do tráfico de escravos e a Lei de Terras de 1850*

Quando o tráfico de escravos foi proibido, em 1850, a existência de uma grande quantidade de terras devolutas, que poderiam ser ocupadas pela população livre, representava uma ameaça para as oligarquias agrárias, detentoras do poder político e econômico no país. O controle sobre a terra representava também o domínio político sobre o eleitorado, através de mecanismos de sujeição e troca de favores, que ficaram conhecidos na história pelas expressões “curral eleitoral”, “voto de cabresto” e “coronelismo”. Durante a escravidão, a propriedade de cativos ditava o valor econômico da propriedade da terra. Com a proibição do tráfico em 1850, as elites viram a necessidade de impedir que os homens livres tivessem acesso à propriedade da terra (KOWARICK, 1994: 75).

A solução encontrada pelas classes dominantes para garantir a hegemonia sobre a posse da terra foi aprovar, duas semanas após a extinção do tráfico (FAUSTO, 2008), a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como “Lei de Terras”, que impediu a livre ocupação de terras devolutas: “ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (KOWARICK, 1994: 75). Essa lei negou o acesso à terra aos futuros imigrantes, aos ex-escravos¹⁹ e aos trabalhadores livres, impedindo a sua subsistência autônoma e independente do trabalho nas grandes fazendas²⁰. Desse modo, a Lei de Terras representou “os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso” (MARTINS, 1998: 59).

Atendendo aos interesses das elites agrárias, a Lei de Terras inverteu a relação entre terra e força de trabalho: enquanto perdurou a escravidão, a terra era livre; quando o tráfico de escravos foi proibido, a terra se tornou cativa, com o propósito de conservar intacta a ordem econômica, social e territorial vigente, baseada no latifúndio

¹⁹ “Cabe lembrar que o primeiro sistema de registro de terras se deu com as capitânicas hereditárias, vindo a seguir as sesmarias e somente em 1850, com a edição da Lei 601, é que a aquisição de qualquer terra deveria ser pela compra e venda e com anuência da Coroa, com a exclusão de negros e índios que não poderiam ser proprietários” (BRAGA, 2005: 107).

²⁰ “O trabalho livre sobre a terra não garantiu, de forma alguma, o acesso dos ex-cativos a ela no momento posterior à Abolição. Ao contrário, a exclusão do segmento populacional negro em relação à propriedade da terra foi peremptoriamente estabelecida por meio de uma série de atos do poder legislativo ao longo do tempo. Ainda durante a escravidão, a Lei de Terras de 1850 veio substituir o direito a terra, calcado na posse, por um direito auferido via registros cartoriais, que comprovassem o domínio de uma dada porção de terra” (SCHMITT, TURATTI & CARVALHO, 2002: 3).

agroexportador. A Lei de Terras promoveu a sujeição do trabalho ao capital, por meio da “garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura, [pois] (...) além da abundância de terras era necessária a abundância de mão-de-obra disposta a aceitar a substituição do escravo” (MARTINS, 1998: 59-60).

1.7. A “reinvenção” do conceito de quilombo como definidora de direitos especiais e da atribuição de novos conteúdos aos territórios quilombolas

1.7.1. O conceito de quilombo elaborado pela sociedade escravocrata

“Fenômeno inerente à produção escravista, o quilombo²¹ surgiu com o início da escravidão e terminou apenas com a abolição” (FIABANI, 2005: 258). A escravidão colonial e a formação de quilombos foram dois fenômenos inseparáveis. Durante todo o período da escravidão existiram quilombos, porque durante todo esse período houve luta e resistência dos escravizados contra o cativo; nunca houve escravidão sem que houvesse várias formas de luta contra ela: oposição ao trabalho, roubos, agressões e assassinatos individuais contra senhores brancos, suicídios, fugas individuais ou em grupos para a formação de quilombos (FABIANI, 2005).

Na vigência da escravidão, os quilombos eram tidos como agrupamentos de fugitivos, considerados fora-da-lei, pois a escravidão era legitimada pela lei. Os escravos não eram considerados humanos, pois não eram homens livres. Eram tratados como propriedade de outro – o senhor branco – e por lei estavam totalmente submetidos à vontade dos seus proprietários. Por isso, o escravo que fugia do cativo, em busca da liberdade, era considerado como um foragido que deveria ser capturado.

Por isso, na vigência da escravidão o quilombo era considerado um agrupamento que contrariava a ordem dominante, devendo ser perseguido, reprimido e destruído. “Os opressores não se contentavam com a apreensão e recondução dos quilombolas à escravidão. Havia a necessidade de acabar com a estrutura do quilombo.

²¹ “Segundo Décio Freitas, ‘o termo quilombo é um aportuguesamento de *kilombu*, que em quimbundo significa arraial ou acampamento; as comunidades brasileiras de ex-escravos apresentavam características de arraiais ou acampamentos; logo, os negros teriam recriado no Brasil estruturas que haviam conhecido na formação social angolana’. (...) Stuart Schwartz afirmou que o termo quilombo ‘passou a significar no Brasil qualquer comunidade de escravos fugidos, e tanto o significado usual quanto a origem são dados pela palavra *mbundu*, usada para designar acampamento de guerra’. Porém, outros ingressos do termo no léxico escravista brasileiro são possíveis, sendo portanto necessárias maiores investigações sobre sua gênese histórica” (FIABANI, 2005: 283-284).

(...) Havia a preocupação da perda de um bem produtivo e a ameaça à ordem social²², (FIABANI, 2005: 289). Por esse motivo, houve intensa perseguição por parte das autoridades, com o propósito de destruir os quilombos e capturar os escravos fugitivos, estabelecendo-se “critérios que regulavam a ação dos ‘caçadores’ de cativos fugidos. Assim surgiram as primeiras definições de quilombo” (FIABANI, 2005: 268-269).

De fato, o quilombo era uma espécie de esconderijo, não só para escravos fugidos, mas também para toda sorte de criminosos, foragidos e desertores das forças oficiais (FIABANI, 2005). Além dos negros, a população dos quilombos surgidos no período escravocrata era composta também de índios, mestiços, homens livres pobres, mulheres raptadas (principalmente negras, mulatas e índias) e até mesmo homens brancos (FABIANI, 2005). Em algumas situações, em que não podiam garantir sua subsistência, em razão da própria situação de fuga e ilegalidade, os quilombos sobreviviam propriamente de assaltos e saques a fazendas, povoados e vilas (FIABANI, 2005).

Fugindo dos horrores do cativeiro (trabalho compulsório e excessivo, castigos, maus-tratos), os negros procuravam locais de difícil acesso para a formarem os quilombos: matas densas, montanhas, grutas, chapadões, ilhas, áreas cercadas por pântanos ou mangues, são alguns exemplos. Quilombos favorecidos por essas condições geográficas surgiram em várias partes do país: Goiás, Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Pará, Guiana brasileira (Amapá), Pernambuco, Bahia, Sergipe, são exemplos (FIABANI, 2005).

“Em algumas situações, a conjuntura política facilitou a fuga dos trabalhadores escravizados” (FIABANI, 2005: 255), notadamente quando se registravam conflitos internos ou externos: as invasões holandesas em Pernambuco, na década de 1630, as lutas pela independência na Bahia, ocorridas no início do século XIX, a Cabanagem (1835-1840) e a Balaiada (1838-1841) no Pará e no Maranhão, a Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai (1864-1870), são exemplos de conflitos que acabaram facilitando as fugas de escravos e a formação de quilombos.

²² Quando fugidos da escravidão, são os *quilombolas*, que às vezes se agrupam e constituem concentrações perigosas para a ordem social, e são a preocupação constante das autoridades: os temíveis ‘quilombos’. (...) Os quilombos foram freqüentemente mais que isto, e constituem organizações notáveis, cheias de vigor e capacidade construtiva. Os *Palmares*, que são o principal e mais notório exemplo de quilombo de vulto, estão longe de ser o único. Estas aglomerações negras de escravos fugidos se formaram e dissolveram repetida e continuamente em todo o correr da nossa história, e em todos os pontos do território (PRADO JR., 1994: 282-283).

Também havia os casos de escravos que se alistavam nas tropas propositalmente para depois fugirem, assim como homens livres que desertavam e criminosos que se aproveitavam da situação de desordem para fugir e se refugiar nos quilombos (FIABANI, 2005). No “Mapa 4 – Brasil: principais quilombos e revoltas com participação de povos de matriz africana, séculos XVI-XIX” é possível visualizar a sobreposição das áreas de ocorrência dos conflitos, anteriormente mencionados, com as áreas de grande concentração de quilombos.

Mapa 4 – Brasil: principais quilombos e revoltas com participação de povos de matriz africana, séculos XVI-XIX

Fonte: ANJOS (2006: 47).

As origens relacionadas à fuga e resistência do trabalhador escravizado contra a ordem dominante influenciaram a definição hegemônica de quilombo que, da mesma maneira que outros resquícios da ordem colonial, sobreviveu até os dias atuais. Tal definição servia para identificar e reprimir os quilombos, destruir suas estruturas e escravizar novamente os fugitivos, além de estabelecer os salários dos capitães-do-mato, que recebiam recompensas maiores quando se tratava não somente da captura de escravos fugitivos, mas também da destruição de quilombos, vistos como ameaça à ordem dominante (FIABANI, 2005).

Sendo assim, em 1740 o Conselho Ultramarino, em resposta a uma consulta feita pelo rei de Portugal, definiu o quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 1999: 12). Essa definição, tornada dominante durante o período a escravidão e interpretada de maneira perspicaz por Adelmir Fiabani, se refere à capacidade de autonomia e reprodução do quilombo, vista como uma ameaça pela sociedade escravista:

“Para essa definição, o fundamental era a reunião de um número significativo – 5 – de trabalhadores escravizados fugidos em um lugar ‘despovoado’, sendo a existência de ranchos e pilões definidora da estabilidade geográfica e produtiva, desnecessária à caracterização da existência do fenômeno. (...) O pilão era um instrumento que servia, entre outras funções, para transformar o arroz colhido em alimento. (...) representou no contexto da época, o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução (...). Percebe-se que a ‘estabilidade’ representada pelo uso do pilão deixou transparecer a preocupação da sociedade escravista com aquele fenômeno social. A transformação de produtos agrícolas em alimentos apontava para o surgimento de uma forma de microssociedade alternativa ao trabalho feitorizado no seio do regime escravista” (FIABANI, 2005: 269).

Tal caracterização do quilombo também influenciou os estudos históricos, que até meados dos anos 1970 atribuíam aos quilombos “um tempo histórico passado, cristalizando sua existência no período em que vigorou a escravidão no Brasil, além de caracterizarem-nos exclusivamente como expressão da negação do sistema escravista” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 6).

1.7.2. Os “quilombos contemporâneos”

Durante a vigência do sistema escravista, assim como após o seu declínio e abolição, além das fugas e da formação dos quilombos enquanto lugares de luta e resistência contra a escravidão, ocorreram outras formas de acesso a terra por parte dos negros libertos. Por isso, hoje em dia é mais adequado falar em “**comunidades negras rurais**”, termo capaz de abranger e caracterizar a diversidade de situações de acesso à propriedade ou posse coletiva da terra por parte de grupos afrodescendentes, tais como as terras concedidas junto com a alforria, a compra de terras por famílias de ex-escravos, ou a conquista de terras pelos negros pela participação em guerras ao lado de tropas oficiais (BRASIL, 2003).

Outras denominações igualmente abrangentes são “**terras de preto**”, “**território negro**” ou “**território quilombola**”, utilizadas “por vários autores, que enfatizam a sua condição de *coletividades camponesas*, definidas pelo compartilhamento de um território e uma identidade²³” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 8). Para as finalidades do nosso estudo, o conceito de **território quilombola** mostra-se mais adequado, pois possibilita pensar a comunidade, enquanto agrupamento social baseado em laços de parentesco e nas ligações materiais e simbólicas com a terra, dentro da ampla e integrada perspectiva de território proposta por Rogério Haesbaert (2012): território como abrigo (horizontalidade) e como recurso (verticalidade); território possuidor de significados e base das atividades econômicas; território enquanto poder (HAESBAERT, 2012).

As situações, mencionadas por Arruti (1999), que originaram territórios quilombolas e que mais se aproximam do exemplo da comunidade Cafundó, são as doações feitas pelos proprietários, que incluíam escravos em seus testamentos, além da ocupação de terras abandonadas em épocas de grave crise econômica e desagregação do sistema de monoculturas (BRASIL, 2003; ARRUTI, 1999). Nesse aspecto, de acordo com Schmitt (et. al., 2002) é possível “reinterpretar criticamente o conceito e asseverar

²³ As definições apresentadas seguem a linha de pensamento do antropólogo José Maurício P. A. Arruti, quando este afirma “que o conceito de ‘remanescentes de quilombos’ foi bastante alargado com relação à aplicação histórica do conceito de ‘quilombo’, de forma a abarcar o campo mais amplo e diversificado das chamadas “comunidades negras rurais”. Nelas se incluem não só as comunidades que tiveram origem, de fato, em antigos quilombos, mas também aquelas que resultam da compra de terras por negros libertos ou forros; da doação de terras pelos antigos senhores que contemplaram seus escravos em seus testamentos; da posse pacífica de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de grave crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros dos povoados (ARRUTI, 1999: 10).

que a situação de quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo” (SCHMITT et. al., 2002: 2).

Além das modalidades mencionadas, cabe mencionar que a ocupação de terras devolutas foi uma situação que ocorreu com frequência na região que corresponde ao vale do rio Ribeira de Iguape, no Estado de São Paulo. A elaboração de um conceito mais abrangente teve como propósito trazer maior visibilidade ao conjunto dessas comunidades, que durante toda a história do país foram sistematicamente excluídas do direito à posse permanente nas terras onde, há várias gerações, vivem, trabalham, tiram o seu sustento e reproduzem sua cultura.

A necessidade de comprovação cartorial imposta pela Lei de Terras de 1850 favoreceu a grilagem, em todas as regiões do país, das terras ocupadas pelas comunidades negras – por meio da violência, do favorecimento político e do domínio de “artimanhas cartoriais” dos latifundiários – provocando a redução da sua extensão original e em muitos casos até mesmo o seu desaparecimento. Foi esse o caso da comunidade Cafundó (e demais comunidades negras próximas a Sorocaba) que, conforme apresentado na Introdução, em fins dos anos 1970 ocupava uma área de 7,5 alqueires, onze vezes menor que aquela recebida em doação em meados do século XIX, correspondente a 80 alqueires²⁴.

Nos dias atuais, o conceito de “comunidade quilombola” adquiriu maior abrangência, pois vem sendo “reinventado” desde a promulgação do Artigo 68 do ADCT. A “ampliação” do conceito deveu-se ao trabalho de antropólogos (ALMEIDA, 1999; 2004; 2005; ARRUTI, 1997; 1999; 2006; LEITE, 2000; 2008), reunidos em torno da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); de movimentos sociais voltados para a defesa dos direitos das comunidades negras rurais; e da luta e reivindicação das comunidades existentes em todo o país. Sendo assim, o conceito de quilombo

²⁴ Situação semelhante ocorreu na comunidade Empata Viagem, situada no município de Maraú, na região litorânea do Estado da Bahia conhecida como “Costa do Dendê”: “O processo de expropriação do território apresentou um marco na década de 1970, quando se intensificaram as transações de terras na região. Há histórias e mais histórias de vendas de terras realizadas em condições de desvantagem que, em sua maioria, foram motivo de arrependimento pelos quilombolas, fruto de negócios perceptivelmente enganosos. Assim, o território tradicional foi minguando até ser reduzido em cerca de 40% de seu perímetro inicial. Atualmente, a escassez de terra preocupa os quilombolas. É recorrente a situação de uma família que tem 10 ha, com quatorze filhos já crescidos, o que compromete a sustentabilidade” (SEPPIR, 2012: 47).

(...) vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil (...) para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico (NUER, 1997: 81).

O processo de “ressemantização” do conceito de quilombo tem amparado a construção das normas e a elaboração de estudos – tais como o Relatório Técnico-Científico (RTC) elaborado pelo ITESP em 1999, para o reconhecimento da comunidade Cafundó – voltados para a garantia dos direitos das comunidades negras rurais²⁵.

Desse modo, é possível afirmar que houve uma reinvenção do conceito elaborado na época colonial: no passado, a definição de quilombo tinha como propósito reprimir e capturar os fugitivos e destruir seus núcleos de povoamento, enquanto nos dias atuais ela tem a finalidade de atribuir “direitos especiais” aos remanescentes dessas comunidades, voltados principalmente para a garantia do acesso a terra (integridade territorial) e às políticas públicas (inclusão produtiva e qualidade de vida). Esses direitos especiais se fundamentam na idéia de uma “reparação simbólica” da dívida do Estado brasileiro para com a parcela afrodescendente da população, relacionada ao passado escravista sobre o qual se assentaram os fundamentos primordiais da nação.

Tal disposição do Estado em institucionalizar a categoria de comunidades remanescentes de quilombos demonstra “a tentativa de reconhecimento formal de uma transformação social considerada como incompleta. A institucionalização incide sobre resíduos e sobrevivências, revelando as distorções sociais de um processo de abolição da escravidão limitado, parcial” (ALMEIDA, 1997: 125).

No processo de reinvenção do conceito de quilombo, com o propósito de afirmação de direitos especiais, teve importância central o debate teórico e político promovido pela ABA durante a primeira metade dos anos 1990 (NUER, 1997), procurando desfazer os equívocos da suposta condição de “remanescente”, da formulação do conceito com base em critérios arqueológicos ou biológicos e de uma visão estática e isolada das comunidades, “evidenciando seu aspecto contemporâneo,

²⁵ A tarefa de fundamentar teoricamente a atribuição de uma identidade quilombola a um grupo e, por extensão, garantir – ainda que formalmente – o seu acesso a terra trouxe à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos negros e ultrapassar o binômio fuga-resistência, instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar estas conformações sociais (SCHMITT et. al., 2002: 1).

organizacional, relacional e dinâmico, bem como a variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade” (LEITE, 2000: 342).

Isso implica que o quilombo na atualidade significa um direito a ser reconhecido no presente e não um passado a ser rememorado (LEITE, 2000). “A noção de ‘remanescente’, como algo que já não existe ou em processo de desaparecimento, e também a de ‘quilombo’, como unidade fechada, igualitária e coesa, tornou-se extremamente restritiva” (LEITE, 2000: 340-341). Segundo o documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, elaborado pela ABA em 1994, “o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea” (NUER, 1997: 81).

A designação dada a partir de 1988 – “*comunidades remanescentes de quilombo*” – atribui a esses territórios um novo valor, ainda que simbólico, perante o conjunto do território nacional, induzindo ao estabelecimento de novas relações (e conflitos) internas e com agentes externos e atribuindo novos sentidos, valores, fluxos e vetores que antes não atingiam essas comunidades.

Sendo assim, é possível afirmar que a reinvenção do conceito de quilombo resulta no/do surgimento de novos conteúdos, no âmbito desses recortes territoriais, os quais preservam de forma significativa as lógicas e relações preexistentes, mas incorporam e se integram a um novo e mais amplo conjunto de relações, dos pontos de vista político, social, cultural, econômico e espacial. O uso da nova denominação produz várias mudanças nas relações internas e externas das comunidades (SILVA & ISOLDI, 2009), o que significa “ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, diante dos órgãos e políticas governamentais, no imaginário nacional e, finalmente, no próprio imaginário” (ARRUTI, 1997: 22), como no caso da alteração dos valores e significados atribuídos às festas, rituais, dialetos, saberes e à memória, individual e coletiva.

O fato de ser/pertencer a uma comunidade negra, que representava – e de certa forma pode ainda representar – estigma e fonte de discriminação, vem se constituindo como positividade e fundamento de direitos especiais. Tal constatação permite afirmar que a incorporação de uma nova categorização altera a relação do lugar e seus sujeitos com os outros espaços e se constitui em um fator de mudança do uso do

território, a partir da garantia do direito a terra e do acesso a um conjunto diferenciado de políticas públicas (SILVA & ISOLDI, 2009).

Em outros termos, também é possível afirmar que a territorialidade se altera pela redefinição das “fronteiras sociais”, estabelecendo quem pertence e quem não pertence à comunidade (ARRUTI, 1997). Nesse aspecto, as fronteiras do território podem adquirir maior rigidez, ao possibilitar a definição de sujeitos de direitos atribuídos de fora, a partir de normas externas.

A garantia da permanência das comunidades negras nas terras que ocupam há várias gerações cria condições de manutenção da cultura, do modo de vida, dos saberes tradicionais, da autonomia, da identidade étnica e da territorialidade. **Identidade étnica e territorialidade** são entendidas enquanto “sentimento de pertença a um grupo e a uma terra (...) sempre em relação aos outros grupos com os quais se confrontam e se relacionam” (SÃO PAULO, 1999: 8).

Ampliando a reflexão sobre a questão do acesso a terra, não só das comunidades negras, mas levando em conta o conjunto população rural, Arruti (1999) afirma: “Significativas parcelas de nossa população não vivem sobre simples propriedades fundiárias, mas sobre *territórios sociais*, estreitamente ligados às suas identidades e memórias históricas e culturais” (ARRUTI, 1999: 1).

Todavia, podemos abrir um breve parêntese e questionar: existe algum “*território*” que não seja “*social*”? Ao entendermos o território como o resultado material da projeção das relações de poder sobre o espaço e que as relações de poder emanam da sociedade, podemos afirmar que não existe território sem sociedade, do mesmo modo que não é concebível uma sociedade prescindir de uma base territorial. “Haesbaert²⁶ define o território como ‘o espaço imprescindível para a reprodução social, seja de um indivíduo, seja de um grupo ou instituição’” (GOMES et. al., 2013: 72). Desse modo, embora seja válida nos termos colocados por Arruti (1999), ao ressaltar as relações entre território, identidade e memória, do ponto de vista epistemológico ao qual nos filiamos, a ideia de “*território social*” soa como tautológica.

Optamos assim por focar a questão do ponto de vista das **estratégias territoriais de resistência social**, realizadas a partir dos lugares, por grupos historicamente subalternizados, conforme proposto por Clayton Luiz da Silva (2010).

²⁶ Rogério Haesbaert. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: Ester Limonad ET. AL. (org.). *Brasil século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 180.

Tal perspectiva reforça a importância da manutenção e do reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, assim como da discussão conceitual do território e seu uso por diferentes agentes, além do Estado e das empresas, a partir da interlocução direta dos lugares com as instâncias de poder federativas (SILVA, 2010).

Nesse sentido, entendemos que as estratégias de mobilização representadas pelas populações tradicionais, a partir da sua afirmação enquanto “**territórios de legislação especial**”, permitem alterar as formas tradicionais de relação política com os centros de poder, o que aumenta o seu poder de “barganha” e diminui a dependência em relação ao poder local, enquanto “mediador tradicional” (ALMEIDA, 2004). Cabe ressaltar que os “territórios de legislação especial” constituem “usos hegemonizados do território”, a partir dos lugares, em contradição com os “usos hegemônicos” (SILVA, 2010).

O reconhecimento e a garantia da posse da terra a essas comunidades criam a possibilidade de resistência política, social e cultural aos processos de expropriação e homogeneização, sob a hegemonia da sociedade capitalista. Esses grupos não lutam somente pela terra como instrumento de trabalho e meio de sobrevivência, mas principalmente pela permanência nas terras ocupadas por seus antepassados há várias gerações, pela perpetuação de seus modos de vida, pela autonomia de organização social, pela preservação das manifestações religiosas, rituais e de manuseio da natureza²⁷ (ARRUTI, 1999).

A luta das comunidades quilombolas pela garantia dos direitos territoriais remonta às raízes escravocratas da nação brasileira. Embora a ressemantização do conceito de quilombo tenha possibilitado o aperfeiçoamento das normas voltadas para a garantia desses direitos, a maioria das comunidades identificadas ainda não obteve o reconhecimento oficial dos seus territórios. Por outro lado, das comunidades que conquistaram o reconhecimento enquanto territórios quilombolas, muitas ainda enfrentam os dilemas da organização comunitária e produtiva.

²⁷ Sobre esse aspecto, as autoras do RTC, elaborado em 1999 para fundamentar o reconhecimento do quilombo Cafundó, afirmam: “Os grupos minoritários reforçam suas particularidades culturais e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, a qual se torna um território impregnado de significados relacionados a esta resistência cultural. Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, conseqüentemente, a auto-estima. (...) a identidade de grupos rurais negros, tais como o Cafundó, aqui enfocado, se constrói sempre numa relação profunda com o seu território e é precisamente esta relação que cria e informa o seu direito à terra” (SCMITT e TURATTI, 1999: 8).

1.8. *Terras de uso comum: elemento que caracteriza o uso do território pelas comunidades remanescentes de quilombo*

A expansão do modo de produção capitalista²⁸ no Brasil, obra da colonização européia, não resultou na transformação de toda a terra em mercadoria. Como vimos, juntamente com a propriedade fundiária, não foi incomum o surgimento de formas de apropriação não-capitalista da terra, dentre as quais destacamos os **territórios quilombolas**, abrangidos pela noção mais ampla de “**terras de uso comum**”, noção que dá conta da diversidade de formas de ocupação e uso das terras para fins agrícolas, pecuários ou extrativistas, nas diferentes regiões do país. Segundo Alfredo Wagner B. de Almeida (2004), essa noção serve para designar

situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõe uma unidade social. (ALMEIDA, 2004: 101 [grifo nosso]).

Em outro trabalho, o mesmo autor também afirma que

O sistema de posse comunal articula domínios de usufruto comum com regras de apropriação privada. Nesse sentido, o produto do trabalho sobre a terra tem apropriação individualizada pelos grupos familiares; os bens oferecidos pela natureza, os recursos hídricos, as matas, entre outros, são de usufruto de todos (ALMEIDA, 1999: 44).

Essa opinião é reforçada pelo trabalho de Tânia Andrade, segundo o qual a territorialidade das comunidades quilombolas é definida a partir das relações entre o grupo social e o espaço geográfico que ocupa (ANDRADE, [et. al.] 2000). Por sua vez, Ilka Boaventura Leite, seguindo uma linha de interpretação semelhante, sustenta que os direitos se referem ao grupo e não ao indivíduo, contemplando-se o modo de vida,

²⁸ “Dois elementos constituem o modo de produção: *as forças produtivas e as relações de produção*. Estas são as relações sociais que se estabelecem no processo de produção, ao passo que as forças produtivas são expressas pelas relações entre os homens, de um lado, e os objetos e forças da natureza empregados na produção dos bens materiais, de outro. Os modos de produção caracterizam, em linhas gerais, cada uma das fases da história econômica da humanidade (...). Temos, assim, por exemplo, um modo de produção feudal, ao qual sucede o modo de produção capitalista. Dentro de cada fase, uma vasta gama de instituições econômicas se desdobra. No Brasil, particularmente, pode-se observar diferentes modos de produção, em regiões geo-econômicas contíguas. Quem conhecer perfeitamente o Brasil, poderá dizer que entrou em contato com várias ‘eras econômicas’ desde o Neolítico até os nossos dias” (VALVERDE, 1980: 75).

considerado mais importante do que a terra em si. A terra é fundamental para a continuidade do grupo, mas não é o que o define; é uma condição de fixação e permanência, mas não condição exclusiva para a existência do grupo (LEITE, 2000).

Almeida (2006) afirma que as terras de uso comum podem ter as seguintes denominações, refletindo a diversidade regional brasileira: *terras de preto*²⁹, *terras de santo*, *terras dos índios*, *terras de herança*, *terras soltas* ou *abertas*. Além dessas denominações, Valéria de Marcos cita também os *faxinais*, presentes no sul do Paraná, os *fundos de pasto* ou *pastagens comunais*, os *babaçuais*, os *castanhais*, e as *fontes d'água* (MARCOS, 1996). Desse modo, entendemos que o uso comum das terras é um aspecto do **uso do território pelas comunidades quilombolas**, associado aos significados atribuídos por essas populações aos espaços e aos lugares onde vivem³⁰.

De acordo com Almeida (2005), é possível afirmar que as terras de uso comum surgiram como alternativa de sobrevivência de grupos historicamente marginalizados, tais como indígenas, afro-descendentes, camponeses, ribeirinhos e caboclos. Atravessando décadas e até mesmo séculos, permaneceram como heranças de momentos pretéritos da *Formação Econômica, Social e Espacial* brasileira (SANTOS, 2005a), resultando da luta dessas populações pela permanência na terra, como meio de sobrevivência e manutenção de um modo de vida tradicional.

Os territórios quilombolas existentes no Brasil apresentam grande diversidade de situações geográficas, populacionais, econômicas e produtivas, abrangendo desde comunidades situadas na Amazônia, que tiram seu sustento da pesca, do extrativismo e da agricultura tradicional, até “quilombos urbanos”, como a comunidade Brotas, no

²⁹ “Tal denominação compreende aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos [tal como se originaram as comunidades Cafundó e Caxambu]. Abarca também as concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante a prestação de serviços guerreiros. Os descendentes destas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente. (...) A expressão terra de preto alcança também aqueles domínios ou extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito, que orientavam uma apropriação comum dos recursos” (ALMEIDA, 2006: 113-114).

³⁰ Sendo assim, também é válido afirmar que as terras de uso comum consistem em “modalidades de apropriação da terra que se desdobraram marginalmente ao sistema econômico dominante. Emergiram, enquanto artifício de autodefesa e busca de alternativa de diferentes segmentos camponeses, para assegurarem suas condições materiais de existência, em conjunturas de crise econômica, também cognominadas pelos historiadores de ‘decadência da grande lavoura’. (...) Representam formas que emergiram da fragmentação das grandes explorações agrícolas, baseadas na grande propriedade fundiária, na monocultura e nos mecanismos de imobilização da força de trabalho (escravidão e peonagem da dívida). Compreendem situações em que os próprios proprietários entregaram, doaram formalmente ou abandonaram seus domínios face à derrocada” (ALMEIDA, 2006: 109-111).

município de Itatiba (SP). Algumas comunidades praticam o ecoturismo, o turismo rural e o artesanato como atividades complementares à agricultura, como é o caso da comunidade Ivaporunduva, no município de Eldorado (SP); em outras, como o Cafundó, utilizam-se, ainda que de forma incipiente, maquinários e insumos para a produção agrícola e nem todos os moradores são agricultores, ocupando-se em atividades não-agrícolas, como pedreiros, jardineiros, carpinteiros, caseiros de chácaras, geralmente em áreas próximas do seu local de moradia e que oferecem essas ocupações, como alternativa de trabalho e renda.

Na comunidade estudada, há inclusive casos de moradores ocupados em atividades tipicamente urbanas, nas sedes do município, como a indústria, o comércio e o funcionalismo público. Tal constatação mostra a dificuldade envolvida em estabelecer um conceito único abrangendo a diversidade das situações das comunidades reconhecidas como territórios quilombolas e espalhadas por todo o país. É necessário, assim, buscar adaptar os conceitos às especificidades de cada situação e não tentar encaixá-las em um conceito pré-estabelecido (por exemplo, camponês ou agricultor familiar), ou mesmo ignorá-las, por não se adequarem à “ortodoxia teórica”.

Um caminho possível para compreender esses territórios na contemporaneidade é estabelecer a diferenciação entre o “rural e o “agrícola”, conforme a proposta de autores como José Graziano da Silva, Sérgio Schneider e Maria de Nazareth B. Wanderley. Nesse aspecto, Schneider afirma:

O meio rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária. O aparecimento de “novas” atividades nesse espaço estaria introduzindo um conjunto de “novas funções”, especialmente aquelas ligadas às ocupações não agrícolas da população rural. (...) Em face da queda generalizada do emprego agrícola nos diferentes países e regiões (...), pode-se afirmar que o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural está se configurando em um fenômeno relevante não apenas para promover o desenvolvimento econômico e o bem estar social das populações rurais mas, também, para a própria interpretação analítica das transformações agrárias contemporâneas (SCHNEIDER, 2000: 24-30)

Deve ficar claro que estabelecer a diferenciação entre o rural e o agrícola não significa em nenhuma hipótese afirmar o “fim do rural”, como consequência do avanço do urbano sobre o rural. Significa entender que a permanência das populações no meio rural se constitui como possibilidade de melhoria de suas condições de vida, (quantitativa e qualitativamente), e não depende exclusivamente das atividades

agrícolas. O “meio rural é percebido como portador de soluções e alternativas para o problema do emprego e para a melhoria da qualidade de vida” (WANDERLEY, 2001: 31), a partir da associação entre desenvolvimento rural e desenvolvimento local e da “concepção do meio rural, enquanto um lugar específico de vida e trabalho (WANDERLEY, 2001: 40).

Por isso, propomos que essa concepção do rural, aqui apenas introduzida, converge com os conceitos de **território quilombola** e/ou **compartimento quilombola**, ao entendermos que, se esses compartimentos/territórios se constituem em formas lugarizadas de reivindicação e participação política (SILVA, 2010), os mesmos também se inserem e se justificam no contexto do mundo rural agrícola e não-agrícola, como possibilidade de garantia de autonomia e melhores condições de vida para as famílias que fazem parte das comunidades.

1.9. A periodização da questão dos territórios quilombolas no Brasil: um esboço

Longe de termos esgotado a discussão do tema envolvendo as origens e a atualidade dos territórios quilombolas, consideramos o esforço de contextualização histórico-geográfica, realizado até aqui, suficiente para esboçar uma periodização da questão quilombola no Brasil, sistematizada de maneira sucinta no “Quadro 1 – Brasil: periodização da questão quilombola, séculos XVI-XXI”. Sobre esse aspecto, cabe ainda uma profícua observação de Milton Santos sobre o problema da periodização, quando o autor afirma que a “escolha de períodos, ou de sistemas de modernização, é fruto de um critério ‘arbitrário’. Braudel³¹ nos informa que as periodizações históricas são um passo tomado da realidade exterior e obedecem aos objetivos do investigador” (SANTOS, 2008: 38).

Segundo Santos e Silveira (2008), a adoção da categoria de “*uso do território*” reforça o sentido da construção de uma periodização, “pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos” ³² (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 20). Em *Espaço e*

³¹ Fernand Braudel. *Historia e Ciencias Sociales: La Larga Duración*. Cuadernos Americanos, 1958, ano XVII, n. 6, p. 488.

³² “Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais. Mas a evolução que se busca é a dos contextos, e assim as variáveis escolhidas são trabalhadas no interior

Método, obra cuja primeira edição foi publicada em 1985, Milton Santos adverte para a complexidade da tarefa de estabelecer uma periodização, quanto menor for a escala de estudo³³ (SANTOS, 2008). Desse modo, no Quadro 1 procuramos esboçar uma periodização dos territórios quilombolas no contexto da formação socioespacial brasileira, associada à periodização dos sistemas temporais à escala mundial, cuja sucessão coincide com a das modernizações (SANTOS, 2008).

de uma situação que é sempre datada. Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças. (...) Não temos, porém, a preocupação de estabelecer cortes rígidos. Ao contrário, desejamos realçar sobretudo as épocas e menos os marcos que as separam. Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que dismantela a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período” (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 20; 24).

³³Em um momento posterior, na obra de síntese denominada *A Natureza do Espaço*, o autor aprofunda essa reflexão, ao afirmar que “(...) a cada sistema temporal o espaço muda. Como, porém, ultrapassar essa constatação de ordem geral e obter recursos analíticos no tratamento de casos específicos? Uma primeira resposta é obtida com a construção não apenas de uma periodização à escala do mundo, mas com a elaboração de outras periodizações a escalas menores, agindo, por sua vez, sobre escalas espaciais mais inferiores” (SANTOS, 2014: 51-52).

Quadro 1 – Brasil: periodização da questão quilombola, séculos XVI-XXI

Períodos de maior relevância para os territórios quilombolas	Correspondência com os períodos/ sistemas temporais propostos por SANTOS³⁴	Variáveis-Chave
1532 – 1822	<ul style="list-style-type: none"> • Período do comércio em grande escala (a partir dos fins do século XV até mais ou menos 1620). • Período manufatureiro (1620-1750). • Período da Revolução Industrial (1750-1870). 	<ul style="list-style-type: none"> • Início da colonização brasileira. • Economia primário-exportadora subordinada à metrópole e baseada nos seguintes produtos: pau-brasil, minérios (ouro e diamantes) e gêneros agrícolas tropicais (cana-de-açúcar, cacau, café). • Regime de sesmarias. • Tráfico de escravos. • Invasões holandesas nas capitanias do Nordeste (1624-1625 e 1630-1654). • Formação de quilombos a partir da fuga de escravos (ex: quilombo dos Palmares – 1580-1710). • Ocupação de terras devolutas por escravos fugidos, libertos, mestiços e brancos sem-terra. • Elaboração da definição repressiva de quilombo pelo Conselho Ultramarino (1740).
1822 – 1850	<ul style="list-style-type: none"> • Período da Revolução Industrial (1750-1870). 	<ul style="list-style-type: none"> • Independência do Brasil (1822). • Extinção do regime de sesmarias. • Permanência da economia primário-exportadora. • Expansão cafeeira na região Sudeste. • Proibição do tráfico de escravos e promulgação da Lei de Terras (1850). • Continuidade da formação de quilombos e da ocupação de terras devolutas.
1850 – 1888	<ul style="list-style-type: none"> • Período da Revolução Industrial (1750-1870). • Período Industrial (1870-1945). 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão cafeeira na região Sudeste. • Transição da escravidão para o trabalho livre: substituição gradual do trabalho escravo para o regime de colonato. • Imigração européia e formação de colônias principalmente nas regiões Sul e Sudeste. • Fortalecimento do movimento abolicionista e enfraquecimento do regime escravocrata. • Guerra do Paraguai (1874-1870). • Doações de terras a escravos alforriados e

³⁴ Milton Santos. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008: 38.

		<p>surgimento de comunidades negras rurais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Doação de 80 alqueires de terra como herança, junto com alforria, às irmãs escravas Ifigênia e Antônia, originando a comunidade Cafundó. • Continuidade da ocupação de terras devolutas em todas as regiões do país.
1888 – 1988	<ul style="list-style-type: none"> • Período Industrial (1870-1945). • Período tecnológico. (Técnico-Científico) 	<ul style="list-style-type: none"> • Abolição da escravidão (1888). • Proclamação da república (1889). • Continuidade da expansão cafeeira na região Sudeste até o final da década de 1920. • Imigração européia e de outras nacionalidades. • Urbanização, industrialização e êxodo rural, sobretudo a partir da década de 1960. • Expropriação das terras ocupadas pelas comunidades negras rurais em todas as regiões do país, incluindo o Cafundó. • Formação do movimento negro no período entre o fim da Era Vargas (1930-1945) e o golpe militar de 1964. • Ditadura Militar (1964-1984): projetos de integração e colonização agropecuária do território nas regiões Centro-Oeste e Norte; repressão aos movimentos sociais, incluindo o movimento negro. • Criação do INCRA (Decreto nº 1.110, de 09/07/1970). • Continuidade da ocupação de terras devolutas em todas as regiões do país; avanço da fronteira agropecuária para as regiões Centro-Oeste e Norte; “modernização conservadora” da agropecuária; conflitos fundiários; surgimento de movimentos de luta pela terra (ex: MST no início da década de 1980). • Articulação e fortalecimento do movimento negro. • Ação de usucapião movida em 1976 por lideranças da comunidade Cafundó para manter a posse de 7,5 alqueires de terra ocupados pelo núcleo de casas da comunidade.
1988 – 2003	<ul style="list-style-type: none"> • Período tecnológico (Técnico-Científico- 	<ul style="list-style-type: none"> • Promulgação da constituição de 1988, que incluiu o Artigo 68 reconhecendo os direitos das comunidades negras sobre seus territórios.

	Informacional).	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Fundação Cultural Palmares (Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988). • Revisão da Convenção nº107 pela Convenção nº169 no âmbito da OIT, garantindo os direitos dos povos indígenas e tribais. • Continuidade dos conflitos por terra, envolvendo as comunidades quilombolas, posseiros, agricultores sem-terra x latifundiários e empresas. • Reconhecimento de 743 comunidades e titulação de 71 em todo o país. • Criação do ITESP (Lei nº 10.207 de 04 de outubro de 1999). • Reconhecimento da comunidade Cafundó em 1999. • Reconhecimento das 14 primeiras comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, principalmente na região do vale do Rio Ribeira de Iguape. • Titulação das três primeiras comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, na região do vale do Ribeira de Iguape.
2003 – 2015	<ul style="list-style-type: none"> • Período tecnológico (Técnico-Científico-Informacional e da Informatização). 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da Lei Nº 10.639, de 9/01/2003, que estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. • Regulamentação do Artigo 68 pelo Decreto 4.887/2003. • Aumento do número de comunidades reconhecidas para 2.197 e tituladas para 207 em todo o país. • Reconhecimento de 15 comunidades no Estado de São Paulo, a maioria no vale do Ribeira de Iguape. • Titulação de três comunidades no Estado de São Paulo, todas no vale do Ribeira de Iguape. • Reivindicação dos movimentos representativos das comunidades, por maior rapidez e transparência, nos processos de titulação. • O Estado brasileiro institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Nº 6040 de 07/02/2007). • Instrução Normativa do INCRA Nº 57, de 20/10/2009 – Regulamenta o procedimento para identificação,

		<p>reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ação Direta de Inconstitucionalidade (PFL) – 2004 • Ratificação da Convenção nº169 da OIT pelo Estado brasileiro (Decreto Nº 5051 de 19/04/2004). • Criação do Programa Brasil Quilombola (2004). • Instituição do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20/07/2010). • Regularização do acesso a terra para as comunidades Cafundó (SP) e Invernada dos Negros (SC), antes da titulação definitiva, por meio de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo.
--	--	--

Fonte: INCRA, FCP, ITESP, SEPPIR, CPI-SP e SANTOS (2008). Organização: André Luís Gomes (2015).

1.10. As comunidades afro-urbanas na América Latina

Os quilombos não foram um fenômeno restrito ao Brasil. Ocorreram em praticamente todos os países latino-americanos onde houve escravidão, recebendo denominações próprias em cada um deles. “Nesse sentido, Colômbia, Equador, Nicarágua, bem como o Suriname, Honduras e Belize, que também possuem compartimentos quilombolas, reivindicam direitos à posse definitiva da terra de uso de seus costumes e tradições” (SILVA, 2010: 11-12).

Além dos países mencionados, Fiabani (2005) cita ainda Cuba, Venezuela, Haiti e demais ilhas do Caribe francês, Jamaica e o sul dos Estados Unidos. Sobre as diferentes denominações, de acordo com os países de ocorrência, Fiabani (2005), citando o trabalho de José Jorge de Carvalho³⁵, afirma:

As comunidades formadas pelos negros escravos, que fugiram do trabalho forçado e resistiram à recaptura (...) receberam vários nomes nas diversas regiões do Novo Mundo: quilombos ou mocambos³⁶ no Brasil; *palenques* na Colômbia e em Cuba; *cumbes* na Venezuela; *marrons* no Haiti e nas demais ilhas do Caribe francês; grupos ou comunidades de *cimarrones*, em diversas

³⁵ CARVALHO, José Jorge de. [org.] *O quilombo de Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas*. Salvador: EDUFBA, 1995.

³⁶ “Mocambo ou mucambo é palavra africana, *kimbundu*, formada pelo prefixo *mu* + *kambo*, que quer dizer escoderijo” (FIABANI, 2005: 283).

partes da América Espanhola; *marrons* na Jamaica, no Suriname e no sul dos Estados Unidos. (...) os termos *maroon* e *marron* derivam do espanhol *cimarrón*, nome dado pelos primeiros colonizadores das Américas ao gado doméstico fugido para as montanhas da então ilha de Hispaniola (hoje Haiti e Santo Domingo). Em liberdade, o gado voltava ao estado selvagem. Portanto, a submissão do produtor escravizado era identificada como situação de civilização; a de liberdade, como de selvageria (FIABANI, 2005: 282).

Do mesmo modo, outros países além do Brasil possuem legislações que reconhecem os territórios quilombolas. É o caso da Colômbia, do Equador e Nicarágua. Na Colômbia, a Lei 70 de 1993 (Lei dos Negros) desenvolve o Artigo Transitório 55 da Constituição Federal e define as comunidades negras como um grupo étnico e estabelece critérios necessários para que possam demandar territórios. Na Nicarágua, a Lei n° 445 de 2002 estabelece o regime de propriedade comunal dos povos indígenas e das comunidades étnicas das Regiões Autônomas da Costa Atlântica da Nicarágua (SILVA, 2010). Por outro lado, “ainda não há legislação garantindo direitos fundiários e outros direitos específicos para a população rural do Panamá” (SEPPPIR, 2012: 26). No Equador, de acordo com a Constituição Política de 2008, “estão assegurados 21 direitos coletivos ao povo afro-equatoriano, (...) às circunscrições territoriais (Artigos 60 e 257), regimes especiais de governo estabelecidos por livre determinação, no marco de territórios ancestrais” (SEPPPIR, 2012: 26).

“No Peru ocorrem concentrações de afro-peruanos nas províncias de Cañete, Chíncha, Ica e Nazca” (SILVA, 2010: 15). Na Argentina, a presença negro-africana é indicada “desde sua origem como nação, inclusive vários séculos antes (...). Buenos Aires e Montevideú se constituíram em importantes portos do Atlântico Sul” (SILVA, 2010: 15).

Nos países platinos, o mesmo autor faz referência ao recrutamento de negros para lutar nas guerras de independência em troca da liberdade e ao “branqueamento” da população a partir da entrada massiva de imigrantes europeus. Desse modo, é possível afirmar que no conjunto dos países latino-americanos, onde houve escravidão, ocorreram processos semelhantes envolvendo as populações afro-descendentes. Para o nosso tema de estudo, interessa registrar o surgimento de territórios ocupados por comunidades negras, no passado, e a regulamentação do reconhecimento desses territórios na contemporaneidade, como um fenômeno observado em vários países do continente, portanto não restrito ao Brasil.

A “Tabela 2 – Brasil, Equador, Panamá e Colômbia: percentual de negros em relação à população rural, 2010” traz informações sobre o total de negros, assim como o seu percentual, que compõe população rural no Brasil, no Equador, no Panamá e na Colômbia, países nos quais é bastante expressiva a presença de territórios quilombolas.

Tabela 2 – Brasil, Equador, Panamá e Colômbia: percentual de negros em relação à população rural, 2010

Países	População rural total (x1000)	Total de negros na população rural (x1000)		(%)
Brasil	29.800	18.200		61
		Homens	Mulheres	
		9.700	8.500	
Equador	5.400	267		5
		Homens	Mulheres	
		140	127	
Panamá	1.200	38		3,2
		Homens	Mulheres	
		22	16	
Colômbia	11.500	2.900		25

Fonte: IBGE, 2010; INEC – Equador, 2010; INEC – Panamá, 2010; SEPPIR (2012: 75-76). Organização: André Luís Gomes (2015).

Cabe ainda mencionar que a importância de direcionarmos nosso olhar para os territórios negros na América Latina, como objeto de direitos especiais justifica-se, conforme os autores do projeto *“Quilombos das Américas: articulação de comunidades afrrorrais”* pela razão de que essas comunidades “têm convivido historicamente com uma situação de extrema exclusão socioeconômica, materializada, sobretudo, pela ausência de direitos essenciais à manifestação plena das potencialidades humanas” (SEPPIR, 2012: 69).

**CAPÍTULO II – AS NORMAS E O USO DO TERRITÓRIO:
APONTAMENTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO SISTEMA
NORMATIVO DE RECONHECIMENTO E TITULAÇÃO DOS
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS**

“Mas essas coisas aí, se vortá tudo pra trás aí afirma que é um Brasil sem lei né?” (Marcos Norberto de Almeida, Quilombola do Cafundó, 02/12/2014).

2.1. Normas e Uso do Território: conceitos teóricos.

“Território usado” e “espaço geográfico” são categorias que podem ser consideradas sinônimas (SANTOS e SILVEIRA, 2008; STEINBERGER, 2013), pois tanto o espaço geográfico como o território não existem sem a sociedade que os utiliza e vice-versa. Todos os agentes que compõem a sociedade – tanto os “agentes hegemônicos” como os “agentes hegemonzados” – usam o território. Entretanto, os diferentes agentes usam o território de forma distinta, em função de sua capacidade de ação, de produção, uso e controle da informação. O território é um dado material do qual todos os agentes dependem e que compartilham e utilizam, mas de forma desigual, tendo em vista seu papel na estrutura econômica, social e política. A partir dessas assimetrias, emergem conflitos entre os diferentes usos do território.

O território é usado através da infinita diversidade de práticas espaciais possíveis no cotidiano, como por exemplo, nos deslocamentos realizados por indivíduos ou grupos, em que são utilizadas ruas, avenidas, estradas, calçadas, rios, vias férreas, ou o espaço aéreo; para o estabelecimento das comunicações, também são utilizados os recursos do território, ou melhor, suas “próteses” implantadas a partir do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2014) e que são indispensáveis ao funcionamento dos modernos meios de comunicação; os processos produtivos também definem e impõem diferentes usos do território: pela pequena e pela grande indústria, pela agricultura capitalista de exportação e pela agricultura camponesa, ou por grupos extrativistas.

De fato, no atual período técnico-científico-informacional e da informatização, todas as práticas espaciais dependem dos sistemas de engenharia (SANTOS e SILVEIRA, 2008), de forma direta ou indireta. Os conteúdos do território possuem “sinergia”, sendo afetados uns pelos outros, a partir da inserção do conjunto dos fixos e dos fluxos no movimento da totalidade (SANTOS, 2005a). Sendo assim, produção, circulação, comunicação e informação dependem mutuamente, utilizando incessantemente os recursos naturais e técnicos.

Todas as modalidades de uso do território são, de alguma forma, normatizadas. Em outras palavras, para todas elas existe algum tipo de regulação, definindo como elas serão realizadas, do ponto de vista técnico, jurídico, econômico ou político. O conteúdo normativo do (uso do) território tende a ser maior conforme a intensidade da presença das atividades modernas e da difusão do meio técnico-científico-informacional. No período atual, a complexidade e a abrangência planetária das técnicas, sobretudo aquelas produzidas, difundidas e utilizadas majoritariamente pelos agentes hegemônicos, definindo a denominada “unicidade técnica” (SANTOS, 2014), induziram ao aprofundamento da normatização e da regulação das ações de forma geral.

As diferentes modalidades de normatização abrangem o uso da terra, as atividades produtivas, a circulação material e informacional, a prestação de serviços, a ação do Estado, as relações internacionais, o comércio mundial e até mesmo algumas atividades cotidianas realizadas pelo indivíduo, principalmente aquelas que envolvem a utilização de recursos técnicos mais sofisticados. A finalidade dessa regulação é o controle e a vigilância da ação e do uso do território, por parte dos agentes hegemônicos (principalmente bancos, empresas transnacionais e o Estado) sobre o conjunto da sociedade, além da busca pela garantia da qualidade e segurança nas atividades econômicas (produção, circulação e consumo). Em suma, as normas majoritariamente têm por finalidade a garantia de um ambiente propício à produção, circulação e acumulação do capital por parte dos agentes hegemônicos. Sua elaboração cabe aos órgãos de Estado, às empresas, às entidades representativas da sociedade civil e aos organismos internacionais.

Segundo Santos (2014: 228-229), “a ordem mundial é cada vez mais normativa e, também, é cada vez mais normatizada. Esse fato responde à preeminência da técnica em todos os aspectos da vida social, já que o próprio do fenômeno técnico é ser, a um tempo, normativo e normatizado”. Devido ao conteúdo técnico, o próprio espaço torna-se normativo e ao mesmo tempo normatizado (SANTOS, 2014), uma vez que os sistemas de engenharia presentes no território, a partir da transformação do “meio natural” em meio técnico-científico-informacional, definem as possibilidades de uso, ao mesmo tempo em que são objeto de normatização. Essa, por sua vez, na maioria dos casos não tem origem local, sendo produzida e difundida a partir dos centros de comando e agentes hegemônicos: dos “espaços que mandam” para os “espaços que obedecem”, constituindo assim verticalidades (SANTOS, 2014).

Como resultado do aprofundamento da divisão do trabalho e da circulação da mais-valia em escala mundial, são impostas “formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle. As novas necessidades de complementaridade surgem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las” (SANTOS, 2014: 232).

Segundo o Dicionário Jurídico Brasileiro (SANTOS, 2001: 168), uma norma consiste naquilo “que se estabelece como fundamento ou termo para a execução de qualquer coisa; preceito legal, regulamento, modelo”. Nesse capítulo, a partir da seção seguinte, apresentaremos as origens, os desdobramentos, os resultados, os embates e os dilemas do arcabouço normativo que tem por finalidade o reconhecimento dos territórios quilombolas por parte do Estado e garantir às comunidades negras rurais, cujo passado remonta ao período da escravidão, a propriedade coletiva das terras que ocupam, assim como a estrutura dos órgãos de Estado responsáveis por assegurar esse direito previsto constitucionalmente. Ou seja, trata-se de normas elaboradas no âmbito do Estado e voltadas ao trato de questões fundiárias e étnicas em áreas devolutas e particulares.

O propósito dessa incursão no campo jurídico e oficial é fornecer subsídios para o entendimento do processo de reconhecimento do território e garantia do acesso a terra, ocorrido na comunidade Cafundó, que tem levado a mudanças significativas no uso do território por parte do grupo, enquanto “agentes hegemônicos”, permitindo refletir sobre a construção coletiva do futuro a partir do lugar.

2.2. A estruturação do sistema normativo voltado para os compartimentos quilombolas: do Artigo 68 às normas atuais.

“O artigo 68 do ADCT configura um comando constitucional dotado de imperatividade e detentor de normatividade, como de resto todo dispositivo de um texto jurídico fundamental de uma nação – sua Constituição. Assim, tal artigo possui uma força normativa com repercussão direta na sua eficácia e conseqüente aplicabilidade” (SILVA, 1997: 60).

No ano em que se completou o centenário da abolição da escravidão, o Estado Brasileiro elaborou pela primeira vez na história uma norma cuja finalidade é garantir o direito a terra às comunidades negras originadas no contexto da sociedade escravista. O

Artigo 68 foi incluído no texto da Constituição Federal (CF) de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), afirmando: “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”. Antes de discorrer a respeito do processo de elaboração da CF de 1988, do Art. 68 e da relação deste com o conjunto do texto constitucional, cabe fazer uma sucinta contextualização do momento histórico em que se deu a elaboração desses instrumentos normativos.

No Brasil, vivia-se o momento da “reabertura democrática”, período de transição iniciado após 20 anos de vigência da Ditadura Militar (1964-1984). Nesse contexto, houve significativa emergência dos movimentos sociais reivindicando diversos direitos, desde os últimos anos da década de 1970. As greves de operários no ABC Paulista, em Betim (Minas Gerais) e dos canavieiros de Pernambuco, deflagradas em 1979 (SILVA, 1997b), foram alguns dos eventos mais marcantes, demonstrando a insatisfação popular em relação ao regime autoritário.

Por outro lado, além da crise econômica atravessada na época pelo Brasil, após o fracasso e o endividamento financeiro que sucederam o “milagre econômico”, propalado pelos militares no início dos anos 1970, deve ser mencionada a crise do “*welfare state*” nos países capitalistas centrais e a decadência do “socialismo real”, polarizado pela União Soviética. Desse modo, os anos 1980 foram caracterizados por uma crise generalizada tanto no sistema capitalista como também nos países socialistas. Não era somente uma crise econômica que afetava os países e suas sociedades; mais que isso, se tratava da falência do projeto histórico ocidental e de todo um conjunto de “utopias” e ideologias surgidas ou colocadas em prática desde o fim da Segunda Guerra Mundial: tanto a crença na capacidade de o capitalismo ser capaz de promover o “bem-estar social” (pelo menos nos países capitalistas centrais), como a ideologia de inspiração marxista, que vislumbrava (e ainda vislumbra?) a superação do capitalismo pelo socialismo, passaram a ser profundamente questionadas diante da realidade da crise econômica e ambiental deflagrada a partir dos anos 1980. O momento histórico culminante dessa crise, no caso dos países socialistas, consistiu na derrubada do muro de Berlim em 1989 e na dissolução da União Soviética, em 1991, eventos que aparentemente colocaram fim à chamada “Guerra Fria” (ENCARNAÇÃO, 2011), pelo menos na maneira hegemônica pela qual se dava a divisão geopolítica do mundo desde o fim da Segunda Guerra mundial.

Nesse contexto de crise, emerge o chamado “neoliberalismo”, que no Brasil foi gestado nos anos 1980 e se consolida a partir dos anos 1990. É necessário que isso seja esclarecido, pois define em linhas gerais as circunstâncias históricas que influenciaram a elaboração da CF de 1988 e todo o conjunto de normas representado por ela e pelas leis posteriores que a regulamentam. O processo de reabertura democrática e de movimentação para a elaboração da nova Constituição foi marcado pelo embate entre dois projetos principais, um “democrático” e outro com viés marcadamente neoliberal (ENCARNAÇÃO, 2011).

O “projeto democrático”, defendendo a ampliação das garantias e direitos sociais amplos para população, a redução das desigualdades, o combate à discriminação racial, a proteção das minorias, a ampliação dos direitos trabalhistas, a organização popular de base, a liberdade religiosa e a reforma agrária, dentre outras bandeiras, foi protagonizado pelos movimentos sociais, tanto os tradicionais – por exemplo, os sindicatos, o movimento estudantil, a Igreja – como os novos movimentos surgidos no processo de reabertura democrática, tais como os representativos dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, camponeses), dos atingidos por barragens, dos sem-terra, dos sem-teto e o movimento negro (ENCARNAÇÃO, 2011).

O projeto neoliberal e conservador, por sua vez, partia dos mesmos interesses do regime autoritário instalado a partir de 1964, representados pelos oligopólios nacionais e estrangeiros, os militares, o latifúndio, o sistema financeiro e grande parte da classe média e influenciado pelas idéias, difundidas internacionalmente, de “Estado mínimo”, do livre mercado e do triunfo definitivo do capitalismo e da democracia liberal-burguesa³⁷. Todavia, ambos os projetos – liberal e democrático – presentes no processo de elaboração da CF de 1988 defendiam a construção de uma sociedade civil “ativa e propositiva”, obviamente que por caminhos políticos e ideológicos completamente diferentes e antagônicos (ENCARNAÇÃO, 2011). Esses antagonismos e contradições marcaram a construção da “Constituição Democrática” e afetam o funcionamento do sistema judiciário e da política até os dias atuais, pois praticamente todas as forças políticas, econômicas e frações de classe estão representadas no texto constitucional, haja vista que “(...) o Estado, a Política e o Direito são espaços de luta, nos quais contingências informam a superioridade de forças que são momentaneamente

³⁷ FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

hegemônicas” (SILVA, 1997a: 13). Nesse sentido, o jurista Dimas Salustiano da Silva afirma que

“O que restou plasmado no texto constitucional foi objeto de renhida luta. Daí ser legítimo considerá-la como compromissária, como um instrumento aglutinador de propostas antagônicas muitas das vezes, onde o único consenso é a democratização das divergências” (SILVA, 1997b: 58).

Ainda no crepúsculo do regime autoritário, as primeiras movimentações e eventos que resultaram na CF de 1988 ocorreram em 1981, especificamente no Congresso Pontes de Miranda, realizado em Porto Alegre e no qual foi elaborado o anteprojeto da futura Constituição. Após o fracasso do movimento das “Diretas Já” em 1984, em 1985 surge no Rio de Janeiro o Movimento Nacional Constituinte (FIABANI, 2008). No mesmo estado, em maio de 1986,

reuniram-se cerca de 150 líderes de dez estados, a fim de estabelecer estratégias para intensificar a participação popular no processo Constituinte. (...) O projeto “O Povo Discute o Brasil”, lançado por ocasião do 1º Dia Nacional Constituinte [07/09/1986], visava recolher resultados da discussão popular sobre o conteúdo da nova Constituição. Nas capitais e em algumas cidades, a Igreja, os sindicatos, as escolas, as universidades, os movimentos sociais organizaram eventos com a finalidade de aprofundar o debate sobre a Constituinte. No entanto, não havia sido definido para onde iriam as decisões oriundas do povo. Inicialmente, surgiu a proposta de encaminhar aos candidatos a deputados e senadores um texto com as “Propostas do povo para o Brasil”, a fim de obter o comprometimento dos parlamentares com a causa. Contudo, o processo foi simplificado e tornou-se ainda mais democrático. Abriu-se a possibilidade de um canal direto de participação, ou seja, incluir no regimento interno da Constituinte a “iniciativa popular” (FIABANI, 2008: 88).

Apesar da decepção vivenciada pela população no fracasso das “Diretas Já”, houve um número significativo de propostas de iniciativa popular encaminhadas aos constituintes. Quando foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte (ANC) em 1º de fevereiro de 1987, sob a presidência do ministro Moreira Alves do STF (SILVA, 1997b) contabilizava-se 11.989 sugestões de autoria popular e dos constituintes³⁸ (FIABANI, 2008). Nesse processo, cabe ressaltar a importância da mobilização das entidades do

³⁸ “No Brasil, guardadas as diferenças, se procedeu a uma revolução silenciosa, que no entanto ganhou as ruas, sindicatos patronais e de trabalhadores, associações de moradores, índios, negros, magistrados, tabeliães, ruralistas, sem-terra, como sempre a OAB, ABI, CNBB, escolas privadas e públicas, estudantes, enfim os mais variados segmentos da sociedade nacional participaram através de emendas populares, audiências públicas, debates em programas de rádio ou televisivos. Não foi uma panacéia, mas ocorreu aquilo que mais se teme no Brasil – a discussão dos destinos da nação se efetivaram em praça pública” (SILVA, 1997b: 58).

movimento negro – destacando-se aquelas representativas dos estados do Maranhão, Pará e Rio de Janeiro – no sentido de reivindicar direitos à população afro-descendente de maneira geral e às comunidades negras rurais de forma específica.

O MNU [Movimento Negro Unificado], a Associação Afro-Brasileira do Rio de Janeiro, o Centro de Cultura Negra do Maranhão e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará organizaram a **1ª Convenção Nacional do Negro pela Constituinte**. Na oportunidade, apresentaram a proposta de uma norma que garantisse os direitos das comunidades negras rurais. A proposta foi enviada à senadora Benedita da Silva, que representou o grupo na Constituinte (FIABANI, 2008: 89 [grifo nosso]).

Entretanto, a população e a sociedade organizada fizeram sugestões mais voltadas aos direitos dos trabalhadores assalariados e servidores públicos, ficando em segundo plano a questão dos negros, dos índios e das minorias, revelando o desconhecimento da sociedade em relação à causa dessas populações e o embate com representantes de grupos econômicos nacionais e estrangeiros e das elites políticas e militares (FIABANI, 2008).

No que concerne à mobilização das entidades negras e a conseqüente reivindicação por direitos à população afro-descendente no processo Constituinte, um evento possuiu importância decisiva no rumo das decisões e embates políticos que resultaram na inclusão do Artigo 68 do ADCT na CF: a convergência entre os trabalhos constituintes e as comemorações, mobilizações e manifestações decorrentes do **centenário da abolição da escravidão**, correspondente ao dia 13 de maio de 1988. Para as entidades negras, principalmente o MNU³⁹, a data foi motivo para protestos e questionamentos, ocorridos em algumas capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. Para esses grupos, a abolição assinada pela Princesa Isabel em 1888 significou uma farsa, pois mesmo após cem anos, a maioria da população negra permanecia privada dos direitos sociais e econômicos fundamentais, ocupando as camadas mais desfavorecidas da estrutura socioeconômica nacional. Além disso, esses

³⁹ “Em 7 de julho de 1978, milhares de pessoas reuniram-se nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo e repudiaram os atos de racismo, dos quais foram vítimas quatro atletas negros do time de voleibol do Clube Regatas Tietê. Os manifestantes protestaram também contra a ação da polícia que assassinou o operário negro Robson Silveira da Luz. O ato político de 1978 determinou a fundação do Movimento Negro Unificado. No dia 4 de novembro do mesmo ano, o MNU lançou à nação brasileira o Manifesto Nacional contra a Discriminação Racial. Os militantes estavam dispostos a combater o racismo em todos os lugares, onde este mal se fizesse presente. Na oportunidade, o MNU reforçou a importância do dia 20 de novembro como data máxima a ser comemorada pela população afro-descendente, como o dia da Consciência Negra” (FIABANI, 2008: 114).

movimentos defendiam que a data mais significativa para comemorar a luta do povo negro pela liberdade deveria ser 20 de novembro, data em que Zumbi dos Palmares foi morto pelas tropas oficiais (FIABANI, 2008). Como exemplo de mobilização do movimento negro, em questionamento às comemorações do centenário da abolição, em abril de 1988 o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) realizaram o “II Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão com o tema ‘A Falsa Abolição da Escravatura no Brasil’” (FIABANI, 2008: 104).

Por outro lado, o Estado e os grandes veículos de comunicação exaltaram o 13 de maio enquanto data a ser comemorada, como símbolo da concessão da liberdade dada aos negros pelos brancos, destacando a Princesa Isabel, Rui Barbosa e Duque de Caxias como símbolos históricos da abolição da escravidão. A Igreja Católica também participou das “comemorações” por meio da Campanha da Fraternidade com o tema “A Fraternidade e o Negro”, envolvendo 6.838 paróquias e 90 mil Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s). Esse evento foi o de maior repercussão, uma vez que nessa época a Igreja Católica possuía grande prestígio e capacidade de influência, principalmente entre a população rural, ainda em grande parte alheia às informações divulgadas pela grande mídia. Porém, o clero católico se dividia entre aqueles que exaltavam e os que negavam o centenário da abolição como data a ser comemorada (FIABANI, 2008).

Também deve ser destacado que o centenário da abolição influenciou uma revisão inédita sobre os estudos acadêmicos relacionados à abolição, estimulou o debate sobre a situação do negro na sociedade contemporânea e foi um fator no processo de mobilização popular em torno da cidadania e da constituinte. Adelmir Fiabani defende

(...) a hipótese de que o Artigo 68 do ADCT foi gestado e aprovado no calor das comemorações do Centenário da Abolição. Ou seja, a pressão de determinados segmentos da sociedade brasileira, sobretudo do movimento negro, por medidas reparadoras à população afro-brasileira, influenciou a decisão final dos constituintes, entre elas, a aprovação de medidas reparatórias. (...) houve debate no movimento negro, no meio acadêmico, etc., mas o tema não foi muito discutido na Constituinte. Em suma, houve mobilização externa que influenciou a inclusão do dispositivo; no entanto os parlamentares acabaram aprovando sem saber direito do que se tratava” (FIABANI, 2008: 109-110).

Por outro lado, antes da promulgação da Constituição, a questão agrária ainda não havia adquirido maior destaque na pauta de reivindicações do movimento negro,

não obstante a existência de conflitos fundiários em todos os cantos do país, envolvendo as comunidades negras rurais. “Antes do conhecimento do Artigo 68 do ADCT, a questão agrária brasileira esteve na pauta, sobretudo, dos sindicatos, da Igreja, dos partidos políticos e, posteriormente, do MST, mas não foi prioridade do movimento negro nacional” (FIABANI, 2008: 128-129).

A causa das comunidades negras rurais entrou efetivamente na pauta do movimento negro somente a partir dos anos 1990, pela influência dos novos direitos garantidos pelo Artigo 68. Até então, as comunidades negras que enfrentavam problemas fundiários, tal como Rio das Rãs, na Bahia, eram assessoradas por outras entidades, tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (FIABANI, 2008).

Todavia, deve ser destacado que desde os fins dos anos 1970 o movimento negro do Maranhão vinha realizando um trabalho de identificação e mapeamento das comunidades negras rurais do estado, iniciado pela militante negra Mundinha Araújo. Além disso, grande parte da pressão pela afirmação de direitos à população afro-descendente, no processo constituinte, partiu dos grupos presentes no Maranhão e no Pará. No geral, durante os anos 1980 o movimento negro esteve mais focado no combate à discriminação racial, na valorização da cultura negra e pela inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, sendo a questão agrária uma novidade na pauta do movimento (FIABANI, 2008).

No processo constituinte, não foi registrada nenhuma emenda popular de autoria das entidades do movimento negro. As únicas propostas de criação de dispositivos para a regulamentação das terras das comunidades remanescentes de quilombos foram feitas pelos deputados constituintes Benedita da Silva e Carlos Alberto Caó (FIABANI, 2008). Em 1987, foi realizada em Brasília a **1ª Convenção Nacional do Negro pela Constituinte**, que contou com a participação do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), representado por Mundinha Araújo, do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, representado pela militante Zélia Amador e de militantes do movimento negro do Rio de Janeiro. “Deste evento saiu uma proposta de norma que garantisse os direitos das comunidades negras rurais. A proposta foi encaminhada à deputada federal Benedita da Silva, que apresentou-a ao Congresso Nacional Constituinte” (FIABANI, 2008: 132-133). Todavia, a proposta inicial do texto do Artigo 68, apresentada por Benedita da Silva, não logrou atingir o número mínimo exigido de 30 mil assinaturas, tendo sido incluída na pauta da Assembléia Nacional

Constituinte somente após ser subscrita pelo deputado constituinte Carlos Alberto Caó (FIABANI, 2008) sob a rubrica de Emenda Popular, em 20/08/87 (SILVA, 1997a). De acordo com o regimento interno aprovado para regular os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte

(...) foram formadas 24 subcomissões para dar início à elaboração da futura Constituição, dirigidos os resultados destas às oito Comissões Temáticas que remeteram anteprojeto à Comissão de Sistematização, que nos primeiros resultados veio a receber um total de 20.790 emendas do plenário e 122 vindas da iniciativa popular (SILVA, 1997b: 58).

Os debates, redações, acréscimos e supressões referentes ao Artigo 68 foram realizados na **Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias**, por meio de oito audiências públicas ocorridas de abril a maio de 1987, com a participação de “antropólogos, lideranças do movimento negro, sociólogos, professores, historiadores, além dos deputados constituintes” (FIABANI, 2008: 135). Porém, as discussões permaneceram mais voltadas para o tema do combate ao racismo e da necessidade de criação de políticas compensatórias, sendo dado pouco destaque para a questão agrária envolvendo as comunidades rurais negras (FIABANI, 2008).

De acordo com Adelmir Fiabani (2008) e José Maurício Arruti (2006), o Artigo 68 teve sua elaboração improvisada, sem que houvesse um consenso a respeito do que se tratava, tanto por parte dos deputados constituintes como dos militantes do movimento negro. Por trás da aparência histórica, folclórica e arqueológica, ocultava-se o aspecto contemporâneo das questões territoriais e do problema social representado pelas comunidades negras rurais. “Seu texto final teria sido resultado de um esgotamento de tempo e das referências de que o movimento dispunha para o debate, mais do que qualquer consenso” (ARRUTI, 2006: 68 *apud* FIABANI, 2008: 137). Desse modo, a inserção do Artigo 68 do ADCT na CF foi resultante mais de pressão e da sensibilização dos constituintes, no contexto do centenário da abolição, do que de um consenso político e um conhecimento da realidade das comunidades negras rurais.

Cabe ressaltar que a criação de uma norma constitucional, voltada ao reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades negras rurais por parte do Estado, teve sua origem vinculada mais à questão cultural do que à questão agrária. Segundo Adelmir Fiabani,

Visto que o texto do artigo 68 do ADCT originou-se das discussões sobre o patrimônio cultural brasileiro, que estão na base dos artigos 215 e 216 do Corpo Permanente da Constituição, em verdade, os remanescentes de comunidades de quilombos não se fizeram presentes, em momento algum do processo constituinte. Estranhamente durante o processo constituinte, nem uma única discussão foi registrada nos anais do Congresso sobre o futuro artigo 68 do ADCT. Incluído inicialmente em uma das propostas sobre a proteção do patrimônio cultural brasileiro, a proposição de titulação das terras dos remanescentes de comunidades de quilombos foi deslocada para o ADCT devido à sua própria natureza transitória. (...) a primeira menção que se faz no Congresso, já posterior à Constituinte, ao assunto, foi em 1991, em um discurso do Deputado Alcides Modesto (PT-BA) sobre o conflito fundiário na região do rio das Rãs” (FIABANI, 2005: 360).

Sendo assim, o Artigo 68 surgiu com o caráter de “dispositivo transitório atípico” (SILVA, 1997) e “norma constitucional de eficácia contida” (RIOS, 1997: 69), fruto da concepção arqueológica e folclórica do que seriam os “remanescentes de quilombo”, por parte dos legisladores. No geral, os constituintes, grande parte da academia e até mesmo do movimento negro pensavam que se tratava de casos isolados, correspondentes a resquícios de antigos quilombos formados por escravos fugidos, no tempo da escravidão. Por isso, a norma original voltada para a garantia dos direitos territoriais dessas comunidades foi inserida no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pois se acreditava que após o reconhecimento das poucas comunidades existentes, a função do Artigo 68 estaria cumprida, não havendo mais razão para o dispositivo constitucional seguir no corpo permanente da Constituição⁴⁰ (FIABANI, 2008). “A matéria foi colocada nas disposições transitórias, com a expectativa por parte de determinados segmentos do Congresso Nacional que ela nunca fosse cumprida ou nunca fosse implementada” (ANDRADE, 1997: 10 *apud* FIABANI, 2008: 140). Por sua vez, Dimas Salustiano da Silva afirma que o Artigo 68

(...) possui características marcantes de uma disposição permanente da Constituição, ou seja, é uma disposição transitória atípica, não está gravada por qualquer cláusula de temporalidade ou circunstancial, ou mesmo por qualquer tipo de decisão instituidora de um órgão. É por isso que o artigo 68 do ADCT deverá ser lido e interpretado em consonância com os artigos 215 e 216, que tratam do patrimônio cultural brasileiro (SILVA, 1997a: 22).

⁴⁰ “Para os deputados, tratavam-se de ocupantes das terras onde houvera antigos quilombos, pois era citado entre os deputados um estudo do sociólogo e historiador Clóvis Moura, que mencionava 55 remanescentes de quilombos com existência documentalmente comprovada no Brasil” (FIABANI, 2008: 141). Desse modo, percebe-se a discrepância no que concerne à abrangência do direito previsto constitucionalmente, de acordo com o conceito adotado para a identificação das comunidades. Após a promulgação do Decreto Federal N° 4.887 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 20 de novembro de 2003, fundamentado no critério de auto-identificação por parte das comunidades, o número de comunidades reconhecidas ultrapassou as duas mil.

Seguindo linha de pensamento semelhante, Rocha (2005: 98) afirma que a CF de 1988 procurou “resguardar as manifestações étnico-culturais dos grupos sociais participantes do processo civilizatório nacional, conforme se lê nos artigos 215 e 216 das disposições permanentes”. Por outro lado, Aurélio V. Veiga Rios, Procurador Regional da República em 1995, afirma que

(...) o Artigo 68 do ADCT (...) está muito mal posicionado no texto constitucional. Foi posto nas disposições transitórias quando, na verdade, trata de uma obrigação permanente do Estado Brasileiro. Situa-se na parte da Constituição que limita a um determinado tempo a realização de algum direito, enquanto a realidade social e etno-histórica não permite vislumbrar no tempo o término da eficácia de suas disposições (RIOS, 1997: 66).

Antes da promulgação da CF de 1988, o conceito de “comunidade quilombola” se referia exclusivamente às comunidades descendentes de escravos fugidos. A atualização do conceito⁴¹, discutida no capítulo anterior, deu-se após longos debates envolvendo antropólogos, parlamentares e lideranças do movimento negro e das comunidades, ou seja, surgiu a partir da criação da norma, em decorrência do seu caráter ambíguo e vago, que possibilita diferentes interpretações de acordo com distintos interesses. Nesse sentido, a atualização que resulta no conceito de “quilombos contemporâneos” (FIABANI, 2008) tem como propósito garantir os direitos territoriais a um número maior de comunidades originadas no contexto da luta contra a escravidão, ou seja, promover mais efetivamente, por meio da normatização do (uso do) território, uma política reparatória das desigualdades raciais e a justiça no trato da questão fundiária. De acordo com Aurélio V. Veiga Rios,

(...) a introdução do princípio democrático no Estado de Direito implica em que os direitos culturais próprios dos segmentos sociais e étnicos que compõem a população brasileira passem a fazer parte dos direitos fundamentais, a que o Estado obriga-se a resguardar e proteger (RIOS, 1997: 66).

Conforme mencionado por Fiabani (2005), a primeira manifestação referente ao Artigo 68 ocorreu somente em 1991, por parte do deputado Alcides Modesto (PT-

⁴¹ No que concerne à ressemantização do termo “quilombo”, Rocha (2005: 98-99) propõe que “A direção interpretativa do artigo 68 impõe a translação semântica da expressão ‘remanescentes das comunidades dos quilombos’ para ‘comunidades remanescentes dos quilombos’, inversão simbólica que os liberta dos marcos conceituais filipinos e manuelinos, contemplando-os com uma norma reparadora pelos danos acumulados”.

BA), referindo-se ao conflito fundiário enfrentado pela comunidade Rio das Rãs, no estado da Bahia. No mesmo ano, o deputado Paulo Rocha (PT-PA) também se manifestou a respeito, ao denunciar o conflito fundiário enfrentado desde a década de 1960 pelas comunidades situadas no município de Oriximiná, no Pará. As movimentações políticas em torno da aplicação do Artigo 68 se efetivaram somente a partir de 1995, ano em que “os deputados Alcides Modesto, em conjunto com Domingos Dutra, além da senadora Benedita da Silva, apresentaram nas suas respectivas casas legislativas projetos de lei com o fito de regulamentar o Artigo 68 do ADCT” (SILVA, 1997:a 26).

Também em 1995, a Fundação Cultural Palmares (FCP) pela primeira vez estabeleceu as normas concernentes aos trabalhos de identificação e delimitação das comunidades (Portaria N° 25⁴²) e o INCRA realizou a primeira titulação de uma comunidade negra⁴³: a comunidade Boa Vista, no Alto Trombetas em Oriximiná (PA), composta por 112 famílias e que em 1993 dera início, por conta própria aos trabalhos de demarcação do território, correspondente a uma área de 1.125,034 hectares (FIABANI, 2008). Segundo Clayton L. da Silva

Em âmbito federal, a primeira tentativa de normatização dos procedimentos de regularização do artigo 68 ocorreu em 1995, com a Portaria 307 do INCRA, segundo a qual os compartimentos quilombolas deveriam ter suas áreas demarcadas e tituladas. (...) Neste contexto, ocorre a primeira titulação em 20 de novembro de 1995, para o compartimento quilombola ribeirinho de Boa Vista, situada no município de Oriximiná, estado do Pará (SILVA, 2010: 41).

Todavia, as primeiras comunidades foram tituladas pela FCP e pelo INCRA sem que houvesse a regulamentação do dispositivo constitucional. As tentativas de

⁴² “Segundo esta portaria, a Fundação Cultural Palmares passaria a identificar e titular as terras reivindicadas pelas comunidades negras rurais. A intenção do presidente da Fundação Cultural Palmares era de agilizar os trabalhos. Na época, avolumavam-se os processos, solicitando a aplicação do Artigo 68 e os resultados práticos de titulação de terras eram insignificantes. O movimento negro pressionava a entidade e o governo para que fosse solucionada a questão agrária dessas comunidades” (FIABANI, 2008: 154).

⁴³ Ressalta-se que a titulação da comunidade Boa Vista (PA) foi a primeira a se fundamentar exclusivamente no Artigo 68. Todavia, a comunidade Frechal “com 9.542 ha na Baixada Ocidental Maranhense, conforme parecer técnico da Fundação Cultural Palmares/MINC de 30 de março de 1992 e com o Decreto Federal n° 536, de 20 de maio de 1992, que criou a Reserva Extrativista do Quilombo Flexal (conforme equívoca designação publicada no Diário Oficial), o qual trazia menção expressa sobre os direitos que deveriam ser respeitados pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) concernentes aos remanescentes das comunidades dos quilombos que na área do decreto estivessem, marca nacionalmente o primeiro reconhecimento em razão do art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 de que se tem notícia” (SILVA, 1997b: 55).

regulamentação do Artigo 68 sempre encontraram forte resistência no Congresso Nacional, o que desde o começo retardou ou mesmo anulou a aplicação do dispositivo, causando insegurança e vulnerabilidade às comunidades e beneficiando os grandes proprietários de terra, empresas agropecuárias e demais agentes territoriais contrários à titulação dos territórios quilombolas. Perante esse quadro, alguns estados criaram suas próprias legislações com o propósito de titular as comunidades que estivessem ocupando terras devolutas (FIABANI, 2008).

A Portaria⁴⁴ N° 307 do INCRA representou a primeira movimentação efetiva para a regulamentação do Artigo 68, resultando na titulação do território quilombola Boa Vista no Pará em 1995. Todavia, essa norma permitia a atuação do INCRA somente na titulação de terras devolutas federais (SILVA, 2010). De acordo com Adelmir Fiabani, era evidente a maior competência do INCRA no trabalho de demarcação e regularização fundiária dos territórios quilombolas, devido à sua ampla experiência e capacidade para tratar de questões fundiárias, o que também era reconhecido por vários parlamentares. Além disso, a localização centralizada da FCP em Brasília tornava mais difícil o diálogo com as comunidades, enquanto o INCRA possuía superintendências regionais em praticamente todos os estados da federação (FIABANI, 2008).

Na prática, “(...) entre 20 de novembro de 1995 e 20 de novembro de 1998, o INCRA expediu 6 títulos, todos no estado do Pará, perfazendo uma área total de 95.979,9744 hectares, que beneficiou 567 famílias, com a média de 170 hectares para cada unidade familiar” (FIABANI, 2008: 151). Entretanto, deve ser levado em conta que todos esses títulos foram expedidos sobre terras devolutas federais, conforme determinava a Portaria N° 307, enquanto que as comunidades situadas em áreas disputadas com terceiros, detentores de títulos de propriedade, não conseguiam obter a titulação do território. Para o trabalho de reconhecimento e demarcação, já nessa época o INCRA levava em consideração os critérios de auto-definição estabelecidos pelos próprios quilombolas (FIABANI, 2008).

Em 1996, o governo federal busca solucionar o problema da regulamentação do Artigo 68, criando um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto pelos Ministérios da Cultura, Justiça, Meio Ambiente e Recursos Naturais e da Amazônia

⁴⁴ “A Portaria é um documento de ato administrativo de qualquer autoridade pública, que contém instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos” (FIABANI, 2008: 160).

Legal, INCRA, FCP e IPHAN, tendo como propósito “elaborar propostas dos atos e dos procedimentos administrativos necessários à implementação do disposto no Art. 68 do ADCT” (FIABANI, 2008: 154). Já em 1997, a presidência da FCP, por meio de uma minuta de decreto encaminhada à Casa Civil, manifestou sua intenção de transferir do INCRA para a FCP a competência para a identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombo, sob a alegação de que o INCRA não possuía a competência necessária para a realização dos estudos históricos e antropológicos exigidos, opinião também defendida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Todavia, tal medida desagradou tanto os militantes do movimento negro como também lideranças das comunidades quilombolas, que “sentiram que estavam sendo manipuladas. O movimento das comunidades negras visava assegurar ou conquistar a terra, e em segundo plano, preservar os espaços culturais” (FIABANI, 2008: 156). Nesse sentido,

Em 24 de outubro de 1999, por ocasião da VI Reunião da Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, através de “Carta Aberta à Fundação Cultural Palmares”, os participantes do evento externaram seu descontentamento com as atitudes tomadas pela presidente Dra. Dulce Pereira. Referiam-se à intenção da entidade em querer assumir o processo de reconhecimento, delimitação e titulação das terras reivindicadas pelas comunidades negras. (...) No final da “Carta Aberta”, os autores representantes das comunidades declararam o rompimento com a direção da Fundação Cultural Palmares de então, pois, segundo os signatários, o decreto seria contrário aos interesses das comunidades quilombolas (FIABANI, 2008: 156; 158).

As comunidades organizadas entendiam que transferir a competência das titulações do INCRA para a FCP significaria deslocar as atribuições da esfera da política fundaria para a da cultura. Por essa razão havia o descontentamento, pois para as comunidades a prioridade era a regularização fundiária e em segundo plano a questão da cultura, uma vez que “(...) a eficácia do Artigo 68 dependeria em grande parte da construção de uma nova política agrária que incluiria em seus princípios o reconhecimento das diversas formas de ocupação do campo decorrente das diferenças étnicas” (FIABANI, 2008: 159). Outro ponto que desagradou as comunidades e o movimento negro foi a restrição temporal da ocupação incluída na minuta do decreto, por meio da exigência de que as comunidades comprovassem a ocupação das terras desde maio de 1888 (FIABANI, 2008), o que praticamente inviabilizaria a titulação da maior parte das comunidades quilombolas, pois elas dificilmente possuiriam

documentos capazes de fazer essa comprovação. Essa restrição é um indicador de que a normatização que o governo federal, o Congresso e a FCP visavam implantar caminhava no sentido de restringir a aplicação do Artigo 68 a um número menor de comunidades.

Em 1999 a Medida Provisória⁴⁵ (MP) N° 1.911, editada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, deixou evidente a relação entre o conflito de competências estabelecido entre o então Ministério de Política Fundiária e Agricultura Familiar (ao qual era vinculado o INCRA) e o Ministério da Cultura (ao qual é vinculada a FCP), e os interesses políticos contraditórios envolvendo a regularização dos territórios quilombolas. A MP N° 1.911 “atribuiu ao Ministério da Cultura a competência para o cumprimento do Artigo 68 do ADCT. No mesmo ano, em 2 de dezembro, o Ministério da Cultura delegou essa competência para a Fundação Cultural Palmares” (SILVA, 2010: 43). “O ato presidencial retirou do INCRA a função de continuar trabalhando na titulação das terras das comunidades negras” (FIABANI, 2008: 160).

O problema dizia respeito não somente às competências específicas da FCP e do INCRA, mas também ao ponto de vista político-administrativo, uma vez que o cargo de presidente da FCP era de confiança, podendo ser substituído a qualquer momento pelo Presidente da República, enquanto os funcionários do INCRA são, na maioria, admitidos através de concurso público e por isso possuem maior autonomia relativa. Sendo assim, ao transferir a competência da regularização dos territórios quilombolas do INCRA para a FCP, o governo tinha claros interesses políticos de atender um número menor de comunidades e com esse objetivo “isolou a questão numa entidade onde ele, o Presidente da República, tinha o controle” (FIABANI, 2008: 161). Nesse contexto, de dezembro de 2000 a janeiro de 2001, foram editadas duas MP’s, que incluíam

(...) nas atribuições da FCP a realização da identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação das “terras dos remanescentes das comunidades de quilombos” (termo oficial), que passariam a ser homologadas mediante decreto. As dificuldades na realização de tal tarefa ficam patentes quando observadas as titulações realizadas pela FCP, pois na medida em que não incluíam as desapropriações ou anulações dos títulos de terceiros nem sua

⁴⁵ “A Medida Provisória é adotada pelo Presidente da República, mediante ato unipessoal, com caráter de urgência e relevância, sem a participação do Poder Legislativo, que irá discuti-la em momento posterior” (FIABANI, 2008: 160).

retirada das terras, permaneciam as situações de conflito e de dificuldade da manutenção da vida de relações dentro dos compartimentos e destes com o seu entorno (SILVA, 2010: 43).

Retrocesso ainda maior na aplicação do Artigo 68 ocorreu a partir de setembro de 2001, com a publicação do Decreto N° 3.912/2001, cujo conteúdo restringia o direito previsto no Artigo 68 unicamente às comunidades que comprovadamente estivessem ocupando as terras no momento da abolição, em 1888 e em 05/10/1988, data da promulgação da CF⁴⁶. Por meio dessa normatização,

Somente teriam direito a terra, as comunidades que comprovassem a ocupação desde 1888 até 1988, ou seja, cem anos de posse. Com um simples ato, o Presidente reduziu drasticamente o número de comunidades negras aptas a receberem terras através do Artigo 68 do ADCT. Não querendo satisfazer demandas das comunidades negras por terra, FHC considerou as comunidades remanescentes de quilombos somente aquelas que se originaram das comunidades de escravos fugidos, prejudicando grande parte do campesinato de matriz africana. (...) Portanto, não estariam incluídas no processo de titulação as infinidades de comunidades negras rurais formadas antes da Abolição e, sobretudo, após 1888 (FIABANI, 2008: 162).

Tal regulamentação também manteve a competência do Ministério da Cultura, através da FCP, em todo o processo envolvendo as comunidades, desde a identificação até a emissão dos títulos de propriedade, considerando incompetente e ilegítimo o INCRA para a realização dessa tarefa (SILVA, 2010). Como resultado, nenhum território quilombola foi regularizado pela FCP sob a vigência desse decreto⁴⁷ e reduziu-se visivelmente o número de títulos emitidos pelo Governo Federal.

⁴⁶ “O prazo referido pelo Decreto acarretaria a necessidade de comprovar a ocupação – por cem anos – de qualquer terreno reivindicado. Até mesmo as normas que exigem prazos mais dilatados para a prescrição aquisitiva, como a do usucapião previsto na Lei Substantiva Civil (artigo 550 do Código Civil), referem-se à vinte anos. Em outras palavras: se algum integrante de uma comunidade quisesse ter o reconhecimento estampado na Constituição deveria provar cem anos de ocupação; se este mesmo integrante quisesse adquirir o mesmo terreno, via usucapião, deveria provar vinte anos de ocupação. (...) Em conclusão: tal requisito não era razoável, violando, totalmente, os princípios constitucionais vigentes. Além disso, a coleta de provas vai se tornar extremamente difícil, para não dizer impossível. Produzir um conjunto probatório utilizando material com mais de um século de existência é tarefa hercúlea. Os *experts* teriam imensas dificuldades para conseguir demonstrar uma ocupação ocorrida nesta época. Não é, portanto, razoável estabelecer este período” (BECKHANSEN, 2006: 283-284).

⁴⁷ A emissão de títulos pela FCP ocorreu somente em 1999 e em 2000, para 14 comunidades: Mangal e Barro Vermelho (BA, em parceria com o INTERBA, 1999 e 2000), Curiaú (AP, 1999), Barra do Brumado (BA, 1999), Cabeceiras (PA, 2000), Castainho (PE, 2000), Conceição das Crioulas (PE, 2000), Furnas da Boa Sorte (MS, 2000), Furnas do Dionísio (MS, 2000), Kalunga (GO, 2000), Mata Cavalo (MT, 2000), Mocambo (SE, 2000), Porto Coris (MG, 2000), Rio das Rãs (BA, 2000) e Santana (RJ, 2000) (INCRA, 2014). “A FCP expediu 15 títulos beneficiando 6.479 famílias com uma área total de 339.887,87ha, ou seja, uma média de cinquenta e dois hectares por família. (...) a quantidade de terras tituladas ficou aquém do número esperado, pois, na época, a FCP passou a ter todo o controle do processo, desde a identificação e reconhecimento até a titulação” (FIABANI, 2008: 164).

A restrição temporal aplicada ao reconhecimento dos territórios quilombolas, pelo Decreto N° 3.912/2001 advinha de uma interpretação intencionalmente literal do texto constitucional, quando este afirma “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos *que estejam ocupando suas terras...*”, sem levar em conta que muitas comunidades não estariam ocupando suas terras no momento da promulgação da CF de 1988 em decorrência de conflitos fundiários. Além disso, como visto, o Artigo 68 foi aprovado sob a pressão do encerramento dos trabalhos constituintes, permanecendo carregado de ambigüidades e indefinições que possibilitam interpretações contraditórias, de acordo com os interesses vigentes. “O que se percebe claramente é um jogo de forças não explicitado nas disposições normativas de regulamentação do Artigo 68 do ADCT, mas que denotam os interesses contrários ao reconhecimento de direitos” (SILVA, 2010: 45).

Sendo assim, os títulos emitidos de 2001 a 2003 couberam exclusivamente aos órgãos estaduais de terras, tais como o ITESP, o ITERMA e o ITERPA, por exemplo. Dos 26 estados da federação, 21 possuem algum tipo de legislação específica sobre quilombos e 5 tratam do tema em suas constituições estaduais: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará⁴⁸. O “Quadro 2 – Brasil: normas referentes aos territórios quilombolas segundo os estados da federação, 1991-2014” nos traz informações referentes às normatizações criadas no âmbito dos estados para a regularização fundiária dos territórios quilombolas, incidentes sobre terras devolutas estaduais.

Por questão de concisão, preferimos mencionar somente os dispositivos estaduais de abrangência geral e voltados diretamente para os quilombos, uma vez que a titulação ou homologação de territórios quilombolas, em âmbito estadual, também pressupõe a criação de instrumentos normativos; nesse caso, os territórios quilombolas que ocupam terras devolutas estaduais são titulados mediante decretos estaduais, de acordo com a legislação vigente em cada estado mencionado. A íntegra do conjunto desses decretos pode ser consultada no endereço eletrônico da Comissão Pró-Índio de São Paulo, mencionado em nota de rodapé ao final desta página.

Por sua vez, os instrumentos normativos voltados aos territórios quilombolas, no âmbito do estado de São Paulo, serão apresentados e discutidos à parte no subitem “2.4. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP): estrutura,

⁴⁸ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpisp.org.br/htm/leis/legislacao_estadual.aspx, acesso em 30/07/15.

organização e atuação”, no qual trataremos das normas e da estrutura institucional do ITESP, órgão estadual responsável pela regularização fundiária dos territórios quilombolas, localizados em terras públicas estaduais, e por prestar assistência técnica ao conjunto dos territórios quilombolas, existentes no estado de São Paulo.

Quadro 2 – Brasil: normas referentes aos territórios quilombolas segundo os estados da federação, 1991-2014

Estado	Instrumentos Normativos
Alagoas	2014 – é criado o CONEPIR (Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial). Decreto nº 19.584, de 23 de abril de 2012 – institui o Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola do Estado de Alagoas, no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos (SEMCDH) e dá outras providências.
Amapá	Lei Nº 1.505/2010 – dispõe sobre o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, desintrusão, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas do estado do Amapá.
Bahia	Decreto Nº 11.850/2009 – institui a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos e dispõe sobre a identificação, delimitação e titulação das terras devolutas do Estado da Bahia por essas comunidades, de que tratam o Art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado da Bahia de 1989. Decreto nº. 13.247/2011 – que dispõe sobre a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais – CESPCT, instância deliberativa, com a finalidade de coordenar a elaboração e implementação da Política e do Plano Estadual de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais no Estado da Bahia.
Goiás	Lei Nº 11.409/1991 e Lei Complementar 19/1996 – dispõem sobre o sítio histórico e patrimônio cultural. Lei 13.022/1997 – dispõe sobre as terras devolutas pertencentes ao Estado de Goiás.
Espírito Santo	Lei Nº 5.623/1998 – reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos em atendimento ao Artigo 68 do ADCT.
Maranhão	Constituição Estadual – Artigo 229: “O Estado reconhecerá e legalizará, na forma da lei, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”. Decreto 15.849/1997 – declara como prioritárias para fins de legalização, desapropriação e outras formas de acautelamento, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e comunidades negras tradicionais. Lei Nº 9.169/2010 – dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências. Decreto Nº 29.486/2013 – dispõe sobre a criação da Comissão Temporária Estadual de Gestão Integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola no Estado do Maranhão e dá outras providências.
Mato Grosso	Constituição Estadual – Artigo 33: “O Estado Emitirá, no prazo de um ano, independentemente de estar amparado em legislação complementar, os títulos de terra aos remanescentes de quilombos que ocupem as terras há mais de 50 anos. Lei Nº 7.775/2002 – Institui o programa de resgate histórico e valorização das comunidades remanescentes de quilombos em Mato Grosso.
Mato Grosso do Sul	Decreto Nº 11.337/2003 – Cria Grupo de Trabalho para estudar e buscar soluções sobre as questões fundiárias das comunidades remanescentes de quilombo do Estado do Mato Grosso do Sul. Decreto Nº 12.364/2007 – Constitui Grupo de Trabalho Multidisciplinar para a

	elaboração de projetos sociais a serem desenvolvidos nas comunidades negras rurais, urbanas e quilombolas do Estado.
Minas Gerais	<p>Decreto N° 44.406/2006 – Dispõe sobre a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e dá outras providências.</p> <p>Lei N° 18.374/2009 – Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à formação de bancos comunitários de sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulos.</p> <p>Lei N° 21.147/2014 – Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.</p>
Pará	<p>Constituição Estadual – Artigo 322: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, após promulgada esta constituição.</p> <p>Decreto N° 663/1992 – Dispõe sobre a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências.</p> <p>Lei N° 6.165/1998 – Dispõe sobre a legitimação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências.</p> <p>Decreto N° 3.572/1999 – Regulamenta a Lei N° 6.165/1998.</p> <p>Instrução Normativa N° 02 do ITERPA/1999 – Regulamenta a abertura, processamento e conclusão dos processos administrativos de legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos.</p> <p>Lei N° 6.941/2007 – Estabelece políticas públicas específicas para a população negra do estado do Pará, visando o combate às desigualdades sociais e à discriminação racial e dá outras providências.</p> <p>Decreto N° 562/2007 – Cria Grupo de Trabalho para a Consciência Negra e Promoção da Igualdade Racial no âmbito do Estado do Pará.</p> <p>Decreto N° 261/2011 – Institui a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos no estado do Pará e dá outras providências.</p> <p>Decreto S/N° de 28/12/2011 - Nomeia membros para a Comissão Estadual de Políticas para Comunidades Remanescentes de Quilombos.</p>
Paraíba	<p>Lei N° 7.502/2003 – Institui o Programa de Resgate Histórico e Valorização das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Paraíba, tendo como base o Artigo 68 do ADCT.</p> <p>Emenda Constitucional N° 19, de 09/05/2006 – Acrescenta o Capítulo VIII ao Título VIII da Constituição do Estado da Paraíba: “Da Proteção dos Índios, dos Ciganos e dos Quilombolas.</p> <p>Lei N° 8.993/2009 – Autoriza o Poder Executivo a Criar o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) e dá outras providências.</p> <p>Decreto N° 33.370/2012 – Institui o Grupo Intersetorial do Programa Brasil Quilombola na Paraíba e dá outras providências.</p> <p>Decreto N° 34.542/2013 – Institui o Comitê de Ações Integradas da Agenda Social Quilombola no estado da Paraíba e dá outras providências.</p>
Pernambuco	<p>Decreto N° 23.253/2001 – Indica as comunidades a serem beneficiadas com o Projeto Etnias.</p> <p>Lei N° 15.211/2013 – Institui a Política Estadual de Regularização Fundiária de Interesse Social a ser adotada no estado de Pernambuco.</p>
Piauí	<p>Lei Ordinária N° 5.595/2006 – Dispõe sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas por remanescentes de comunidades dos quilombos e dá outras providências.</p> <p>Decreto N° 14.625/2011 – Regulamenta a Lei N° 5.595/2006.</p> <p>Lei Ordinária N° 6.127/2011 – Dispõe sobre a regularização fundiária de imóveis pertencentes ao Patrimônio Imobiliário Rural do Estado do Piauí, na forma que especifica e dá outras providências.</p>

Rio Grande do Norte	Lei Nº 9.104/2008 – Reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, em atendimento ao Artigo 68 do ADCT.
Rio Grande do Sul	<p>Lei Nº 11.731/2002 – Dispõe sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.</p> <p>Decreto Nº 41.498/2002 – Dispõe sobre o procedimento administrativo de reconhecimento, demarcação e titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos do estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Decreto Nº 42.952/2004 – Institui o Comitê Permanente de Coordenação das Ações relativas às Comunidades Quilombolas no Rio Grande do Sul, e dá outras providências.</p> <p>Lei Nº 13.694/2011 – Institui o Estatuto Estadual da Igualdade Racial, e dá outras providências.</p> <p>Decreto Nº 48.058/2011 – Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar propostas que visem a implementação e o fortalecimento de políticas públicas que atendam ao povo quilombola, bem como organizar as atividades alusivas ao “Ano Internacional do Afrodescendente”, e dá outras providências.</p> <p>Decreto Nº 49.234/2012 – Dispõe sobre o Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Nº 48.058/2012.</p>
Rio de Janeiro	<p>Decreto Nº 41.357/2008 – Dispõe sobre a constituição do Fórum Estadual Intersetorial “Voz aos Povos Quilombolas, Assentados e Acampados Rurais, Indígenas e Pescadores Artesanais” e dá outras providências.</p> <p>Lei Complementar Nº 131/2009 – Dispõe sobre medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis do estado do Rio de Janeiro e dos demais entes da administração direta e indireta e dá outras providências.</p> <p>Decreto Nº 44.204/2013 – Institui o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial (PEPIR/RJ) e dá outras providências.</p>
Sergipe	<p>Lei Nº 5.497/2004 – Dispõe sobre a obrigatoriedade do Conselho Estadual de Educação Estabelecer e Normatizar as Diretrizes Operacionais, para a inclusão nos currículos da Educação Básica das redes pública e particular do estado de Sergipe o ensino obrigatório da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, conforme a Lei Federal Nº 10.639/2003 e dá outras providências.</p> <p>Lei Nº 6.426/2008 – Altera e acrescenta dispositivos e um Anexo Único à Lei Nº 2.435/1983, que dispõe sobre as terras devolutas do estado de Sergipe e dá providências correlatas.</p>
Tocantins	Decreto Nº 3.843/2005 – Institui o Comitê Estadual Gestor do Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais do Estado do Tocantins.

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpis.org.br/htm/leis/legislacao_estadual.aspx, acesso em 31/07/15. Organizado por André Luís Gomes (2015).

Em 2003, já sob o governo Lula⁴⁹, o reconhecimento público do número inexpressivo de titulações realizadas, a pressão das entidades negras, dos representantes das comunidades e da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) levou o governo a tomar uma das primeiras medidas no tocante à questão (ALMEIDA, 2005). Em resposta

⁴⁹ “No dia 1º de janeiro, por ocasião da posse, o Presidente Luiz Inácio da Silva editou a Medida Provisória Nº 103, mantendo o Ministério da Cultura como o órgão responsável pela titulação das terras reivindicadas pelas comunidades negras. Pela MP, a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações, que seriam homologadas mediante decreto, continuariam sob coordenação da Fundação Cultural Palmares. Em 28 de maio de 2003, esta medida foi transformada na Lei Nº 10.683” (FIABANI, 2008: 166).

ao pedido da CPI-SP, sugerindo a anulação do Decreto N° 3.912/2001 e a transferência da competência pela titulação dos territórios quilombolas da FCP para o INCRA, o Presidente Lula “instituiu um Grupo de Trabalho⁵⁰ com a finalidade de propor nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos” (FIABANI, 2008: 166). Os trabalhos de GT resultaram na promulgação dos Decretos 4.883, 4.886 e 4.887 em 20 de novembro de 2003⁵¹, dos quais mencionamos, no “Quadro 3 – Brasil: instrumentos normativos criados para Regulamentação do Artigo 68 do ADCT, 2003”, os trechos mais relevantes para entender as modificações trazidas em relação ao Decreto N° 3.912/2001, revogado também em 20/11/2003.

Quadro 3 – Brasil: instrumentos normativos criados para Regulamentação do Artigo 68 do ADCT, 2003

Decreto 4.883/ 2003	<p>Art. 1° Fica transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário a competência relativa a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações, estabelecida no inciso VI, alínea "c", do art. 27 da Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003.</p> <p>Parágrafo único. Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a expedição dos títulos das terras a que se refere o caput deste artigo;</p> <p>Art. 2° Compete ao Ministério da Cultura assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nas ações de regularização fundiária para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos.</p>
Decreto 4.886/ 2003	<p>Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR e dá outras providências.</p> <p>Art. 1° Fica instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, contendo as propostas de ações governamentais para a promoção da igualdade racial, na forma do Anexo a este Decreto.</p> <p>Art. 2° A PNPIR tem como objetivo principal reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra.</p> <p>Art. 3° A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial [SEPPIR] fica responsável pela coordenação das ações e a articulação institucional necessárias à implementação da PNPIR.</p> <p>Parágrafo único. Os órgãos da administração pública federal prestarão apoio à implementação da PNPIR.</p> <p>Art. 4° As despesas decorrentes da implementação da PNPIR correrão à conta de dotações orçamentárias dos respectivos órgãos participantes.</p> <p>Art. 5° Os procedimentos necessários para a execução do disposto no art. 1° deste</p>

⁵⁰ “Participaram do Grupo de Trabalho representantes de quatorze ministérios e três representantes das comunidades de quilombos, escolhidos pela SEPPIR” (FIABANI, 2008: 166).

⁵¹ “A data escolhida para a edição dos decretos foi o dia 20 de novembro de 2003, Dia Nacional da Consciência Negra. O local escolhido foi a Serra da Barriga, no Município de União dos Palmares, tido como local da maior epopéia da população escravizada brasileira, à exceção da Abolição, liderada por Zumbi” (FIABANI, 2008: 167).

	Decreto serão normatizados pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Decreto 4.887/2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do ADCT. Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do ADCT, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto. (...) Art. 25. Revoga-se o Decreto Nº 3.912, de 10 de setembro de 2001.

Fonte: Boletim Informativo do NUER/UFSC “Territórios Quilombolas: Reconhecimento e Titulação das Terras”, Vol. 2, Nº 2, 2005. Organizado por André Luís Gomes (2015).

Sendo assim, o conjunto desses decretos transferiu do Ministério da Cultura/FCP para o INCRA, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “a competência pelo processo de titulação dos compartimentos quilombolas” (SILVA, 2010: 48). A FCP “permaneceu com incumbência de receber os pedidos das comunidades e reconhecê-las como remanescentes de quilombos. O INCRA participa do processo com a titulação das terras” (FIABANI, 2008: 167). De acordo com Rocha (2005: 101) “considerando a experiência do INCRA no tratamento das questões fundiárias, sua participação no procedimento de regularização quilombola é fundamental para dar operatividade ao dispositivo constitucional”.

A nova regulamentação também leva em conta a **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, reforçando a idéia de **auto-atribuição**, desde a identificação até a titulação dos territórios quilombolas. A Convenção 169 da OIT possui força de lei no Brasil desde 20/06/2002, por meio do decreto Nº 143 que tornou o Brasil dela signatário⁵². “Segundo esta convenção, nenhum Estado tem o direito de negar a identidade de um povo indígena ou tribal que se reconheça como tal” (SILVA, 2010: 48). Esta Convenção incorpora o conceito de território definindo-o como a totalidade do habitat ocupado e utilizado pelos povos tradicionais, reforçando o direito de propriedade coletiva, que deverá ser salvaguardado

⁵² “Esta convenção reconhece como critério fundamental os elementos de auto-identificação étnica. Nos termos do Art. 2 tem-se: ‘A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção’. Para além disto o Art. 14 assevera o seguinte em termos de domínio: ‘Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam’. Sublinhando o direito de retorno às terras de que foram expulsos o Art. 16 aduz que: ‘sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento’” (ALMEIDA, 2005: 20-21).

pelo Estado, “estabelecendo ainda a necessidade de consulta sobre todas as medidas suscetíveis de afetá-las” (SILVA, 2010: 48), tais como as mudanças na legislação ou a realização de obras que possam afetar as comunidades. Segundo Silva (2010: 49)

As inovações do Decreto N° 4887/2003 conferiram proteção jurídica especial aos compartimentos quilombolas. Quanto ao reconhecimento, ficou definido no Artigo 2° que se consideram *remanescentes das comunidades dos quilombos*, os grupos étnico-raciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Acima de tudo, a matéria legislativa incorpora que a caracterização dos sujeitos do direito será atestada mediante **auto-definição da própria comunidade**, buscando garantir as terras ocupadas a fim de assegurar a reprodução física, social, econômica e cultural do grupo. Destaca-se ainda que na demarcação das terras serão considerados critérios indicados pelos próprios grupos. Desta forma, foram ampliados os mecanismos desse reconhecimento, ao mesmo tempo em que se alcançou maior segurança jurídica ao processo de regularização fundiária (artigos 3 ao 9), bem como estão previstas as possíveis situações de conflito pela posse, seja em terras públicas ou de particulares (artigos 10 ao 12), as situações de possíveis desapropriações (artigo 13), e de terceiros (artigo 14). Foram ainda dispostas as questões referentes à titulação coletiva e pró-indivisa (artigo 17) e de gratuidade do registro (artigo 22).

Após a promulgação do Decreto N° 4.887/2003, é possível afirmar que teve início “a edificação de um novo ramo do direito, o direito étnico, já prevalecente em legislações comparadas como a da Austrália, Nova Zelândia e América do Norte, mas inusitado no Brasil (ROCHA, 2005: 97), que visa “não apenas promover políticas públicas afirmativas, como também preservar a cultura tradicional dos grupos formadores da sociedade brasileira em suas várias formas de expressão e modos de viver” (ROCHA, 2005: 102). Sendo assim, a nova orientação trazida pelo Decreto N° 4.887/2003 tem possibilitado o “aumento do número de comunidades negras que passaram a reivindicar a aplicação do Artigo 68 do ADCT” (FIABANI, 2008: 168). Todavia, “o número de titulações não correspondeu à expectativa do movimento quilombola. Os obstáculos burocráticos presentes nas instituições públicas são apontados como a causa principal que retarda o processo de titulação” (FIABANI, 2008: 168).

Para a efetivação do Decreto N° 4.887/2003, no tocante à sobreposição dos territórios quilombolas sobre propriedades particulares, unidades de conservação, zonas de fronteira, terras indígenas ou áreas de segurança nacional, os procedimentos do

INCRA⁵³ são regulamentados por meio de Instrução Normativa (IN). Desde a promulgação dos Decretos 4.883, 4.886 e 4.887 em 20 de novembro de 2003, foram editadas as Instruções Normativas mencionadas no “Quadro 4 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Instruções Normativas criadas para a regulamentação do disposto no Artigo 68 do ADCT e no Decreto 4.887/2003, 2004-2009”.

Quadro 4 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Instruções Normativas criadas para a regulamentação do disposto no Artigo 68 do ADCT e no Decreto 4.887/2003, 2004-2009

Instrução Normativa/ ano	Função	Validade
IN N° 16 de 24/03/2004	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do ADCT.	Revogada pela IN N° 20 de 19/09/2005
IN N° 20 de 19/09/2005	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 ADCT e o Decreto n° 4.887/2003.	Revogada pela IN N° 49 de 29/09/2008
IN N° 49 de 29/09/2008	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do ADCT e o Decreto n° 4.887/2003.	Revogada pela IN N° 56 de 07/10/2009
IN N° 56 de 07/10/2009	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do ADCT e o Decreto n° 4.887/2003.	Revogada pela IN N° 57 de 20/10/2009
IN N° 57 de 20/10/2009	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do ADCT e o Decreto n° 4.887/2003.	Vigente

Fonte: INCRA – <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao/-/atos-internos/instrucoes>, acesso em 01/08/15. Organizado por André Luís Gomes (2015).

⁵³ “No que tange à sobreposição das terras quilombolas em unidades de conservação constituídas, em áreas de segurança nacional, em faixas de fronteira e em terras indígenas, a gerar aparentes conflitos de interesses e direitos, todos tutelados pela Lei Suprema, fez-se constar nos artigos 10º e 11º do Decreto, dispositivos que viabilizam a conciliação, em respeito à harmonia sistêmica da ordem constitucional. Várias soluções jurídicas se delineiam, a concessão real de uso, na qual se garanta o domínio útil e a sucessão hereditária sem a transmissão do domínio: a desafetação das unidades de conservação ambiental e a posterior titulação, mormente aquelas declaradas como tal após a promulgação da Carta de 1988, dentre outras medidas que poderão vir a ser adotadas. Imperiosa, portanto, as manifestações da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do disposto no Art. 91, & 1º, III, da Constituição Federal, do IPHAN, do IBAMA e da FUNAI, que deverão pronunciar-se nos procedimentos de titulação. A inserção de tais previsões sobreleva os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, porque atendem o meio ambiente, o patrimônio, a segurança e a soberania da Nação, sem olvidar as populações pré-colombianas” (ROCHA, 2005: 101-102).

No item “2.3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): estrutura, organização e atuação”, trataremos com maiores detalhes da IN N° 57, vigente desde 2009, assim como da estrutura institucional do INCRA. No tocante à atuação da FCP, em cumprimento ao § 4° do Art. 3° do Decreto 4.887/2003 – que estabelece que “A auto-definição de que trata o § 1° do art. 2° deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento” – de acordo com Fiabani (2008: 171), em 28/11/2007 o presidente da FCP

(...) publicou a **Portaria N° 98** que regulamentou o procedimento para identificação e reconhecimento das terras ocupadas pelas comunidades negras. Um Grupo de Trabalho formado por servidores da FCP verificou as falhas da norma anterior e procurou aperfeiçoar a lei, a fim de evitar possíveis fraudes. A nova Portaria instituiu o “**Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da FCP**”. (...) O que mudou, pela nova Portaria, foram os procedimentos quanto à emissão da certidão de auto-definição que deverão seguir as seguintes normas: a) **A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da auto-definição, aprovada pela maioria dos seus moradores, acompanhada da lista de presença devidamente assinada;** b) A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembléia convocada para a específica finalidade de deliberação a respeito da auto-definição, aprovada pela maioria dos seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada; c) Remeter à FCP, caso a comunidade possua, dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais; d) Em qualquer caso, apresentar um pequeno relato sobre a história da comunidade; e) Solicitar ao Presidente da FCP a emissão da certidão de auto-definição [grifo nosso].

Sendo assim, foi mantida a competência da FCP na emissão da certidão de auto-definição às comunidades que, ao se reconhecerem como quilombolas, queiram reivindicar os direitos garantidos pelo Artigo 68 do ADCT. A emissão dessa certidão pela FCP é o primeiro passo para (re) conquista do território por parte de uma comunidade negra, pois sem ela não há possibilidade de os órgãos estaduais de terra, o Ministério Público Federal ou o INCRA iniciarem os trabalhos de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e muito menos abrir o processo administrativo, cujo resultado final deve ser a emissão do título coletivo e pró-indiviso de propriedade em nome de associação quilombola, devidamente registrada.

Por fim, cabe registrar que o Estado brasileiro elaborou mais um instrumento normativo que trata não somente das comunidades remanescentes de quilombo, mas

também do conjunto dos povos e comunidades tradicionais. Trata-se do Decreto Nº. 6.040 de 07/02/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e estabelece competências para a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT. Esta Comissão possui como principal atribuição coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais⁵⁴.

2.3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): estrutura, organização e atuação.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal⁵⁵, criada em 09/07/1970 por meio do Decreto-Lei Nº 1.110/70. Tem como missão implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. Com sede em Brasília, o INCRA está presente em todo o território nacional, por meio de 30 superintendências regionais distribuídas por todos os estados, 40 unidades avançadas e milhares de unidades municipais de atendimento⁵⁶.

Uma vez que é o órgão responsável por executar o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), desde a sua criação já assentou 959.156 famílias em 9.127 projetos de assentamento, destinando um total de 88.297.609 ha ao PNRA. O órgão possui 655 mil famílias assentadas constantes no Cadastro Único do Governo Federal, e presta assistência técnica e extensão rural (ATER) a 240 mil famílias assentadas. Além

⁵⁴ Fonte: Governo do Estado da Bahia/Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - <http://www.igualdaderacial.ba.gov.br/cpct/>, acesso em 03/08/15.

⁵⁵ A administração pública no Brasil se divide em direta e indireta. No âmbito do Executivo Federal, a primeira é composta pela Presidência da República, os ministérios e as secretarias especiais. Já a administração indireta é composta por órgãos com personalidade jurídica própria, mas que desempenham funções do Estado de maneira descentralizada e em todas as esferas – federal, estadual, distrital e municipal. As fundações públicas, agências executivas e reguladoras são alguns exemplos de autarquias – órgãos que integram a administração pública indireta. São criadas por meio de uma lei com a finalidade de executar uma atribuição específica. Podem ser vinculadas à Presidência da República ou a ministérios. O patrimônio e receita são próprios, mas sujeitos à fiscalização do Estado. Estas organizações têm como funcionários, servidores públicos. Assim como ocorre nos órgãos da administração direta, os servidores precisam ser aprovados em concurso público – embora a Constituição permita a existência de cargos comissionados em funções de chefia, direção e assessoramento. O funcionamento das autarquias é regido pelo Art. 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 8.112/1990, que Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Fonte: Portal Brasil – <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/autarquias>, acesso em 03/08/15.

⁵⁶ Fonte: INCRA - http://www.incra.gov.br/institucional_abertura, acesso em 03/08/15.

disso, segundo informações disponíveis em sua página eletrônica⁵⁷, 9 mil famílias assentadas vendem a produção por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O INCRA atua na área de educação do campo, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Também é atribuição do INCRA a regularização fundiária das áreas ocupadas por pescadores, ribeirinhos e outros povos tradicionais, tais como indígenas e quilombolas.

O INCRA é dividido em cinco diretorias: Programas (DP), Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos (DT), Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), Gestão Administrativa (DA) e Gestão Estratégica (DE). **A Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas** é vinculada à **Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária**⁵⁸ e tem como atribuições supervisionar, propor atos normativos e controlar as atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas, atuando também na definição de métodos sobre a regularização das áreas; defesa dos interesses das comunidades sobre titulação de territórios; articulação interinstitucional necessária à solução de conflitos; análise e encaminhamento de propostas de desapropriação e aquisição de áreas privadas; articulação com os órgãos governamentais; e implementação de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à área⁵⁹. O “Organograma 1 – Estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2015” traz a visualização da estrutura institucional do INCRA.

Possuindo uma estrutura complexa, além de ser o órgão responsável pela regularização fundiária dos territórios quilombolas, reconhecidos pela FCP, o INCRA é incumbido por lei na efetivação de diversos programas e ações:

- Cadastramento e seleção de famílias aptas a serem beneficiárias do PNRA;
- Implementação, no âmbito do MDA, do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, conforme o Decreto 7.215/2010 e a Portaria N° 581/2010;

⁵⁷ http://www.incra.gov.br/institucional_abertura, acesso em 03/08/15.

⁵⁸ A qual tem a atribuição de gerenciar e promover o ordenamento da estrutura fundiária nacional. Fonte: INCRA – http://www.incra.gov.br/diretoria_fundiaria, acesso em 03/08/15.

⁵⁹ Fonte: INCRA – http://www.incra.gov.br/diretoria_fundiaria, acesso em 03/08/15.

- Fornecimento de Microcrédito, no valor de até R\$ 25.000, para instalação inicial e investimentos nas atividades produtivas por parte dos assentados de reforma agrária, conforme a Lei N° 13.001/2014, regulamentada pelo Decreto N° 8.256/2014;

- Implantação e/ou recuperação da infra-estrutura básica nas áreas de reforma agrária e territórios quilombolas, como por exemplo, estradas vicinais, saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário) e eletrificação rural;

Organograma 1 – Estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2015

Fonte: INCRA (2015) e Silva (2010), organizado por André Luís Gomes (2015).

- Estabelecimento de Contratos de Concessão de Uso e emissão de Títulos de Domínio para assentados de reforma agrária e associações quilombolas;
- Elaboração e implantação do Plano de Ação Ambiental do INCRA no âmbito dos assentamentos de reforma agrária;
- Iniciar e concluir a demarcação das terras indígenas (cuja iniciativa cabe ao Ministério da Justiça, por meio da FUNAI) e coordenar as ações de levantamentos de ocupantes não indígenas que se encontram nessas terras, realizando, em cooperação com outros órgãos, as avaliações e indenização das benfeitorias;
- Implantação da educação de crianças, jovens e adultos no campo, por meio do PRONERA;
- Emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), documento indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural;
- Controle da Aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros no Brasil, de acordo com a IN N° 76/2013;
- Execução do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), fruto de um acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Execução do Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (Pacto), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visando repassar a agricultores familiares e assentados da reforma agrária conhecimentos de ciência e tecnologia sobre temas diversos como saúde, educação e produção⁶⁰.

No âmbito dos estados, as ações do INCRA são coordenadas pelas 30 Superintendências Regionais (SR), presentes em todos os estados da federação e no Distrito Federal, conforme a “Tabela 3 – Brasil: distribuição das Superintendências Regionais do INCRA nos estados, 2015”. A estrutura das SR é organizada de acordo com o “Organograma 2 – Estrutura padrão das Superintendências Regionais do INCRA, 2015”. No estado de São Paulo, destaca-se a atuação do INCRA na criação de assentamentos de reforma agrária e na regularização de territórios quilombolas, registrando-se a existência de 270 assentamentos, possuindo área total de 340.370,64ha ocupados por 17.452 famílias; 28 comunidades quilombolas reconhecidas, com área

⁶⁰ Fonte: INCRA – <http://www.incra.gov.br/content/acoes-e-programas>, acesso em 03/08/15.

total de 58.831,8 ha ocupados por 1.310 famílias, totalizando 48 processos em tramitação no órgão em São Paulo⁶¹.

Tabela 3 – Brasil: distribuição das Superintendências Regionais do INCRA nos estados, 2015

Estados	Superintendências Regionais	Estados	Superintendências Regionais
Acre	Acre	Paraíba	Paraíba
Alagoas	Alagoas	Paraná	Paraná
Amapá	Amapá	Pernambuco	Pernambuco
			Médio São Francisco
Amazonas	Amazonas	Piauí	Piauí
Bahia	Bahia	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Ceará	Ceará	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte
Distrito Federal	Distrito Federal e Entorno	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Espírito Santo	Espírito Santo	Rondônia	Rondônia
Goiás	Goiás	Roraima	Roraima
	Distrito Federal e Entorno		
Maranhão	Maranhão	São Paulo	São Paulo
Mato Grosso	Mato Grosso	Santa Catarina	Santa Catarina
Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	Sergipe	Sergipe
Pará	Pará (Belém)	Tocantins	Tocantins
	Oeste do Pará		
	Sul do Pará		

Fonte: INCRA – <http://www.incra.gov.br/incra-nos-estados>, acesso em 04/08/15. Elaboração: André Luís Gomes (2015).

Com o objetivo de aprimorar a política de regularização dos territórios quilombolas no estado de São Paulo, em 06/11/2013 o INCRA criou a Mesa Estadual Permanente de Regularização dos Territórios Quilombolas, incluindo representantes dos diversos órgãos e esferas de governo – tais como a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE), a Fundação Cultural Palmares (FCP), a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o Ministério Público Estadual (MPE), a Procuradoria

⁶¹ Fonte: INCRA – <http://www.incra.gov.br/sp> (acesso em 04/08/15) e PILLA [et. al.], 2013: 188-189.

Geral do Estado (PGE), a Fundação Florestal (FF), além do próprio INCRA – das comunidades, do movimento quilombola, dos municípios nos quais se encontram as comunidades e pesquisadores acadêmicos⁶².

Organograma 2 – Estrutura padrão das Superintendências Regionais do INCRA, 2015

(*) Todas as Superintendências Regionais têm a mesma estrutura básica. A distinção em SR do tipo I, II ou III se dá em função do número de cargos de assessoramento (DAS 102.1) que cada uma dispõe.

Fonte: INCRA – <http://www.incra.gov.br/incra-nos-estados>, acesso em 04/08/15. Elaboração: André Luís Gomes (2015).

Conforme exposto, desde a promulgação do Decreto N° 4.887/2003, o INCRA assumiu a responsabilidade pela regularização fundiária dos territórios quilombolas (Art. 3º), mantendo-se as atribuições da FCP/MinC e da SEPPIR, relativas à emissão da certidão de auto-definição e ao acompanhamento do trabalho do INCRA, para assegurar a garantia dos direitos étnicos e territoriais e a preservação da identidade

⁶² Fonte: INCRA – <http://www.incra.gov.br/quilombola-incra-sp-instala-mesa-permanente-para-agilizar-processos-de-regularizacao-dos-territorios>, acesso em 04/08/15.

cultural das comunidades (Arts. 4º e 5º). Em função desse instrumento normativo, o INCRA

(...) é o órgão competente na esfera federal, tendo também a esfera estadual competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar os procedimentos de regularização fundiária no que se refere às terras de quilombo. Internamente ao INCRA, para o andamento dos processos de titulação, foi criada no interior da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas. Segundo a Instrução Normativa 49, do INCRA, de 29 de setembro de 2008, o grupo quilombola interessado na regularização fundiária deve encaminhar à Superintendência Regional do INCRA do seu Estado, uma vez de posse da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela FCP, a solicitação de abertura de procedimentos administrativos (SILVA, 2010: 54-55).

De acordo com a legislação, os órgãos estaduais de terra podem atuar diretamente na regularização dos territórios quilombolas, através da emissão de título coletivo e pró-indiviso em nome de associação devidamente registrada, quando esses territórios sejam sobrepostos a devolutas estaduais. Nesse caso, cada ente federativo tem autonomia para elaborar suas próprias normas referentes à matéria, desde que respeitada a Constituição Federal, principalmente o que é assegurado pelo Artigo 68 do ADCT e pelos artigos 215 e 216 das disposições permanentes, conforme o Art. 5º da IN Nº 57/2009. Quando se tratam de terras quilombolas incidentes em terras devolutas federais ou municipais, “é suficiente incorporar as mesmas ao patrimônio público e expedir os títulos” (TRECANNI, 2005: 115).

Nas situações em que as terras reivindicadas por uma comunidade quilombola estejam sobrepostas a áreas particulares de não quilombolas, consideradas produtivas e possuidoras de títulos legítimos, todo o processo desde a demarcação dos limites territoriais até a titulação final cabe ao INCRA que, com fundamento no Decreto Nº 4.887/2003 e na IN Nº 57/2009, deve abrir um processo administrativo que resulte na desapropriação dos particulares e na titulação do território quilombola, por meio de um **Decreto de Desapropriação por Interesse Social**⁶³ assinado pelo Presidente da

⁶³ De acordo com a INFORMAÇÃO/PFE/CGA/INCRA Nº 131/2009, anexada ao Processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó), “a única forma de desapropriação compatível com a regularização dos territórios quilombolas é a realizada com base no art. 216, §1, da CF/88 e na Lei 4.132/62” (p. 1). A razão para a adoção desse instrumento normativo partiu do entendimento da “inadequação da aplicação das normas relativas à

República, pautado nos trabalhos do INCRA, do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia Geral da União (AGU) e da Procuradoria Federal Especializada (PFE) e com base na Lei N° 4.132 de 10 de setembro de 1962⁶⁴. Por sua vez, as áreas consideradas improdutivas poderão ser desapropriadas com base na Lei N° 8.629/1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII da Constituição Federal” (TRECANNI, 2005: 119).

Quando os proprietários possuírem títulos legítimos, os mesmos têm direito a indenização pelas benfeitorias e pela terra nua, que deverá ser paga na forma de Títulos da Dívida Agrária (TDA), de acordo com os preços médios correntes no mercado. No caso de não possuírem títulos válidos, mas ocuparem a terra de forma mansa e pacífica, os proprietários particulares tem direito a indenização somente pelas benfeitorias de boa-fé, conforme o Decreto N° 4.887/2003:

Art. 13 – Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber (grifo nosso).

§ 1. Para os fins deste Decreto, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando as publicações editais do art. 7° a efeitos de comunicação prévia.

§ 2. O INCRA regulamentará as hipóteses suscetíveis de desapropriação, com obrigatória disposição de prévio estudo sobre a autenticidade e legitimidade do título de propriedade, mediante levantamento da cadeia dominial do imóvel até a sua origem (grifo nosso).

Art. 14 – Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

reforma agrária comum ao processo de regularização dos territórios quilombolas. As comunidades remanescentes de quilombos fazem parte do patrimônio cultural brasileiro. (...) O art. 216, §1° da CF estabelece que o Poder Público deverá promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de todas as formas de acautelamento e preservação existentes. (...) Embora a regularização de territórios quilombolas esteja no PNRA, tendo em vista que se trata de atribuição do MDA, através do INCRA, não pode ser confundida com a regularização fundiária ou a desapropriação-sanção para a criação de projetos de assentamento” (p. 2-4).

⁶⁴ “A desapropriação não é o único, nem o primeiro dos instrumentos a ser utilizado: o Decreto a reserva só para quando o título de domínio particular não possa ser invalidado por nulidade, prescrição ou comisso e nem tornado ineficaz por outros fundamentos. Outro instrumento possível é a compra. No caso de desapropriação, a indenização da terra nua será paga em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e as benfeitorias em dinheiro, sendo que a terra e as benfeitorias poderão ser pagas em TDAs, caso o proprietário concorde com isso (art. 11, §2° e 3° do Decreto 433/92)” (TRECANNI, 2005: 116-117).

Por sua vez, assim estabelece a IN N° 57/2009:

Art. 21 – Incidindo as terras reconhecidas e declaradas em imóvel com título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, a Superintendência Regional do INCRA adotará as medidas cabíveis visando à obtenção dos imóveis, mediante a instauração do procedimento de desapropriação.

Art. 22 – Verificada a presença de ocupantes não quilombolas nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, a Superintendência Regional do INCRA providenciará o reassentamento em outras áreas das famílias de agricultores que preencherem os requisitos da legislação agrária.

Sendo assim nota-se que, ao menos no aspecto formal, “as leis são amplamente favoráveis a essas comunidades rurais, podendo inclusive, o Estado desapropriar áreas particulares que eram das comunidades, com a justificativa de preservação do seu patrimônio cultural” (FIABANI, 2008: 170), evitando assim que sejam novamente expropriadas ou vítimas de transações enganosas, tais como as ocorridas no quilombo Cafundó e que serão abordadas no Capítulo 5. Conforme os instrumentos normativos vigentes, após a emissão da certidão de auto-reconhecimento pela FCP, a regularização fundiária dos territórios quilombolas pelo INCRA deve seguir as etapas resumidamente descritas no “Quadro 5 – INCRA: etapas do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas, 2009”.

Quadro 5 – INCRA: etapas do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas, 2009

Etapas	Descrição/relação com a IN N° 57/2009
Abertura do processo	Art.7 – O processo administrativo terá início por requerimento de qualquer interessado, das entidades ou associações representativas de quilombolas ou de ofício do INCRA (...).
Caracterização da comunidade	Atestada mediante <u>auto-definição</u> , conforme o disposto no Decreto N° 4.887/2003 .
Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)	Art. 9 – A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o Art. 4, a ser feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, consistirá na caracterização espacial, econômica, ambiental e sócio-cultural da terra ocupada pela comunidade, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, com elaboração a cargo da Superintendência Regional do INCRA, que o remeterá, após concluído, ao Comitê de Decisão Regional, para decisão e encaminhamentos subsequentes. Art. 10 – O RTID, devidamente fundamentado em elementos objetivos, abordando informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, sócio-econômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, abrangerá, necessariamente, além de outras informações consideradas relevantes pelo Grupo Técnico, dados gerais e específicos

	<p>organizados da seguinte forma:</p> <p>I – Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural da área quilombola identificada (...);</p> <p>II – Levantamento fundiário (...);</p> <p>III – Planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lindeiros de todo o seu entorno e, se possível, a indicação da área a ser averbada como Reserva Legal, no momento da titulação;</p> <p>IV – Cadastramento das famílias remanescentes de quilombos (...);</p> <p>V – Levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, áreas de segurança nacional, faixas de fronteira, terras indígenas ou terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e em terras dos estados e municípios;</p> <p>VI – Parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área, considerando os documentos e estudos apresentados.</p>
Publicação do RTID	Publicação de Edital do RTID no D.O.U. e no D.O.E. da respectiva unidade federativa, acompanhado de memorial descritivo e mapa da área.
Consulta a órgãos e entidades	Art. 12 – Concomitantemente a sua publicação, o RTID será remetido aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de 30 dias, apresentarem manifestação sobre as matérias de suas respectivas competências: IPHAN, IBAMA, SPU, FUNAI, Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, FCP, ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro.
Julgamento das contestações e manifestações	Havendo contestações do RTID por parte dos proprietários e/ou ocupantes de áreas incidentes no território quilombola, as mesmas serão apreciadas pelo Comitê de Decisão Regional, vinculado à Superintendência Regional do INCRA.
Portaria do Presidente do INCRA	Art. 17 – Concluídas as fases a que se referem os arts. 14, 15 e 16, o Presidente do INCRA publicará, no Diário Oficial da União e da Unidade Federativa onde se localiza a área, portaria reconhecendo e declarando os limites da terra quilombola, no prazo de 30 (trinta) dias.
Diferentes situações/ diferentes caminhos	O RTID evidencia os limites do território quilombola e qual a sua situação jurídica. Os territórios quilombolas podem incidir em terras tais como: terras públicas federais; terras de particulares, terrenos de marinha; unidades de conservação; área de segurança nacional; faixa de fronteira; terras públicas estaduais; terras ocupadas por posseiros. Conforme a situação, um procedimento diferente deverá ser adotado para a emissão do título, conforme procuramos detalhar adiante.
Desintrusão	Se as áreas estiverem ocupadas por não quilombolas, caberá a sua retirada e reassentamento, de acordo com os arts. 21 e 22 da IN N° 57/2009
Demarcação física	O INCRA deverá realizar a demarcação física dos limites do território quilombola, por meio de picadas e colocação de marcos.
Outorga do Título	Art. 24 – O Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade, devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas.

Fonte: Instrução Normativa N° 57/2009 do INCRA e Silva (2010). Organizado e atualizado por André Luís Gomes (2015).

No que concerne a primeira etapa da regularização fundiária, que é a abertura do processo junto à Superintendência Regional do INCRA, ela se inicia a partir do

encaminhamento, por escrito, de pedido da associação quilombola ou de funcionário do INCRA, sendo obrigatória a apresentação dos seguintes documentos: ata de abertura, estatuto e cadastro no CNPJ da associação quilombola; declaração de auto-identificação como comunidade quilombola; requerimento da associação constando a pretensão de titulação da área e seu tamanho aproximado; apresentação de croqui ou mapa; cópias dos documentos pessoais do presidente da associação e da ata da reunião da associação que delegou poderes ao presidente para representá-la; laudo antropológico; além de outros documentos que possam ser necessários (BRAGA, 2005).

Estando de posse dessa documentação, o trabalho do INCRA junto à comunidade tem início por meio da realização de uma assembléia, no formato de uma audiência pública, que deve ser registrada em ata, posteriormente “assinada pelas lideranças da associação, ratificando e formalizando o pedido da pretensão de titulação do território, o que fará parte integrante do processo administrativo instaurado no INCRA” (BRAGA, 2005: 104). A partir da assembléia, deve haver a indicação formal dos membros da comunidade designados para realizar os primeiros levantamentos, “juntamente com os topógrafos do INCRA, que percorrerão, com um aparelho de georeferenciamento (GPS), os limites indicados pelos representantes das comunidades” (BRAGA, 2005: 104).

Esses levantamentos devem resultar na definição do perímetro da área que será reivindicada no processo pela associação quilombola. Dentro desse perímetro, cabe ao INCRA o levantamento e cadastro de todos os ocupantes – tais como proprietários e posseiros não quilombolas – e a verificação da cadeia dominial no Cartório de Registro de Imóveis, observando quais dos ocupantes não quilombolas são aptos ao reassentamento de acordo com o PNRA (BRAGA, 2005). O levantamento da cadeia dominial permite

(...) ao poder público averiguar e confirmar a veracidade e legitimidade de toda a origem da documentação do imóvel que está no polígono a ser trabalhado. Alguns proprietários apresentam ou tem documentos que na sua origem não são suficientes para provarem que suas escrituras e registros são idôneos, o que os levam a qualificação de simples posseiros. (...) a cadeia dominial é o levantamento feito junto ao Cartório de Registro de Imóveis, para o acompanhamento da sequência cronológica e legitimidade de todas as transmissões de propriedade, ocorridas sobre um mesmo imóvel rural, a partir de sua titulação original pelo poder público até o último proprietário. Ela é fundamental para instruir os processos de pagamento de indenizações, tanto da terra como das benfeitorias [grifo nosso] (BRAGA, 2005: 106-107).

Também cabe ressaltar que desde a abertura do processo é assegurado o direito ao contraditório, por meio da citação pessoal do proprietário, de acordo com o Código de Processo Civil, fazendo com que todo o procedimento administrativo seja alicerçado nas leis estabelecidas e não somente no Decreto N° 4.887/2003 (BRAGA, 2005).

Além das situações já mencionadas, referentes às terras quilombolas incidentes sobre áreas devolutas (federais, estaduais e municipais), sobre propriedades particulares possuidoras de títulos válidos, ou daquelas que possam estar ocupadas por posseiros não quilombolas, podem existir outras situações, enumeradas a seguir (TRECANNI, 2005: 115-116):

- Terras quilombolas incidentes em terras públicas ilegalmente registradas em nome de “grileiros”, isto é, quem detém documentos falsos: o registro terá que ser cancelado judicialmente e, depois da terra voltar a ser incorporada ao patrimônio público, [deverá ser titulada coletivamente em nome da associação quilombola].
- Terras quilombolas incidentes em terrenos de marinha, várzea, marginais de rios e ilhas: negociação com a Secretaria do Patrimônio da União para, em convênio com o INCRA, [emitir o título em nome da associação quilombola].
- Terras quilombolas incidentes em unidades de conservação: verificar se o tipo de unidade permite a presença dos quilombos (unidades de uso direto). Se isso não for possível, precisa-se discutir com o IBAMA [e ICMBio] as possíveis soluções. É importante lembrar que qualquer alteração de destinação ou revisão de limites de qualquer unidade de conservação deverá ser aprovada pelo Poder Legislativo competente. O art. 11 do Decreto n° 4.887/2003 prevê que se garanta a sustentabilidade das comunidades conciliando-a com o interesse do Estado.
- Terras quilombolas incidentes em áreas de segurança nacional (áreas localizadas na faixa de fronteira e militares): a emissão destes títulos precisa de autorização da Secretaria do Conselho de Defesa Nacional (Art. 20 § 2° da Constituição Federal).
- Terras quilombolas incidentes em terras indígenas: neste caso, deverão ser respeitados os direitos destes povos.

Desse modo, esperamos ter contemplado os principais aspectos normativos e institucionais que norteiam a ação do INCRA na regularização fundiária dos territórios quilombolas sobrepostos a áreas particulares, terras públicas federais, unidades de conservação federais, áreas de marinha e de segurança nacional, além de terras indígenas. No item seguinte, procuramos dar conta dos aspectos normativos e institucionais da ação do ITESP, no que tange à regularização fundiária de territórios quilombolas em terras devolutas estaduais, no estado de São Paulo, além das políticas públicas e do trabalho de assessoria técnica, realizados por esse órgão, no conjunto das comunidades quilombolas reconhecidas no estado.

2.4. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP): estrutura, organização e atuação.

A Fundação ITESP “é o órgão mais recente do estado de São Paulo a lidar com questões agrárias e fundiárias” (SILVA, 2010: 61). Desde a sua criação em 1991, o ITESP é vinculado à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do governo do estado de São Paulo, a partir da fusão institucional do antigo Departamento de Assentamento Fundiário (DAF) com o Departamento de Regularização Fundiária (DRF), durante o governo Fleury (1991-1995). Em 08/01/1999, foi criada a Fundação ITESP, através da Lei N° 10.207/1999 (regulamentada pelo Decreto N° 44.294/1999), que estabelece o papel do órgão de Estado perante a realidade fundiária e territorial paulista:

Artigo 2º A Fundação terá por objetivo planejar e executar as políticas agrárias e fundiárias no âmbito do Estado.

Artigo 3º Para consecução de suas finalidades cabe à Fundação:

I – Promover a regularização fundiária em terras devolutas ou presumivelmente devolutas, nos termos da legislação vigente;

II – Implantar assentamentos de trabalhadores rurais, nos termos da Lei N° 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar;

III – Prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados;

IV – Identificar e solucionar conflitos fundiários;

V – Promover a capacitação de beneficiários e de técnicos, na área agrária e fundiária;

VI – Promover a identificação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, para fins de regularização fundiária, bem como seu desenvolvimento sócio-econômico; e

VII – Participar, mediante parceria, da execução das políticas agrária e fundiária, em colaboração com a União, outros Estados e municípios.

A mesma lei (Art. 5º) também estabelece que as terras devolutas estaduais, apuradas em ações discriminatórias e destinadas aos projetos de assentamento fundiário, assim como aquelas ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos e ainda não tituladas coletivamente em nome das respectivas associações, fazem parte do patrimônio da Fundação ITESP.

Desse modo, a lei que regulamenta a criação da Fundação ITESP é clara quanto às atribuições do órgão: realizar o planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo; promover a regularização fundiária em terras devolutas estaduais; criar assentamentos rurais; identificar, reconhecer, demarcar e emitir os títulos de propriedade coletiva às comunidades quilombolas que estejam ocupando terras devolutas estaduais; proporcionar assistência técnica às famílias

assentadas e integrantes das comunidades quilombolas. Conforme o Decreto N° 42.839/1998 (que regulamenta o Art. 3° da Lei Estadual N° 9.757/1997), também cabe ao ITESP a elaboração do **Relatório Técnico-Científico (RTC)**⁶⁵, documento que caracteriza a comunidade quilombola, define o perímetro do seu território e é utilizado como peça no processo visando à titulação definitiva do território em nome da associação quilombola, além de proporcionar o acesso às políticas públicas específicas do ITESP para os territórios quilombolas (PILLA [et. al.], 2013).

Segundo informações disponibilizadas na página eletrônica da instituição⁶⁶, a política de assistência técnica e extensão rural do ITESP atende mais de 10,5 mil famílias, distribuídas em 174 assentamentos, a maior parte na região do Pontal do Paranapanema, assim como 28 comunidades quilombolas reconhecidas e seis tituladas (em terras devolutas estaduais), a maior parte na região do vale do rio Ribeira de Iguape. Além da assistência técnica, a criação de assentamentos rurais e o reconhecimento dos territórios quilombolas envolvem a implantação de objetos técnicos e infra-estruturas, tais como abertura de estradas, perfuração de poços e fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas (móveis ou fixos), e o fomento às atividades produtivas, através do fornecimento de insumos, dos programas de formação (extensão rural) e do apoio à comercialização. A instituição também auxilia os assentamentos e as comunidades quilombolas na elaboração de projetos destinados a editais abertos por outras instituições.

Entretanto, a promoção das políticas agrárias e fundiárias no estado de São Paulo é anterior à criação da Fundação ITESP e por isso apresentamos, no “Quadro 6 – Estado de São Paulo: antecedentes históricos das políticas agrárias e fundiárias, 1961-1999”, a síntese da criação e sucessão dessas políticas, associando ações instrutivas, normas regulamentadoras e instâncias do governo estadual envolvidas.

⁶⁵ Segundo o Decreto 42.839/1998, “os Remanescentes das Comunidades de Quilombos serão identificados a partir de critérios de auto-identificação e dados histórico-sociais, escritos e/ou orais, por meio de Relatório Técnico-Científico (RTC), elaborado no âmbito do ITESP. (...) [O RTC] considera os limites das áreas ocupadas, conforme territorialidade indicada pelos remanescentes de comunidades de quilombos, nos quais são considerados os espaços de moradia, [de] exploração econômica, [de convívio] social, [de] atividades culturais e os espaços sagrados, bem como os de lazer, a fim de garantir as terras necessárias à sua reprodução física e sociocultural. (...) Para a realização da pesquisa antropológica deverão ser consideradas: a observação em campo, as entrevistas em profundidade (que fornecerão elementos para a construção da história oral) e os levantamentos bibliográfico, histórico e documental” (ANDRADE [ET. al.], 2000: 15-17). Após a conclusão e o julgamento de possíveis contestações de terceiros ou de outros órgãos públicos, o RTC é publicado no D.O.E., momento que oficializa o reconhecimento da comunidade pelo Estado (SILVA, 2010).

⁶⁶ Fonte: Fundação ITESP – www.itesp.sp.gov.br, acesso em 07/08/15.

Quadro 6 – Estado de São Paulo: antecedentes históricos das políticas agrárias e fundiárias, 1961-1999

Ação instrutiva	Norma	Vínculo
1961 – Criação da Assessoria de Revisão Agrária (ARA), vinculada à Secretaria da Agricultura, para coordenar os trabalhos referentes a execução da Lei de Revisão Agrária;	Decreto N° 33.328/1961	Sec. da Agricultura
1978 – A ARA passa a ser denominada Assessoria Técnica de Revisão Agrária (ATRA);	Decreto N° 11.138/1978	Sec. da Agricultura
1983 – Criação da Coordenadoria Socioeconômica para, junto com a Secretaria da Agricultura, organizar os pequenos produtores, apoiar o sindicalismo e o uso social da terra. Passou a administrar as funções da ATRA e alterou seu nome para Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), conforme o Decreto N° 22.969/84;	Decreto N° 20.938/1983	Sec. da Agricultura
1985 – Promulgação de duas leis estaduais de grande importância para a política agrária, dispondo sobre o aproveitamento e valorização dos recursos fundiários do Estado e sua destinação para a reforma agrária e para o assentamento de trabalhadores rurais;	Lei N° 4.925/1985 e Lei N° 4.957/85	Sec. da Agricultura
1986 – Criação da Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF), incorporando o IAF e o Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (Masterplan), para desenvolver os planos públicos dos recursos fundiários de São Paulo, atuando também com a Procuradoria Geral do Estado na discriminação de terras devolutas e legitimação de posses;	Decreto N° 24.814/1986	Sec. De Assuntos Fundiários
1987 – Criação do Grupo Executivo de Ação Fundiária (GEAF) para coordenar as atuações das Secretarias de Estado nas áreas de conflito e legitimação de posses;	Decreto N° 27.558/1987	Secretarias de Planejamento, Meio Ambiente e da Justiça Procuradoria Geral do Estado (PGE)
1987 – A SEAF passou à condição de Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários (SAF), criando os Departamentos de Assentamento e de Regularização Fundiária (DAF e DRF), que se tornaram sucessores do IAF e GEAF;	Decreto N° 27.863/1987	Sec. de Assuntos Fundiários
1988 – É extinta a SAF. O DAF é transferido para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e o DRF para a Secretaria da Justiça;	Decreto N° 29.355/1988	Secretarias de Agricultura e Abastecimento e da Justiça
1988 – O Departamento de Regularização Fundiária passou a integrar a estrutura da Procuradoria Geral do Estado;	Decreto N° 29.466/1988	PGE
1991 – Criação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), assumindo as atribuições do DAF e DRF e unificando as atividades de assentamento e regularização fundiária num mesmo órgão, entretanto com proteção da cidadania;	Decreto N° 33.133/1991 e Decreto N° 33.706/1991	Secretaria da Justiça
1991, 1994 e 1997 – Ampliando a gama de ação do ITESP, foram acrescidas as atividades de mediação de conflitos fundiários, de capacitação de trabalhadores rurais e de atendimento às comunidades de quilombos ;	Respectivos Decretos: 33.706/1991 39.544/1994 41.774/1997	PGE e Secretarias da Justiça e Defesa da Cidadania, do Meio Ambiente, da Cultura, de Agricultura e Abastecimento, da Educação e do Governo e Gestão Estratégica
1996 – Criação de Grupo de Trabalho para dar aplicabilidade aos	Decreto N°	Sec. da Justiça e

dispositivos constitucionais que conferem o direito de propriedade aos “remanescentes de quilombos” presentes no estado de São Paulo;	40.723/1996	Defesa da Cidadania
1996 – Instituição do Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta, para <i>identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas</i> estaduais ocupadas pelos <i>Remanescentes das Comunidades de Quilombos</i> .	Decreto N° 41.774/1996	PGE e Secretarias da Justiça e Defesa da Cidadania, do Meio Ambiente, da Cultura, de Agricultura e Abastecimento, da Educação e do Governo e Gestão Estratégica
1988 – Estabelecimento da competência do ITESP no reconhecimento dos territórios quilombolas existentes no estado de São Paulo.	Decreto N° 42.839/1998	Sec. da Justiça e Defesa da Cidadania
1999 – Criação da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP; (Regulamentada pelo Decreto 44.294/99).	Lei N° 10.207/1999	Sec. da Justiça e Defesa da Cidadania

Fonte: Silva (2010: 61-62), organizado por André L. Gomes (2015).

No estado de São Paulo, a iniciativa governamental para a regularização fundiária das comunidades quilombolas, em terras devolutas estaduais, teve início a partir de 1995, quando lideranças da comunidade quilombola Ivaporunduva, no município de Eldorado, solicitaram apoio do Ministério Público Estadual (MPE) para a auto-identificação enquanto quilombolas e a regularização fundiária, por meio da abertura de um Inquérito Civil Público. A solicitação foi motivada – além da pressão de fazendeiros e especuladores pela tomada das terras – pela criação do Parque Estadual Intervales (Decreto N° 40.135/1995), que abrangeria grande parte das áreas ocupadas pelas comunidades Ivaporunduva, São Pedro, Pilões, Maria Rosa, Pedro Cubas, André Lopes, Sapatu, Nhunguara e Galvão, e traria restrições de caráter ambiental para as comunidades, afetando principalmente a agricultura e o extrativismo (ANDRADE [et. al.], 2000; SILVA, 2010).

Primeiramente, o trabalho do MPE resultou na elaboração de um “Laudo Antropológico sobre os negros de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa, Galvão e Pilões, como subsídio na defesa dos seus direitos” (SILVA, 2010: 64-65), resultando no reconhecimento dessas comunidades em 1998 – com exceção de André Lopes, Nnhunguara, Sapatu e Galvão, que obtiveram o reconhecimento em 2001. No que tange ao conflito de uso do território entre as comunidades e o parque, a solução foi dada em 1999, através do Decreto N° 44.293/99, “que retifica os limites do Parque Estadual Intervales, eliminando a sobreposição aos territórios reconhecidos como pertencentes às comunidades de

quilombos” (ANDRADE [et. al.], 2000: 26). A localização das áreas correspondentes às unidades de conservação e aos territórios quilombolas pode ser visualizada na “Figura 3 – Estado de São Paulo: comunidades quilombolas e unidades de conservação no vale do rio Ribeira de Iguape, 2015”.

As comunidades mencionadas foram as primeiras a serem tituladas no estado, conforme os dados apresentados na “Tabela 4 – Estado de São Paulo: títulos expedidos às comunidades quilombolas, 2001-2010”, já que a maior parte do seu território sobrepunha-se a terras devolutas estaduais. Todavia, “mesmo entre as terras já tituladas, o título corresponde às terras devolutas estaduais, ficando pendente a titulação do restante [propriedades particulares], impedindo tais quilombos de lograrem o controle sobre a totalidade do seu compartimento” (SILVA, 2010: 78). De acordo com a Fundação ITESP, atualmente o bairro quilombola de Ivaporunduva é o único do Vale do Ribeira com todo o território oficialmente registrado em nome da associação de moradores.

Figura 3 – Estado de São Paulo: comunidades quilombolas e unidades de conservação no vale do rio Ribeira de Iguape, 2015

Fonte: Revista Pesquisa FAPESP, nº 232, junho/2015, p. 76

Tabela 4 – Estado de São Paulo: títulos expedidos às comunidades quilombolas, 2001-2010

Território Quilombola	Nº de famílias	Área (ha)	Município	Órgão expedidor	Data
Porto dos Pilões	51	5.908,7	Iporanga	ITESP	15/01/2001
São Pedro	39	4.558,2	Eldorado e Iporanga	ITESP	15/01/2001
Maria Rosa	20	3.375,66	Iporanga	ITESP	16/01/2001
Ivaporunduva (1º Título)	102	672,3	Eldorado	ITESP	20/03/2003
Pedro Cubas	40	2.443,7	Eldorado	ITESP	20/03/2003
Galvão	32	1.869,6	Eldorado e Iporanga	ITESP	18/01/2007
Ivaporunduva (2º título)	----	2.035,12	Eldorado	INCRA	20/05/2010
Total: 6 comunidades tituladas	284	20.863,3	----	----	----

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2014, organizado por André Luís Gomes (2015).

Antes da solução do conflito de sobreposição envolvendo as comunidades mencionadas e o PE Intervalles, o governo paulista já havia instituído **Grupo de Trabalho (GT)**, no âmbito da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, por meio do Decreto N° 40.723/1996⁶⁷, com o propósito de garantir os direitos das comunidades quilombolas, previstos desde o Artigo 68 do ADCT, resultando na pré-identificação de vinte territórios no vale do Ribeira (SILVA, 2010).

No mesmo ano, o Decreto N° 41.774/1996, com base nas conclusões do GT, instituiu o **Programa de Cooperação Técnica e Ação Conjunta**, envolvendo a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Secretaria de Educação, e a Secretaria do Governo e Gestão Estratégica, com o propósito de identificar, discriminar e legitimar as terras devolutas

⁶⁷ Esse GT foi composto “por representantes da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Fundação ITESP, SMA, PGE, Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, Secretaria da Cultura, CONDEPHAAT, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, OAB-SP, Subcomissão do Negro da Comissão de Direitos Humanos e pelo Fórum Estadual de Entidades Negras do Estado de São Paulo, além de contar com a representação da Comunidade Cafundó, através da senhora Maria Aparecida Rosa de Aguiar [atualmente falecida]”. Fundação ITESP. *Comunidade Cafundó: Realidade e Desafios*, p. 6 (s/d). Fonte: Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

estaduais ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos (SILVA, 2010). Nesse sentido, convém apresentar a síntese da sucessão cronológica dos instrumentos normativos criados pelo governo paulista, com o propósito de regulamentar a política de reconhecimento dos territórios quilombolas.

Quadro 7 – Estado de São Paulo: instrumentos normativos criados para o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, 1996-2009

Inst. Normativo	Finalidade
Decreto N° 40.723/1996	Cria o Grupo de Trabalho com o objetivo de conferir o direito de propriedade aos quilombolas, definindo conceitos, diretrizes e medidas para garantir a aplicabilidade dos dispositivos constitucionais no território paulista;
Lei N° 9.757/1997	Dispõe sobre a legitimação de títulos de posse de terras públicas estaduais aos remanescentes das comunidades de quilombos;
Decreto N° 41.774/1997	Criação do Programa de Cooperação Técnica e Ação Conjunta integrando Secretarias de Estado e Organizações Não Governamentais, definindo competências, instituindo Grupo Gestor e encaminhando Projeto de Lei adequando a legislação fundiária do estado às especificidades dos remanescentes de quilombos;
Decreto N° 42.839/1998	Regulamenta o artigo 3° da Lei n° 9.757, de 15 de setembro de 1997, que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos: o ITESP fica incumbido da elaboração do RTC;
Decreto N° 43.651/1998	Dá nova redação e acrescenta parágrafo único ao artigo 3° do Decreto N° 22.717/84 (redação dada pelo Dec. N°28348/88), que declara APA da Serra do Mar. Acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação: “Não integram o perímetro da APA de que trata este artigo as terras reconhecidas como de propriedade definitiva dos remanescentes das comunidades dos quilombos”;
Lei N° 10.207/1999	Cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP;
Decreto N° 43.838/1999	Acrescenta dispositivo ao Decreto N° 41.774/97, que dispõe sobre o Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta, acrescentando ao artigo 3° (referente ao Grupo Gestor) o inciso XI, que inclui um representante dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos no Grupo Gestor;
Decreto N° 44.293/1999	Acrescenta dispositivo ao Dec. N° 40.135/95, que cria o Parque Estadual Intervales: “Não integram o perímetro do parque estadual a que se refere este artigo as terras reconhecidas como de propriedade definitiva dos remanescentes das comunidades dos quilombos”;
Decreto N° 44.294/1999	Regulamenta a Lei n° 10.207, de 8 de janeiro de 1999, que institui a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP;
Decreto N° 44.944/2000	Aprova os Estatutos da Fundação ITESP;
Lei N° 10.850/2001	Altera os limites dos Parques Estaduais de Jacupiranga e Intervales, deixando de fora dos mesmos as áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas Nhunguara, Sapatu e André Lopes;
Decreto N° 48.328/2003	Institui, no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, a Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes;
Lei N° 12.810/2008	Altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-Lei N° 145/1969 e atribui novas denominações por subdivisão, reclassifica, exclui e inclui áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e dá outras providências;
Decreto N° 55.247/2009	Altera a redação do Decreto N° 41.774/1997, que dispõe sobre o Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta para identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas do Estado de São Paulo e sua regularização fundiária ocupadas por Remanescentes das Comunidades de Quilombos.

Fonte: Silva (2010: 63), organizado por André L. Gomes (2015).

A partir da criação da Fundação ITESP, por meio da Lei N° 10.207/1999, a regularização dos territórios quilombolas ocupantes de terras devolutas estaduais ficou a cargo da **Assessoria de Assistência Especial de Quilombos e outras Comunidades Tradicionais** (diretamente vinculada ao Gabinete da Fundação) e da **Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários** (SILVA, 2010), conforme a estrutura institucional da Fundação ITESP, apresentada no “Organograma 3 – Fundação ITESP: Organograma Institucional, 2013”.

Outra medida voltada para solucionar os conflitos normativos e de uso do território, estabelecidos entre quilombolas e unidades de conservação, foi a transformação do PE Jacupiranga no Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, através da Lei N° 12.810/2008.

Com seu estabelecimento, as áreas quilombolas foram requalificadas, sendo instituídas: a Área de Proteção Ambiental do Médio Ribeira, incluindo áreas de 12 quilombos situados nos municípios de Eldorado e Iporanga; e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Quilombos de Barra do Turvo (Cedro, Pedra Preta e Ribeirão Grande/Terra Seca) (SILVA, 2010: 80).

Entendemos que a ação da Fundação ITESP e das demais instâncias do governo estadual, no que se refere às políticas territoriais direcionadas aos compartimentos quilombolas, assumiu um caráter pontual, primeiramente em benefício das comunidades sobrepostas a terras devolutas estaduais e que enfrentavam conflitos de normatização do uso do território, surgidos a partir da delimitação das unidades de conservação. Essas ações têm seus fundamentos na norma representada pela Lei N° 10.207/1999, que estabelece como atribuições da Fundação ITESP a promoção da regularização fundiária em terras devolutas estaduais, a solução de conflitos fundiários e a identificação e demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

Organograma 3 – Fundação ITESP: Organograma Institucional, 2013

Fonte: Pilla [et. al.] (2013), p. 75.

Além da regularização fundiária, a norma estabelece a atribuição do ITESP no sentido de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, por meio de investimentos materiais e de programas de assistência técnica, formação e extensão rural. Atendendo a essa exigência,

Os investimentos do ITESP em infra-estrutura no período de 2001 a 2006 totalizaram R\$ 2.004.293,92 (...) em função de demandas das comunidades, fundamentalmente para estruturar questões básicas dos quilombos, como: barracões para realização de atividades (reuniões da Associação, festas, encontros, etc.); melhoria nos sistemas de captação e distribuição de água; quadras poli-esportivas para a realização de lazer, mas também de encontros maiores; infra-estrutura de produção e beneficiamento; manutenção de estradas, dado que são áreas rurais servidas com estradas de terra (...) (SILVA, 2010: 86).

Assim como o fomento à implantação ou melhoria de infra-estruturas, também possui importância a realização de “projetos de desenvolvimento”, que no período 2007-2009 estiveram voltados para as seguintes atividades rurais, principalmente nas comunidades do vale do Ribeira: criação de aves, apicultura, suinocultura, piscicultura, demarcação e licenciamento de roças tradicionais (devido à prática da coivara, que envolve a queima da mata secundária para o plantio, de forma rotacionada⁶⁸), hortas comunitárias, olericultura, plantio e manejo de palmito pupunha e juçara, sistemas agroflorestais, além de programas de formação em organização comunitária, de gênero e em educação ambiental (SILVA, 2010).

Fica evidente que grande parte das demandas das comunidades se dá em função de questões básicas e urgentes, tais como abastecimento de água, eletrificação rural e manutenção de estradas, questões essas que ao não serem solucionadas, dificultam a continuidade das atividades produtivas comerciais e de subsistência e inviabilizam o desenvolvimento local⁶⁹. Embora a legislação estabeleça a competência

⁶⁸ Segundo pesquisadores do Instituto de Biociências da USP, coordenados pelo Prof. Dr. Walter Neves, “o método de plantio adotado pelos quilombolas – à primeira vista aparentemente agressivo por implicar o corte e a queima de áreas de vegetação nativa – tem baixo impacto sobre a floresta e os animais que a ocupam, como os próprios agricultores diziam há tempos. (...) O baixo impacto das plantações sobre a floresta, sugerido pelos novos argumentos, somado às crescentes limitações legais para uso do fogo, ajuda a entender porque a cobertura florestal representava de 81,3% a 94,3% do atual território de quatro bairros quilombolas examinados pelos pesquisadores”. Fonte: Pesquisa FAPESP, nº 232, junho/2015, p. 77.

⁶⁹ Segundo artigo publicado na revista *Pesquisa FAPESP*, de junho de 2015, “os sinais de modernidade e conforto são recentes. Foi há apenas 10 anos que os moradores de Ivaoporunduva, após contínuas reivindicações, ganharam luz elétrica, a primeira escola – antes as crianças tinham de acordar às 3 da madrugada para pegar uma canoa e estudar na cidade – o acesso à internet e uma ponte de concreto sobre o Rio Ribeira de Iguape. A outros bairros ainda se chega por barco ou balsa, e a um deles apenas por uma

do ITESP com relação ao estabelecimento de políticas de assistência técnica e incentivo ao desenvolvimento das comunidades, o orçamento da instituição não tem sido suficiente para o atendimento de todas as demandas. Mesmo com um investimento de mais de R\$ 2 milhões no período 2001-2006, não é possível afirmar que exista um orçamento próprio, dentro do ITESP, voltado para os quilombos (SILVA, 2010).

Na prática, as demandas das comunidades são sujeitas às oscilações da burocracia da instituição e, ao serem feitas, “são transformadas em pedidos de recursos que ficam sujeitos a critérios que escapam ao escopo do poder de decisão das associações quilombolas, indo concorrer com o orçamento geral da instituição” (SILVA, 2010: 92), que também tem que dar conta dos assentamentos rurais e da política de regularização fundiária urbana e rural, que abrangem um público e uma extensão territorial maior que a dos quilombos. As oscilações existentes na destinação de recursos às políticas voltadas para os quilombos são decorrentes não somente de questões burocráticas, mas principalmente políticas, evidenciando a fragilidade das políticas públicas estabelecidas por lei, certamente em prejuízo das comunidades (SILVA, 2010).

2.5. Contradições, interesses e política: a mediação do(s) uso(s) do(s) território(s) quilombola(s) pelas normas, em um campo de conflitos.

Diante do que até aqui foi exposto, é possível afirmar que se ampliaram os direitos especiais conferidos aos compartimentos quilombolas, a partir da promulgação do Decreto N° 4.887/2003. Essa ampliação, em tese, refere-se principalmente ao direito de auto-reconhecimento conquistado pelas comunidades, em conformidade com a Convenção N° 169 da OIT, que se aplica também no momento da demarcação dos limites do território – que deve ser feita a partir de indicações de representantes da própria comunidade, mesmo quando esse território se encontra ocupado por proprietários particulares. O “Quadro 8 – Atos, dispositivos e ações do Estado sobre as comunidades remanescentes de quilombos, 1998-2014”, traz a síntese das ações governamentais relacionadas aos quilombos, com base no trabalho de Almeida (2005),

trilha na mata, após três horas de caminhada. O que mais mudou, ainda gera conflitos e é o que define as relações sociais e o modo de viver nas 66 comunidades autodenominadas descendentes de quilombolas no Vale do Ribeira é a forma de **apropriação e uso do território**”. Fonte: Revista Pesquisa FAPESP, n° 232, junho/2015, p. 76 (grifo nosso).

que pesquisou de forma sistemática, nos arquivos do D.O.U. de janeiro de 2003 a agosto de 2004, “tanto fatos referidos à sociedade civil – entidades, associações voluntárias e movimentos sociais – quanto os atos do poder público (...) que marcam a discussão sobre o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos” (ALMEIDA, 2005: 26).

Quadro 8 – Atos, dispositivos⁷⁰ e ações do Estado sobre as comunidades remanescentes de quilombos, 1998-2014

Data	Dispositivo	Acontecimento	Finalidade	Fonte
22/08 /1988	Lei 7.668/1988	Autoriza o Poder Executivo a Constituir a Fundação Cultural Palmares (FCP)	Promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.	Palácio do Planalto/ PR
05/10 /1988	Constituição Federal	Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.	Palácio do Planalto/ PR
27/05 /1998	Lei 9.649/1998	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências	Art. 14: atribui ao Ministério da Cultura a competência de aprovar a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinar as suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto.	Palácio do Planalto/ PR
10/09 /2001	Decreto 3.912/2001		Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas.	Palácio do Planalto/ PR
20/06 /2002	Decreto Legislativo nº 143	Aprova o texto da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentes		Decreto N° 5.051/ 2004
21/03 /2003	MP N° 11 (Ato do Poder Executivo)	Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presi-	Assessorar direta e indiretamente o Presidente da República	D.O.U. 21/03/ 2003 p. 2

⁷⁰ Por dispositivo, Almeida (2005) entende “um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, medidas regulamentares, leis, medidas administrativas e demais ações que englobam os instrumentos de intervenção pelos quais as instituições se falam e se posicionam” (ALMEIDA, 2005: 26).

		dência da República (SEPPIR)		
13/05/2003	Decreto (Ato do Poder Executivo)	Institui GTI para rever as disposições contidas no Decreto N° 9.312 de 10/09/2001. Composto de representantes da Casa Civil-PR, SEPPIR, AGU, MJ, MD, MEC, TEM, MS, MP, MinC, MMA, MDA, MAPS e MESA	Propor nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos	D.O.U. 14/05/2003 p. 1,2
26/05/2003	“Fome Zero”	Listagem de 86 comunidades remanescentes de quilombo beneficiadas com distribuição de cestas básicas		
09/06/2003	Decreto (Ato do Poder Executivo)	Acresce alínea ao inciso I do art. 2° do Decreto de 13/05/2003	Incluir no GTI Secretaria Especial de Direitos Humanos da PR	D.O.U. p. 4
12/06/2003	Decreto N° 4.738 (Ato do Poder Executivo)	Reconhecimento da competência do comitê internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos garantidos pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial		D.O.U. 13/06/2003 p. 3
03/07/2003	PORTARIA (Atos do Procurador-Geral da República)	Delega competência à Subprocuradora-Geral da República, Coordenadora da 6ª Câmara de Coord. e Revisão (comunidades indígenas e minorias)	Para, no âmbito de sua área de atuação, dirigir-se a Ministros de Estado, membros do Congresso Nacional, Ministros dos Tribunais Superiores e do TCU em questões relacionadas a povos indígenas, remanescentes de quilombos e outras minorias	D.O.U. 07/07/2003 p. 34
18/07/2003	Comunicado do MDA	Seis integrantes da CONAQ participam de reuniões em Brasília junto aos integrantes do GTI e com a coordenação do Programa de Ações Afirmativas do MDA. No MDA já foram incluídos representantes dos quilombolas nos fóruns de consulta do PP 2004-2007 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Reivindicar Plano de Desenvolvimento para as comunidades quilombolas e demarcação dos seus territórios	Brasília, 17/07/2003
22/08/2003	Decreto (Ato do Poder Executivo)	Institui Subgrupo Jurídico para o fim específico de dar assistência técnica ao GTI, coordenado por um representante da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da PR. É integrado por MJ, MD, MDA, MinC, MMA, AGU	Apresentar proposta de Ato Normativo de revisão das normas estabelecidas no Dec. N° 3.912/2001	D.O.U. 25/08/2003 p. 1
20/11	Decreto N°	Regulamenta procedimento		D.O.U.

/2003	4.887 (Ato do Poder Executivo)	para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos		21/11/2003
27/11/2003	Acordo de Cooperação Técnica entre FUNASA e FCP. Convênios para execução de serviços básicos	Comunidades remanescentes de quilombos terão água tratada, redes de esgoto, coleta de lixo e as moradias de barro e de pau-a-pique serão substituídas por casas de alvenaria com banheiros e sistema hidráulico	Os projetos de saneamento vão beneficiar em uma 1ª etapa as seguintes comunidades: Restinga-RS, Kalunga-GO, Caiana dos Crioulos-PB, Castainho-PB, Campinho da Independência-RJ e Bom Jardim e Murumurutaba-PA	Radiobrás 28/11/2003
10/12/2003	FUNASA e BIRD Projeto Vigisus II	A proposta prevê o repasse de recursos de R\$ 16,8 milhões entre 2004 e 2006 e ações de cooperação técnica entre as duas instituições	Levar abastecimento de água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares às comunidades indígenas e quilombolas	FUNASA 10/12/2003
26/01/2004	A SEPPIR instala o Comitê Gestor para a formulação do Plano de Desenvolvimento para as Comunidades Remanescentes de Quilombos	A coordenação executiva dos trabalhos será repartida entre os Ministérios da Cultura, Desenvolvimento Agrário e Casa Civil, que serão responsáveis pelos aspectos institucionais, pela parte fundiária e pela preservação da cultura africana de resistência à escravidão	O Comitê Gestor, criado por decreto presidencial em 2003, articulará 20 Ministérios e políticas de governo para as comunidades quilombolas	Radiobrás, 26/01/2004
30/01/2004	MS através da FUNASA e da Secretaria de Vigilância em Saúde (SUS) e BIRD fecham acordo para viabilizar o projeto Vigisus II	Reunião realizada na Secretaria de Assuntos Internacionais no MP definiu os últimos detalhes técnicos do acordo	Saneamento básico e ambiental em comunidades indígenas e quilombolas	FUNASA 02/02/2004
13/04/2004	Comunicado	Seminário Interministerial "Direitos Territoriais Quilombolas: o ambiente, o patrimônio da União e a Segurança Nacional"	Avaliar e sugerir alteração na legislação para as áreas de quilombo que incidem em áreas de defesa, patrimônio da União e UC's	MDA 02/04/2004
15/04/2004	Convênio assinado entre a CONAB e o MDS	O Convênio no valor de R\$ 33 milhões, válido até janeiro de 2005, atenderá a 240 mil famílias, com 13 mil toneladas de alimentos que vão compor 600 mil cestas básicas	Destinar Cestas Básicas a 220 mil famílias de acampados, 13 mil de índios, 4 mil de quilombolas e 3 mil em áreas de construção de barragens	Radiobrás 15/04/2004
19/04/2004	Decreto N° 5.051/2004	Determina a execução e cumprimento integral, pelo Estado Brasileiro, da Convenção 169 da OIT.	Adotar os critérios de auto-atribuição no reconhecimento de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais.	Palácio do Planalto/PR
26/04/2004	IN INCRA N° 16	Regulamenta os procedimentos que levam à titulação das terras ocupadas	Estabelecer procedimentos do processo administrativo	MDA/INCRA

		por remanescentes de comunidades de quilombos		
26/04/2004	Termo de Cooperação Técnica (Minuta)	A ser celebrado entre o Ministério da Defesa/ Comando da Aeronáutica – DEPED, Agência Espacial Brasileira e o INCRA	Para remanejamento, reassentamento de famílias e promoção de ações visando titulação e consolidação de agrovilas na área da Base de Lançamento de Alcântara	MDA/ INCRA
03/06/2004	Decreto Presidencial	Autoriza a criação da Comissão Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, como as de caixaras e remanescentes de quilombos	Criar condições para que membros dessas comunidades não precisem migrar para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida. Atualmente o MMA possui dois programas voltados para o desenvolvimento do agroextrativismo, principalmente em comunidades tradicionais: a) Programa de Proteção das Florestas Tropicais; b) Programa Amazônia Solidária	Radiobrás 03/06/2004
25/06/2004	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN)	PFL deu entrada no STF contra Decreto 4.887/ 2003	Pedido de concessão de medida cautelar, questionando realização de desapropriação pelo INCRA	ADIN N° 3239/DF N° protocolo 71496 24 fls. STF
12/08/2004	Manifestação da AGU	Posição contra ADIN do PFL	Considera a impugnação “genérica, sem o indispensável cotejo analítico entre as normas constitucionais e as acatadas”. O parecer é pela improcedência da Ação	Manifestação da AGU
27/08/2004	Decreto assinado pelo Presidente da República	Institui o Grupo Executivo Interministerial para articular, viabilizar e acompanhar as ações necessárias ao desenvolvimento sustentável do município de Alcântara (MA) e dá outras providências	-----	D.O.U. 30/08/2004 p. 4
19/09/2005	IN INCRA N° 20		Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro dos territórios pertencentes às comunidades quilombolas de que trata o Art. 68 do ADCT/CF e o Decreto 4.887/2003.	D.O.U. 26/09/2005
26/11/2007	Portaria FCP N° 98 (revoga a Portaria FCP N° 6 de 01/03/2004)		Instituir o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres,	CPI-SP

			para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03. Regulamenta os procedimentos para identificação e reconhecimento das comunidades quilombolas.	
29/09/2008	IN INCRA N° 49	Elaborada a partir da revisão da IN N° 20 por um GTI, instituído por determinação da PR, no qual pela primeira vez na história participaram representantes das comunidades quilombolas, conforme estabelecido pela Convenção 169 da OIT	Passa ser exigida Certidão de Auto-Reconhecimento, emitida pela FCP, para abertura do processo de titulação.	D.O.U. 01/10/2008
20/10/2009	IN INCRA N° 57	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do ADCT/CF e o Decreto 4.887/2003.	Atualizar e detalhar os procedimentos do processo administrativo	INCRA
13/11/2014	Lei 13.043/13	Medida Provisória (MP) 651/14	Isenta as comunidades quilombolas do pagamento do ITR e anula a cobrança das dívidas acumuladas do ITR, aos quilombolas ocupantes das terras certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC), permitindo-lhes o acesso às políticas públicas e ao crédito.	FCP
21/11/2014	PEC 215/2000	Proposta de Emenda Constitucional. Aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 21/03/2012. Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer.	Transferir para o Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas, quilombolas e áreas de conservação ambiental, que conforme a CF são atribuições do Poder Executivo	Câmara dos Deputados

Fonte: ALMEIDA, 2005, p. 32-38, organizado e complementado por André Luís Gomes (2015).

A partir da promulgação da CF de 1988, ganhou força o chamado “pluralismo jurídico”, baseado na afirmação do direito à diferença, no reconhecimento dos direitos étnicos e da diversidade cultural e étnica, resultando, dentro do que interessa diretamente ao escopo dessa pesquisa, na inserção do Artigo 68 do ADCT e dos artigos 215 e 216 nas disposições permanentes da Constituição⁷¹ (ALMEIDA, 2005). De

⁷¹ “Os grupos vulnerabilizados receberam um tratamento jurídico diferenciado por parte da Constituinte de 1988. Índios, negros, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, foram citados com a respectiva menção de suas garantias constitucionais, ampliando os deveres do Estado brasileiro no que tange ao

acordo com esse conjunto normativo, o Estado tem o dever de garantir a propriedade definitiva e coletiva das comunidades quilombolas sobre as terras que ocupam há várias gerações, remontando ao período da escravidão. Segundo Almeida (2005), o conjunto dos territórios quilombolas identificados abrange uma área de aproximadamente 30 milhões de hectares, com uma população estimada de 2 milhões de pessoas, de modo que o sistema normativo que vem sendo estruturado a partir do Art. 68 interfere diretamente no uso de aproximadamente 5% de total de 850 milhões de hectares do território nacional, por 1% da população do país.

Entretanto, os entraves políticos e os impasses burocrático-administrativos (ALMEIDA, 2005) têm marcado a efetivação dos direitos previstos no Art. 68 desde a promulgação da CF de 1988. Durante todo esse período, que em 2015 completa 27 anos, “(...) os interesses contrários ao reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas tiveram uma atuação ágil tanto dentro, quanto fora do aparato burocrático” (ALMEIDA, 2005: 18). Mesmo após a promulgação do Decreto N° 4.883/2003, que transferiu do MinC/FCP para o MDA/INCRA a competência relativa a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o avanço da aplicação do dispositivo esbarra em dificuldades semelhantes às enfrentadas no cumprimento das metas do PNRA⁷² (ALMEIDA, 2005).

Nesse aspecto, os servidores do INCRA, representados na Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA (CNASI), enquanto responsáveis diretos pela aplicação dos direitos previstos no Art. 68, manifestaram preocupação com relação aos ataques sofridos. Segundo *Nota dos Servidores do INCRA*, publicada em 14/08/2013, “estamos diante de uma conjuntura em que esse direito constitucional encontra-se ameaçado, na medida em que diversos setores do agronegócio, somados a uma política governamental desenvolvimentista sem limites, combatem sua implementação” (CNASI, 2013: 1). A Nota aponta que a morosidade dos procedimentos

atendimento das demandas destas populações/segmentos. Os espaços públicos de diálogo foram ocupados com algo novo no ordenamento jurídico que possibilitou/possibilita uma autonomia/perspectivas maior destes grupos, mas também acarreta um novo *status* do Estado, pressionado que está pelo atendimento de interesses outros que não os tradicionais. O Estado se torna plural, enriquecendo e transformando seu conteúdo democrático, dando-lhe um novo matiz” (BECKHANSEN, 2006: 283).

⁷² “Para a coordenadora do MNU de Santa Catarina, Vanda Pinedo, ‘o número de comunidades tituladas não aumentou com o Decreto 4.887’. Não adianta boas intenções e suntuosas políticas públicas, ‘as comunidades precisam das terras’. Para Vanda, um ponto positivo foi o resgate da identidade, ‘da identidade negra, da identidade quilombola’” (FIABANI, 2008: 170).

de regularização dos territórios quilombolas foi agravada por retrocessos administrativos e legais ocorridos recentemente.

No âmbito do STF, em 25/06/2004 o antigo Partido da Frente Liberal (PFL) – atual Democratas (DEM) – perpetrou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 3239, procurando impugnar “o uso da desapropriação na efetivação do Art. 68, bem como se opõe ao critério de identificação dos remanescentes de quilombos pela auto-atribuição, objetivando reduzir ao máximo o alcance do dispositivo” (ALMEIDA, 2005: 20). A ADIN 3239, embora atendendo perfeitamente aos interesses de grandes fazendeiros, empresas agropecuárias, madeireiras, mineradoras, grileiros e toda sorte de especuladores fundiários – que se apegam ao “direito inalienável de propriedade”, previsto na Constituição, para alegar a “inconstitucionalidade” do Decreto N° 4.887/2003⁷³ – foi rejeitada pela AGU ainda em 2004, tendo sido considerada “genérica e sem o cotejo analítico entre as normas constitucionais”⁷⁴ (ALMEIDA, 2005: 20).

Além da ADIN 3239, outro ataque sofrido pelas políticas territoriais voltadas para os quilombos e demais povos tradicionais é representado pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, que visa transferir para o Congresso Nacional a competência de demarcação das terras indígenas e dos territórios quilombolas; e ainda pela proposta de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação da FUNAI e do INCRA nestas políticas (CNASI, 2013).

Os interesses contrários aos das populações tradicionais também tem se manifestado fortemente na esfera jurídica, através de “contestações das titulações já efetuadas com famílias de remanescentes de quilombos sendo despejadas de suas terras, por força do deferimento de pedidos de liminares em ações de reintegração de posse

⁷³ O partido sustenta que o Decreto “seria formalmente inconstitucional por conta da inexistência de uma lei prévia que confira validade ao Decreto, que é ato normativo secundário. O requerente se opõe também à possibilidade aberta pelo Decreto de reconhecimento das pessoas, por auto-atribuição, da sua condição de remanescente das comunidades quilombolas e à demarcação das terras por indicação dos próprios interessados”. Fonte: CONECTAS Direitos Humanos – <http://www.conectas.org/pt/acoes/stf-em-foco/noticia/19096-adi-3239-comunidades-quilombolas>, acesso em 12/08/15.

⁷⁴ Em sentido contrário ao postulante, posicionou-se a Advocacia Geral da União. Para o órgão, a ação direta de inconstitucionalidade não deve ser conhecida por falta de fundamentação, ou seja, “*pleiteia a declaração de inconstitucionalidade de todo o diploma normativo, sem precisar, entretanto, quais os dispositivos constitucionais que cada um de seus artigos, respectivamente, violaria. Trata-se de impugnação genérica, sem o indispensável cotejo analítico entre as normas constitucionais e as atacadas, o que inviabiliza o conhecimento da presente ação direta*”. Fonte: CONECTAS Direitos Humanos – <http://www.conectas.org/pt/acoes/stf-em-foco/noticia/19096-adi-3239-comunidades-quilombolas>, acesso em 12/08/15.

movidas por supostos proprietários” (ALMEIDA, 2005: 19). Nesse sentido, afirma a *Nota dos Servidores do INCRA*:

Percebemos que o Governo tem sucumbido a esta ofensiva dos setores governamentais e da sociedade que controlam a malha fundiária no Brasil contra os direitos de populações tradicionais de diversas maneiras. No INCRA foram instituídas rotinas administrativas excessivas cujo objetivo é a intencional protelação dos processos. Em 2008, o INCRA publica a Instrução Normativa nº 49, elaborada pela Advocacia Geral da União – AGU, que levou ao alongamento do tempo de tramitação dos processos em razão de sua excessiva burocratização. Esta IN cria etapas desnecessárias e repetitivas, aumentando o já longo tempo de tramitação das peças técnicas do processo administrativo. A acentuada queda no cumprimento das metas pelo órgão, após a aprovação da IN, demonstra esta realidade (CNASI, 2013: 1-2).

Os servidores afirmam que desde 2012 o tempo de tramitação dos processos aumentou sensivelmente em relação aos anos anteriores, demonstrando que “a pressão política dos setores contrários aos direitos das comunidades quilombolas tem sido efetiva, paralisando a ação da direção do INCRA” (CNASI, 2013: 2 [grifo nosso]).

De fato, as políticas afirmativas voltadas ao reconhecimento dos direitos territoriais dos quilombolas e consubstanciadas no Art. 68 e nos instrumentos normativos subsequentes, vão na contramão das relações de poder fundadas historicamente no monopólio de classe sobre a propriedade da terra, o que faz com que sofram grande oposição por parte das classes sociais que tem o seu poder político e econômico assentado sobre a grande propriedade fundiária. Segundo os interesses dessas classes, os quilombos

(...) só poderiam ter existido em terras devolutas e públicas. Em outras palavras a história das chamadas ‘propriedades rurais’ é um argumento que opõem à titulação das comunidades quilombolas, consideram que se ‘tudo era sesmaria e depois fazenda e estava titulado’, os quilombos só poderiam ter existido fora do domínio das grandes propriedades. Advogam uma dicotomia absoluta entre fazenda e quilombo, portanto consideram que este esteve sempre localizado em lugares remotos e de mata, distante da ‘civilização’ e, portanto, do mundo regido pelas grandes plantações. Nas peças técnicas dos processos judiciais os advogados destes interesses e os peritos por eles financiados se esmeram em insistir que os quilombos, além de estarem fora dos limites das fazendas, são em número extremamente reduzido e se localizariam tão somente no que hoje constitui os sítios históricos (ALMEIDA, 2005: 23).

Ao retomarmos a noção da extensão do conjunto dos territórios quilombolas identificados no país (30 milhões de ha ou 5% do território nacional), podemos ter uma idéia do impacto da política de reconhecimento dos direitos das comunidades negras,

sobre o mercado de terras, se levarmos em conta que essas comunidades situam-se principalmente nas regiões de colonização mais antiga, onde as terras são mais valorizadas, e que as terras tituladas não podem ser vendidas, sendo imobilizadas enquanto “equivalente de capital” (OLIVEIRA, 2007). Sendo assim,

(...) tal forma de propriedade impede que imensos domínios venham a ser transacionados no mercado de terras. Contrária, portanto, as agências imobiliárias de comercialização, vinculadas a bancos e entidades financeiras, do mesmo modo que contraria os interesses latifundiários, os especuladores, os “grileiros” e os que detêm o monopólio dos recursos naturais (ALMEIDA, 2005: 25).

Como a política é feita dos diferentes e opostos interesses presentes na sociedade e a construção e aplicação das normas é decorrente da política, podemos apontar quais interesses são contrários à titulação dos territórios quilombolas e como os mesmos se articulam e agem politicamente no sentido de anular a eficácia do Artigo 68 do ADCT. Retomando as contradições verificadas no âmbito do INCRA, o aumento da morosidade na tramitação dos processos de titulação de territórios quilombolas é decorrente de determinadas medidas administrativas, tais como a “exigência de autorização da direção do INCRA para a publicação do RTID”, o aumento do “tempo de análise pelas áreas técnica e jurídica e de espera pelo julgamento do recurso no Conselho Diretor”, na sede do INCRA em Brasília, e o aumento do tempo para que as Portarias de Reconhecimento possam ser assinadas pela Presidência do INCRA (CNASI, 2013).

Enfim, todas as medidas burocrático-administrativas mencionadas atuam no sentido de adiar e tornar mais lentas as políticas de garantia dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, mantendo estas em uma situação de incerteza e insegurança com relação à permanência em suas terras. Em termos numéricos, essas medidas resultaram na paralisação ou atraso na tramitação de 36 processos (22% dos processos que tramitam na autarquia em alguma fase), na sede do INCRA, em 2013 (CNASI, 2013).

Também deve ser levada em conta a forte oposição à política de reconhecimento dos territórios quilombolas, “por parte das Forças Armadas, que violam os direitos de comunidades quilombolas cujos territórios se sobrepõem a áreas ou interesses militares e ainda atuam no sentido de impedir o andamento dos processos no INCRA” (CNASI, 2013: 1). Os representantes das Forças Armadas se utilizam do

conceito de “segurança nacional”, como no caso da retirada e reassentamento de várias comunidades rurais negras em Alcântara, no Maranhão, para a construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), ou dos impasses colocados à titulação das comunidades de Marambaia, no Rio de Janeiro, devido à sobreposição com áreas da Marinha. Tal conflito de interesses aparece inclusive dentro do próprio Decreto N° 4.887/2003, que estabelece que o RTID deva ser avaliado pela Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, antes de ser definitivamente aprovado (ALMEIDA, 2005). Todavia, na mesma “Área de Segurança Nacional” onde foi implantado o CLA, o governo tem negociado o “aluguel” para o lançamento de foguetes pelos EUA, além da parceria com a Ucrânia para o desenvolvimento de um foguete, visando assim obter recursos para o financiamento do programa espacial brasileiro⁷⁵, o que evidencia o relativismo geopolítico do conceito de “segurança nacional”, de acordo com os interesses envolvidos.

Outra questão diz respeito ao direito à consulta prévia, por parte dos povos tradicionais, previsto na Convenção 169 da OIT. Em seu artigo 6°, a Convenção estabelece que os governos devam “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. A primeira consulta prévia do Governo Federal aos quilombolas foi realizada em abril de 2008 e, referindo-se à substituição da IN N° 20/2005 pela IN N° 49/2008, no âmbito do INCRA, foi alvo de críticas e questionamentos por parte de lideranças e organizações quilombolas, ONG’s e da CUT⁷⁶ (ANDRADE, 2008).

⁷⁵ “Com localização ideal para lançamentos, a base é considerada estratégica para o programa espacial brasileiro, mas até hoje é subutilizada. Nenhum satélite ou foguete jamais foi lançado de Alcântara, seja porque o Brasil ainda não conseguiu desenvolver a tecnologia para usá-la, seja porque os acordos internacionais para utilização da base até agora não deram frutos. Um teste feito há dez anos terminou em tragédia, com a explosão do foguete e 21 pessoas mortas”. Fonte: O Estado de São Paulo, “Brasil volta a negociar uso de base de Alcântara com os EUA”, 29/07/2013, disponível no endereço eletrônico <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,brasil-volta-a-negociar-uso-de-base-de-alcantara-com-os-eua-imp-,1058409>, acesso em 29/09/15.

⁷⁶ A crítica aos procedimentos da consulta prévia foi corroborada pelas seguintes entidades: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo – Zacimba Gaba, Coordenação Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombola de Mato Grosso do Sul, Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas de Pernambuco, Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N’golo, Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, Associação Quilombola de Conceição das Crioula, Associação Rural Comunitária dos Quilombolas do Timbó e Adjacências, Comissão Quilombola

Toda a consulta foi marcada pela “pressão da urgência”, comprometendo a organização e a definição de um posicionamento por parte das entidades e lideranças quilombolas, representadas nas negociações pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). As condições de realização da consulta prévia foram impostas pelo governo, sem que fossem garantidos procedimentos apropriados do ponto de vista de ambas as partes, o que contraria os procedimentos previstos na Convenção 169 da OIT (ANDRADE, 2008).

Os quilombolas foram surpreendidos em final de novembro de 2007 com ofício da AGU que informava sobre o grupo de trabalho governamental criado para aperfeiçoar as normas referentes à titulação das terras quilombolas (...). Enquanto o GT governamental pôde contar com quatro meses para produzir sua proposição de instrução normativa, a AGU concedia aos quilombolas um prazo inferior a um mês para apreciação da minuta (ANDRADE, 2008: 3-4).

Ao perceberem que o governo tentava manipulá-las, convocando-as para uma reunião da qual desconheciam a agenda, as lideranças quilombolas consideraram a mesma ilegítima e se recusaram a participar, repudiando o procedimento governamental, por meio de nota pública e ofício encaminhado pela CONAQ e mais 24 organizações quilombolas ao Consultor Geral da União, Ronaldo Jorge A. Vieira Júnior, em 09/07/2007 (ANDRADE, 2008). Tais protestos levaram o governo a iniciar um diálogo com a CONAQ para definição de uma proposta de consulta pública; porém, a proposta inicial da CONAQ não foi plenamente aceita pelo GT governamental, tendo sido acolhida parcialmente com a justificativa de urgência, agravada pela ameaça aos direitos quilombolas representada pelo julgamento da ADIN 3239/2004. Sendo assim,

Ao final das negociações, tendo em vista as restrições de prazo impostas pelo governo, a consulta prévia ficou reduzida a um único evento nacional em Luziânia que ocorreu entre os dias 15 e 17 de abril [de 2008] e reuniu cerca de 300 lideranças, 12 assessores indicados pela CONAQ, a Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal Geral da República e os integrantes do GT Governamental (ANDRADE, 2008: 6).

do Sapê do Norte, Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia, Centro de Cultura Luiz Freire, Centro de Cultura Negra do Maranhão, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos do Rio Grande do Sul, Justiça Global, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, Movimento Negro Unificado – Seção RS, Rede Social, Terra de Direitos (ANDRADE, 2008)

O texto da minuta não foi amplamente divulgado para que as comunidades pudessem se posicionar adequadamente, de acordo com as bases. “A divulgação prévia realizada pela Advocacia Geral da União limitou-se ao envio da minuta por correio eletrônico para a CONAQ e lideranças, delegando aos quilombolas a responsabilidade de distribuir amplamente o texto” (ANDRADE, 2008: 7), mesmo com o conhecimento de que muitas comunidades e até mesmo lideranças teriam dificuldades de acesso à internet, ainda mais levando em conta que os fatos ocorreram em 2007, ano em que, apesar de recente, o acesso à internet era bem menos disseminado do que na atualidade (2015).

Na realização da consulta, em abril de 2008, novamente as proposições dos quilombolas e seus assessores – envolvendo principalmente os critérios de elaboração do relatório antropológico, que é parte do RTID⁷⁷ – não foram aceitas pelo GT governamental, sob o argumento de “razões de ordem técnica”. “Essa restrição falaciosa foi um dos grandes limites da consulta. (...) O argumento é falacioso porque supõe a existência de uma ‘neutralidade técnica’ para julgar as questões em debate” (ANDRADE, 2008: 7-8).

Por fim, a falácia e os limites da “consulta prévia” ficaram evidentes pela participação de representantes governamentais destituídos de poder de decisão direta sobre o encaminhamento das deliberações. Os resultados das negociações ainda seriam levados ao Presidente da República e aos Ministros de Estado, que poderiam aceitá-los ou rejeitá-los, independente da discussão realizada com as lideranças quilombolas. Sendo assim, parece que a consulta prévia foi organizada apenas para dar a aparência de que os representantes quilombolas estavam sendo consultados, quando na verdade tanto eles quanto os representantes do governo, presentes na consulta, não teriam controle sobre a decisão final. Desse modo, entendemos que a elaboração da nova IN do INCRA, assim como dos demais instrumentos normativos, consistiu em uma verticalidade (SANTOS, 2014) disfarçada sob uma aparência democrática e pluralista.

Assim, o Advogado Geral da União tomou sua decisão sobre as propostas dos quilombolas sem o diálogo direto com eles, mas a partir do relatório da

⁷⁷ “Entre as propostas dos quilombolas não acatadas pelo governo estavam: a exclusão da exigência do certificado da FCP como condição para início do processo de titulação (pois contraria o direito a auto-definição); o emprego do termo *território* ao invés de *terra* para qualificar as áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas; e a revisão dos quesitos do relatório de identificação dos territórios” (ANDRADE, 2008: 7).

consulta. (...) O despacho foi divulgado por meio de publicação no Diário Oficial da União – certamente um meio de informação pouco acessado pelos quilombolas. Em seu despacho, o Advogado Geral da União não acatou as principais propostas dos quilombolas (...) sem qualquer justificativa de ordem “técnica” ou política. A nova instrução foi assinada e publicada sem que fosse garantida a participação dos quilombolas no processo de apresentação dos resultados da consulta aos Ministros de Estado e a Presidência da República conforme reivindicado durante o evento (ANDRADE, 2008: 9).

A interpretação de Almeida (2005) sobre o tema converge com essas observações. Para o autor, a questão quilombola tem sido objeto principalmente da ação do executivo, sendo que “a capacidade de intervir na questão concentra-se nos centros de poder que gravitam em torno da Presidência da República” (ALMEIDA, 2005: 39), sendo marcada pela fragmentação e descontinuidade. Por sua vez, Beckhansen (2006) sustenta que “a pressão em torno do atendimento dessas demandas vai desaguar, eventualmente, no Judiciário. E este Poder vai ter que analisar esses ‘novos’ direitos, enfrentando temas muito delicados ao Estado patrimonialista brasileiro” (BECKHANSEN, 2006: 285).

Além dos obstáculos políticos e burocráticos que atrasam a efetivação da política territorial representada pelas titulações de terras, em nome das associações quilombolas, o governo não tem destinado os recursos necessários para executar as ações de desapropriação de terras particulares. Por outro lado, o foco da ação do Estado tem privilegiado mais a prestação de serviços e a política assistencial direcionada às comunidades quilombolas, deslocando o eixo da ação da questão da terra para a prestação de serviços⁷⁸; assim como a ampliação dos quadros burocráticos, com resultados duvidosos no que diz respeito à efetiva regularização fundiária dos territórios quilombolas. Como exemplo, tem-se a criação de Grupos de Trabalho (GTs), que “produzem uma nova divisão do trabalho burocrático-administrativo. Assim, para algumas secretarias e fundações **agir** significa solicitar a outras instituições que passem a agir ou que procedam à intervenção” (ALMEIDA, 2005: 40). Desse modo é válido afirmar que

(...) as comunidades quilombolas estariam se tornando “beneficiárias” de programas, projetos e planos governamentais e passando a ser classificadas como “público alvo”. (...) A função de mediação de lideranças, que se

⁷⁸ “No que se refere à política de segurança alimentar, tem-se a informação de distribuição de cestas de alimentos pelo Projeto Fome Zero, que alcançou em 2003 e até junho de 2004 pelo menos 86 comunidades em 55 municípios de 18 unidades da federação. O número de famílias alcançadas por esta ação é superior a 13.000” (ALMEIDA, 2005: 40).

firmaram nas lutas pelos territórios étnicos, estaria passando por uma transformação em que o Estado passa a ser objeto de demandas pontuais para o atendimento de necessidades. (...) os quilombolas constituem uma nova “clientela” de políticas sociais e assim passam a ser vistos e classificados pelos quadros da burocracia (ALMEIDA, 2005: 41-42).

Sendo assim, o “pluralismo jurídico” resultante da Constituição de 1988 não foi acompanhado de uma **reforma do Estado**, necessária à efetivação das disposições constitucionais voltadas para a redução das desigualdades socioeconômicas, a reforma agrária e a afirmação de um Estado pluriétnico, das quais o Artigo 68 do ADCT é um exemplo. Com relação aos quilombolas, “estes grupos não recebem um reconhecimento adequado por parte do Estado. Existe uma forte tendência a não encarar estes grupos como diferenciados, desconstituindo seus pleitos e vulgarizando suas reivindicações” (BECKHANSEN, 2006: 285). Os novos direitos surgidos após 1988 têm sido efetivados de maneira tímida e pontual, de acordo com as estruturas administrativas e burocráticas preexistentes, acrescidas de atributos pretensamente étnicos. Mesmo com a criação de novos órgãos públicos pertinentes à questão, a competência de operacionalização ficou a cargo de aparatos já existentes (ALMEIDA, 2005).

Finalizando este capítulo, creio que ele tenha fornecido elementos que contribuem para a **análise geográfica da estruturação do sistema normativo** criado para o ordenamento territorial dos compartimentos quilombolas, objetos de direitos especiais a partir de 1988. Os elementos trazidos à tona operacionalizam os enunciados teóricos formulados por Milton Santos, quando o autor afirma que “as normas de ordem técnica são também políticas” (SANTOS, 2014: 230). Sendo assim, a garantia ou não dos direitos previstos constitucionalmente para essas comunidades, desde a sua inserção por meio do processo Constituinte, até a sua mais recente regulamentação, é algo que depende estritamente da política em âmbito nacional. Por outro lado, a possibilidade de essas comunidades usarem o território, ocupado há várias gerações, depende das normas que, ao serem elaboradas à revelia das lógicas e reivindicações locais, representam verticalidades: a garantia dos territórios a essas comunidades não depende somente das relações estabelecidas localmente, mas principalmente de fatores e estruturas políticas que escapam ao controle dos agentes locais, relacionando-se com toda a conflituosa e contraditória estrutura política que constitui o Estado-Nação brasileiro.

**CAPÍTULO III – O ESPAÇO GEOGRÁFICO E OS TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS NO BRASIL**

“(...) tratam-se de espaços territoriais especialíssimos, revestidos de significado cultural e histórico, que não se confundem com o patrimônio aferido economicamente” (ROCHA, 2005: 102).

3.1. O Espaço Geográfico: Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações

O espaço é um dos principais conceitos norteadores do nosso trabalho de pesquisa. Abordar o lugar e os seus sujeitos, em uma comunidade quilombola, a partir dessa categoria, exige um grande esforço de abstração. Embora não seja um exercício fácil, é ao mesmo tempo possível e necessário, pelo fato de o espaço ser uma instância da sociedade, “ao mesmo tempo em que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida” (SANTOS, 2008: 12).

Desse modo, espaço e sociedade são duas categorias indissociáveis. *A sociedade é o espaço e o espaço é a sociedade*. O espaço possui conteúdo histórico, definido pela idéia de rugosidade (SANTOS, 1986) e impõe-se à ação humana. Assim era desde os tempos primordiais, quando a natureza ainda não havia sido tecnificada, ou no(s) período(s) pré-técnico(s), quando os “fatores naturais” predominavam sobre os objetos técnicos produzidos pela sociedade. Mesmo nesses períodos mais remotos da história, os “objetos naturais” presentes no espaço influenciavam a ação humana e as respectivas localizações, desde a disposição das áreas de cultivo, até estradas e habitações. Todavia, no começo da história, a configuração territorial era composta predominantemente pelos sistemas naturais, enquanto nos dias atuais ela é cada vez mais o resultado de uma produção histórica, representada pela técnica.

Desde os últimos cinquenta anos, que caracterizam o período tecnológico, também denominado técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), as formas e os conteúdos espaciais produzidos em tempo pretérito, que se acelera, se impõem às ações presentes e futuras com uma força nunca antes vista. Nesse aspecto, Milton Santos afirma:

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. (...) As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações

particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (...) O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança dos processos. (...) Os modos de produção cedem lugar a outros, os momentos de cada modo se sucedem enquanto os objetos sociais por eles criados continuam firmes, e muitas vezes ainda com uma função na produção (SANTOS, 1986: 137-139).

Sendo assim, as rugosidades permitem a apreensão dos conteúdos históricos do espaço a partir do presente. Para a explicação geográfica, é a história do presente – enquanto espaço – que interessa.

(...) o objeto da análise é o presente, toda análise histórica sendo apenas o indispensável suporte à compreensão de sua produção. Nesse caso, é importante levar em conta que não se trata de efetuar uma prospecção arqueológica que seja, em si mesma, uma finalidade. Trata-se de um meio. Isso não nos desobriga de buscar uma compreensão global e em profundidade, mas o tema de referência não é uma volta ao passado como dado autônomo na pesquisa, mas como maneira de entender e definir o presente em vias de se fazer (...), permitindo surpreender o processo e, por seu intermédio, a apreensão das tendências, que podem permitir vislumbrar o futuro possível e as suas linhas de força (SANTOS, 2008: 32 [grifo nosso]).

O espaço geográfico no presente “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações”⁷⁹ (SANTOS, 2014: 63). Tomando essa conceituação como ponto de partida, a análise de um recorte espacial, qualquer que seja a sua escala – do lugar ao Estado-Nação – deve levar em conta as variáveis (elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio) mais importantes para a configuração espacial⁸⁰. Por outro lado, em qualquer escala (ou

⁷⁹ “A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus respectivos conteúdos em artifício e a complementaridade de uma tecnoesfera e uma psicoesfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local” (SANTOS, 2014: 22-23).

⁸⁰ “(...) os elementos do espaço estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas. Desse modo, os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis. Isso significa, como o nome indica, que eles variam e mudam de valor segundo o movimento da história. (...) A especificidade do lugar pode ser entendida também como uma valorização específica (ligada ao lugar) de cada variável. (...) essa especificidade do lugar, que se acentua com a evolução própria das variáveis localizadas, é que permite falar de um espaço concreto. Desse modo, se cada elemento do espaço guarda o mesmo nome, seu

recorte) que se pretenda fazer uma análise geográfica, a escala espacial de referência é a do Estado-Nação⁸¹, pois no âmbito do território nacional, é ele quem possui maior capacidade para direcionar os vetores e as inovações que atingem cada subespaço ou fração do território, por meio das normas e da política (SANTOS, 2014). “(...) somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem” (SANTOS, 2005a: 22).

Sendo assim, no estudo da configuração e do uso do território pelas comunidades remanescentes de quilombos, devem ser levadas em consideração as múltiplas escalas e respectivas forças que definem um lugar e os sujeitos que vivem nele. Isso equivale a buscar a apreensão do movimento e do contexto do *todo*. “Somente através do movimento do conjunto, isto é, do todo, ou do contexto, é que podemos corretamente valorizar cada parte e analisá-la, para, em seguida, reconhecer concretamente esse todo” (SANTOS, 2008: 22). É por essa razão que incorporamos o conceito de “compartimentos de legislação especial” (SILVA, 2010) para se referir aos territórios quilombolas, pois desse modo é possível compreender esses recortes territoriais no âmbito mais amplo do Estado-Nação.

Partindo do pressuposto de que o espaço corresponde à totalidade, entendemos que “do ponto de vista teórico e epistemológico, o conceito de espaço precede o conceito de lugar. (...) O que se passa em um lugar depende da totalidade de lugares que constroem o espaço” (SANTOS, 1986: 121-122). Os lugares correspondem à mediação entre a totalidade da formação sócio-econômica e as particularidades temporais e espaciais, entre o geral e o particular. A espacialidade representa um elemento particularizador dos fenômenos históricos.

No espaço geográfico, as formas (objetos) nunca existem separadamente em relação aos conteúdos que as animam. Esses conteúdos são dados pelas ações às quais essas formas servem. É desse modo que é possível falar em formas-conteúdo, da

conteúdo e sua significação estão sempre mudando. Cabe, então, falar de perecibilidade da significação de uma variável, e isso constitui uma regra de método fundamental. O valor da variável não é função dela própria, mas do seu papel no interior de um conjunto. Quando este muda de significação, de conteúdo, de regras ou leis, também muda o valor de cada variável” (SANTOS, 2008: 20-22).

⁸¹ “Um Estado-Nação é uma Formação Sócio-Econômica. Um Estado-Nação é uma totalidade. Assim, a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação. A ‘região’ [assim como o lugar] não é mais que uma subunidade, um subsistema dentro do sistema nacional. A ‘região’ [e o lugar] não tem existência autônoma, ela não é mais que uma abstração se tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo” (SANTOS, 2005a: 43).

indissociabilidade entre ação e objeto, entre espaço e sociedade e caracterizar o espaço como um híbrido, composto pela natureza, pelas formas, pelos conteúdos, pelas normas, pela política e pelas diferentes escalas. Todas essas instâncias, abstrações epistemológicas com correspondência empírica, são continentes e conteúdos do espaço, enquanto morada do homem (SANTOS, 2014). Segundo a concepção teórico-metodológica de objeto, proposta por Milton Santos, “o espaço dos geógrafos leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, todos sem exceção. Para o geógrafo o objeto é um testemunho atual da ação. (...) as ações do presente incidem sobre objetos vindos do passado” (SANTOS, 2014: 72-74).

Mas o que seria *ação*? Como definir as ações no âmbito do enfoque geográfico? Segundo o dicionário Aulete⁸², ação significa “o ato ou o resultado de agir, de realizar uma atividade, uma operação”. Porém, a leitura geográfica e epistemologicamente fundamentada deve ir além dessa definição, contextualizando a idéia de ação dentro do enfoque espacial que procuramos sucintamente apresentar. Nesse sentido, uma definição válida estabelece a diferenciação entre a *escala de comando* e a *escala de realização das ações*, o que permite ter clareza relativa ao conteúdo e às finalidades das ações: se condizem com os interesses locais ou se seus fins últimos são estranhos aos fins do homem e do lugar (SANTOS, 2014). Desse modo,

Impõe-se distinguir entre atores que decidem e os outros. Um decididor é aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar. (...) A escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor. Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação (SANTOS, 2014: 80).

Em trabalho anterior, Milton Santos fornece outros recursos explicativos, igualmente valiosos, para a correta compreensão da dissociação entre a escala de comando e a escala de realização das ações e suas conseqüências, como resultado da expansão do meio técnico-científico:

A expansão do meio científico-técnico conduz, também, a que a necessidade de grandes capitais se torne maior, o que gera, em muitos casos, uma separação geográfica entre o investidor e o meio onde o investimento se dá, com as múltiplas conseqüências dessa separação. A primeira delas é o próprio comando da atividade que, de forma semelhante ao que se passa com

⁸² Fonte: <http://www.aulete.com.br/ação#ixzz3UfDXkNSp>, acesso em 17/03/2015.

as transnacionais no domínio internacional, vai criar dentro do país possibilidades de escolha de comportamentos estranhos ao local da produção e à unidade político-administrativa em que ele se insere (SANTOS, 2008: 62).

Os conteúdos das ações, muitas vezes estranhos aos interesses do lugar, são abrangidos pela noção de *intencionalidade* (SANTOS, 2014). Podemos afirmar que *na contemporaneidade, as ações e objetos que formam o espaço são cada vez mais dotados de intencionalidade*⁸³, pois são voltados, desde a concepção e o surgimento, para o atendimento dos interesses e finalidades específicas daqueles que comandam as ações e sua difusão, muitas vezes em detrimento dos interesses daqueles que realizam diretamente as ações ou habitam os lugares onde as mesmas se realizam. “Objetos não agem, mas, sobretudo no período histórico atual, podem nascer predestinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido” (SANTOS, 2014: 86). Em um trecho anterior da mesma obra, Milton Santos afirma:

“No passado, os objetos revelavam propósitos de cada sociedade e eram os seus meios próprios à realização dos seus próprios fins. Já no mundo de hoje, as ações chamadas racionais tomam com frequência esse nome a partir da racionalidade alheia. Essas ações racionais são cada vez mais numerosas. Sua racionalidade deve-se, em grande parte, à própria natureza dos objetos técnicos, cuja vocação original é, exatamente, servir a uma ação racional, ação que se quer precisa, graças às técnicas concretas. As ações são cada vez mais precisas e, também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio” (SANTOS, 2014: 81 [grifo nosso]).

Sendo assim, é possível afirmar que quanto maior for o conteúdo técnico do meio, maior será a carga de intencionalidade presente nos objetos técnicos construídos sobre a natureza. A uma maior difusão do meio técnico-científico-informacional, corresponde a predominância do uso do território para finalidades estranhas ao lugar, sobretudo nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e do conjunto da América Latina, pois se tratam de formações sócio-econômicas dependentes⁸⁴. Nesses países,

⁸³ “A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território” (SANTOS, 2014: 94).

⁸⁴ “Uma Formação Sócio-Econômica dependente [é] um espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos. Por esse motivo, sua organização do espaço é dependente. Essas forças externas têm sua própria lógica, que é *interna* às instituições e empresas interessadas, mas *externa* em relação aos países a que pertencem.” (SANTOS, 2005a: 45).

O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado” (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 21-22).

Quanto maior o conteúdo técnico do território, maiores são as possibilidades de predominância das verticalidades, em detrimento das horizontalidades, tanto na cidade como no campo. As horizontalidades pressupõem a contigüidade espacial e da vida de relações, a proximidade entre frações do território ou momentos da produção que estabelecem relações mútuas, marcadas pela proximidade geográfica. As verticalidades, por sua vez, unem pontos distantes do território, através de ordens dos “lugares que mandam” sobre os “lugares que obedecem”, assegurando o funcionamento global da economia (SANTOS, 2014).

A verticalidade cria interdependências, tanto mais numerosas e atuantes quanto maiores as necessidades de cooperação entre lugares (...). Essas interdependências tendem a ser hierárquicas e seu papel de ordenamento transporta um comando. A hierarquia se realiza através de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento do sistema. A informação, sobretudo a serviço das forças econômicas hegemônicas e a serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem as novas realidades espaciais (...). As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2014: 285-286 [grifo nosso]).

Os objetos técnicos se encontram difundidos em praticamente todas as partes do mundo, em concentrações e intensidades que variam conforme a posição dos lugares no sistema econômico mundial. A pesquisa científica antecede a produção material desses objetos, que são carregados de informação e intencionalidade. A amplitude da difusão e da onipresença do meio técnico-científico-informacional faz com que a técnica em si seja equivalente a um meio, graças à tecnificação da natureza, que tem como produto o surgimento de uma segunda natureza que caracteriza o espaço como híbrido (paisagens/formas naturais e artificiais + conteúdos/ações/sociedade) (SANTOS, 2014).

No mundo contemporâneo, os objetos e as ações tendem a ser cada vez mais obedientes a finalidades estranhas aos lugares onde são instalados, aprofundando o processo de alienação. A obediência dos objetos a finalidades específicas é resultado da extrema especialização de seu conteúdo técnico, cujo propósito é maximizar a racionalidade da ação e assim intensificar a competitividade⁸⁵ (SANTOS, 2014). “Isso é sobretudo válido para os objetos que participam dos sistemas hegemônicos, aqueles que são criados para responder às necessidades de realização das ações hegemônicas dentro de uma sociedade” (SANTOS, 2014: 221).

A unicidade técnica, que atende aos interesses das ações hegemônicas (sobretudo as corporações transnacionais e os Estados), é algo inédito na história da humanidade, ainda que sua imposição a todas as partes do planeta nunca tenha sido completa e freqüentemente tenha enfrentado resistências. Nem todos os agentes presentes em uma fração do espaço utilizam igualmente os sistemas técnicos, do mesmo modo que nem todos possuem possibilidades iguais de usar e agir sobre o território (SANTOS, 2014). Os chamados “agentes hegemônicos” utilizam “os subsistemas técnicos mais novos, por isso mesmo hegemônicos, enquanto no mesmo lugar permanecem subsistemas técnicos hegemonzados, trabalhados por agentes não hegemônicos. Mas todos eles trabalham em conjunto” (SANTOS, 2014: 221). Nesse sentido, Clayton L. da Silva afirma que o período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2014)

(...) é marcado pela emergência de três unicidades (da técnica, do tempo e da mais-valia) que permitem, pela primeira vez na história, uma única história mundial. (...) Assim, é a primeira vez na história da humanidade que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo, alcançando a totalidade de cada país. (...) Quanto aos compartimentos quilombolas, note-se que estão inseridos num lugar, emergindo na atualidade dando conteúdo às reivindicações de seus sujeitos políticos. Não estão isolados e não fazem uma simples referência ao passado. Pelo contrário, sua força atual vem do fato de serem parte fundamental da trama política que compõe os lugares onde ocorrem (SILVA, 2010: 25; 27 [grifo nosso]).

O espaço, enquanto conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações corresponde a um conjunto formado por elementos fixos e fluxos, a materialidade e a vida que a anima (SANTOS, 2014). Quando a sociedade age sobre o espaço, como

⁸⁵ “Não é a técnica que exige dos países, das empresas, dos lugares ser competitivos, mas a política produzida pelos atores globais, isto é, empresas globais, bancos globais, instituições globais” (SANTOS, 2014: 222).

no caso da desapropriação de áreas particulares pelo Estado, que é parte do processo de titulação de um território quilombola, a ação se dá sobre os objetos enquanto realidade social “formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes” (SANTOS, 2014: 109). Nesse sentido, é possível falar em espaço como um híbrido que acumula tempos desiguais (SANTOS, 1986), pois “a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas” (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 21).

Essa assertiva se mostra válida para o estudo dos territórios quilombolas – em particular da comunidade Cafundó – cuja configuração resulta da ação do grupo étnico e do Estado sobre o espaço. Quando se colocam as disputas envolvendo os diferentes usos do território por quilombolas, posseiros, proprietários particulares e empreendimentos empresariais, por exemplo, deve ser levada em conta sua ação sobre os quilombolas e o espaço ocupado.

Nesse caso, a desapropriação de imóveis particulares em favor dos quilombolas é um evento, “um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço” (SANTOS, 2014: 144), que tem como resultado a delimitação de um compartimento territorial a partir de um espaço portador de rugosidades (SANTOS, 1986), heranças das ações passadas que permanecem no presente: construções, estradas, pastagens, cercas, monocultivos de eucalipto, áreas degradadas pela mineração, solos contaminados são exemplos dessas rugosidades, resultado de ações pretéritas sobre o espaço e que se impõe às ações atuais. Todos os exemplos citados foram empiricamente recolhidos do território pertencente à comunidade Cafundó.

3.2. O Território em uma Perspectiva Integradora e Relacional para a compreensão dos Compartimentos de Legislação Especial: Quilombolas e Indígenas

Ao entendermos o espaço enquanto conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2014) é necessário o uso de categorias que permitam identificar a materialidade concreta dos objetos e os agentes responsáveis por sua construção e uso. Do ponto de vista da análise geográfica, a categoria de *território* atende esse propósito, pois *o território se configura a partir da projeção de relações de poder sobre o espaço* (RAFFESTIN, 1993). Segundo Claude Raffestin,

“(...) o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [que realiza um programa]. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente pela representação, o ator ‘territorializa’ o espaço. (...) O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993: 143; 144).

Desde as suas origens a palavra território é fortemente vinculada a terra, portanto ao espaço físico, e à sua dominação por um Estado através da força. Nesse sentido, cabe citar as afirmações de Haesbaert sobre as origens e o significado do termo: “(...) percebe-se a grande proximidade etimológica existente entre *terra-territorium* e *terro-territor* (aterrorizar, aquele que aterroriza). (...) *territo* estaria ligado à etimologia popular que mescla “terra” e “terreo”, domínio da terra e terror” (HAESBAERT, 2012: 43).

A definição mais tradicional de território no âmbito da ciência geográfica foi elaborada por Friedrich Ratzel, que associou o solo (*boden*) à pátria, ou seja, o território como algo intrinsecamente relacionado ao Estado-Nação. A citação a seguir permite compreender um pouco do contexto histórico, das intenções e conteúdos da obra de Ratzel:

O principal livro de Ratzel, publicado em 1882, denomina-se *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História*; pode-se dizer que esta obra funda a Geografia Humana. Nela, Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. Estas influências atuam, primeiro na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos e, através destes, na sociedade. Em segundo lugar, a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a. E ainda nas possibilidades de contato com outros povos, gerando assim o isolamento e a mestiçagem. Ratzel realizou extensa revisão bibliográfica, sobre o tema das influências da natureza sobre o homem, e conclui criticando as duas posições mais correntes: a que nega tal influência, e a que visa estabelecê-la de imediato. Diz ele que estas influências vão se exercer mediatizadas, através das condições econômicas e sociais. Para ele, a sociedade é um organismo que mantém relações duráveis com o solo, manifestas, por exemplo, nas necessidades de moradia e alimentação. O homem precisaria utilizar os recursos da natureza, para conquistar sua liberdade, que, em suas palavras, “é um dom conquistado a duras penas”. O progresso significaria um maior uso dos recursos do meio, logo, uma relação mais íntima com a natureza. Quanto maior o vínculo com o solo, tanto maior seria para a sociedade a necessidade de manter sua posse. É por esta razão que a sociedade cria o Estado, nas palavras de Ratzel: “Quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”. A análise das relações entre o Estado e o espaço foi um dos pontos privilegiados da Antropogeografia. Para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior

prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas. Justificando estas colocações, Ratzel elabora o conceito de “espaço vital”; este representaria uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais. É fácil observar a íntima vinculação entre estas formulações de Ratzel, sua época e o projeto imperial alemão. Esta ligação se expressa na justificativa do expansionismo como algo natural e inevitável, numa sociedade que progride, gerando uma teoria que legitima o imperialismo bismarckiano. Também sua visão do Estado como um protetor acima da sociedade vem no sentido de legitimar o Estado prussiano, onipresente e militarizado (MORAES, 2005: 69-71).

Ainda de uma forma que pode ser classificada como determinista e imperialista, utilizando a noção de progresso para justificar o expansionismo territorial do Estado bismarckiano, a contribuição de Ratzel consistiu em estabelecer o elo entre as dimensões natural (física) e política (estatal) do território, “se aproximando daquela que, valorizando a dimensão econômica, vê o território como fonte de recursos para a reprodução da sociedade” (HAESBAERT, 2012: 66).

Outro autor cujo pensamento reforçou o caráter político do território é Jean Gottman, para quem “no mundo ‘compartimentado’ da Geografia, ‘a unidade política é o território’. (...) Ou seja, o caráter político-administrativo do território permanece sua característica fundamental” (HAESBAERT, 2012: 67). Autores como Claude Raffestin e Robert Sack seguem na mesma direção, permitindo afirmar que “parece haver um consenso de que a dimensão política, para além de sua perspectiva jurídica e estatal, é a que melhor responde pela conceituação de território” (HAESBAERT, 2012: 68).

Segundo Antonio C. R. Moraes (2000) a formação do território é entendida a partir do resultado empírico do processo abstrato de valorização do espaço que o qualifica pelo seu uso social, pressupondo a apropriação e o domínio (portanto em uma perspectiva econômico-material e política), enquanto Ruy Moreira (2011) utiliza a ideia de “recorte” na conceituação de território, ao afirmar que “cada recorte de espaço é um território” (MOREIRA, 2011: 80).

Alecsandro J. P. Ratts, em sua pesquisa sobre os territórios negros e indígenas no Ceará, trabalha “com noções de fronteira e território adaptando-as da geografia política onde estão comumente referidas a processos regionais ou nacionais, principalmente à formação do Estado-Nação” (RATTS, 1996: 15-16) e considera “o processo de territorialização como uma das questões nodais na abordagem do

‘aparecimento’/‘descoberta’ de agrupamentos étnicos, ou seja, a constituição (política) de territórios étnicos” (RATTS, 1996: 16).

Por sua vez, Rogério Haesbaert (2012) procura chegar a uma definição mais abrangente para esse conceito, atribuindo-lhe um sentido relacional, “dotado de dinamicidade, fluidez e conectividade” (STEINBERGER, 2013: 72), ao contrapor uma visão do território enquanto coisa (território como “palco”, dicotomizado em relação à sociedade) e enquanto relação (território como mediação das relações sociais). Ratts segue uma linha de pensamento semelhante, quando afirma que “a territorialização se insere numa ‘problemática relacional’, consequentemente, num campo de poder onde as fronteiras merecem uma reflexão específica” (RATTS, 1996: 16).

Entretanto, afirmar o sentido relacional do território implica perceber “que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões” (HAESBAERT, 2011: 56). Em sua crítica a Raffestin, Marcelo José Lopes de Souza se aproxima de Haesbaert e Ratts, quando afirma: “Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território *não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (SOUZA, 1995: 97). Desse modo, é possível verificar que o conceito de território é cercado por uma grande polissemia, no âmbito do seu emprego teórico pelas diferentes disciplinas e áreas do conhecimento.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (...); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2012: 37).

À polissemia de caráter teórico, soma-se a polissemia do seu uso pelos agentes estatais, pelas empresas e pelo público em geral. Desse modo, o conceito de *território quilombola* remete tanto às práticas concretas das comunidades e dos movimentos

quilombolas, como aos discursos e às ações dos órgãos de Estado e ao debate acadêmico. Segundo Haesbaert (2012: 40), as concepções teóricas de território podem possuir as seguintes vertentes:

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou **jurídico-política** (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado; **Cultural** (muitas vezes culturalista) ou **simbólico-cultural**: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; **Econômica** (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo (grifo nosso).

A partir dessas vertentes, acrescentam-se duas possibilidades, a *perspectiva idealista* e a *perspectiva materialista*. A primeira delas, mais comum à Antropologia e às correntes denominadas pós-modernas, busca compreender os significados simbólicos e subjetivos e as identidades culturais associadas ao território, a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve. “Ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território” (HAESBAERT, 2012: 74).

A partir dessa abordagem, o território é concebido como um espaço de referência cultural, qualificado de acordo com os significados atribuídos a ele por um dado grupo social, onde “diversas territorialidades exercitam-se, sobrepondo-se num mesmo espaço” (MORAES, 2000: 21). No caso das comunidades quilombolas, “as demarcações de identidade e a elaboração da auto-imagem sugerem uma ‘problemática territorial’ que não se reduz à ‘questão da terra’ – de posse e de propriedade – pois remete a apropriação do espaço no sentido amplo proposto por Raffestin” (RATTS, 1996: 17).

Por sua vez, a perspectiva materialista possibilita abranger a materialidade (natural e social) do território e permite a abordagem das relações econômicas de produção e da estrutura fundiária, por exemplo. Haesbaert (2012) admite que o território contenha sempre uma dimensão material e uma dimensão simbólica, de acordo com a “perspectiva integradora” por ele proposta, segundo a qual o território “(...) não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural.

Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais” (HAESBAERT, 2012: 75).

A perspectiva integradora proposta por Haesbaert parece atender ao recorte e às problemáticas surgidas a partir de nosso tema de pesquisa. De fato, o estudo dos territórios quilombolas, de modo geral, deve deixar explícita a dimensão política envolvida no reconhecimento, na demarcação e na titulação dos territórios pertencentes às comunidades negras⁸⁶, como procuramos demonstrar a partir do conceito de “compartimento quilombola”, que compreende a delimitação dos territórios quilombolas dentro do escopo mais amplo do território nacional e seus entes federativos (SILVA, 2010). Do mesmo modo, a construção política das normas voltadas para o ordenamento territorial, a regularização fundiária e a execução de políticas públicas voltadas para quilombos é permeada por conflitos, embates e contradições, reproduzindo os antagonismos presentes na política como um todo.

Por outro lado, somente a dimensão política não é suficiente para a compreensão dos territórios quilombolas. O próprio reconhecimento dessas comunidades e dos seus diferentes usos do território, tem como base a identidade com o território ocupado (portanto, em uma perspectiva cultural ou idealista) e as relações com os recursos da natureza (água, florestas, biodiversidade), enquanto meio de sobrevivência e condição de reprodução da cultura tradicional (ou seja, o território enquanto materialidade e fonte de recursos a partir do “meio natural”). Por sua vez, o fato de as comunidades garantirem sua subsistência e produzirem para o mercado, ao terem garantido o acesso a terra, define o caráter econômico dos seus territórios.

Desse modo, propomos que o estudo da configuração e do uso do território nos recortes territoriais representados pelos compartimentos quilombolas, deve partir de uma perspectiva integradora e relacional. “Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço” (HAESBAERT, 2012).

⁸⁶ “As formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra, mas a territorialidade se manifesta também em diversos outros contextos sociais” (HAESBAERT, 2012: 87). Além da propriedade privada, citada pelo autor, os territórios quilombolas encaixam-se perfeitamente nessa definição, enquanto “propriedades coletivas”, cujo reconhecimento possui uma forte base jurídica, de fundamentação constitucional (Artigo 68 do ADCT, regulamentado pelo Decreto N° 4.887/2003), que prevê a titulação direta das terras devolutas e a desapropriação de áreas particulares, para fins de titulação coletiva em nome das associações comunitárias quilombolas.

Nessa leitura, cabe também destacar que o território é construído a partir de uma perspectiva relacional, “visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, de relações de poder⁸⁷” (HAESBAERT, 2012: 80). O sentido relacional do território é reforçado pelo fato “de que o poder não é um objeto ou coisa, mas uma relação, e que esta relação, ainda que desigual, não tem um ‘centro’ unitário de onde emana o poder” (HAESBAERT, 2012: 83-84).

Retomando o “embate” entre as perspectivas “materialista” e “idealista”, que contrapõe as dimensões materiais e imateriais do território, apresentam-se duas leituras possíveis: de um lado, a admissão da existência efetiva, concreta e delimitável do território, como fato real cuja existência é dada; de outro, a visão de que o território é unicamente uma noção teórica, um instrumento de análise, cuja delimitação (física e cultural) não pode ser realizada na prática. Para Haesbaert (2012: 91), o território comporta ambas as dimensões, a concretude e a abstração: “Assim como não é simplesmente fruto de uma descoberta frente ao real, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma mera invenção”.

Delimitar e analisar a configuração e o uso do território a partir da perspectiva integradora e relacional – portanto, enquanto mediação espacial do poder – implica o reconhecimento de que o território é um resultado “da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política” (HAESBAERT, 2012: 93).

A perspectiva integradora permite uma leitura mais totalizante do território, apontando “uma imbricação das múltiplas relações de poder entre sociedade, natureza, política, economia, cultura, materialidade e idealidade, todas em um permanente interação espaço-tempo” (STEINBERGER, 2013: 72). Desse modo, propomos a definição do território enquanto expressão das relações de poder, base de recursos naturais, expressão material das relações econômicas e construído a partir de referências simbólico-culturais, o que significa assumir “que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma

⁸⁷ “1. O poder não se adquire: é exercido a partir de inúmeros pontos; 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes e elas; 3. O poder [também] vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados (RAFFESTIN, 1993: 53).

dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política” (HAESBAERT, 2012: 74).

Para dar conta dos aspectos políticos, econômicos e culturais presentes no território quilombola, conforme exposto, é necessária uma perspectiva abrangente, que incorpore a concepção de espaço como um híbrido, formado a partir da interação sociedade-natureza e possuindo dimensões políticas, econômicas e culturais. “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2012: 79), o que permite compreender a relação da comunidade com o território e a garantia dos seus direitos territoriais nos sentidos político, econômico e simbólico-cultural.

O trabalho de Maria Inês Ladeira (2008), embora voltado para o espaço geográfico dos povos indígenas Guarani-Mbya, também fornece elementos para uma reflexão crítica sobre o significado dos territórios quilombolas, no contexto das relações estabelecidas com o Estado. Sobre os territórios indígenas, a autora afirma:

Considerando que o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas, e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado, conclui-se que os territórios e as terras indígenas são espaços dominados que, inevitavelmente, forçam os índios a firmar um pacto eterno de dependência com o Estado (LADEIRA, 2008: 84).

Do mesmo modo, o conceito de território também não é originado dos grupos quilombolas, assim como a demarcação dos seus territórios em muitos casos não corresponde plenamente ao território usado de forma ancestral, desde há muitas gerações e, portanto, necessário à reprodução física e cultural das comunidades. Devem ser pontuadas as devidas ressalvas relativas às diferenças étnicas e culturais entre indígenas e quilombolas: os primeiros descendem dos povos originários do continente americano, enquanto os quilombolas descendem dos africanos trazidos forçadamente para o trabalho escravo.

Alguns povos indígenas, como os Guarani, caracterizam-se pela perambulação por um amplo espaço – abrangendo vários países, dentre eles o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, como parte de sua cultura e suas práticas (espaciais) ancestrais (LADEIRA, 2008) – o que atribui outro significado à delimitação material (portanto circunscrita e fruto da racionalidade ocidental) dos territórios indígenas, em comparação

aos quilombolas. Por isso, ao chamar a atenção para o exemplo dos Guarani, interessa demonstrar as semelhanças com os compartimentos quilombolas no que se refere às relações com o Estado, no processo de delimitação dos territórios.

Como temos ressaltado, os territórios quilombolas, assim como as terras indígenas, se inserem de forma mais ampla (política, histórica, econômica e social) no contexto do ordenamento do território nacional⁸⁸. Sobre esse aspecto, o trabalho de Raffestin aborda o problema da discriminação espacial que, associada à imposição de uma parcela restrita de território pelos atores hegemônicos, aos grupos subalternizados, pode em muitas situações ser ocultada.

(...) numa sociedade multirracial ou multiétnica, há, potencialmente, todo um conjunto de dispositivos possíveis para que um grupo aumente seus trunfos, em detrimento de outros grupos (...). Uma primeira discriminação pode ser de natureza espacial. O grupo A (majoritário) pode impor ao grupo B (minoritário) uma localização determinada, uma certa região do território, um bairro específico na cidade, etc. (...) as relações do grupo B com o espaço são determinadas pelo grupo A. Essas relações não são autônomas e as coisas se passam como se fronteiras invisíveis fossem traçadas em torno do grupo B. (...) Trata-se, portanto, de uma relação dissimétrica com o espaço; relação imposta do exterior pelo grupo A, que disso tira todas as espécies de vantagens, uma vez que limita a concorrência do grupo B na maior parte do território. Pode-se também imaginar, por diversas razões, que o grupo B imponha a si mesmo uma localização precisa, de maneira a conter a empresa do grupo A, para resistir a uma eventual perseguição (RAFFESTIN, 1993: 132).

Tal situação, que Raffestin descreve de maneira geral, mas que possui correspondência com as situações reais, caracteriza as contradições que acompanham a delimitação, no âmbito da ação do Estado, dos territórios de ocupação tradicional, através das políticas e legislações quilombolas e indigenistas⁸⁹ que nada mais são que normas de uso do território voltadas para delimitar e regular esses compartimentos de legislação especial (SILVA, 2010).

⁸⁸ “A emergência dos grupos étnicos no Brasil, constitui uma questão que não foi avaliada em sua complexidade. O processo de demarcação das terras indígenas não avançou apesar da pressão dos movimentos indígena e indigenista pelo cumprimento de alguns direitos dos índios incluídos na Constituição Federal de 1988. A relação índio-terra tem sido vista de forma limitada tanto pelo órgão estatal – a FUNAI – quanto por setores do movimento indigenista. A identificação de agrupamentos negros, principalmente dos ‘remanescentes de quilombos’, também contemplados na atual Constituição, privilegia a relação identidade-terra. A representação do Brasil como ‘um país em construção com uma formação territorial inconclusa é uma imagem apropriada, visto que, por todo o território nacional, agrupamentos negros têm sido identificados e diversas terras indígenas não foram nem mesmo delimitadas” (RATTS, 1996: 190-191).

⁸⁹ “O ato demarcatório, em si, implica uma nova relação dos índios com a terra que ocupam e o alijamento das comunidades, do processo como um todo, e também contribui para inviabilizar a proteção pretendida e definida pela legislação indigenista” (LADEIRA, 2008: 88).

A contradição principal vem do fato de que a delimitação desses territórios pelo Estado, que implica em formas de subordinação e confinamento, atualmente é a principal possibilidade de preservação dos grupos etnicamente diferenciados, sua cultura, seus hábitos, seus costumes e suas línguas e dialetos, assim como de garantia de autonomia econômico-produtiva e soberania alimentar.

Não é incomum tais grupos e seus territórios (inclusive aqueles que já obtiveram reconhecimento, demarcação e/ou titulação por parte do Estado) se verem ameaçados, seja por empreendimentos como hidrelétricas, mineradoras e estradas, unidades de conservação, ou pelo avanço do desmatamento e do agronegócio e da grilagem de terras, financiados com recursos públicos nacionais e pelo capital privado nacional e estrangeiro⁹⁰. Nesse contexto, a delimitação dos territórios quilombolas e indígenas se apresenta como uma solução concreta, porém contraditória, para impedir o desaparecimento desses povos e garantir a sua sobrevivência. Por outro lado, afirma Ladeira

Os grupos indígenas – sobretudo os do Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste – cujas Terras insuficientes os levam a compartilhar territórios com outras sociedades, acabam se inserindo em uma rede maior de relações. Por seu lado, os índios Guarani-Mbya, que se enquadram nesse contexto, estabeleceram suas próprias redes a partir de sistemas de ações que envolvem seus *tekoa* (aldeias), superando distâncias geográficas e administrações oficiais. (...) a vinculação do significado de território aos limites da terra demarcada desloca-a de seu próprio contexto territorial. Essa ilusão induzida, de a terra se consistir em território indígena, leva a sociedade nacional a crer na necessidade de ainda maior confinamento das populações indígenas no interior das terras demarcadas e ao desconhecimento eficaz da existência de outras territorialidades (LADEIRA, 2008: 86-87; 88-89).

⁹⁰ No estado de Minas Gerais, em 2010, segundo o portal de notícias *Repórter Brasil*, “(...) a disputa envolve o grupo canadense Kinross. Em ação cautelar, a Procuradoria da República de Patos de Minas (MG) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) questionam o licenciamento ambiental do projeto de expansão de uma empresa do grupo canadense, a Rio Paracatu Mineração. A empresa pretende triplicar a sua capacidade de produção de ouro. A expansão exigirá uma nova barragem de resíduos que precisa ser instalada nas terras da Comunidade Machadinho. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a barragem trará impactos também para as comunidades de Amaros e São Domingos. O processo de votação do licenciamento foi suspenso, em abril, após o pedido liminar ter sido deferido. Mas a empresa ingressou com recurso e conseguiu uma decisão favorável que cassou a anterior. A ação principal ainda aguarda sentença na primeira instância. Sem seus territórios garantidos, os quilombolas convivem com a insegurança cotidiana, tendo em vista os conflitos com fazendeiros e grandes empresas, a grilagem da terra, a construção de barragens ou empreendimentos (...). Sem o título, os riscos de perda do território, ou parte dele, são grandes. E com um território diminuto, tais comunidades sofrem com a falta de espaço para a reprodução de seu modo de vida, de suas atividades econômicas e práticas sociais”. Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2010/05/incra-nao-cumpre-meta-e-titula-2-territorios-quilombolas-em-2009/>, acesso em 24/03/15.

Ratts (1996) também faz referência a essa ampliação da rede de relações dos grupos indígenas no Ceará, o que leva suas territorialidades a abranger uma área muito maior que aquela circunscrita pelos territórios oficialmente demarcados:

A constituição de um movimento indígena, no Ceará, amplia as redes de relacionamento dos grupos envolvidos. Nessa mobilização, os Tremembé retomam parte dos vínculos com seus parentes revestindo-o com um discurso indígena. Utilizando “novos” meios e métodos – a imprensa, a pressão sobre políticos, a articulação indígena regional e nacional – estendem seu território para além de Almofala. Diversos espaços são apropriados, inclusive “a cidade”: Fortaleza passou a ser um *locus* privilegiado da mobilização indígena e Brasília é incorporada nessa mesma perspectiva. Os Tremembé têm consciência de que não enfrentam apenas questões locais. No conjunto, os índios do Ceará se consolidaram como grupo étnico, ou seja, exercem uma atuação política (RATTS, 1996: 187).

Os apontamentos de Ratts permitem afirmar que, quando pensamos os compartimentos quilombolas a partir de uma perspectiva “integradora”, “relacional”, “ampla” e “totalizante” do território, isso nos leva a entender que a territorialidade desses grupos não se encerra nos territórios delimitados a partir da ação do Estado. Em nenhuma hipótese é possível admitir que a vida dos sujeitos que vivem nessas comunidades seja confinada aos limites oficialmente demarcados.

Os grupos quilombolas podem estabelecer redes de relacionamentos que englobam diversos pontos do território (nas escalas municipal, regional, estadual, nacional até mesmo internacional), por meio de relacionamentos familiares, migrações, vínculos empregatícios, articulações políticas e até mesmo da inevitável relação com o Estado, como pudemos observar ao longo da pesquisa.

Ao abordarmos os territórios quilombolas a partir de uma perspectiva ampla, portanto, consideramos adequada a noção de *uso do território*, que se aproxima da idéia de espaço habitado, ao abranger a materialidade e a vida indissociável dela. Segundo Marília Steinberger, “o espaço geográfico é o território sendo utilizado. Porém, analisar o espaço pela ótica do território usado é trazer o foco para os agentes que usam o território e, dessa forma, produzem o espaço” (STEINBERGER, 2013: 74). Segundo Santos e Silveira, “o uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 21).

O território é usado por todos os agentes, independente do poder de que dispõem. As diferenças se estabelecem entre os *agentes hegemônicos* e os *agentes hegemonzados*: os primeiros possuem maior capacidade para utilizar plenamente os sistemas de engenharia (transporte, comunicação, produção e controle) incorporados ao território, e moldá-lo de acordo com os seus interesses; os segundos não são capazes de utilizar todos os sistemas de engenharia, ou os utilizam de maneira limitada, subordinada, portanto mais lenta e com uma menor capacidade de ação (STEINBERGER, 2013).

Os agentes hegemônicos são os Estados, as instituições financeiras e as empresas globais, para os quais o território é visto principalmente (mas não exclusivamente) como recurso e em cujos usos predominam as verticalidades, enquanto os agentes hegemonzados são o conjunto da população, as empresas menores, os camponeses e os compartimentos de legislação especial baseados na diferença étnica (indígenas e quilombolas), para os quais o território também é usado como recurso, mas principalmente como abrigo, predominando as horizontalidades (SANTOS, 2014). Desse modo, o conceito de território (em sentido amplo, integrado e relacional) e mais propriamente o de “uso do território”, nos parece fundamental no estudo dos compartimentos quilombolas, pois permite diferenciar os atores e os usos hegemônicos e hegemonzados. No período técnico-científico-informacional, o uso do território é comandado pela capacidade de produzir, utilizar e disseminar a informação. Segundo Santos e Silveira,

(...) o território é usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, e tais características definem um novo meio geográfico. Tanto sua constituição como seu uso exigem, todavia, parcelas volumosas de informação que se distribuem segundo métricas diversas. A natureza dessa informação e sua presença desigual tampouco é alheia a esses conteúdos científico-técnicos. Estaríamos autorizados, por isso, a entender a informação como um recurso, com áreas de abundância e áreas de carência. (...) são os seus produtores e possuidores – empresas, Estado, sociedade – que vão decidir os seus usos (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 93-94).

Podemos supor que a informação sempre foi indispensável para o uso do território e as relações das sociedades humanas com o meio. Em todas as civilizações, se fez e se faz necessário um conhecimento da localização dos recursos da natureza (água, plantas, minérios, animais, áreas secas e pantanosas, por exemplo) para que os grupos humanos pudessem obter sua subsistência a partir da relação com o meio onde

habitavam, assim como de outros povos e civilizações com os quais fosse possível estabelecer relações comerciais. “Em períodos anteriores, os sistemas de engenharia eram imaginados para responder às necessidades do lugar e, de fato, assim funcionavam. Sua escala de projeto era mais frequentemente regional” (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 101).

Nos primórdios da Geografia moderna, Vidal de La Blache deu a essa relação o nome de “gênero de vida”, sustentando que a Geografia era uma “ciência dos lugares e não dos homens” (MORAES, 2005). Igual importância possuía a circulação da informação e os agentes que a detinham. Como exemplo, no início da colonização das Américas, quando nem o telégrafo ainda havia sido inventado, uma ordem vinda da metrópole colonial poderia demorar meses para chegar à capital da colônia, e levava um tempo ainda maior para se difundir no “território colonial”, pois os meios de produção, circulação, armazenagem e difusão da informação ainda eram pré-técnicos.

No mundo contemporâneo, a informação se torna mais do que nunca indispensável às ações, tanto as hegemônicas como as hegemônicas, situação que caracteriza o meio técnico-científico-informacional⁹¹ (SANTOS e SILVEIRA, 2008). Os objetos técnicos contemporâneos já nascem carregados de um forte conteúdo de informação, sem as quais seu funcionamento não se efetiva, sendo, eles próprios, informação. “Sem dúvida, tudo se informatiza, mas no território esse fenômeno é ainda mais notável, uma vez que o trato do território supõe o uso da informação, que está presente também nos objetos” (SANTOS, 2005b: 38).

A informação pode ser produzida e difundida em tempo real, graças aos sistemas técnicos (satélites, fibra ótica, informática, telefonia, televisão, rádio, eletrificação) amplamente difundidos no território. Nesse sentido, “(...) os sistemas de engenharia são projetados e construídos em forma integrada, na intenção de promover a convergência de certos agentes e de certas regiões. Esses grandes sistemas técnicos fornecem as condições para que outras técnicas funcionem” (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 101).

⁹¹ “Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 2005b: 38).

Todavia, nem todos os agentes e nem todos os lugares dispõem igualmente das condições de produzir, transmitir e acessar globalmente a informação. A informação se torna assim privilégio e segredo, pois é o sustentáculo do agir contemporâneo e, desse modo, do poder. Por isso, a difusão da informação e dos sistemas de informação é territorialmente seletiva. O controle privilegiado da informação é assim monopólio das corporações, dos Estados mais poderosos, das universidades e centros de pesquisa de ponta e das grandes agências de notícias (SANTOS, 2014; SANTOS e SILVEIRA, 2008). De forma mais ampla, a difusão do meio técnico-científico-informacional se dá de forma seletiva no território brasileiro, caracterizando-se pela formação de uma

“(...) *região concentrada*, que abrange, *grosso modo*, os estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), além de São Paulo e Rio de Janeiro, e parcelas consideráveis do Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo. Trata-se de uma área contínua, onde uma divisão do trabalho mais intensa que no resto do país garante a presença conjunta das variáveis mais modernas – uma modernização generalizada – ao passo que, no resto do país, a modernização é seletiva, mesmo naquelas manchas ou pontos cada vez mais extensos e numerosos onde estão presentes grandes capitais, tecnologias de ponta e modelos elaborados de organização (SANTOS, 2005b: 42-43).

Nas regiões Sudeste e Sul, a urbanização, a cientifização da agricultura, a presença de centros de pesquisa e ensino superior, a maior densidade de rodovias, ferrovias e bases materiais das telecomunicações e da teledetecção como que reduzem, na produção, a ação direta sobre a natureza, substituída em larga escala pela ação do trabalho sobre o trabalho, isto é, do trabalho vivo sobre o trabalho morto. Com maior intensidade que em outras áreas do país, a esfera técnico-científica espalha-se, substituindo os escassos interstícios de um meio natural e as amplas manchas dos sucessivos meio técnicos (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 103).

Entretanto, mesmo dentro da “Região Concentrada”, a difusão do meio técnico-científico-informacional não é homogênea, permitindo diferenciar regiões até mesmo dentro dos estados, o que se deve tanto à menor atratividade, para o capital, de alguns lugares e pontos do território, como também às resistências muitas vezes exercidas pelos agentes hegemônicos, que correspondem a “modos de resistência à homogeneização da *psicoesfera*”⁹², fundados em formas regionais de viver e de fazer convivendo com os novos padrões de comportamento de gosto, típicos da globalização”

⁹² “As necessidades de informação, inerentes à presença do meio técnico-científico e exigidas por sua operação, fazem com que, ao mesmo tempo em que se instala essa tecnoesfera, haja a tendência paralela à criação de uma *psicoesfera* fortemente dominada pelo *discurso dos objetos, das relações que os movem e das motivações que os presidem* (...), fornecendo regras objetivas da racionalidade ou do imaginário, palavras de ordem cuja construção frequentemente é longínqua. Ela é local pelas pessoas sobre as quais se exerce, mas constitui o produto de uma sociedade bem mais ampla que aquele lugar, e cuja inspiração e leis têm dimensões ainda mais complexas” (SANTOS, 2005b: 50 [grifo nosso]).

(SANTOS e SILVEIRA, 2008: 103 [grifo nosso]). Dentre essas “*formas territorializadas de resistência*”, originadas dos lugares, dos seus saberes, da sua história e das suas tradições, podem ser incluídas as comunidades quilombolas e sua luta pela manutenção do modo de vida ancestral em seus territórios.

3.3. Os Territórios Quilombolas no Brasil

Conforme apresentado no Capítulo I, os quilombos surgiram em todas as regiões brasileiras onde houve escravidão, seja através da fuga, da ocupação de terras devolutas, das doações de terras a escravos alforriados ou da concessão de terras pelo Estado, em troca de serviços prestados. Como também já afirmamos, consideramos mais apropriadas as terminologias “*comunidades rurais negras*” e “*territórios quilombolas*” – para designar tais grupos e seus respectivos espaços de referência – pois permitem abranger o conjunto das situações de ocupação de frações do território por comunidades afrodescendentes.

Do mesmo modo, não é demais repetir brevemente os dados apresentados na Introdução: em 2012 a SEPPIR contabilizava 2.197 territórios quilombolas reconhecidos pelo Estado brasileiro, distribuídos em 24 estados da federação, com exceção de Acre, Roraima e Distrito Federal (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SEPPIR, 2013: 9), conforme o “Mapa 5 – Brasil: municípios com ocorrência de territórios quilombolas, 2006” e o “Mapa 6 – Brasil: quantificação dos remanescentes de antigos quilombos por município, 2000” (ANJOS, 2006; 2005), enquanto Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (2006) apresenta uma listagem na qual constam 2.842 comunidades identificadas⁹³.

⁹³ A metodologia de levantamento estatístico e cartográfico da distribuição nacional dos territórios quilombolas, apresentada por Anjos (2005), utiliza “(...) como referência espacial para o mapeamento dos dados o município com ocorrência de comunidades remanescentes. A Divisão Municipal do IBGE de 1997 foi a principal base cartográfica do estudo. (...) A estruturação da base de informações para identificar e mensurar os dados da distribuição dos remanescentes de quilombos em cada estado brasileiro foi feita por método secundário. É relevante frisar que não se tratou de um censo e nem de um levantamento exaustivo da situação. Procuramos montar um quadro do panorama da situação, um retrato com dados oficiais sistematizados. Esse processo de trabalho teve quatro referências fundamentais, a saber: 1. Utilização do Mapa Preliminar dos Remanescentes de Quilombos do Brasil, elaborado por Anjos (1997) para a Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura. 2. A realização de um levantamento e complementação dos dados nas sedes da Procuradoria-Geral da República de cada estado do Brasil. 3. Checagem dos dados existentes e levantamento nas universidades brasileiras. 4. Levantamento com a colaboração das principais entidades negras organizadas do país, particularmente com as representações do MNU”. (ANJOS, 2005: 39-41).

Mapa 5 – Brasil: municípios com ocorrência de territórios quilombolas, 2006

Fonte: ANJOS, (2006: 57).

Comparando as localizações dos municípios com ocorrência de territórios quilombolas, apresentados no Mapa 5, com os contextos de surgimento das comunidades das quais obtivemos informações e faremos concisas referências neste capítulo, é possível afirmar que os escravos fugidos procuravam com frequência os sertões (principalmente na Região Nordeste), áreas situadas ao longo de importantes vias fluviais (como o rio São Francisco), ou próximas às cabeceiras e divisores de águas, principalmente no Brasil Central. Era comum que os quilombolas fugissem seguindo os cursos dos rios, indo parar nas áreas de cabeceiras, geralmente chapadas,

espigões ou serras de difícil acesso, nas quais conseguiam melhor refúgio contra as investidas de bandeirantes, capitães-do-mato e demais forças repressoras.

Além disso, durante séculos essas áreas permaneceram sem ser efetivamente incorporadas pelos grandes ciclos econômicos, favorecendo a sua ocupação não somente por quilombolas, mas também por homens livres que não possuíam títulos de propriedade. Por outro lado, nos casos em que os proprietários doaram ou abandonaram as terras, a localização atual dos territórios quilombolas pode ter maior coincidência com as áreas de ocorrência dos principais ciclos econômicos.

Mapa 6 – Brasil: quantificação dos remanescentes de antigos quilombos por município, 2000

Fonte: ANJOS (2005: 87).

Cabe também retomar os dados gerais, que apontam que os territórios quilombolas ocupam uma área aproximada de mais de 30 milhões de hectares (ALMEIDA, 2004), contabilizando em 2012 um total de 214 mil famílias e 1,17 milhões de quilombolas em todo o Brasil, sendo que das 2.197 comunidades reconhecidas e contabilizadas pelo Estado brasileiro, até 2014 somente 229 haviam obtido a titulação integral dos territórios ocupados, totalizando 171 Títulos emitidos pela FCP, INCRA e/ou pelos órgãos fundiários estaduais sobre uma área de 1.015.560, 668 hectares, distribuídos entre 13.249 famílias em todo o país (INCRA, 2014). As concentrações mais expressivas, com relação ao número de comunidades, famílias e área ocupada, ocorrem nos estados do Pará, Maranhão e Bahia, conforme pode ser visualizado nos Mapas 5 e 6. A “Tabela 5 – Brasil: Títulos Expedidos para Territórios Quilombolas, sua constituição, número de famílias, área total (ha) e órgãos expedidores, 1995-2014” indica quais comunidades foram tituladas, os estados onde se localizam, a área total, o número de famílias e o órgão responsável, por ano, no intervalo de 1995 a 2014.

Tabela 5 – Brasil: Títulos Expedidos para Territórios Quilombolas, sua constituição, número de famílias, área total (ha) e órgãos expedidores, 1995-2014*

Ano	Títulos expedidos	Territórios Quilombolas	Nº de famílias	Área total (ha) **	Órgãos expedidores
1995	1	Boa Vista (PA)	112	1.125	INCRA
1996	2	Água Fria, Pacoval de Alenquer (PA)	130	8.030	INCRA
1997	1	Trombetas (PA)	138	80.887	ITERPA; INCRA
1998	2	Itamaoari, Erepecuru (PA/1º Título)	187	62.962,5	INCRA
1999	8	Mangal e Barro Vermelho (BA/1º Título), Campinho da Independência (RJ), Abacatal-Aurá (PA), Eira dos Coqueiros, Mocarongo, Santo Antônio dos Pretos (MA), Curiaú (AP), Barra do Brumado (BA)	824	8.734,86	INTERBA/ FCP; SEHAF; ITERPA ITERMA; FCP CDA/FCP
2000	15	Cabeceiras, Gurupá, Maria Ribeira (PA), Erepecuru (PA/2º Título), Castainho, Conceição das Crioulas (PE), Furnas da Boa Sorte (MS/1º Título), Furnas do Dionísio (MS),	3.357	560.358,9	FCP; ITERPA

		Kalunga (GO), Mangal e Barro Vermelho (BA/2° Título), Mata Cavalo (MT), Mocambo (SE), Porto Coris (MG), Rio das Rãs (BA), Santana (RJ)			
2001	4	Porto dos Pilões, São Pedro, Maria Rosa (SP), Laranjituba e África (PA/1° Título)	151	13.960,6	ITESP; ITERPA
2002	12	Camiranga, Ilhas de Abaetetuba, Bailique, Jurussaca, Santa Rita de Barreiras, Santa Fé e Santo Antônio, Igarapé Preto, Narcisa, Guajará Miri, São José de Icatu (PA), Jenipapo (MA)	1.872	39.382,2	ITERPA; INCRA; ITERMA
2003	7	Ivaporunduva (SP/1° Título), Pedro Cubas (SP), Santa Maria de Mirindeua, Santo Cristo, Alto Trombetas, Itacoã Miri (PA), Jamarý dos Pretos (MA/1° Título)	719	93.323,7	ITESP; ITERPA; ITERMA
2004	2	Bela Aurora, Paca e Aningal (PA)	54	3.694,5	INCRA
2005	7	Nossa Senhora da Conceição, Santa Maria do Traquateua, São Manuel (PA), Altamira, Jamarý dos Pretos, Olho D'Água do Raposo, São Sebastião dos Pretos (MA)	513	13.421,6	ITERPA; ITERMA
2006	19	Conceição do Macacoari (AP), Furnas da Boa Sorte (MS/2° Título), Pau D'Arco e Parateca (BA), Queluz, Santa Isabel, Cipó, Imbiral, Rio dos Peixes, Santana, Santo Inácio, Usina Velha, Bom Jesus, Lago Grande, Juçaral/Santa Helena (MA), Olho D'Água dos Pires, Sítio Velho (PI), Carananduba, Centro Ouro, Jacunday (PA)	1.625	33.476,9	INCRA; ITERMA; IDATERRA; SPU; INTERPI/ INCRA ITERPA
2007	5	Galvão (SP), Jatobá (BA), Mel da Pedreira (AP), Volta do Campo Grande (PI), Porto Alegre (PA)	309	20.033,8	ITESP; SPU; INCRA; ITERPI/ INCRA; ITERPA
2008	16	Jacarequara, Macapazinho, Matias, Menino Jesus, Tipitinga, Moju-Miri, Ribeira do Jambu-Açu, Samaúma, 2° Distrito (PA), Abacatal-Aurá, Laranjituba e África (PA/2°	1.109	33.512,5	ITERPA; ITERMA; INTERPI/ INCRA

		Título), Campo Redondo, Cotovelo, Pedrinhas (MA), Fazenda Nova, Morrinhos (PI)			
2009	9	Família Silva (RS/1°, 2° 3° título), Chácara das Rosas (RS), Santa Rita do Vale (MA), Santa Luzia do Tracuateua, Sant'Ana de Baixo, São Sebastião, Tambaí-Açú (PA)	323	5.000	INCRA; ITERMA; ITERPA
2010	11	Nossa Senhora do Livramento, ARQUINEC, Itaboca-Quatro Bocas e Cacoal, Ramal do Piratuba, Santa Quitéria e Itacoãzinho (PA), Ivaporunduva (SP/2° Título), Jesus (RO), Casca (RS/ 1°, 2°, 3° e 4° Título)	657	17.034,5	ITERPA; INCRA
2011	14	Contenda, Santa Rosa e Adjacências, Santa Rosa, São Manoel, Cajueiro, Aguiar, Carangueijo, Ferreira, Mucambo, Barreira, Bem Posta, Cutia e Cocal (MA), Colônia de São Miguel (MS), Preto Fôrro (RJ)	665	6.116,3	ITERMA; INCRA; ITERJ
2012	5	Chácara Buriti (MS), Mocambo (PA), Mocambo (SE/3° e 4°Título), Lagoa dos Campinhos (SE)	108	956,8	INCRA; ITERPA
2013	14	Terra da Liberdade (PA), Mocambo (SE/5° ao 14° Título), Lagoa dos Capinhos (SE/2° e 3° Título), Pirangi (SE)	232	12.698,7	INCRA
2014	17	Rincão dos Martinianos (RS/1° ao 4° Título), Jatobá (RN/1° ao 7° Título), Invernada dos Negros (SC/1° ao 3° Título), Conceição das Crioulas (PE/2° ao 4° Título)	157	1.119,7	INCRA
Total	171 Títulos; 130 Territórios; 229 Comunidades		13.249	1.015.560,668	-----

Fonte: INCRA (última atualização em 14/09/2014⁹⁴) e Comissão Pró-Índio de São Paulo, organizado por André Luís Gomes (2015).

* Para maiores detalhes, consultar a tabela “Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas”, elaborada pelo INCRA e disponível nos Anexos.

** Números arredondados.

⁹⁴ http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/titulos_expedidos.pdf, acesso em 23/03/15.

Cabe ressaltar que além das comunidades mencionadas na “Tabela 5 – Brasil: Títulos Expedidos para Territórios Quilombolas, sua constituição, número de famílias, área total (ha) e órgãos expedidores, 1995-2014”, que obtiveram a titulação de todo o território, a partir de 2012 as comunidades Cafundó (SP) e Invernada dos Negros (SC) foram as primeiras a serem beneficiadas por outra modalidade de acesso a terra, denominada “Concessão de Uso”, prevista na Instrução Normativa (IN) N° 57/2009 do INCRA⁹⁵ e que permite que as comunidades tenham acesso a terra para plantio e possam participar de projetos, políticas públicas e programas de crédito oferecidos pelo Estado antes que o processo de titulação chegue ao fim⁹⁶.

A Concessão de Uso é prevista nos casos em que os territórios quilombolas são demarcados pelo Estado sobre propriedades particulares, sobre as quais é aberto um Processo Administrativo (ao qual o proprietário tem direito a interpor recurso, em até três instâncias) para a sua desapropriação, cabendo ao proprietário direito à indenização, caso os seus títulos de propriedade sejam considerados válidos, por meio de estudo da cadeia dominial, cuja responsabilidade cabe ao órgão estadual de terras⁹⁷.

Como em muitos casos os territórios quilombolas se sobrepõem a mais de uma propriedade particular e dificilmente é possível efetuar todas as desapropriações ao mesmo tempo, a IN N° 57/2009 garante legalmente que as comunidades possam ter acesso às áreas desapropriadas, através de um contrato firmado com o INCRA, antes que sejam concluídas todas as desapropriações.

Desse modo, a comunidade Cafundó, representada pela Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó pôde obter a posse efetiva de uma área de 122 hectares (Fazenda Eureka/Gleba D) em 2012 e de outros 32,2 hectares

⁹⁵ Afirma o Art. 24 da IN N° 57/2009: “O Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade, devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas. § 1º. Incidindo as terras reconhecidas e declaradas nas áreas previstas nos arts. 19 [terras reconhecidas e declaradas de posse particular sobre áreas de domínio da União] e 20, aos remanescentes das comunidades de quilombos fica facultada a solicitação da emissão de **Título de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo**, quando couber e **em caráter provisório**, enquanto não se ultima a concessão de **Título de Reconhecimento de Domínio**, para que possam exercer **direitos reais sobre a terra que ocupam**. § 2º. A emissão de Título de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo não desobriga a concessão de Título de Reconhecimento de Domínio” (grifo nosso).

⁹⁶ Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2012/11/consciencia-negra-apanas-uma-comunidade-quilombola-foi-reconhecida-em-2012/>, acesso em 20/10/2014.

⁹⁷ Informações obtidas a partir da consulta ao Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento, Demarcação e Titulação do Território pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó) que tramita na Superintendência Regional do INCRA-SP.

(Sítio São Benedito/Gleba C) em 2013, totalizando 154,2 hectares de uma área total demarcada de 218 hectares. Por sua vez, a comunidade Invernada dos Negros obteve em 2013 a Concessão de Uso de 3 das 132 áreas que constituem o seu território, que abrange uma extensão total demarcada de aproximadamente 7.950 hectares, nos municípios de Campos Novos e Abdon Batista (SC)⁹⁸. Essa comunidade, formada por 83 famílias, enfrenta a ocupação de seu território pelas empresas de papel e celulose Iguaçu Celulose e Agro-Florestal Ibicui⁹⁹.

A “Tabela 6 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por região e estado, 2014”, o “Gráfico 3 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por região, 2014” e o “Gráfico 4 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por estado, 2014” quantificam os territórios identificados e os títulos emitidos por região e estado, a partir do cruzamento das informações disponibilizadas pelo INCRA (2014) com os dados apresentados por Anjos (2006).

Gráfico 3 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por região, 2014

Fonte: INCRA (2014) e Anjos (2006). Organizado André Luís Gomes (2015).

⁹⁸ Fonte: Fundação Cultural Palmares - <http://www.palmares.gov.br/?p=34348>, acesso em 24/03/15.

⁹⁹ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) - <http://www.cpis.org.br/acoes/html/jurisprudencia.aspx?LinkID=57>, acesso em 02/04/15.

Tabela 6 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos Emitidos por região e estado, 2014

Estados	Territórios identificados (ANJOS, 2006)	Total de títulos emitidos (INCRA, 2014)
Região Norte	442	60
Pará	403	56
Amapá	15	3
Tocantins	16	----
Rondônia	5	1
Amazonas	3	----
Região Centro-Oeste	131	5
Mato Grosso do Sul	25	3
Mato Grosso	73	1
Goiás	33	1
Região Sul	170	3
Santa Catarina	19	1
Paraná	8	----
Rio Grande do Sul	143	4
Região Nordeste	1724	54
Maranhão	734	37
Piauí	174	5
Ceará	79	----
Rio Grande do Norte	68	1
Paraíba	17	----
Pernambuco	102	2
Alagoas	52	----
Sergipe	29	3
Bahia	469	6
Região Sudeste	375	10
Minas Gerais	204	1
Espírito Santo	52	----
Rio de Janeiro	34	3
São Paulo	83	6
Brasil	2.842	132

Fonte: INCRA (2014) e ANJOS (2006). Organizado por André Luís Gomes (2015).

Gráfico 4 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por estado, 2014

Fonte: INCRA (2014) e Anjos (2006). Organizado por André Luís Gomes (2015).

Os dados presentes no “Gráfico 3 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por região, 2014”, no “Gráfico 4 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por estado, 2014” e na “Tabela 6 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por região e estado, 2014” demonstram a enorme discrepância entre o número de comunidades identificadas e de títulos emitidos pelo Estado brasileiro a essas comunidades, de 1988 até os dias atuais (portanto ao longo de 27 anos), em todos os estados e regiões do país.

A simples observação dos dados permite afirmar que a titulação de territórios quilombolas, da forma como tem sido efetivada pelo Estado brasileiro, se reveste de um caráter meramente simbólico, para não dizer irrisório, perante o montante de comunidades identificadas como quilombolas e portadoras dos direitos previstos pelo Artigo 68 do ADCT.

Os gráficos a seguir, produzidos a partir das informações da “Tabela 5 – Brasil: Títulos Expedidos para Territórios Quilombolas, sua constituição, número de famílias, área total (ha) e órgãos expedidores, 1995-2014”, ilustram a lentidão da ação do Estado no processo de titulação dos territórios quilombolas, no período que vai de 1995 a 2014. Reafirmamos que a garantia dos direitos territoriais previstos no Artigo 68 tem se

efetivado com notável morosidade, se levarmos em conta que são 2.842 comunidades que reivindicam a regularização dos seus territórios (ANJOS, 2006); que em 2015 completam-se 27 anos da promulgação do dispositivo constitucional e que até 2014 somente 171 territórios haviam sido titulados em todo o país, o que corresponde a aproximadamente 6% do total.

“Tal disparidade, assentada em critérios resultantes da interpretação jurídica do Artigo 68, inclui também a morosidade do aparelho jurídico estatal e o enfrentamento de grandes grupos empresariais” (SILVA, 2010: 51), conforme apontado no capítulo anterior. A leitura dos gráficos 5, 6 e 7, a seguir, permite observar respectivamente quantos territórios foram titulados, a área total e o número de famílias beneficiadas, por ano, no período 1995-2014.

Gráfico 5 - Brasil: número de territórios quilombolas titulados no período 1995-2014

Fonte: INCRA, 2014¹⁰⁰, organizado por André Luís Gomes.

¹⁰⁰ INCRA/Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas, disponível em <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/4463>, acesso em 29/03/2015.

Gráfico 6 – Brasil: área total do conjunto dos territórios quilombolas titulados no período 1995-2014

Fonte: INCRA, 2014¹⁰¹, organizado por André Luís Gomes.

Gráfico 7 – Número de famílias quilombolas beneficiadas pela titulação de territórios no período 1995-2014

Fonte: INCRA, 2014¹⁰², organizado por André Luís Gomes.

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² *Idem.*

Analisando os gráficos, nota-se que no período de 1995 a 2002, foram titulados 45 territórios quilombolas, abrangendo 775.441 hectares e beneficiando 6.771 famílias. No período de 2003 a 2010, foram titulados 76 territórios, abrangendo 206.089 hectares em benefício de 5.309 famílias, além do que em 2003 ocorreu a regulamentação do Artigo 68 pelo Decreto N° 4.887/2003 e demais normas complementares. No período de 2011 a 2014, foram titulados 50 territórios, equivalentes a 20.891 hectares e beneficiando 1.162 famílias.

Todavia, deve-se levar em conta que no ano 2000 a titulação da comunidade Kalunga, em Goiás, que possui um território de 253.191,72 hectares e 600 famílias, “puxou para cima” as estatísticas de áreas tituladas e famílias beneficiadas desse ano do período 1995-2002. Em termos de quantidade de títulos, sobressaiu-se o período de 2003 a 2010, no qual foram titulados 76 territórios. Porém, a dimensão das áreas tituladas e o número de famílias quilombolas contempladas durante o período 2011-2014 são irrisórios, quando comparados às estatísticas dos períodos anteriores.

De qualquer forma, é possível constatar que durante todo o período compreendido entre 1995 e 2014 não ocorreram grandes avanços na regularização dos territórios quilombolas, enquanto uma política de Estado associada a um programa mais amplo de ordenamento territorial. Nesse sentido, a ação do Estado tem adquirido um caráter mais assistencial e emergencial, sobretudo desde 2004, através da criação de programas como “Fome Zero”, “Bolsa Família”, “Luz Para Todos” e de tímidos investimentos em infra-estrutura, saneamento básico, educação e assistência técnica e extensão rural, no âmbito do Programa Brasil Quilombola, criado pelo Governo Federal em 2004 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SEPPIR, 2013).

Desse modo, torna-se compreensível a afirmação de lideranças do movimento quilombola de que, nesse ritmo, a titulação de todas as comunidades quilombolas irá demorar outros 300 anos, o mesmo período que durou a escravidão no Brasil. Para as comunidades, a regularização do território representa a possibilidade de se desenvolver com autonomia e garantindo a preservação de suas tradições e costumes, ao passo que as políticas assistenciais têm caráter imediatista, tendo em vista as precárias condições de vida dominantes na maioria das comunidades quilombolas. Além disso, a questão da garantia do acesso a terra às comunidades quilombolas se insere em um contexto mais

amplo, o da questão agrária brasileira, marcada pela concentração fundiária, pelas grilagens de terra, pelos conflitos e pela violência no campo¹⁰³.

Retomando os dados referentes às titulações ocorridas entre 1995 e 2014, cabe pontuar que nos casos das comunidades que ocupavam terras consideradas devolutas estaduais, os títulos podem ser emitidos pelos órgãos estaduais de terras, por meio das normas elaboradas pelos próprios estados, de modo que não é válido atribuir exclusivamente ao Governo Federal a responsabilidade pelo avanço ou pelo retrocesso na política de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Sendo assim, a “Tabela 7 – Brasil: títulos emitidos às comunidades quilombolas pelos órgãos federais e estaduais, segundo área e número de famílias, no período 1995-2014”, permite comparar o número de comunidades tituladas por órgãos federais e estaduais no período 1995-2014 e o “Gráfico 8 – Brasil: número de títulos emitidos por ano (Federal, Parceria, Estadual), 1995-2009” possibilita comparação semelhante, incluindo os títulos emitidos por meio de parceria entre órgãos federais e estaduais.

Tabela 7 – Brasil: títulos emitidos às comunidades quilombolas pelos órgãos federais* e estaduais, segundo área e número de famílias, no período 1995-2014

Período	Total de títulos	Área (ha)	Nº fam.	Títulos emitidos por órgãos federais	Área (ha)	Nº famílias	Títulos emitidos por órgãos estaduais	Área (ha)	Nº famílias
1995-2002	45	775.441	6.771	21	415.225,5	4.012	24	360.215,5	2.759
2003-2010	76	206.089	5.309	22	54.102,8	1.665	54	151.986,2	3.644
2011-2014	50	20.891,5	1.162	35	2.651,2	361	15	18.240,3	801
Total	171	1.002.391,5	13.242	78	471.979,5	6.038	93	530.442	7.204

* Incluindo a comunidade Cafundó, que obteve do INCRA a Concessão de Uso sobre 154 hectares em 2012 e 2013, mas ainda não recebeu o Título de Domínio sobre a totalidade da área demarcada.

Fonte: INCRA/Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas, disponível em <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/4463>, acesso em 03/04/2015. Org.: André L. Gomes (2015)

¹⁰³ Conforme afirma Márcia M. Menendes Motta: “(...) a despeito da importância de assegurar o direito a terra aos hoje chamados remanescentes de quilombos, isso é – de fato – uma tímida solução para um problema ainda maior e menos visível: a concentração fundiária do país. (...) O artigo 68 é uma política compensatória que sinaliza a possibilidade de que uma comunidade venha a ter assegurado o seu direito a terra, obscurecendo a dimensão maior do conflito. Terras de muitas e muitas comunidades pobres foram griladas, terras pertencentes à União também o foram. A constituição de 1988 não construiu mecanismo para a realização da reforma agrária, tampouco permitiu que os procedimentos contra a grilagem ficassem mais claros. Ao fazer isso, os parlamentares tomaram uma decisão política: mantiveram o padrão de desenvolvimento econômico no país e a dinâmica de ocupação irregular de terras” (MOTTA, 2006: 8-9).

Gráfico 8 – Brasil: Número de Títulos emitidos por Ano (Federal, Parceria, Estadual), 1995-2009

Fonte: Elaborado por Clayton Luiz da Silva com dados do INCRA (www.incra.gov.br, acesso em 15/07/2010)

O que esses dados permitem afirmar, além da já citada lentidão da ação do Estado na efetivação de um direito constitucionalmente garantido? Permitem afirmar que, infelizmente, a garantia dos direitos territoriais das comunidades negras vem sofrendo um retrocesso desde o período 2003-2010, apesar da promulgação do Decreto 4.887/2003, retrocesso que se aprofundou ainda mais no período 2011-2014. A disparidade entre os números de títulos emitidos, dimensão dos territórios titulados e famílias beneficiadas, quando se compara o resultado da ação dos órgãos federais e estaduais, também aumentou no período 2003-2010 e foi ainda muito maior entre 2011 e 2014. Em outras palavras, de 2003 até 2014, a maioria dos títulos emitidos, das áreas tituladas e das famílias beneficiadas, foi resultante da ação dos órgãos dos governos estaduais e não do governo federal. A “Tabela 8 – Brasil: terras tituladas segundo o órgão expedidor, 1995-2014” e o “Gráfico 9 – Brasil: terras tituladas segundo o órgão expedidor, 1995-2014”, permitem visualizar quantos títulos foram emitidos por cada órgão estatal (federal, estadual ou ambos), de 1995 a 2014.

Tabela 8 – Brasil: terras tituladas segundo o órgão expedidor, 1995-2014

Órgão Expedidor	Número de Títulos	%
FCP	13	7,6
INCRA	56	32,9
SPU	2	1,2
ITERPA	48	28,2
ITERMA	35	20,6
ITESP	6	3,5
IDATERRA (MS)	1	0,6
Secretaria de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro (SEHAF)	1	0,6
ITERJ	1	0,6
INTERPI/INCRA	5	2,9
FCP/ITERBA/CDA (Coordenação de Desenvolvimento Agrário)	2	1,2
Total – Órgãos Federais	71	41,8
Total – Órgãos Estaduais	92	54,1
Total – Órgãos Federais/Estaduais	7	4,1
TOTAL	170	100

Fonte: INCRA - <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/4463>, acesso em 07/04/15. Organização: André Luís Gomes (2015).

Gráfico 9 – Brasil: terras tituladas segundo o órgão expedidor, 1995-2014

Fonte: INCRA - <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/4463>, acesso em 07/04/15.

Esse retrocesso na aplicação do Artigo 68 pode ser atribuído à pressão de grupos contrários à titulação dos territórios quilombolas, à demarcação das terras indígenas e à realização da reforma agrária, grupos esses que possuem forte representação no Congresso Nacional, através da bancada ruralista e da União Democrática Ruralista (UDR), que representa os interesses de latifundiários, grileiros e do agronegócio. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 atende aos interesses dos setores ligados à bancada ruralista e ao agronegócio, pois tem como propósito transferir a responsabilidade pela demarcação de territórios quilombolas e indígenas da Presidência da República para o Congresso Nacional. Levando-se em conta a grande representatividade da bancada ruralista no Congresso (além de outros grupos conservadores, como as bancadas evangélica e militarista), é possível prever um retrocesso ainda maior na titulação dos territórios quilombolas, caso a PEC 215 seja aprovada.

Além da pressão direta desses grupos, que possuem forte capacidade de influência sobre a ação dos órgãos de Estado, as normas estabelecidas pelo INCRA, sobretudo a partir de 2009 (com a publicação da Instrução Normativa N° 57, de 20/10/2009, atualmente em vigor), tornaram menos eficiente, mais burocrático, mais caro e mais lento o processo de reconhecimento, demarcação e titulação de territórios quilombolas, o que também pode ser apontado como um dos fatores do retrocesso das titulações.

Além dos dados sobre os territórios quilombolas já titulados, também cabe mencionar os números referentes às comunidades cujos processos de reconhecimento, demarcação, desapropriação e/ou titulação já se encontram em andamento, mas ainda não se concluíram. Até abril de 2010 haviam sido publicadas no D.O.U., pelo Presidente do INCRA, 49 Portarias reconhecendo e declarando os limites de territórios quilombolas, “totalizando 242 mil hectares reconhecidos em benefício de 4.307 famílias” (SILVA, 2010: 57). Também até abril de 2010, foram publicados no D.O.U., pelo Presidente da República, 30 decretos de Desapropriação por Interesse Social (com base na Lei N° 4.132/62), “desapropriando aproximadamente 351 mil hectares em benefício de 3.896 famílias” (SILVA, 2010: 57). O “Gráfico 10 – Brasil: processos abertos no INCRA segundo a região, no período 2003-2013” permite comparar o número de processos abertos por região e a “Tabela 9 – Brasil: número de processos abertos no INCRA para titulação de territórios quilombolas, no período 2003-2013”

informa sobre o número de processos abertos no INCRA para cada Superintendência Regional, de 2003 a 2013.

Gráfico 10 – Brasil: processos abertos no INCRA segundo a região, no período 2003-2013

Fonte: INCRA, http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/processos_abertos.pdf, acesso em 07/04/15. Organização: André Luís Gomes (2015).

A seguir, apresentamos alguns exemplos que demonstram a morosidade da ação do Estado, na efetivação do Artigo 68, e que a garantia dos direitos territoriais dessas comunidades, através dessa mesma ação, em diversos casos pode constituir uma falácia¹⁰⁴.

¹⁰⁴ “(...) o Estado Brasileiro tem sido omissor em fazer cumprir as determinações que fazem parte da sua Constituição. Um procedimento que deveria ser administrativo por cumprir uma determinação constitucional percorre sinuosos caminhos e esbarra na morosidade do nosso aparato jurídico formal. Isto porque quando se entra com uma ação civil pública, ela é imediatamente contestada e vai para o Supremo Tribunal Federal. O STF decide sobre a jurisprudência e, se há lacunas, ele é obrigado a comunicar-se com o Congresso Nacional para regulamentação. Quando o Congresso Nacional estabelece a regulamentação, já estamos diante de um procedimento administrativo, reza o Direito Administrativo. E tem que haver algum órgão do Estado com a função de administrativamente tratar de questões administrativas” (DORIA, 1997: 104).

Tabela 9 – Brasil: número de processos abertos no INCRA para titulação de territórios quilombolas, no período 2003-2013

Superintendência Regional	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Alagoas			2		1			2	1			6
Amapá		5	5	1	1	2		2	2	4	1	23
Amazonas					1	1						2
Bahia		4	4	6	4	42	9	18	17	31	22	157
Ceará			4	5	2	7	2	2	1	2		26
Distrito Federal e entorno		1		2	1	1						5
Espírito Santo		2	6						1	2		11
Goiás				19	3						1	23
Maranhão		29	26	47	50	18	31	26	52	10		289
Mato Grosso		1	55	1	10		1		1			69
Mato Grosso do Sul		3	5	2	1	1		1	2	3		18
Médio São Francisco	1	1	1	2	4	12	6	3	2	1		33
Minas Gerais	2	7	31	28	20	10	23	7	21	26		175
Pará	6	4	10	2	12							34
Paraíba		1	6		12		4		4			27
Paraná			1	6	4	5	20			1		37
Pernambuco		1	2	5	2	3	2	3		3	4	25
Piauí		24	5	7	6	4	2		4			52
Rio de Janeiro		6	3	9	7	1	1		1	1		29
Rio Grande do Norte		4	1	2					7			14
Rio Grande do Sul		6	12	7	9	5	30	2	5	1	2	79
Rondônia			3			3						6
Santa Catarina		1	1	2	7	2	1	1				15
Santarém	6	4	1	5	1		2					19
São Paulo		7	22	11	3	4		2	1	1		51
Sergipe		1	2	10	2			1	9			25
Tocantins		1	4	11	1	2	3	3	4			27
Total por ano	9	109	206	173	164	122	144	76	159	88	31	1.281

Fonte: Elaborado por Clayton Luiz da Silva (2010) e atualizado por André Luís Gomes com base em dados dos INCRA – http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/processos_abertos.pdf, acesso em 07/04/15.

3.3.1. Minas Gerais

O estado de **Minas Gerais** possui 204 territórios quilombolas identificados e somente um titulado, a **comunidade Porto Corís**, situada no município de Leme do Prado, e que recebeu o Título de Reconhecimento de Domínio da Fundação Cultural Palmares no ano 2000 sobre uma área de 199,3 hectares. No entanto, segundo

informações da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), a comunidade foi remanejada para outra área entre 2004 e 2006, para a instalação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Irapé no Rio Jequitinhonha, que alagou uma área de 137,16 km², incluindo o antigo território quilombola¹⁰⁵.

(...) no contexto de uma das maiores conquistas de uma comunidade quilombola no estado mineiro também existe uma das maiores contradições. Apesar da conquista do título definitivo de sua terra tradicional no ano 2000, a comunidade foi impedida de ali permanecer. O reservatório da hidrelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha, inundou suas terras e sua população foi obrigada a se mudar. Entre os anos de 2004 e 2006, os descendentes de Germano Alves Coelho, filho de uma escrava fugida, viveram a angústia de serem removidos de sua terra tradicional. A usina hidrelétrica de Irapé foi inaugurada em 8 de junho de 2006 e colocou debaixo d'água um espaço de história, resistência e tradição seculares. (...) Os Corís tentaram fazer valer o seu direito em permanecer em seu território titulado pela Fundação Cultural Palmares no ano 2000 com 199,3 hectares. A Campo Vale, a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragem, o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, o Grupo de Estudos em Temática Ambiental da Universidade Federal em Minas Gerais foram alguns parceiros da comunidade nessa luta. No entanto, o objetivo econômico do governo do estado se impôs. O alagamento de um território histórico e a remoção de uma população do espaço que lhes proporcionou a construção e a vivência de uma identidade específica, somam os impactos irreversíveis gerados pelo empreendimento. Atualmente, a comunidade de Porto Corís reside numa área de reassentamento no povoado rural de Mandassaia, no município de Leme do Prado. Área tipicamente de chapada, ela se difere em muito da área tradicional composta por vales¹⁰⁶.

3.3.2. Rio Grande do Sul

Outro estado que apresenta grande disparidade entre o número de comunidades reconhecidas e o de títulos emitidos é o **Rio Grande do Sul**, que possui 143 comunidades reconhecidas, mas somente quatro tituladas: Rincão dos Martinianos, Casca, Família Silva e Chácara das Rosas. A *comunidade Rincão dos Martinianos*, situada no município gaúcho de Restinga Seca – a 285 km de Porto Alegre, na região central do estado –, possui área de 99 hectares, abrigava em 2007 por volta de 50

¹⁰⁵ A Usina Hidrelétrica de Irapé tem potência instalada de 399MW, possui a barragem mais alta do Brasil e a segunda maior da América Latina, com 208 metros de altura. Fonte: CEMIG - http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Paginas/default.aspx, acesso em 24/03/15.

¹⁰⁶ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), disponível em http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/mg/mg_quilombos_rurais_porto-coris.html, acesso em 24/03/15.

famílias e obteve a titulação em 2014¹⁰⁷. “A *comunidade quilombola de Casca* está localizada no município de Mostardas, na região litorânea do Rio Grande do Sul, entre o oceano e a Lagoa dos Patos”. Nessa comunidade viviam, em 2006, aproximadamente 85 famílias, cujos antepassados, escravos alforriados, receberam de seus senhores em testamento uma área de 2.640 hectares. Em 2014, o INCRA concluiu o processo de titulação do território, que atualmente abrange uma área de 1.208,7 hectares¹⁰⁸.

Com relação às *comunidades Chácara das Rosas e Família Silva*, as duas áreas juntas não chegam a somar 1 hectare. A primeira delas, localizada no município gaúcho de Canoas e composta por 36 famílias, recebeu o título sobre 0,36 hectares, enquanto a segunda, localizada em Porto Alegre e formada por 12 famílias, obteve a titulação sobre uma área de 0,23 hectares¹⁰⁹. Somente a partir dos dados sobre área e número de famílias dessas duas comunidades, já é possível inferir que se tratam de comunidades urbanas (ou periurbanas), pois no caso de Chácara das Rosas, a cada família coube em média a minúscula área de 100m², enquanto em Família Silva, a cada família corresponde, em média, uma área de 191m². Mesmo para os padrões urbanos, trata-se de lotes bastante pequenos, com espaço suficiente somente para uma casa pequena.

Desse modo, o Rio Grande do Sul constitui um exemplo que infelizmente comprova que a titulação de territórios quilombolas pelo Estado brasileiro prossegue a passos extremamente lentos, o que é reflexo das disputas e interesses contrários que acompanham a elaboração e a aplicação das normas voltadas para a regularização fundiária dos compartimentos quilombolas, conforme apontamos no Capítulo II.

3.3.3. Bahia

A **Bahia** é outro estado no qual a disparidade entre a quantidade de comunidades reconhecidas e de titulações efetuadas chama a atenção. O estado possui o segundo maior número de comunidades reconhecidas – 469 – mas de 1988 a 2014 apenas 6 delas foram tituladas: Mangal e Barro Vermelho (1º Título em 1999; 2º Título

¹⁰⁷ Fonte: http://www.vermelho.org.br/rs/noticia.php?id_noticia=25565&id_secao=113, acesso em 24/03/15.

¹⁰⁸ Fonte: Comissão Pró-Índio-SP – http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/rs/_casca/casca_titulacao.html, acesso em 24/03/15.

¹⁰⁹ Fonte: Repórter Brasil – <http://reporterbrasil.org.br/2010/05/incra-nao-cumpre-meta-e-titula-2-territorios-quilombolas-em-2009/>, acesso em 24/03/15.

em 2000), Barra do Brumado (1999), Rio das Rãs (2006), Pau D'Arco (2006), Parateca (2006) e Jatobá (2007). Por outro lado, segundo dados da Superintendência Regional do INCRA da Bahia, o órgão “publicou, desde 2004, 17 RTIDs, que totalizam 135,5 mil hectares de terras delimitadas, onde vivem 2,3 mil famílias. Há 87 processos abertos com vistas à titulação de territórios quilombolas e nove RTIDs em fase de finalização” (INCRA, 2011¹¹⁰).

As *comunidades Mangal e Barro Vermelho*, formadas por 150 famílias, situam-se no município de Sítio do Mato, localizado na região do Médio São Francisco. Em 1999 receberam o título de uma área de 153 hectares, emitido pelo INTERBA e pela FCP, e em 2000 outros 7.615 hectares foram titulados pela FCP. As principais atividades econômicas da comunidade são a agricultura tradicional, destacando-se o milho, o feijão e a mandioca, além da pesca artesanal no Rio São Francisco. Os quilombolas de Mangal e Barro Vermelho também trabalhavam nas fazendas vizinhas, atividade que tem diminuído nos últimos anos com a decadência econômica da região¹¹¹.

As *comunidades de Barra do Brumado, Bananal e Riacho das Pedras* localizam-se no município de Rio das Contas, situado ao sul da Chapada Diamantina, e possuem 740 habitantes, distribuídos em 148 famílias. Essas comunidades se originaram de um naufrágio de um navio negreiro na costa baiana, ocorrido no século XVII próximo à cidade de Itacaré. Os sobreviventes teriam nadado até a praia e, seguindo o curso do Rio das Contas, adentraram o sertão em busca de um lugar seguro para se estabelecerem, escolhendo as cabeceiras do Rio Brumado, onde se estabeleceram¹¹².

Essas comunidades também sofreram os impactos da obra de construção de uma barragem, o “açude público Luiz Vieira, que serve principalmente aos municípios de Livramento, Dom Basílio e Rio de Contas¹¹³”. A obra, realizada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) com o objetivo de fornecer água para a agricultura e as sedes dos municípios, teve início a partir de 1983. A construção do açude deixou submerso o arraial de Riacho das Pedras, provocando a migração de seus

¹¹⁰ Fonte: INCRA – <http://www.incra.gov.br/incra-reconhece-area-de-comunidade-quilombola-na-bahia>, acesso em 25/03/15.

¹¹¹ Fonte: Comissão Pró-Índio (SP) – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ba/mangal/mangal_atividades.html, acesso em 25/03/15.

¹¹² Fonte: Repórter Brasil – <http://reporterbrasil.org.br/2000/09/o-quilombo-resiste/>, acesso em 25/03/15.

¹¹³ *Idem*.

moradores e suprimindo aproximadamente metade das terras mais férteis utilizadas para a agricultura¹¹⁴.

A maioria dos moradores, que na época não possuía títulos de propriedade, apesar da posse e ocupação das terras há muitas gerações, até hoje não recebeu as indenizações prometidas pelo DNOCS, assim como as compensações previstas, tais como construção de escolas e melhoria de estradas e comunicações¹¹⁵. Em 1999, a Associação Quilombola de Barra do Brumado, Bananal e Riacho das Pedras obteve a titulação do seu território, com área total de 1.333,2768 hectares, por meio do trabalho da FCP e do INTERBA. Hoje em dia, a principal atividade econômica local é representada pela agricultura tradicional¹¹⁶.

A *comunidade Rio das Rãs* se localiza no município de Bom Jesus da Lapa, entre o Rio São Francisco e o Rio das Rãs, no sertão baiano e é composta pelas localidades de Capão do Cedro, Enxu (ou Exu), Riacho Seco, Mucambo, Pau Preto, Retiro, Corta Pé e Rio das Rãs, que juntas abrigam cerca de 300 famílias¹¹⁷. Originada a partir da fuga de escravos em busca da liberdade, muito antes da independência do Brasil (1822), a comunidade resistiu às investidas de capitães-do-mato, no período da escravidão¹¹⁸, e às violentas tentativas de grilagem por parte de fazendeiros e da empresa Grupo Bial-Bonfim Indústria Algodoeira LTDA, ocorridas a partir dos anos 1980, conforme descreveu Siglia Zambrotti Doria:

Em 1988, Bonfim [presidente do Grupo Bial-Bonfim] expulsou 60 famílias das localidades de Rio das Rãs, Aribá, Enchú e Retiro, mas foi obrigado a manter, todavia, as famílias que ocupavam a Brasileira, confinadas aos limites de uns poucos hectares que ele “doou” a alguns dos moradores. Construiu a sede da propriedade no interior da área que passou a ocupar, colocou homens armados, iniciou o cercamento dos campos de pastagens com arame farpado e começou a ameaçar de morte os moradores resistentes à expulsão e as lideranças locais ligadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais

¹¹⁴ *Idem.*

¹¹⁵ *Idem.*

¹¹⁶ Fonte: Comissão Pró-Índio (SP) – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ba/ba_barra.html, acesso em 25/03/15.

¹¹⁷ Fonte: Comissão Pró-Índio (SP) - http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ba/ba_ras.html, acesso em 26/03/15.

¹¹⁸ “Com a instituição da Lei de Terras em 1850, grileiros, posseiros e supostos donos de terras buscaram obter ou regularizar títulos de propriedade sem levar em conta os direitos da população que historicamente ocupava a região. Foi nesse processo que, no final do século XIX, o coronel Deoclesiano Teixeira estabeleceu o controle sobre as terras dos quilombolas de Rio das Rãs. Segundo relatam os moradores mais antigos da comunidade, seus antepassados entraram em acordo com o coronel e, na prática, os comunitários tornaram-se agregados, trabalhando para ele como vaquejadores. Esse arranjo só viria a se modificar na segunda metade do século seguinte”. Fonte: Comissão Pró-Índio (SP) - http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ba/ba_ras.html, acesso em 26/03/15.

de Bom Jesus da Lapa. Das inúmeras localidades habitadas, apenas cinco não foram destruídas. São elas Capão do Cedro, Enchú ou Exu, Bom Retiro, Rio das Rãs e Brasileira. No seu processo de organização interna, o grupo dos moradores fundou e registrou legalmente uma associação de produtores. Em 1989, a Comunidade, inicialmente representada por setenta famílias, iniciou um processo na área jurídica e conseguiu uma liminar de reintegração de posse, revogada por duas vezes. Todavia, o processo não foi adiante. Em 1990, pela ação de reintegração de posse movida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as famílias obtiveram, na Justiça, o direito de retornar para as localidades das quais haviam sido expulsas. As autoridades locais não lograram, no entanto, garantir o direito concedido e, na prática, os trabalhadores não conseguiram o acesso às terras para plantio nem o retorno às áreas destruídas, aí incluindo as residências. O presumido proprietário continuou o processo de expulsão e causou o envenenamento do trecho do Rio das Rãs na localidade de Aribá, ato que lhe valeu um processo movido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro Meio Ambiente), sem, até hoje, conseqüências maiores, e ordenou a destruição das matas nativas na área ainda ocupada pela comunidade. (DORIA, 1997: 101-102).

Após uma longa luta judicial iniciada em 1992, envolvendo a FCP, o INCRA, o Ministério Público, o Movimento Negro Unificado (MNU), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio das Rãs e as partes em conflito, a comunidade finalmente obteve da FCP, em 2000, a titulação do seu território, com área total de 2.100,54 hectares¹¹⁹.

As *comunidades Parateca e Pau D'Arco*, situadas no município de Malhada, no Médio São Francisco originaram-se entre o final do século XVII e o início do século XVIII, sob influência da política colonial que restringiu a navegação no Rio São Francisco, através do estabelecimento de um forte controle fiscal sobre a exploração do ouro em Minas Gerais. As restrições criadas ao trânsito no Rio São Francisco, na época a principal via de comunicação entre o nordeste açucareiro e os centros mineradores, levaram ao abandono das terras na região durante aproximadamente cem anos, entre os séculos XVIII e XIX, o que favoreceu a formação de quilombos¹²⁰.

Diante da ameaça à ordem estabelecida, a partir do início do século XIX essas comunidades passaram a ser combatidas pelas forças repressoras. O restabelecimento da navegação fluvial no São Francisco e a Lei de Terras de 1850, que extinguiu as sesmarias coloniais, incentivaram uma corrida junto aos cartórios para a obtenção de títulos de terras. Aos poucos, se instalaram relações clientelistas entre os fazendeiros e os habitantes das comunidades, além de crescentes restrições impostas a estes últimos,

¹¹⁹ Fonte: Comissão Pró-Índio (SP) - http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ba/ba_ras.html, acesso em 26/03/15.

¹²⁰ Fonte: Comissão Pró-Índio (SP) - http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ba/parateca/parateca_historia.html, acesso em 26/03/15.

que foram sendo cada vez mais impedidos de utilizar as terras e as águas para a agricultura, a pecuária, a extração de lenha e a pesca, devido aos cercamentos de terras impostos pelos fazendeiros¹²¹.

Nos anos 1950 e 1960, os descendentes das famílias Bastos e Moura herdaram as terras e venderam parte delas a novos proprietários. A divisão da terra entre os fazendeiros e o processo de ocupação do Nordeste alteraram definitivamente as relações dos quilombolas com os proprietários de terras. Foi nessa época que as fazendas foram cercadas, o cultivo da terra pelos comunitários passou a ser impedido e empregados de outros municípios e regiões foram contratados pelos proprietários de terra para trabalhar nas fazendas. (...) Com o passar dos anos, a situação se agravava cada vez mais. Os fazendeiros chegaram a proibir que os quilombolas pescassem nas lagoas da região. Após reconquistarem o direito de pescar, as comunidades começaram a intensificar sua luta pela terra¹²².

Nos anos 1990, a luta das comunidades se fortaleceu com o apoio da CPT, que auxiliou na criação da Associação Agro-Extrativista das Comunidades de Parateca e Pau D'Arco, entidade que passou a pressionar o Estado pela demarcação das terras próximas das margens do rio São Francisco, como patrimônio da União, o que impediria a sua apropriação pelos fazendeiros¹²³.

Os conflitos entre quilombolas e fazendeiros se acirraram, por meio de ações violentas e intimidatórias cometidas pelos últimos, tais como queimada criminosa de roças e destruição dos cultivos dos quilombolas, além do uso ilegal de força policial estadual. Finalmente, “no dia 25 de setembro de 2006, as Comunidades de Parateca e Pau D'Arco conseguiram outra vitória importante: a entrega pela Secretaria do Patrimônio da União do Título de Propriedade de Reconhecimento de Domínio sobre 7.801,45 hectares¹²⁴”, ocupados por 500 famílias¹²⁵. A principal fonte de renda e subsistência dessas comunidades é a pesca artesanal e a agricultura de vazante,

¹²¹ *Idem.*

¹²² *Idem.*

¹²³ “No ano de 1996, os quilombolas conseguiram que uma área de 43.600 hectares fosse reconhecida como de propriedade da União. Do total reconhecido como terreno da União cerca de 36 mil hectares estão nos domínios de vazante das comunidades de Parateca e Pau d'Arco e o restante (7 mil hectares) nas terras de seus vizinhos quilombolas da comunidade de Rio das Rãs”. Fonte: Comissão Pró-Índio (SP) – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ba/_parateca/parateca_luta.html, acesso em 26/03/15.

¹²⁴ Fonte: Comissão Pró-Índio (SP) – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ba/_parateca/parateca_luta.html, acesso em 26/03/15.

¹²⁵ Fonte: INCRA/Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas, disponível em <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/4463>, acesso em 03/04/15.

praticada nas áreas periodicamente inundadas pelo rio São Francisco, além do pastoreio¹²⁶.

A *comunidade Jatobá*, no município de Muquém do São Francisco, possui muitas semelhanças com as comunidades Parateca e Pau D'Arco. Também se situa às margens do rio São Francisco, mantendo com ele uma íntima relação, por meio da pesca e do uso das várzeas para a prática da agricultura de vazante, cultivando principalmente milho, feijão e mandioca. Essa comunidade também enfrentou, a partir dos anos 1990, ameaças e diversas formas de violência explícita por parte de fazendeiros, que derrubaram casas de moradores e destruíram roçados, como tentativa de intimidação. Como forma de organização e luta, os quilombolas formaram em 1999 a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Jatobá, porém os conflitos se intensificaram nos anos de 2000 e 2001.

Em 2004, a comunidade foi reconhecida pela FCP e em 2006 “a Superintendência do Incra da Bahia abriu um processo para titulação das terras em nome da comunidade quilombola e iniciou a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação”¹²⁷. A comunidade, composta por 69 famílias, recebeu em 21/05/2007 a titulação da Secretaria de Patrimônio da União, referente a um território de 1.778,89 hectares.

3.3.4. Maranhão

O estado do **Maranhão** também chama a atenção pela enorme discrepância existente entre o número de comunidades reconhecidas e a quantidade de títulos emitidos. Apesar de possuir o segundo maior número de comunidades tituladas – 37 – dentre os estados, ficando somente atrás do Pará, que possui 56 comunidades com título, possui o maior número de comunidades quilombolas do país, 734. Portanto, é de longe o estado que possui o maior número de territórios quilombolas reconhecidos¹²⁸,

¹²⁶ Fonte: Comissão Pró-Índio (SP) – http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/ba/parateca/parateca_atividades.html, acesso em 26/03/15.

¹²⁷ Fonte: Comissão Pró-Índio (SP) – http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/ba/ba_jatoba.html, acesso em 26/03/15.

¹²⁸ Essas e outras conquistas são fruto da árdua luta dos quilombolas maranhenses articulados na Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ). Nessa trajetória os quilombolas contam com o apoio de valiosos parceiros como o Centro de Cultura Negra do Maranhão, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e o Ministério Público Federal. Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/ma/home_ma.html, acesso em 28/03/15.

mas não titulados. Devido ao grande número de comunidades existentes nesse estado (em comparação com os demais), nos limitaremos, por questão de concisão, a citar somente alguns casos, sobre os quais encontramos maiores informações: Jamary dos Pretos, Frechal, e as comunidades do município de Alcântara.

“O *povoado de Jamary*¹²⁹ está localizado na microrregião do Gurupi [oeste maranhense], município de Turiaçu, caracterizado como área de exclusividade negra no Maranhão, onde existiu um extraordinário número de quilombos ou mocambos” (O'DWYER e CARVALHO, 2002: 174). O Porto de Turiaçu foi uma importante rota do tráfico de escravos, sobretudo no século XVIII, tendo ocorrido nessa porção do estado do Maranhão massiva entrada de negros, trazidos da África. Por isso, já nessa época havia uma numerosa população escrava nas fazendas e engenhos de arroz e algodão e uma “elevada proporção de escravos em relação à população livre no norte da província” (O'DWYER e CARVALHO, 2002: 174). Tendo em vista que a resistência negra existiu durante todo o período da escravidão (FIABANI, 2005), nessa região formaram-se numerosos quilombos.

A situação fronteiriça entre duas províncias (Maranhão e Grão-Pará), pouco controlada pelo Estado, a densidade de rios e matas e a diversificação econômica são outros fatores que explicam a permanência de um grande número de comunidades (regionalmente denominadas “mocambos”) na região do Gurupi (O'DWYER e CARVALHO, 2002).

O Jamary, como é chamado pelos moradores locais¹³⁰, possuía em 2002 cerca de mil moradores, distribuídos em 110 casas (O'DWYER e CARVALHO, 2002). “Segundo o INCRA, em 2007 162 famílias habitavam o território de Jamary dos Pretos¹³¹”. A principal fonte de renda e subsistência da comunidade é a agricultura camponesa, praticada pelos membros da família em “localidades mais para dentro da mata conhecidas também como ‘centros de roçado’, onde se plantam mandioca, cará, milho, arroz, feijão, abóbora e verduras, além de banana, abacaxi e cana” (O'DWYER e

¹²⁹ O nome Jamary deriva de “Jamarizal”, nome dado a uma palmeira de caule fino que ocorre com abundância no local (O'DWYER e CARVALHO, 2002: 180).

¹³⁰ Outras denominações locais são “o povoado”, “o povoado dos pretos”, “o Jamarizão” e o “Jamary dos Pretos” (O'DWYER e CARVALHO, 2002: 179).

¹³¹ “Seus moradores vivem nos povoados Arrudá, Baixo do Amâncio, Boca do Caminho do Centro, Boca do Campo, Boa Vista, Cajual, Queimadas, Rancho de Arroz, Restinga, Santo Antônio e Jamary, a sede do território”. Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma_comunidades_jamary.html, acesso em 28/03/15.

CARVALHO, 2002: 180). Alguns moradores da comunidade também cultivam tabaco e criam gado.

O processo de grilagem no município de Turiaçu, por criadores de gado bubalino, teve início na década de 1960. Os grileiros mudavam os limites das cercas, apropriando-se das terras dos moradores do Jamary, e procuravam intimidá-los com ameaças.

No final da década de 1970, a prefeitura e as entidades eclesiais do município denunciaram a situação pela qual passavam os moradores de Jamary e de outros povoados. Em 1978, o então bispo de Turiaçu, Dom Guido Maria, solicitou ao governador do Estado, em caráter de urgência, uma ação discriminatória nas áreas de conflito. Desde então, a luta dos quilombolas ganhou aliados como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turiaçu, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e a Coordenação Estadual dos Quilombos Maranhenses¹³².

Em 1995, foi fundada a Associação Rural dos Moradores do Quilombo Jamary (O'DWYER e CARVALHO, 2002), fortalecendo a organização dos moradores. Em 1997, a comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo pela FCP, o que intensificou as ameaças sofridas pelas lideranças, por parte de fazendeiros vizinhos. “Finalmente, em 2003, os jamaryzeiros conseguiram a titulação de parte de seu território. O ITERMA outorgou o título de propriedade para a comunidade, regularizando uma área de 6.613 hectares¹³³”.

Nas terras onde hoje em dia se situa a *comunidade Frechal*¹³⁴, os primeiros escravos foram introduzidos em 1792 (SILVA, 1997). Segundo a memória oral da comunidade, “os negros da fazenda trabalharam arduamente e, com uma só safra de

¹³² Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/jamary/jamary_conquista.html, acesso em 28/03/15.

¹³³ Os moradores de Jamary continuam lutando para obter a titulação do restante de suas terras. Em setembro de 2004, o Incra abriu processo para regularizar a área que, em 2003, não foi titulada. O relatório de identificação da área foi concluído e publicado no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2007 pela Superintendência do Incra no Maranhão. Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/jamary/jamary_conquista.html, acesso em 28/03/15.

¹³⁴ “O quilombo Frechal localiza-se no município de Mirinzal, situado na microrregião da Baixada Ocidental Maranhense. O nome da comunidade faz referência a um engenho que tinha essa mesma designação e foi fundado no final do século XVIII pelo português Manuel Coelho de Souza”. Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma_comunidades_frechal.html, acesso em 28/03/15.

algodão, conseguiram saldar a dívida do proprietário. Em agradecimento, o fazendeiro deixou em testamento parte de suas terras aos negros¹³⁵”.

No ano de 1985, os trabalhadores de Frechal fundaram a “Associação dos Moradores de Frechal e Rumo”. Essa entidade civil foi criada como forma organizativa de luta contra as investidas do pretense proprietário da área Tomaz de Melo Cruz. Em outubro de 1989, pistoleiros e capangas do dito latifundiário patrocinaram a destruição de roçados e a derrubada de casas e infligiram constrangimentos físicos e psicológicos aos moradores da área¹³⁶ (SILVA, 1997: 92).

A partir de 1992, instaurou-se uma difícil luta judicial envolvendo a associação de Frechal e o Fazendeiro. Nesse ano, a associação conseguiu que fosse assinado um Decreto de Desapropriação por Interesse Social, relativo a uma área de 9.542 hectares, para a criação da Reserva Extrativista do Quilombo Frechal. Todavia, o fazendeiro recorreu da ação judicial do IBAMA e a comunidade passou a conviver, além das ameaças de pistoleiros e capangas, com o risco de ver o decreto caducar após dois anos, em 1994, caso a desapropriação não se concretizasse.

Através da mobilização dos moradores de Frechal, com a ocupação da sede do IBAMA em São Luís, efetivou-se a demarcação da “única das Reservas Extrativistas criadas pelo Presidente da República na época da Eco-92, a do Quilombo do Frechal” (SILVA, 1997: 94), com área de 9.542 hectares, que abriga 183 famílias distribuídas em “12 povoados: Areal, Deserto, Haiti, Jacundá, Lage, Mota, Ponte, Providência, Rumo, Santana, Zuador e a sede da comunidade, também denominada Frechal¹³⁷”. Desse modo, o território quilombola do Frechal constitui uma Unidade de Conservação sob a jurisdição do IBAMA. As principais atividades econômicas dos moradores são a agricultura (principalmente a mandioca, o milho, o arroz, o feijão, a cana-de-açúcar e o maxixe), a pesca, o extrativismo (principalmente do coco babaçu, bastante prejudicada após a destruição dos babaçuais, manguezais, florestas, nascentes e

¹³⁵ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma_comunidades_frechal.html, acesso em 28/03/15.

¹³⁶ Para mais informações sobre os conflitos fundiários e a degradação ambiental da área cometida pelo grileiro, consultar o endereço eletrônico http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/frechal/frechal_luta.html#, acesso em 28/03/15.

¹³⁷ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma_comunidades_frechal.html, acesso em 28/03/15.

curtos d'água pelo grileiro, a partir da segunda metade dos anos 1970), a caça para subsistência e a criação doméstica de animais¹³⁸.

O caso das comunidades quilombolas situadas no município de *Alcântara* é revelador dos conflitos entre usos do território hegemônicos e hegemônizados. Alcântara é um município situado a 22 quilômetros da capital estadual, São Luís. Dos seus 19 mil habitantes, 11.941 se declaram quilombolas, distribuídos em 139 comunidades. Nos anos 1980, as comunidades de Alcântara enfrentaram deslocamentos compulsórios promovidos pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), instalado pela Aeronáutica para o lançamento de satélites¹³⁹ por meio de foguetes¹⁴⁰. Por outro lado, segundo informações disponíveis na página eletrônica do CLA (vinculado ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA – subordinado ao Comando da Aeronáutica),

O governo federal, em 1991, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, cerca de 620km² da porção setentrional do município de Alcântara, necessária à implantação das áreas operacionais e de apoio logístico, assim como para efetuar o remanejamento local das famílias habitantes na região a ser desocupada. (...) o projeto do centro definiu que, nos 236 km² considerados área de segurança, não devem, portanto, existir moradias. Tornou-se, então, a necessária transferência de famílias residentes naquela faixa de terra, começando pelo cadastramento da população existente e a regularização de propriedades. (...) Inicialmente, foram construídas sete agrovilas para receberem as famílias, destinando, a cada uma, um lote urbano, com casa de alvenaria e banheiro, além de uma gleba rural de, no mínimo, 15 hectares para a cultura agrícola familiar. (...) Atualmente, mais de 350 famílias residem nessas agrovilas, dotadas, além dessa infra-estrutura de apoio, de eletrificação domiciliar e telefonia pública¹⁴¹.

¹³⁸ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/frechal/frechal_atividades.html, acesso em 28/03/15.

¹³⁹ Segundo Santos e Silveira, “A especialização dos lugares, que é também uma manifestação da divisão territorial do trabalho, exige a produção e a circulação de torrentes de informação, que ao mesmo tempo a retroalimentam. Por isso a informação constitui uma nova forma de trabalho, é um fundamento do trabalho contemporâneo e também um dado relevante da divisão social e territorial do trabalho. Há hoje uma informação globalmente organizada, que se constrói e se difunde com instrumentos de trabalho específicos, isto é, sistemas técnicos sofisticados, exigentes de informação e produtores de *informação sobre o território*. É o caso dos *satélites*, que retratam a face do planeta a intervalos regulares e, nesse ritmo, permitem verificar a evolução do território. Ricardo Castillo [*Sistemas orbitais e uso do território. Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1999] explica como as sucessivas inovações técnicas nesse campo conduziram a um *conhecimento cada vez mais detalhado do território*” (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 95 [grifo nosso]).

¹⁴⁰ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma_comunidades_alcantara.html, acesso em 28/03/15.

¹⁴¹ Fonte: Centro de Lançamento de Alcântara – <http://www.cla.aer.mil.br/index.php/implantacao>, acesso em 28/03/15.

Nesse caso, o uso hegemônico do território é representado pelo programa espacial brasileiro, que na definição do local de instalação da base leva em conta principalmente a posição geográfica que permite a maior eficiência para o lançamento dos foguetes em órbita, e de maneira secundária as populações e os ecossistemas existentes no local. Constitui, portanto, uma verticalidade (SANTOS, 2014), no sentido mais exemplar do conceito.

Por sua vez, as comunidades quilombolas e demais moradores, nesse processo, enquanto agentes “hegemonizados” ou “subalternizados” (SILVA, 2010), foram retirados dos seus territórios de origem, ou seja, “desterritorializados”, para num momento seguinte serem “reterritorializados” (HAESBAERT, 2012) em um local previamente estabelecido pelos agentes hegemônicos, a Aeronáutica, integrante das Forças Armadas brasileiras, não sendo levadas em consideração as características e as necessidades do modo de vida dessas populações (em outras palavras, as horizontalidades), estabelecido há séculos por meio de uma relação harmoniosa com os ecossistemas¹⁴².

¹⁴² Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo “Entre 1986 e 1987, 312 famílias de 31 povoados tiveram de abandonar suas terras e se estabelecer em sete agrovilas, localizadas a vários quilômetros da costa marítima: Peru (ou Novo Peru), Pepital, Cajueiro, Ponta Seca, Só Assim, Marudá e Espera. As agrovilas são administradas pela Aeronáutica de forma que os quilombolas não podem usufruir desses locais de maneira autônoma. Eles estão proibidos, por exemplo, de construir novas casas. Em função disso, os mais jovens não podem constituir família na mesma área em que seus pais vivem. Eles têm de ir morar nas periferias de Alcântara e São Luís. Ademais, os moradores das agrovilas enfrentam dificuldades para garantir a sua subsistência. As áreas são pequenas, têm solo impróprio para agricultura e localizam-se longe do mar, tornando difícil manter a pesca como uma atividade cotidiana. A gravidade da situação é percebida pela queda da produção de mandioca que, entre 1985 e 1996, caiu 40%. De acordo com o Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos, a ampliação do CLA pode acarretar a remoção de mais 1.500 quilombolas. Diante desta grave situação, os moradores de Alcântara mobilizaram-se pela defesa de seus direitos. Um importante aliado dos moradores de Alcântara tem sido o Ministério Público Federal, que entrou com três ações civis públicas visando defender os direitos dos quilombolas. A primeira delas, proposta em 1999, contra a União Federal, o Ibama e a Infraero, questionava o EIA-RIMA apresentado pelo CLA. As outras duas ações foram propostas em 2003, uma contra a União Federal e a Fundação Cultural Palmares, e outra contra a Fundação Cultural Palmares e o Incra. Ainda em 2003, a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ) entrou também com uma ação ordinária contra a União Federal, o Estado do Maranhão, a Fundação Cultural Palmares e o Incra, requerendo que duas comunidades de Alcântara (Itamatatua e Só Assim) fossem declaradas quilombolas e que fossem adotadas as medidas necessárias à delimitação e demarcação do seu território. A batalha jurídica alcançou níveis internacionais. Em 2001, uma petição foi protocolada perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos por representantes das comunidades de Samucangaua, Iririzal, Ladeira, Só Assim, Santa Maria, Canelatua, Itapera e Mamuninha, em conjunto com o Centro de Cultura Negra do Maranhão, o Centro de Justiça Global, a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão, a ACONERUQ e a Global Exchange. A petição denunciou as graves violações de direitos humanos sofridas pelos quilombolas em decorrência da implantação do CLA. Em setembro de 2006, os quilombolas das comunidades Trajano, Peptal, Marudá e Peru, com a ajuda dos advogados da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, entraram na justiça federal com a proposição de cinco Mandados de Segurança contra o diretor-geral do CLA, que estava impedindo a realização das colheitas e roças por parte da

Desse modo, o caso das comunidades de Alcântara mostra o quão conflituosas podem ser as relações político-territoriais envolvidas na demarcação e na titulação dos territórios quilombolas. No contexto da realidade brasileira e mais especificamente maranhense, conforme já afirmamos, os conflitos, que tem o território como centro, se estabelecem entre quilombolas (e demais populações tradicionais) e fazendeiros, grileiros, empreendimentos de capital público e privado, obras de infra-estrutura e até mesmo projetos militares (ou seja, geopolíticos!).

Em outras palavras, é possível afirmar que esses conflitos territoriais opõem um projeto nacional desenvolvimentista, de raízes coloniais, a outro projeto, que também poderia incorporar o “desenvolvimento” (até porque a expansão do meio técnico-científico-informacional na contemporaneidade prescinde, ao menos parcialmente, das fronteiras nacionais), mas preservando territorialmente a diversidade étnico-cultural da nação brasileira, visando consolidar o Brasil como uma nação pluriétnica.

Por outro lado, o caso da implantação do CLA em Alcântara também é ilustrativo de uma das teses de Milton Santos: “pode-se dizer que *há espaços que comandam e espaços que obedecem*, mas o comando e a obediência resultam de um conjunto de condições [sobretudo os sistemas de engenharia, os sistemas normativos e a (geo) política, presentes em cada lugar], e não de uma delas isoladamente” (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 265 [grifo nosso]).

3.3.5. Mato Grosso

O estado do **Mato Grosso** também chama a atenção pela discrepância entre os números de comunidades reconhecidas e títulos emitidos. Conforme a Tabela 6 – Brasil: territórios quilombolas identificados e títulos emitidos por região e estado, 2014 – em Mato Grosso são reconhecidas 73 comunidades, mas somente uma conseguiu obter o título, a **comunidade Mata Cavalo**, situada no município Nossa Senhora Livramento, a 32 km de Cuiabá. Na comunidade, segundo o INCRA, residem 418 famílias que vivem da agricultura (principalmente banana, mandioca e farinha, milho, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, abóbora e cará), produzindo para a subsistência e para a

comunidade”. Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/alcantara/alcantara_conflito.html, acesso em 28/03/15.

comercialização em Cuiabá¹⁴³. Segundo o INCRA¹⁴⁴, em 14/07/2000 a FCP outorgou para a comunidade o título de propriedade sobre uma área de 11.722,4613 hectares, “no entanto, o governo não procedeu à retirada dos fazendeiros e posseiros nem indenizou os proprietários¹⁴⁵”.

3.3.6. Mato Grosso do Sul

O **Mato Grosso do Sul** possui 25 comunidades reconhecidas e somente 3 tituladas: Furnas da Boa Sorte, Furnas de Dionísio e Colônia São Miguel. A **comunidade Furnas da Boa Sorte**, situada no município de Corguinho, possui território de 1.402,3927 hectares, é composta por 52 famílias e recebeu o 1º Título da FCP em 14/07/2000. Porém, a área titulada ainda não corresponde ao total reivindicado pela comunidade e os proprietários ainda não foram indenizados e nem foram retirados os invasores. Em 02/08/2006, recebeu o 2º Título do Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (IDATERRA), de uma área de 73,3177 hectares. A **comunidade Furnas de Dionísio**, pertencente ao município de Jaraguari, recebeu da FCP, na mesma data, o título de propriedade sobre uma área de 1.031,8905 hectares, ocupada por 92 famílias. A **comunidade Colônia São Miguel**, no município de Maracaju, com 28 famílias, recebeu do INCRA, em 08/09/2011, o título de propriedade sobre uma área de 333,0736 hectares¹⁴⁶.

3.3.7. Goiás

Em **Goiás**, a única comunidade titulada, dentre as 33 existentes no estado, é a que possui a maior extensão dentre todos os territórios quilombolas do país. A **comunidade Kalunga**, que cujo território se distribui entre os municípios de Monte

¹⁴³ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/mulheres/materia/mata_cavalo/mata_cavalo_comunidade.htm, acesso em 28/03/15.

¹⁴⁴ Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas, disponível em <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/4463>, acesso em 28/03/2015.

¹⁴⁵ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/mulheres/materia/mata_cavalo/mata_cavalo_luta.html, acesso em 28/03/15.

¹⁴⁶ Fonte: INCRA/Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas, disponível em <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/4463>, acesso em 28/03/2015.

Alegre, Teresina e Cavalcante, possui 253.191,72 hectares, nos quais vivem 600 famílias¹⁴⁷. Segundo Anjos,

Os territórios tradicionais de matriz africana no Brasil central estão marcados por dois grandes ciclos, o do gado e o da mineração. Estas atividades econômicas estão presentes ainda hoje nos sítios quilombolas instalados na região do Cerrado, na Chapada dos Veadeiros, em Goiás (...). Os kalungas, povo de ascendência africana dessa região, ocupam uma grande extensão ao longo do vale do rio Paraná, convivem com a seca e enfrentam os mesmos problemas de locomoção da maioria das outras comunidades, aqui agravados pelo fato de não existirem estradas que cortem as serras. (...) O termo kalunga tem sua origem etimológica em um termo multilinguístico banto, com o significado associado à grandeza ou imensidão, muitas vezes designando o mar, Deus ou a morte (ANJOS, 2006: 123).

Em parceria com o Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), em 2013 a comunidade construiu duas usinas de beneficiamento de frutos do Cerrado, para produção de sabão tradicional de tingui, sabonete e outros cosméticos, como parte do Projeto Kalunga Sustentável. Como o território dos kalungas é muito rico em atrativos naturais e sítios históricos (parte do território se sobrepõe ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros), o ecoturismo destaca-se como atividade para geração de emprego e renda na comunidade, que possui guias turísticos e um camping para receber visitantes¹⁴⁸.

3.3.8 Sergipe

O estado de **Sergipe** possui 29 comunidades quilombolas reconhecidas, mas somente 3 territórios titulados: Mocambo, Lagoa dos Campinhos e Piranguí. A **comunidade Mocambo**¹⁴⁹, situada no município de Porto da Folha, foi reconhecida em 1997 e obteve o primeiro título de propriedade da FCP em 14/07/2000, relativo a uma área de 2.100,54 hectares. Em 21/11/2012, obteve do INCRA o 2º e o 3º títulos,

¹⁴⁷ Fonte: INCRA/Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas, disponível em <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/4463>, acesso em 28/03/2015.

¹⁴⁸ Fonte: <http://quilombokalunga.org.br/>, acesso em 28/03/15.

¹⁴⁹ “Os estados litorâneos no nordeste brasileiro são marcados pelos ciclos do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do gado. É a região dos mais antigos quilombos registrados no Brasil. A comunidade quilombola de Mocambo, a 190 km de Aracaju, às margens do Rio São Francisco, teve seus 2.100 hectares de terra reconhecidos legalmente em 1997. Na historiografia brasileira, o termo mocambo é quase sinônimo de quilombo, significando um esconderijo de escravos no meio do mato. A palavra vem do quicongo **mukambu**, que se refere à cumeeira, telhado. Os escravos armavam rapidamente palhoças em seus primeiros estabelecimentos, sem paredes ou divisões internas, apenas com o teto, na incerteza da permanência. Assim, o termo foi preservado para a designação de palhoças simples ou casas pobres” (ANJOS, 2006: 131).

correspondentes a outros 172,304 hectares reivindicados. Em 05/12/2013, obteve do INCRA outros 10 títulos sobre uma área de 531,8187 hectares. Sendo assim, atualmente o território de Mocambo, ocupado por 113 famílias, possui área total de 2.804,6627 hectares¹⁵⁰. O município de Porto da Folha, situa-se no baixo São Francisco, no sertão sergipano.

A *comunidade Lagoa dos Campinhos*, com 89 famílias, localizada nos municípios de Amparo de São Francisco e Telha (situados no agreste sergipano, no baixo São Francisco), recebeu do INCRA o primeiro Título de Propriedade sobre uma área de 114,6210 hectares, em 21/11/2012. Em 05/12/2013, recebeu do INCRA outros dois títulos sobre uma área de 142,051 hectares. Desse modo, o território quilombola em questão ocupa uma área de 256,672 hectares¹⁵¹.

A *comunidade Pirangui* – no município de Capela, também situado no baixo São Francisco – possui 43 famílias e obteve o título de propriedade em 05/12/2013, emitido pelo INCRA sobre uma área de 71,3694 hectares¹⁵². Levando em conta o número de famílias e a área titulada para as duas últimas comunidades mencionadas, é possível afirmar que se trata de áreas muito reduzidas, levando em conta o número de famílias, o que pode levar ao comprometimento da sustentabilidade econômica desses territórios, forçando seus moradores à pluriatividade (SCHNEIDER, 2005) e os mais jovens ao êxodo para as cidades ou outras áreas rurais.

3.3.9. Pernambuco

Finalmente, os dados sobre o estado de **Pernambuco** também permitem constatar a existência de uma grande disparidade entre o número de comunidades reconhecidas e tituladas. Das 102 comunidades reconhecidas, até 2014 somente duas foram tituladas: Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro, situado no sertão pernambucano, a 513 km de Recife; e Castainho, no município de Garanhuns, situado no agreste pernambucano, a 230 km de Recife. *Conceição das Crioulas*, na qual vivem 750 famílias, distribuídos em 16 núcleos populacionais, recebeu o primeiro Título de Propriedade da FCP em 14/10/2000, sobre uma área de 16.865,0678 hectares. Somam-

¹⁵⁰ Fonte: INCRA/Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas, disponível em <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/4463>, acesso em 29/03/2015.

¹⁵¹ *Idem.*

¹⁵² *Idem.*

se a esse, outros três títulos, emitidos pelo INCRA em 22/09/2014, que juntos garantem à comunidade o domínio sobre mais 898,5 hectares. Ou seja, atualmente o território de Conceição das Crioulas corresponde a uma área de 17.763,568 hectares¹⁵³. **Castainho**, na qual vivem 206 famílias, recebeu o Título de Propriedade da FCP em 14/10/2000, sobre uma área de 183,6 hectares¹⁵⁴, constituindo um território bastante reduzido levando-se em conta o número de famílias residentes (menos de 1 hectare por família, em média).

3.3.10. Outros estados e síntese dos casos mencionados

Além dos estados, para os quais mencionamos de forma sucinta alguns dos poucos casos de comunidades que obtiveram a titulação dos territórios, cabe mencionar aqueles que possuem comunidades reconhecidas, mas nos quais nenhuma obteve o título. É o caso do Tocantins, com 16 comunidades; Amazonas, com 3 comunidades; Paraná, com 8 comunidades; Ceará, com 79 comunidades; Paraíba, com 17 comunidades; Alagoas e Espírito Santo, ambos com 52 comunidades cada um (ANJOS, 2006; INCRA, 2014).

Na “Tabela 10 – Brasil: comunidades quilombolas tituladas segundo a Unidade da Federação, município e Região Administrativa: área, número de famílias e problemas específicos, 2015” procuramos fazer uma síntese da situação das comunidades mencionadas, nas diferentes regiões do país, com o propósito de facilitar a comparação e uma visão de conjunto dessa amostragem dos territórios quilombolas titulados, existentes no Brasil.

¹⁵³ *Idem.*

¹⁵⁴ *Idem.*

Tabela 10 – Brasil: comunidades quilombolas tituladas segundo a Unidade da Federação, município e Região Administrativa: área, número de famílias e problemas específicos, 2015

UF	Comunidade	Município	Região da UF	Área (ha)	Nº de famílias	Principais questões contemporâneas
MG	Porto Corís	Leme do Prado	Vale do Jequitinhonha	199,3	21	Remoção para construção de barragem e adaptação a um “novo meio” (2006).
RS	Rincão dos Martinianos	Restinga Seca	Central	99	50	Área bastante reduzida.
	Casca	Mostardas	Lagoa dos Patos	2.640	85	Migração para a cidade; planejamento do uso do território, após a conquista do título.
	Chácara das Rosas	Canoas	Grande Porto Alegre	0,36	36	Área extremamente reduzida.
	Família Silva	Porto Alegre	Grande Porto Alegre	0,23	12	Área extremamente reduzida.
BA	Mangal e Barro Vermelho	Sítio do Mato	Médio São Francisco	7.768	150	Agricultura de subsistência, pesca e trabalho acessório em fazendas vizinhas.
	Barra do Brumado, Bananal e Riacho das Pedras	Rio de Contas	Sul da Chapada Diamantina	1.333,27 68	148	Perda de terras férteis pelo alagamento provocado pela construção do Açude Luís Vieira (1983).
	Rio das Rãs	Bom Jesus da Lapa	Sertão/ Médio São Francisco	2.100,54	300	Conflito com latifundiários e empresas agropecuárias no passado recente; contaminação criminosa da água provocada por um fazendeiro.
	Parateca e Pau D’Arco	Malhada	Médio São Francisco	7.801,45	500	Conflitos com latifundiários no passado recente.
	Jatobá	Muquém do São Francisco	Médio São Francisco	1.778,89	69	Conflitos com latifundiários no passado recente.
MA	(96 comunidades ¹⁵⁵)	Alcântara	Grande São Luís	85.000	3.187	Deslocamentos compulsórios resultantes da instalação do CLA;

¹⁵⁵ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) – http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/ma/alcantara/alcantara_conflito.html, acesso em 02/04/15.

						conflitos com a Aeronáutica envolvendo o uso do território.
MT	Mata Cavalo	Nossa Senhora do Livramento	Grande Cuiabá	11.722,4 613	418	Produção agrícola para comercialização e subsistência.
MS	Furnas da Boa Sorte	Corguinho	Centro-Norte	1.402,39 27	52	Dificuldade de acesso à escolas, atendimento médico, saneamento básico e eletrificação.
	Furnas de Dionísio	Jaraguari	Centro-Norte	1.031,89 05	92	Dificuldade de acesso à escolas, atendimento médico, saneamento básico e eletrificação.
	Colônia São Miguel	Maracaju	Sudoeste (Serra de Maracaju)	333,073 6	28	Projetos para produção de frutas, hortaliças, artesanato e criação de gado, através do Pronaf.
GO	Kalunga	Monte Alegre, Teresina e Cavalcante	Chapada dos Veadeiros	253.191, 72	600	Parcerias com a Petrobrás e o SENAR para a capacitação em processamento de matérias-primas e fabricação de cosméticos; ecoturismo.
SE	Mocambo	Porto da Folha	Sertão/Baixo São Francisco	2.804,66 27	113	Produção agrícola e pesca para comercialização e subsistência.
	Lagoa dos Campinhos	Amparo e São Francisco da Telha	Agreste/Baixo São Francisco	256,672	89	Reivindicação por melhores condições de assistência técnica.
	Piranguí	Capela	Baixo São Francisco	71,3694	43	Área bastante reduzida
PE	Conceição das Crioulas	Salgueiro	Sertão	16.865,0 678	750	Conflitos com fazendeiros que ainda ocupam áreas da comunidade; referência em educação quilombola; produção de artesanato.
	Castainho	Garanhuns	Agreste	183,6	206	Área bastante reduzida

Fonte: INCRA e Comissão Pró-Índio de São Paulo. Organização: André Luís Gomes (2015).

Ao trazermos à tona esses dados, de forma sintética, devemos ressaltar que eles não dão conta de todas as especificidades dessas comunidades, o que exigiria um estudo de caso aprofundado, como procuramos fazer na comunidade Cafundó. Sabemos que as

populações dessas comunidades são flutuantes, devido aos fenômenos do aumento ou diminuição natural da população, da migração e/ou do casamento com pessoas de fora da comunidade. Do mesmo modo, as problemáticas envolvendo o uso do território (hegemônico e hegemônico) também mudam ao longo do tempo, pois o espaço, enquanto instância social, é dinâmico e está constantemente sendo produzido e reconstruído, tanto pelas ações e eventos que tem o lugar como origem, como por aqueles resultantes do movimento do espaço total (SANTOS, 1986; 2014).

Além disso, por questão de concisão, não tratamos dos territórios quilombolas existentes na Região Norte, sobretudo no estado do Pará (além de Amapá e Rondônia), que possui 403 comunidades reconhecidas e 56 tituladas¹⁵⁶. Também não citamos em particular as comunidades tituladas presentes em Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Nosso propósito não foi apresentar um levantamento sistemático e minucioso das especificidades de todas as comunidades que possuem título, mas somente mencionar casos que exemplificam os conflitos enfrentados pelas comunidades quilombolas, envolvendo o uso do território, chamando a atenção para a sua ocorrência em todos os cantos do país, principalmente nos estados que apresentam as maiores discrepâncias entre os número de comunidades reconhecidas e tituladas.

¹⁵⁶ “O estado do Pará é nacionalmente conhecido como a unidade da federação de recordes das ações fraudulentas e grilagens de terras. Em artigo publicado no insuspeito jornal O Globo, em 20 de novembro de 2005, o procurador estadual Carlos Lamarão, diretor jurídico do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) informou as dificuldades encontradas para cancelar os títulos de propriedade fraudulenta de um pretense fazendeiro que, por sua vez, alega possuir o equivalente a 1% do território nacional ou 8% do território paraense. (...) A maior parte das terras tituladas como remanescentes de quilombos encontra-se no Estado do Pará, o que vem a confirmar as pesquisas históricas sobre o passado dessas comunidades” (MOTTA, 2006: 6-7).

**PARTE II – OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA
REGIÃO DE SOROCABA E A COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO CAFUNDÓ**

**CAPÍTULO IV – OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA
REGIÃO DE SOROCABA E DEMAIS COMUNIDADES NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

4.1. A região de Sorocaba e o município de Salto de Pirapora: território, estrutura fundiária e economia agrícola.

Antes da fundação de Sorocaba, sua área já era cortada pela antiga “estrada indígena do peabiru”, que provavelmente constituía uma rota de comunicação entre os incas e os índios do litoral e do sertão, ligando os Andes ao Oceano Atlântico¹⁵⁷. O povoado que originou Sorocaba foi fundado em 1654, pelo capitão Baltazar Fernandes, proprietário de sesmarias recebidas do rei de Portugal, proveniente de Santana de Parnaíba e que trouxe consigo escravos índios, gado e animais domésticos. Em 1661, o povoado foi elevado a município, sendo denominado Vila da Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, pertencente à comarca de Itu. Durante o século XVII, Sorocaba foi um posto avançado dos bandeirantes – tais como “Pascoal Moreira Cabral [que] partiu de Sorocaba e fundou Cuiabá em 1719” (ANDRADE FILHO, 2000: 28) – que partiam rumo ao sertão em busca de ouro e pedras preciosas (ANDRADE FILHO, 2000; STRAFORINI, 2000),

O povoamento de Sorocaba, município do qual Salto de Pirapora se emancipou em 1953, teve como base a atividade tropeira, constituindo a antiga vila um centro de comercialização de muares, trazidos do sul do país e vendidos a compradores vindos de diversas áreas da província paulista e até mesmo de outras, como Minas Gerais e Rio de Janeiro (STRAFORINI, 2001). Segundo Andrade Filho (2000),

A partir do século XVIII, muitos sorocabanos tornaram-se tropeiros. Iam ao sul do Brasil comprar tropas para revenderem na feira de muares de Sorocaba, que se tornou muito conhecida em todo o país. Muitos chegaram a morar em localidades no sul do Brasil, exercendo a referida atividade e participando do povoamento de algumas destas. (...) O tropeirismo decaiu em fins do século XIX, quando começaram a surgir as primeiras indústrias têxteis com o desenvolvimento da lavoura de algodão (ANDRADE FILHO, 2000: 28).

¹⁵⁷ Os “peabiru” (na língua tupi, “pe” – caminho; “abiru” – gramado amassado) são antigos caminhos utilizados pelos indígenas sul-americanos desde muito antes do descobrimento pelos europeus, ligando o litoral de São Vicente e Santa Catarina ao interior do continente, passando pelas áreas das atuais cidades de São Paulo, Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí, Alto Piquiri, Foz do Iguaçu e Assunción. Esses caminhos foram conhecidos pelos portugueses logo no início da colonização e utilizados para a exploração dos sertões. Com mais de três mil quilômetros, o Peabiru foi a estrada transcontinental mais importante da América do Sul antes da chegada dos europeus (...) servindo como ligação entre os guaranis e os demais povos sul-americanos. Fonte: <http://www.anovademocracia.com.br/no-10/1120-a-desconhecida-maravilha-indigena>, acesso em 01/10/15.

Antes do início da construção das primeiras ferrovias, a partir de meados do século XIX, todo o transporte terrestre de pessoas e mercadorias dependia dos animais, o que dá uma idéia da importância que teve, no período que precedeu a expansão das ferrovias, a atividade tropeira e a comercialização dos animais de carga. O transporte das cargas por animais conviveu com as ferrovias durante mais de meio século, interligando fazendas e estações ferroviárias, até a sua substituição definitiva pelos caminhões, a partir da década de 1930 (MONBEIG, 1984).

Em torno da atividade tropeira realizada em Sorocaba, gravitava a agricultura voltada para a produção de alimentos e a criação de animais, para abastecer o consumo dos próprios sítios e fazendas, das tropas e da população da cidade de Sorocaba, que crescia, além da produção de algodão para exportação, que se expandiu a partir da segunda metade do século XIX (STRAFORINI, 2001). Na área correspondente ao atual município de Salto de Pirapora, também se destacou a extração de calcário para ser vendido ou trocado (por sal, açúcar, querosene, pão e tecidos) em Sorocaba (ANDRADE FILHO, 2000).

A fundação inicial de Salto de Pirapora ocorreu em 1906, por Antônio Maximiano Fidélis e Felício Lencione, que rezaram a primeira prece no lugar e demarcaram o local onde seria a sede do município. Em 1907, foi erigida uma capela em devoção a São João Batista, na qual foi rezada a primeira missa. No mesmo local, foi construída em 1922 a Igreja Matriz, existente até os dias atuais. Em 1911, o povoado foi elevado a Distrito de Paz da Comarca de Sorocaba (Lei 1.250, de 18 de agosto de 1911), conquistando a emancipação política em 1953, por meio de um plebiscito e realizando as primeiras eleições municipais (executivo e legislativo) em 1955¹⁵⁸. “A área de Sorocaba antigamente era muito extensa. Com o tempo, foram surgindo povoados em volta de Sorocaba. Do ponto de vista político, as localidades normalmente tornam-se primeiramente distritos e depois passam a municípios” (ANDRADE FILHO, 2000: 30). A “Tabela 11 – Região de Sorocaba: ano de emancipação e fundação da paróquia dos municípios” indica o ano de emancipação e de fundação da paróquia dos municípios que pertenciam a Sorocaba.

¹⁵⁸ Fonte: Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora – <http://saltodepirapora.sp.gov.br/sessao/historia>, acesso em 17/05/15.

Tabela 11 – Região de Sorocaba: ano de emancipação e fundação da paróquia dos municípios

Localidade	Emancipação	Paróquia
Itapetininga	1770	1772
Itapeva da Faxina	1771	1770
Araçoiaba da Serra	1857	1820
Piedade	1857	1847
Sarapuí	1872	1840
São Miguel Arcanjo (desmembrado de Itapetininga)	1889	-----
Pilar do Sul	1891	1880
Salto de Pirapora	1953	1951
Votorantim	1963	-----
Capela do Alto (desmembrado de Araçoiaba da Serra)	1965	-----
Alambari	1992	1846

Fonte: ANDRADE FILHO (2000: 30), organizado por André Luís Gomes (2015).

Na atualidade, esses municípios (com exceção de Itapetininga e Itapeva) fazem parte da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), criada pela Lei Complementar Estadual N° 1.241 de 09 de maio de 2014. A RMS faz parte da Mesoregião Macro Metropolitana Paulista, que inclui também as microrregiões de Jundiaí e Bragança Paulista. Além da RMS, no Estado de São Paulo existem as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte, assim como as Aglomerações Urbanas de Jundiaí, Piracicaba e da Microrregião de Bragança Paulista¹⁵⁹, as quais podem ser visualizadas na “Figura 4 – Estado de São Paulo: Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões pertencentes à Macro-metrópole Paulista, 2014”.

A RMS ocupa uma área de 9.822,13 km², é composta por 26 municípios, possui população estimada de 1.861.007 habitantes¹⁶⁰ e uma taxa de urbanização de 89,37%. Em 2012, seu PIB total foi de R\$ 48.393.257.000,00¹⁶¹. A “Figura 5 – Região Metropolitana de Sorocaba e seus Municípios, 2014” permite identificar e localizar os municípios que compõe a RMS e a “Tabela 12 – Região Metropolitana de Sorocaba:

¹⁵⁹ Fonte: Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo – <http://www.sdmropolitano.sp.gov.br/portalsdm/img/regiaoometrop.jpg>, acesso em 17/05/15.

¹⁶⁰ Fonte: IBGE - <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=35&search=sao-paulo>, acesso em 17/05/15.

¹⁶¹ Fonte: Fundação SEADE - http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil_regional/index.php, acesso em 17/05/15.

Municípios, Área, População e Produto Interno Bruto, 2014” traz as principais informações sobre esses municípios.

Tabela 12 – Região Metropolitana de Sorocaba: Municípios, Área, Produto Interno Bruto (PIB) e População (rural e urbana)

Município	Área (km²)	PIB em R\$ mil (2012)				Pop. total (2014)	Pop. rural %	Pop. urbana %
		Agr.	Ind.	Ser.	Tot.			
Alambari	159,27	33.894	7.615	42.177	87.588	5.460	21,97	78,03
Alumínio	83,74	2.871	927.003	227.258	1.526.433	17.924	16,15	83,85
Araçariguama	145,2	778	751.871	402.785	1.425.276	19.663	----	100
Araçoiaba da Serra	255,43	10.093	146.958	302.850	510.967	30.713	31,13	68,7
Boituva	248,95	7.174	915.592	765.089	2.120.462	48.314	5,93	94,07
Capela do Alto	169,89	11.148	30.347	149.821	208.291	19.212	15,5	84,5
Cerquillo	127,8	44.613	1.340.296	766.911	2.508.119	44.320	5,2	94,8
Cesário Lange	190,77	19.600	82.647	140.962	277.658	16.943	32,5	67,5
Ibiúna	1.058,08	58.350	149.964	651.798	946.737	75.845	64,25	35,75
Iperó	170,28	4.881	146.215	222.599	420.971	32.568	38,3	61,7
Itu	639,58	22.162	1.457.581	2.492.652	4.772.543	165.511	5,75	94,25
Jumirim	59,69	4.113	35.048	30.326	81.369	3.092	38,8	61,2
Mairinque	210,31	7.435	343.339	477.032	957.023	45.729	19,75	80,25
Piedade	746,87	66.358	88.915	511.999	741.337	54.523	53,8	46,2
Pilar do Sul	681,12	101.349	39.955	263.736	434.795	28.097	19,45	80,55
Porto Feliz	556,71	62.013	249.529	586.918	1.018.882	51.628	14,7	85,3
Salto	133,21	7.095	657.827	1.623.625	2.811.010	113.127	0,7	99,3
Salto de Pirapora	280,61	24.157	192.175	345.634	636.396	43.148	21,5	78,5
São Miguel Arcanjo	930,34	181.349	40.665	305.005	560.005	32.696	28,05	71,95
São Roque	306,91	12.782	466.585	1.007.671	1.713.584	85.502	9,3	90,7
Sarapuí	352,69	24.643	24.886	81.094	141.126	9.734	23,5	76,5
Sorocaba	449,8	20.257	5.029.426	10.404.945	19.019.098	637.187	1	99
Tapiraí	755,1	7.464	10.713	58.255	83.447	8.085	27	73
Tatuí	523,48	40.424	837.798	1.357.846	2.592.395	115.515	3,8	96,2
Tietê	404,4	46.111	327.304	548.401	1.082.045	39.765	9	91
Votorantim	184,1	38.698	522.169	1.224.990	2.067.785	116.706	3,8	96,2
Total	9.822,13	859.812	14.823.423	24.992.379	48.745.342	1.861.007	10,3	89,7

Fonte: IBGE – <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=35&search=sao-paulo>, e SEADE - <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela>, acesso em 17/05/15.

Organização: André Luís Gomes (2015).

Figura 4 – Estado de São Paulo: Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões pertencentes à Macro-metrópole Paulista, 2014

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo – <http://www.sdmropolitano.sp.gov.br/portalsdm/img/regiaometrop.jpg>, acesso em 17/05/15.

Figura 5 – Região Metropolitana de Sorocaba e seus Municípios, 2014

Fonte: EMPLASA – <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/indicadores/sorocaba.asp>, acesso em 17/05/15. Organizado por André Luís Gomes (2015).

Os municípios que compõem a RMS apresentam uma grande diversidade econômica e territorial. Aqueles situados na porção sul – Ibiúna, Piedade, Tapiraí, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo – correspondem a uma importante zona de produção agrícola de gêneros alimentícios, para abastecimento das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Sorocaba, com base principalmente na agricultura familiar, destacando-se a produção de hortaliças e legumes (alface, repolho, brócolis, couve, cebola, uva, por exemplo).

Também se destaca a grande importância ambiental – do ponto de vista do equilíbrio dos ecossistemas e da conservação dos recursos hídricos – desses municípios. Nesse sentido, parte do território de Ibiúna e Piedade se insere no Parque Estadual Jurupará¹⁶², enquanto porções significativas de São Miguel Arcanjo e Tapiraí (além dos municípios de Capão Bonito e Sete Barras, situados fora dos limites da RMS) se sobrepõem aos limites do Parque Estadual Carlos Botelho¹⁶³.

Os dois parques são Unidades de Conservação de Proteção Integral que integram a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo¹⁶⁴, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica¹⁶⁵ e se situam na Serra de Paranapiacaba – conjunto de

¹⁶² “O PE do Jurupará encontra-se estrategicamente localizado entre o Contínuo Ecológico de Paranapiacaba, o Parque Estadual da Serra do Mar, a APA Itupararanga e a Reserva Estadual do Morro Grande, apresentando função conectora e contribuindo com um extenso corredor voltado à manutenção da Mata Atlântica do Estado de São Paulo, apesar de parte dos remanescentes florestais apresentar-se em estágio secundário de conservação. Sua localização também contribui para proteção da bacia hidrográfica do Alto Juquiá, abrangendo uma densa rede hídrica composta por formadores do rio Juquiá, rio Juquiá-Guaçu e rio do Peixe. Não por menos o PEJU reúne em seu perímetro, quatro usinas hidrelétricas, sendo nítidos os serviços ambientais prestados, de manutenção da qualidade e quantidade de água”. O Parque foi criado pelos Decretos N° 35.703 e N° 35.704, ambos de 22/09/1992, com área total de 26.250,47ha, dos quais 94,47% em Ibiúna e 5,53% em Piedade (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

¹⁶³ Criado a partir do Decreto N° 19.499, de 10/09/1982, possui área total de 37.644ha, com a seguinte distribuição nos territórios dos municípios: 18,8% em São Miguel Arcanjo, 54,55% em Sete Barras, 18,6% em Capão Bonito e 3,02% em Tapiraí. Deve ser destacado que o PE Carlos Botelho é cortado no sentido norte-sul pela rodovia SP-139, que ligando os municípios de São Miguel Arcanjo (e desse modo Salto de Pirapora) e Sete Barras, constitui uma via de acesso entre o Vale do rio Ribeira de Iguape e a RMS e o conjunto da região do Alto Paranapanema (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2008).

¹⁶⁴ “Criadas pela UNESCO em 1972, as Reservas da Biosfera, espalhadas hoje por 110 países, têm sua sustentação no programa ‘O Homem e a Biosfera’ (MAB) da UNESCO, desenvolvido com o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com a UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza e com agências internacionais de desenvolvimento”. “Em 1993 a UNESCO reconheceu a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, como parte integrante da RB da Mata Atlântica, mas com identidade própria dadas às peculiaridades do entorno de uma das maiores metrópoles do mundo. Além de São Paulo, a RB do Cinturão Verde envolve outros 71 municípios onde se concentram 10% de toda a população brasileira”, em menos de um milésimo do território nacional. Fontes: Ministério do Meio Ambiente - <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/reserva-da-biosfera> - Rede Brasileira de Meio Ambiente - http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_cinturao.asp - e Instituto Florestal - <http://iflorestal.sp.gov.br/o-instituto/rbcv/o-cinturao-verde/>, acesso em 27/05/15.

¹⁶⁵ “A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em seis fases sucessivas entre 1991 e 2008, foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera

escarpas montanhosas, que separa o Vale do rio Ribeira de Iguape das regiões de Sorocaba e Itapetininga, cujos rios pertencem respectivamente às bacias hidrográficas do Rio Sorocaba-Médio Tietê e Paranapanema. Além das duas UC's de Proteção Integral, cabe mencionar também a presença da APA Itupararanga¹⁶⁶, da APA Serra do Mar¹⁶⁷ – sobreposta à maior parte da área do município de Tapiraí – e da Floresta Nacional de Ipanema, nos municípios de Iperó, Araçoiaba da Serra e Capela do Alto¹⁶⁸.

A Serra de Paranapiacaba, presente nos municípios da porção sul da RMS, é um divisor de águas que serve de limite para importantes bacias hidrográficas do Estado de São Paulo, também denominadas Unidades de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (UGRHI)¹⁶⁹: Sorocaba-Médio Tietê, que inclui a maioria dos municípios da região; Alto Paranapanema, que abrange parte dos municípios de Piedade, Pilar do Sul, Tapiraí,

declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 78.000.000 hectares, sendo 62.000.000 em áreas terrestres e 16.000.000 em áreas marinhas, nos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica”. Fonte: Rede Brasileira de Meio Ambiente – http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_1_textosintese.asp, acesso em 27/05/15.

¹⁶⁶ “A área de drenagem da represa Itupararanga, abrange parcialmente os municípios: Votorantim, Piedade, Ibiúna, Vargem Grande Paulista, Cotia, São Roque, Mairinque e Alumínio, sendo responsável pelo abastecimento público de 63% da população da bacia e pela geração de energia elétrica para a região. A APA de Itupararanga foi estabelecida pela Lei Estadual Nº 10.100 de 01 de dezembro de 1998 e alterada pela Lei Estadual Nº 11.579 de 2 de dezembro de 2003 e corresponde a área geográfica da bacia hidrográfica formadora da represa de Itupararanga”. Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Plano Trabalho, Compensação Ambiental da Duplicação da Rodovia Raposo Tavares.

¹⁶⁷ “A APA Serra do Mar foi declarada Unidade de Conservação pelo Decreto Estadual nº 22.717, de 21 de setembro de 1984. Está situada ao sul do estado de São Paulo, abrangendo parte da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. Devido a sua posição estratégica, tornou-se o principal elo de continuidade entre as áreas protegidas pelo Parque Estadual da Serra do Mar e as demais Unidades de Conservação do Vale do Ribeira. O objetivo principal de sua criação é a proteção da Serra do Mar nesse território, coberto por um extenso maciço de Mata Atlântica, sendo uma das áreas mais preservadas do Estado e da região Centro-Sul brasileira, responsável pela grande diversidade de espécies vegetais e animais ali encontrados, notadamente as que são peculiares somente a essa região e aquelas ameaçadas de extinção”. Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (São Paulo), <http://www.ambiente.sp.gov.br/apa-serra-do-mar/>, acesso em 27/05/15.

¹⁶⁸ Criada pelo Decreto Federal Nº 530, de 20 de maio de 1992, a Floresta Nacional de Ipanema é uma Unidade de Conservação Federal, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Além de proteger o monumento natural representado pelo Morro de Araçoiaba e abrigar remanescentes do cerrado paulista, a UC inclui um sítio histórico que preserva as construções da antiga Real Fábrica de Armas de Ipanema, a primeira fábrica metalúrgica instalada no Brasil, no ano de 1811. Fonte: ICMBio, <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/unidades-abertas-a-visitacao/2680-floresta-nacional-de-ipanema.html>, acesso em 28/05/15.

¹⁶⁹ “Na Constituição do Estado de São Paulo a questão dos recursos hídricos conduz para a gestão descentralizada, participativa e integrada em relação às peculiaridades das bacias hidrográficas. Com a Lei Estadual Nº 7.663, promulgada em 1991, foi instituída a Política de Recursos Hídricos. Em 1994 foi aprovada a Lei Estadual Nº 9.034, que aprovou o Plano Estadual de Recursos Hídricos e propôs a divisão do Estado de São Paulo em Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI. Atualmente o Estado conta com 21 Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs, legalmente constituídos, em toda a sua área territorial” Fonte: AZEVEDO, Fabiana Z. *Política de Recursos Hídricos e a Gestão das Águas Subterrâneas*: Experiência dos Comitês do Estado de São Paulo. I Simpósio de Hidrogeologia do Sul-Sudeste, 2007.

Sarapuí e a maior parte do território de São Miguel Arcanjo; e Ribeira do Iguape/Litoral Sul, que inclui parte dos municípios de Ibiúna, Piedade, São Miguel Arcanjo e a maior parte do território de Tapiraí. O “Mapa 7 – Bacia Hidrográfica do Rio Tietê” permite identificar a localização da bacia hidrográfica do Rio Tietê no Estado de São Paulo, enquanto a “Figura 6 – Municípios pertencentes à UGRHI Sorocaba-Médio Tietê” destaca a UGRHI Sorocaba Médio-Tietê. O “Mapa 8 – Unidades de conservação existentes nas regiões do Alto Paranapanema e do Vale do Ribeira de Iguape” e o “Mapa 9 – Área de Proteção Ambiental (APA) Itupararanga” permitem a localização das unidades de conservação existentes nas regiões do Alto Paranapanema, do Vale do Ribeira de Iguape e da APA Itupararanga.

Mapa 7 – Bacia Hidrográfica do Rio Tietê

Fonte: Ministério do Meio Ambiente/Agência Nacional de Águas, disponível em http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Cobranca/09_MapasTiete.jpg, acesso em 28/05/15.

Figura 6 – Municípios pertencentes à UGRHI Sorocaba-Médio Tietê

Fonte: Ministério das Cidades, disponível em <http://www.capacidades.gov.br/blog/detalhar/id/59/post/220#prettyPhoto>, acesso em 28/05/15.

Mapa 8 – Unidades de conservação existentes nas regiões do Alto Paranapanema e do Vale do Ribeira de Iguape

Fonte: Fundação Florestal, 2008: 41

Mapa 9 - Área de Proteção Ambiental Itapararanga

Fonte: FUNDAÇÃO FLORESTAL. Plano de Manejo da APA Itapararanga , 2000

Além de Ibiúna, Piedade, Tapiraí, Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo, Sarapuí e Alambari também podem ser considerados como municípios de perfil agrícola, levando-se em conta a participação da agricultura na composição do PIB: aproximadamente 38,7% em Alambari e 17,5% em Sarapuí. Embora essa participação não chegue a 50% em nenhum dos casos, ela pode ser considerada alta, quando comparada aos demais municípios da RMS, inclusive Salto de Pirapora, no qual agricultura, indústria e serviços respondem respectivamente por 3,8%, 30,2% e 66% do PIB do município.

Outros municípios possuem perfil tipicamente industrial, como é o caso de Sorocaba, Alumínio, Votorantim, Araçariguama, Mairinque, Itu, Salto, Boituva, Porto Feliz, Cerquilha e Tatuí, por exemplo, que caracterizam a presença de um pólo industrial na RMS. Nesse sentido, cabe mencionar algumas das grandes empresas instaladas na região: fábrica de veículos do Grupo Toyota em Sorocaba, fábrica de cimentos do Grupo Votorantim em Salto de Pirapora, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) em Alumínio, fábrica de aço do Grupo Gerdau em Araçariguama e a unidade de processamento de soja do Grupo Cargill em Mairinque, são alguns exemplos, dentre vários outros, da importância da indústria na RMS. Além das empresas privadas, destaca-se a presença do Centro Experimental Aramar – vinculado ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – instalado em Iperó e responsável pelo desenvolvimento tecnológico do Programa Nuclear da Marinha do Brasil¹⁷⁰.

Na RMS, Sorocaba, São Roque, Itu e Salto destacam-se como pólos de oferecimento de serviços (educação, saúde, transportes, mão-de-obra qualificada, administração pública, justiça). Existem também municípios em “situação intermediária” em relação aos grandes setores da atividade econômica, nos quais se verifica uma significativa expansão de chácaras e condomínios fechados, para veraneio ou moradia permanente, como é o caso de Salto de Pirapora, Araçoiaba da Serra, Iperó, Boituva e Cesário Lange.

De qualquer modo, é necessário levar em conta as especificidades que cada município pode apresentar, podendo ocorrer a presença de praticamente todas as atividades citadas (agrícolas, industriais ou de serviços) em cada um dos 26 municípios da RMS, com as devidas proporções. Não é nosso propósito traçar um quadro minucioso dos municípios que compõem a RMS, cabendo apenas frisar que se trata de uma macro-área na qual tem ocorrido significativa expansão de empreendimentos

¹⁷⁰ Fonte: Marinha do Brasil, http://www.mar.mil.br/ctmsp/conheca_centro.html, acesso em 28/05/15.

industriais, de infra-estrutura e de serviços, devido à relativa proximidade com a Grande São Paulo e à presença, no território, de importantes sistemas técnicos de circulação (SANTOS e SILVEIRA, 2008), principalmente as rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares.

Essa expansão tem levado a significativas transformações nos usos do território, definindo usos hegemônicos e hegemonzados (SILVA, 2010), tal como temos verificado no município de Salto de Pirapora, na comunidade Cafundó e no seu entorno. Tal processo tem se caracterizado regionalmente pelo avanço de empreendimentos econômicos, como o plantio de eucalipto para uso como matéria-prima industrial, a mineração, a instalação de fábricas e a criação de condomínios particulares, representando usos do território que em diversos casos impõem-se, conflituosamente, a outros usos, tais como os representados por camponeses e quilombolas, assim como o conjunto da população. De acordo com Pilla (et. al., 2013: 114),

A região está localizada no entorno da Serra de Paranapiacaba e apresenta grandes problemas de ocupação, porque é caracterizada pela presença de pequenas e médias unidades de produção. Apresenta situações diferenciadas no que diz respeito à posse e ao uso das terras, com grande incidência de conflitos decorrentes da ação de especuladores imobiliários, motivados, principalmente, pela pequena distância dessas áreas da capital paulista. Diferentemente das outras regiões (...), onde os conflitos ocorrem, em geral, entre ocupantes na própria zona rural, nesse caso há conflitos também pela expansão da ocupação urbana. Na busca de novas áreas para a instalação de loteamentos urbanos, os especuladores imobiliários quase sempre instalam loteamentos clandestinos.

Segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), o conjunto dos municípios abrangidos pelo Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) de Sorocaba¹⁷¹ alcançou em 2004 um valor total de produção agropecuária de R\$ 521.268.970,23 – equivalente a 1,93% do total do estado, destacando-se a carne de frango (12,14%), a carne bovina (10,89%) e a cana-de-açúcar¹⁷². Com relação à área ocupada, em 2004 as culturas que ocupavam as maiores áreas eram eucalipto e pinus (66.654ha), cana-de-açúcar (25.718ha) e milho (20.144ha), enquanto em 2014 as mesmas culturas ocupavam

¹⁷¹ Composto pelos municípios de Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Cabreúva, Capela do Alto, Ibiúna, Iperó, Itu, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Roque, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim. Fonte: IEA, <http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/distrib.php>, acesso em 28/05/15.

¹⁷² Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó)/Laudo Técnico de Avaliação de Imóvel Rural da Gleba A, 2005.

respectivamente 60.769, 32.242 e 17.388 hectares¹⁷³, observando-se a expansão da cana-de-açúcar e a pequena diminuição da área ocupada pelo eucalipto/pinus e milho. Cabe pontuar ainda que os dados do Projeto LUPA (2007/08) apontavam a ocupação de 103.196,4 hectares por pastagens¹⁷⁴. A “Tabela 13 – Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba: área ocupada pelas principais culturas em relação à área total ocupada pelas UPA’s, 2007/2008” indica a porcentagem da área total dos estabelecimentos agrícolas ocupada por essas culturas em 2007/08.

Tabela 13 – Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba: área ocupada pelas principais culturas em relação à área total ocupada pelas UPA’s, 2007/2008

Cultura	Área ocupada no EDR Sorocaba (ha)	% em relação à área total das UPA’s
Pastagens	103.196,4	26,0
Eucalipto	45.605,5	11,5
Cana-de-açúcar	35.983,7	9,05
Milho	19.430,6	4,9
Demais culturas	193.201,1	48,55
Total	397.417,3	100,0

Fonte: Projeto LUPA, <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais/pdf/tedr38.pdf>, acesso em 28/05/15, organizado André Luís Gomes (2015).

No conjunto dos municípios do EDR Sorocaba, os dados do Projeto LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo, 2007/08) apontam, além do predomínio da ocupação rural do solo por pastagens, eucalipto, cana-de-açúcar e milho, a acentuada concentração fundiária em relação à área ocupada e o predomínio da pequena propriedade, relativo ao número de estabelecimentos. Em 2007/08 havia 10.450 Unidades de Produção Agropecuária (UPA’s), que ocupavam no total uma área de 397.417,3ha. Todavia, as UPA’s com até 50 ha respondiam por 88,3% do total, representando apenas 30,5% de toda a área. Já as unidades com mais de 500 ha representavam apenas 0,8% do total, mas ocupavam 32,25% do conjunto da área, caracterizando um índice de concentração fundiária próximo das estatísticas estaduais, porém com maior predomínio da pequena e média

¹⁷³ Fonte: IEA - http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1, acesso em 28/05/15.

¹⁷⁴ Fonte: CATI - <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais/pdf/tedr38.pdf>, acesso em 28/05/15.

propriedade (até 50 ha) conforme os gráficos 11 e 12. No conjunto do Estado de São Paulo, as UPA's com até 50 ha respondiam por 77,65% do total, mas ocupavam apenas 19,9% da área, enquanto as unidades com mais de 500 ha correspondiam a 1,9% do total, mas ocupavam 35% de toda a área. A estrutura fundiária regional e sua comparação com a do Estado de São Paulo – com base no tamanho e na quantidade das UPA's – pode ser mais bem visualizada na tabela e nos gráficos apresentados a seguir:

Tabela 14 – Estado de São Paulo e Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba: Estrutura Fundiária, 2007/08

Classes de tamanho das UPA's (ha)	Nº de UPA's		(%)		Área ocupada (ha)		(%)	
	SP	EDR Sor.	SP	EDR Sor.	SP	EDR Sor.	SP	EDR Sor.
Até 10	101.272	4.913	31,2	47	533.359,6	24.689,1	2,6	6,21
10 a 20	73.207	2.277	22,5	21,8	1.081.760,38	33.065,6	5,28	8,3
20 a 50	77.758	2.034	23,95	19,5	2.467.251,29	63.451,6	12,03	15,96
50 a 100	32.932	642	10,15	6,15	2.331.035,23	45.093,5	11,37	11,34
100 a 200	19.741	306	6,08	2,9	2.770.726,07	43.330,0	13,51	10,9
200 a 500	13.564	194	4,18	1,85	4.147.892,78	59.549,0	20,23	14,98
Acima de 500	6127	84	1,9	0,8	7.171.845	128.238,5	35	32,25
Total	324.601	10.450	100	100	17.733.144	397.417,3	100	100

Fonte: Projeto LUPA, <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais/pdf/tedr38.pdf>, acesso em 28/05/15, organizado por André Luís Gomes (2015).

Gráfico 11 – Estado de São Paulo e Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba: porcentagem de UPA's de acordo com a classe de tamanho, 2007/08

Fonte: Fonte: Projeto LUPA, <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais/pdf/tedr38.pdf>, acesso em 28/05/15, organizado por André Luís Gomes (2015).

Gráfico 12 – Estado de São Paulo e Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba: porcentagem da área ocupada pelas UPA's de acordo com a classe de tamanho, 2007/08

Fonte: Fonte: Projeto LUPA, <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais/pdf/tedr38.pdf>, acesso em 28/05/15, organizado por André Luís Gomes (2015).

Por outro lado, o Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal têm realizado, ainda que timidamente, uma política de criação de assentamentos de reforma agrária – por meio da concessão de terras públicas e da desapropriação de terras particulares consideradas improdutivas ou inadimplentes quanto ao pagamento de impostos – na maioria das vezes como forma de solução de conflitos originados a partir de reivindicações de trabalhadores sem-terra¹⁷⁵ (PILLA [et. al.], 2013). Na “Tabela 15 – Estado de São Paulo: criação de assentamentos estaduais e federais, 1981-2012”, apresentamos o número de assentamentos criados no Estado de São Paulo, a área total e o número de famílias beneficiadas, por período, de 1981 a 2012. A “Tabela 16 – Assentamentos implantados na área do Escritório de Desenvolvimento Regional de

¹⁷⁵ “No Estado de São Paulo, a Lei N° 4.957/85, que dispõe sobre o desenvolvimento de Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários, conhecidos também como Plano de Valorização das Terras Públicas (PVTP) destina as terras públicas ociosas, subaproveitadas ou aproveitadas inadequadamente para os trabalhadores demandantes de terra, por meio da concessão de seu uso. No caso de terras particulares, o governo federal realiza a desapropriação para fins de reforma agrária, por meio do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), estabelecido pelo Decreto N° 91.766, de 1985, em razão do não cumprimento de sua função social. Essa função está prevista na Constituição Federal” (PILLA [et. al.], 2013: 151).

Sorocaba, 1985-1998” contêm dados mais detalhados sobre os assentamentos presentes na área do EDR de Sorocaba.

Tabela 15 – Estado de São Paulo: criação de assentamentos estaduais e federais, 1981-2012

Período	Nº de assentamentos		Área total (ha)		Nº de famílias/lotês	
	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual
1981-1990	12	17	38.520,6	26.474,4	1.514	1.312
1991-1999	16	85	23.493,6	96.106,7	1.259	4.246
2000-2012	32	34	16.324,3	26.672	1.113	1.239
Total por ente federativo	60	136	78.338,5	149.253,1	3.886	6.797
TOTAL	196		227.591,6		10.683	

Fonte: PILLA [et. al.], 2013: 151-175, organizado por GOMES, André L. (2015).

Tabela 16 – Assentamentos implantados na área do Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba, 1985-1998

Assentamento	Município	Área total (ha)	Nº de famílias/lotês	Ano de criação	Domínio da terra
Porto Feliz	Porto Feliz	1.092,7	83	1985	Estadual
Ipanema	Iperó	1.768,7	151	1993	Federal
Bela Vista	Iperó	887,9	31	1998	Estadual
TOTAL	-----	3.749,3	265	-----	-----

Fonte: PILLA [et. al.], 2013: 151-175, organizado por André Luís Gomes (2015).

Os dados apresentados apontam que a política de assentamentos, exaltada pelo governo paulista como uma “política de desenvolvimento”, também possui caráter pontual, por meio da criação de assentamentos principalmente em áreas que apresentam conflitos fundiários mais sérios, como a região do Pontal do Paranapanema. Desse modo, mesmo com os índices de concentração fundiária apresentados, a área total dos assentamentos (estaduais e federais) criados no Estado de São Paulo corresponde a menos de 1,3% da área total ocupada pelas UPA’s, e no âmbito do EDR Sorocaba, a menos de 1%. Desse modo, é possível afirmar que a política de criação de assentamentos no estado de São Paulo apresenta, quantitativamente (do ponto de vista da área total e do número de famílias), o mesmo caráter pontual que a política de regularização de territórios quilombolas.

No município de Salto de Pirapora, o valor total adicionado à produção agrícola em 2012, segundo o IBGE, foi de R\$ 24.157.000,00, o que é equivalente a 4,63% da produção agrícola dos municípios pertencentes ao EDR Sorocaba. As culturas que ocupam as maiores áreas no município são – com exceção da cana-de-açúcar, cujo cultivo é pouco expressivo – as mesmas verificadas no conjunto do EDR, predominando o eucalipto (6.726,8 ha), seguido pelas pastagens/braquiária (6.278,3 ha), pelo milho (1.526,7 ha), pelo feijão (396,4 ha) e pelas gramas (370,5 ha), conforme a tabela a seguir:

Tabela 17 – Salto de Pirapora: área ocupada pelas principais culturas em relação à área total ocupada pelas UPA's, 1995/1996 e 2007/2008

Cultura	Área ocupada (ha)		% em relação à área total das UPA's	
	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08
Eucalipto	3.664,10	6.726,8	37,05	41,35
Pastagens (braquiária)	1.161,00	6.278,3	11,74	38,6
Milho	2.562,30	1.562,7	25,9	9,6
Feijão	1.670,30	396,4	16,9	2,43
Gramas	-----	370,5	-----	2,27
Trigo	-----	174,2	-----	1,07
Cana-de-açúcar	117,30	169,3	1,18	1,04
Frutíferas (uva, laranja, tangerina, maracujá, banana, manga, maçã, caqui, nectarina, pêssego)	188,1	426,9	1,9	2,62
Legumes e verduras (cebola, cenoura, beterraba, repolho, pimentão, couve-flor)	342,7	87,4	3,46	0,53
Outras culturas (capim elefante, feijão-de-corda, arroz, café, mandioca, sorgo)	184,2	72,1	1,86	0,44
TOTAL	9.890	16.264,6	100	100

Fonte: Projeto LUPA, <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t502.pdf>, acesso em 28/05/15, organizado por André Luís Gomes (2015).

A observação dos dados da tabela permite afirmar que houve no município, de um lado, enorme expansão da área cultivada com eucalipto e pastagens, e por outro lado, significativa diminuição da área ocupada por culturas alimentares, tais como arroz, feijão, mandioca, legumes e verduras, além do aumento da área cultivada com frutíferas e do surgimento de áreas com cultivo de grama. A expansão da cultura do eucalipto pôde ser observada em várias partes de Salto de Pirapora, na área pertencente ao

Quilombo Cafundó – na antiga Fazenda Eureka (atual Gleba D do território quilombola), na qual o suposto proprietário Pedro Latorre plantou 63 ha de eucalipto em 2004, através de um contrato de fornecimento para o Grupo Suzano S.A. – e no entorno da comunidade, conforme podemos verificar nas fotografias apresentadas a seguir:

Fotografia 1 – Salto de Pirapora: plantação de eucalipto próxima à área urbana, bairro Campo Largo

Foto: André Luís Gomes, 11/10/2013.

Fotografia 2 – Salto de Pirapora: plantação de eucalipto em fazenda vizinha ao território pertencente ao quilombo Cafundó, bairro da Barra

Fotor: André Luís Gomes, 11/10/2013.

Fotografia 3 – Quilombo Cafundó: pastagem (Gleba B/antiga Fazenda Paraná-Parte) e plantação de eucalipto (Gleba D/antiga Fazenda Eureka)

Foto: André Luís Gomes, 11/10/2013.

Fotografia 4 – Quilombo Cafundó: área plantada com eucalipto na Gleba D (antiga Fazenda Eureka)

Foto: André Luís Gomes, 11/10/2013.

Quanto à estrutura fundiária, segundo dados do Projeto LUPA, em 2007/08 havia no município 445 UPA's, ocupando uma área total de 21.967,9 ha, verificando-se a distribuição da área ocupada, entre as classes de tamanho das propriedades, conforme a “Tabela 18 – Salto de Pirapora: Estrutura Fundiária, 2007/08” e os gráficos 13 e 14, apresentados na sequência, que permitem constatar simultaneamente, em Salto de Pirapora, a presença de uma estrutura fundiária bastante concentrada e o predomínio da pequena e média propriedade (até 50 ha), de maneira semelhante ao conjunto da região de Sorocaba e do Estado de São Paulo. É nesse contexto territorial, econômico e fundiário que se inserem as comunidades negras rurais presentes na região: Cafundó, Caxambu, Camargos e Bairro do Carmo, das quais falaremos nas seções seguintes.

Tabela 18 – Salto de Pirapora: Estrutura Fundiária, 2007/08

Classes de tamanho das UPA's (ha)	Nº de UPA's	(%)	Área ocupada (ha)	(%)
Até 10	95	21,35	751,4	3,42
10 a 20	99	22,25	1.425,7	6,5
20 a 50	95	21,35	3.014,0	13,72
50 a 100	48	10,8	3.449,8	15,7
100 a 200	27	6,05	3.901,4	17,75
200 a 500	15	3,4	4.558,2	20,75
500 a 2000	6	1,35	4.867,4	22,15
Total	445	100	21.967,9	100

Fonte: Projeto LUPA, <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t502.pdf>, acesso em 28/05/15, organizado por André Luís Gomes (2015).

Gráfico 13 – Salto de Pirapora: porcentagem de UPA's de acordo com a classe de tamanho, 2007/08

Fonte: Projeto LUPA, <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t502.pdf>, acesso em 28/05/15, organizado por André Luís Gomes (2015).

Gráfico 14 – Salto de Pirapora: porcentagem da área ocupada pelas UPA's de acordo com a classe de tamanho, 2007/08

Fonte: Projeto LUPA, <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t502.pdf>, acesso em 28/05/15, organizado por André Luís Gomes (2015).

4.2. As comunidades negras rurais na região de Sorocaba e demais ocorrências no estado: desafios de reconhecimento do território e de acesso a terra

No Estado de São Paulo existem 79 comunidades quilombolas identificadas, 28 reconhecidas e apenas 6 tituladas (PILLA [et. al.], 2013). Desse conjunto, todas as comunidades tituladas encontram-se na região do vale do rio Ribeira de Iguape, conforme a “Tabela 4 – Estado de São Paulo: títulos expedidos às comunidades quilombolas, 2001-2010”, apresentada no Capítulo 2 (pág. 113), enquanto a maioria das comunidades identificadas e reconhecidas também se localiza nessa região. Fora do vale do Ribeira, as comunidades reconhecidas, listadas na “Tabela 19 – Estado de São Paulo: Comunidades Quilombolas Reconhecidas 1998-2011” e localizadas na região de Sorocaba são Cafundó e Jaó; na região de Campinas, Capivari e Brotas; e no Litoral Norte, Caçandoca, Camburi e Sertão de Itamambuca.

Tabela 19 – Estado de São Paulo: Comunidades Quilombolas Reconhecidas 1998-2011

Ano	Territórios Quilombolas	Quant.	Nº total de famílias	Área total (ha)
1998	Ivaporunduva, Maria Rosa, Pedro Cubas, Pilões, São Pedro	6	265	20.846,3
1999	Cafundó	1	25	218
2000	Caçandoca, Jaó	2	103	1.055,7
2001	André Lopes, Nhunguara, Sapatu, Galvão	4	283	17.246,8
2002	Mandira, Praia Grande	2	50	3.639,4
2003	Porto Velho, Pedro Cubas de Cima	2	41	7.816,1
2004	Capivari, Brotas, Cangume	3	86	743,9
2005	Camburi	1	39	972,3
2006	Morro Seco	1	47	164,6
2008	Poça, Ribeirão Grande/Terra Seca	2	118	4.597
2009	Cedro, Reginaldo, Pedra Preta/Paraíso	3	197	5.625,9
2010	Sertão de Itamambuca	1	31	509,9
2011	Peropava	1	25	395,9
TOTAL	28 Comunidades		1.310	58.831,8

Fonte: PILLA [et. al.], 2013: 188-189, organizado por André Luís Gomes (2015).

Procuramos apresentar os dados referentes ao conjunto do estado para permitir uma visão geral do número de comunidades, porém nosso foco será direcionado às

comunidades listadas na “Tabela 20 – Estado de São Paulo: comunidades quilombolas existentes nas regiões do Sorocaba e Campinas” e destacadas no “Mapa 10 – Estado de São Paulo: comunidades remanescentes de quilombos nas regiões de Sorocaba e Campinas”, que incluem o Cafundó e das quais conseguimos obter informações. Especificamente, procuramos tratar de forma rápida do caso das comunidades Caxambu, Fazendinha Pilar, Fazendinha dos Pretos, Piraporinha, Jucurupava, Itinga, Camargos e Carmo, com o propósito de oferecer um panorama da situação das comunidades quilombolas na região de Sorocaba. Também serão abordados, de forma sucinta, os casos das comunidades Brotas (Itatiba) e Jaó (Itapeva), por serem comunidades reconhecidas e que possuem vínculos de amizade e militância quilombola com a comunidade Cafundó.

Tabela 20 – Estado de São Paulo: comunidades quilombolas existentes nas regiões do Sorocaba e Campinas

Comunidade	Município	Área total (ha)	Nº de famílias	Situação
Região de Sorocaba				
Cafundó	Salto de Pirapora	218	25	Reconhecida/1999
Camargos	Votorantim	210	60	Processo arquivado
Carmo	São Roque	16	70	Elaboração do RTC pelo MPF
Fazendinha Pilar	Pilar do Sul	210,1	s/d	Processo arquivado
Fazendinha dos Pretos	Salto de Pirapora		s/d	Elaboração do RTC
Caxambu	Sarapuí		s/d	Apontada
Piraporinha, Jucurupava e Itinga	Salto de Pirapora		s/d	Apontada
Jaó	Itapeva	165,7	53	Reconhecida/2000
Região de Campinas				
Brotas	Itatiba	12,5	32	Reconhecida/2004
Capivari	Capivari	6,9	17	Reconhecida/2004
Chácara dos Pretos	Rio Claro		s/d	Apontada
Porcinos	Agudos	7,5	30	Apontada

Fonte: PILLA [et. al.], 2013: 188-189 e INCRA (2014), organizado por André Luís Gomes (2015).

Mapa 10 – Estado de São Paulo: comunidades remanescentes de quilombos nas regiões de Sorocaba e Campinas

Elaboração: SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado e GOMES, André Luís.

4.2.1. Caxambu, Fazendinha Pilar, Fazendinha dos Pretos, Piraporinha, Jucurupava e Itinga

De forma geral, as comunidades quilombolas situadas nas regiões de Sorocaba e Campinas se originaram nos últimos decênios do período escravocrata, ou mesmo no processo de extinção do regime escravista e libertação dos afrodescendentes, através de doações de terras aos escravos libertos, da ocupação de propriedades abandonadas ou de terras devolutas e também da compra de terras por esses grupos. A situação de marginalização, enfrentada pelos negros em São Paulo após o fim da escravidão e manifestada pela discriminação destes em relação aos imigrantes europeus (FERNANDES, 1965), também constituiu um fator de agrupamento das famílias de ex-escravos nas áreas rurais, originando comunidades com predominância étnica de origem africana e que hoje em dia são reconhecidas como quilombolas.

Das comunidades listadas na “Tabela 20 – Estado de São Paulo: comunidades quilombolas existentes nas regiões do Sorocaba e Campinas”, algumas praticamente desapareceram, como foi o caso do Caxambu, cujos antigos moradores possuem vínculos de parentesco com o Cafundó e compartilhavam com essa comunidade a fala de um dialeto africano de origem banto – a “cupópia” (VOGT e FRY, 1996).

Assim como o Caxambu, as comunidades Fazendinha Pilar, Fazendinha dos Pretos, Piraporinha, Jucurupava e Itinga também foram extintas, por meio de contratos enganosos e de má-fé oferecidos por fazendeiros e cartórios, nos quais estes afirmavam que se tratava de arrendamento das terras, quando na verdade os contratos eram de compra e venda (VOGT e FRY, 1996). Como os moradores das comunidades, na época (anos 1940 e 1950), não eram alfabetizados e muitas vezes não dispunham de qualquer tipo de informação sobre os procedimentos cartoriais, acabavam assinando a venda das próprias terras onde moravam, pensando que estavam apenas arrendando a área ou vendendo a produção agrícola.

Na maioria das vezes, os “compradores” eram pessoas influentes no município, com amplo poder de mobilização do aparato político, legal e policial, em benefício próprio, além de possuírem jagunços e capangas, expulsando facilmente os moradores após a assinatura desses contratos enganosos (VOGT e FRY, 1996).

No caso dessas comunidades, como os moradores foram expulsos ou migraram para outras localidades (geralmente Salto de Pirapora ou Sorocaba) e as terras foram ocupadas por outros tipos de exploração (principalmente eucalipto e mineração de areia ou calcário, este último utilizado como matéria-prima para a produção de cimento), em uma situação que remonta há décadas e permanece até os dias atuais, é extremamente difícil o trabalho de reconhecimento desses territórios, por parte do INCRA. As terras correspondentes ao Caxambu são hoje ocupadas por plantações de eucalipto, enquanto nas terras da Fazendinha Pilar ocorreu o loteamento e ocupação, como parte da área de expansão urbana do município de Pilar do Sul. Já as terras que antes pertenciam à comunidade Itinga, em Salto de Pirapora, são hoje ocupadas em parte por um campus da UFSCar.

Cabe citar também referências a respeito dos intensos vínculos de parentesco, vizinhança e solidariedade (CANDIDO, 2010) existentes no passado entre as comunidades Caxambu e Cafundó, com base na área mais ampla do Bairro a Barra – em Salto de Pirapora, próximo à divisa com Sarapuí conforme a “Figura 7 – Localização do

Bairro da Barra e do Quilombo Cafundó no município de Salto de Pirapora-SP” – na qual alguns dos antigos moradores dessas comunidades viveram e trabalharam para os proprietários de terras (muitas vezes os próprios agentes expropriadores), como assalariados ou diaristas. Segundo Andrade Filho (2000), até os anos 1940, aproximadamente, quando ainda existia a comunidade Caxambu, alguns moradores do Cafundó usavam as terras dessa comunidade para o plantio e ocupavam a área do Cafundó mais como moradia. “(...) o Cafundó não era um local bom para o plantio. Então Maria Augusta e Olívia¹⁷⁶ ficavam grande parte do ano plantando e colhendo no Caxambu. Depois, as famílias traziam os produtos da colheita em carros de boi para o Cafundó” (ANDRADE FILHO 2000: 154).

Figura 7

Fonte: Google Earth, organizado por André Luís Gomes.

Desse modo, é possível afirmar que Caxambu e Cafundó constituíam uma mesma unidade de parentesco, solidariedade e sociabilidade vicinal (CANDIDO, 2010) negra em Salto de Pirapora e Sarapuí. Por esse motivo, embora atualmente as terras

¹⁷⁶ Respectivamente a mãe e a tia de Marcos Norberto de Almeida e Jovenil Rosa, atuais líderes da Associação dos Remanescentes de Quilombo Kimbundu do Cafundó.

correspondentes à comunidade Caxambu não sejam mais ocupadas por seus moradores, sua história é importante para a compreensão das origens e da situação atual da comunidade Cafundó, o que permite até mesmo afirmar que a demarcação da comunidade Cafundó deveria ter sido acompanhada pela demarcação do Caxambu, devido à ligação histórica e social existente entre as duas comunidades.

A perda do território foi acompanhada pelo processo de enfraquecimento das relações comunitárias, que se verifica de forma geral na cultura caipira paulista desde os anos 1960 (CANDIDO, 2010). Por outro lado, na atualidade, a ausência de um trabalho político de base dificulta o entendimento do processo de reconhecimento e demarcação das terras, por parte da maioria dos moradores dessas comunidades (INCRA, 2014).

4.2.2. Os descendentes de José Joaquim de Camargo (Camargos de Votorantim)

As terras que pertenceriam à comunidade Camargos fazem divisa com os municípios de Sorocaba, Pilar do Sul, Salto de Pirapora e Votorantim, sendo que a maior parte se sobrepõe aos dois últimos. Segundo relatos dos moradores, boa parte dos municípios mencionados foi no passado um grande quilombo, que aos poucos desapareceu, dando lugar à cidade¹⁷⁷. Edson Correa, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo dos Camargos, afirma que o local onde se localiza o centro da cidade Votorantim teria sido o “barreiro”, local onde era feito o barro para construção das casas de taipa¹⁷⁸.

As terras dos Camargos teriam sido adquiridas em 1874 pelo ancestral José Joaquim de Camargo, de seu patrão, o capitão Jesuíno de Cerqueira César; mas hoje em dia a maior parte delas está ocupada pela cidade, por plantações de eucalipto e por uma fábrica de cimentos ligada ao grupo Votorantim (Fotografia 5). Segundo moradores, as terras foram aos poucos sendo compradas enganosamente, ou invadidas e depois vendidas, em um processo que parece semelhante ao ocorrido nas comunidades Caxambu, Pilar e Itinga.

¹⁷⁷ Segundo João Fernandes, Vice-Presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo dos Camargos, 70% da área do município de Votorantim seria sobreposta ao território quilombola, de acordo com a escritura de compra e venda da terra por seu antepassado Joaquim de Camargo. Fonte: Blog da comunidade Camargos – <http://quilomboscarnargo.blogspot.com.br/p/territorio.html>, acesso em 12/06/15.

¹⁷⁸ Fonte: Blog da comunidade Camargos – <http://quilomboscarnargo.blogspot.com.br/p/territorio.html>, acesso em 12/06/15.

Fotografia 5 – Fábrica de cimentos do Grupo Votorantim, às margens da estrada que liga Votorantim a Salto de Pirapora.

Foto: André Luís Gomes, 21/04/13.

Hoje em dia, essa comunidade situada no bairro Votocel (nome também de um dos afluentes do Rio Sorocaba) em Votorantim e composta por 60 famílias, luta para reaver parte das terras (originalmente eram 84 mil alqueires) e receber o repasse pelos *royalties* do minério de calcário extraído pelo Grupo Votorantim, pois vive de forma extremamente precária (em barracos) em uma área reduzida, sem infra-estrutura e condições de plantio, dependendo da coleta de materiais recicláveis e ainda ameaçada de despejo por projetos de criação de loteamentos, condomínios e construção de moradias populares pela Prefeitura de Votorantim, como parte do Programa “Minha Casa, Minha Vida”¹⁷⁹.

Levando em conta a dimensão dos empreendimentos instalados nas terras reivindicadas, a demarcação dessa comunidade pelo INCRA é uma tarefa complexa e que enfrenta grandes desafios, pois há uma pressão por moradias populares e pela desfavelização do município de Votorantim, além de poderosos interesses econômicos envolvidos na extração de calcário, no plantio de eucalipto e na produção de cimento por

¹⁷⁹ Fonte: Blog da comunidade Camargos – <http://quilomboscamargo.blogspot.com.br/p/territorio.html>, acesso em 12/06/15.

parte do Grupo Votorantim. Até o momento da realização desta pesquisa, ainda não havia sido concluído e publicado o RTC (iniciado em dezembro de 2002 pelo ITESP) cuja finalidade será reconhecer e delimitar esse território quilombola¹⁸⁰.

4.2.3. *Bairro do Carmo (São Roque-SP)*

A comunidade rural negra do bairro do Carmo, situada no município de São Roque, enfrenta desafios semelhantes aos dos Camargos, em razão da forte especulação e interesses imobiliários existentes sobre a área onde se localiza e da enorme redução do seu território original. A Estância Turística de São Roque é uma área na qual vem ocorrendo de forma muito intensa o processo de valorização da propriedade fundiária, caracterizando uma “elitização” de boa parte dos espaços pertencentes ao território do município.

Como ainda hoje é considerada a “terra do vinho” e também da alcachofra, o potencial turístico do município é explorado, repercutindo nas maneiras como o território é usado. Além do marketing associado às vinícolas, a cidade dispõe da única pista artificial de *Sky* do Brasil e o clima interiorano e de temperaturas amenas, apesar da relativa proximidade com São Paulo (aproximadamente 70 km), também é um atrativo para a expansão de loteamentos de chácaras, pesque-pague, clubes de campo e outros equipamentos de lazer. O município possui ainda localização estratégica, fazendo limite com a Região Metropolitana de São Paulo, nas divisas com os municípios de Itapevi¹⁸¹, Vargem Grande Paulista e Cotia e sendo vizinho de Ibiúna que, como já mencionamos, é um pólo do ecoturismo, turismo rural, lazer e do setor horti-fruti-granjeiro. O potencial turístico e a localização estratégica atraem para São Roque um significativo fluxo de capitais e empreendimentos, tais como hotéis, condomínios, loteamento de fazendas para venda de chácaras, equipamentos elitizados de lazer (tais

¹⁸⁰ Fonte: Blog da comunidade Camargos – <http://quilomboscarmargo.blogspot.com.br/p/territorio.html>, acesso em 12/06/15.

¹⁸¹ Deve ser destacada certa “higienização territorial” que é nítida entre os municípios de São Roque e Itapevi, para quem trafega pela estrada que liga os dois municípios. Itapevi é um município tipicamente periférico da Grande São Paulo, possuindo muitos bairros carentes e favelas. Para quem segue desse município para São Roque, a paisagem de casas e barracos auto-construídos sobre morros, característica do bairro Amador Bueno, dá lugar a uma paisagem de chácaras e casas com “aspecto interiorano” assim que é cruzada a divisa entre os dois municípios. É que as sucessivas administrações municipais são-roquenses há muito se preocupam em impedir a instalação de favelas e ocupações semelhantes dentro dos seus limites, com exceção do bairro Goianã, situado próximo à estrada que liga São Roque e Ibiúna. A política territorial do município tem sido assim “empurrar” tais ocupações para os vizinhos da Grande São Paulo.

como um campo de golfe) e, mais recentemente, a construção de um aeroporto empresarial e de um *shopping center* na altura do km 60 da rodovia Castelo Branco.

Quem vê o município hoje, dificilmente acreditaria que boa parte das terras situadas na porção sul, nas proximidades da Estrada do Vinho, surgiu da expropriação e do desmembramento das terras anteriormente pertencentes a uma comunidade quilombola, originada no século XVIII, a partir da presença de cativos negros de Nossa Senhora do Carmo, sob o domínio da Província Carmelita Fluminense (STUCCHI e FERREIRA, 2010). Essa ordem religiosa chegou a possuir uma fazenda de 2.175 alqueires em São Roque, até o início da década de 1930, “que servia à criação de animais e ao plantio de diversas culturas, atividades responsáveis pelo abastecimento dos conventos da ordem” (STUCCHI e FERREIRA, 2010: 751). Como a administração da área pelos religiosos era feita a partir de São Paulo, os negros permaneciam em relativa autonomia, trabalhando para a ordem, mas podendo também cultivar gêneros agrícolas para o sustento das famílias e comercialização dos excedentes no mercado local. Essa situação de relativa autonomia fez com que as elites locais, desde o começo, vissem os negros do Carmo como uma ameaça, por motivos econômicos, estratégicos e raciais¹⁸² (STUCCHI e FERREIRA, 2010).

Por volta de 1866, a Província Carmelita Fluminense dá início ao arrendamento, por vinte anos, das terras e dos escravos – os quais são transferidos para Bananal, no Vale do Paraíba. Segundo a história oral relatada pelos moradores mais velhos (STUCCHI e FERREIRA, 2010), os escravos foram transferidos para Bananal para pagar uma dívida contraída por Nossa Senhora do Carmo e, após o pagamento da dívida, receberam em troca a liberdade e o direito de permanecerem nas terras que já ocupavam em São Roque, sem a obrigação de servir ou obedecer à ordem carmelita. “(...) a prestação de serviços no Bananal representou a *compra* das terras da Santa, que seriam preservadas pelos negros na condição de devotos. (...) com o pagamento da dívida da Santa, os pretos do Carmo puderam obter as terras na condição de livres” (STUCCHI e FERREIRA, 2010: 752).

¹⁸² “Os atores da política local já reconheciam na presença desses negros, embora longínqua em relação à sede, uma ameaça à ordem pública, reclamando providências contra a sua desobediência a determinações superiores, contra a perambulação de bandos de escravos pelas áreas urbanas, contra o acolhimento de pretos fujões pertencentes a outras propriedades e contra a autonomia econômica que atrapalhava muitos negócios pelos preços competitivos que praticavam, tudo por estarem livres da figura de um senhor que os controlasse permanente e eficientemente” (STUCCHI e FERREIRA, 2010: 758-759).

Na década de 1900, a ordem passa a cobrar dos negros o arrendamento e a partir da década de 1910, a pressioná-los a saírem das terras, pois tinha como propósito dividi-las em lotes e vendê-las a grandes proprietários. Na época, por volta de 700 negros ocupavam 1.900 alqueires (4.598 hectares) de terras da Fazenda do Carmo. Nessa situação “a maioria foi despejada, migrando para municípios próximos ou continuou a ocupar áreas em família independentemente dos respectivos títulos de propriedade” (STUCCHI e FERREIRA, 2010: 753).

A partir da década de 1920, os negros já haviam sido remanejados para outras áreas dentro da fazenda e os lotes antes ocupados por eles foram colocados à venda. “(...) o total de 384,5 alqueires, equivalente a 930,49 hectares, foi efetivamente titulado aos descendentes de escravos em 1919, extensão de terras que fora mantida até 1932” (STUCCHI e FERREIRA, 2010: 753). Da década de 1930 em diante, se inicia o processo de expropriação das terras que haviam sido tituladas para os negros em 1919, por meio de transações desvantajosas, favorecidas pela coação ocultada nas subordinações de patronagem e vinculações de compadrio estabelecidas com fazendeiros vizinhos; pela simples e violenta expulsão dos negros; ou então pela transferência das terras a advogados, como pagamento pela defesa dos expropriados, advogados esses que em 1932 já detinham 1.005 alqueires das terras da antiga Fazenda do Carmo, negociando-as posteriormente com outros proprietários (STUCCHI e FERREIRA, 2010).

Nos anos 1970, o processo de expropriação se aprofunda, com o surgimento de interesses imobiliários relacionados à implantação de condomínios fechados de alto padrão. Nessa época, as terras ocupadas pelos descendentes dos escravos do Carmo estavam reduzidas a três alqueires, “um modesto patrimônio composto pela Capela de Nossa Senhora do Carmo rodeada por um conjunto de casinhas, resguardado desde 1932, quando titulado em favor da Igreja” (STUCCHI e FERREIRA, 2010: 755).

Até mesmo os três alqueires restantes foram alvo da especulação imobiliária, por meio de tentativas de expulsão das famílias e demolição das casas para implantação de um condomínio que seria denominado “Patrimônio do Carmo”. Desde os anos 1980, a comunidade vive confinada entre a Fazenda Icaraí e um condomínio de luxo, dos quais muitos moradores passaram a depender como assalariados.

O abandono a que foi relegado pelas sucessivas administrações locais, determinante para a evasão de grande número de antigos ocupantes, bem como as contínuas pressões pela posse das terras, transformaram o bairro do Carmo num local habitado por maioria negra empobrecida, situado em meio aos luxuosos vizinhos, em uma área de intensa especulação imobiliária. Na antiga Fazenda Icaraí, localizada a poucos metros do bairro, recentemente vendida a um grupo coreano, será implantado o maior complexo turístico destinado a prática do golfe da América Latina. (...) Como resultado dos processos de expropriação aqui indicados, praticamente a mesma população estimada no início do século XX ocupa, atualmente, 16 hectares oficialmente declarados, equivalentes a pouco mais de 6 alqueires, o que representa área 300 vezes menor do que a efetivamente ocupada em 1900 e 58 vezes menor do que a titulada em 1919 em nome dos descendentes de escravos de Nossa Senhora do Carmo (STUCCHI e FERREIRA, 2010: 756).

Fica evidente que a redução do território quilombola do Carmo representa um comprometimento à sua sustentabilidade econômica, mesmo se ocorrer a titulação dos seis alqueires restantes uma vez que, nos dias de hoje, a desapropriação das áreas ocupadas pelos condomínios e demais empreendimentos é praticamente inexequível. Se fosse feita a divisão exata dos seis alqueires entre as 70 famílias residentes, cada uma ficaria com a reduzida área de pouco mais de 2.000 m², inviabilizando-se a sobrevivência através da agricultura, e perpetuando-se a dependência do trabalho externo para o sustento das famílias.

Atualmente, o Relatório Técnico-Científico para identificação e delimitação do território quilombola está sendo elaborado pelo Ministério Público Federal¹⁸³ (MPF), através do trabalho da Antropóloga Deborah Stucchi e é alvo de fortes resistências dos proprietários vizinhos à comunidade, que questionam a competência do trabalho do MPF. Também emergiram conflitos dentro da própria comunidade, dos quais o principal foi a tentativa de uma suposta “liderança” de vender, de forma irregular, terrenos no interior da comunidade (STUCCHI e FERREIRA, 2010).

Desse modo, as pressões sofridas pela comunidade continuaram nos últimos cem anos e hoje em dia adquiriram proporções mais amplas que dificultam a garantia dos direitos territoriais. Todavia, diferentemente do passado, hoje a comunidade é

¹⁸³ “O Ministério Público Federal está colocado no campo do reconhecimento dos direitos territoriais de populações afro-descendentes como órgão de fiscalização do cumprimento de atribuições relativas ao reconhecimento, à titulação de terras e à execução de políticas públicas por outros órgãos e setores da administração pública, como a Fundação Palmares, o INCRA, os Institutos de Terra dos estados e as prefeituras. A atuação do órgão está voltada a *acompanhar* a execução de medidas destinadas a assegurar acesso aos direitos territoriais, como a instauração dos procedimentos de identificação, a realização dos estudos necessários ao reconhecimento que irão revelar territórios de ocupação histórica e aqueles contemporaneamente reivindicados pelo grupo, as publicações de atos administrativos e a titulação das terras propriamente dita” (STUCCHI e FERREIRA, 2010: 747-748).

portadora de “direitos especiais” garantidos constitucionalmente, que lhe atribuem outra visibilidade e representam uma brecha, uma possibilidade ainda que remota e incerta, de reivindicação pela permanência nas terras nas quais seus ancestrais trabalharam e viveram¹⁸⁴.

4.2.4. *Quilombo Brotas (Itatiba-SP)*

A comunidade Brotas se localiza no perímetro urbano do município de Itatiba, situado na Região Metropolitana de Campinas¹⁸⁵ (RMC), entre as cidades de Campinas, Jundiaí e Bragança Paulista. O município possui uma população estimada de 111.620 habitantes¹⁸⁶, distribuídos sobre uma área de pouco mais de 322 km², podendo ser considerada uma cidade média. Em Itatiba, a agricultura baseada na pequena propriedade ocupa posição de destaque, com base na produção de hortaliças, uvas, morango e caqui. Também possui importância a indústria moveleira e o setor imobiliário, favorecendo a expansão de condomínios fechados e loteamentos no município, cuja taxa de urbanização é de 85% (85,6% de população urbana e 14,4% de população rural¹⁸⁷).

Há indícios de que desde o século XVIII já existiam quilombos nas áreas próximas a Jundiaí, formados por meio de alianças estabelecidas entre negros e índios, a partir da fuga dos escravos das fazendas e engenhos instalados no “quadrilátero do

¹⁸⁴ Segundo a autora do Relatório Técnico-Científico da comunidade Brotas (Itatiba-SP) “A maior parte destes grupos que hoje vem reivindicar seu direito constitucional o faz como um último recurso na longa batalha para manterem-se em suas terras, as quais são alvo de interesse de membros da sociedade envolvente, em geral grandes proprietários e grileiros, cuja característica essencial é tratar a terra apenas como mercadoria” (SCHMITT (et. al.), 2002 *apud* SCALLI DOS SANTOS, 2004: 11).

¹⁸⁵ “A Região Metropolitana de Campinas (RMC), criada pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 2000, é uma das regiões metropolitanas mais dinâmicas no cenário econômico brasileiro. Seu Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 77 bilhões em 2008, representando 7,75% do PIB paulista. Além de possuir uma economia forte e diversificada, a RMC destaca-se também pela presença de centros inovadores no campo das pesquisas científicas e tecnológicas. (...) Fazem parte da RMC 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo”. Fonte: Governo do Estado de São Paulo, Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – <http://www.sdmetropolitano.sp.gov.br/portalsdm/campinas.jsp>, acesso em 20/06/15.

¹⁸⁶ Fonte: IBGE - <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352340>, acesso em 20/06/15.

¹⁸⁷ Fonte: Fundação SEADE - <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela>, acesso em 20/06/15.

açúcar”, região compreendida entre as cidades de Campinas, Piracicaba, Itu e Jundiaí¹⁸⁸ e que no século XVIII e início do século XIX foi marcada pela produção de açúcar e aguardente, antes da expansão cafeeira (SCALLI DOS SANTOS, 2004). Com a expansão da lavoura do café, na primeira metade de século XIX, passou a haver grande presença de escravos em Itatiba, Jundiaí e Campinas, sendo que em Itatiba, no ano de 1886, havia 2.182 escravos, para uma população total de 9.335 habitantes (SCALLI DOS SANTOS, 2004).

Segundo Scalli dos Santos (2004), “a ocupação do território do Quilombo Brotas começa como servindo de abrigo para escravos fugidos das fazendas das regiões de Campinas, Atibaia e Jundiaí, que aliados aos índios criaram nos sertões de Jundiaí um quilombo” (SCALLI DOS SANTOS, 2004: 37), provavelmente ainda no século XVIII¹⁸⁹. Todavia, a formação do quilombo Brotas que permaneceu até a atualidade não resultou diretamente dessa origem. A ancestral da qual descendem as famílias da comunidade Brotas, Emília Gomes, obteve a alforria após o falecimento do proprietário da fazenda na qual era escrava, juntamente com seu marido Isaac de Lima, no último quartel do século XIX. O casal, juntamente com os filhos, foram então morar no Bairro dos Lopes, este formado no passado principalmente por escravos e foragidos das autoridades, provenientes das vilas de Atibaia e Santo Antonio da Cachoeira (atual Piracicaba), provavelmente antes da fundação de Itatiba¹⁹⁰ (SCALLI DOS SANTOS, 2004).

Após trabalharem muito duramente em terras alheias, Emília e Isaac “juntaram dinheiro para comprar o sítio, o que deve ter ocorrido, aproximadamente, entre os anos de 1878 e 1885” (SCALLI DOS SANTOS, 2004: 39). Desse modo, a origem da comunidade Brotas deu-se pela compra das terras por parte dos negros libertos, já no período de declínio da escravidão. Até os anos 1960, os moradores viveram nas terras

¹⁸⁸ A cidade mais antiga da região é Jundiaí, cujo povoamento teve início, por volta de 1651 (SCALLI DOS SANTOS, 2004: 18).

¹⁸⁹ “A aliança entre negros e índios aparece em vários momentos na história de Itatiba. Ainda em 1840, o Juiz de Paz de Itatiba relata a presença de índios que andavam sem destino pelas terras itatibenses. (...) Os atuais moradores do Quilombo contam que quando seus antepassados chegaram no Sítio das Brotas encontraram um rancho, potes de barro e um monjolo que pertenciam aos escravos que viviam ali. Segundo eles ali existia um antigo quilombo” (SCALLI DOS SANTOS, 2004: 20-21).

¹⁹⁰ “A fundação de Itatiba é um tema polemico que tem gerado certa rivalidade entre os historiadores da cidade. Geralmente os debates giram em torno da data de sua fundação quando os primeiros colonizadores chegaram a região. Alguns defendem que isso se deu por volta de 1804 ou 1805 já para o historiador Luís Soares de Camargo seria em 1786” (SCALLI DOS SANTOS, 2004: 19).

como camponeses¹⁹¹, mas devido à falta de informação, a compra das terras não chegou a ser registrada em cartório. Foi quando receberam uma intimação da Prefeitura, alegando que deveriam pagar uma multa pelo não registro das terras e pagamento de impostos. Para pagar a Prefeitura, tiveram que recorrer a um empréstimo, pago por meio da renda obtida com o plantio de eucalipto em suas terras, conforme o relato de D. Ana Teresa, moradora atual da comunidade Brotas:

(...) eu era criança, tava com doze ano e minha vó não sabia que tinha que pagá imposto. Comprou, deixou né, daí tinha 40 ano de imposto atrasado, minha avó [Amélia, filha de Emília Gomes] falou com o meu pai, chamou os filhos, era em 6 filhos, e as minhas filha trabalhando de empregada doméstica e papai trabalhando e tio Bento também. Daí eles ajuntaram o dinheiro, com esse dinheiro, a primeira venda do eucalipto, ele pagou o amigo né, e aí eles pagaram 40 ano de imposto atrasado (Depoimento de Ana Teresa no documentário “Turi Vimba – resistência rural e urbana”, PUC-Campinas/2010).

A partir dos anos 1970, muitos moradores saíram da comunidade para procurar trabalho, principalmente na indústria, porém parte deles, não tendo conseguido emprego na cidade, resolveu voltar para Brotas. Hoje em dia, na comunidade que é formada por 32 famílias e ocupa uma área de 12,5 hectares, “a maioria dos homens exerce atividades como pedreiro, borracheiro e vigia. Enquanto a maioria das mulheres trabalha como empregada doméstica” (SCALLI DOS SANTOS, 2004: 35). O tipo de inserção profissional dos moradores, somado a ocupação urbana do entorno, predominantemente por loteamentos e condomínios, permite caracterizar a comunidade Brotas como um quilombo urbano, conforme a fala de um dos seus moradores:

(...) É um quilombo dentro da cidade, quer dizer, o quilombo já existia, só que nós não sabia disso, só que o quilombo... por ser uma propriedade particular aqui o que aconteceu, cresceu tudo em casa em volta, loteamento particular, em volta do sítio, que aqui não podia desapropriá porque aqui era “usufruto” (Depoimento de Ubirajara no documentário “Turi Vimba – resistência rural e urbana”, PUC-Campinas/2010).

Desde os anos 1990, têm ocorrido significativas mudanças no uso do território nas áreas vizinhas ao quilombo Brotas, afetando essa comunidade de diversas maneiras. Tais mudanças estão relacionadas principalmente com a transformação de uma área

¹⁹¹ “O excedente era trocado na cidade por itens que não eram produzidos no sítio como o sal. Eles plantavam feijão, mandioca, batata doce, milho, cana-de-açúcar, arroz, café e amendoim. Tinham um pomar com diversas frutas como a pêra, melancia, goiaba, amora, manga e abacate” (SCALLI DOS SANTOS, 2004: 41), além da criação de cabras, galinhas e porcos.

rural em urbana, de forma desordenada, por meio do loteamento de fazendas para criação de loteamentos e condomínios. Esses empreendimentos interferiram no equilíbrio ambiental do entorno e tem afetado a comunidade, como no caso dos desmatamentos que provocaram a concentração dos animais silvestres no quilombo, por ser uma área verde remanescente e, portanto, um refúgio natural para a fauna; ou do assoreamento do córrego que nasce dentro da área quilombola¹⁹², provocado pelas obras de terraplenagem para a construção de um condomínio em uma área vizinha, córrego no qual os quilombolas pescavam e realizavam práticas religiosas relacionadas à Umbanda.

Os moradores de Brotas também enfrentam outros problemas socioambientais urbanos, como a pressão da Prefeitura pela construção de um anel viário que passaria dentro da comunidade (em troca da proposta de instalação de postes de iluminação pública, o que foi rejeitado pelos quilombolas), a tentativa de instalação de um depósito de lixo hospitalar, o lançamento de lixo e entulho por parte de moradores dos condomínios e loteamentos vizinhos, além da discriminação sofrida, conforme a fala de alguns dos quilombolas:

Já teve pessoas no passado que quis transformar aquilo num local de lixo hospitalar, esse tipo de problema. O pessoal uma época quis fazer uma estrada que atravessasse, imagina uma estrada que atravessasse aqui o problema que ia dar com criança e gente vindo de fora passando por aqui (Depoimento de José Roberto no documentário “Turi Vimba – resistência rural e urbana”, PUC-Campinas/2010).

Em relação ao quilombo a gente sofreu muito preconceito no começo. Então quer dizer, a pessoa vinha aqui e falava “ah, ali embaixo, ali é um favelão”, hoje o quilombo ta situado entre dois loteamento de alto padrão, tem o loteamento de alto padrão 1, agora tão fazendo mais outro, quer dizer, aí tem um loteamento de classe média, quer dizer, quem que vai querer fazê uma casa perto de um local onde não ta organizado... (Depoimento de Manoel Barbosa no documentário “Turi Vimba – resistência rural e urbana”, PUC-Campinas/2010).

Esse é um grave problema, as pessoas às vezes elas tem uma visão daqui e elas às vezes pensam que elas podem fazer tudo. Esses tempos atrás, eu não tenho problema de dizer, veio um sujeito aí, atropelaram o cachorro da filha dele, ele veio, colocou num saco e jogou aqui dentro... (Depoimento de José Roberto no documentário “Turi Vimba – resistência rural e urbana”, PUC-Campinas/2010).

Frente a esses problemas que violam os seus direitos territoriais, a comunidade tem recorrido ao MPF e ao ITESP, além da ONG Pró-Cidadania. Já ocorreu a

¹⁹² O nome da comunidade “Brotas” vem do fato de o terreno possuir várias nascentes, que no local são conhecidas como “brotas” (SCALLI DOS SANTOS, 2004)

publicação do RTC reconhecendo oficialmente a comunidade como remanescente de quilombo, porém ainda não há previsão para a emissão do título definitivo, mesmo se tratando de uma área relativamente pequena (12,5 ha) e que foi comprada pelos antepassados dos moradores atuais.

4.2.5. Comunidade Jaó (Itapeva-SP)

O quilombo Jaó se situa na zona rural do município de Itapeva, que possui a segunda maior área territorial dentre os municípios paulistas, correspondente a 1.826,258 Km². Segundo estimativas do IBGE para 2014, Itapeva possuía 92.265 habitantes, dos quais 87,4% viviam na área urbana e 12,6% na área rural, evidenciando o fenômeno do “esvaziamento” populacional do campo, que é um reflexo da concentração fundiária e da modernização da agricultura. Nesse município, destacava-se a produção de grãos (milho, soja e trigo), o cultivo de eucalipto e pinus e a mineração de filito (maior jazida do Brasil¹⁹³).

Apresentando uma estrutura fundiária semelhante à que apontamos para Salto de Pirapora e região de Sorocaba – por meio dos dados do Projeto LUPA – o município possuía 57.029,4 ha ocupados por braquiária, 32.132,8 ha cultivados com milho, 19.032,8 ha com soja, 17.558,4 ha com eucalipto, 14.848,1 ha com pinus, 6.821 ha com feijão e 6.240,1 ha com trigo¹⁹⁴.

As origens de Itapeva remontam à divisão do território do Brasil colonial em sesmarias, de modo que a área que atualmente corresponde a este município foi parte da sesmaria de Tomé de Almeida Pais, sorocabano que a recebeu em troca de serviços militares prestados à Coroa (TURATTI, 2000). Do mesmo modo que Sorocaba, essa área se inseria nas rotas que ligavam os atuais estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro às capitanias do sul, primeiramente através de picadas e caminhos, utilizados por tropeiros desde o século XVII (STRAFORINI, 2001) e em um momento posterior por meio da estrada-geral, que partia de Sorocaba rumo ao sul, chegando até Lages e Viamão. Ao longo dessa estrada, predominavam fazendas de criação, invernadas e campos devolutos, todos eles ligados à atividade tropeira (TURATTI, 2000).

¹⁹³ Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2015/04/itapeva-sp-tem-maior-jazida-de-filito-com-3-milhoes-de-metros-quadrados.html>, acesso em 22/06/15.

¹⁹⁴ Fonte: Projeto LUPA - <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t256.pdf>, acesso em 22/06/15.

No decorrer dos ciclos econômicos, a porção sudoeste do Estado de São Paulo não foi incorporada pela expansão cafeeira, que privilegiou as terras mais planas e férteis do oeste e nordeste do estado, correspondentes às regiões de Bauru e Ribeirão Preto, respectivamente. Desde o desbravamento do sertão por bandeirantes no século XVII, a criação e o comércio de gado e muares, relacionados ao tropeirismo (STRAFORINI, 2001), tornaram-se a principal atividade econômica na porção sudoeste do estado, onde se situa Itapeva.

A partir do século XVIII, tornou-se um dos propósitos do Morgado de Mateus¹⁹⁵ promover o adensamento populacional da capitania, por meio da criação de vilas localizadas entre as freguesias mais distantes. Uma das vilas criadas nesse período foi a Vila de Faxina, fundada em 1769 às margens do rio Apiaí-Guaçú, a 18 quilômetros da atual cidade de Itapeva. Em 1785, essa vila foi estrategicamente transferida para o povoado de Itapeva, local por onde passava a estrada geral. Em 1833, a vila passa a ser denominada Itapeva da Faxina, sendo elevada a categoria de cidade em 1861 e comarca em 1872 (TURATTI, 2000).

Com relação ao povoamento nativo, “assinala-se a presença dos índios das etnias Guainã e Caingangue, confinados, no século XVIII em aldeamentos criados para fornecer mão-de-obra para a lavoura e posteriormente expulsos ou mortos pelos tropeiros e negociantes de terras” (TURATTI, 2000: 15). Com relação aos negros escravizados, não se verificou a presença de um grande contingente, tal como nos centros mineradores e nas zonas cafeeiras, pois a atividade tropeira, a criação de gado e a pequena agricultura, predominantes no sudoeste de São Paulo, empregavam em menor quantidade esse tipo de mão-de-obra. Todavia, é possível afirmar que desde o começo houve em Itapeva número significativo de escravos. “Em 1776, apenas sete anos após a fundação oficial da Vila de Faxina, dentre uma população total de menos de mil habitantes, contabilizava-se 119 negros escravos. Em 1836, o percentual de escravos em relação à população total do município era de 16,31%” (TURATTI, 2000: 15).

A origem da comunidade Jaó é um tema controverso, pois os relatos orais coletados por Turatti (2000) apontam a doação por parte do fazendeiro Honorato

¹⁹⁵ “Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus, foi um nobre português que governou a Capitania de São Paulo entre 1765 e 1775. Durante esses 10 anos, ele restabeleceu a capitania e fundou pelo menos 20 cidades. Durante seu governo, as regiões sul e sudeste do país atingiram limites próximos aos que têm hoje”. Fonte: <http://www.comciencia.br/reportagens/goiases/goiases8.htm>, acesso em 23/06/15.

Carneiro de Camargo ao casal de escravos libertos, Joaquim Carneiro de Camargo e Josepha Paula Lima, provenientes de outra fazenda, enquanto as fontes documentais indicadas pela autora sugerem que Joaquim teria comprado a área denominada Ponte Alta em 1889 e 1897, talvez com capital fornecido pelo fazendeiro Honorato. Nesse sentido, os relatos orais coletados por Turatti (2000) também apontam que o fazendeiro teria “adotado” um grupo de escravos, abandonados após a abolição e do qual fazia parte Joaquim, a quem Honorato teria doado o sítio da Ponte Alta (TURATTI, 2000).

A comunidade Jaó se encontra a 14 quilômetros da cidade de Itapeva, próxima ao antigo ramal ferroviário que vinha de Boituva, passando por Itapetininga em direção a Itapeva, Itararé e ao Paraná. Quando surgiu, a partir da compra ou doação das terras em fins do século XIX, a comunidade tinha como núcleo o Sítio da Ponte Alta, assumindo essa denominação. Com a construção da estação ferroviária de Jaó em 1930, a comunidade passou a ser conhecida por esse nome. Formada por 53 famílias (aproximadamente 250 moradores) que ocupam uma área de 165,7 ha, a comunidade Jaó foi reconhecida pelo ITESP em 2000, por meio de RTC elaborado pela antropóloga Maria Cecília M. Turatti.

Segundo a pesquisadora, uma das características dessa comunidade é a existência de fortes vínculos de parentesco, proporcionados pelo predomínio dos casamentos dentro do próprio grupo, prática que foi historicamente favorecida pela situação de isolamento geográfico e diferenciação étnica em relação à sociedade envolvente, composta predominantemente por brancos descendentes de europeus. Com relação à descendência, predomina a “matrilinearidade”, pois historicamente os indivíduos se identificam segundo a linhagem materna. Nos tempos mais antigos, esse “status” de liderança atribuído às mulheres era reforçado pelo papel representado pelas parteiras, em cujas mãos nasceram muitas crianças nas fazendas e sítios vizinhos ao Jaó (TURATTI, 2000).

O trabalho das mulheres também era predominante na agricultura de subsistência (milho, arroz, feijão, leguminosas, hortaliças, raízes) praticada nas terras do Jaó, enquanto aos homens cabia principalmente o trabalho assalariado nas fazendas vizinhas, como fonte de renda monetária para a família. O aproveitamento tradicional das terras distinguia duas áreas principais: o capão, composto por terras mais férteis, onde cada família sabia qual era o seu espaço para a prática da agricultura, e o campo, de terras menos férteis, utilizado mais para a construção das moradias e como pastagem

natural. “Segundo os moradores mais antigos, as porções de terra familiares eram reconhecidas por meio de marcos naturais, preferencialmente as grandes árvores ali existentes” (TURATTI, 2000: 24).

Apesar da divisão das áreas entre as famílias, era comum o estabelecimento de práticas de solidariedade vicinal, ajuda mútua e trabalho coletivo (CANDIDO, 2010), tais como a troca de dias de trabalho (quando um dos membros de um grupo familiar se encontrava impossibilitado de trabalhar), o mutirão (principalmente para as colheitas e construção de moradias) e doações de alimentos, quando alguma família passasse por uma situação de extrema necessidade (TURATTI, 2000).

Até a época de elaboração do RTC (2000), as casas de pau-a-pique existentes na comunidade estavam sendo substituídas por casas de alvenaria, por meio de uma parceria entre o governo estadual e a prefeitura de Itapeva. O Jaó possui luz elétrica, água encanada e uma escola que oferece o ensino do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (TURATTI, 2000).

Alguns projetos implantados pela Prefeitura de Itapeva não respeitaram as formas tradicionais de uso da terra. Foi o caso da substituição das áreas de cultivo – que no passado eram divididas para cada família, conforme descrito – por pastagens, nas quais foram introduzidas algumas cabeças de gado leiteiro. Também houve a tentativa de criação de um projeto de piscicultura, que não obteve êxito devido à extração desordenada de peixes por parte de alguns moradores e ao roubo praticado por pessoas de fora da comunidade. O aumento populacional também é um fator que tem tornado as áreas insuficientes para o sustento das famílias, levando as mulheres, que antes trabalhavam principalmente na agricultura de subsistência dentro da comunidade, a ter que procurar trabalho assalariado na cidade ou nas fazendas e sítios vizinhos. Segundo Turatti, “os homens encontram-se empregados em serviços gerais nas fazendas e uma grande parte deles trabalha na inóspita atividade de carvoeiro. As mulheres conseguem empregos esporádicos, em geral em épocas de colheita” (TURATTI, 2000: 29).

Também são problemáticas as divisões internas, que diminuem a coesão do grupo e dificultam sua organização. Uma das divisões surgiu após a criação da Associação Comunitária, em 1991, que empreendeu “algumas tentativas de trabalho cooperado, que acabaram frustradas por problemas diversos, desde intempéries climáticas até as formas de organização e divisão coletiva do trabalho” (TURATTI, 2000: 33). A divisão decorrente se dá entre um grupo que defende que o único caminho

para o desenvolvimento da comunidade é o trabalho coletivo, enquanto outro grupo acredita que o trabalho deve ser familiar. Outra fonte de divisões e problemas de organização é a interferência da religião, acentuada desde a entrada de igrejas de orientação evangélico-petencostal em meados dos anos 1980. Um efeito bastante grave da disseminação dessas igrejas é a influência sobre o apagamento da memória ancestral coletiva, principalmente porque essa memória possui origens vinculadas ao catolicismo, praticado de forma sincrética com os rituais e sistemas de crenças de origem africana (TURATTI, 2000).

Desde o seu surgimento, o Jaó não enfrentou significativos conflitos fundiários, de modo que sua área se manteve praticamente a mesma desde a época em que ocorreu a compra/doação. Somente algumas áreas vizinhas, que eram usadas livremente, mas não pertenciam à comunidade, foram cercadas com a chegada de novos proprietários. Registrou-se somente um caso, em 1990, no qual alguns funcionários de uma fazenda vizinha tentaram forçar os moradores a assinar contratos de venda de parte das terras, o que pôde ser revertido por meio do apelo ao governo estadual. “Tal evento, ocorrido há tão pouco tempo, denota a fragilidade da comunidade no que diz respeito à preservação de sua propriedade e reitera a necessidade do reconhecimento das terras do Jaó como território quilombola” (TURATTI, 2000: 35).

**CAPÍTULO V – A CHEGADA DE NOVOS CONTEÚDOS
ESPACIAIS A PARTIR DO RECONHECIMENTO DO
TERRITÓRIO QUILOMBOLA: AÇÕES, AGENTES E
OBJETOS PRESENTES NO QUILOMBO CAFUNDÓ**

(...) devido à desapropriação, “o dono agora é o INCRA”
(Frase de um servidor do INCRA, dita em reunião de mediação de conflitos com um grupo de quilombolas do Cafundó, 25/09/2012).

5.1. Bairro Cafundó: o reconhecimento de um território quilombola

A essa altura, retomamos a idéia de que o espaço geográfico só pode ser entendido como um híbrido, no qual são indissociáveis a base do meio físico, a materialidade dos objetos e os conteúdos sociais e econômicos que se apropriam e dão vida a essa materialidade (SANTOS, 1986; 2014). A concepção do território – nos seus diversos recortes e densidades técnico-científicas e informacionais, apresentadas no mundo contemporâneo, em uma perspectiva integradora (HAESBAERT, 2013) – deve partir dos conteúdos espaciais que estão na base do que procuramos entender, até o presente momento, por meio do conceito de uso do território (SANTOS, 2014; STEINBERGER, 2013).

Tomando como fundamento tais conceitos, podemos afirmar que o bairro Cafundó, pertencente ao município de Salto de Pirapora, constitui um recorte espacial no qual o conteúdo privilegiado é a tradição e a ancestralidade, a luta histórica dos negros em um contexto de escravidão, opressão, discriminação racial e espacial, violência e expropriação. Também foi e continua sendo, desde a sua origem, um lugar marcado pela simplicidade, pela sua própria temporalidade, seus próprios ritmos e concepções a respeito do mundo social. Lugar de relações e lógicas orgânicas, marcadas pelas horizontalidades (SANTOS, 2014). E é a tradição e a ancestralidade que, embora hoje estejam se modificando e adaptando aos novos contextos impostos pela totalidade (SANTOS, 2005a), fundamentou a delimitação de um território, pertencente ao grupo, detentor de direitos especiais, a partir do reconhecimento enquanto quilombolas, com base no Artigo 68 do ADCT, conforme exposto no Capítulo 2.

Passemos então à tentativa de periodização e síntese dos eventos mais relevantes que resultaram no reconhecimento do bairro Cafundó, enquanto território quilombola, a partir do que já foi escrito e pesquisado por outros autores: Carlos Vogt e Peter Fry (1996), Alessandra Schmitt e Maria Cecília Manzoli Turatti (1999) e Sílvio Vieira de Andrade Filho (2010). Obviamente, não nos limitaremos a escrever novamente o que já foi dito pelos referidos autores; pelo contrário, o propósito é partir

dos seus trabalhos, visto que são baseados em ampla pesquisa histórica e documental sobre o grupo em questão, para então adentrarmos nas questões que dizem respeito a esta pesquisa, questões estas centradas em alguns dos meandros do processo de reconhecimento do território e dos novos usos possibilitados pelo mesmo, a partir dos conteúdos normativos apresentados no Capítulo 2.

Além da pesquisa documental nos Cartórios de Registro de Imóveis e nos registros paroquiais de Sorocaba e Itapetininga, o trabalho de Vogt e Fry (1996), realizado entre 1978 e 1988 teve como base os relatos orais de dois moradores, hoje falecidos – a saber, Otávio Caetano e Dita Pires – no que se refere à origem primeira da comunidade atual. De acordo com os dois antigos moradores, a comunidade Cafundó se originou a partir da doação, em testamento, de uma fazenda, para o casal de escravos Joaquim Congo¹⁹⁶ e Ricarda¹⁹⁷, juntamente com a alforria, por parte do seu senhor, Joaquim Manoel de Oliveira, por volta de 1876. Segundo o relato de Dita Pires,

(...) foi sua avó, Ricarda, mãe de Ifigênia e Antônia, que recebeu de Joaquim Manuel de Oliveira um pedaço de terra no bairro Faxinal: “Quando chegou a liberdade, que deram a liberdade para eles saírem, eles ficaram meio triste, muito nervoso, deles saírem e não tinham nada. Sair só pra voltar, daí eles deram um pedaço de terra para eles que é esse aqui” (26/6/78) (VOGT e FRY, 1996: 39).

Todavia, segundo outro relato de Dita Pires, “Joaquim Congo teria trocado a terra recebida de seu senhor por aquela do Cafundó, que fora herdada por uma tal de Maria de Almeida” (VOGT e FRY, 1996: 54). Segundo Schmitt e Turatti (1999),

Apesar de não ter sido encontrado nenhum registro documental, esta possível doação e posterior troca de terras é a hipótese mais plausível (...). O inventário de Maria Perpétua Ayres [mãe de Joaquim Manoel de Oliveira] (...) demonstrou que o local onde hoje é o Cafundó não está dentro dos limites das terras que ela havia deixado como herança. Esta análise também demonstrou que era pouco provável que estivesse dentro do sítio comprado por Joaquim Leme de Campos na “Barra” [atual bairro da Barra, em Salto de Pirapora, próximo ao Cafundó] (SCHMITT e TURATTI, 1999: 17).

¹⁹⁶ O nome verdadeiro de Joaquim Congo, “marido de Ricarda, era também Joaquim Manuel de Oliveira e se distinguia do seu homônimo fazendeiro pela alcunha de Joaquim Congo. Ter o mesmo nome de seu dono indicava que fora batizado por ele, e a alcunha ‘Congo’ servia não só para distinguir o escravo do senhor como também para aludir ao fato de o primeiro ter nascido na África” (VOGT e FRY, 1996: 39).

¹⁹⁷ “Ricarda (1842) casou-se com Joaquim Manoel de Oliveira Congo (1818) em 08/07/1855, na igreja de Campo Largo, na freguesia de Sorocaba. O pai de Ricarda, Felício (1819) e seus avós, Florinda (1796) e José (1793), pertenceram a Maria Perpétua Ayres de Oliveira e a seu marido, Antônio Joaquim de Oliveira, pais de Joaquim Manoel de Oliveira” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 16).

Ainda recorrendo ao trabalho de Vogt e Fry (1996: 39), outro relato de Dita Pires confirma a hipótese da troca das terras após a doação:

(...) o Cafundó foi o resultado de uma troca de terras entre sua avó, Ricarda, e um tal Rafael Teixeira, casado com Maria de Almeida: “Era lá, e daí quando ele [Rafael Teixeira] casou, pegou a parte da mulher e ele comprou tudo lá, aquele Faxiná. E aí ele breganhou com meu avô. Ele pegou a [terra] de lá e deu aqui” (01/04/1978).

Faz-se necessário pontuar que as origens históricas e sociais da comunidade Cafundó estiveram intrinsecamente relacionadas a uma comunidade negra vizinha, o Caxambu, situada no município de Sarapuí, próxima da divisa com Salto de Pirapora e à qual nos referimos brevemente no capítulo anterior. De acordo com Vogt e Fry (1996: 60), o Caxambu

Ficava do outro lado do rio Sarapuí, na área onde mapas da década de 1950 imprimem o nome “Monte do Caxambu”. Tinha profundas ligações com o Cafundó. Otávio Caetano [antiga liderança do Cafundó], por exemplo, nem sempre morou no Cafundó. Parte de sua vida passou no Caxambu, ao menos para os folguedos e os trabalhos comunitários (...).

Os negros escravizados que originaram a comunidade Caxambu pertenciam ao fazendeiro Pedro de Almeida Lara, cujas terras eram vizinhas às de Maria Perpétua Ayres e Joaquim Manoel de Oliveira, senhores dos negros que originaram o Cafundó. Devido a essa proximidade e ao fato de que nos dois casos houve doação de terras em testamento, junto com a alforria, além de que os casamentos de negros ocorriam predominantemente com negros, estabeleceram-se vínculos de parentesco entre as duas comunidades, através de laços matrimoniais, conforme Schmitt e Turatti (1999: 18):

As duas filhas de Ricarda e Joaquim Congo que ficaram morando com eles no Cafundó, Ifigênia e Antônia, deram origem às parentelas Almeida Caetano e Pires Pedroso, respectivamente. Antônia casou-se com Joaquim Pires Pedroso, descendente de escravos, porém nascido livre; Ifigênia casou-se com Caetano Manoel de Oliveira, proveniente da comunidade descende de escravos do Caxambu. No futuro, mais dois casamentos aconteceram entre pessoas do Cafundó e do Caxambu. Duas filhas de Ifigênia e Caetano casaram-se com dois irmãos do Caxambu. Trata-se dos casais: Maria Augusta e José Norberto Rosa de Almeida e Olívia e Antônio Norberto Rosa de Almeida, que ficaram morando no Caxambu até meados da década de 1940, quando grande parte das terras do Caxambu foi perdida para fazendeiros.

A seguir, apresentamos a genealogia parcial da comunidade Cafundó, na qual é possível verificar os vínculos de parentesco estabelecidos com o Caxambu. Ressaltamos que essa genealogia inclui somente as gerações mais antigas, contemplando alguns moradores ainda vivos e que hoje são os mais velhos da comunidade. Mais adiante, apresentaremos a genealogia atualizada, baseada em entrevistas realizadas com Marcos Norberto de Almeida, Juvenil Rosa e Judite Pires. Na Fotografia 6, observa-se a vista parcial da paisagem do monte Caxambu, no qual se localizava a comunidade de mesmo nome, em terras que hoje se encontram ocupadas por plantações de eucalipto da empresa Eucatex.

Organograma 4 – Genealogia parcial do Quilombo Cafundó (*)

* Não inclui a quarta e a quinta gerações e existem lacunas nas filiações mais antigas.

** Nome do cônjuge entre parentes.

***Provêm do grupo descendente de ex-escravos do Caxambu.

Fonte: SCHMITT e TURATTI, 1999: 20.

Fotografia 6 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): morro Caxambu ao fundo, no bairro dos Alves, visto a partir da parte mais alta da Gleba B, 2013

Foto: André Luís Gomes, 12/10/2013.

Segundo a memória oral pesquisada por Vogt e Fry (1996) a área que fora trocada por Rafael Teixeira com Joaquim Congo e Ricarda e originou o Cafundó, no último quartel do século XIX, correspondia a 80 alqueires, enquanto a doação que originou o Caxambu consistiu em uma extensão de 180 alqueires. Em um contexto de relações de subordinação, estabelecidas em relação aos grandes proprietários de terra de Salto de Pirapora e região, as áreas obtidas em doação, por meio de testamento, foram aos poucos sendo perdidas pelos descendentes de escravos, de diversas formas, a partir da segunda metade dos anos 1940: por meio de trocas de favores, subordinação das relações de compadrio, negócios desvantajosos ou enganosos para os quilombolas, ou pela expropriação com uso da violência direta (SCHMITT e TURATTI, 1999).

Um exemplo de subordinação dos quilombolas foi o caso do antigo fazendeiro Honório de Almeida. “Embora ele seja reconhecido como um dos principais grileiros das terras do Cafundó, era ele também o empregador por excelência da mão-de-obra existente na comunidade, principalmente na lavoura de algodão” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 22). Além da contratação de trabalho assalariado, o fazendeiro estabelecia relações de parceria ou meação com boa parte dos sitiantes localizados nas proximidades, fornecendo as sementes e muitas vezes pagando os agricultores “com

vales a serem trocados, exclusivamente, por mercadorias no armazém de Elizário de Almeida, filho de Honório, local onde também funcionava a máquina de descaroçar algodão” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 23), o que significava a dependência absoluta dos sitiantes, representando um prolongamento da escravidão: era o caso em que “os moradores pagavam as contas pendentes no armazém com a safra futura (...) *ninguém ganhava nada, era só pela comida*” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 23).

A situação dos descendentes de escravos era agravada pelo fato de que não possuíam os documentos comprobatórios do recebimento das terras em testamento, não dominavam a linguagem escrita e não tinham conhecimento das formalidades da lei¹⁹⁸. Tais fatores contribuíam para reforçar as relações de dependência e subordinação em relação aos fazendeiros. Outro caso envolvendo o mesmo Honório de Almeida consistiu no cercamento de áreas pertencentes à comunidade, com a promessa de que os moradores poderiam continuar plantando nelas. Segundo o relato de Adauto Rosa de Almeida, falecido morador do Cafundó, o fazendeiro lhes dizia “*pode plantar que a terra é vossa*. Mas, à noite, soltava sua criação para destruir as roças dos cafundoenses. *Vovó Ifigênia passava a noite tocando o gado de Lizário [Elizário de Almeida] para fora das roças*” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 23).

Tal prática acabava impedindo o uso das terras pelos quilombolas, comprometia a sua subsistência e forçava-os a trabalharem para os fazendeiros; por outro lado, o abandono das terras pelos quilombolas, em consequência de tais práticas coercitivas, facilitava a continuidade dos cercamentos e o posterior registro em cartório das terras pelos fazendeiros como se fossem suas (SCHMITT e TURATTI, 1999). Em linhas gerais, essa foi a primeira forma de expropriação das terras das comunidades Cafundó e Caxambu, o que demonstra que desde a sua origem, a permanência nas terras que lhes foram doadas foi marcada por conflitos fundiários.

¹⁹⁸ “Os estudos realizados na área da Antropologia Jurídica têm mostrado, sistematicamente, o descompasso entre o direito costumeiro ou consuetudinário e o direito oficial, mormente no que diz respeito aos efeitos da lei sobre comunidades tradicionais, muitas vezes iletradas. Não só o desconhecimento das leis, o analfabetismo, a falta de recursos materiais para o custeio de profissionais, mas sobretudo o estranhamento do homem pertencente à chamada “cultura rústica” em precisar de uma mediação externa, alheia aos seus valores e crenças, para dirimir os conflitos que se lhe avizinham, faz com que este tenha enorme dificuldade para acompanhar os trâmites legais-burocráticos com os quais a Justiça opera” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 32). No caso do Cafundó, outro complicador era o fato de que, na época das primeiras reivindicações pela garantia oficial da posse das terras historicamente ocupadas, “a maioria dos moradores do Cafundó não tinha documentos pessoais e não assinava o próprio nome” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 38)

A partir da década de 1960, intensificou-se a violência dos conflitos envolvendo a posse das terras. Em 1966, Benedito Rosa de Almeida, neto de Ifigênia Maria das Dores, foi morto por Benedito de Souza, jagunço contratado pelo fazendeiro Fernando Ortiz, que havia se apossado das terras da comunidade Caxambu por meio de uma transação enganosa. Segundo Vogt e Fry (1996), baseados no relato oral de Aداuto Rosa de Almeida, também neto de Ifigênia, Fernando Ortiz se apossou das terras do Caxambu por meio de um truque cartorial de má-fé, no qual o fazendeiro subornou um dos moradores para convencer os demais a assinar um suposto documento de arrendamento, que na verdade se tratava de um documento de venda, assinado pelos moradores pelo fato serem analfabetos.

Vieram falar em arrendamento por vinte anos. Mas será que dá certo isso? “Dá”, disse Emiliano [morador do Caxambu pago por Ortiz], “pode deixar por minha conta”. Aí eles combinaram tudo. Combinaram com o meu tio também, que não podia ver dinheiro. Aí o Emiliano veio aqui junto com eles e trouxeram cartório. E ele mandou nós assinar, que era um arrendamento. Quando foi descobrir, o negócio já estava feito. Aí ele disse: “Vocês venderam, o negócio tá vendido, vocês venderam, desistiram da terra”. Aí meu pai falou: “Mas desistiu como? Eu assinei arrendamento”. E Emiliano: “Você assinou arrendamento, mas lá está venda” [relato de Aداuto Rosa de Almeida] (VOGT e FRY, 1996: 97).

Benedito Rosa de Almeida teve sua morte encomendada por Fernando Ortiz porque procurou recorrer à justiça para tentar reaver as terras, perdidas por meio da falsa transação. Na época, a justiça oficial foi conivente com o fazendeiro e seu capanga e o processo envolvendo as terras e o assassinato não foi levado adiante:

Aداuto Rosa de Almeida, irmão da vítima, conta que ele e sua mãe foram a Itapetininga procurar por justiça para o caso do assassinato de seu irmão e das terras do Caxambu, mas encontraram apenas negativas, acompanhadas de um conselho de desistência vindo de um juiz, porque se “mexessem” com a história da terra, só teriam prejuízos. Ainda segundo Aداuto, Benedito de Souza, o assassino, contou com um advogado pago por Francisco Ortiz e saiu impune (SCHMITT e TURATTI, 1999: 33).

Doze anos mais tarde, em 18 de julho de 1978, ocorre outro assassinato no Cafundó, mais uma vez motivado pelos conflitos envolvendo o apossamento das terras. Porém, dessa vez o assassinado foi Benedito de Souza, o mesmo que em 1966 matou o quilombola Benedito Rosa de Almeida, a mando de Fernando Ortiz. O capanga foi assassinado por três membros da comunidade ao tentar cercar uma área pertencente ao

Cafundó e ameaçar os moradores com uma arma, sob as ordens de outro fazendeiro de Salto de Pirapora, Fuad Marum. Segundo Vogt e Fry (1996: 100)

Otávio [Caetano] argumentou que só permitiria a colocação do arame farpado cercando as terras se os mandados do fazendeiro trouxessem um “papel da lei”. Benedito de Souza foi para Salto de Pirapora com o pessoal que trouxera para fazer o serviço. Ao voltar para o Cafundó, ao invés da ordem legal, exibiu para Otávio e seus três sobrinhos, Noel, Adaauto e Marcos, um revólver, ameaçando-os de morte. Houve discussão entre os três rapazes e o jagunço. Este acabou morto por aqueles (...) a golpes de foice a faca (VOGT e FRY, 1996: 100-101).

Os envolvidos no crime foram defendidos pelos advogados Antônio Santana Marcondes Guimarães e Bernardino Antônio Francisco e acabaram absolvidos por legítima defesa. Porém, esse evento trouxe conseqüências bastante negativas para a comunidade, pois todos os moradores, envolvidos ou não no acontecimento, passaram a ser ameaçados pelos familiares do capanga assassinado e vistos como perigosos pela população de Salto de Pirapora. Por esses motivos, além de não poderem usar as terras para plantio, devido às ações expropriatórias, os moradores também se viram impedidos de sair da comunidade para procurar emprego, em razão das ameaças recebidas. “Desse modo, a situação que já era carente passou a ser de miséria total” (VOGT e FRY, 1996: 116).

Outro assassinato ocorrido na comunidade, também relacionado aos conflitos por terra, envolveu dois moradores do próprio local: Júlio Pereira, assassinado por seu cunhado Silvino Pires, na segunda metade de 1973¹⁹⁹. Na época, Otávio Caetano disputava com o fazendeiro Armando Landulfo a posse de vinte alqueires de terra (correspondentes à área conhecida atualmente como “Gleba B”), por meio de uma ação de usucapião. “Júlio Pereira, amigo de Otávio, era contrário ao fazendeiro Armando Landulfo na questão dos vinte alqueires. Silvino Pires era a favor” (VOGT e FRY, 1996: 111). Ao que parece, Silvino era pago por Landulfo e por causa da disputa pela terra, matou Júlio. Esse fato expôs também a tensão, mais nítida naquela época do que hoje em dia, existente entre as duas parentelas que formam a comunidade: os Almeida Caetano, descendentes de Ifigênia e os Pires Pedroso, descendentes de Antônia. De acordo com Schmitt e Turatti (1999: 30)

¹⁹⁹ Fonte: Procuradoria Geral do Estado/Procuradoria Regional de Sorocaba/Processo N° 384/72 – Ação de Usucapião.

(...) a principal motivação para a tensão estabelecida entre os grupos é a atitude diferenciada que ambos assumem nas questões ligadas à propriedade da terra. Os Pires Pedroso teriam, principalmente segundo os Almeida Caetano, feito alianças com os fazendeiros que esbulhavam suas terras. Este argumento é ilustrado pelo relato da morte de Júlio Pereira, cunhado de Sylvino Pires e assassinado por este. (...) Com este episódio podemos, ainda, ilustrar as diferenças de comportamento das duas parentelas de acordo com os tipos de aliança com distintos níveis de poder que elas realizam. Os Pires Pedroso parecem mais afeitos à união com o dito “poder local”, relação esta expressa pela sua proximidade com os proprietários de terra, enquanto os Almeida Caetano apresentam maior afinidade com os agentes do chamado “poder distante”, representados por pesquisadores, entidades de defesa dos direitos dos negros, órgãos da defesa pública, etc (SCHMITT e TURATTI, 1999: 30).

Pouco tempo antes da tragédia envolvendo Benedito de Souza e os irmãos Rosa de Almeida, outro evento iria marcar definitivamente a comunidade, dessa vez de maneira mais “positiva”: a sua “descoberta” em

10 de março de 1978, quando lá estiveram os primeiros jornalistas. As primeiras notícias apareceram no jornal *Cruzeiro do Sul*, de Sorocaba, e em *O Estado de São Paulo* no dia 19 de março do mesmo ano. (...) O fato de serem proprietários das terras em que vivem, aliado ao fato de falarem, como eles mesmos dizem, uma “língua africana”, constituiu certamente a causa mais imediata da “descoberta” do Cafundó. (...) Ao Cafundó acorreram jornais e revistas dos mais representativos do país: *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Folha de S. Paulo*, *Veja*, *IstoÉ*, entre outros. Em matéria de televisão, a Rede Globo lá esteve mais de uma vez e mais de uma vez o Cafundó foi notícia do *Fantástico* (VOGT e FRY, 1996: 15-17).

Sendo assim, a “descoberta” da língua por jornalistas em 1978 pode ser considerada o evento mais importante para a mudança das relações da comunidade com o mundo exterior. O “exotismo” da língua e o interesse por ela representaram um dado que atraiu para aquela fração do território, dentre os novos conteúdos espaciais, não somente jornais, revistas e emissoras de televisão; também atraiu o interesse de pesquisadores – principalmente Carlos Vogt, Peter Fry, e Sílvio Vieira de Andrade Filho, os quais citamos ao longo deste trabalho – de entidades de defesa do negro, de organizações não-governamentais e de órgãos do governo federal, estadual e da Prefeitura de Salto de Pirapora (SCHMITT e TURATTI, 1999). “A seu modo, cada uma dessas entidades acabou por envolver-se com o Cafundó, envolvendo-o numa trama de relações que foram modificando e alargando suas fronteiras culturais” (VOGT e FRY, 1996: 18), o que permite afirmar, talvez de forma metafórica, que o Cafundó “não pertence mais à sua própria geografia. Por meio da imprensa, da televisão, dos artigos e

teses acadêmicas, dos congressos, dos movimentos políticos, das ONG's e, atualmente, por meio da internet, o Cafundó consolidou-se como 'cidadão do mundo'”²⁰⁰.

O período imediatamente posterior a essa “descoberta” coincidiu com as reivindicações e mobilizações do movimento negro e das comunidades negras rurais em âmbito nacional, que resultaram na inserção do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, conforme expusemos no Capítulo 2. Desse modo, foi a partir da “descoberta” da língua, em 1978, que a comunidade passou a se identificar e ser identificada como uma comunidade negra, possuidora de um território e posteriormente foi reconhecida pelo Estado, com base no Artigo 68.

A presença do Movimento Negro Unificado (MNU) e do clube 28 de Setembro, que reúne a comunidade negra sorocabana, “marca o início de uma série de benefícios assistenciais auferidos pela comunidade” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 23). Uma dessas ações, responsável por modificar a paisagem arquitetônica do bairro, é atribuída ao sorocabano João Mercado Neto, que nos anos 1980 auxiliou os moradores na fabricação de tijolos de cimento, levando à substituição das casas de pau-a-pique cobertas de sapé por casas de alvenaria (SCHMITT e TURATTI, 1999), tais como as existentes hoje no Cafundó, de modo que hoje em dia a única casa de pau-a-pique ainda existente (porém coberta com telhas de amianto e forro de plástico) é um espaço comunitário, situado ao lado da casa dos irmãos Marcos e Juvenil e utilizado para venda de artesanato, como almoxarifado, cozinha comunitária (fogão a lenha) e para a realização de reuniões e recepção de visitantes, na parte externa. A energia elétrica chegou à comunidade em 1985; a água encanada, fornecida pela Sabesp – a partir de uma caixa d'água situada no vizinho loteamento “Netinho” – em 1994 (SCHMITT e TURATTI, 1999).

Ainda com relação ao processo de “descoberta” do Cafundó por meio da língua africana, Vogt e Fry (1996) trazem observações pertinentes, que permitem identificar algumas das primeiras transformações sócio-espaciais ocorridas no lugar, resultantes do alargamento de suas “fronteiras sociais”, como resultado da “descoberta” da comunidade:

²⁰⁰ Fundação ITESP. *Comunidade Cafundó: Realidade e Desafios*, p. 9 (s/d). Fonte: Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

“(...) seus habitantes foram postos diante de uma fonte alternativa de poder, representada não só pelos pesquisadores, mas por todos aqueles que, de um modo ou de outro, se interessaram pelo ‘tesouro’ escondido na comunidade: a sua ‘língua’ ou *falange*. (...) Estigmatizados institucionalmente pelo poder local, eles se vêem eleitos por um poder que, embora não local, vem, contudo, também do centro. (...) Na medida em que o Cafundó foi ganhando uma certa projeção nacional, a atitude das autoridades locais foi também mudando. A tal ponto que o prefeito mandou construir o barracão do Mobral no bairro. Segui-se a chegada da comida da Pró-Nutri” (VOGT e FRY, 1996: 114-116).

Em razão das ações de expropriação de caráter conflituoso, brevemente mencionadas, no momento da sua “descoberta” em 1978, o território da comunidade Cafundó, então composta por 80 habitantes, havia sido reduzido, dos originais 80 alqueires trocados com Rafael Teixeira pela área recebida em testamento no bairro Faxinal, a uma área de menos de oito alqueires, correspondente ao núcleo ocupado pelas casas e sobre o qual um grupo de nove moradores – Sylvino Pires Pedroso, Joaquim Pires, Rosa Pires Mulongo, Maria Augusta Rosa de Almeida, Maria Pires de Oliveira, Otávio Caetano, Noel Rosa de Almeida, Maria de Lurdes Rosa de Almeida e Otávio Norberto de Almeida – ajuizou uma ação de usucapião em 1976²⁰¹ (SCHMITT e TURATTI, 1999).

Como consequência da situação conflituosa envolvendo a posse da terra e da expropriação da maior parte da área pertencente à comunidade, grande parte dos filhos e netos dos nove moradores mencionados mudaram-se para a cidade, na maioria dos casos para os municípios de Salto de Pirapora, Sorocaba ou Votorantim, recaindo o peso da luta pelo território, historicamente ocupado, sobre os que nele permaneceram. Posteriormente, com o reconhecimento do território da comunidade pelo INCRA, a pressão pelo retorno exercida por esses membros que deixaram a comunidade nos anos 1970, 1980 e 1990 tem provocado conflitos com a Associação, conforme será abordado mais adiante.

Entretanto, outra ação de usucapião já havia sido movida por Otávio Caetano em 1972²⁰², reivindicando uma área de 28 alqueires, ação esta que foi contestada pelo fazendeiro Armando Landulpho, sob a alegação de que possuía títulos de propriedade sobre a área, “adquirida de Elizário de Almeida, lavrada em escritura datada de 12 de

²⁰¹ Em decorrência dessa ação, o imóvel “Gleba A” está registrado na matrícula nº 9.725 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba. Fonte: Processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó)/INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/Nº11/2012, de 13 de junho de 2012.

²⁰² Processo Nº 384/72, ajuizado em 02/03/1972 na 1ª Vara Civil de Sorocaba.

maio de 1972” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 35). Em 04/04/1973, Silvino Pires Pedroso entra com outra ação que também contesta o pedido de Otávio Caetano, alegando que a área à qual a comunidade tinha direito, por meio de usucapião, correspondia a apenas 7,75 alqueires. Como relatamos anteriormente, o apoio de Júlio Pereira à ação de Otávio Caetano foi o que motivou o seu assassinato por Silvino, que apoiava o fazendeiro Landulpho. É também de relevância o fato de que Silvino e Landulpho haviam contratado o mesmo advogado – Rubens Moreira Coelho – para contestar a ação de Otávio Caetano, além de a defesa de Silvino no caso da morte de Júlio ter sido financiada por Landulpho (SCHMITT e TURATTI, 1999; VOGT e FRY, 1996). A referência a tais fatos ilustra que os interesses de fazendeiros manipulavam os conflitos existentes dentro da comunidade, notadamente a oposição entre os Pires Pedroso e os Almeida Caetano.

Todavia, em ofício da PGE datado de 14/10/1985, no qual solicita o desarquivamento do Processo N° 384/72, correspondente à ação de usucapião movida por Otávio Caetano em 1972, o Procurador Luiz Rosatti afirmava que “a comunidade não se conforma estar adstrita a apenas mais ou menos oito alqueires”.

Em 1982, é aberto outro processo por Roque Sebastião de Miranda, reivindicando a posse, por usucapião, de uma área de 13,25 alqueires, correspondente à atual Gleba C. Miranda alegava que área lhe havia sido vendida por um membro da comunidade; entretanto, no processo apresenta Fuad Marum como seu antecessor, o mesmo que em 1978 havia mandado Benedito de Souza cercar essa área contra a vontade da comunidade, o que após ameaça por parte do capanga, seguida de luta corporal, resultou no assassinato do mesmo pelos quilombolas. A partir de 1983, por meio de uma carta enviada por Otávio Caetano, inicialmente ao Governador do Estado, a comunidade passa a receber auxílio jurídico do então Procurador do Estado Luiz Rosatti, que desarquiva o processo movido em 1972 por Otávio Caetano, reivindicando 28 alqueires para a comunidade, ao mesmo tempo em que a SUDELPA²⁰³ dá início aos trabalhos de demarcação da área para elaboração da planta e do memorial descritivo, o que resulta na primeira demarcação das áreas conhecidas como glebas A, B, C e D, que atualmente compõe o território quilombola do Cafundó, reconhecido pelo INCRA através da Portaria N° 235/2006.

²⁰³ Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, criada a partir do Decreto Estadual N° 37.546/93.

Como resposta à demarcação realizada pela SUDELPA, Armando Landulpho entra com uma ação de interdito proibitório contra alguns membros da comunidade – Silvino Pires Pedroso, Otávio Caetano e Marcos Norberto de Almeida, que acompanharam os técnicos da SUDELPA na medição da área, indicando os limites do território historicamente ocupado – alegando que estes estariam turbando sua posse mansa e pacífica da área correspondente à Gleba B, abrindo picadas e realizando medições (SCHMITT e TURATTI, 1999). Outra reação à demarcação empreendida pela SUDELPA partiu do fazendeiro Pedro Latorre, que cercou a área da Gleba D logo após o fim dos trabalhos de demarcação, em 1985, proibindo “a entrada dos moradores da comunidade que, anteriormente, utilizavam a faixa de terra em questão para retirar lenha e obter água” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 37).

Ao apoio técnico e jurídico da SUDELPA e da PGE vem se somar, na mesma época, os trabalhos do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT) que – baseando-se na planta elaborada pela SUDELPA em 1985 e em memorial descritivo das divisas²⁰⁴, elaborado por técnicos do então Departamento de Regularização Fundiária (DRF), pertencente à Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo – decide pelo tombamento das glebas A, B e C (correspondentes a 39,85 alqueires) em 1990, com a justificativa da “importância da comunidade e seu território como bens culturais de valor histórico” (SCHMITT e TURATTI, 1999: 37), levando em conta suas origens históricas que remontam ao período da escravidão, a importância da garantia da posse da terra para sua sobrevivência e para a manutenção da cultura²⁰⁵ e a importância cultural do dialeto africano falado pelos moradores do Cafundó²⁰⁶. O tombamento da

²⁰⁴ Que incluiu as quatro áreas (A, B, C e D) que compõem atualmente o território quilombola.

²⁰⁵ Nesse sentido, em ofício datado de 06/06/1988 e encaminhado ao Procurador Geral do Estado, afirma Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, então Procurador do Estado-Assessor: “a comunidade negra do Cafundó está em processo de desagregação sócio-econômica e cultural, que pode levá-la à extinção, em virtude do fato de os seus membros, que têm na atividade rural a sua fonte de subsistência, estarem com sua base territorial bastante diminuída em relação às necessidades básicas (cerca de 9 famílias ou 50 pessoas vivendo numa área de 8 alqueires aproximadamente)”. Em sua manifestação, o centenário da abolição também foi mencionado, para reforçar a justificativa de garantia dos direitos territoriais da comunidade Cafundó.

²⁰⁶ Em 1988, o Prof. Dr. Carlos Vogt, então Vice-Reitor da UNICAMP, também “manifestou seu integral apoio à iniciativa de desapropriar as áreas objeto de pendências judiciais e reivindicadas pela Comunidade Negra do Cafundó”, ressaltando “a grande importância cultural daquela comunidade, observando que a sua existência e preservação é de relevante interesse para a sociedade e o próprio Estado”, prontificando-se “a redigir documento fundamentando a importância cultural da Comunidade Negra do Cafundó, o qual seria encaminhado oportunamente para dar subsídios à proposta de

área foi oficializado por meio da Resolução N° 09 da Secretaria da Cultura, datada de 23/03/1990²⁰⁷.

Ainda em 1990, a PGE recomendou à Secretaria de Estado da Cultura a “Declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, de glebas de terras sem benfeitorias, situadas no município de Salto de Pirapora, destinadas à manutenção e desenvolvimento sócio-cultural da comunidade negra do Cafundó”, por meio de ofício elaborado pela Sub-Procuradora do Estado Fernanda Dias Menezes de Almeida, datado de 14/08/1990. Entretanto, o CONDEPHAAT declarou não possuir as verbas exigidas para a desapropriação, sugerindo em 05/10/1990 o arquivamento do Processo SC-2602/1988, que tratava da questão. Desse modo, é possível verificar que a hipótese de desapropriação da área demarcada pelo governo estadual, em prol da comunidade Cafundó, foi levantada pela primeira vez pelo CONDEPHAAT entre 1988 e 1990, portanto bem antes da regulamentação do Artigo 68²⁰⁸ e da sua primeira aplicação ocorrida em 1995, através da titulação do território quilombola Boa Vista (Oriximiná/PA).

Em conformidade ao Decreto N° 42.839/1998, que regulamenta o Art. 3° da Lei Estadual N° 9.757/1997²⁰⁹, a Fundação ITESP (vinculada à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania) é o órgão estadual responsável pela identificação e reconhecimento dos limites territoriais das comunidades quilombolas, por meio do documento denominado Relatório Técnico-Científico (RTC), conforme trazido à tona no Capítulo 2. Em função disso, esse órgão concluiu o RTC da comunidade Cafundó em dezembro de 1999, por meio do trabalho das antropólogas Alessandra Schmitt e Maria Cecília Manzoli Turatti, reconhecendo as glebas A, B, C e D como pertencentes ao território historicamente ocupado pela comunidade.

desapropriação”. Fonte: Despacho do Procurador do Estado Luiz Rozatti encaminhado ao Procurador do Estado Chefe em 19/05/1988.

²⁰⁷ “O processo se deu na seqüência de várias ações e iniciativas de que participaram a comunidade e várias entidades da sociedade civil. Em 1985, a comunidade já havia sido recebida pelo então governador Franco Montoro. Este encontro permitiu desencadear ações jurídico-institucionais visando o tombamento do Cafundó, que se concretizou cinco anos mais tarde, durante o governo de Orestes Quêrcia”. Fundação ITESP. *Comunidade Cafundó: Realidade e Desafios*, p. 8 (s/d). Fonte: Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²⁰⁸ Por meio do Decreto Federal N° 3.912/2001, revogado pelo Decreto Federal N° 4.887/2003, conforme apresentamos no Capítulo 3.

²⁰⁹ Que dispõe sobre a legitimação de títulos de posse de terras públicas estaduais aos remanescentes das comunidades de quilombos.

Por conta dessa demarcação, foi apresentado pedido de impugnação do RTC por parte de Pedro Latorre, em 2005, alegando que “a citada gleba nunca fez parte de qualquer interesse, utilização ou ocupação pela comunidade ou por algum de seus membros” e que “a área não foi devidamente indicada pela comunidade, havendo inversão de procedimento”. O pedido de impugnação foi rejeitado pelo Comitê de Decisão Regional e pela Procuradoria Regional do INCRA-SP, por meio do Parecer SR (08) J N°06/2006²¹⁰, sob os argumentos de que

(...) a comunidade declarou o território que ocupa e reivindica (...) [e que] o território a ser titulado para a comunidade é aquele de que trata o §2º do artigo 2º do Decreto N° 4.887/2003, ou seja, aquele utilizado ‘*para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural*’, não se restringindo ao exato local por eles hoje ocupado.

Sobre esse aspecto, afirmam ainda Isabel Péres dos Santos e Cleyde Rodrigues Amorim, técnicas da Fundação ITESP:

(...) o critério da efetiva ocupação deve aglutinar, em sua concepção, de forma ampla, não só os espaços de moradia, ou de produção agrícola/extrativista, mas também todos aqueles que se referem à recreação e lazer, a mitos/simbologia e às áreas necessárias à perambulação entre as famílias do grupo, bem como de estoque dos recursos naturais²¹¹.

Dessa maneira, a respeito do RTC, optamos por mencionar uma manifestação posterior do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, vinculado à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) da Superintendência Regional do INCRA-SP, por meio da INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/N° 11/2012, de 13 de junho de 2012:

Em virtude do CONTRATO N° 95000/2004, celebrado entre INCRA e ITESP, visando o reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, a Fundação ITESP remeteu à Superintendência do INCRA, em fevereiro de 2005, o “Relatório Técnico-Científico (RTC) sobre a comunidade de Quilombo do Cafundó”, produzido pelo órgão estadual em 1999, com base na legislação estadual pertinente. Uma vez analisado pela Divisão Técnica e constatada sua pertinência e adequação às exigências da então vigente Instrução Normativa INCRA N° 16/05, bem como aos dispositivos do Decreto N° 4.887/03, o referido relatório foi incorporado

²¹⁰ Que é parte do Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó), que tramita na Superintendência Regional do INCRA-SP desde 2004.

²¹¹ Fundação ITESP. *Comunidade Cafundó: Realidade e Desafios*, p. 3 (s/d). Fonte: Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

como peça técnica ao processo de reconhecimento, subsidiando o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID – da comunidade Cafundó.

Após a análise da impugnação e a apresentação dos argumentos contrários à mesma, o Parecer SR (08) J N°06/2006 concluiu que “a Gleba ‘D’ definitivamente integra a área dos remanescentes do quilombo do Cafundó”. As disputas envolvendo a Gleba D serão retomadas mais adiante no item 5.3. *Gleba D (Fazenda Eureka) e Gleba B (Fazenda Paraná-parte): usos, conflitos, disputas, mediações*, sendo que optamos por citar o seu caso nesse momento em decorrência da sua relação intrínseca com o processo de reconhecimento do conjunto do território quilombola.

Uma vez julgadas as contestações de Pedro Latorre, referentes à Gleba D, o RTID do INCRA, datado de 15/02/2005, ratificou a área definida pelo RTC elaborado pelo ITESP em dezembro de 1999. Segundo o RTID, o território quilombola foi reconhecido por esta autarquia com **área total de 219,7289 ha**, composto pelas seguintes áreas: **Gleba A (19,7034 ha), Gleba B (43,6311 ha), Gleba C (32,0 ha) e Gleba D (121,38,07 ha)**, nas quais procedeu-se à identificação dos ocupantes quilombolas e não-quilombolas, à avaliação do valor da terra nua e das benfeitorias para fins de indenização, assim como do grau de utilização das terras, das atividades econômicas instaladas e de informações agronômicas, ecológicas, geográficas, sócio-econômicas e históricas, além do levantamento da cadeia filiatória, de responsabilidade do ITESP, com o objetivo de apurar a legitimidade dos títulos de propriedade apresentados pelos ocupantes. Após a conclusão do RTID, foi elaborado em abril de 2005 o Edital de reconhecimento da comunidade, pela Superintendente Regional do INCRA-SP, Edital que foi publicado no D.O.U. em 16/05/2005²¹².

Ainda em 2005, ao tombamento de parte do território da comunidade Cafundó pelo CONDEPHAAT (1990) e ao seu pleno reconhecimento pelo ITESP (1999) e pelo INCRA (2005), veio somar-se a emissão da Certidão de Auto-Reconhecimento por parte da Fundação Cultural Palmares, em 20/06/2005 e publicada no D.O.U. de 12/07/2005, conforme o Ofício N° 264/DPA/FCP/MinC, enviado pela Diretora-Substituta da FCP ao Superintendente do INCRA-SP. De acordo com o mesmo ofício, outras seis comunidades paulistas também obtiveram a Certidão de Auto-Reconhecimento emitida pela FCP na mesma época, como mostra a “Tabela 21 –

²¹² Fonte: Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó)/INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/N°11/2012, de 13 de junho de 2012.

Estado de São Paulo: comunidades certificadas pela FCP segundo o município de julho a setembro de 2005 e data da publicação da Portaria no D.O.U.”.

Tabela 21 – Estado de São Paulo: comunidades certificadas pela FCP segundo o município de julho a setembro de 2005 e data da publicação da Portaria no D.O.U.

Comunidade	Município	Data da publicação da Portaria da FCP no D.O.U
Cafundó	Salto de Pirapora	12/07/2005
São Pedro	Eldorado	19/08/2005
Reginaldo	Barra do Turvo	19/08/2005
Porto Cubatão	Cananéia	19/08/2005
Varadouro	Cananéia	19/08/2005
Taquari	Cananéia	19/08/2005
Santa Maria	Cananéia	12/09/2005

Fonte: Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó)/ Ofício N° 264/DPA/FCP/MinC. Organização: André Luís Gomes (2015).

Conforme apresentado no “Quadro 5 – Etapas do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas”, na pág. 104 do Capítulo 2, após a 25ª reunião do Comitê de Decisão Regional (CDR) do INCRA-SP, realizada em 03/05/2006, aprovando o RTID da comunidade quilombola Cafundó, a autarquia publicou no D.O.U. de 14/06/2006 a Portaria N° 235, reconhecendo e declarando o território, com área de 219,7289 ha e composto pelas glebas A, B, C e D, além do memorial descritivo do seu perímetro. O “Mapa 11 – Quilombo Cafundó: uso do solo, 2013”, apresentado a seguir, permite visualizar o conjunto do território quilombola reconhecido oficialmente pelo INCRA.

Mapa 11 - Quilombo Cafundó: Uso do solo, 2013

Sistema de Coordenadas: SAD_1969_UTM_Zone_23S
 Projeção: Transverse_Mercator
 Fonte: Bases de dados INCRA (2010)
 Elaboração: Blanco, Claudia & Gomes, André Luis (2015)

Deve ser ressaltado que todas as ações dos órgãos de Estado sobre esse território demarcado, visando à sua titulação em nome da *Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó*, são pautadas pelo **Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó)**, conforme a citação apresentada a seguir, extraída da INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/N°11/2012, de 13 de junho de 2012 (págs. 2-4):

(...) instaurado na Superintendência do INCRA-SP em 08/04/2004, de ofício e por ordem do chefe da então Divisão Técnica (atual Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamento). (...) Conforme previsão legal do artigo 7º do Decreto 4.887/03, uma vez constatado que os imóveis incidentes sobre o território do Cafundó são particulares, tomaram-se providências visando a sua desapropriação e posterior titulação da comunidade. Em 2008, a Instrução Normativa INCRA N° 49 (republicada e vigorando atualmente como IN N° 57/09) definiria que a modalidade desapropriatória a ser empregada nestes casos é a **desapropriação por interesse social, regulamentada pela Lei N° 4.132/62**. Assim, e conforme decisão do CDR, de 03 de maio de 2006, os autos, uma vez retornados à Superintendência, foram desmembrados para a propositura das ações competentes visando à obtenção dos imóveis e titulação da comunidade quilombola. Instauraram-se, primeiramente, os processos administrativos de N° 54190.005008/2006-03 (Desapropriação de parte do território do Quilombo Cafundó – Gleba A) e N° 54190.002440/2007-15 (Desapropriação por interesse social – Imóvel Gleba B – Quilombo Cafundó). Não obstante, discussões técnicas sobre as maneiras adequadas de obtenção das áreas identificadas, bem como acerca da dominialidade das glebas B e C, atrasaram o trâmite processual após a publicação da Portaria de Reconhecimento do Território. Em novembro de 2008, já com a Instrução Normativa INCRA N° 49/08 em vigor, a Nota Técnica Conjunta DF/DT/n°01/2008 especificou os procedimentos a serem adotados para a desintrusão e edição do decreto-desapropriação dos perímetros já reconhecidos de comunidades remanescentes de quilombos. Em conformidade com o disposto na referida Nota Técnica, as peças técnicas requisitadas (KIT/LOTE N° 035/2009) foram encaminhadas ao INCRA/BSB (Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária) em 26 de fevereiro de 2009, tendo sido analisadas pela PFE do INCRA e pela Consultoria Jurídica do MDA, que opinaram favoravelmente à proposta de decretação de interesse social. O “Kit” foi então encaminhado à apreciação ministerial e, após, à Casa Civil da PR. **Resultou da tramitação a publicação, no D.O.U. de 23/11/2009, do Decreto de Interesse Social para fins de desapropriação dos imóveis rurais abrangidos pelo Território da Comunidade de Quilombo Cafundó.** (...) Após a edição do Decreto desapropriatório, tiveram início os trabalhos de vistoria e avaliação dos quatro imóveis rurais que compõem o território do Cafundó, visando a titulação definitiva da comunidade. Cada imóvel é objeto de um processo administrativo próprio de vistoria, avaliação e desapropriação (...). Uma vez encerrados os trabalhos de avaliação e disponibilizados os valores indenizatórios previstos, o INCRA, por meio de sua representação na AGU no município de Sorocaba, ajuizou as ações de desapropriação por interesse social respectivas a cada imóvel. [grifos nossos].

Posteriormente, de acordo com a INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/N°02/2013 (págs. 6-7),

(...) para cada ação ajuizada foram depositados judicialmente os valores correspondentes à indenização da terra nua e das benfeitorias pertencentes aos proprietários, além das benfeitorias de boa-fé pertencentes aos posseiros inseridos nos imóveis. Além disso, os Laudos de Vistoria e Avaliação (LVA) e os respectivos pareceres jurídicos referentes às Glebas A e B ponderaram sobre a necessidade de justa indenização e eventual reassentamento de posseiros não-quilombolas residentes nestes imóveis e caracterizados por frágil condição social (...).

Sendo assim, esperamos ter contemplado os principais aspectos do processo de reconhecimento do território do quilombo Cafundó, desde as suas origens até as ações e eventos mais recentes, envolvendo a comunidade, outros agentes territoriais em disputa e os órgãos de Estado. A intencionalidade destes últimos consiste na titulação do território quilombola, para que seja garantida a autonomia da comunidade, representada por sua associação, sobre a área que historicamente ocupa. A seguir, apresentamos um esboço de periodização dos eventos considerados mais relevantes, envolvendo o território pertencente ao quilombo Cafundó, lembrando que a natureza de tal esforço sempre é seletiva, constituindo um recorte, com relação à totalidade das ações e dos eventos ocorridos em um lugar. Por outro lado, acreditamos que alguns eventos são “estruturais”, tanto na escala do mundo, de um Estado-Nação, de uma região ou de um lugar, sendo capazes de definir (mas não determinar) as condições de ocorrência de outros eventos “menores” (SANTOS, 2014). Desse modo, no “Quadro 9 – Quilombo Cafundó: periodização dos principais eventos envolvendo a comunidade, seu território e os agentes externos, 1876-2015”, apresentamos alguns eventos que consideramos estruturais, do ponto de vista do uso do território, no Bairro Cafundó.

Quadro 9 – Quilombo Cafundó: periodização dos principais eventos envolvendo a comunidade, seu território e os agentes externos, 1876-2015

Ano	Eventos
1876	Doação das terras em testamento por Joaquim Manoel de Oliveira aos escravos libertos Joaquim Congo e Ricarda. Relações de compadrio e vizinhança com a comunidade Caxambu (casamentos, apadrinhamentos, realização de festas e mutirões). Troca das terras situadas no bairro Faxinal por aquelas nas quais a comunidade permaneceu até a atualidade.
1966 e 1978	Conflitos e violência envolvendo ações de grilagem sobre a área pertencente à comunidade Cafundó.
1972	Desaparecimento da comunidade Caxambu, por meio de uma ação de má-fé. Reivindicação de 28 alqueires para a comunidade Cafundó, por meio de ação de usucapião movida por Otávio Caetano.
1976	Ação de Usucapião movida por lideranças da comunidade sobre os 7,5 alqueires ocupados pelo núcleo de moradias.
1978 a 1988	Realização da pesquisa dos professores Carlos Vogt e Peter Fry; apoio na fabricação de tijolos de cimento por parte de João Mercado Neto e substituição das casas de pau-a-pique cobertas de sapé, por casas de alvenaria cobertas com telhas de amianto.
1985	Ligação à rede de energia elétrica; demarcação do perímetro do território do Cafundó pela SUDELPA; cercamento da Gleba D por Pedro Latorre; ação de Interdito Proibitório movida pelo fazendeiro Armando Landulpho contra os moradores do Cafundó.
1988	Falecimento de Otávio Caetano.
1990	Tombamento das Glebas A, B e C pelo CONDEPHAAT como sítios de valor histórico.
1994	Instalação do fornecimento de água pela Sabesp.
1996	Publicação do livro “Cafundó: a África no Brasil”, de Carlos Vogt e Peter Fry.
1998	Realização de curso de olaria (fabricação de tijolos); instalação de um orelhão pela TELESP; início da exploração de areia pela Mineradora Ouro Branco de Salto de Pirapora LTDA.
1999	Reconhecimento do Quilombo Cafundó por meio do Relatório Técnico-Científico elaborado pela Fundação ITESP.
2000	Instalação do Posto de Saúde móvel (no espaço comunitário situado em frente à Capela da Santa Cruz), que oferece atendimento para a comunidade uma vez por semana.
2001	Instalação de torre telefônica na Gleba D, por meio de contrato estabelecido entre o antigo proprietário Pedro Latorre e a empresa <i>Telefónica</i> .

2002	Criação da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó
2004	Plantio de 63 ha de eucalipto (através de contrato com a empresa Suzano Papel e Celulose S. A.) e instalação de um posto de combustíveis na Gleba D pelo antigo proprietário, Pedro Latorre.
2004 a 2011	Distribuição de cestas básicas por meio do Programa Fome Zero; construção do Barracão Comunitário (atual Telecentro e Biblioteca) com recursos da Fundação ITESP (2004).
2005	Instalação do Telecentro Comunitário (acesso a internet), em parceria com a Rede Mocambo; emissão de Certidão de Auto-Reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares; lançamento do filme “Cafundó”, dirigido pelo cineasta Paulo Betti.
2006	Construção do poço artesiano pelo INCRA; instalação da biblioteca no barracão comunitário, com recursos da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo; reconhecimento oficial do território quilombola do bairro Cafundó, por meio da Portaria MDA/INCRA N° 235, de 14/06/06, publicada no D.O.U N° 114, 16/06/06.
2007	Acesso ao transporte público, por meio da disponibilização de uma linha de ônibus.
2008	Instalação de duas estufas agrícolas, com verbas de uma Emenda Parlamentar do Deputado Federal Simão Pedro (PT-SP).
2009	Instalação do transporte escolar; “Projeto Tambor”; Edição da “Revista Ifigênia” (PAC/Sec. Cultura SP); gravação de CD de música (PAC/Sec. Cultura SP).
2010	Produção de um documentário por um grupo de jovens da comunidade, em parceria com o Ponto de Cultura de Pilar do Sul; curso de alfabetização de jovens e adultos, com duração de seis meses, fornecido pela Prefeitura de Salto de Pirapora.
2011	Inserção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/Conab) para comercialização dos produtos agrícolas, viabilizada pela Fundação ITESP.
2012	Reconquista da terra: desapropriação da Fazenda Eureka/Gleba D (121,38,07 ha) pelo INCRA, imissão de posse e assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo, em nome da Associação dos Remanescentes de Quilombo Kimbundu do Cafundó; regularização do repasse de recursos da Mineradora Ouro Branco para a Associação; conflitos com parentes, afastados da comunidade, que exerceram pressão sobre as lideranças para que fosse admitido o seu retorno ao Cafundó; início do Projeto de Pesquisa da Dissertação apresentada; falecimento de Adalto Rosa de Almeida; imissão do INCRA na posse da Gleba C (32 ha).
2013	Retirada de posseiros e apropriação da Gleba C pela comunidade para a agricultura; início do Projeto Plantando Águas (recuperação de nascentes e saneamento ambiental); aquisição de caminhonete, máquinas e implementos, através repasse da mineradora e Projeto Microbacias.

2014	Expansão da agricultura: aumento da área cultivada na Gleba C e instalação de mais uma estufa agrícola (recursos do Projeto Microbacias); visitas dos agricultores da comunidade a propriedades orgânicas demonstrativas, através do ITESP; atrasos nos pagamentos pelas entregas para a Conab; retirada de posseiros e demolição de ocupações irregulares na Gleba A (ação do INCRA); reforma da cerca da Gleba D; continuação do Projeto Plantando Águas (recuperação de nascentes e saneamento ambiental).
2015	Expansão da área cultivada e construção de um barracão agrícola pelo ITESP na Gleba C; retirada de posseiros de um lote na Gleba B e demolição das casas; encerramento do Projeto Plantando Águas; realização de oficinas de grafitti com verbas da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo (“Projeto Grafitrilhas”); instalação de nova antena receptora de sinal de internet no Telecentro Comunitário, pelo Ministério das Comunicações; ação voluntária do pesquisador, em parceria com o técnico de informática Alexandre Oliveira Cobra: configuração da rede de internet e manutenção dos computadores, possibilitando seu uso pela comunidade.

Fonte: Fundação ITESP (Escritório Regional de Sorocaba), INCRA (Superintendência Regional de São Paulo), trabalhos de campo e entrevistas realizadas com lideranças da comunidade Cafundó, 2014/2015.

Organização: André Luís Gomes (2015).

A partir de agora, nosso recorte será direcionado ao papel e à dinâmica da Associação, de acordo com as informações que conseguimos obter junto ao INCRA, ao ITESP (através de pesquisa documental e coleta de dados), e a alguns moradores (por meio de entrevistas e participação em reuniões da comunidade) que exercem papel de liderança na Associação e perante agentes externos.

5.2. Organização e funcionamento da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó: lideranças, conquistas, conflitos e desafios.

“Agora não se fala mais em herdeiros, agora se fala em Associação” (Frase de uma servidora do INCRA, dita em reunião de mediação de conflitos com um grupo de quilombolas do Cafundó, 25/09/2012).

A Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó foi constituída em 22 de setembro de 2002, por meio de Assembléia Geral, na qual foi eleita sua Diretoria, através do voto de 51 moradores da comunidade (maiores de 16 anos), ou seja, a maior parte da população que reside no local. A Associação tem o

papel de representar legalmente os interesses da comunidade perante quaisquer agentes externos, governamentais e não governamentais, pessoas jurídicas e pessoas físicas. Dessa maneira, ao ser concluído o processo de titulação, o título coletivo e pró-indiviso deverá ser registrado em nome da Associação, detentora da responsabilidade pelo controle social do território, no que se refere às atividades produtivas, à entrada, saída e permanência de pessoas, à realização de eventos e à implantação, modificação ou substituição de objetos técnicos infra-estruturas, dentro dos limites do território titulado. O Decreto N° 4.887/03 estipula a titulação coletiva dos territórios quilombolas, concedendo autonomia para a Associação definir a forma como as terras serão utilizadas e distribuídas (INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/N°11/2012), ou seja, como o território será usado. Em seu Artigo 17, afirma o referido Decreto:

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, caput, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.
Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

A legislação estabelece que o título é coletivo e indiviso, e que as terras não podem ser vendidas e nem arrendadas. No mesmo sentido, a Portaria N° 98 da FCP afirma a obrigatoriedade, por parte da comunidade interessada em obter a Certidão de Auto-Reconhecimento como quilombola, em apresentar a ata da reunião convocada para a específica finalidade de deliberação a respeito da auto-definição, aprovada pela maioria dos seus moradores, acompanhada da lista de presença devidamente assinada, no caso de não possuir uma associação devidamente registrada; e no caso de possuir associação, apresentar ata da assembléia convocada para a específica finalidade de deliberação a respeito da auto-definição, aprovada pela maioria dos seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada. Por esse motivo, optamos por transcrever, a seguir, a Ata de Fundação e de Eleição da Diretoria da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, ocorrida em 22/09/2002, por meio da Assembléia Geral.

Ata de Fundação e de Eleição da Diretoria da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó (22/09/2002)

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dois, às 10:00 horas, reuniram-se na sede comunitária da comunidade Cafundó, município de Salto de Pirapora, São Paulo, a fim de associar-se como **sociedade civil, sem fins lucrativos**. Após leitura do estatuto elaborado pela comunidade, aprovado por aclamação, pelos mesmos, é criada a Associação com a denominação de: **ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO KIMBUNDU DO CAFUNDÓ**, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede no Bairro Cafundó, Comarca e Município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo; Entidade de natureza social, cooperativa, cultural e beneficente, tem por **objetivos**: a) estimular a união e organização dos trabalhadores em geral e particularmente dos moradores do Bairro Cafundó e região vizinha, incentivando o trabalho em sistema de mutirão; b) lutar pelos direitos de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, especialmente dos moradores do Cafundó, seus familiares e moradores de áreas vizinhas, promovendo, incentivando ou patrocinando medidas que os auxiliem e beneficiem, aprovando e representando os interesses dos associados perante órgãos públicos e privados, judicial e extra-judicialmente; c) estimular no Bairro Cafundó e nas regiões vizinhas, a recuperação da cultura negra: costumes, rezas, danças e outras expressões próprias da cultura. Para atingir seus objetivos, a Associação procura, entre outras **atividades**: a) promover de forma cooperativista a organização de produtores e ou consumidores que facilitem as condições de abastecimento dos associados ou melhore o rendimento da produção; b) procurar de todas as formas trazer melhorias para o Bairro Cafundó e áreas vizinhas, lutando por estradas, luz, educação gratuita, assistência médica, etc.; c) estimular a colaboração entre os moradores da região, incentivando o trabalho em mutirão e todas as formas de auxílio mútuo; d) defender os interesses dos moradores e conscientizá-los de seus direitos adquiridos, tendo em vista sempre o interesse coletivo dos remanescentes de quilombos; e) promover cursos, palestras, editar periódicos, etc., contribuindo para melhorar o nível de informação dos trabalhadores, especialmente dos remanescentes de quilombos; f) definir e regulamentar a utilização das terras do quilombo Cafundó. As atividades compreendidas entre os fins e objetivos deste artigo poderão ser realizadas: a) individualmente ou por grupos de trabalho especialmente constituídos; b) em regime de convênios de cooperação celebrados entre a Associação e instituições públicas e particulares, nacionais ou não. Após aprovado o presente Estatuto por aclamação, os presentes designaram a sede da Associação o Centro Comunitário da Comunidade, até a construção da sede própria. O Centro Comunitário situa-se ao lado da Capela da Santa Cruz, no Bairro do Cafundó. Após aprovado o Estatuto, a Assembléia Geral convocou a primeira eleição da Diretoria. Após a votação, foram apurados os votos, procedida a contagem, ficando a diretoria assim composta:

Coordenador (Presidente): Marcos Norberto de Almeida

Suplente: Eny Pires

Tesoureiro: Lucimara Rosa de Aguiar

Suplente: Jovenil Rosa

Secretário: Neuraci Rodrigues Machado de Souza

Suplente: Judite Pires Machado

Conselho Fiscal: Darli Machado; Luciana Rosa de Aguiar; Lucileine Rosa de Aguiar.

Suplente: Ricardo Rosa de Almeida

A presente relação da Diretoria, supra citada, tem mandato de duração de dois anos, conforme disposto no Estatuto da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó.

O Estatuto estabelece que para um morador da comunidade ser membro da Associação, deve possuir no mínimo 16 anos, ser descendente dos escravos que deram origem ao quilombo, comprovar que possui no mínimo dez anos de moradia fixa no local, ou ser casado(a) com algum morador que atenda a essas exigências, além do seu ingresso ser aprovado por maioria absoluta da Assembléia Geral. A estrutura geral da Associação é composta pela Assembléia Geral, Coordenação e Conselho Fiscal. A Coordenação, composta pelos cargos de Coordenador, Secretário, Tesoureiro e Suplente, deve ser eleita pela Assembléia Geral a cada dois anos, sendo vedada a remuneração desses cargos, conforme o Artigo 15º do Estatuto. Conforme determina a legislação, o Estatuto foi devidamente registrado no Cartório de Salto de Pirapora, em 09/12/2002. Até 2015, Marcos continuava sendo o Presidente, sendo o cargo de Tesoureiro ocupado por seu irmão Jovenil, o de Secretária por sua esposa Regina e o Conselho Fiscal composto por Noemi, Neuraci, Elis Regina e Lucimara.

A partir da imissão do INCRA na posse da Gleba D, em 02/02/2012 e da assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo entre o INCRA e a Associação, em 02/08/2012, concedendo à última o pleno usufruto daquela área – o que inclui o repasse de royalties por parte da Mineradora Ouro Branco, que explora areia no local, e direitos exclusivos sobre a área de 63 ha de eucalipto plantados em 2004 pelo antigo proprietário, Pedro Latorre – surgiram conflitos entre a Associação e alguns “herdeiros” de um dos integrantes da ação de usucapião, movida em 1976 por moradores da comunidade sobre a Gleba A.

Trata-se de José Carlos Rosa de Almeida e Paulo Henrique Almeida de Souza, filhos do falecido Noel Rosa de Almeida (filho de Maria Augusta e José Norberto e irmão de Marcos e Jovenil, atuais lideranças da comunidade), que alegaram terem os

seus direitos de retorno para moradia no local negados pela Associação. Frente a essa situação, Paulo Henrique e José Carlos coletaram 27 assinaturas de outros herdeiros, não mais residentes no Cafundó, e também de alguns moradores da comunidade, para compor um abaixo-assinado, no qual questionam os procedimentos da Associação e reivindicam a aceitação do seu retorno para moradia, por parte da mesma²¹³. Para lutar na justiça por essa reivindicação, entraram em contato com a Promotoria de Justiça de Salto de Pirapora, a qual solicitou esclarecimentos ao INCRA a respeito da “exclusão de José Carlos Rosa de Almeida e Paulo Henrique Almeida de Souza na divisão das terras quilombolas”, pedindo também informações “sobre os critérios para a distribuição dessas terras”²¹⁴.

Sendo assim, a seguir, transcrevemos parte da INFORMAÇÃO/INCRA/SR (08)F/Nº11/2012, na qual Homero Moro Martins, servidor vinculado ao Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA-SP, esclarece os questionamentos do Promotor de Justiça de Salto de Pirapora e descreve brevemente os conflitos ocorridos no Cafundó e o trabalho de mediação realizado pela autarquia até junho de 2012. A partir da página 7, o documento apresenta as principais alegações dos autores do abaixo-assinado:

“Que são descendentes de quilombolas; que procuram a inclusão para receberem terras do quilombo Cafundó; Que meu pai tinha terra no quilombo; Que a Regina chamou a filha dela com o genro para ser administrador da fazenda Eureka, sendo que ela não é descendente dos quilombolas; (...) Que ela disse que para ter alguma coisa na associação tem que ter dez anos, sendo que ela tem somente oito anos no quilombo; Que não concordamos com essa posição da Associação pois somos descendentes dos quilombolas e estamos excluídos de lá; (...) que a luta não começou agora mas há 40 anos atrás, travado pelos nossos antepassados [sic]”.

Quanto às duas primeiras assertivas, nada há que questionar: efetivamente, os declarantes são filhos de Noel Rosa, um dos nove titulares de domínio do imóvel “Gleba A” [usucapido em 1976] (...).

Quanto às demais alegações, estas se dirigem especificamente a ações desempenhadas pela Associação e pelo papel atribuído a Regina Aparecida Pereira junto à comunidade. É necessário situá-las, portanto, para melhor entender o que pleiteiam os declarantes.

²¹³ “Os únicos moradores do Cafundó que assinam a lista são: Aline da Silva, Claudio de Almeida, Helena Rosa de Moraes, Márcia Almeida, Ricardo Rosa de Almeida e Robson Rodrigues Souza. Portanto, o ‘abaixo-assinado’ coleta tão somente seis assinaturas individuais de moradores da comunidade, em um universo de 29 famílias remanescentes de quilombo residentes no Cafundó. Em relação ao total de assinaturas do abaixo-assinado, estas seis assinaturas de moradores perfazem menos de um quarto das 27 assinaturas dos ‘herdeiros’” (INFORMAÇÃO/INCRA/SR (08)F/Nº11/2012, p. 12).

²¹⁴ Por meio do Ofício Nº 71/2012 – Promotoria de Justiça de Salto de Pirapora/Esclarecimentos sobre os procedimentos de regularização e titulação da comunidade quilombola do Cafundó.

(...) A partir da desocupação [da única casa existente na Gleba D e até então ocupada por um encarregado de Pedro Latorre], coube à Associação, representante legal da comunidade, discutir a destinação da casa recém desocupada. Em 03/03/2012, a Associação encaminhou ao INCRA documento assinado pelo seu Presidente, Marcos Norberto de Almeida, declarando que a casa localizada no imóvel “Gleba D” seria ocupada provisoriamente (pelo período de seis meses) por André Gonçalves da Silva e sua esposa Elaine Ferreira Pereira [filha de Regina Aparecida Pereira], em regime de comodato e tendo como contrapartida a prestação de serviços administrativos à comunidade.

Isso leva às demais alegações dos declarantes acerca da Associação e, mais especificamente, ao papel nela desempenhado por Regina Aparecida Pereira, cuja legitimidade é posta em xeque.

(...) a Sra. Regina é companheira de Marcos Norberto Almeida, presidente re-eleito da Associação. Na atual gestão, ela também ocupa o cargo de Secretária Geral da Associação.

No entanto, as regras estatutárias não impedem que pessoas que estabeleçam vínculos conjugais com membros da comunidade participem da Associação, como estabelece o Artigo 5º do seu Estatuto.

Ademais, os alegados “direitos” concedidos a André Gonçalves da Silva, que foram referendados em assembléia da associação, perfazem tão somente um contrato temporário de moradia, e representam uma solução provisória encaminhada pela associação para manter ocupada a casa localizada no imóvel “Gleba D” e garantir a integridade física daquele espaço – que foi, inclusive, objeto de tentativa criminosa de incêndio, por autores desconhecidos, em 07/03/2012.

(...) as regras estatutárias, questionadas pelos declarantes, foram estipuladas e referendadas por quarenta e um membros fundadores da associação (...) [o que constitui a representação legítima] da coletividade que efetivamente reside na comunidade do Cafundó.

(...)

A demanda apresentada pelos declarantes era pelo retorno imediato de José Carlos Rosa de Almeida à comunidade, tendo sido alegada sua urgente necessidade de moradia. No entanto, segundo depoimentos de integrantes da comunidade, a demanda foi acompanhada de ameaças coercitivas a membros da Diretoria da Associação.

É preciso considerar que a imissão de posse no imóvel “Gleba D” ganhou considerável repercussão na imprensa local. A atrelada expectativa da chegada de novas políticas públicas na comunidade certamente exerceu a falsa impressão, junto ao público local, de que o Quilombo Cafundó se converteria rapidamente em um espaço promissor de desenvolvimento social (...).

(...) ficou evidente para os membros da comunidade a necessidade de exercerem o controle social sobre seu território, inclusive em relação ao assédio de parentes “de fora”, nestes primeiros momentos após a imissão de posse (...).

(...) é imperativo que, neste momento, qualquer proposta de retorno de parentes se faça não através de imposições individuais, mas com o explícito consentimento da coletividade do Cafundó e dentro das regras estabelecidas por sua associação representativa. Só assim pode-se garantir que o território, que aos poucos está sendo recuperado, não será objeto de novas alienações que prejudiquem a comunidade e sua capacidade de controle coletivo do espaço, que é um direito assegurado pelas disposições do Decreto N° 4.887/03.

(...) na noite do dia 05 de março de 2012, o pedido encaminhado pelos declarantes foi submetido à apreciação da assembléia da Associação e negado por unanimidade.

(...) o Decreto N° 4.887/03 é inequívoco ao atribuir à coletividade comunitária, representada por meio de associação constituída, os mecanismos

de controle social do território a ser administrado. Assim, não cabe ao INCRA determinar as possibilidades e condições de retorno destes parentes ao território do Cafundó. Antes, esta é uma atribuição da coletividade do Cafundó, isto é, seus moradores lá instalados, que efetivamente conformam a comunidade, e que desde 2002 vêm estabelecendo seus regramentos locais de usufruto do território mediante sua associação representativa.

Ao INCRA cabe, tão somente, preservar a autonomia da comunidade para tomar as decisões que julgar mais adequadas e convenientes à sua reprodução física, econômica, social e cultural, garantindo que as decisões tomadas coletivamente pelos moradores da comunidade sejam respeitadas e não afetadas por atos de ameaça ou intimidação provenientes de agentes externos (INFORMAÇÃO/INCRA/SR (08)F/Nº11/2012, p. 7-9).

Além do abaixo-assinado, da tentativa de obtenção de apoio junto à Promotoria de Justiça de Salto de Pirapora e do incêndio criminoso, outro documento do INCRA (INFORMAÇÃO/INCRA/SR (08)F/Nº02/2013) relata as tentativas de intimidação de membros da Associação, por parte dos parentes “da cidade” mencionados, após a recusa da Associação em aceitar o imediato retorno de José Carlos, o que tornou necessária “a presença de servidores do INCRA no território para esclarecer os parentes acerca da autoridade da Associação sobre o território e apaziguar os ânimos entre as partes” (p. 9). As intimidações e pressões continuaram nos meses seguintes à imissão do INCRA na posse da Gleba D, ocorrida em fevereiro de 2012. Outros episódios de conflitos envolvendo a Associação e os “herdeiros”, residentes na cidade, são narrados na citação a seguir, extraída de um documento assinado pelos servidores Mariana Sucupira Gomes, Paula Eliane Covo e Homero Moro Martins, do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA-SP.

Em agosto de 2012, um novo incêndio com provável origem criminosa atingiu, novamente, a “Gleba D” – desta vez, atingindo mudas de eucalipto que haviam sido plantadas pelo antigo proprietário e vinham sendo mantidas pela comunidade. Novamente, foi registrado Boletim de Ocorrência sobre o incidente e a Polícia Federal de Sorocaba foi informada.

No início de setembro de 2012, parte do grupo de parentes “da cidade” ocupou uma casa no imóvel “Gleba A” que estava, até então, sob a posse de um ocupante não-quilombola. As circunstâncias pelas quais este ocupante deixou sua residência não puderam ser esclarecidas. Este episódio também foi registrado por membros da Associação em Boletim de Ocorrência.

Tal ocupação, realizada sem o consenso da comunidade, fez com que o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência do INCRA-SP convocasse uma imediata reunião com o grupo de parentes “da cidade”, ainda no mês de setembro. Na ocasião, o grupo foi informado de que novas ações de ocupação não seriam toleradas e que não estava descartado o emprego de força policial para coibir ações tomadas sem o consenso do INCRA ou da Associação. Por sua parte, os parentes “da cidade” solicitaram ao INCRA intermediação junto à associação comunitária, que segundo eles não estaria aberta ao diálogo sobre a possibilidade de retorno ao território. Acordou-se, nesta oportunidade, que o INCRA encaminharia proposta de

reunião à Associação, desde que o grupo se comprometesse a desocupar a residência e interromper quaisquer outras ações não consentidas no território, sob pena de arcar com as consequências legais. Os encaminhamentos da reunião foram registrados em ata própria e termo de compromisso assinado entre as partes (INFORMAÇÃO/INCRA/SR (08)F/Nº02/2013, p. 9-10).

Dos longos trechos dos documentos oficiais citados, é possível compreender as relações estabelecidas entre a autarquia, o território quilombola e a Associação, observando que se trata de um **território** no sentido mais completo do termo, pois, apesar de não possuir fronteiras rígidas²¹⁵, é visivelmente conformado por relações de poder que ditam como e por quais agentes o mesmo será usado, a partir de normas elaboradas não somente no lugar, mas em grande parte em outras escalas de decisão (das quais, a principal consiste no sistema normativo de nível federal), mais amplas e que escapam ao controle do lugar, mas que por outro lado, talvez contraditoriamente, concedem certo grau de poder, autonomia e controle dos agentes locais ao seu quinhão do território, por meio de sua entidade representativa. Fazemos essa afirmação com segurança ao constatar que o INCRA reafirma, com base no Decreto 4.887/03, na Convenção Nº 169 da OIT e no princípio da auto-determinação dos povos tradicionais, a autonomia de decisão da Associação perante o (uso do) território da comunidade, da qual é a legítima representante, com base em todo o sistema normativo que conforma o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas em nível nacional. Esse posicionamento foi reafirmado pela autarquia, por meio da Nota Técnica/AGU/PGF/PFE/INCRA/G/nº005/ 2009:

Ao INCRA não cabe determinar se esta ou aquela pessoa permanecerá ou não na área, uma vez que **a organização social da comunidade é regida por ela mesma**, não cabendo interferência governamental quanto a este aspecto, até porque isso iria contra o critério de auto-atribuição adotado pelo Decreto 4.887/03 (grifo nosso).

Sendo assim, para os herdeiros que reivindicam o retorno à comunidade, o INCRA pode afirmar apenas o direito à indenização, no processo de desapropriação da

²¹⁵ Pelo contrário, suas “fronteiras” físicas podem ser consideradas bastante tênues, pois a área pertencente ao quilombo é atravessada por uma estrada de terra que liga a estrada vicinal Roque de Barros Leite ao loteamento Alpes do Sarapuí e ao Bairro dos Alves; não há nenhum impedimento físico – tais como seriam uma guarita ou uma porteira – à entrada de pessoas estranhas na comunidade; em vários trechos, as cercas que delimitam o território possuem “buracos”, pelos quais é possível a travessia de cavalos e até motocicletas; os veículos da mineradora entram e saem livremente da Gleba D. Tais características, infelizmente, tornam a comunidade vulnerável a represálias relacionadas aos conflitos que temos mencionado.

Gleba A²¹⁶, na qual o pai deles, Noel Rosa de Almeida, foi um dos titulares da Ação de Usucapião movida em 1976. Mas a decisão sobre o seu retorno ou não, para morar na comunidade, cabe exclusivamente à Associação.

Ainda quanto à “territorialidade”, possível de ser verificada no Cafundó, não é demais afirmar que este território quilombola se constitui enquanto base de recursos naturais, que são objeto de diferentes formas de exploração (agricultura, silvicultura, mineração, pecuária), local de moradia (território-abrigo) e dotado de espaços repletos de significados simbólicos e identitários (HAESBAERT, 2012), dos quais o principal é Capela da Santa Cruz, localizada na entrada da comunidade.

Voltando ao conflito estabelecido entre a Associação e o grupo – não residente no território – de descendentes de quilombolas, o INCRA identificou “que as demandas encaminhadas por esse grupo contam com o apoio de algumas famílias que estão residindo no Cafundó”, o que pode ser constatado por meio das assinaturas de “seis moradores da comunidade, em apoio às reivindicações deste grupo familiar” (INFORMAÇÃO/INCRA/SR (08)F/Nº02/2013), em relação às 29 famílias quilombolas identificadas pelo INCRA.

Em uma reunião, para a mediação do conflito no Cafundó, realizada em setembro de 2012 pelo INCRA, “foi possível perceber que há uma grande diferença na maneira como a associação e essas demais famílias apresentam e interpretam os episódios de conflitos ocorridos” (INFORMAÇÃO/INCRA/SR (08)F/Nº02/2013), o que torna evidente que as relações dentro do próprio grupo que habita a comunidade são também conflituosas, misturando-se aos conflitos com os parentes “da cidade” e até com posseiros e agentes externos, em uma trama de pequenos poderes, intrigas e ressentimentos entre os indivíduos, de raízes antigas, cujas motivações mais profundas ocultam-se aos olhos e à compreensão do pesquisador, enquanto sujeito que de alguma forma passa a fazer parte daquela realidade (BRANDÃO, 1999).

Desse modo, revelam-se nesse ponto os limites da pesquisa geográfica e do papel do pesquisador, nessas questões que envolvem e conformam as “horizontalidades” e as relações “orgânicas” presentes no lugar (SANTOS, 2014). O INCRA, por sua vez, tem procurado adotar uma postura conciliatória, no sentido da

²¹⁶ Conforme o Art. 13 do Decreto Nº 4.887/03 e mais especificamente a Nota Técnica/AGU/PGF/PFE/INCRA/G/nº005/2009.

mediação dos conflitos de acordo com as possibilidades dadas pela legislação, procurando assegurar os direitos legais de ambas as partes.

Nesse sentido, um grupo de servidores do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA-SP realizou em 25/09/2012 uma reunião com um grupo de descendentes de quilombolas, que reivindicam o direito de voltar para a comunidade, para ouvi-los, esclarecer o papel do órgão e propor soluções para pôr fim ao conflito. Sendo assim, optamos por transcrever na íntegra a Memória da Reunião, obtida a partir da consulta ao Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

Presentes – **Servidores do INCRA**: Mauro Baldijão, Homero Moro Martins, Mariana Sucupira Gomes, Paula Elaine Covo, Pedro Rocha Filho, Paulo Araujo; **Descendentes de quilombolas**: Paulo Henrique Almeida (filho de Márcia Almeida e Noel Rosa); Laércio Norberto Rosa; José Carlos Rosa de Almeida (irmão de Laércio); Helena Rosa de Moraes; Márcia Almeida; Ifigênia Pires de Camargo (irmã de Maria de Lourdes); Maria de Lourdes Almeida Camargo; Andréia Pires de Camargo (filha de Ifigênia).

O grupo foi convidado a comparecer à sede do INCRA-SP para esclarecer acusações de conflitos internos que tem prejudicado o processo de regularização do território.

Homero abre a reunião ressaltando a importância da vitória do Cafundó (Gleba D) como um acontecimento histórico para os quilombos paulistas. Explica que o INCRA os convocou para ter com eles uma última conversa em face de alguns acontecimentos que foram relatados. São eles: a ocupação da casa do Sr. Paulo (um idoso não-quilombola)²¹⁷; a colocação de algumas cabeças de gado perto da casa da Sra. Judite, na Gleba A, sem autorização; alguns outros desentendimentos. Homero afirma que o INCRA quer ouvi-los sobre o porquê dessas atitudes. Reafirma que o órgão reconhece os vínculos que esse grupo de pessoas tem com a comunidade, mas que sabe que parte do grupo não residia mais no território até a imissão de posse do INCRA na área, recentemente [fevereiro de 2012]. Foi um retorno repentino, percebido pela equipe técnica. Exorta o grupo a pensar numa composição com a associação e a considerar a comunidade como um todo e cessar as brigas.

A Sra. **Helena** conta que a Prefeitura despachou uma mudança de uma pessoa não-quilombola para o território, e ela mandou-a embora, pois “os herdeiros estão em dificuldade”. Era uma certa Maria, de Salto, que queria entrar na casa do Sr. Paulo. Quanto a este, diz, foi retirado pela própria família e levado a Pilar do Sul, devido à idade adiantada. Afirma que está cuidando de sua irmã Lourdes (que está presente) junto com a sobrinha, porque Lourdes já teve dois derrames, e instalou-a na casa

²¹⁷ No início de setembro de 2012, conforme descrito na INFORMAÇÃO/INCRA/SR (08)F/N°02/2013, p. 9-10.

desocupada do Sr. Paulo. Sua explicação: “meu irmão²¹⁸ deixou lá de herança pra nós. Me explica: se eu tenho uma casa e eu saio dela, deixa de ser minha?” Afirma que o Sr. Paulo “pegou” aquela casa de invasores.

Mauro comunica-a que, devido à desapropriação, “o dono agora é o INCRA”, e que este não deseja conflitos.

A Sra. **Lourdes** queixa-se de que raramente ela e seu grupo são convidados para as reuniões da Associação, e que as mesmas são realizadas geralmente na parte mais baixa do território, longe de suas residências.

Homero explica a Sra. Lourdes que o INCRA não faz reuniões fechadas no Cafundó. Ocorre que a única instalação de porte que existe ali para receber pessoas é o galpão comunitário, por isso as reuniões ocorrem lá.

Sra. **Helena** diz que ela e seu grupo são rejeitados “desde o tempo da minha mãe”; uma briga de 40 anos, que começou com o tio dela, Otávio [Caetano]. Eles só saíram do território por algum tempo, motivados pela carência de recursos de sobrevivência: “nunca precisei de um pé de alface do Estado! Criei meus filhos com meu trabalho. Não devo nada, quem deve é quem entrou lá e não me participou”.

Paulo Henrique (quilombola) afirma: “quem ficou lá, foi só quem teve uma pessoa lá pra ajudar. Quase todos saíram, uns para São Paulo, o Jovenil, quase todos. [Por isso] vou lutar pelo direito”.

Márcia conta que iniciou o movimento junto com os demais da Associação, e foi sendo excluída.

José Carlos conta que foi pedir ajuda à Associação: “me colocaram numa roda e me humilharam”. Diz que Marcos e Jovenil [tios dele] moraram com ele por dois anos em Sorocaba, porque no Cafundó passavam fome. O pai de José Carlos [Noel Rosa] os teria ajudado, e inclusive lutado contra invasores para “segurar essas terras”.

Homero assegura aos participantes que na ação do INCRA “não se trata de perder direitos” – ao contrário, o órgão trabalha dentro da legislação. Para que esses direitos se efetivem, é necessário que tudo seja composto e negociado com a população. O INCRA atua no Cafundó desde 2006 e dialoga com a Associação por todo esse tempo porque a legislação impõe isso. Homero pondera que as lideranças da Associação têm se mostrado permeáveis ao diálogo, e contraria a opinião deste grupo de que a mesma é muito “fechada”.

Paulo Henrique conta que a liderança da Associação colocou uma pessoa de fora da comunidade²¹⁹ e os forçou a se retirar. Hoje a associação tem poucos membros, e eles temem o autoritarismo de Regina²²⁰. Afirma que aquele grupo recusa o diálogo com eles e não querem se unir. As sras. Helena e Márcia confirmam. **Márcia** diz ser ex-esposa de Marcos e que por isso é excluída.

Mauro confirma que a lei obriga o INCRA a trabalhar com a Associação, e aconselha-os a entrar nela e conseguir maioria, elegendo-se líderes.

²¹⁸ Benedito Norberto de Almeida, conforme o “Organograma 4 – Genealogia parcial do Quilombo Cafundó”, apresentado na p. 249.

²¹⁹ Elaine Ferreira Pereira, filha de Regina Aparecida Pereira e esposa de André Gonçalves da Silva.

²²⁰ Atual Secretária da Associação e esposa do Presidente, Marcos Norberto de Almeida

Paulo Henrique entende que a maioria da comunidade rejeita a liderança de Regina, considerada pessoa de “fora”, e apóia que os membros mais velhos do grupo sejam os líderes. Quanto à saída de vários membros do grupo, que posteriormente retornaram, afirma que antes do início dos trabalhos do INCRA, era normal que as pessoas saíssem nos momentos de crise e depois retornassem. A Associação diz que quem está fora não pode mais entrar; só que eles mesmos colocaram a filha da Regina e o marido (que são “de fora”) na casa da Gleba D. Recentemente, eles saíram para dar lugar às irmãs de Ricardo Rosa de Almeida.

José Carlos pergunta se vai deixar de ser quilombola, e afirma que só precisa de uma área pequena para fazer dois cômodos na terra que é do pai. Foi à Justiça, conversou com o Promotor em Salto de Pirapora.

Terminadas estas falas, **Homero** retoma a questão da retirada do Sr. Paulo. Afirma que ocupar agora essa moradia não é um ato de diálogo, mas sim uma atitude de força. As casas que serão desocupadas em breve pelos não-quilombolas não poderão ser ocupadas ainda. Não podem fazer ações unilaterais. Nesse momento, nenhuma ação individual relativa ao apossamento de terras ou casas pode ser executada sem o consentimento do INCRA e da Associação.

As sras. **Lourdes** e **Helena** manifestam seu desejo de “vender o direito” e sair de lá. Propõem-se a sair rapidamente desde que lhe paguem.

Mariana afirma que indenizações para os não-quilombolas são uma garantia legal, não se questiona. **Homero** esclarece com firmeza que os posseiros não-quilombolas sabem da indenização e aguardam, mas que esse ato de interferência – ocupar as casas sem autorização do INCRA – prejudica os trabalhos, porque o INCRA trabalha dentro da lei, o que exige que se siga um processo, que está determinado pela própria lei. Ato unilateral atrapalha a imissão de posse: está registrada uma família de posseiros e quando o INCRA vem com o Oficial de Justiça fazer a desintrusão, há uma família quilombola no lugar – e ela própria corre o risco de ser desintrusada!

O grupo persiste contando histórias de pobreza e parece não entender os argumentos de Homero. Insistem em contar que não são convidados, afastando o assunto central. Em vista disso, **Mariana** interpela: “Nós não estamos aqui representando eles; estamos representando um procedimento. Quem quiser entrar em algum imóvel desocupado, precisa dialogar com o INCRA ou com a Associação”.

Mauro diz que esse diálogo precisa acontecer, nem que seja através da Justiça. Explica que a Associação é um interlocutor, mas que ela tem autonomia em relação ao INCRA.

Paulo Henrique conta que alguns conhecidos dele residem na cidade e mesmo assim Regina autorizou-os a fazer parte da Associação. Volta à carga afirmando que seu grupo possui o apoio dos velhos, que nunca se manifestam por temer Regina. **José Carlos** intervém dizendo que por isso foram à Justiça, onde disseram-lhes que eles têm direito de ver as atas das reuniões. O mesmo afirma ainda que há rixas antigas entre as duas facções e que os associados os evitam até no cotidiano.

A Sra. **Helena** persiste na idéia de que ela e sua família aceitam sair do quilombo, desde que recebam dinheiro (não usa a palavra “indenização”, embora seja conhecida pelo grupo).

Paulo Henrique pergunta ainda se é preciso fazer o inventário do falecido pai, pois está na parte que consideram dele, e é dito que são os procuradores do caso quem sabem responder.

A Sra. **Helena** sugere que o INCRA reúna-se também com o outro grupo, e ainda, sugere que o órgão reforme as casas dos quilombolas necessitados. A Equipe Técnica responde-lhe que o ponto de partida para os benefícios que lhe são destinados é a regularização da terra. Para que ela aconteça são necessárias duas condições prévias: desocupar aquela casa e manter vazias as casas que serão desocupadas por seu Agenor²²¹ e outros posseiros²²².

Paulo Henrique pergunta se serão avisados, caso a Associação ocupe as casas. **Homero** avisa que a Associação não tem interesse nas casas, conforme expressou por escrito, recordando aos presentes que estes direitos não dependem apenas de filiação e herança, e sim de participação no processo. **Mariana** complementa: “agora não se fala mais em herdeiros – que serão indenizados – agora se fala em Associação”. E ainda frisa que todos os posseiros vão mesmo ser desapropriados, pois a área já é do INCRA.

A Sra. **Lourdes** pergunta quando vai receber seu dinheiro, afirmando que terá de sair. **Mariana** esclarece que o grupo não terá que sair. Ela será indenizada por ser herdeira, mas tem o direito de residir no local também, pois pertence à comunidade. Pergunta se querem participar da Associação ou apenas morar lá. **José Carlos** pergunta se sua tia, D. Helena, pode permanecer na casa até que a desapropriação se consume. **Mariana** responde que ela pode ficar na área até a véspera do dia em que o Oficial de Justiça venha acompanhar a desapropriação, ou seja, na data prevista a casa já tem que estar desocupada obrigatoriamente. **Paulo Henrique** questiona se, após a desapropriação, já podem ocupar as referidas casas, sendo então informado que sim, se for por intermédio e com o consentimento da Associação. Cabe à comunidade resolver suas pendências. **Mariana** questiona-os se já foram avisados da desapropriação, isto é, citados, e respondem afirmativamente. Em vista disso Mariana orienta-os a procurar seus respectivos advogados, munidos de seus documentos.

Homero chama-os à responsabilidade frisando que “o que está em jogo não é só o futuro do Cafundó, mas a política fundiária de todo o Estado (referente aos quilombos)”. **Mariana** compromete-se a convocar uma reunião no Cafundó com ambas as facções, visando evitar cisões internas num momento muito delicado do processo.

Homero conta que consultou o Mandado de Citação e Intimação e que, caso os citados (Maria de Lourdes e Judite) aceitem os procedimentos propostos, devem aguardar a liberação das indenizações. Os demais, cujos pais já faleceram, provavelmente terão de proceder ao inventário dos falecidos que constam no título de usucapião referente à Gleba A, para poderem ter direito a valores indenizatórios.

Seguem-se os comentários sobre provocações e ofensas da parte da Regina e demais associados, aos quais **Homero** responde que recebeu outras informações: as pessoas citadas disseram que elas é que são vítimas de ameaças por parte deste grupo presente, e

²²¹ Cujá família até março 2015 ocupava um terreno na Gleba B, conforme será demonstrado adiante.

²²² Que até setembro de 2014 ocupavam pequenos terrenos na entrada da Gleba A, conforme será demonstrado adiante.

que por isso tem que atravessar o mato para não passar diante deles²²³. Seja qual for a verdade, diz Homero, isso precisa parar imediatamente. E alerta a todos que, se as referidas casas continuarem a ser foco de conflitos, elas serão demolidas pelo INCRA. O grupo reage com indignação perante os fatos relatados, afirmando que evitam contato com os moradores “de baixo”.

Paulo Henrique afirma que o pessoal da Associação cria atritos com os posseiros, mas que eles (grupo presente na reunião) respeitam os associados por serem seus parentes. **Márcia** diz que foi vítima de um atentado e desconfia deles: “jogaram o carro em cima de mim na estrada”. **José Carlos** informa que a Prefeitura está excluindo os quilombolas de programas de casas populares e outros programas assistenciais, alegando que eles são ricos e possuem muitas terras. **Mariana** destaca que todos precisam ter clareza de que as terras do quilombo não poderão ser vendidas, nem arrendadas em qualquer tempo.

Fechando a reunião, Homero pergunta: “você estão de acordo que todas as casas que forem desapropriadas não vão ser ocupadas por ninguém, e que a D. Lourdes vai sair no momento da desapropriação?” Concordância geral. Pedem apenas que o INCRA os avise por telefone quando for ocorrer a desapropriação da casa de D. Helena. Por último Homero informa que o INCRA já depositou o dinheiro referente às posses, atualmente nas mãos do juiz. São assinados um Termo de Acordo e uma Ata de Reunião.

A partir das falas do grupo de quilombolas e também das observações feitas na comunidade de 2012 a 2015, é possível afirmar que há certa centralização no funcionamento da Associação, em especial na pessoa de Regina Aparecida Pereira. Se pode não ser verdadeiro que os outros membros da Associação “temem” Regina, conforme afirmou Paulo Henrique Almeida de Souza, por outro lado nota-se certa dependência da presença dela para a tomada de algumas decisões. Exemplo disso foi o adiamento da eleição da nova Diretoria, que deveria ter ocorrido em agosto de 2015, justificada por outros membros da Associação em razão da ausência de Regina, afastada temporariamente da comunidade por causa de problemas de saúde enfrentados por parentes seus em Campinas. Por outro lado, é possível perceber que Regina é a pessoa do quilombo que mais participa de “espaços de articulação”, envolvendo as comunidades quilombolas e os órgãos de Estado, tais como a Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA-SP e o Fórum Estadual das Entidades Negras de São Paulo, por exemplo.

²²³ Tal situação pôde ser observada em trabalho de campo realizado de 08 a 12/10/2013, no qual, após percorrer a Gleba D com uma pessoa da Associação, a mesma insistiu em dar a volta pela área de pasto da Gleba B (Fotografia 6, p. 277), ao invés de entrar na Gleba A pela rua que passa no local onde se encontravam as casas ocupadas pelos parentes “de fora”. Quando perguntei o por que de fazer esse caminho, o acompanhante respondeu somente “por ali eu não passo não”.

Como apresenta maior escolarização em relação aos demais membros da Associação, tendo concluído o Ensino Fundamental, além de ter experiência junto a movimentos de luta por moradia, Regina possui maior capacidade de articulação política através da internet e costuma representar a comunidade em eventos e reuniões no INCRA de São Paulo e até mesmo em Brasília, atuando como “veículo” de difusão de informações, oriundas dessas esferas mais amplas de articulação e decisão, para o restante da comunidade. Também é notável sua articulação com representantes do movimento negro, atraindo para o Cafundó eventos promovidos por grupos de dança (samba de roda, jongo), música, capoeira, gravação de documentários e curtas-metragens, dentre outras manifestações da cultura afro-descendente, ou por ela agregadas.

Todavia, como afirmam os integrantes do grupo que se opõe à Associação, Regina não é descendente dos quilombolas que originaram o Cafundó; mas é casada, desde 2004, com Marcos Norberto de Almeida, presidente da Associação, o que, de acordo com o Estatuto, lhe dá plenos direitos de participar da mesma. E em razão de sua capacidade de articulação – ressalvadas algumas críticas que podem ser feitas a algumas posturas intransigentes da sua parte, com relação aos parentes “de fora” e a alguns moradores do Cafundó – a comunidade deve a ela (ou melhor, à sua ação e capacidade de influência e pressão) boa parte das conquistas obtidas nos últimos anos.

Outro ponto que pode ser discutido a partir da reunião citada é a tendência à burocratização das relações entre os sujeitos, resultante do processo de normatização do território, que envolve a titulação dos compartimentos quilombolas. Embora a Associação seja um instrumento legítimo no sentido de fazer valer as decisões coletivas e administrar o (uso do) território a partir do lugar, ela pode também ser esvaziada e/ou se tornar instrumento de poder e manipulação a serviço de um grupo específico e não do conjunto da comunidade. Nos dois casos, sua legitimidade é posta em xeque e se enfraquece sua capacidade de gerir conflitos sociais envolvendo o território.

Como a Associação é um modelo de organização social e gestão territorial que há pouco tempo era desconhecido pelos quilombolas, é até certo ponto compreensível a dificuldade desses sujeitos em se organizarem dessa forma, mais pautada pela burocracia e menos pela pessoalidade das relações. Sendo assim, o funcionamento das associações quilombolas, assim como de outras entidades representativas, tais como as cooperativas, ainda precisará de tempo e esforços, por parte dos quilombolas, dos

órgãos estatais e outros agentes formadores, para atingir o amadurecimento necessário, que poderá torná-las verdadeiros instrumentos de gestão do (uso do) território a partir do lugar. Obviamente, essas afirmações tomam por base a situação verificada na comunidade Cafundó. Sabemos que cada caso, tratando-se de comunidades quilombolas, apresentará seus problemas específicos, que exigirão cada um as respectivas observações detalhadas, necessariamente voltadas para as próprias entidades quilombolas.

Ao fim da reunião ocorrida em 25/09/2012, os servidores se comprometeram a marcar outra reunião entre a Associação e o grupo de parentes “de fora”. Ao que parece, a reunião decisiva sobre a questão em pauta – a ocupação das casas pelos parentes “de fora”, sem o consentimento da Associação – ocorreu em 10/09/2014. Embora tenha estado no Cafundó nessa data no período da manhã, para fotografar um incêndio de origem desconhecida, ocorrido na Gleba C, a reunião ocorreu no período da tarde e não pude participar da mesma²²⁴. Também não obtive, junto ao INCRA ou à Associação, maiores detalhes a respeito do desenrolar desse processo. Todavia, ao retornar ao território no dia 12/10/2014, me deparei com as casas dos posseiros, que ocupavam lotes na Gleba A, demolidas, restando na ocasião somente as casas ocupadas por uma família de posseiros na Gleba B e as restantes, pertencentes à Lourdes Maria Lencioni e Helena Rosa de Moraes, ambas descendentes de quilombolas do Cafundó. Não pudemos obter informações mais precisas a respeito das circunstâncias em que essas casas foram demolidas e para onde foram os posseiros retirados. Voltaremos a essa questão quando tratarmos especificamente da Gleba B e das ocupações irregulares e desapropriações ocorridas na Gleba A.

Durante a realização da pesquisa pude acompanhar efetivamente três reuniões da Associação, em 2014: em 05 de julho, 29 de outubro e 02 de dezembro. Na reunião ocorrida em 05 de julho, os assuntos discutidos foram a limpeza do aceiro e a reforma da cerca do eucalipto na Gleba D; a colheita do milho na Gleba C; os atrasos nos pagamentos da Conab para os agricultores, inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos; e a instalação de um palco, com recursos da Fundação ITESP. Nessa reunião, estavam presentes 7 moradores da comunidade, representantes de quatro famílias quilombolas: Lucimara Rosa Aguiar, Alex Rosa Aguiar (filho de Lucimara),

²²⁴ Devido à apresentação de artigo, relacionado à pesquisa em tela, no VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, ocorrido no Departamento de Geografia da USP entre os dias 08 e 12/09/2014.

Assis Pires, Ricardo Rosa de Almeida, Marcos Norberto de Almeida, Jovenil Rosa (irmão de Marcos) e Regina Aparecida Pereira (esposa de Marcos).

Dentre um universo que gira em torno de 25 famílias e uma população de aproximadamente 90 pessoas, é nítido que se trata de um número pequeno de participantes, para uma reunião que trataria de assuntos que são de interesse coletivo: a manutenção da área de eucalipto, protegendo-a contra novos incêndios criminosos ou o roubo de madeira; e a colheita do milho, em áreas que pertencem a toda a comunidade. No período em que acompanhei as atividades da Associação, o número de participantes por reunião dificilmente passou de 12, o que, porém, somado a outros participantes “flutuantes”, representa aproximadamente metade das famílias, se for o caso de cada participante representar um núcleo familiar. Da parte dos que realmente participam da Associação²²⁵ (principalmente Regina Aparecida Pereira), é comum ouvir comentários e reclamações sobre a ausência e o desinteresse de boa parte da comunidade pelas reuniões e atividades coletivas, como mutirões, por um lado, e as críticas e cobranças que essas mesmas pessoas dirigem à Associação, da qual poucos participam, por outro. Regina Pereira cita um comentário de Noemi Lencioni, a esse respeito:

(...) eu falei pra Noemi se ela tinha avisado as outras pessoas, aí ela falou pra mim que, “imagina, quem vai participar é quem já tava na reunião mesmo. Porque as outras pessoas a gente chama pras reunião, no caso são convidado e as pessoas não vêm participar de nada, então nem me preocupei em chamar” (...) (Trecho de transcrição, reunião da Associação, 05/07/14).

Na reunião de 05/07/14, a principal discussão se deu a respeito da forma como se daria o trabalho de limpeza do aceiro e manutenção da cerca, se seriam contratadas pessoas da comunidade ou de fora, se a Associação contrataria individualmente ou por empreitada e se caberia realmente à Associação remunerar as pessoas da comunidade, já que o eucalipto, assim como todo o território demarcado (como coletivo), é algo sobre o qual todos os moradores têm direito (e também responsabilidade), ou seja, pertence a todos. Então se cada um é dono, porque deveria receber uma remuneração individual da Associação, para cuidar de algo que já é seu?

²²⁵ Durante a realização dos trabalhos de campo, entre 2012 e 2015, pude observar que, com maior ou menor frequência, são os seguintes moradores que de fato participam das reuniões da Associação: Alex Rosa de Aguiar, Assis Pires, Cláudio de Almeida, Darli Machado, Elis Regina Salla, Jovenil Rosa, Judite Pires, Lucimara Rosa Aguiar, Marcos Norberto de Almeida, Nadir Pires, Neuraci Rodrigues Machado de Souza, Noemi Eliza Lencioni, Regina Aparecida Pereira, Ricardo Rosa de Almeida e Robson Rodrigues de Souza, um total de 15 moradores, dentre os 51 (alguns destes já falecidos) que assinaram a Ata de fundação da Associação em 2002.

Pois se agora o eucalipto pertence a todos, todos deverão receber a sua parte quando o mesmo for vendido. Essa foi (e continua sendo, até a conclusão deste trabalho) a pergunta feita por algumas lideranças, principalmente Regina e Marcos, durante a reunião.

Regina inicia a reunião dizendo que seria preciso definir quais pessoas iriam trabalhar no mutirão da cerca. Marcos lembra que outra tarefa urgente era a colheita do milho e a conversa se direciona para essa demanda, por alguns momentos:

Marcos: eu não sei, to pensando também esse negócio, aquele mio lá vai te que quebra ele...
Regina: então mas se for pra começar na outra semana não dá pra quebra o milho essa semana? (...) Porque o milho é ali onde vocês vão começar a fazer o...
Alex: é, uma parte ali vai quebrar o milho, quer dizer na verdade tem a parte ali pra tirar o milho, passar o trator e fazer os canteiros...
Ricardo: mas ali se for pegar quebrar memo acho que uns dois dia quebra né
Marcos: Quebra?
Assis: ah! (risos)...
Marcos: acho que não quebra não...
Assis: por caso de, se não fosse sujo saía solamin fácil, mas sujo daquele jeito não faz trabalhando, muito ruim de andá...
Marcos: ah, solamin quebra mas não sei se serve pra todo mundo...acho que dá umas trinta tarefa pra quebrá, é largo né, plantado largo...
Jovenil: plantado com plantadeira...
Ricardo: esse milho vai debuiá ele já nessa máquina aí?
Marcos: não sei, é que se for debuiá e depois for usá a paia, daí num presta...
Assis: num presta!
Regina: faz do jeito que for melhor pra vocês, o que sobrar...
(Trecho de transcrição, reunião da Associação, 05/07/14)

O uso da palha do milho a que Marcos se refere é como matéria-prima para a fabricação de artesanato, por parte do grupo de mulheres artesãs. Regina procura manter o foco na reforma da cerca:

Regina: peraí, vamo por parte. Marcos e Fião, cês vão entrá [na reforma da cerca]?
Assis: fazê a cerca?
Regina: é.
Assis: ah, eu como tenho essa serviçada meu aí, tem bastante gente que vai entrar, aí eu fico fora da cerca, porque aí...
Regina: bastante gente? Por enquanto só tem certo o Alex, o Ricardo e o Bagão [este último não pertencente à comunidade].
Assis: ah só ocês três?
Regina: é.
Alex: por enquanto só.
Assis: porque vai ser assim, vai acertar o preço depois cada um com uma parte, como que vai, que seria a idéia de vocês?
Regina: não, é pegar e fazer, não é cada um fazer uma parte, é fazer tudo.

Assis: porque não dá tudo junto, que pra mim que tem um monte de coisa pra fazê, esse negócio de trabaia junto não funciona muito...às veis eu trabaio em três lugar em um dia só.

Ricardo: ali vai ter que trabalhá dia a dia, bom não sei...

Assis: agora cê fala assim, não eu vou fazê daqui até tal lugar, o outro fala daqui eu faço até tal lugar...

Lucimara: por metro?

Assis: por metro assim, por metro só que um fala assim, vou fazê duzentos metro, o outro fala daqui pra frente eu faço, entendeu? É, porque pra mim funciona assim, eu já fiz cerca em fazenda, eu fazia um pedaço, o outro fazia outro pedaço, outro fazia outro pedaço...

(Trecho de transcrição, reunião da Associação, 05/07/14)

Nessa ocasião e a partir desse trecho da conversa, fica nítida a diferença de postura de Regina e Assis em relação ao trabalho coletivo na comunidade e o trabalho individual fora. Assis dá preferência ao trabalho fora e só concordou em participar da reforma da cerca porque havia poucas pessoas disponíveis, conforme sua fala em outro momento da reunião:

“Não é que eu falei que não ia na cerca devido assim, que nem o Ricardo sempre falava que tinha que dá prioridade pras pessoa trabalhá aqui dentro, mas eu tenho bastante serviço lá fora, eu não precisaria ir lá fazê a cerca, entendeu, então eu tava querendo deixar pra vocês fazê isso, mas já que ta poca gente, que nem você citou que ta poca gente então eu entro...” (Trecho de transcrição, reunião da Associação, 05/07/14).

Mesmo no caso de trabalhar dentro da comunidade, Assis entende que não é viável o trabalho coletivo, que consiste na execução da mesma tarefa por um grupo, no qual todos recebem igual remuneração. Para Assis, levando em conta sua realidade ocupacional e seu cotidiano, a melhor forma (ou a única possível) de conciliar o trabalho dentro da comunidade com o trabalho fora é trabalhar sem depender do ritmo e da disponibilidade dos outros, assumindo por sua conta somente uma parte do serviço de manutenção da cerca e recebendo por ela, deixando a cada um dos outros a responsabilidade por sua parte, ou como revela em sua fala: *“esse negócio de trabaia junto não funciona muito...às veis eu trabaio em três lugar em um dia só”*. Entendemos também sua recusa ao trabalho coletivo pelo fato de que cada um poderia trabalhar em um ritmo e assim haveria diferenças de produtividade, enquanto cada um receberia a mesma quantia por resultados de trabalho diferentes. Em outras palavras, alguns poderiam “trabalhar menos”, mas mesmo assim receber a mesma quantia do que aqueles que “trabalharam mais”, ou melhor, apresentaram melhor rendimento do trabalho.

Regina, por outro lado, embora não participe de tarefas como a reforma da cerca, defende o trabalho coletivo, em sistema de mutirão, como a melhor maneira dos moradores trabalharem na e pela comunidade, pois entende que a comunidade e seu território pertence a todos, então todos devem trabalhar por ela, pelo que é seu e assim usufruir dos resultados. Simplificando, é possível afirmar que Assis, assim como a maioria dos moradores, privilegia *decisões individuais* em busca do sustento, enquanto Regina, trazendo mais fortemente a concepção de coletivo, adquirida em sua experiência nos movimentos sociais, defende a construção de *projetos coletivos* para o atendimento das demandas da comunidade (SCHNEIDER, 2005). Sendo assim, na mesma reunião, em outras falas, Regina afirma mais adiante:

“Eu já tava pensando de uma outra forma essa questão, tava pensando assim: todo mundo que vai, no caso vai mexer lá na cerca, são pessoas que é daqui de dentro e que tem direito lá na parte do eucalipto, entendeu, só que vai trabalhar mas vai receber uma ajuda de custo pra fazê o serviço, não vai ser de graça como seria o certo, todo mundo como voluntário ir lá e fazê a cerca, então nós vamos pegá as pessoas e essas pessoas vão sê pagas, então assim, a associação não ta contratando essas pessoas, na verdade ela ta fazendo um serviço que é pra ela mesmo, mas em troca ela vai receber alguma coisa (...)”

“(...) esse negócio aí da cerca é uma coisa que já era pra ter sido feita, a limpeza lá é uma coisa que já era pra ter sido feita e não foi feita, então já ta mudando, então agora pra remunerar as pessoas que vai lá fazer, só que também tem aquela questão e na hora que vender o eucalipto? Aí tem que ser descontado né? (...) Não era nem pra gente ta nessa discussão de vamo pagá, não era nem pra ter essa discussão, mas já que vai ter, então tem que descontar, a associação vai pagar, mas depois vai descontar na hora que vender o eucalipto das pessoas que acabou não assumindo (...)”

“(...) quando for cortar o eucalipto vai ter que tirar todo o gasto que a associação teve, porque não vai dar também pra pegar, também não sei se ficou bem claro na cabeça das pessoas, que não vai dar pra você dividir o dinheiro igualzinho pra todo mundo não, que tem a parte da associação também, porque vai ter que se trabalhar a terra, né, pra poder fazer alguma coisa ali. (...) E todo o dinheiro que foi gasto em coisas que era pras pessoas fazer e não foi feito vai ser descontado, então aí automaticamente a associação vai sair com uma parcela maior, entendeu, porque as pessoas não cumpriram com a parte delas (...)” (Trecho de transcrição, reunião da Associação, 05/07/14).

Não obstante o trabalho envolvendo a limpeza do aceiro e a manutenção da cerca seja uma atividade predominantemente masculina, uma mulher da comunidade se prontificou a participar, na reunião de 05/07/14: Lucimara Rosa de Aguiar. E em alguns pontos, Regina e Assis concordam; já que na comunidade as pessoas só trabalham se receberem alguma coisa, cada um deve receber pelo rendimento do seu trabalho, conforme a fala de Regina:

“(…) quem tá trabalhando direito tá sendo prejudicado, vai receber igual, mas ele vai ser prejudicado porque ele trabalhou mais, então um tem que fiscalizar o outro, porque não vai dar pra tirar uma pessoa pra ficar indo lá ver o serviço de todo mundo, então assim tá, na hora que acertar tudo a gente vai pegar tal hora e vamo terminá tal hora, se for fazer do jeito que cê tá falando, um grupo faz até tal pedaço, então tudo isso que tem que ser anotado e todo mundo tem que ajudar a anotar e a fiscalizar se o outro tá fazendo direito, porque senão todo mundo vai ser prejudicado” (Trecho de transcrição, reunião da Associação, 05/07/14).

Embora Regina enfatize a importância do trabalho coletivo, a preferência da maioria dos moradores pelo trabalho fora e em atividades não-agrícolas é confirmada pelos dados coletados por técnicos do ITESP. Dentre todos os 32 moradores profissionalmente ativos em fevereiro de 2013, 25 trabalhavam fora, enquanto apenas 7 trabalhavam efetivamente dentro da comunidade. O principal fator do qual resultou essa situação, verificada no momento atual, foi a expropriação do território à qual o Cafundó foi submetido ao longo dos anos, forçando seus moradores a buscarem fora – em fazendas ou na cidade – os meios de se reproduzirem econômica e socialmente, tendo em vista a redução das possibilidades de produção agrícola e geração de renda dentro da comunidade. Como consequência, é significativo o contingente de jovens, solteiros e casados, que migraram para os centros urbanos próximos da comunidade em busca de trabalho²²⁶.

Hoje em dia, mesmo com a perspectiva da recuperação das terras, boa parte dos moradores ainda se vê forçada a trabalhar fora para garantir o sustento, já que nenhuma família consegue obter uma renda suficiente, proveniente da agricultura, para suprir as necessidades familiares; por outro lado, a permanência na comunidade também acaba inviabilizando o trabalho fora, conforme revela a fala de Lucimara Rosa de Aguiar:

(...) eu acho complicado assim porque, eu queria partir pra uma coisa assim que se trabalhasse só naquilo e se ganhasse pra você sobreviver, porque você trabalhá fora e ficá aqui não tem como, você não dá conta e se ficá só nas verdura, nas planta, você não come, não paga nem luz nem água (Trecho de transcrição, reunião da Associação, 02/12/2014).

A fala de Lucimara mostra que morar no Cafundó só tem sentido se for possível obter renda a partir da produção gerada na própria comunidade; e que se não

²²⁶ Fonte: Fundação ITESP, Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba. Plano de Etnodesenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó, 2012. Trabalho de campo realizado na instituição em 05/06/2014.

existirem meios que garantam a geração de renda suficiente para proporcionar condições de vida dignas para os moradores, a comunidade corre o risco de desaparecer, ou permanecer por tempo indeterminado em situação de pobreza e estagnação.

Quanto à ocupação específica desses trabalhadores, no caso dos homens, destacava-se a ocupação na construção civil (como pedreiros e ajudantes) da maioria, enquanto somente 4 moradores (incluindo homens e mulheres) trabalhavam exclusivamente na agricultura. O artesanato, atividade exclusiva das mulheres, ocupava cinco moradoras em 2013 e oito em 2015. Nas demais atividades, a maioria delas de ocupação feminina, havia uma distribuição mais equilibrada. Deve ser ressaltado o fato de todas as ocupações mencionadas serem de baixa qualificação, o que resulta em baixa remuneração: de acordo o levantamento feito pelo ITESP em 2013, a maior parte dos adultos possui no máximo o Ensino Fundamental completo, ou nenhum tipo de escolarização, enquanto a renda mensal média dos moradores, em fevereiro de 2013, era de apenas R\$ 540,00²²⁷, ou seja, inferior ao valor do salário mínimo, que era de R\$ 678,00 em 2013 e R\$ 788,00 em 2015²²⁸.

Gráfico 15 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): população economicamente ativa trabalhando dentro e fora da comunidade, em números absolutos, fevereiro de 2013

Fonte: Fundação ITESP, dados obtidos no Escritório Regional de Sorocaba em trabalho de campo realizado em 05/06/2014. Organizado por André L. Gomes (2015).

²²⁷ Fonte: Fundação ITESP, dados obtidos no Escritório Regional de Sorocaba em trabalho de campo realizado em 05/06/2014.

²²⁸ Fonte: Tabela dos Valores Nominais do Salário Mínimo – www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm, acesso em 08/10/15.

Gráfico 16 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): população segundo a atividade de trabalho, em números absolutos, fevereiro de 2013

Fonte: Fundação ITESP, dados obtidos no Escritório Regional de Sorocaba em trabalho de campo realizado em 05/06/2014. Organizado por André L. Gomes (2015).

Apesar de ser inegavelmente uma área rural, as ocupações predominantes dos moradores do Cafundó são de caráter não-agrícola, confirmando as colocações de Sérgio Schneider (2005), quando o autor afirma que o rural não é mais sinônimo exclusivo de agricultura (SCHNEIDER, 2005) e que “o emprego rural não-agrícola é atualmente responsável por cerca de 40% das rendas dos habitantes rurais da América Latina e há uma clara tendência apontando para seu crescimento na região” (SCHNEIDER, 2005: 76).

Esse autor defende o conceito de “pluriatividade”, definindo-o a partir de “situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas” (SCHNEIDER, 2005: 78), afirmando também que esse fenômeno “pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais” (SCHNEIDER, 2005: 78), como foi observado nos casos de Regina Pereira e Assis Pires, respectivamente. Esse fenômeno possui significativa expressão estatística²²⁹, de modo que sua consideração é de grande

²²⁹ Nos cálculos de Del Grossi e Graziano da Silva a pluriatividade afetaria em torno de 1,8 milhão (cerca de 24%) do total de 7,5 milhões de domicílios rurais existentes no país (1998, p. 36). Quando considerados também os domicílios urbanos (que somam um total de 3,4 milhões, dos quais cerca de 2 milhões são também pluriativos) onde pelo menos um de seus membros trabalha na agricultura (este é o

relevância, como um dado que deve ser levado em conta nas políticas territoriais, incluindo aquelas voltadas aos compartimentos quilombolas.

Na reunião de 29/10/2014 participaram 12 membros da Associação. Além dos presentes na reunião de 05 de julho, à qual já nos referimos, estiveram presentes também Elis Regina Sallas, Isaac de Souza Júnior, Neuraci Rodrigues Machado de Souza, Robson Rodrigues de Souza, Claudio de Almeida e sua esposa Ana Maria, que havia se mudado para comunidade há pouco tempo. Essa reunião foi mais voltada para discutir a expansão da agricultura na Gleba C, reaparecendo a questão de a área ser cultivada coletivamente ou ser dividida em partes separadas, que seriam cultivadas individualmente, em ambos os casos, de forma orgânica, utilizando-se insumos como esterco animal, biofertilizantes e bokashi²³⁰. Outro ponto discutido diz respeito à inserção nas políticas públicas voltadas para pequenos agricultores, assentados e quilombolas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Naquele momento, o projeto era para expansão de 1 ha (10.000 m²) da área irrigada e plantada com hortaliças na Gleba C, o que seria equivalente a aproximadamente 60 estufas de 160 m² cada uma (9.600 m²), de acordo com os próprios agricultores. As questões específicas da agricultura ainda serão abordadas em um momento posterior, quando tratarmos do uso agrícola das glebas A e C.

Por enquanto, nosso foco será mantido no entendimento do papel e do funcionamento da Associação, enquanto instrumento representativo e de gestão territorial da comunidade. Nesse sentido, na reunião de 29 de outubro, uma vez encerrado o assunto da agricultura, foi levantada a questão da necessidade de regularização da situação dos associados que estivessem pendentes com a Associação, assim como também de outros moradores se associarem²³¹, para poderem usufruir dos benefícios da Associação e trabalhar nas terras que serão tituladas coletivamente. Por outro lado, a regularização da Associação, agora através de um “cartão digital”, é exigida para a movimentação da conta corrente, o recebimento de recursos e a

caso dos trabalhadores que residem em áreas definidas como urbanas mas que tem seu trabalho e ocupação em atividades agrícolas), esta proporção sobe para 35% do conjunto das famílias brasileiras que podem ser consideradas pluriativas (SCHNEIDER, 2005: 84).

²³⁰ Composto feito a partir da mistura de cinzas, farinha de osso, sulfato de potássio, farelo de trigo, sulfato de zinco, caldo de cana, microorganismos e arroz, segundo os próprios participantes da reunião, que haviam recebido orientações de técnicos do ITESP para a preparação desse composto.

²³¹ Especificamente, dentre os presentes: Alex, Ricardo, Isaac e Robson.

participação nas políticas públicas, de modo que um possível atraso resulta em prejuízos para a comunidade como um todo, conforme enfatizou Regina Pereira:

“(...) hoje assim, além de ser uma associação, lá fora ta sendo visto como uma empresa, tanto que a entrega da Conab, já foi mandado o relatório e o dinheiro ta parado lá porque enquanto a gente não mandá a nota fiscal a Conab não vai pagá e tudo daqui pra frente agora vai ser assim né, então quer dizê, é uma coisa séria, não é brincadeira, a gente correu atrás, a gente conseguiu fazê o certificado digital e assim apesar de que dentro da comunidade algumas pessoas acham que a associação não faz nada, que a associação é isso, que a associação é aquilo, lá fora não se faz mais nada se não tiver a associação na frente, então a gente teve que fazê a maior correria pra tirá esse certificado, que ainda não ta pronto, que ainda não ta depois não sei, tirá lá, depois você paga no Serasa, preenche um monte de papel, um monte de coisa, aí depois tem que levar pra contadora, pra contadora cadastrá, mas ainda não ta pronto, semana que vem a gente vai ter que voltá lá em Campinas né, que a contadora tem que cadastrá, pra depois ta emitindo a nota. (...) inclusive porque consta no certificado digital, a associação tem que prestá conta de quem são as pessoas que são beneficiadas pela associação e aí entra naquela velha questão, muitos dos que estão aqui não são associado, a associação não vai mais podê bancá, então assim eu quero fazê uma proposta, com algumas pessoas já conversei, já né, deu resultado, mas se for consenso de todo mundo a gente colocá um prazo de hoje e vamo estipulá até quando que as pessoas que não são associadas se associar, que foi o que eu sempre falei, todo mundo fala um monte de besteira da associação, só que a associação também nunca impediu que ninguém participasse das coisa, mesmo estando lá no estatuto, desde o começo, que só podia participá ou ser beneficiado quem era associado, a associação nunca impediu ninguém de participá de nada, só que a situação que a comunidade ta vivendo, isso porque a gente ta crescendo, já nos obriga a tratar as coisa e trabalhá em cima do estatuto, que o estatuto também não é brincadeira, não é um papel que foi feito há dez anos atrás e que qualquer momento a gente pode rasgá e fazê outro. A diretoria pode até mudá, mas o estatuto vai continuá sendo o mesmo. Então se a gente realmente quer trabalhar com seriedade, então a gente também tem que levar a sério quem é que ta dando condição da gente ta podendo discutir inclusive até uma plantação lá do outro lado, eu gostaria que vocês tirassem uma data de hoje até quando, que as pessoas que não são associadas e acho que até de fazê uma campanha aqui dentro, pra quem queira se associar poder participar das coisa, que a associação não correu e nem brigou pra ganhá esse mundo de terra que ta todo mundo lá fora pinchando e falando mal, mas isso daí também é problema nosso, mas a gente não brigou só pra nós que tamo aqui não, a gente brigou pra todo mundo e a minha vontade, o meu sonho desde o começo e eu sempre falei isso que era um dia a gente ter condição de ninguém mais ter que sair daqui pra fora pra trabalhá lá fora, que a gente tem que ter condição de tirá o nosso sustento, tirá o nosso dinheiro daqui de dentro (....) Então a partir da semana que vem, a semana do dia 4 que ta marcado pra gente ir lá, a partir da semana que vem, esse certificado já vai ta valendo e aí, parece que é uma vez por mês (...), aí a associação tem que passar o relatório das pessoas que já foi tirado, que já foi levado, que tem que levar esse estatuto, tem que levar tudo lá no Serasa. Daí até não tinha levado o estatuto né Fião (Assis), a gente não tinha levado o estatuto, tinha que voltar aqui pra pegá, porque tava relacionado o nome de todo mundo, que além do Marcos que teve que assinar, ficou assinado o nome de todo mundo que é associado. Então de mês em mês a gente tem que ficá prestando conta dessas coisa, daí eu não vou podê por exemplo a gente ficá fazendo um trabalho desse, que além da prestação de conta que a gente tem que fazê, todo final de ano né lá pro, como é que

chama, imposto, declaração de imposto, que eu não vou podê, que aí eu vou ter que declará o que a associação gastou, só que pro Serasa além de ter que declarar o que a associação gastou, com quem gastou e porque gastou” (Trecho de transcrição, reunião da Associação, 29/10/14).

Fica evidente que a regularização do território quilombola, titulado coletivamente em nome da Associação, impõe novos “conteúdos normativos” sobre aquela fração do território, como condição para a comercialização da produção, o recebimento de recursos (tais como os “*royalties*” da mineração de areia) e a participação em políticas públicas e projetos, tais como PAA, PPAIS e PNAE, por exemplo. Desse modo, as ações da coletividade, por meio da Associação, são submetidas a uma série de exigências normativas, relacionadas à prestação de contas perante os agentes estatais. Tais exigências, envolvendo a Associação, interferem inclusive em políticas habitacionais, voltadas para as famílias quilombolas, das quais muitas enfrentam precárias condições de moradia, tal como ficou revelado em outro momento da reunião de 29/10, na fala de Regina Pereira:

“(…) no início quando foi entregue a Gleba D, a gente tava naquela correria, chegamo a ir até pra Brasília, demo início na discussão da habitação, que é uma das coisa mais importante aqui dentro que a gente precisava, aí porque que a gente não conseguiu, porque não tinha um documento nem em nome da comunidade e nem no INCRA que tava emitido na posse também, aí depois que teve a desintrusão ali em cima, a gente ficou no pé do INCRA, que aí já veio o pessoal lá da UFSCar, ajudou a fazer o mapeamento aqui dentro, então teria que ser usada uma parte da Gleba C pra fazer as construções, dentro do modelo que a gente tava querendo. E aí a gente não podia fazê CDHU, aí tinha a proposta do Minha Casa minha Vida e que é um cubículo e que não ia valer a pena né, você construir um negocinho pequeno e depois você ter que construir maior pra cabê todo mundo lá dentro. E o projeto do CDHU, as casas são maior, então a gente queria o projeto do CDHU, só que o CDHU faz essa exigência, que pelo menos o INCRA tivesse emitido na posse (Trecho de transcrição, reunião da Associação, 29/10/14).

Para os quilombolas, o uso do território significa poder morar nele, usar as terras para a agricultura, ou outros usos que, coletivamente, considerarem mais necessários, além de receber a compensação pelos recursos naturais que estão sendo retirados de seu território, como é o caso da extração de areia na Gleba D pela Mineradora Ouro Branco S.A. Morar e praticar a agricultura trazem a necessidade de políticas públicas. E para que essas políticas públicas beneficiem os quilombolas, o território precisa estar de alguma forma regularizado em nome da Associação. Isso explica a pressão pela retirada de posseiros (desintrusão) e a centralização da gestão

territorial na Associação e no INCRA. A desintrusão é necessária para a que o INCRA seja imitado na posse de um imóvel particular, através de ação judicial; a imissão do INCRA na posse é o que antecede a assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo com a Associação, concedendo plenos direitos à comunidade sobre a área pleiteada; e finalmente, a titulação final ocorrerá quando todas as áreas forem regularizadas em nome da Associação. Sendo assim, nas condições atuais, para poder permanecer no local e usar o território, por meio das políticas públicas, a comunidade precisa se adequar às exigências normativas, através da organização em Associação.

A reunião de 02/12/2014 contou com a presença de Regina Pereira, Elis Regina, Lucimara, Ricardo, Assis, Marcos, Jovenil e Judite e o assunto principal foi a necessidade de criação de uma cooperativa de produtores do quilombo, ou de se associar a uma cooperativa já existente, para poder comercializar a produção agrícola, o que vem enfrentando problemas relacionados à dependência do ITESP na emissão de nota fiscal para a Conab, no âmbito do PAA, questão que será devidamente abordada no item “5.4.1. Produção agrícola e desafios para a comercialização”. Entretanto, a criação de uma cooperativa exige no mínimo 21 sócios fundadores e envolve uma série de burocracias, capacitações e responsabilidades, para as quais as próprias lideranças da Associação admitem que a comunidade não está devidamente preparada. Tal carência se reflete no número bastante pequeno de pessoas que realmente participam das atividades da Associação, principalmente as reuniões.

A criação de uma cooperativa exige outras normatizações, sobrepostas às aquelas já existentes no território e igualmente necessárias para a comercialização da produção, a qual “fecha” o círculo do uso agrícola do território pelos quilombolas. No momento atual, em decorrência do não cumprimento dessas exigências normativas envolvendo a comercialização, o uso agrícola daquela fração do território tem se dado de forma precária, pois os agricultores não estão conseguindo escoar a produção, o que faz com que acabe sendo perdida ou destinada ao consumo próprio.

Conforme observamos, todas as intervenções no território quilombola devem passar pela Associação: a criação de infra-estruturas e a manutenção ou o melhoramento das já existentes; a introdução e o uso de objetos técnicos capazes de interferir na paisagem; e ações e eventos realizados no lugar, tanto aqueles promovidos pela própria comunidade, quanto por agentes externos. Por isso, a assinatura do contrato com a

Mineradora Ouro Branco e a participação em projetos, contratos, convênios e políticas públicas devem passar pela Associação, tal como se deu com o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II²³², o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Projeto “Plantando Águas”, que consistem em ações que contribuem para o desenvolvimento da agricultura e a “recuperação ambiental”, envolvendo a introdução de novos objetos técnicos e intencionalidades (SANTOS, 2014) no território quilombola. Desse modo, mencionamos no “Quadro 10 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): principais infra-estruturas e objetos técnicos de uso comunitário, adquiridos pela Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, 2015” alguns dos principais objetos técnicos adicionados ao lugar, por intermédio da ação da Associação e de agentes externos.

²³² Segundo informações oficiais, “O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado é um projeto do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, a ser executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da CATI, e da Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Com valor total de US\$ 130 milhões, deve ser executado em um período de cinco anos. (2011-2015). (...) Com o objetivo de aumentar – com sustentabilidade econômica, social e ambiental – a competitividade dos pequenos e médios agricultores, incluindo nesse segmento grupos tradicionais de indígenas e quilombolas e, reconhecendo que a agricultura familiar é fundamental em termos de emprego, receita fiscal e bem-estar social, o Governo do Estado de São Paulo vem implementando o Microbacias II – Acesso ao Mercado. As ações do Projeto se concentram em fortalecer as organizações de produtores rurais e apoiar iniciativas de negócios dessas organizações que visem o acesso ao mercado e o fortalecimento das políticas públicas, infra-estrutura física e os serviços de extensão rural, incluindo os municípios que são parceiros indispensáveis nos esforços para impulsionar a competitividade da agricultura familiar”. Fonte: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/oprojeto.php>, acesso em 08/05/15.

Quadro 10 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): principais infra-estruturas e objetos técnicos de uso comunitário, adquiridos pela Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, 2015

Equipamentos comunitários fixos	Capela e mastro em homenagem a Santa Cruz, Nossa Senhora e São Benedito: a primeira Capela de pau-a-pique e coberta de sapé, foi construída em 1872 por D. Ifigênia como pagamento de uma promessa. A capela de alvenaria foi construída há 40 anos.
	Espaço comunitário “Turi Vimba”: construído em 1994 no local onde se situava a antiga casa (de pau-a-pique e coberta de sapé) de D. Ifigênia e depois ocupada por Otávio Caetano. Atualmente funciona como local de reuniões, eventos e posto de saúde, oferecendo atendimento aos moradores do Cafundó e do Bairro dos Alves uma vez por semana.
	Poço artesiano: instalado em 1996 pelo INCRA.
	Barracão comunitário multiuso: construído em 1997 com recursos do ITESP; no projeto inicial estavam previstos 170m ² , mas foi construído com apenas 74m ² . Atualmente funciona como telecentro, local de reuniões, oficina de costura e biblioteca.
	3 Estufas de hortaliças: construídas em 2008 e 2014 com recursos oriundos de emendas parlamentares.
	Barracão agrícola para máquinas pequenas: adaptado na antiga casa de Adalto Norberto de Almeida, no final de 2013.
	Casa de pau-a-pique: os cômodos onde ficam a loja de artesanato e a cozinha foram reformados (colocação de reboco, forro e prateleiras) em julho de 2014 com recursos do ITESP.
	Templo da igreja Congregação Cristã no Brasil: construído por volta de 1980 e reformado por volta de 2005.
	Barracão agrícola para máquinas grandes: construção iniciada na Gleba C em março de 2015, com recursos do ITESP.
Máquinas, equipamentos e veículos	Caminhonete Mitsubishi L200/2008: adquirida em 2013 com recursos da mineradora.
	Trator New Holland 75cv: adquirido em 2013 com recursos da mineradora.
	Arado: adquirido em 2013 com recursos da mineradora.
	Niveladora: adquirida em 2013 com recursos da mineradora.
	Motosserra: adquirida em 2014 com recursos da mineradora.
	Microtrator: adquirido em 2013 por meio do Projeto Microbacias.
	Carretinha: adquirido em 2013 por meio do Projeto Microbacias.
	Motobomba para irrigação: adquirida em 2013 por meio do Projeto Microbacias.
	2 Roçadeiras: adquiridas em 2014 por meio de emenda parlamentar.
	Sulcador: adquirido em 2013 por meio de emenda parlamentar.
	Broca: emprestada pelo projeto Plantando Águas em 2014 para plantio das mudas e manutenção das cercas.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2012-2014

Todos os bens citados, fixos e móveis, pertencem à Associação, assim como será a propriedade do território, composto pelas Glebas A, B, C e D, após a titulação definitiva. De acordo com o “Regimento Interno para o uso das Máquinas, Veículos e Equipamentos de Uso Coletivo”, elaborado pela Associação em 2013 a partir de orientações de técnicos do ITESP, as máquinas e veículos deveriam ficar guardados no barracão construído para esse fim. Porém, o trator, a caminhonete e vários implementos agrícolas ainda eram guardados ao ar livre, pois o barracão adaptado na antiga casa de Adalto tem tamanho suficiente somente para guardar máquinas pequenas, como o microtrator e as roçadeiras, enquanto o barracão para máquinas grandes, construído na Gleba C, ainda não havia sido concluído. As chaves dos veículos e das máquinas ficam sob a responsabilidade do Coordenador (Marcos) ou do Tesoureiro (Juvenil) e o controle das retiradas e devoluções é feito por meio de um caderno, de posse e responsabilidade do Conselho Fiscal (Noemi, Elis Regina e Lucimara). O Conselho Fiscal e a Diretoria têm também a incumbência de decidir sobre as pessoas – que sejam integrantes da Associação – aptas a operar o trator e dirigir a caminhonete.

De acordo com o Regimento, o uso dos equipamentos e sua devolução em perfeito estado são de inteira responsabilidade do usuário. Quando a finalidade do uso for de interesse da comunidade a responsabilidade pelo abastecimento será da Associação. Quando a finalidade do uso for particular a responsabilidade pelo abastecimento será do usuário, que deve sempre pegar e entregar os veículos com o tanque cheio. O Regimento também define quais atitudes são passíveis de punição, a saber: entrega fora do prazo determinado; devolução sem combustível; danos causados e não ressarcidos; uso fora da finalidade descrita no caderno de registro; entrega do equipamento sem a limpeza adequada. As punições consistem na suspensão do direito de uso do equipamento pelo prazo de quinze dias na primeira ocorrência. Em caso de reincidência a punição passa a ser de um mês incluindo o uso de qualquer equipamento da Associação.

Na prática, pudemos observar que quatro membros da Associação ficam com a responsabilidade pela operação do trator e dos equipamentos, devido à sua maior habilidade: Assis Pires, Claudio de Almeida, Isaac de Souza Júnior e Ricardo Rosa de Almeida. As operações são voltadas principalmente para preparar a terra em áreas que serão cultivadas pela Associação, ou divididas entre os agricultores para cada um

cultivar individualmente uma parcela de terra, a partir de decisões tomadas coletivamente por aqueles que comparecem às reuniões da Associação.

5.3. Gleba D (Fazenda Eureka) e Gleba B (Fazenda Paraná-parte): usos, conflitos, disputas, mediações.

Conforme apresentamos anteriormente, o território da comunidade Cafundó foi reconhecido pelo INCRA em 14 de junho de 2006, por meio da Portaria N° 235/2006, com área total de 219,7289 ha, e composto pelas seguintes áreas: Gleba A (19,7034 ha), Gleba B (43,6311 ha), Gleba C (32,0 ha) e Gleba D (121,3807 ha). A Gleba D, também denominada Fazenda Eureka, após o julgamento pela improcedência dos recursos interpostos em 2005 por Pedro Latorre, questionando a sua inclusão no perímetro do território quilombola, foi a primeira área sobre a qual o INCRA obteve a imissão de posse, em 02/02/2012, após decisão judicial favorável.

Por meio da consulta à Cadeia Filiatória elaborada pelo ITESP, com o propósito de verificar a validade dos títulos de propriedade das áreas que compõem o território quilombola, pudemos constatar que as glebas B, C e D originalmente haviam sido registradas em nome do espólio de Pedro Pires de Mello e Moacyr Pires de Mello, que até 1941 disputaram na Justiça a posse da área com o fazendeiro Honório de Almeida Barros, citado anteriormente como eventual empregador, na mesma época, da mão-de-obra assalariada dos moradores do Cafundó e dos bairros vizinhos. Para melhor compreensão das origens mais recentes – já sob a posse de Pedro Pires de Mello e Moacyr Pires de Mello – do título de propriedade da Gleba D, recorremos à citação do trecho da Cadeia Filiatória que se refere a essa área:

Partindo da Transcrição 25.080, Moacyr Pires de Mello e sua esposa Lourdes Gaspar de Mello, transmitiram a propriedade da área tida como Gleba “D” a Eureka S/A – Indústria de Artefatos de Borracha, em 24/09/1980. Ato contínuo a propriedade foi transferida para Eureka Agropecuária LTDA em 26/11/1980. A empresa Eureka Agropecuária LTDA, em 11/10/1988, transmitiu a propriedade do imóvel a Pedro Antônio de Paiva Latorre e sua esposa (...). Também contribuiu para a formação da Gleba “D” a aquisição que Pedro Antônio de Paiva Latorre fez de Eureka S/A Indústria de Artefatos de Borracha, em 11/10/1988. A empresa Eureka S/A Indústria de Artefatos de Borracha houve a propriedade de José Horak e sua esposa Ana Horak, em 05/05/1976 que, por sua vez, em 20 de outubro de 1970 adquiriram de Moacyr Pires de Mello e sua esposa (Fonte: Processo Administrativo INCRA

Em decorrência de irregularidades verificadas nos títulos de propriedade da Gleba D, as quais remontam às transferências realizadas entre os antigos proprietários, os títulos de propriedade adquiridos por Pedro Latorre foram cancelados, o que o levou a entrar com Ação de Usucapião, deferida em 1981 pela 1ª Vara Civil de Sorocaba. Voltando ao momento do evento representado pela imissão de posse do INCRA sobre a Gleba D, em fevereiro de 2012 essa área se encontrava ocupada por plantações de eucalipto (63 ha), um empreendimento de mineração de areia (48 ha), uma torre de telefonia e um posto de combustíveis já desativado, além de áreas ocupadas por pastagens e benfeitorias, conforme o “Mapa 12 – Quilombo Cafundó: Gleba D/Fazenda Eureka, uso do solo 2013-2015” e as fotografias 7, 8 e 9. O conjunto desses usos daquela parcela do território havia sido implantado por Pedro Latorre, através de contratos estabelecidos com as empresas responsáveis pelos empreendimentos.

Embora não tenha sido tombada pelo CONDEPHAAT em 1990 e não estivesse ocupada por famílias quilombolas, a Gleba D foi incluída na demarcação por indicação da comunidade – como exige o Decreto Nº 4.887/2003 – pois antes de ser cercada por Latorre em 1985, suas nascentes eram utilizadas pelos quilombolas como fonte de água e sua vegetação remanescente, para a coleta de frutas nativas e lenha, utilizada na construção das casas de pau-a-pique, nos fogões a lenha, na confecção de ferramentas e para a troca do mastro na festa da Santa Cruz. Esses usos da Gleba D pelos quilombolas se explicam pelos impactos ocorridos na Gleba B, que afetaram também a Gleba A, na qual se encontra o núcleo de moradias do Cafundó. Em entrevista concedida em 01/12/2014, Marcos Norberto de Almeida e Jovenil Rosa relataram o histórico de uso dessas duas áreas, a partir do qual foi possível resgatar as origens da situação ambiental do território quilombola, principalmente a relativa aos recursos hídricos.

A Fazenda Paraná, da qual parte foi incluída na demarcação da Gleba B, pertenceu a Pedro Pires de Mello, que até o início dos anos 1970 permitiu o uso da área pelos quilombolas. Todavia, a partir de meados da década de 1970, com o falecimento de Mello e a falta de interesse dos possíveis herdeiros, a área passou a ser grilada pelo fazendeiro Armando Landulpho, que além de cercá-la e impedir a entrada dos quilombolas, introduziu o plantio de eucalipto a partir do início dos anos 1980. O tráfego de caminhões e máquinas pesadas, associado à substituição da vegetação nativa

pelo eucalipto e à exposição do solo arenoso às intempéries, desencadearam processos erosivos, resultando no assoreamento e na conseqüente redução do fluxo de água das nascentes da Gleba B e do córrego que, alimentado por elas, passava entre os limites da Gleba A e da Fazenda Paraná. Com a redução da quantidade de água, o rio deixou de fornecer peixes e as (os) moradoras (es) passaram a ter que lavar as roupas e buscar água no Rio Sarapuí ou na Gleba D. Atualmente, a Gleba B é ocupada por pastagens e fragmentos remanescentes de mata nativa, além de antigos terrenos de posseiros, despejados em 2015, conforme o “Mapa 13 – Quilombo Cafundó: Gleba B/Fazenda Paraná-Parte, uso do solo, 2013”.

Fotografia 7 – Quilombo Cafundó/Gleba D (Salto de Pirapora-SP): porto de extração de areia da mineradora Ouro Branco, 2012

Foto: André Luís Gomes, 22/07/2012.

Mapa 12 - Quilombo Cafundó: Gleba D/ Fazenda Eureka, uso do solo 2013 - 2015

Fotografia 8 – Quilombo Cafundó/Gleba D (Salto de Pirapora-SP): lagoa de decantação da mineradora Ouro Branco, 2013

Foto: André Luís Gomes, 11/10/2013

Fotografia 9 – Quilombo Cafundó/Gleba D (Salto de Pirapora-SP): Sr. Marcos Norberto de Almeida cortando tora de eucalipto para ser usada como mastro na Festa da Santa Cruz, 2014

Foto: André Luís Gomes, 19/04/2014.

O plantio de eucalipto realizado por Landulpho ocupou parte da área da Gleba B hoje em dia ocupada por pastagens. Essa área possui menor declividade por se situar no topo de um morro, enquanto a área em que a mata foi mantida é de alta declividade e possui nascentes. De qualquer forma, o plantio de eucalipto e o tráfego de caminhões (com uso de correntes nas rodas em dias chuvosos), na parte mais alta da Gleba B, afetaram o fluxo de água do córrego existente nos fundos da Gleba A. No relato do qual citamos a seguir um trecho, Marcos Norberto de Almeida descreve como era a área da Gleba D antes da ocupação pela mineradora e pelo eucalipto e a forma como esses empreendimentos foram implantados:

André: ali antes de ser cercado pelo Pedro Latorre antes dele plantar eucalipto, a comunidade usava aquela área?

Marcos: é, mais para lavar roupa, usava a água lá da nascente.

André: Ah, usava mais a água, então?

Marcos: Isso.

André: Mas isso sempre foi assim? Desde que o senhor lembra?

Marcos: É, usava a água para lavar roupa, tinha alguns piquete que foi feitos na época que tinha burro pra fazê lavora, usava pra ará, aí ponhava lá.

André: Mas antes dele plantar eucalipto o que tinha ali?

Marcos: Ah, ali tinha muita coisa nativa. O campo ali tinha muita fruta nativa, andiroba, indaiá, itapicuru, fruta-de-perdiz, rixicu, um monte de coisa (...) tinha os capão de mato grosso, os capão levantado aqui agora (...) ali foi entupido muita coisa. O que foi entupido de madeira ali, “nossa senhora” é indiscutível, de madeira ali.

André: De eucalipto?

Marcos: Não, madeira nativa (...) tinha capão grosso de madeira assim (...) aí, foi entupido tudo.

André: Como assim, entupido?

Marcos: A máquina fazia buraco, cortava e enfiava lá dentro (...) quando foi implantada a mineradora.

André: Então, quando foi implantada a mineradora, ali onde foi feita a cava era essa mata, então?

Marcos: Era mata. Ali queimou muitos litros de óleo diesel de queimar madeira (...) cortava aquelas madeiras nativas, aqueles troncão, ia picando tudo, fazia aquele carreirão, daí jogava aquele monte óleo diesel em cima e metia fogo (...) o que eles não queimavam eles faziam aquele “valetão” com a máquina, aquela vala assim e empurrava com a máquina lá e jogava terra em cima (...) aí, vinha a florestal lá; ia no escritório e ficava uma meia hora de tempo lá, daí ia embora e continuava a “derrubação” da mata.

André: Mas, no que estava acontecendo isso, vocês continuavam usando lá, ou vocês foram parando de usar?

Marcos: Não, aí já tava delimitado, esse Pedro Latorre já não deixava.

André: Então, a mineradora foi instalada depois que ele cercou?

Marcos: Isso.

(Entrevista realizada com Marcos Norberto de Almeida e Juvenil Rosa, Quilombo Cafundó, 01/12/2014).

Marcos prossegue relatando o histórico de uso da área pelos quilombolas, no passado e por terceiros, após a derrubada da vegetação nativa e a implantação da Mineradora Ouro Branco em 1998, de acordo com sua memória:

André: Era só água mesmo.

Marcos: É só dava água...mas aí já era meio limitado, aí já depois eles já construiu a casa lá em cima e daí “ponhou” umas pessoas, parece que veio do Mato Grosso morar lá em cima. (...) Aí, teve uns tempos que ele arrendou pro Parone, o Parone usou ali pra por boi, depois ele tirou os boi, depois plantou milho, plantou todos os milhos ali no campo inteiro e aí que começou a cavar tudo as frutas nativas. Aí, o Parone meteu máquina, ele não, né, os empregados dele pôs máquina ali e plantaro milho, porque ele criava boi de cocheira. (...) E aí, não sei por que razão eles, não sei o que não deu muito certo lá, daí parou, aí o Parone fez uma “manguerona” ali. (...) Aí, tem uma bruta duma mangueira oficial ali e tudo, e depois virou desmanchando tudo, daí que começou a demarcação do INCRA e daí que ele plantou o eucalipto. E aí, enfiou o eucalipto e ficou acho que mais ou menos sete anos pra cortar.

André: (...) Mas então, antes de ter o eucalipto, além do negócio da água, vocês também pegavam lenha lá?

Marcos: Pegava. Pegava lenha seca lá.

André: Mas só assim, só lenha pequena ou cortava também?

Marcos: Não, era lenha seca, lenha seca que a gente lenhava lá...

André: Lenha seca é o que? O que já está caída no chão?

Marcos: Não, tem árvore que seca, né?

André: Ah, que morre sozinha?

Marcos: É...a gente aproveitava e trazia pra queimar porque naquele tempo usava muito fogão a lenha.

André: Então, era a lenha, as frutas nativas e a água. (...) e aí, usava para mais alguma outra coisa?

Marcos: Não, às vezes usava para algum piquete de poste.

(...)

André: não era longe para buscar água lá?

Marcos: Não, era mais para lavar a roupa. Naquele tempo eles lavavam a roupa em tábua. Não tinha esse negócio de tanquinho, isso negócio de máquina, essas coisas não tinha, nem pensava em ter.

André: Mas mesmo assim não era longe?

Marcos: Era longe, mas era mais favorave né!

André: Aqui, por exemplo, aquele olho d'água da Gleba C, ali não usava?

Marcos: Então, depois vortô a usá, a gente conseguiu colocar tanque ali e abri um poço, consegui tubo, aí que mudou a lavar roupa ali. Mas a maioria era lá, porque lá a água era mais forte.

André: E lá no Sarapu, vocês não iam, eram mais longe?

Marcos: Ia lavar roupa também lá. Lavava roupa lá.

André: Então, usava o Sarapu e lá na Gleba D.

Marcos: é, pra lavar roupa.

Jovenil: Sarapu era tudo um terreno só.

Marcos: a falecida madrinha nossa avó falava que a divisa do quilombo Cafundó era o rio (Sarapuí).

(...)

Marcos: essa Gleba de terra aqui, tudo o que pertence aqui à Gleba B e esse pedaço aqui seria a mesma Gleba B que sai lá no pasto, que sai lá no porto...não tem papel nenhum no nome do Valdir (Landulpho) nem do tio dele, o Armando Landulpho. Então, ele não é dono de nada aí...

André: É, eu vi isso aí. Qual é o nome da pessoa, mesmo que ta no nome? Que aí, o INCRA fala que é uma proprietária anterior.

Marcos: É o Pedro Pires de Mello. (...) Então, tem um jogo aí, porque essa turma concordou com a desapropriação e se eles eram o dono e concordou...e eles não veve nessa terra tem uns 40 e poucos anos. Eu era moleque quando ouvia falar dessa família por aqui. (...) E agora eles concordaram com a desapropriação do terreno. Pra mim é tudo, seria tudo (...).

(Entrevista realizada com Marcos Norberto de Almeida e Juvenil Rosa, Quilombo Cafundó, 01/12/2014).

Em outro momento, Marcos descreve as razões que levaram a comunidade a utilizar as fontes de água da Gleba D:

André: aqui dentro da Gleba A não tinha nenhuma fonte de água pra lavar roupa, assim, nenhum córrego, nada assim?

Marcos: Ali embaixo tinha o córrego lá em baixo e lavava roupa lá também e tinha forte a mina de água, essa mina de água, a gente pescava tudo aqui em baixo. Tinha bagrinho, tudo, mas aí depois que o Landulpho meteu a máquina de esteira aí, que aqui era tudo mata nativa, aí quando ele meteu a máquina aqui, destocou tudo, depois carcou o gradão com a máquina de esteira, daí veio aquele toró d'água e veio tufo de terra aqui pra baixo, soterrou...

André: Na verdade, então, esse tipo brejo, esse charco que tem ali pra baixo do fundo da casa da Judite, ali então é assoreado?

Marcos: É. Veio no morro ali aquela terra lá toda e deu o toró d'água e aconteceu quase que nem ali. Só que aqui foi pior, porque é mais inclinado e a terra é mais sorta, então soterrou tudo. (...) Não tem ali aquelas parte que tem aqueles filão de taboa que desce ali? Ali era tudo córrego, era tudo pocinho d'água de córrego. (...) Aquele filão de taboa que desce, aquele filão ali, era tudo córrego, ali que nós pescava.

André: Ah, então ali que foi soterrado? E qual que era a largura desse córrego mais ou menos?

Marcos: Era um córrego que dava uns 3 metros de largura. (...) era bem larguinho o rio, porque nós pescava, tinha bastante lambari, pegava lambari no “anzor” ali, pegava bagrinho, uns bagrinho assim.

(...)

André: Mas aí, então, vocês começaram a usar lá a água da Gleba D depois que o Landulfo fez isso aí?

Marcos: É, porque daí diminuiu a água...aí diminuiu o córrego e a gente passou pra lá.

(...)

André: E que ano que foi, quantos anos faz isso aí mais ou menos?

Marcos: Faz, isso aí tem 30 anos já. Tem 30 anos pra lá.

André: Ah, então foi bem assim, quase na época que o Latorre cercou aqui [1985].

Marcos: Um pouco antes.

André: mas antes de buscar água ali na Gleba D, antes disso, vocês já pegavam as frutas [nativas]?

Marcos: Ah, já. Desde que me conheci por gente. (...) não era só ali, era o Portal inteiro. Era campo, tinham as matas e aí, a pessoa ia no lugar de campo assim, tinha as frutas nativas ia até quase na beira do rio quase lá no Sarapu. (...) tudo ali era fruta nativa. Começava desde aí das beira da estrada e ia embora, afundava e ia sair lá no “varzão” grosso lá em baixo, na várzea do rio lá.

André: E o Portal ele chegou antes ou depois do Pedro Latorre cercar aí?

Marcos: Chegou mais ou menos na época quase (...) tanto que agora tem muita gente que era a favor à gente por aqui, agora é contra.

O relato de Marcos revela que a Gleba D foi utilizada pela comunidade, desde o seu surgimento, para a coleta de lenha e frutas nativas e, posteriormente, como fonte hídrica alternativa, frente à pressão exercida pelo fazendeiro Armando Landulpho sobre a Gleba B a partir do início dos anos 1980 – que significou a redução do fluxo de água nas nascentes e córregos próximos das moradias – antes da interdição, desmatamento, instalação da mineradora e plantio de eucalipto por parte de Pedro Latorre, na Gleba D, a partir de 1985. Além de “subirem” até a Gleba D, os quilombolas também “desciam” até o rio Sarapuí e os locais ocupados desde 1985 pelos loteamentos Alpes do Sarapuí e Portal de Pirapora, em busca de água, lenha e frutas nativas. Todavia, estas últimas áreas não foram incluídas na demarcação do território quilombola.

Evidencia-se que nesse momento pretérito, o uso do território pelos quilombolas era ditado pela busca de alternativas para a sobrevivência do grupo, de acordo com os mínimos vitais e sociais (CANDIDO, 2010) e os recursos oferecidos pelo entorno imediato. Em busca de alternativas, sem contar com nenhum tipo de auxílio, essas áreas ainda não ocupadas e pouco valorizadas – por isso, “abertas” – eram utilizadas de forma comunal não só pelos quilombolas, mas provavelmente pelo conjunto dos habitantes dos bairros próximos, como o Bairro da Barra. A partir do momento em que essas áreas passam a ser valorizadas, por volta dos anos 1970, os “donos” começam a aparecer, disputar sua posse e impedir o acesso por parte daqueles que delas faziam uso, mas não possuíam títulos de propriedade, como era o caso dos moradores do Cafundó.

O exemplo da Gleba B revela que o uso do território pelo fazendeiro Armando Landulpho interferiu profundamente no uso por parte dos moradores do Cafundó, mesmo após a demarcação das terras, constituindo um caso de segregação socioambiental daquela população, uma vez que reduziu a capacidade do território de promover a “auto-suficiência” da comunidade quilombola: antes os moradores podiam pescar, buscar água e lavar roupa usando as nascentes do próprio local, enquanto hoje em dia tais práticas não são mais possíveis.

A Mineradora Ouro Branco Salto de Pirapora LTDA, de propriedade de Pedro Latorre e cuja sede se situa próxima ao Cafundó, na altura do km 6,5 da estrada vicinal Roque de Barros Leite, instalou a atividade de extração de areia na Fazenda Eureka

(Gleba D) a partir de 1997. A Licença de Instalação foi obtida junto à CETESB²³³ em 05/12/1997 para “extração de areia em cava submersa (em várzea) e a céu aberto por desmonte hidráulico/mecânico²³⁴ em meia encosta”, e a Licença de Operação, em 29/03/2004, para a “produção de 4.500 m³/mês (180 m³/dia) de areia para uso em construção civil”, válida até 10/11/2006. Por sua vez, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) concedeu “Autorização de Registro de Licença” para a exploração de areia pela mineradora em 30/12/1997, pelo prazo de três anos, autorização que foi renovada até 10/08/2012, conforme publicação no D.O.U. de 15/09/2006.

Em 01/10/1998, menos de um ano após a obtenção da Licença da CETESB e da Autorização do DNPM, Pedro Latorre arrendou a exploração da jazida de areia – correspondente à área de 48 ha na Fazenda Eureka – aos irmãos Uilson Romanha, Divo Romanha e Reginaldo Romanha por quatro anos, pelo valor de R\$ 10.000, transferindo a estes últimos a responsabilidade pelo empreendimento. Em 15/10/2003, após o vencimento desse contrato, Latorre estabelece um novo, desta vez com duração prevista de 10 anos (2003-2013), com a própria empresa Mineração Ouro Branco de Salto de Pirapora, da qual é sócio, pelo valor de 15% sobre o faturamento mensal proveniente da areia extraída. Neste novo contrato de arrendamento, outro dos irmãos Romanha, Lucas Monticelli Romanha, também entra como sócio e representante da mineradora.

A área total do empreendimento é de 46,995 ha e a área de lavra ocupa 18,2 ha²³⁵. De acordo com os levantamentos geológicos contratados pela mineradora, a

²³³ Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do Governo do Estado de São Paulo.

²³⁴ Nesse sistema, “o material, composto por areia e, em menor escala por silte e argila, é removido por jateamento de água (alta pressão) realizado por conjunto de motobomba a óleo diesel para as peneiras, onde é feita a separação da areia e da fração mais grosseira. A polpa daí resultante, composta de água mais sedimentos finos, é enviada para o tanque de decantação, onde há deposição por gravidade do silte e da argila, retornando água limpa para a frente de lavra”. Fonte: Memorial de Caracterização de Empreendimento (MCE)/CETESB, 2009/ Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²³⁵ “Geologicamente a área pertence aos domínios da Formação Itararé, que no local é representada principalmente por arenitos. Essa formação aflora em extensões quilométricas abrangendo vários municípios como, por exemplo, Itu, Tatuí, Sorocaba, Salto de Pirapora, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo e Itapetininga, para citar apenas os mais locais. Em áreas como Sorocaba, Itu e Tatuí, que possuem altitudes maiores, predominam as argileiras, onde o barro é extraído para a fabricação de telhas e tijolos. Os sedimentos da formação são horizontalizados. Abaixo dessas camadas de argila, ocorrem os arenitos, que afloram em áreas mais baixas, como é o caso de Salto de Pirapora. Esses sedimentos, por serem horizontalizados, ocorrem em camadas e não em veios, variando verticalmente apenas na cor e na granulometria. A espessura desses pacotes pode atingir 30 a 40 metros. Vários portos de areia instalaram-se nos municípios mencionados, extraindo areia em cavas, com o uso de desmonte hidráulico. Todos exploram a mesma areia, presente na mesma formação. Fonte: Laudo Técnico/Mineradora Ouro Branco/

reserva mineral inferida no local em 2005 era da ordem de 3.060.000 m³, o que na época, levando em conta o custo de extração e o preço de venda, equivalia a um valor de cerca de R\$ 12.240.000,00. De acordo com o projeto técnico do empreendimento, a jazida seria extraída por um período de 25 anos (1998-2023) em duas frentes de lavra (FASE 1 e FASE 2), sendo que do total da jazida, 90% são constituídos pelo minério de areia e o restante por argila e cascalho²³⁶.

A extração de areia do local é da ordem de 81.000t/ano em média, das quais 5% consistem em resíduos constituídos por cascalho que, de acordo com o Memorial de Caracterização do Empreendimento (MCE), são utilizados “na recuperação e manutenção de estradas de acesso à área de lavra”. Em 15/05/2001, a mineradora assinou Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental junto ao DPRN²³⁷, no qual se comprometeu, em um prazo de nove meses após o início das atividades, a implantar medidas de controle ambiental e plantar 11.616 mudas de essências nativas da região, visando o reflorestamento de uma área de 6,97ha. Conforme o termo, deveriam ser plantadas 1.056 mudas por ano.

Segundo o Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental da Mineradora Ouro Branco, “o empreendimento gera 06 empregos diretos, basicamente pessoal operacional, com algum nível de especialização no trabalho, como operador de máquinas e mecânico, além de auxiliares de serviços gerais”, enquanto “o serviço administrativo é efetuado pelo próprio empreendedor”. De acordo com o mesmo documento, os principais impactos ambientais decorrentes da mineração de areia consistem no aumento dos processos erosivos, risco de escorregamentos nos taludes íngremes, inclusive durante as operações de extração do minério (no caso de extração de areia por escavação mecânica), turbidez dos corpos d’água (presença de particulados finos em suspensão) provocada pelo processo de beneficiamento da areia, além da ameaça à estabilidade dos terrenos circunvizinhos e de alterações paisagísticas.

Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²³⁶ Fonte: Laudo Técnico, 07/03/2005; Memorial de Caracterização de Empreendimento (MCE) de Renovação da Licença de Operação, 05/09/2009; Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental/Mineradora Ouro Branco Salto de Pirapora LTDA, novembro de 1997/Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²³⁷ Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, vinculado à Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção de Recursos Naturais da SMA.

Após o encerramento das atividades em 2023, deverão restar quatro espelhos d'água com área total de 8,74 ha²³⁸ e cercados por taludes que, segundo o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental firmado entre o DPRN e a mineradora, deverão possuir canaletas para direcionar o fluxo das águas pluviais e serem cobertos por vegetação: grama batatais (*Paspalum notatum*) nas áreas mais aplainadas, que ocupam 2,8 ha, e espécies nativas – 2/3 de espécies pioneiras e secundárias iniciais (15.611 mudas de 10 espécies) e 1/3 de espécies secundárias tardias ou climaxes (7.805 mudas de 10 espécies) – nas demais áreas, totalizando 14,05 ha de área a ser reflorestada, com previsão de utilização do total de 23.416 mudas²³⁹ (1.666 plantas/ha). Tais medidas visam principalmente à diminuição dos processos erosivos. A “Tabela 22 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): cronograma de execução das medidas de controle ambiental da Mineradora Ouro Branco, 1998-2023” apresenta as principais atividades de conservação ambiental previstas para o empreendimento, de acordo com o Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental.

Entretanto, em Ofício datado de 05/07/2010, o Superintendente Regional do INCRA-SP questionou o cumprimento das medidas de recuperação ambiental por parte da mineradora, apontando as seguintes irregularidades: presença de máquinas trabalhando em Área de Preservação Permanente (APP)²⁴⁰ com potência e quantidade de equipamentos maior do que a especificada no licenciamento; proximidade do núcleo de casas do loteamento “Portal de Pirapora” maior do que a afirmada pela mineradora

²³⁸ Fonte: Parecer Técnico CETESB, 05/11/2009/Mineração Ouro Branco de Salto de Pirapora LTDA/ Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²³⁹ A escolha das espécies a serem introduzidas no local foi feita de acordo com os seguintes critérios: espécies de ocorrência na região; importância para a fauna silvestre; disponibilidade entre os fornecedores da região; aumento da biodiversidade local. De acordo com esses critérios, as espécies pioneiras e/ou secundárias iniciais mais aptas são: Tamanqueira, Lixeira. Angico branco, Unha-de-vaca, Embaúba, Araribá, Paineira, Louro Pardo, Sangra D'água, Tamboril, Suinã, Cambará, Pau d'alho, Ingá, Açoita cavalo, Sapuva, Canelinha, Canafistula, Farinha seca, Goiabeira, Faveiro, Aroeira mansa, Jerivá e Pau pólvora. Já as espécies secundárias tardias ou climaxes são as seguintes: Araticum cagão, Matambu, Peroba rosa, Pau marfim, Esponjinha, Gabiroba, Jequitibá-branco, Jequitibá-vermelho, Guassatonga, Cedro, Copaíba, Café de bugre, Guarantã, Pitanga, Uvaia, Jatobá, Bico-de-pato, Sapuvinha, Jacarandá paulista, Carrapateira, Cambuí, Jabuticaba, Cabreúva amarela, Cabreúva vermelha, Canelão, Canelinha, Canela Ferrugem, Guaiuvira, Guapeva, Pau terra, Capororoca, Branquilha, Ipê amarelo, Pau de tucano, Mamica de porca. Fonte: Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental/Mineradora Ouro Branco Salto de Pirapora LTDA, novembro de 1997/Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²⁴⁰ Segundo o Laudo de Vistoria de Avaliação de Imóvel Rural, fevereiro de 2011/ Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó), a mineradora (mineração e tanques de decantação) ocupava 0,7339ha de APP (10,38% da área total em APP) na Gleba D/Fazenda Eureka, com autorização pelo prazo de um ano (2002-2003) emitida pela CETESB, autorização que não foi renovada.

no pedido de licenciamento; falhas no plantio de mudas de espécies nativas, inferindo que a quantidade de plantas não atinge 20% das 11.616 compromissadas e que a área ocupada parece ser inferior a 2 ha; ausência de bermas, canaletas, escadas dissipadoras e recobrimento vegetal nos taludes, em desacordo com o que foi estabelecido no Plano de Controle Ambiental, exigido no licenciamento da mineradora, que determinava que tais medidas deveriam estar cumpridas em outubro de 2008; o nível da cava da FASE 2 estava bem abaixo do nível do córrego vizinho, causando o rebaixamento do lençol freático, ao contrário do que foi afirmado pela mineradora na Solicitação de Renovação de Licença de Operação, de 19/11/2009²⁴¹.

Tabela 22 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): cronograma de execução das medidas de controle ambiental da Mineradora Ouro Branco, 1998-2023

Atividade	Período de execução
Marcação dos pontos finais de extração	1998
Retaludamento das bordas da área de lavra – FASE 1	2002 e 2003; 2007 e 2008
Retaludamento das bordas da área de lavra – FASE 2	2012 a 2014; 2017 e 2018; 2021 a 2023
Retirada, depósito e utilização de solo fértil	Todo o período
Escarificação e recobrimento com solo fértil da área de interferência direta	2009 e 2010; 2021 a 2023
Revegetação com essências nativas	2001 a 2023
Recobrimento dos taludes emersos com gramíneas	2002 e 2003; 2007 e 2008; 2012 a 2014; 2017 e 2018; 2021 a 2023

Fonte: Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental/Mineradora Ouro Branco Salto de Pirapora LTDA, novembro de 1997/Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó), adaptado por André L. Gomes (2015).

Sendo assim, com base nas informações obtidas, é possível afirmar que as medidas de controle ambiental, exigidas no momento da instalação do empreendimento, não estavam sendo cumpridas adequadamente, gerando insegurança para a Associação sobre o futuro da área após o fechamento da mineradora. O rebaixamento do lençol freático pôde ser observado através das nascentes e córregos que secaram na Gleba D,

²⁴¹ Fonte: Ofício/INCRA/SR (08)F4/GAB/N° 3673/10, Processo Administrativo N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

em razão dos efeitos combinados da mineração de areia e do plantio de eucalipto, conforme relatado por Marcos Norberto de Almeida:

Marcos: (...) era um tufo de água assim que saía debaixo do chão lá e formava o olho (...) mas aonde nós lavava roupa lá secou mesmo.

André: E era bastante água o fluxo?

Marcos: Lá tinha peixe, lá. Tinha lambari e tudo (...) acabou em nada...

(Entrevista realizada com Marcos Norberto de Almeida e Juvenil Rosa, Quilombo Cafundó, 01/12/2014).

Marcos prossegue relatando o avanço da exploração de areia sobre a área plantada com eucalipto, afirmando que solicitou esclarecimentos do INCRA a respeito do problema e que a Associação exige a redução da área de mineração, o que até aquela ocasião ainda não havia sido atendido:

Marcos: [disseram] que iriam [a mineradora] lá empurra lá o capão de eucalipto e soterrar tudo. Mas não pode, porque era para delimitar antes da gente gastar.

André: Pra tirar mais areia? Continuar tirando areia, avançando?

Marcos: É. Por que se ele falasse assim isso aqui não adianta nem vocês desbrotá e nem passar veneno que aqui nos vamo...

André: Por que vocês gastaram já, então né?

Marcos: é, gastemo pra desbrotar, “gastemo” pra limpar e agora diz que tão empurrando o eucalipto, entupindo tudo.

(...)

André: Mas a mineradora, ela passa algum relatório pra vocês da área que já foi explorada?

Marcos: Até agora, não. Eu pedi pro diretor do INCRA vir passar, mandar uma equipe fazer a delimitação pra ver até onde ela pode explorar, mas até hoje, ele falou que ia mandar naquela semana e já faz uns 5 ou 6 mês...

(...)

André: eu sei que ta no contrato 50 hectares. A área, o polígono que a mineradora pode mexer. Então, a questão é saber o quanto desses 50 hectares que já explorou. E se não chegou nesses 50, já deve estar bem próximo de chegar.

Marcos: Mas de 50 hectares já deve estar quase na metade da coisa. (...) e eu questionei lá pra diminuir essa área, que isso aí é um contrato que eles fizeram com o Pedro Latorre, mas eu não fiz contrato, eu falei que era pra delimitar em 20 hectares (...) eu questionei pro INCRA que no contrato da comunidade era 20 hectares só que agora ele falou não, nós (a mineradora) tem direito a 40 hectares (...) ele fez um contrato com o Pedro Latorre, mas eu questionei lá na frente do INCRA, tava todo mundo do INCRA lá. (...) eu num pedi pra desapropriá a terra e vortá a terra num precipício, uma coisa imprestável...eu sei que ta ajudando, ta...

André: só que vai acabar! (...)

Marcos: não dá nada, não faz nada, não planta nada. Eu tava querendo a terra, não to querendo desapropriá um precipício (...) é que tá meio ao “Deus dará” ali, que o INCRA que tinha que ver isso também, porque por enquanto queira ou não queira ta na mão do INCRA ali, ele deu o documento de concessão de uso, mas o INCRA é ele que ainda ta ainda.

(Entrevista realizada com Marcos Norberto de Almeida e Juvenil Rosa, Quilombo Cafundó, 01/12/2014).

Em 2004, quando a Gleba D (Fazenda Eureka) ainda estava sob o seu domínio, Pedro Latorre estabeleceu um contrato com a Companhia Suzano de Papel e Celulose para o plantio de 63ha de eucalipto e venda da madeira. O contrato estabelecia a propriedade exclusiva da Suzano sobre o material genético utilizado para a formação das mudas de eucalipto, a partir de sementes ou clonagem, sendo proibida a sua propagação pelo vendedor da madeira. Conforme o contrato, além das mudas, a empresa teria a obrigação de fornecer os insumos necessários ao desenvolvimento das plantas. Ao proprietário da área, por sua vez, coube as operações de limpeza do terreno, construção de cercas para proteção contra animais e roubo de madeira, plantio e manutenção da cultura segundo os padrões e as instruções técnicas estabelecidas pela Suzano (o que incluiu a adubação química e a aplicação de herbicidas e formicidas), abertura de estradas internas, colheita e entrega da madeira no local estipulado pela Suzano, ou o seu armazenamento na propriedade em local acessível para carretas grandes. O vendedor também se comprometeu em respeitar a legislação ambiental e trabalhista vigente – o que, respectivamente, consistiria em não suprimir áreas de vegetação nativa ou utilizar APP's para o plantio de eucalipto; fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI's) aos trabalhadores e não utilizar mão-de-obra infantil²⁴².

Entretanto, os levantamentos efetuados pelo INCRA²⁴³, apontando o uso de 2,8128ha de APP (39,79% da área total de APP da Gleba D) para o plantio de eucalipto, demonstram que o proprietário não cumpria a legislação ambiental. Além disso, as áreas de Reserva Legal não correspondiam à extensão exigida por lei, o que agrava a situação irregular da propriedade, do ponto vista ambiental.

A colheita foi prevista para o 7º ano após o plantio (2011), estimando-se um volume de madeira (sem casca) por hectare de 245 m³/ha, o que multiplicado pelos 63 ha de área plantio, resulta em um volume total de 15.435 m³ de madeira. Estimando-se em R\$ 36,00 o preço do metro cúbico da madeira de eucalipto na época do plantio (2004), o valor da plantação giraria em torno de R\$ 767.340,00.

²⁴² Fonte: Instrumento particular de contrato de compra e venda de madeira de eucalipto e outras avenças, de N° FIRO091/04, que entre si fazem Pedro Antonio de Paiva Latorre e Companhia Suzano de Papel e Celulose/Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²⁴³ Laudo de Vistoria de Avaliação de Imóvel Rural, fevereiro de 2011/ Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

De toda a madeira produzida, o contrato estabelecia que 95% deveria ser vendida para a Suzano, podendo os 5% ser vendidos livremente por Latorre. Estipulava também que até a 3º colheita, ou 21º ano de plantio, o proprietário da área se comprometeria a dar preferência à Suzano na venda da madeira. O contrato também garantia à Suzano o direito de preferência sobre a compra do imóvel, no caso de o proprietário querer vendê-lo, o que não deixa de representar uma estratégia para o controle da terra, por parte da empresa. Ou, nas palavras do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, um exemplo de “territorialização do monopólio” (OLIVEIRA, 2007). Já a perda do imóvel em decorrência de sentença judicial, seria classificada como inadimplência e passível de multa de 10% sobre o valor total do contrato, o que seria equivalente a R\$ 76.734,00²⁴⁴. No processo de desapropriação por interesse social da Gleba D, não obtivemos informações sobre a aplicação ou não dessa penalidade a Pedro Latorre, após a imissão de posse do INCRA em fevereiro de 2012.

Em 2001, Pedro Latorre também havia estabelecido contrato de locação com a empresa *Telefônica* para a instalação de uma estação telefônica transmissora e receptora de sinal, em uma área de 250m² na Gleba D (Fazenda Eureka), inicialmente com prazo de duração de 60 meses (01/04/2001 a 31/03/2006) e valor de R\$ 750,00 mensais, previsto para ser reajustado a cada 12 meses. Esse contrato também previa a imediata rescisão, no caso de desapropriação da área, podendo a empresa locatária pleitear indenização junto ao poder desapropriante, no caso o INCRA. De acordo com o INCRA

Como não existem moradores muito próximos à antena instalada e a região é de baixa densidade demográfica, não há grandes riscos de haver passivo ambiental em decorrência do funcionamento da torre de telefonia. Todavia, no contêiner estacionado ao pé da torre pode haver grande quantidade de baterias que, na eventualidade de não serem utilizadas, devem ser removidas e corretamente destinadas. Caso a empresa de telefonia não realize estas tarefas poderá restar um passivo ambiental²⁴⁵.

Deve ser registrado que na Gleba D/Fazenda Eureka também funcionou, de forma irregular, um posto de combustíveis (Auto Posto da Barra Salto de Pirapora

²⁴⁴ Fonte: Instrumento particular de contrato de compra e venda de madeira de eucalipto e outras avenças, de Nº FIRO091/04, que entre si fazem Pedro Antonio de Paiva Latorre e Companhia Suzano de Papel e Celulose/Processo Administrativo INCRA Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²⁴⁵ Fonte: Laudo de Vistoria de Avaliação de Imóvel Rural/Gleba D, fevereiro de 2011, p. 29/Processo Administrativo INCRA Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

LTDA), de 2004 a 2010, ocupando uma área de 7.189 m², vizinha ao terreno alugado para a torre de telefonia. O posto recebeu duas inspeções da CETESB, em 2003 e 2005; na segunda inspeção, os responsáveis foram advertidos pelas irregularidades constatadas e que seriam multados caso não tomassem as devidas providências. Os técnicos verificaram que o posto “se encontrava em funcionamento sem as devidas Licenças Prévia/Instalação e Operação da CETESB”²⁴⁶ e a firma foi advertida a paralisar as atividades até a obtenção das licenças exigidas. Em decorrência do não cumprimento das exigências, os proprietários do posto foram autuados em uma nova inspeção da CETESB, ocorrida em 20/04/2010.

O funcionamento do posto contrariava todas as exigências técnicas, referentes ao armazenamento dos combustíveis e demais produtos e deveria ser totalmente reformado para obter a licença e continuar funcionando. Porém, em decorrência da pequena galonagem (volume de venda de combustíveis no período de um mês, expressa em m³), os proprietários “(...) desistiram do negócio e demoliram o posto, contudo, sem tomar os devidos cuidados ambientais em especial no que diz respeito à caracterização hidrogeológica e a pesquisa sobre eventuais vazamentos de combustíveis e lubrificantes”²⁴⁷.

Em vistoria efetuada em 15/04/2010, a equipe do INCRA encontrou no posto demolido muito entulho e embalagens de produtos químicos sobre o solo, os quais, na ocasião de outra vistoria (28/04/2010) já haviam sido retirados. Desse modo, segundo o INCRA,

O postou funcionou sem as devidas Licença Prévia/Instalação e Operação da CETESB e foi demolido sem solicitação de desativação. (...) a área do antigo posto de combustíveis tem um passivo ambiental elevado e de difícil quantificação (...) não haveria como prever os custos para o tratamento necessário, caso fosse verificado a concentração dos compostos de interesse no subsolo da área do empreendimento, pois seria necessário saber esta concentração, área atingida e quais seriam os compostos a serem combatidos e os trabalhos de remediação necessários²⁴⁸.

²⁴⁶ Fonte: Laudo de Vistoria de Avaliação de Imóvel Rural/Gleba D, fevereiro de 2011, p. 27/Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²⁴⁷ Fonte: Laudo de Vistoria de Avaliação de Imóvel Rural/Gleba D, fevereiro de 2011, p. 28/Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²⁴⁸ Fonte: Laudo de Vistoria de Avaliação de Imóvel Rural/Gleba D, fevereiro de 2011, p. 29/Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

Por fim, no que se refere aos empreendimentos implantados pelo suposto proprietário na Gleba D/Fazenda Eureka, citamos sua intenção de criar um loteamento fechado, que seria composto por lotes com área mínima de 2.000 m², portanto semelhante aos loteamentos vizinhos “Portal de Pirapora” e “Alpes do Sarapuí”. Para isso, Pedro Latorre chegou a averbar as “Diretrizes para Loteamento” junto à Prefeitura de Salto de Pirapora em 29/06/2003.

Diante do exposto sobre a Gleba D/Fazenda Eureka, é possível afirmar que essa área possui um enorme passivo ambiental, resultante dos usos realizados pelo suposto proprietário. É certo que esse passivo irá comprometer o uso posterior da área pela comunidade; se não de forma completa, pelo menos limitando seus possíveis usos posteriores, principalmente na área de 48 ha atualmente explorada pela mineradora e nas áreas afetadas por possíveis vazamentos de combustíveis e produtos químicos (principalmente fontes de água). As observações referentes a esse caso também evidenciam que, a partir do controle do INCRA sobre aquela área, se intensificaram as ações de fiscalização ambiental, pois o órgão passou a cobrar da CETESB e do DPRN o cumprimento das normas ambientais por parte dos empreendimentos.

Desse modo, percebe-se um “adensamento normativo” relacionado ao reconhecimento do território quilombola, pois a normatização de caráter fundiário reforçou as demais normatizações, principalmente as ambientais. Por outro lado, os conflitos estabelecidos entre os diferentes usos do território, representados pela comunidade e pelos empreendimentos empresariais e o papel de mediação do INCRA e das demais agências reguladoras, provam que, nas condições concretas do quilombo Cafundó, o controle sobre os “usos hegemônicos” do território e suas consequências só é possível por intermédio do sistema normativo e dos órgãos de Estado, os quais são dotados de estrutura legal, quadros qualificados (advogados, engenheiros, agrônomos, por exemplo) e recursos de que a comunidade não dispõe, fato que historicamente a tornou vulnerável à ação de especuladores, como pudemos observar quando tratamos do reconhecimento do território quilombola. Por outro lado, é uma relação contraditória, pois mostra que há uma dependência e subordinação da comunidade em relação aos órgãos do Estado, responsáveis pela regularização fundiária e pelo ordenamento territorial.

Em razão dos problemas ambientais constatados na Gleba D/Fazenda Eureka, a Procuradoria Federal Especializada (PFE), através do PARECER/INCRA/SR(08)/J/Nº

06/2011, recomendou que o valor da indenização, a ser paga ao proprietário Pedro Latorre no processo de desapropriação por interesse social, fosse mantido em uma conta judicial até a comprovação da regularização ambiental exigida “há vários anos e apresentação do certificado de regularidade ambiental perante a CETESB e/ou demais órgãos competentes para as atividades de: mineração, posto de revenda de combustíveis e lubrificantes e torre de telecomunicações”. Desse modo, de acordo com o Parecer da PFE, Pedro Latorre deverá arcar com a recuperação ambiental da área, sob pena ter suspenso o direito à indenização pela desapropriação. Por outro lado, foi-lhe dado o direito sobre safra pendente de eucalipto, conforme preconiza o Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial²⁴⁹: “não farão parte da indenização os valores correspondentes à safra pendente, devendo ser avaliadas apenas as safras subseqüentes”. Sendo assim, o Parecer estabeleceu que

(...) a maneira mais justa de resolver o contrato por ocasião desta desapropriação é permitir que o proprietário fique na posse da floresta de eucaliptos até o final do primeiro corte. Este trabalho é estimado, com folga, em 6 meses. Como o final do plantio se deu de outubro a dezembro de 2004, em dezembro de 2010 completam-se 6 anos de plantio e portanto 2011 é o sétimo ano. Desta forma podemos considerar novembro de 2011 uma data limite razoável para o final da posse do proprietário do imóvel sobre a cultura dos eucaliptos²⁵⁰.

Em 02/02/2012 o INCRA foi imitido na posse da Gleba D/Fazenda Eureka e no dia 02/08/2012, foi assinado o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo entre o INCRA e Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, com força de escritura pública (Cláusula X) e validade até a entrega do Título de Reconhecimento de Domínio (Cláusula VII), destinando a área para atividades extrativistas, agroindustriais, culturais e de preservação do meio ambiente de modo a garantir a auto-sustentabilidade e o desenvolvimento da comunidade remanescente beneficiária, visando a sua preservação em seus aspectos sociais, culturais e históricos (Cláusula I). Por outro lado, o contrato proíbe a venda ou o arrendamento da área (Cláusula V) e, tendo por base a imissão de posse do INCRA sobre a área, pode ser revogado a qualquer momento pela eventual revogação da imissão de posse (Cláusula XI).

²⁴⁹ Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DT/Nº 52 de 25/10/2006.

²⁵⁰ Fonte: PARECER/INCRA/SR(08)/J/Nº 06/2011, Processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

A partir da assinatura desse contrato, a Associação passou a ter direito sobre o segundo corte (rebrotas) do eucalipto, após o Pedro Latorre ter feito o primeiro corte em novembro de 2011. Quando foi implantada a cultura em 2004, estimou-se o volume total de 15.435m³ de madeira, ao preço de R\$ 36,00/m³. Levando em conta que a produtividade do eucalipto cai na segunda rebrota e que algumas toras vêm sendo retiradas por pessoas da comunidade ou por terceiros, supomos (arbitrariamente) que o volume total de madeira no momento da colheita será de aproximadamente 15.000 m³. Segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), os preços da madeira de eucalipto variam conforme a sua utilização. Além disso, “em agosto [2015], os preços recebidos pelos produtores de eucalipto no Estado de São Paulo apresentaram reduções expressivas na maior parte dos segmentos de mercado”²⁵¹. A “Tabela 23 – Estado de São Paulo: cotação em R\$ do preço do m³ da madeira de eucalipto de acordo com o uso, 2014/15” apresenta a variação dos preços do eucalipto de acordo com os diferentes empregos da madeira, em agosto de 2014 e 2015.

Tabela 23 – Estado de São Paulo: cotação em R\$ do preço do m³ da madeira de eucalipto de acordo com o uso, 2014/15

Tipo de uso da madeira	Preço do m³ agosto/2014	Preço do m³ agosto/2015	Variação (%)
Geração de energia	44,6	42,44	-4,9
Processamento industrial	42,0	40,42	-3,8
Tratamento para construção civil	60,68	60,18	-0,82
Serraria	118,00	101,00	-14,23

Fonte: IEA/2015 - <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=13786>. Organização: André Luís Gomes (2015).

Por outro lado, o próximo corte do eucalipto ocorrerá somente em novembro de 2018, de modo que, no momento atual, não é possível afirmar com precisão qual será o valor da plantação na época do corte. Podemos apenas estimar que, se a colheita ocorresse em agosto de 2015 e fosse destinada para serraria, cujo preço por m³ é o mais alto de todos, seu valor seria de aproximadamente R\$ 1.515.000,00, valor que, após o abatimento do valor gasto pela Associação nos trabalhos de desbrota, aplicação de

²⁵¹ Fonte: Instituto de Economia Agrícola – <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=13786>, acesso em 18/09/15.

agrotóxicos, reforma da cerca, colheita e recuperação da área, seria destinado à Associação, cabendo a ela decidir sobre a aplicação/distribuição dos recursos obtidos.

Através do Contrato de Concessão de Uso sobre a Gleba D, a Associação também passou a ter direito a uma porcentagem sobre o valor do minério de areia extraído. Sendo assim, um contrato assinado com a mineradora em agosto de 2012 tem proporcionado o repasse do valor mensal de R\$ 24.000,00 para a Associação, recurso que tem sido investido no trabalho agrícola, na manutenção da plantação de eucalipto e em diversas melhorias para a comunidade, conforme o “Quadro 10 – Quilombo Cafundó: principais infra-estruturas e objetos técnicos de uso comunitário, adquiridos pela Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, 2015” (pág. 323), principalmente a aquisição de veículos e equipamentos agrícolas, além da manutenção dos mesmos, do pagamento de diárias por serviços prestados à Associação e de diversos encargos – incluindo o pagamento de um advogado e um contador – necessários ao seu funcionamento. De acordo com esse valor mensal, de agosto de 2012 a agosto de 2015 a mineradora efetuou o repasse de R\$ 864.000,00 para a Associação.

Dentre os empreendimentos instalados por Pedro Latorre na Gleba D, o aluguel da área de 250m² pela empresa de telefonia era o único sobre o qual a Associação ainda não havia obtido a regularização do repasse. Em Ofício datado de 12/11/2013, o INCRA comunicou à empresa “a necessidade de regularizar o contrato mencionado, agora com a Pessoa Jurídica da Associação (...) se porventura interessar-se em manter a antena de telefonia naquele local”, solicitando a sua retirada, caso não haja mais interesse da empresa em manter a antena ali instalada, “conforme desejo expresso da comunidade quilombola²⁵². Até agosto de 2015, os representantes da Associação ainda se queixavam do fato de que a antena permanecia em funcionamento sem pagar aluguel para a comunidade. Estaria ainda pagando para Pedro Latorre?

Com relação à Gleba B, que abrange aproximadamente 44 ha, desde 18/11/2011 tramita na 1ª Vara da Justiça Federal de Sorocaba a ação de desapropriação nº 0009767-60.2011.4.03.6110, sobre parte da Fazenda Paraná, registrada em nome de Pedro Pires de Mello e Moacyr Pires de Mello e disputada com a família Landulpho, conforme constatamos ao fazer o recorte dos conflitos que precederam o reconhecimento do Cafundó enquanto território quilombola. Entretanto, a demarcação

²⁵² Fonte: OFÍCIO/INCRA/SR(08)GAB-F4/Nº7535/13 de 12/11/2013, Processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

da Gleba B abrangeu somente a menor parte da Fazenda Paraná, enquanto Marcos Norberto de Almeida e Jovenil Rosa sustentam que toda a área deveria ter sido demarcada, o que teria inclusive o consentimento dos Pires de Mello:

Jovenil: pelo seu João do INCRA lá incluía de tudo.

Marcos: ele falou pra mim que era pra medir esse pastão tudo aí, que ele falou que ele pensava que era tudo ali. E depois agora vo somano com as informação que eu to ouvino e ele tava certo, ele tava certo porque o Landulfo não tem documento nenhum que prova no nome nem do sobrinho nem do tio. E aí, os cara que se diz da turma dos Pedro Pires de Melo, eles são favoráveis, são de acordo a desapropriação e o terreno ficava no nome deles. Então, se o terreno ta no nome deles é todo (Trecho de entrevista concedida em 02/12/2014).

Conforme o “Mapa 13 – Quilombo Cafundó: Gleba B/Fazenda Paraná-Parte, uso do solo, 2013” (p. 331), a maior parte dessa área é ocupada por pastagens (24ha/54,5%) e matas (20ha/45,45%) em estágio inicial a médio de regeneração, além de uma pequena área de 577m² que até março de 2015 foi ocupada por uma família de posseiros que ali residiu por mais de 30 anos²⁵³. A área de 577m² havia sido concedida aos posseiros pelo fazendeiro Armando Landulpho, com a promessa de registro do terreno em nome da família de Agenor Lima Pinto e Maria Helena Pinto, em troca do trabalho de cercar a porção de terra que atualmente corresponde à Gleba B²⁵⁴. Tratava-se de uma família humilde e com presença de idosos, vivendo em condições socioeconômicas semelhantes às da maioria dos habitantes do Cafundó, de modo que a vulnerabilidade social dos envolvidos motivou a cautela do INCRA nas ações de desapropriação e desintração, resultando no adiamento da imissão do INCRA na posse e, portanto, da oficialização do domínio da área por parte da Associação.

A primeira imissão de posse foi deferida ao INCRA em 07/12/2011, sendo determinada pelo Juízo a intimação dos posseiros por Oficial de Justiça em 06/02/2012 e concedido prazo de 60 dias para a desocupação. Conforme prevê a legislação (Decreto N° 4.887/2003, IN INCRA N° 57/2009 e Norma de Execução DF/DT N° 03/2010), o INCRA ofereceu aos posseiros a possibilidade de cadastramento para eventual reassentamento em área de reforma agrária, proposta que foi recusada, pois os posseiros

²⁵³ Fonte: Laudo de Vistoria de Avaliação de Imóvel Rural/Gleba B, fevereiro de 2011/Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²⁵⁴ Fonte: INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/N° 01/2013, Processo Administrativo INCRA N° 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

preferiam receber as indenizações pelas benfeitorias para buscar outra moradia no próprio município de Salto de Pirapora.

O cumprimento da imissão de posse foi determinado pelo Juízo em 20/04/2012. Todavia, em decorrência da situação de vulnerabilidade social da família de posseiros (que incluía um idoso de 82 anos de idade, vivendo há mais de 30 anos no local), somada ao contexto de conflitos iniciados após a imissão de posse na Gleba D, envolvendo os parentes “da cidade”, o INCRA decidiu pelo recolhimento da imissão de posse, até que fosse encontrada uma solução adequada para a situação dos posseiros e evitando assim o acirramento das tensões existentes no local.

Uma segunda decisão judicial, datada de 07/11/2012, determinou a expedição de novo mandado de imissão de posse sobre a Gleba B. Por meio de uma reunião com a Procuradoria Regional Federal, ocorrida em 14/11/2012, o INCRA propôs a “imissão na posse sem a retirada imediata dos posseiros mencionados, que só seriam retirados após a garantia de liberação dos valores indenizatórios”²⁵⁵. Essa segunda imissão havia ficado agendada para o dia 23/11/2012, porém na véspera dessa data acabou não sendo autorizada pelo Juízo, “que determinava o cumprimento integral do mandado, com a retirada de todos os posseiros do imóvel”²⁵⁶. Sendo assim, pela segunda vez ocorreu o cancelamento da imissão de posse, até que pudesse ser encontrada uma solução mais adequada para o problema.

Os fatos ocorridos demonstram que a ação de desapropriação por interesse social, nesse caso para fins de titulação de um território quilombola, não depende exclusivamente de decisão estabelecida entre os servidores do INCRA e a Associação, necessitando ser acordada entre a autarquia, a Procuradoria Regional Federal e o Judiciário. Desse modo, à complexidade social presente no território, sobrepõe-se a complexidade institucional da estrutura dos órgãos de Estado, responsáveis constitucionalmente pelo ordenamento territorial. Após nova tentativa de negociação com o Juízo, por parte dos servidores do INCRA, a imissão de posse foi revogada em 15/01/2013.

Não pude obter mais informações a respeito do andamento do processo jurídico e de um possível deferimento de imissão de posse da Gleba B para o INCRA, todavia ao visitar o quilombo no dia 01/04/2015, me deparei com as casas dos posseiros

²⁵⁵ Fonte: INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/Nº 02/2013, Processo Administrativo INCRA Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²⁵⁶ *Idem*.

desocupadas e já parcialmente demolidas. Ao questionar alguns representantes da Associação sobre o desfecho dos acontecimentos, foi dito apenas que os posseiros haviam se mudado para casas de parentes em Salto de Pirapora, mas os quilombolas não souberam informar se os posseiros haviam ou não sido indenizados, conforme garantido por lei e exigido pelo INCRA para realizar a desintrusão.

Restam algumas breves considerações referentes à situação do uso da terra na Gleba B. Embora tenha sofrido o impacto do uso pelo fazendeiro Armando Landulpho, essa área ainda pode ser considerada a mais preservada do quilombo, pois quase metade dela é ocupada por matas e capoeiras protegendo quatro nascentes que alimentam o córrego que faz a divisa entre a Gleba A e a Fazenda Paraná. Nesse córrego, foi feito um pequeno represamento que serve principalmente de fonte de água para alguns animais criados pelos quilombolas. Entretanto, chamou atenção o esgotamento das pastagens verificado em meados de 2015: um dos quilombolas, que já possuía 24 cabeças ocupando os 24 ha de pastagens da Gleba B, adquiriu outras 21, somando 45 cabeças, porém sem realizar nenhum tipo de melhoramento (plantio de grama com maior teor nutricional, confinamento do gado e/ou a divisão do pasto em piquetes, por exemplo) na pastagem, que atingiu a lotação de praticamente duas cabeças por hectare. Em decorrência da superlotação e dos efeitos da estiagem, em agosto de 2015 o pasto havia “acabado” e o morador teve que vender às pressas algumas cabeças, enquanto as que ficaram emagreciam, pois não havia como alimentá-las. Outros quilombolas se perguntavam sobre o que poderia ser feito perante aquela situação. Fica evidente a necessidade de capacitação dos quilombolas para que possam fazer o uso mais racional e planejado das terras, sob o risco de comprometimento dos recursos do território, mesmo após a titulação.

5.4. Gleba A (Sítio Cafundó): núcleo residencial do território quilombola.

A Gleba A é a porção de terra de aproximadamente 19 ha que permaneceu integralmente sob a posse da comunidade desde a troca das terras efetuada por Joaquim Congo e Ricarda. Antes do reconhecimento do Cafundó como território quilombola, essa área foi garantida por meio de ação de usucapião, ajuizada por 12 moradores em 1976 e deferida pelo Juízo em 1978, registrada por meio da Matrícula 9.725 do 2º Serviço de Registro de Imóveis de Sorocaba (SRI). A Gleba A é ocupada pelo pequeno

núcleo de casas dos moradores, que são ligados entre si por vínculos de parentesco, de acordo com a divisão em duas grandes parentelas: os Almeida Caetano/Rosa de Almeida, descendentes de Ifigênia Maria das Dores e os Pires Pedroso, descendentes de Antônia Maria das Dores, ambas as filhas do casal Joaquim Congo e Ricarda, conforme o “Organograma 5 – Quilombo Cafundó: genealogia atualizada, 2014”, apresentado na página seguinte.

De acordo com o cadastramento realizado pelo INCRA em 2005 e 2010, o núcleo de moradias da Gleba A é composto por 25 casas/famílias, que totalizam uma população de aproximadamente 90 moradores. Além das casas, essa área também abriga os espaços de uso comunitário, tais como o Barracão Multiuso (Telecentro Comunitário e biblioteca), o Centro Comunitário (local de reuniões e posto de saúde), a casa de pau-a-pique, cuja varanda também é utilizada para reuniões e recepção de grupos de visitantes, uma pequena cobertura utilizada para guardar a caminhonete e alguns implementos agrícolas, um pequeno barracão agrícola, o telefone público, o campo de futebol, a Capela em homenagem à Santa Cruz, as barracas de madeira utilizadas na festa da Santa Cruz e o templo da Igreja Congregação Cristã no Brasil.

Além das moradias e dos espaços/equipamentos de uso comunitário, essa área também se caracteriza pelo uso agrícola: boa parte dos moradores possui hortas, canteiros de ervas e pomares em seus quintais, criam galinhas e alguns possuem reses, cujos produtos resultantes destinam-se primeiramente ao consumo familiar e, de forma secundária, para venda esporádica. Embora essa área, assim como o conjunto do território após a demarcação, seja de propriedade coletiva, cada família delimita a sua respectiva parcela de terra, geralmente nos fundos dos quintais, onde alguns moradores chegam a plantar pequenas roças, principalmente de mandioca, milho e feijão. Também existem três estufas para produção de hortaliças, nas quais trabalham seis famílias de agricultores, realizando a comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os problemas oriundos desse sistema de comercialização serão abordados mais adiante. Ao lado das estufas, se encontra o poço artesiano construído pelo INCRA em 1996. O conjunto dos equipamentos comunitários, fixos e móveis, se encontra listado no “Quadro 10 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): principais infra-estruturas e objetos técnicos de uso comunitário, adquiridos pela Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, 2015” (pág. 323).

Organograma 5 - Quilombo Cafundó: genealogia atualizada, 2014

Fonte: SCHMITT e TURATTI, 1999: 20. Atualizado por André L. Gomes (2015)

A Gleba A inclui também áreas de pastagem e APP – estas últimas constituídas por várzeas alagadas, onde no passado os moradores chegaram a fazer o plantio de arroz com incentivo do ITESP. A partir da página seguinte, apresentamos uma sequência de fotografias do local, com o intuito de permitir a visualização da(s) paisagem(ns) por parte do leitor. Na maior parte das fotos, é possível perceber que predominam solos arenosos, que requerem constante adubação e cuidados especiais para diminuir os efeitos da erosão, sem contar que não são capazes de proporcionar altos níveis de produtividade, muito menos ao serem cultivados de acordo com os insumos e recursos técnicos de que dispõem os agricultores da comunidade. O aspecto arenoso dos solos, não só do Cafundó, mas de boa parte do município de Salto de Pirapora, fica evidenciado pela presença de diversos “portos de areia”, semelhantes ao que se instalou na Gleba D/Fazenda Eureka.

Fotografia 10 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): núcleo da Gleba A, visto a partir do loteamento vizinho (Netinho), 2015

Foto: André Luís Gomes, 07/02/2015

Fotografia 11 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): Gleba A/área “central” da comunidade, 2015

À esquerda, carro oficial da Fundação ITESP estacionado em frente à casa de Marcos e Jovenil. Ao centro, casa de pau-a-pique e varanda – construída sob a sombra de uma mangueira – que serve como local de reuniões da Associação e recepção de grupos de visitantes. Foto: André Luís Gomes, 27/06/2015

Fotografia 12 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): paisagem da entrada da Gleba A, 2015

Rua de acesso (à direita), Barracão Multiuso (à esquerda), Capela da Santa Cruz, Mastro e Centro Comunitário (à direita) e árvores frutíferas (ao fundo). Em segundo plano, área de pasto da Fazenda Paraná, parcialmente queimada e mais ao fundo, relevo local. Foto: André Luís Gomes, 12/10/2013.

Fotografia 13 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): Gleba A/Capela da Santa Cruz, 2015

Foto: André Luís Gomes, 27/06/2015.

Fotografia 14 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): Gleba A/“Barracão Multiuso” utilizado como telecentro comunitário, biblioteca, cozinha comunitária e oficina de costura, 2015

Foto: André Luís Gomes, 27/06/2015.

Fotografia 15 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): Gleba A/área “central” da comunidade (Centro Comunitário, Capela da Santa Cruz e mastro), 2015

Foto: André Luís Gomes, 11/10/2013.

Fotografia 16 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): Gleba A/estufas de hortaliças, casas e árvores frutíferas ao fundo, 2015

Foto: André Luís Gomes, 09/10/2013

Fotografia 17 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): Gleba A/pastagem, pequena lavoura, moradias e pomares, tendo ao fundo área de mata preservada da Gleba B, 2015

Foto: André Luís Gomes, 09/10/2013

Fotografia 18 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): Gleba A/hortas, pomares e criação de pequenos animais em fundo de quintal. Em segundo plano, lago e área de pastagem, 2015

Foto: André Luís Gomes, 09/10/2013

Fotografia 19 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): Gleba A/horta a céu aberto, 2015

Foto: André Luís Gomes, 09/10/2013

Fotografia 20: Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): Gleba A/casas e rua, 2015

Foto: André Luís Gomes, 09/10/2013

Com relação às condições de moradia, é visível que, apesar de as casas de pau-a-pique e cobertas de sapé terem sido substituídas por casas de alvenaria há algumas décadas, a maioria se encontra em situação precária, mal acabada, com rachaduras e infiltrações. São casas simples e com pequenos cômodos, muitas vezes insuficientes para abrigar toda a família, sem coleta e tratamento adequado de esgoto e construídas com os poucos recursos possuídos pelas famílias, das quais a renda mensal da maioria não ultrapassa um salário mínimo, o que demonstra a necessidade de uma política habitacional destinada a melhorar as condições de moradia da comunidade.

A relação dos moradores que compõem os núcleos familiares e algumas informações adicionais sobre os mesmos são apresentadas, de forma sintética, na “Tabela 24 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): residências/núcleos familiares quilombolas existentes na Gleba A e na Gleba D, 2014”. Para cada residência/núcleo familiar foi dado um número, o qual corresponde à numeração que aparece nos mapas “14 – Quilombo Cafundó: Gleba A/Sítio Cafundó, uso do solo, 2013”, “15 – Quilombo Cafundó: Gleba A/Sítio Cafundó, uso do solo, 2014” e “16 – Quilombo Cafundó: Gleba A/Sítio Cafundó, uso do solo, 2015”.

Tabela 24 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): residências/núcleos familiares quilombolas existentes na Gleba A e na Gleba D, 2014

Nº no mapa	Membros da família	Aspectos socioeconômicos e integração da família nas atividades comunitárias	Nº de Mor.
Residências/núcleos familiares quilombolas – Gleba A			
1	Marcos Norberto de Almeida (54), Jovenil Rosa (57), Regina Aparecida Pereira (55)	Marcos é o Presidente da Associação e agricultor (estufa e campo aberto/PAA). Sempre morou na comunidade e não é alfabetizado. Jovenil (irmão de Marcos) é tesoureiro da associação, agricultor (estufa/PAA) e aposentado. Sempre morou na comunidade e não é alfabetizado. Regina (esposa de Marcos) é artesã, secretária da associação e militante do movimento quilombola. Trabalha na Prefeitura de Campinas e vai ao Cafundó principalmente nos finais de semana e feriados. Coursou até a 8ª série. Mora há 12 anos na comunidade.	3
2	Edvaldo Ferreira de Aguiar (74)	Edvaldo é aposentado, pai de Luciana, Lucimara e Lucilene, não alfabetizado, mora a 36 anos na comunidade. (dados INCRA 2005/2010).	1
3	Noemi Eliza Lencioni (28), Rogério Rodrigues de Souza (31), Thiago Lencioni de Souza (13) e Tailã Lencioni de Souza (3)	Noemi é artesã, agricultora (estufa e campo aberto/PAA) e integrante da Associação (membro do Conselho Fiscal desde 2012). Mora há 15 anos na comunidade e estudou até a 7ª série. Rogério trabalha no Ceasa de Sorocaba e Votorantim e não é associado, mora há 24 anos na comunidade e estudou até a 4ª série. Tiago estuda em Salto de Pirapora. A família participa do Programa Bolsa-Família (2 filhos). Noemi considera que a associação tem melhorado a comunidade e agora tem orgulho de falar do Cafundó. Na ocasião da entrevista (24/05/2014), estava sob sua responsabilidade o caderno de controle do uso das máquinas e veículos. Por meio do projeto “Plantando Águas”, plantou em seu quintal mudas de laranja, jabuticaba, ameixa, coqueiro, figo, goiaba, amora, limão e abacate. Possuía sete carneiros, (fornecidos pelo ITESP) e galinhas para consumo próprio. Informações complementadas com dados do INCRA 2005/2010.	4
4	Lucileine Rosa de Aguiar (32), Adriano Rodrigues de Souza (33), Adriely Luany Rodrigues de Souza (14), Kimberly Lauany Rodrigues de Souza (09)	Lucileine é dona de casa, sempre morou na comunidade, possui Ensino Médio completo, é associada e recebe bolsa família; Adriano é pedreiro, não é associado e trabalha fora da comunidade, cursou até a 7ª série e mora na comunidade há 24 anos. Dados INCRA 2005/2010.	4
5	Luciana Rosa de Aguiar Lima (41), José Carlos de Lima Pinto (44), Janaína de Aguiar (25), Jackson Aguiar de Lima (23), Jadson José Aguiar de Lima (21), Joel Carlos Aguiar de Lima (20), Lucas Vinícius de Aguiar	Atualmente, Luciana mora com a filha Janaína em Votorantim e trabalha no supermercado Carrefour em Sorocaba no setor de roupas e tecidos. Jadson também trabalhou no Carrefour de Sorocaba, no setor de bebidas e padaria, mas disse que não quer sair da comunidade e prefere conseguir algum emprego próximo para não ter que morar fora e pagar aluguel. Ele integrou o grupo de jovens que participou da implantação do Plantando Águas ²⁵⁷ . Complementado com dados INCRA 2005/2010.	2 (7)

²⁵⁷ Grupo formado por Ricardo, Alex, Wesley, Jadson e Mateus (2014).

	Lima (14).		
6	Ricardo Rosa de Almeida (33)	É associado, participa dos mutirões e atividades coletivas e fez parte da equipe local do Projeto Plantando Águas. Também trabalha como pedreiro e carpinteiro nos condomínios vizinhos (Portal de Pirapora e Alpes do Sarapuí).	1
7	Elis Regina Sallas (34), Renato Antônio de Oliveira (32), Renan Sallas (17), Micael Sallas (7) e Mirella Sallas de Oliveira (11) juntos há 12 anos.	A família de Renato é do bairro Cocais (Salto de Pirapora). Regina e Renato são católicos (participam mais da Festa da Santa Cruz). Elis Regina é associada, faz parte do grupo de mulheres artesãs e é agricultora (estufas e campo aberto/PAA). Não trabalha fora do Cafundó. Nunca trabalhou em empresa, sempre morou no Cafundó, quando trabalhou fora foi por alguns meses, como faxineira e cozinheira em casas dos bairros vizinhos Portal e Netinho. Renato é pedreiro autônomo, em setembro de 2013 foi trabalhar em uma fazenda em Mato Grosso, pertencente a um parente do patrão que tem chácara no vizinho bairro da Barra. Mora no Cafundó há 14 anos, desde que se casou com Regina. Renato não concluiu o Ensino Médio e Regina estudou até a 6ª série (parou de estudar com 17 anos depois que ficou grávida do primeiro filho). Complementado com dados do INCRA 2005/2010.	5
8	Neuraci Rodrigues Machado de Souza (59), Isaac de Souza (61).	Neuraci é associada, artesã (grupo de mulheres) e agricultora (estufa e campo aberto/PAA), cursou até a 7ª série e mora há 24 anos na comunidade. Isaac é associado, estudou até a 1ª série, trabalha fora do Cafundó como pedreiro, mora há 24 anos na comunidade. Dados INCRA 2005/2010.	2
9	Isaac de Souza Jr. (25)	Isaac é associado, na comunidade exerce as atividades de agricultor, tratorista, motorista e operador de máquinas e também trabalha fora como pedreiro.	1
	Robson Rodrigues de Souza (35), Alison Rodrigo Prestes de Souza (10)	Robson não é associado e trabalha como pedreiro fora da comunidade, mas em 2014 estava parado devido a um acidente de trabalho. Ele havia se casado em 2004 e se mudou com a esposa para Sarapuí em 2006, pois ela não gostava de morar no Cafundó. Depois de se separar, voltou para o Cafundó em 2012. Seu filho Alisson cursa o 4º ano na escola do bairro da Barra, vizinho do Cafundó. Junto da sua casa (1 cômodo) construída em 1994, se encontram as casas dos seus irmãos Gislaine, Isaac Jr. e de seus pais Neuraci e Isaac.	2
	Gislaine Rodrigues de Souza (34)	Não é associada e trabalha fora da comunidade.	2
10	Darli, Fernanda (22), João Vagner e Jamile (3)	Fernanda e Darli são associadas e trabalham em algumas atividades coletivas da comunidade (principalmente festas e eventos).	3
11	Ana Paula Floriano da Silva (31), Samuel Pires Lencioni (27), Vitória Lorena Floriano da Silva (13), Vivian Lorraini Floriano da Silva (12), Daiane Floriano da Silva (?)	Ana Paula, dona de casa, estudou até a 4ª série, é associada e mora há 14 anos na comunidade. Samuel, auxiliar de serviços gerais, estudou até a 7ª série, é associado e mora a 15 anos na comunidade. (Dados INCRA 2005/2010).	4
12	Cláudio de Almeida (53), Ana Maria (62)	Cláudio é aposentado e agricultor (quintal e gleba C/PAA). Até 2013, trabalhou como pedreiro no condomínio Portal. Ajudou nos diversos preparativos e na troca do mastro da Festa da Santa Cruz (31/05); Ana Maria é aposentada, até 2013 trabalhou como cozinheira em Tatuí, casou-se com Cláudio e veio morar no Cafundó. Cláudio acha que o acesso à terra trouxe benefícios, é associado mas vê dificuldades por parte das pessoas que não querem ajudar, não querem	2

		trabalhar e vêm a comunidade só como moradia, pois não precisam pagar aluguel.	
13	Cristina e Roberto	Não são associados, moram em Salto de Pirapora e vão esporadicamente ao Cafundó	2
14	Marina Floriano da Silva (53), Lilian Floriano da Silva (28), Aline da Silva (26), Weslei (24), Daiane Floriano da Silva (20).	Após contrair união estável, Marina foi morar no loteamento Portal de Pirapora em 2014. Wesley trabalha como pedreiro e jardineiro fora da comunidade e faz parte da equipe de jovens do projeto Plantando Águas. Complementado com dados INCRA 2005/2010.	5
15	?	Casa desocupada, ocupada anteriormente por Aline da Silva.	?
16	?	Casa desocupada/parcialmente demolida, ocupada anteriormente por Camila Rosa de Almeida.	?
17	Fernanda e os dois filhos.	Não é associada e trabalha fora da comunidade.	3
18	Lucimara Rosa de Aguiar (44), Aristides Pires, Alex Aguiar Pires (23), Amanda Aguiar Pires (22), Alan de Aguiar Pires (21), Aristides Aguiar Pires (17), Alexandre Aguiar Pires (15) Lucimari Aguiar Pires (14), Leonardo Lincoln Aguiar Pires (11), Gustavo (4).	Lucimara é associada, agricultora (estufa e campo aberto/PAA) e artesã. A família cultiva algumas hortas e pomares domésticos (abobrinha, alface, berinjela, cebolinha, couve, maracujá, banana, beterraba, hortelã, manga, miexirica, laranja, goiaba) para consumo próprio e venda (PAA/Conab). Lucimara cursou até a 5ª série e mora há 38 anos na comunidade. Aristides é associado, cursou até a 4ª série e mora há 44 anos comunidade. Trabalha como pedreiro e migra periodicamente para trabalhar fora do Estado de São Paulo. Amanda: trabalhava fora da comunidade em uma loja de materiais para construção em Sorocaba; Aristides cursava o Ensino Médio em Salto e ajudava nas hortas domésticas. Alan: trabalhava fora da comunidade, em Sorocaba na construção civil; Alex: trabalhava na comunidade (associação e projeto Plantando Águas) e como pedreiro nos condomínios vizinhos. Complementado com dados INCRA 2005/2010.	9
19	David Correia (54), Alzira Pires Correia (51), Elenita Pires Correia (21), Ester Pires Correia (18), Mateus Pires Correia (10).	David é aposentado. Alzira cursou até a 4ª série. Não preencheram o questionário INCRA 2010. Não são associados e trabalham fora da comunidade. Dados INCRA 2005/2010.	5
20	Andréia de Almeida (44), Aline de Almeida Pires (25), Andressa de Almeida Pires (23), Alessandra de Almeida Pires (22), Adriana de Almeida Pires (22), Anselmo de Almeida Pires (18), Gabrielly (6).	Andréia é dona de casa, mora há 28 anos na comunidade, é associada e estudou até a 2ª série. Os filhos trabalham fora e não são associados (dados INCRA 2005/2010).	7
21	Eny Pires e Daniel.	Não preencheram o questionário INCRA 2010 e não foi encontrado o questionário de 2005. É a casa cercada com alambrado, avaliada pelo INCRA como “casa em melhor estado” e na qual foi implantada a unidade demonstrativa da fossa biodigestora e jardim filtrante pelo Plantando Águas (29/10/2014). Daniel trabalha há 5 anos na Votorantim Cimentos. Não são associados.	3
22	Judith de Oliveira Pires (75)	Atualmente a moradora mais velha da comunidade, é agricultora e criadora de gado leiteiro (gleba B), associada e	1

		mora a 58 anos na comunidade. Não é alfabetizada. Recebe aposentadoria e pensão. Dados INCRA 2005/2010.	
23	Diniz Pires (35), Maria Cristina Duarte (37) e Kennedy Duarte Pires (10).	Não são associados e trabalham fora da comunidade. Maria Cristina estudou até a 6ª série. Não preencheram o questionário INCRA 2010. Dados INCRA 2005/2010.	3
24	Andréia e filha	Em 2014 Andréia estava internada com problemas de saúde.	2
25	Assis Pires (46)	Assis é agricultor, criador de gado (45 cabeças na gleba B), pedreiro e carpinteiro. É associado e trabalha dentro e fora da comunidade. Mora a 46 anos na comunidade e estudou até a 4ª série (dados INCRA 2005/2010).	1
CCB	Abedenico Pires (61), Marina dos Santos Pires (55), Eliezer dos Santos Pires (26), Elisana dos Santos Pires (21).	Não preencheram o questionário INCRA 2010, não são associados e trabalham fora da comunidade. Dados INCRA 2005/2010.	4
Casas na entrada da Gleba A (dados INCRA 2010)			
IX	Maria de Lourdes Almeida do Nascimento (67), merendeira aposentada pela Prefeitura de Salto de Pirapora, cursou somente a 1ª série primária. José Juvenal do Nascimento, também aposentado pela Prefeitura, cursou até a 2ª série primária. Não fazem parte da Associação. Renda familiar mensal R\$ 1.020		
XI	Helena Rosa de Moraes (69), aposentada, cursou até a 5ª série primária. Lázaro de Moraes (67), tintureiro industrial, cursou até a 3ª série primária. Possuem dois filhos. Não fazem parte da Associação. Renda mensal R\$ 1.020.		
Residências/núcleos familiares quilombolas – Gleba D			
1	Camila Rosa de Almeida (25) [marido e filhos?]	Desde junho de 2012 a Associação, de acordo com o INCRA, cedeu o direito de uso da casa da Gleba D, em condição de moradia para Camila e sua família, por motivos particulares e por tempo indeterminado até que se resolvam questões de habitação dentro da comunidade.	3
TOTAL “FLUTUANTE” DE MORADORES QUILOMBOLAS			90

Fonte: Processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó) e trabalho de campo. Organizado por André L. Gomes (2015).

Em 2013, a equipe técnica do ITESP de Sorocaba realizou a coleta de “dados sócio-demográficos” junto aos moradores do Cafundó, resultando em estatísticas sobre faixa etária, população masculina e feminina, estado civil, escolaridade/frequência à escola, trabalho dentro e fora da comunidade, tipo de ocupação profissional e rendimento mensal. Por questão de economia de tempo e recursos para pesquisa, optamos por aproveitar esses dados, os quais foram gentilmente disponibilizados pelos técnicos Carlos F. da Rocha Medeiros e Márcia Regina Oliveira Andrade, em trabalho de campo realizado no Escritório Regional do ITESP em Sorocaba no dia 05 de junho de 2014. Sendo assim, apresentamos essas informações em gráficos a partir da página 364.

Mapa 14 - Quilombo Cafundó: Gleba A/Sítio Cafundó, uso do solo 2013

Gráfico 17 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): população segundo a faixa etária, em números absolutos, 2013

Fonte: Fundação ITESP, Escritório Regional de Sorocaba (2013), organizado por André L. Gomes (2015)

Gráfico 18 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): população segundo o sexo, em números absolutos, 2013

Fonte: Fundação ITESP, Escritório Regional de Sorocaba (2013), organizado por André L. Gomes (2015)

Gráfico 19 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): população segundo o estado civil, em números absolutos, 2013

Fonte: Fundação ITESP, Escritório Regional de Sorocaba (2013), organizado por André L. Gomes (2015)

Gráfico 20 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): frequência à escola, em números absolutos, 2013

Fonte: Fundação ITESP, Escritório Regional de Sorocaba (2013), organizado por André L. Gomes (2015)

No que se refere à renda familiar mensal, em 2013 31 moradores recebiam até R\$ 700,00 e 6 recebiam de um a dois salários mínimos, resultando em uma renda média, por família, de R\$ 540,00. Conforme mencionamos ao tratar do funcionamento da Associação, apenas 7 pessoas trabalhavam dentro da comunidade, enquanto 25 trabalhavam fora. Dentre os trabalhadores, somente 5 possuíam registro em carteira, enquanto 22 não possuíam.

Com relação à escolaridade, até 2012 14 moradores haviam concluído a 4ª Série, 28 estudaram até a 8ª Série, 17 concluíram o Ensino Médio e nenhum possuía nível superior. De acordo com os levantamentos do ITESP referentes a 2013, dos 32% de jovens com idade até 14 anos, todos freqüentavam o Ensino Fundamental, em escolas situadas fora da comunidade: a EMEIF Jaime Ferreira da Fonseca, no Bairro da Barra, que oferece Ensino Infantil e Fundamental do 1º ao 5º ano; a EMEF Jardim Primavera, onde as crianças freqüentam o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e as escolas estaduais de Ensino Médio, ambas situadas na sede municipal de Salto de Pirapora. “Já o nível de escolaridade da população juvenil é mais baixo, na medida em que os jovens deixam os estudos para trabalhar. Entre os adultos acima de 25 anos, o nível de escolaridade é muito baixo: apenas 50% freqüentaram pelo menos o Ensino Fundamental”²⁵⁸.

Nesse contexto, na época em que realizamos a pesquisa, de 2012 a 2015, não havia nenhum tipo de instituição ou programa educacional dentro da comunidade, o que é preocupante, ao levarmos em conta a importância do resgate e da preservação da cultura e identidade de origem afro-brasileira, como é o caso do dialeto africano – a cupópia – que corre o risco de desaparecer, além do fato de que na maior parte dos casos essa cultura e identidade não são tratadas de forma adequada pelas escolas públicas que são freqüentadas por alunos provenientes das comunidades quilombolas.

De acordo com Lucas Bento da Silva (2011: 55)

As mediações e resultados das políticas públicas no quilombo Cafundó se dão com finalidades diversas, construídas via parcerias entre as entidades governamentais e organizações não governamentais (ONGs), com o objetivo de executar as políticas conforme a legislação vigente ou por demandas próprias dos quilombolas do Cafundó. (...). As mediações e assistência ao território do Cafundó são feitas através de parcerias, por exemplo, com a Rede Mocambos – projeto da Casa de Cultura Tainã, localizada na cidade de Campinas no Estado de São Paulo – que trabalha a questão da identidade cultural por meio da acessibilidade às ferramentas tecnológicas e é uma rede de diferentes programas, projetos e ações integrais voltadas à preservação do patrimônio histórico e memória em áreas de quilombos, com o objetivo de fortalecer a identidade cultural e as lutas políticas (...).

Enquanto o INCRA é o órgão responsável pela regularização fundiária dos territórios quilombolas demarcados sobre áreas de propriedade particular, ao ITESP,

²⁵⁸ Fonte: Fundação ITESP, Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba. Plano de Etnodesenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó, 2012. Trabalho de campo realizado na instituição em 05/06/2014.

além da incumbência pela regularização fundiária dos quilombos que estejam sobrepostos a terras devolutas – assunto discutido no Capítulo 2 – cabe a efetivação de políticas de assistência técnica e desenvolvimento rural voltadas para essas comunidades no Estado de São Paulo. Desse modo, o órgão desenvolve projetos voltados à organização comunitária, capacitação dos quilombolas, produção e comercialização de gêneros agrícolas, agregação de valor aos produtos e implantação ou melhoramento de infra-estruturas produtivas e comunitárias.

No quilombo Cafundó, essas políticas têm sido direcionadas para a implantação e melhoramento de infra-estruturas, a expansão da agricultura, melhoramento da produção de artesanato, visitas a propriedades demonstrativas e o fomento à organização comunitária. Sendo assim em abril de 2012 o ITESP, em parceria com a CATI e com o intuito de inserir os agricultores do Cafundó no Projeto Microbacias II, deu início à “construção participativa” de um “Plano de Etnodesenvolvimento”, através de reuniões com a Associação, procurando realizar um diagnóstico da comunidade, por meio da reconstrução da sua história (“Linha do Tempo”) e da identificação dos principais problemas, necessidades e potencialidades relacionadas às condições de vida, educação, saúde, cultura, lazer, meio ambiente, infra-estrutura, produção, comercialização e atividades não agrícolas, com a finalidade de definir seus projetos e prioridades.

Da sistematização desse diagnóstico resultou a organização dos problemas, necessidades e potencialidades, de acordo com o respectivo “campo temático” – *econômico, social, educacional/cultural e ambiental* – resultando em uma “Matriz de Diagnóstico” que, por considerarmos válida enquanto forma de síntese dos principais desafios e potencialidades existentes na comunidade, reproduzimos no Quadro 11.

Algumas das demandas elencadas na tabela já foram sanadas, ou pelo menos houve alguma tentativa de solucioná-las: além de a Associação contar com o repasse da mineradora, desde 2013 a Gleba C tem sido utilizada para a expansão da agricultura; a Associação adquiriu uma caminhonete, um trator, um micro-trator e vários implementos agrícolas; a construção de barracão na Gleba C teve início em 2015; o grupo de mulheres artesãs participa de cursos e feiras promovidos pelo ITESP; a manutenção das cercas tem sido realizada pela própria Associação; o projeto “Plantando Águas”, realizado de 2013 a 2015, trouxe oportunidades para a recuperação das nascentes, matas ciliares e implantação de sistemas alternativos de tratamento de esgotos.

Quadro 11 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): matriz de diagnóstico de desafios, necessidades e potencialidades, 2012

Campo/ Tema	Desafios atuais
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • A área de produção agrícola é muito restrita e com a reintegração de posse, será possível ampliá-la; diversificar a produção agrícola; aquisição de maquinário: veículos para transporte da produção comercial e aquisição de trator e implementos. • Melhorar as estradas internas para o tráfego das pessoas e para o escoamento da produção agrícola; • Recuperação das cercas (divisas). • Construção de um barracão agrícola. • Em relação a produção do artesanato, há necessidade de fortalecer o grupo, ampliar a produção com vistas a sua inserção no mercado. É preciso gerar renda para as mulheres.
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de organização interna da comunidade; problemas de relacionamento entre famílias. • Falta de organização dos grupos: agricultura e artesanato/costura. • Melhorar as moradias: as casas estão em condições precárias. • Ampliar o prédio do Posto de Saúde para melhor atender as famílias da comunidade quilombola e dos bairros vizinhos; melhorar o atendimento médico semanal no Posto de Saúde. • Não há saneamento básico: é preciso melhorar as fossas simples, com a construção das fossas sépticas.
Educacional e cultural	<ul style="list-style-type: none"> • As crianças necessitam de uma complementação a escolarização formal, por meio de atividades educativas e culturais. É importante que as crianças tenham um espaço onde possam vivenciar a cultura afro-brasileira por meio da língua, da dança, da capoeira, da música e da comida. • Em relação a produção agrícola, há necessidade de melhorar a qualidade dos produtos assim como conhecer melhor as possibilidades de comercialização – mercados institucionais, feiras, CEASA. Falta conhecimento técnico para o manejo da agricultura de base agroecológica. Falta conhecimento sobre planejamento da produção, formação de preços, fluxo de caixa. • Em relação à produção artesanal, há necessidade de aprimoramento das técnicas de confecção já utilizadas. • Em termos de infra-estrutura, é preciso construir um espaço que contenha uma cozinha comunitária, um galpão para atividades culturais e salas de aula para as atividades educativas das crianças.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Há necessidade de recuperar as áreas de preservação permanente, com reflorestamento. • A maioria das nascentes e córregos está assoreada.

Fonte: Fundação ITESP, Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba. Plano de Etnodesenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó, 2012. Trabalho de campo realizado na instituição em 05/06/2014. Organizado por André Luís Gomes (2015).

Entretanto, até 2015 nenhum dos avanços conseguiu resolver a questão mais importante, da qual dependem todas as demais: a dificuldade de organização interna, os problemas de relacionamento entre algumas famílias e a organização dos grupos, principalmente na agricultura. Além desses problemas, persiste a inexistência de um projeto educacional e cultural próprio; a situação das moradias permanece a mesma; o posto de saúde continua oferecendo atendimento uma vez por semana no pequeno espaço comunitário; o projeto “Plantando Águas” não conseguiu alcançar plenamente os seus objetivos e a comunidade continua carente de saneamento básico e recuperação ambiental; os agricultores enfrentavam sérios problemas para comercializar a produção, conforme será apresentado na sequência; e com relação à construção de um galpão com cozinha comunitária e espaço para atividades culturais e educativas, já em 2010/11 Lucas Bento Silva (2011: 57) apontava as contradições presentes nas políticas públicas:

Para uma ainda maior problematização da situação vivenciada entre os moradores do Quilombo Cafundó e as instâncias legitimadas pelo poder público para intervenção direta no território, observamos que os quilombolas do Cafundó, de sete anos para cá, não estão tendo uma relação muito amistosa com alguns funcionários do ITESP, por motivos que vão desde a evidente falta de postura, desrespeito por parte destes diante dos moradores do Cafundó e de projetos não concluídos pelo ITESP, como por exemplo, o do barracão que fora projetado para ter a extensão de 180m² de comprimento, dos quais só foram efetivamente construídos 75m². Muitas vezes as instituições do Estado não deixam suficientemente visível para os quilombolas do Cafundó quais são suas atribuições.

5.4.1. Produção agrícola e desafios para a comercialização.

A construção de duas estufas a partir de 2008 e uma terceira em 2014 (com recursos oriundos de emendas parlamentares), a aquisição de implementos agrícolas (por meio de Plano de Trabalho estabelecido em 2012 entre a Associação e a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo) e a aprovação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II em 2012 (no valor de R\$ 30.928,00 destinados à aquisição de um micro-trator, implantação de sistema de irrigação e ampliação da produção agrícola) incentivaram os agricultores quilombolas a ampliarem a produção de hortaliças para comercialização. Através da parceria com o ITESP, cada agricultor obteve a Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar (DAP) e estabeleceu

contrato com a CONAB no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos²⁵⁹ (PAA), assumindo o compromisso de entregar produtos orgânicos ao Fundo Municipal de Assistência Social de Salto de Pirapora – instituição filantrópica, voltada ao atendimento da população carente (principalmente com idade entre 7 e 14 anos) e com trabalhos reconhecidos perante aos órgãos competentes, tais como os conselhos municipais da criança e assistência social, por exemplo²⁶⁰.

Tratava-se da “Proposta de Compra com Doação Simultânea”, voltada para a aquisição de alimentos (*in natura* e industrializados/processados/beneficiados) de organizações fornecedoras, com vistas à doação para organizações constituídas por pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Dentre as organizações fornecedoras, poderiam ser incluídas cooperativas e outras organizações possuidoras de DAP, constituídas por agricultores familiares, assentados de reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, dentro do limite de R\$ 6.500/ano/unidade familiar. O pagamento seria efetuado através de uma conta especial, aberta em nome da organização fornecedora²⁶¹. Para os agricultores, a principal vantagem desse sistema seria o incremento do valor recebido, já que eliminaria a dependência em relação aos atravessadores.

Sendo assim, a partir de abril de 2014 ficou estabelecida a entrega de alimentos da Associação (representada por Marcos Norberto de Almeida) para a CONAB, no valor total de até R\$ 74.400,00/ano divididos entre os 12 agricultores mencionados a seguir, a cada um dos quais caberia o repasse máximo de R\$ 6.200,00/ano provenientes da CONAB, a ser pago em quatro parcelas. Foram inseridos no projeto os agricultores: Assis Pires, Claudio de Almeida, Camila Rosa de Almeida, Ricardo Rosa de Almeida,

²⁵⁹ O PAA foi criado com o propósito de promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; equipamentos públicos de alimentação e nutrição como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Fonte: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>, acesso em 23/07/14.

²⁶⁰ Fonte: COMUNICADO CONAB/MOC N.º 005, DE 21/02/2014, TÍTULO 30 – COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CDS, Fundação ITESP, Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba. Trabalho de campo realizado na instituição em 05/06/2014. Organizado por André Luís Gomes (2015).

²⁶¹ *Idem*.

Marina Floriana da Silva, Neuraci Rodrigues Machado de Souza, Lucimara Rosa de Aguiar, Marcos Norberto de Almeida, Jovenil Rosa, Judith de Oliveira Pires, Darli Machado e Elis Regina Sallas. Para o período de um ano, ficou estabelecida a entrega do tipo e quantidade de alimentos conforme especificado na “Tabela 25 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): tipo, quantidade e valor dos produtos entregues para a CONAB através de Proposta de Compra com Doação Simultânea, 2014-15”.

Tabela 25 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): tipo, quantidade e valor dos produtos entregues para a CONAB através de Proposta de Compra com Doação Simultânea, 2014-15

Produto	Preço/kg (R\$)	Peso líquido total (kg)	Valor pretendido (R\$)
Abacate	1,55	200	310,00
Abobrinha	1,30	303	393,00
Abóbora	0,90	1.300	1.170,00
Acelga	1,15	326	374,90
Acerola	3,50	50	175,00
Alface americana	1,95	3.000	5.850,00
Alface crespa	1,95	2.800	5.460,00
Alface lisa	1,95	3.000	5.850,00
Almeirão	2,65	900	2.385,00
Banana nanica	1,15	400	460,00
Berinjela	1,80	650	1.170,00
Beterraba	1,50	300	450,00
Cebolinha	2,50	3.380	8.450,00
Cenoura	1,80	451	811,80
Chicória	2,60	989	2.571,40
Chuchu	1,10	1.005	1.105,50
Jiló redondo	2,10	980	2.058,00
Laranja lima	1,35	400	540,00
Laranja pêra	0,95	400	380,00
Limão Taiti	1,65	800	1.320,00
Manga Palmer	2,30	1.000	2.300,00
Milho verde	0,65	2.000	1.300,00
Quiabo	3,35	1.798	6.023,30
Mandioca	0,90	6.540	5.886,00
Rúcula	3,20	4.000	12.800,00
Salsa	3,15	1.208	3.805,20
Tangerina ponkan	2,50	400	1.000,00
TOTAL	-----	38.580	74.400,00

Fonte: CONAB, Proposta de Participação – Doação Simultânea/Fundação ITESP, Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba. Trabalho de campo realizado na instituição em 05/06/2014. Organizado por André Luís Gomes (2015).

Ao longo de 2013 e 2014, cumprindo com os compromissos de entregas para a CONAB, os agricultores seguiram o calendário agrícola apresentado na “Tabela 26 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): calendário agrícola das entregas para a CONAB, 2013” e na “Tabela 27 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): calendário agrícola das entregas para a CONAB, 2014”. A produção de hortaliças nas estufas, no âmbito do projeto da CONAB, ocorre concomitantemente às demais atividades agrícolas, pecuárias e florestais que envolvem a Associação e/ou os agricultores independentes, de acordo com o calendário agrícola apresentado na “Tabela 28 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora): calendário das atividades agrícolas, florestais e pecuárias da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, 2014”.

Uma vez que no cultivo em estufas as condições de insolação, irrigação e adubação são mais controladas do que nas lavouras a céu aberto, o ciclo produtivo das hortaliças é bastante rápido, durando em média 40 dias na “primavera/verão” (setembro a março) e 50 dias no “outono/inverno” (abril a agosto). Os solos do Cafundó são arenosos e bastante pobres, o que exige que se faça a adubação dos canteiros após cada colheita (ou seja, a cada 40/50 dias), mesmo dentro das estufas. Embora não possuam certificação, os agricultores cultivam as hortaliças de forma “orgânica”, sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. A adubação é feita com esterco bovino, casca de grãos de café, farinha de osso e *bokashi* e o controle de pragas, com óleo de neem, calda bordalesa ou calda de fumo, de acordo com as orientações dos técnicos do ITESP. A irrigação se dá por gotejamento ou regadores – estes, no caso de ocorrer algum problema no sistema de gotejamento – e a água utilizada provém do poço artesiano perfurado pelo INCRA em 1996. Também é feita a correção da acidez do solo, por meio da aplicação de calcário.

Um ponto de fragilidade verificado nesse sistema produtivo advém do fato de que os agricultores não produzem as mudas e nem a maior parte dos adubos orgânicos no próprio local, o que leva à dependência da compra desses insumos e ao aumento dos custos de produção. Inclusive, uma eventual falta desses insumos pode causar a interrupção da produção. O esterco bovino é comprado em fazendas e sítios situados nas redondezas e as mudas de hortaliças, de um vendedor que as leva periodicamente ao quilombo, em uma caminhonete modelo *Pampa*. Já a casca de grão de café e o calcário são fornecidos pelo ITESP e os agricultores começaram recentemente a produzir o *bokashi*. No quilombo existem três estufas, trabalhadas pelos seguintes agricultores:

“Estufa 1” – Marcos e Jovenil; “Estufa 2” – Lucimara e Assis; “Estufa 3” (instalada em 2014) – Elis Regina, Noemi e Neuraci, conforme as fotografias 21 e 22.

Fotografia 21 – Quilombo Cafundó: Marcos e Jovenil trabalhando em uma das estufas, 2014

Foto: André Luís Gomes, 05/06/2014.

Fotografia 22 – Quilombo Cafundó: Noemi e Neuraci trabalhando em uma das estufas, 2014

Foto: Regina Aparecida Pereira, 2014.

Tabela 26 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): calendário agrícola das entregas para a CONAB, 2013

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Estufas												
Marcos Jovenil					Beterraba Acelga Alface	Alface Acelga	Alface Acelga	Beterraba Alface Acelga	Alface	Beterraba Alface Acelga	Alface Acelga	Alface Beterraba Acelga
Assis Judith						Berinjela Beterraba Cebolinha		Alface Beterraba	Beterraba Cebolinha Acelga	Acelga Alface	Beterraba Alho poro Almeirão Cebolinha Acelga Alface Chicória	Beterraba Almeirão Cebolinha Acelga
Lucimara								Alface			Berinjela Abobrinha	
Neuraci							Cenoura Salsão		Chicória Alface Coentro	Chicória Salsinha	Alface Acelga	
Quintais												
Judith/ Assis					Jiló Mandioca	Jiló Laranja Mandioca		Mandioca	Mandioca	Mandioca	Mandioca Jiló	Mandioca Jiló Abóbora
Lucimara					Laranja Mexerica						Banana Acerola	
Marcos Jovenil						Laranja e abacate						
Marina						Mexerica Laranja		Alface				
Gleba C/ Associação												Plantio milho feijão mandioca

Fonte: Caderno de Controle dos repasses da CONAB para os agricultores da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó 2013-2014

Tabela 27 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): calendário agrícola das entregas para a CONAB, 2014

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Estufas												
Marcos Jovenil		Acelga Alface Beterraba	Alface Beterraba Acelga Chicória	Alface	Alface Beterraba	Chicória Alface Acelga	Alface	Alface Beterraba	Beterraba Alface	Alface Beterraba	Beterraba Acelga Alface	
Assis Judith	Beterraba	Beterraba	Cebolinha	Alface Cebolinha	Almeirão	Almeirão Alface Cebolinha Beterraba	Repolho Beterraba Alface Cebolinha	Beterraba	Almeirão Cebolinha Alface	Alface Beterraba Almeirão Cebolinha	Pimentão Repolho Acelga Alface Pimentão	Alface Almeirão Cebolinha
Lucimara			Alface	Catalonia Alface	Alface Catalonia		Beterraba Catalonia Alface	Acelga Alface Catalonia	Alface	Alface	Beterraba Alface	
Neuraci				Chicória		Alface	Almeirão Alface Beterraba	Cenoura	Alface Coentro Rúcula Almeirão Beterraba		Alface Chicória Beterraba Cebolinha	
Noemi						Alface	Almeirão Alface Beterraba		Alface Almeirão Beterraba		Alface Chicória Beterraba Cebolinha	
Elis Regina						Alface	Cebolinha Beterraba Repolho	Alface		Alface Cebolinha Beterraba	Alface Cebolinha	
Quintais												
Judith/ Assis	Mandioca Abóbora	Banana	Mandioca Limão	Jiló Limão Mexerica Laranja Abacate		Laranja Limão	Laranja Mexerica	Mandioca	Banana			
Lucimara			Limão Rosa	Limão Rosa	Laranja Mexerica	Laranja Almeirão	Limão					

			Limão Taiti		Limão	Catalonia						
Marcos Jovenil				Mexerica Abacate		Mexerica Mandioca Laranja						
Marina						Laranja Mexerica						
Ricardo						Abacate Jaca						
Elis Regina						Laranja	Maracujá					
Darli						Laranja Limão Mexerica	Mandioca Laranja					
Cláudio (quintal e gleba C)							Plantio: abóbora, chicória, couve, almeirão, rabanete	Entrega: Abóbora Chicória Couve Almeirão Rabanete Alface	Plantio: verduras legumes gleba C	Entrega: Almeirão Salsa Couve Mandioca Rúcula Chicória Alface Cebolinha Abóbora	Plantio: banana, milho, feijão, inhame e abóbora	
									Entrega: Cenoura Couve Chicória Alface Almeirão Salsa Rabanete Beterraba	Preparo mecanizado da terra	Entrega: Chicória Almeirão Couve Alface	

Fonte: Caderno de Controle dos repasses da CONAB para os agricultores da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó 2013-2014

Tabela 28 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): calendário das atividades agrícolas, florestais e pecuárias da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó, 2014

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Lavoura gleba C		Capina manual		Capina c/ burro			Colheita feijão e milho					Plantio milho e feijão
Eucalipto								Manutenção da cerca	Manutenção da cerca			
Recuperação de APP									Incêndio criminoso Gleba C			
Implantação de SAF's								Roçada mecânica		Roçada mecânica	Roçada mecânica	Roçada mecânica
Pecuária	Judite: 12 cabeças							24 cabeças registradas em nome de Assis 21 cabeças compradas por Assis e ainda registradas em nome do vendedor TOTAL: 45				
	Assis: 10 cabeças											
	Jovenil: 2 cabeças											

Fonte: Caderno de Controle dos repasses da CONAB para os agricultores da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó 2013-2014

Além do plantio nas estufas, parte dos produtos fornecidos para a CONAB (principalmente de frutas) provém dos quintais das famílias participantes do projeto, ou de lavouras cultivadas em campo aberto, as quais têm se expandido a partir da ocupação da Gleba C pela comunidade.

Após a colheita, as frutas, verduras e hortaliças são colocadas em caixas e pesadas ainda na comunidade; as quantidades entregues por parte de cada agricultor, expressas pela quantidade de caixas e peso, são anotadas em um caderno, que fica sob a responsabilidade do Conselho Fiscal. As entregas são feitas pela Associação no Fundo Municipal de Assistência Social de Salto de Pirapora, utilizando veículo próprio.

Todavia, a participação em um contrato de entrega da produção para a CONAB não eliminou os problemas envolvendo a comercialização; pelo contrário, devido à burocracia e à dependência em relação ao ITESP e à CONAB, somadas à falta de organização – exigida para a prestação de contas – verificada na comunidade, os agricultores estavam desde maio de 2014 até outubro de 2015, quando se deu a conclusão desta pesquisa, sem receber os pagamentos pelas entregas feitas na entidade social de Salto de Pirapora, conforme a “Tabela 29 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): repasses e atrasos da CONAB em relação aos agricultores, 2013-14 em R\$”, que informa quais agricultores ficaram sem receber e em quais quantias.

Tabela 29 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): repasses e atrasos da CONAB em relação aos agricultores, 2013-14 em R\$

Agricultores	Repasses realizados		Repasses pendentes (atrasados)		Total em atraso
	07/12/2013	20/12/2013	03/06 a 20/08/2014	10/09 a 11/11/2014	
Lucimara	542,73	33,62	693,00	265,20	958,20
Neuraci	42,18	209,98	195,25	257,75	453,00
Marcos e Jovenil	1.370,41	670,96	1.094,80	1.070,85	2.165,65
Assis e Judith	1.130,41	869,87	920,05	1.075,40	2.015,45
Claudio	-----	-----	213,35	1.033,80	1.247,15
Ricardo	-----	-----	367,35	-----	367,35
Marina	-----	-----	197,95	-----	197,95
Darli	-----	-----	94,30	-----	94,30
Elis Regina	-----	-----	531,65	370,90	902,55
Noemi					405,50

Fonte: Caderno de Controle dos repasses da CONAB para os agricultores da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó 2013-2014.

Em entrevista concedida em 02/12/2014, da qual citamos um longo trecho, Regina Aparecida Pereira – liderança comunitária e militante quilombola que ocupa o cargo de Secretária na Associação – explicou as razões que levaram à suspensão dos pagamentos da CONAB aos produtores, apontando as alternativas para a solução do problema:

Regina: A comunidade faz as entregas, doação simultânea lá para o asilo, e aí tem um relatório que tem que ser feito e mandado para a CONAB para que seja feito o repasse de dinheiro. Então, já desde o início, as comunidades que estão um pouquinho mais organizada, é a própria comunidade que faz o relatório. E aqui, desde o começo, é o ITESP que faz.

André: Qual a comunidade que você tem um exemplo de que já faz o relatório?

Regina: Maria Rosa faz; Porto Velho faz; Ivaporunduva faz. As comunidades que eu tenho mais contato e que eu sei que também fazem entrega, é o que eu sei que são eles que fizeram. (...) esse ano em abril, foi feito um novo projeto. Aí o seu Carlos [Carlos F. da Rocha Medeiros, técnico do ITESP] trouxe a papelada aqui, o pessoal assinou e esse projeto foi mandado para a CONAB. Só que desde a última vez que o pessoal recebeu, se não me engano, foi em maio. Aí depois foi feito, foi mandado o novo relatório até o mês oito e aí o pessoal não recebeu até agora. Então, se você contar de maio até novembro, desde maio que o pessoal não recebe. Daí, foi mandado o último relatório porque também foi uma cobrança que a gente estava fazendo em cima do seu Carlos, que ele demora muito para mandar, ele espera juntar uma quantidade de entrega para mandar o relatório. Daí, foi mandado esse último até no valor de quatro mil e pouco, só que aí o dinheiro não veio. Daí nós começamos a cobrar do seu Carlos, porque como ele que tem mais contato direto lá, que já tinha sido feito tudo, aí um dia ele me passou um e-mail, falou que ele tinha entrado em contato, ele veio aqui e falou: “Olha, vocês podem ir lá no banco ver que o dinheiro já está na conta. Daí, foi um dia que eu estava indo para a cidade, eu passei lá no banco para ver se já tinha caído e o dinheiro não tinha caído. Aí, eu liguei para ele e falei: “Olha, o dinheiro não foi depositado ainda” e ele falou para mim: “Eu vou entrar em contato lá com a CONAB para saber o que é que está acontecendo porque já era para ter caído”. Aí, depois ele me passou um e-mail dizendo que a informação que ele teve lá da CONAB era que a Associação tinha que ter nota fiscal, e se não fizesse a nota, então que não ia receber o dinheiro. Como eu já estava fazendo, indo atrás da questão de tirar nota, aí não demorou muito tempo, porque é assim, você tem que pagar o boleto, depois tem que esperar eles agendar para ir lá e você conseguir tirar o cartão digital. Daí, como isso já está encaminhado, então não demorou muito tempo. Daí, nós fizemos a nota, aí quando a contadora foi emitir a nota para mandar para a CONAB, ela não conseguiu emitir a nota, que para a Associação emitir nota ela tem que ter Inscrição Estadual. (...) Só que aí ela mesmo me ligou e eu achei que já tinha Inscrição, mas não era, a gente tem um cadastramento estadual, aí eu passei o número pra ela e não era aquilo e ela pegou e ligou na CONAB para saber o que estava acontecendo, que ela não conseguia e ela conversou diretamente com Nivaldo [funcionário da CONAB], explicou a situação, falou que ela estava tentando emitir a nota e ela não estava conseguindo, aí o Nivaldo pegou e falou para ela que realmente não ia conseguir porque a Associação não pode emitir a nota. Daí ela perguntou por que e ele pegou e falou pra ela que desde o começo do ano que ele tinha orientado o seu Carlos que era para ele estar conversando com a Associação, que a Associação tinha que montar uma cooperativa.

André: Ah, daí que vem a importância da cooperativa, então?

Regina: Exatamente, porque quando nós fizemos o primeiro projeto, a gente sabia de toda essa questão de nota, que tinha que entregar mediante nota e aí como a gente não tinha, porque na verdade das comunidades que está inserida nesse programa, o Cafundó é a que tá mais assim no final da fila, entendeu? E aí, o Nivaldo até entendendo as nossas dificuldades, então ele falou que ia dando um jeito por lá. Então a Associação não precisava emitir a nota porque ele repassava uma nota da CONAB para a gente poder receber, até a gente se organizar. Daí, ele até propôs preparar alguém aqui da comunidade para aprender a fazer o relatório, que os relatórios não podem ser muito demorados. “Se vocês mandarem relatório toda semana eu garanto para vocês que eu pago toda semana”. Que qual é o objetivo também desse trabalho? É incentivar as pessoas daqui a plantar. Então, agora se a pessoa planta, então ela tira um dinheiro do bolso para comprar semente, para comprar os insumos, se bem que a maioria é a Associação que dá, mas se ela leva quatro meses para receber, então qual é incentivo que ela vai ter para plantar? Nenhum, né? E aí, até o Nivaldo falou: “Se você conseguir desenvolver um trabalho, ainda mais agora que vocês estão recebendo as terras de vocês, quanto mais gente vocês conseguirem colocar para plantar e vocês me mandando relatório, eu tenho condição de pagar até semanalmente”. Então, quer dizer, aí já dá um outro pique. Você levar dois, três meses para receber e você receber toda semana, né? Só que também a gente não conseguiu preparar essa pessoa para fazer o relatório.

André: Quem que seria a pessoa?

Regina: o Alex. Entendeu? Ele foi junto com a gente. Inclusive o Nivaldo chegou até a passar, mostrar, abriu lá o computador, mostrou as planilhas de como que era feita, se não me engano, chegou a passar alguma coisa para ele e se comprometeu, que o ideal seria ele preparar não só ele, preparar mais alguém aqui dentro, porque se dois “souber”, quando um não puder, o outro pode; quanto mais gente souber, é melhor. Só que infelizmente também aqui as pessoas não têm muito esse entendimento.

André: não tinha outra pessoa fora o Alex?

Regina: Não, não tinha mais ninguém.

André: não indicou mais ninguém?

Regina: As pessoas não se interessam. Essa que é a grande verdade. Se tiver alguém para ele fazendo, está bom, entendeu? Essa é a grande crítica que eu faço aqui. Daí, tudo bem. Aconteceu tudo isso, aí quando ele falou isso para a procuradora, ela me ligou e falou: “Olha, Regina, eu falei com o Nivaldo e o Nivaldo falou que não é para tirar em nome da Associação porque a Associação é feita sem fins lucrativos e ela não pode emitir nota. Se ela for gerar a Inscrição Estadual, vai alterar um item lá dentro da Associação e também vai gerar um custo para a Associação. Então, por isso que ele está falando que é para montar a cooperativa.

André: Mas o custo que ia ter pra alterar esse negócio na Associação, ele seria maior do que para montar a cooperativa?

Regina: Eu acho que sim, até porque meio que descaracteriza também, porque deixa de ser sem fins lucrativos. Então não é interessante e ele deixou bem claro que não seria interessante mexer no estatuto nesse momento também. Daí, nesse meio tempo teve a feira lá em São Paulo (...) a feira de artesanato que tem todo mês de novembro no Parque da Água Branca. (...) Daí, eu fui já com o intuito de conversar com os outros quilombolas em relação à questão da cooperativa. Porque aí o pessoal do ITESP começou a ficar muito assim: “não, vamos fazer, vamos fazer, vamos montar”, só que aí eles estavam muito apressados querendo montar a cooperativa e teve momentos assim que eu até meio que me alterei com o seu Carlos e até com a Márcia [Márcia Regina Oliveira Andrade, técnica do ITESP], porque eu achei que a coisa não podia ser assim. Primeiro porque tem que se organizar melhor porque aqui a gente já tem todo o problema com a Associação, então como você vai montar uma cooperativa para triplicar os problemas que você

já tem? Então, primeiro tem que conversar, tem que saber o que é, como funciona, e aí eles começaram a bater muito em cima que a Associação era uma coisa, que a cooperativa era outra e que não podia envolver uma coisa com a outra, mas eu disse “como assim não vai envolver uma coisa com a outra se é a Associação que vai montar a cooperativa?” Daí, eu fui pra essa feira com o intuito de conversar lá com as pessoas que têm a cooperativa montada para saber até como que funciona. Daí, eu conversei com o Ditão que era de Ivaoporunduva e conversei com o seu Osvaldo que é de Porto velho. Então, assim, o Ditão falou para mim que a cooperativa dele ainda não está montada, que eles estão discutindo faz 6 meses. (...) Só que eles têm lá a MAB²⁶², que é outra organização que trabalha junto com eles, entendeu, que dá a condição deles emitir a nota. (...) E a única que está com a cooperativa montada, no caso, é a o seu Osvaldo de Porto Velho. Aí, eu conversei com ele e ele também me falou a mesma coisa.

André: Lá funciona, então?

Regina: Lá está funcionando faz pouco tempo, mas eles levaram quase 1 ano discutindo esse modelo de cooperativa, se organizando até afunilar o negócio e realmente bater o martelo em cima. Só que ele deixou bem claro: é um negócio super sério, não é brincadeira; é diferente de uma Associação, as pessoas que entrarem têm que ser muito responsável, entendeu? Então tem assim, o grupo que é de pessoas dos cooperados que são fundadores e dos cadastrados, entendeu? E aí, assim, é uma coisa do que eu entendi, é uma coisa que se der mancada, a cooperativa vai ter que arcar com as consequências e tem multa, tem uma série de coisas. Diferente da Associação. É o que eu falo: o problema aqui com a Associação que foi montada é que muitas pessoas que estão dentro da Associação não têm responsabilidade nenhuma. Então, a gente não pode cair no mesmo erro de montar uma cooperativa para acontecer isso aqui dentro. (...) Aí, outra questão que eu acho também que vai ser complicada: que tem que ser no mínimo de 20 pessoas. Aqui a gente não tem essas 20, esses 20 produtores. Então, assim, antes de montar só vai conversando com um e conversando com outro que você já começa a pegar um monte de coisinhas que vai ser empecilho. Então, por isso que eu acho que tem que vir, sim, pessoas que “entende” e aí, assim, o pessoal do ITESP estava muito assim: “ah, mas aí, pessoa a gente dá um jeito; a gente coloca fulano, sicrano, ‘bertano’”. Não. Eu acho que você não pode montar um negócio com pessoas que não têm aquele compromisso. (...) Aí, conversei também com outro cara que é do ITESP, que é técnico do ITESP, mas acho que lá da região do Vale e aí eu estava explicando a situação para ele e ele pegou e falou para mim assim: “O ITESP pode fazer a nota para vocês”. Aí, nisso o Magoo [Edevando Moraes Ruas, técnico do ITESP] estava lá e o rapaz perguntou: “Mas por que vocês não fizeram a nota para eles? Vocês podem fazer, o ITESP pode fazer”. Aí, o Magoo falou: “Não, a gente vai fazer, não sei o que, só não fez antes porque o Nivaldo falou que ia dar um jeito, mas a gente vai fazer”. Aí, tudo bem. Nós voltamos para cá com essa esperança de que eles iam fazer. Aí, chegou no meio da semana, quando foi na terça ou quarta-feira desse dia que a gente tinha ido para São Paulo, o seu Carlos chegou aqui com as documentação, entregou para eles e falou: “É melhor vocês ‘arrumar’ um contador para fazer porque a menina que faz essa nota lá no ITESP, ela vai sair de férias, então não vai dar para fazer”. Quer dizer, jogou a “bomba” na nossa mão sem maiores explicações e na hora em que eu cheguei aqui e li que é o que ele trouxe, na verdade, foi já o cadastro dos produtores rurais, individual de cada um. (...) Aí, eu liguei pra contadora e falei: “Olha, como eles já prepararam as ficha, daí eu vou levar para você”, porque aí ela ia ter que fazer a ficha e dar encaminhamento na nota. Daí, nesse meio tempo, foi na terça ou na quarta-feira que eu cheguei aqui e eu tava tentando falar com o Nivaldo que eu

²⁶² Movimento dos Atingidos por Barragens, surgido no final da década de 1970 com o objetivo de organizar os atingidos pela construção de barragens para a defesa dos seus direitos.

queria entender realmente o que estava acontecendo, né? (...) Aí, eu peguei e falei para ele, falei: “Olha, a gente está correndo atrás da nota, né, dos produtor rural para depois emitir a nota da Associação, mas eu queria saber o que foi que aconteceu que enrolou e tal”, daí ele falou para mim: “Primeiro, para que é que vocês vão tirar a nota do produtor rural aí?”, daí, eu falei: “Não, é para tirar?” e ele falou assim: “Não, o contrato que a CONAB tem é com a Associação, não é com os produtores”. Entendeu? Daí, ele falou: “Então, não vai adiantar nada você tirar a nota dos ‘produtor’”. Daí, eu falei para ele: “Não, o que foi passado pra mim é que tinha que tirar a nota do produtor rural, daí a Associação recebe essa nota e depois emite uma nota pra Conab”. E ele falou: “Então, você vai cair na mesma questão que pra Associação emitir a nota tem que tirar a Inscrição Estadual, então pra que você vai tirar a nota do produtor se você não vai poder emitir a nota?” Ele falou assim: “A Associação e a CONAB não vai receber as notas do produtor rural”. Daí, ele falou: “Mas o que está acontecendo que você não receberam?” Daí, eu falei: “Então, é isso que nós não sabemos também! Por isso que eu to aqui ligando para você que eu também quero saber o porquê que nós não recebeu”. Daí, ele falou: “Deixa eu ver aqui no computador que que é que está acontecendo com o projeto de vocês”. Aí, ele puxou, daí ele perguntou pra mim “Vocês assinaram contrato desse ano em abril?” Aí, eu perguntei pra ele – estavam o Marcos, o Juvenil e a [Elis] Regina – foi, assinaram, daí eu repassei pra ele e falei: “Não, o pessoal que assinou”. E ele falou: “Mas eu não to achando nada aqui”. Eu falei: “Mas como assim não tá achando?”, daí, ele olhou, olhou e falou: “Regina, não to achando nada, então vou ter que olhar isso daqui com calma” porque ele falou: “o que eu to entendendo, o que vocês receberam até agora ainda foi referente ao projeto passado. Esse dinheiro que não saiu já é referente ao projeto novo. Agora, se não tem nada aqui, como é que vai ser liberado um pagamento se não tem nada aqui constando que tem que pagar?” (...) Daí ele pediu um tempo pra mim pra ele dar uma olhada e depois ele pediu pra mim passar um e-mail: “Me passa um e-mail colocando essa situação pra mim procurar aqui. (...) Se eu não achar o projeto aqui, eu vou dar um jeito de liberar o dinheiro de vocês pelo projeto antigo, só que pra vocês continuá fazendo as entregas e recebendo, vocês realmente vão ter que discutir a cooperativa e como vocês não vão conseguir fazer isso do dia pra noite, então eu sugiro que vocês cadastrem numa outra até vocês se organizarem aí dentro”. (...) Aí, ele falou dessa Coopervale, que é uma cooperativa pra quilombo que foi criada lá no Vale do Ribeira, da qual ele participou da formação dela, tudo: “Então eu posso apresentar vocês para eles, diz que é uma cooperativa confiável e vocês podem se cadastrar nela até vocês se organizarem”. Então, ta nesse pé.

André: Então, na verdade, a principal razão para ter a cooperativa é o problema de emitir nota?

Regina: Exatamente. Que não pode ser emitida pela Associação.

André: E aí, além disso, ela depois pode servir para comercialização de outros produtos, pra outras coisas também.

Regina: Isso. Artesanato, além de outras coisas também. (...) Só que ele deixou bem claro pra mim que não é por causa disso que não recebeu. O problema não é a nota. O problema é o projeto que não ta sendo encontrado lá. (...) Então, não tem o que justifique pagar.

(...)

André: Mas aí quando foi para vocês entrarem nesse esquema da Conab, já não foi falado desde o começo “olha, vocês vão precisar emitir nota”?

Regina: Foi falado desde o começo, só que foi dado um prazo, porque a comunidade tava começando, então não tinha como ela se organizar naquele momento. Foi por isso que ele falou: “Então, a CONAB vai dar um jeito pra vocês até vocês se organizarem. Só que quem participa das reuniões lá é o seu Carlos. Só que toda a orientação no sentido de ir acelerando as coisas aqui, quem tinha que me passar era ele e ele não fez isso. (Entrevista concedida por Regina Aparecida Pereira, Quilombo Cafundó, 02/12/2014).

Devido aos problemas envolvendo a comercialização, decorrentes das relações de dependência estabelecidas com o ITESP e a CONAB, os agricultores perderam a safra de junho de 2015 e resolveram suspender a produção de hortaliças destinadas às entregas para a Conab, aproveitando para o auto-consumo ou distribuição entre amigos e parentes o que ainda não havia sido perdido, conforme ilustrado na Fotografia 23.

Fotografia 23 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): Elis Regina Sallas colhendo o que sobrou da produção de sua estufa, após a suspensão das entregas para a Conab, 2015

Foto: André Luís Gomes, 27/06/2015.

5.4.2. Grupo de mulheres artesãs do Quilombo Cafundó.

A comunidade possui um grupo informal composto por mulheres que produzem e vendem artesanato: Elis Regina Sallas, Regina Aparecida, Neuraci, Noemi, Lucimara, Lucilene, Nadir e Fernanda. Os produtos confeccionados retratam uma diversidade de técnicas e produtos que vão desde bordados em toalha, bolsas de lona, fuxicos, tiaras, bijuterias de sementes, tecidos estampados, sabonetes artesanais, esteiras de palha, bonecos feitos de cabaça, e até instrumentos musicais utilizados no jongo e na

capoeira. Como produtos típicos do quilombo destacam-se as bonecas, cestos, esteiras e apoios para painéis confeccionados com palha de milho e fibra de bananeira, além das tradicionais bonecas *Abayomi*, de origem africana, feitas apenas com nós e utilizando sobras de tecidos²⁶³.

O artesanato pode ser comercializado tanto dentro do quilombo, quando é vendido para pessoas e/ou grupos que visitam a comunidade, como também fora, principalmente quando o grupo participa de feiras e exposições de produtos quilombolas e de assentamentos, geralmente organizadas pelo ITESP. No quilombo, os artesanatos ficam expostos aos visitantes na casa de pau-a-pique, e as vendas podem ser realizadas por qualquer uma das integrantes do grupo, sob a responsabilidade de anotar quais produtos foram vendidos, o valor da venda e posteriormente repassar o dinheiro à(s) colega(s) que produziu(ram) o artesanato, se a(s) mesma(s) não estiverem presentes no momento da venda. Sendo assim a venda do artesanato, embora ainda ocorra em pequena escala, também representa uma fonte complementar de renda para as mulheres do grupo e suas famílias, somando-se a outras rendas, tais como as oriundas do trabalho assalariado externo, da agricultura e do auxílio governamental (Bolsa-Família), dentre outras.

Desde 2014 o ITESP, representado pela técnica Márcia Regina Oliveira Andrade, tem realizado ações buscando incentivar a produção e comercialização do artesanato, por meio da agregação de valor aos produtos, oferecimento de cursos, reforma do espaço de exposição dentro do quilombo e do auxílio à participação em feiras, eventos e exposições. Em 2014, as mulheres do grupo foram beneficiadas com um curso de estampagem de tecidos com carimbos artesanais, ministrado pela artista plástica e historiadora Beth Lima²⁶⁴, e o interior da casa de pau-a-pique foi reformado, sem descaracterizar o seu aspecto histórico, como mostram as fotografias 24 e 25.

²⁶³ Fonte: Fundação ITESP, Escritório de Desenvolvimento Regional de Sorocaba. Plano de Etnodesenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó, 2012. Trabalho de campo realizado na instituição em 05/06/2014.

²⁶⁴ Algumas informações sobre o trabalho de Beth Lima podem ser encontradas no endereço <http://revista.zapimoveis.com.br/rainha-da-sucata/>, acesso em 14/10/2015.

Fotografia 24 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): curso de estampagem de tecidos com carimbos artesanais, oferecido pela Fundação ITESP ao grupo de mulheres artesãs, 2014

Do lado esquerdo, do primeiro para o segundo plano: Neuraci Rodrigues M. de Souza, Noemi Eliza Lencioni e Elis Regina Sallas. Do lado direito: Márcia Regina O. Andrade, Regina Ap. Pereira e Beth Lima. Foto: André Luís Gomes, 30/10/2014.

Fotografia 25 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): espaço de exposição dos artesanatos na casa de pau-a-pique após reforma, 2014

Foto: André Luís Gomes, 28/10/2014

5.4.3. Ocupações irregulares e desapropriação.

Antes da atribuição da nova categorização representada pelo termo “quilombo”, utilizada na atualidade nos trabalhos de reconhecimento e demarcação do território quilombola, havia uma espécie de “divisão” dos terrenos da Gleba A entre as famílias da comunidade, pois cada uma tinha o “seu pedaço” (como de certa forma continua sendo hoje em dia), embora nunca tenha existido o registro formal dessas áreas individualizadas, de modo que o único registro foi a Matrícula 9.725 do 2º Serviço de Registro de Imóveis de Sorocaba (SRI), que oficializou a posse da Gleba A por usucapião, obtida em 1978 em nome de 12 moradores. Todavia, a divisão da área em pedaços “pertencentes” a cada família indica que a ocupação da terra se deu segundo a lógica do “direito consuetudinário”, ou seja, dos acordos feitos localmente entre as pessoas, segundo as regras de convívio social e os costumes vigentes. Desse modo, a posse de uma parte do sítio por cada grupo familiar significava a garantia de que os descendentes teriam um lugar onde construir suas casas e possuir pequenas roças ou criações.

Nesse contexto, não era incomum que alguns moradores acabassem vendendo pedaços de terra para obter uma renda imediata, principalmente em situações em que a pobreza material, o desemprego e a falta de recursos não permitissem outra opção. Provavelmente foi esse o caso de Benedito Norberto de Almeida, já falecido, irmão de Marcos Norberto de Almeida e Jovenil Rosa, que vendeu nove terrenos na entrada da Gleba A para famílias que, no processo de reconhecimento do Cafundó enquanto território quilombola, foram desapropriadas e, como previsto em lei, deveriam ser indenizadas pelas benfeitorias.

As casas construídas por essas famílias foram demolidas pelo INCRA, conforme solicitado pela Associação, em outubro de 2014. Entretanto, antes da demolição, o local foi foco de conflitos entre os parentes “de fora” e os membros da Associação, conforme relatado neste capítulo. De acordo com a INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/Nº13/2012, os posseiros Paulo Laurindo Serafim e Maria Aparecida Leme Serafim foram despejados da casa que ocupavam, em 05/09/2012, por três parentes de Helena Rosa de Moraes, que é descendente de quilombolas, reside em uma das casa situadas na entrada da Gleba A e não faz parte da Associação. Segundo Regina Ap. Pereira, Helena possui “outra pequena casa na Gleba A (utilizada aos finais de semana) e outra na zona urbana de Salto de Pirapora” (INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/Nº13/2012). Segundo Regina, a casa que era ocupada por Paulo havia sido cedida pela ex-primeira dama de Salto de Pirapora, havendo suspeitas – levantadas por Regina – de que ela tenha incentivado a ocupação do imóvel pelos parentes de Helena Rosa de Moraes.

Segundo Regina, os moradores de outras casas sofreram ameaças da parte de Helena e seus parentes e acabaram sendo expulsos por estes. Foi o caso dos posseiros Francine Gisele Jordão e Roseli do Prado. Em decorrência desse núcleo de casas ter se tornado um foco de conflitos, desde que ocorreu a imissão de posse do INCRA sobre a Gleba D em fevereiro de 2012, a Associação rejeitou a proposta do próprio INCRA de que essa área ficasse de fora da demarcação do território, por temer que os terrenos voltassem a ser vendidos e que os compradores – ou mesmo os “parentes” que os tivessem ocupando – não respeitassem os limites do território e viessem assim a trazer problemas para a comunidade.

Deve ser ressaltado que as famílias não-quilombolas que ocupavam esses lotes se encontravam em situação de fragilidade social semelhantes às dos quilombolas,

incluindo a presença de idosos e pessoas com problemas de saúde, o que foi motivo para que o INCRA reforçasse, perante as autoridades, a necessidade de justa indenização dessas famílias ou de sua inserção em programas de assentamento em áreas de reforma agrária ou de moradias populares, de acordo com sua preferência e perfil socioeconômico.

Por meio de decisão acordada entre a Associação e o INCRA, as casas foram demolidas no início de outubro de 2014, conforme é exigido para que o INCRA seja imitido na posse do imóvel. Sendo assim, das 10 casas situadas na entrada da Gleba A restaram somente duas, ocupadas por Lourdes Maria Lencioni e Helena Rosa de Moraes, conforme a “Tabela 30 – Quilombo Cafundó: valor de compra e responsáveis pela venda dos terrenos na entrada da Gleba A e na Gleba B” e o “Mapa 17 – Quilombo Cafundó: desapropriação de ocupações irregulares de lotes/Gleba A e Gleba B, 2013-2015”. Além das casas na entrada na Gleba A, as casas dos posseiros que ocupavam um lote de 577m² na Gleba B foram desocupadas em março de 2015 e demolidas em junho. Por sua vez, os mapas 15 e 16 permitem visualizar as transformações ocorridas no conjunto da Gleba A em 2014 e 2015, incluindo a desocupação dos lotes em situação irregular.

Mapa 15 - Quilombo Cafundó: Gleba A/Sítio Cafundó, uso do solo 2014

Mapa 16 - Quilombo Cafundó: Gleba A/Sítio Cafundó, uso do solo 2015

Tabela 30 – Quilombo Cafundó: valor de compra e responsáveis pela venda dos terrenos na entrada da Gleba A e na Gleba B, 2014-15

Lote	Comprador	Vendedor	Área (m2)	Valor pago (R\$)	Total indenizável pelo INCRA (R\$)		Data da primeira venda	Ocupante em maio/2012	Ocupante em 2014/15
					2005	2010			
01 (Gleba B)	Agenor Lima Pinto	Posse concedia pelo antigo proprietário Armando Landulpho (falecido)	734,6	-----	16.944,00	27.957,60	1982	Agenor Lima Pinto (idoso) Isaac Lima Pinto	Casa demolida em 06/2015
02	Messias Luiz do Prado	Benedito Norberto de Almeida (quilombola)	406,45	???	24.869,42	49.337,43	04/11/1996	Desocupada	Casa demolida em 06/2015
03	Maria Evaniri Brandini	João Leme Nogueira, que comprou de Benedito Norberto de Almeida (quilombola)	60,47	6.000,00	11.905,80	22.977,58	05/01/2009	Desocupada	Casa demolida em 10/2014
04	Maria Evaniri Brandini	Maria Elena da Silva Almeida (quilombola?)	97,04	3.500,00	7.347,60	12.123,54	02/02/2010	Nilza Luiza de Prado e Francisco Laerte Alves	Casa demolida em 10/2014
05	Irene Vieira dos Santos	João Leme Nogueira, que comprou de Benedito Norberto de Almeida (quilombola)	230,49	10.000,00	15.318,83	38.829,67	10/10/2007	Irene Vieira dos Santos	Casa demolida em 10/2014
06	Francine Gisele Jordão e Marcos Aparecido de Campos	Ricardo Muniz do Prado, que comprou de Benedito Norberto de Almeida (quilombola)	319,96	14.500,00 (trocado por carro popular)	20.519,62	29.961,25	06/02/2008	Francine Gisele Jordão e Marcos Aparecido de Campos	Casa demolida em 10/2014
07	Roseli do Prado	Benedito Norberto de Almeida (quilombola)	128,19	???	11.041,62	29.078,83	1996	Roseli do Prado	Casa demolida em 10/2014
08	Alice Dias de Oliveira	Benedito Norberto de Almeida (quilombola)	337,59	3.000,00	16.257,19	25.997,26	23/12/1999	Alice Dias de Oliveira	Casa demolida em 10/2014
09	Maria Aparecida Leme Serafim e Paulo Laurindo Serafim	Benedito Norberto de Almeida (quilombola)	720,73	???	9.969,84	19.463,39	2003	Paulo Laurindo Serafim (idoso)	Lourdes Maria Lencioni (quilombola)
10	Nilza Luiza de Prado e Francisco Leite Alves	Benedito Norberto de Almeida (quilombola)	579,08	???	21.388,32	42.946,02	1997	Jean e Silvana (filhos de Nilza)	Casa demolida em 10/2014
11	Helena Rosa de Moraes (quilombola)	OCUPAÇÃO		-----	-----	-----		Helena Rosa de Moraes (quilombola)	Helena Rosa de Moraes (quilombola)

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F4/Nº 08/2012; Laudos Técnicos de Avaliação de Imóvel Rural (Lotes Residenciais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10); Croqui da ocupação de lotes por posseiros na entrada da Gleba A/Processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó). Organização: André L. Gomes (2014).

Mapa 17 - Quilombo Cafundó: desapropriação de ocupações irregulares de lotes/ Gleba A e B 2013 - 2015

Legenda

- Ocupação irregular/posseiros e descendentes de quilombolas
- Ocupação irregular desintrusada
- Casas
- Estrada de terra

0 250 500 1.000 m
Sistema de Coordenadas: SAD_1969_UTM_Zone_23S
Projeção: Transverse_Mercator

Fonte: INCRA, processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89
(Reconhecimento Demarcação e Titulação do Território
pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó)
Adaptado: Blanco, Cláudia & Gomes, André Luis (2015)

5.5. Gleba C (Sítio São Benedito): reconquista do território e desafios para a agricultura em uma área de uso coletivo.

“Em 18 de dezembro de 2012, o INCRA se imitiu liminarmente na posse do imóvel ‘Gleba C’, após decisão judicial favorável e diligência de Oficial de Justiça que estipulou um prazo de 90 dias para a desocupação da área pelos posseiros” ²⁶⁵. Desse modo, desde o início de 2013 a Gleba C – que possui área de aproximadamente 32 hectares – tem sido utilizada pela comunidade para a expansão da agricultura, a recuperação ambiental e, a partir de 2015, a construção de um barracão agrícola, com recursos do ITESP. Antes da imissão de posse, a área era ocupada pela casa de um posseiro, que possuía um ferro velho e algumas cabeças de gado e aceitou prontamente a proposta de receber um lote do INCRA no Assentamento Fazenda Ipanema, situado em Iperó. Segundo o Laudo de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural produzido pelo INCRA em 2010, a Gleba C não possui título no Cartório de Registro de Imóveis e, portanto, não existe proprietário²⁶⁶. Existem vários processos de usucapião, entretanto pesa o fato de não haver posse mansa e pacífica, pois sempre houve litígio, inclusive com a comunidade quilombola, que chegou a cercar parte da área para a agricultura, antes da demarcação.

Antes de retomada pela comunidade por intermédio do INCRA, a Gleba C possuía quase 79% das suas terras ocupadas por pastagens em mau ou péssimo estado vegetativo e fitossanitário, segundo o Laudo de Vistoria e Avaliação, o que incluía quase 60% das áreas correspondentes a APP. Em diversos locais ainda podem ser verificadas erosões em princípio de formação de voçoroca, além de uma nascente que se encontrava assoreada. O sítio possuía também uma estrada interna desativada, áreas de afloramento de arenito, pequenos capões de mata (3.530m²), árvores isoladas e

²⁶⁵ Fonte: INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/Nº02/2013, p. 8, Processo Administrativo INCRA Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

²⁶⁶ Nas pesquisas cartorárias realizadas, não consta Matrícula/Transcrição no SRI de Sorocaba, no entanto, foi identificada uma ocupante detentora de Instrumento Particular de Promessa de Cessão e Transferência de Direitos Possessórios de Imóvel Rural e outras avenças, com recibo de sinal e princípio de pagamento, de 05 de novembro de 2001, caracterizada como posseira, vez que não tem título hábil para levar a registro junto ao Serviço Registral de Imóveis e Anexos da Comarca onde se situa o imóvel. Por outro lado, segundo informações da atual posseira, Maria Benedita de Jesus Lara, bem como através dos documentos apresentados pela mesma, sua posse, mansa e pacífica, data de 2001 e os antigos posseiros, Srs. Regina Bernardete de Abreu Miranda e Roque Sebastião de Miranda, exerceram posse mansa e pacífica, ingressando com Ação de Usucapião em 12/08/1982, ação essa que tramita perante a 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Sorocaba (Processo Administrativo INCRA Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó)/ Laudo de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural da Gleba C, 2010, p. 11.

vegetação de várzea (menos de 2 ha) ao longo do córrego que serve de divisa com a Gleba A. A partir de 2013, alguns agricultores do Cafundó (Marcos, Jovenil, Assis, Cláudio) prepararam uma pequena área para o cultivo de milho na parte mais alta, enquanto na parte mais baixa um grupo de mulheres (Elis Regina, Lucimara, Neuraci, Noemi) iniciou o plantio de mandioca e batata-doce, conforme pode ser observado no “Mapa 18 – Quilombo Cafundó: Gleba C/Sítio São Benedito, uso do solo, 2013”.

Ao longo de 2013, já com o uso do trator e dos implementos adquiridos pela Associação, os agricultores iniciaram o preparo de uma área maior na Gleba C para o plantio de milho, feijão e mandioca, principalmente para o consumo próprio, porém devido a problemas de organização a semeadura foi feita com atraso, tendo ocorrido somente em dezembro, quando o ideal seria semear a partir de setembro, época em que começam as primeiras chuvas de primavera. Desse modo, a colheita do milho e do feijão se deu em junho de 2014, configurando o uso da terra que é representado através do “Mapa 19 – Quilombo Cafundó: Gleba C/Sítio São Benedito, uso do solo, 2014”. Além da prática da agricultura, em 2013 teve início também a recuperação de 2 ha de APP, através do Projeto “Plantando Águas”, desenvolvido pela OSCIP Iniciativa Verde com recursos da Petrobrás.

Em 2015, o uso agrícola da Gleba C foi significativamente expandido, tendo sido ocupada a maior parte da sua área agricultável, principalmente pelo plantio de milho, feijão, mandioca, abóbora, batata-doce, além de pequenas áreas cultivadas com banana e inhame. Também merece destaque o início da construção do barracão agrícola pelo ITESP, em um dos locais onde se fazia o cultivo de milho. Essas últimas transformações podem ser visualizadas no “Mapa 20 – Quilombo Cafundó: Gleba C/Sítio São Benedito, uso do solo, 2015”. Os agricultores que tem realizado o cultivo dessa área, alguns inclusive implantando sistemas de irrigação são Marcos, Assis, Claudio, Ricardo, Alex, Lucimara, Noemi, Neuraci e Elis Regina. Como o trator é de propriedade da Associação, ele é utilizado para preparar toda a área, independente da divisão entre os agricultores, a qual é feita posteriormente e de comum acordo. O trator e os implementos são operados geralmente por Cláudio, Assis ou Ricardo.

Mapa 19 - Quilombo Cafundó: Gleba C/ Sítio São Benedito, uso do solo 2014

Território Quilombola Cafundó

Sistema de Cordenadas: SAD_1989_UTM_Zone_23S
 Projeção: Transverse_Mercator
 Fonte: INCRA, processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89
 (Reconhecimento, Demarcação e Titulação do Território
 pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó)
 Adaptado: Blanco, Claudia & Gomes, André Luis 2015

Fotografia 26 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): preparo da terra para plantio de feijão e milho, Gleba C, 2013

Foto: André Luís Gomes, 09/10/2013.

Fotografia 27 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): lavoura de feijão e milho, Gleba C, 2014

Foto: André Luís Gomes, 26/04/2014.

Fotografia 28 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): adubação manual de lavoura de milho com uso de uréia, Gleba C, 2015

Foto: André Luís Gomes, 01/04/2015.

Fotografia 29 – Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): crianças brincando no barracão agrícola recentemente construído pelo ITESP, Gleba C, 2015

Foto: André Luís Gomes, 27/06/2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios quilombolas se fazem presentes em quase todos os estados e em todas as regiões do país, e aparecem também em vários países da América Latina, recebendo outras denominações. O conjunto das comunidades identificadas representa 5% do território nacional e 1% da população brasileira. Portanto, mesmo representando um segmento minoritário, ainda assim possui significativa expressão sob os aspectos territoriais, populacionais, econômicos e culturais. Merece destaque ainda a relevância política das reivindicações pelo reconhecimento dos direitos dessas populações sobre as terras ancestralmente ocupadas, sendo possível falar na emergência de “novos sujeitos políticos” que, baseados nos lugares, podem se articular a partir de escalas mais amplas e reduzir a sua dependência em relação ao “poder local”, representado por grandes fazendeiros, empresários e administrações municipais. Sendo assim, podemos afirmar que a partir do Artigo 68 do ADCT, emerge uma nova divisão política do território brasileiro, sobreposta à compartimentação da federação em União, Estados e Municípios.

Nessa nova divisão, procuramos trazer à tona os denominados “compartimentos quilombolas”. Assim como os territórios indígenas, as reservas extrativistas e as unidades de conservação, os compartimentos quilombolas representam formas de divisão política do território nacional, nas quais incide um conjunto específico de normas que as legitimam e que não se aplicam ao restante do território nacional. Por outro lado, tais normas não surgem propriamente desses compartimentos, sendo produzidas na esfera federal ou estadual. Conforme visto, embora a Convenção Nº 169 da OIT estabeleça o “direito à consulta prévia” das populações envolvidas no processo de elaboração ou modificação das normas voltadas para esses territórios, essa consulta raramente teve plena eficácia, de maneira que as decisões na esfera governamental são tomadas à revelia das comunidades e das entidades representativas do movimento quilombola, representando verticalidades.

Nisto reside a fragilidade política desses territórios. Seu reconhecimento não se deu sem luta. Não foi um direito concedido pela mão benevolente dos representantes do Estado. Foi uma conquista fruto de árduas lutas de militantes, parlamentares comprometidos, lideranças quilombolas e vidas perdidas, em prol de uma luta que ainda não se encerrou. O direito primordial das comunidades quilombolas foi reconhecido pela primeira vez na história, por meio de uma disposição transitória do texto constitucional. Após mais de três séculos de escravidão e um século de uma “abolição

incompleta”, era o mínimo que o Estado deveria se obrigar a fazer, em termos de política reparatória, juntamente com outras ações afirmativas voltadas para a população afrodescendente. Todavia, mesmo garantida pela Constituição, a afirmação do direito a terra para quilombolas envolve acirrada luta política contra interesses contrários que, em muitos casos, se originam de grupos cujos antepassados se beneficiaram da escravidão. O latifúndio é uma realidade contemporânea, originado da divisão da terra em sesmarias, sucedida pela Lei de Terras de 1850 e pelas políticas territoriais e fundiárias que prevaleceram desde o advento da República e praticamente mantiveram intacta a estrutura fundiária nacional. Os interesses contrários à efetivação do Artigo 68 possuem forte representatividade e articulação, baseadas principalmente no poder econômico e político. Para isso, vem tentando barrar a aplicação do dispositivo, por meio da ADIN 3239, da PEC 215 e da pressão pela extinção da SEPPIR. Além disso, a história prova que nenhum texto constitucional é permanente, assim como nenhum sistema de governo o foi, o que traz ainda mais incerteza para as comunidades. Ou como nas palavras de uma liderança quilombola “quer dizer que essa lei pode voltar tudo pra trás”.

Os resultados dessa luta política envolvendo as comunidades quilombolas se expressam nas dificuldades de titular os territórios, principalmente quando o processo envolve a desapropriação de áreas particulares. Pode-se afirmar com segurança que existe um sistema normativo estruturado e voltado para a legitimação desses territórios, o que inegavelmente constituiu um avanço. Entretanto, a ampla aplicação do Decreto N° 4.887/2003 não é imediata, pois esbarra na política, seus interesses, suas contradições e conjunturas. Resultado disso é que após quase trinta anos da promulgação da Constituição, menos de um décimo dos territórios conseguiram obter o título definitivo, pois esbarram nos interesses e no poder político e econômico envolvendo a propriedade privada e o conceito de “segurança nacional”.

Por outro lado, a mais recente titulação ocorrida reforça as esperanças de todas as comunidades existentes no Brasil: após muitos anos de luta e litígio com os interesses da Marinha, a comunidade Marambaia, no Rio de Janeiro, obteve em 08 de outubro de 2015 a titulação de 53 ha para 100 famílias quilombolas, por parte do INCRA, do MDA e da Marinha. Mesmo significando o direito à reduzida área de 4.000 m² por família, a titulação dessa comunidade é um exemplo de vitória dos quilombolas sobre a exclusão decorrente dos poderosos interesses das forças armadas sobre a “segurança nacional”.

Os resultados obtidos permitem considerar o reconhecimento dos territórios quilombolas enquanto uma conquista subordinada às ações afirmativas e às políticas de ordenamento territorial, promovidas pelo Estado, com base nos dispositivos constitucionais e na legislação subsequente, regulamentando o reconhecimento, a demarcação e a titulação das áreas ocupadas pelas comunidades. No processo de desapropriação de áreas particulares, o controle da terra passa primeiro para o INCRA, antes de ser entregue à comunidade, que deve ser representada coletivamente por uma associação, o que revela que tais grupos dependem da articulação de poderes e decisões que ultrapassam a escala do lugar, para verem garantidos seus direitos à permanência e trabalho autônomo nas terras de ocupação ancestral.

A garantia do direito a terra dessas comunidades depende ao mesmo tempo de estratégias territoriais de resistência social, realizada por grupos historicamente subalternizados, que reivindicam seus direitos de participação política a partir dos lugares, com base no território usado; da complexidade dos interesses e poderes econômicos e políticos envolvidos na questão agrária; e do poder de decisão do Estado, enquanto uma das instâncias hegemônicas no ordenamento do território nacional. Desse modo, o tema permite a reflexão sobre o uso do território por outros protagonistas – além do Estado e das empresas – que emergem como interlocutores políticos entre os lugares e as instâncias de poder federativas.

Um dos aspectos dessa interlocução, que resulta da/nova categorização dessas frações do território e acarreta mudanças no seu uso, consiste na ampliação do acesso às políticas públicas. Na esfera federal, essas políticas gravitam em torno do “Programa Brasil Quilombola”, da SEPPIR, do INCRA, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério das Comunicações (MC). No Estado de São Paulo, as políticas públicas voltadas para os quilombos são atribuídas à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania e à Fundação ITESP. De maneira geral, essas políticas públicas são voltadas principalmente para a melhoria das infraestruturas, o combate à fome, a geração de renda, a educação e o desenvolvimento da agricultura nas comunidades. Mas na prática, nem sempre essas políticas se efetivam plenamente para os quilombolas.

Para a comunidade Cafundó, a desapropriação das terras em nome da Associação foi uma grande conquista, após décadas de luta e resistência frente às ações de expropriação. Desde 2012, o território se tornou uma fonte de recursos, através do

repassa da mineradora, da agricultura, das políticas públicas e futuramente do corte e venda do eucalipto. Todavia, a degradação das áreas pertencentes ao quilombo, principalmente a Gleba D, é um dado preocupante, pois mesmo sendo uma fonte de recursos no presente, a mineração e o cultivo do eucalipto deixarão impactos irreversíveis para a área agora pertencente ao quilombo.

Conforme já afirmamos, o reconhecimento da comunidade teve como contraponto o “adensamento normativo” sobre o território, pois a normatização de caráter fundiário reforçou outras normatizações, como a fiscalização ambiental sobre os empreendimentos instalados pelo suposto proprietário na Gleba D. Em razão da resignificação do território frente aos agentes externos, principalmente os órgãos estatais, tem havido uma convergência de eventos, vetores e políticas públicas, tais como o incentivo à agricultura, principalmente através do ITESP, da Secretaria da Justiça, do Projeto Microbacias, além do Projeto “Plantando Águas”, que trouxe a proposta de recuperação ambiental, por meio do reflorestamento, da implantação de Sistemas Agroflorestais e de sistemas alternativos de tratamento de efluentes domésticos. Observamos ainda a melhoria da estrada de acesso ao quilombo (e à mineradora) e a instalação do telecentro comunitário através de recursos do Ministério das Comunicações.

Por outro lado, a implantação dessas políticas públicas é marcada por contradições e em alguns casos deixam a impressão de que os órgãos responsáveis as implantam de forma incompleta, aumentando a desconfiança da comunidade, como foi o caso do barracão multiuso, construído com tamanho menor do que o prometido; da instalação da nova antena receptora de sinal de internet, sem que houvesse uma capacitação ou apoio técnico para a comunidade programar os computadores para receber o sinal e gerenciar o uso da sala; e no caso mais grave, o cancelamento do pagamento aos agricultores por parte da CONAB, paralisando a produção agrícola.

O repasse da CONAB foi cancelado, pois o contrato exige a emissão de nota por parte da Associação, o que esbarra no fato de a entidade ter sido criada sem fins lucrativos. Para poder emitir a nota, manter a comercialização e assim expandir a agricultura e outras atividades produtivas, se faz necessário criar uma cooperativa, ou se filiar a uma já existente, o que remete ao ponto crucial e decisivo para aquela comunidade e que ainda não se resolveu: a organização interna e os problemas de relacionamento entre algumas famílias e grupos, além dos conflitos com os herdeiros

que não residiam mais na comunidade e quiseram voltar contra a vontade da Associação. Em outras palavras, após décadas de luta pelas terras herdadas dos antepassados, a comunidade dispõe agora do principal recurso material para alcançar a autonomia: o território e as políticas públicas, porém para usar o território e se inserir por conta própria na economia de mercado, ou então buscar construir um projeto alternativo ao mercado, a partir do lugar, é preciso organização, formação e comprometimento por parte do conjunto das famílias. Do contrário, ampliam-se as incertezas perante o futuro da comunidade.

Ao trazermos a tona o processo de reconhecimento do Cafundó, a organização da Associação, as políticas públicas, as relações com agentes externos, os problemas internos da comunidade, o material cartográfico e estatístico, esperamos ter contribuído no sentido de construir uma reflexão que possa ser apropriada como um diagnóstico no planejamento de ações futuras a serem realizadas na comunidade, tanto por parte da comunidade como de agentes estatais e não estatais. Esperamos também ter oferecido uma contribuição ao pensamento geográfico, mostrando a complexidade do real que a pesquisa procurar explicar por meio dos conceitos teóricos. Como todo conhecimento humano, é uma reflexão inacabada. Mesmo assim, temos a esperança de que inspire futuras pesquisas relacionadas às comunidades tradicionais, aproximando o conhecimento acadêmico da realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Os limites da racionalidade econômica*. In: _____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Ed. Unicamp, 1998, 2ª Ed, p. 99-131.

ALBERT, Bruce. *Territorialidad, Etnopolítica y Desarrollo*. A propósito del movimiento indígena em la Amazonía brasileña. In: SURRALÉS, A. e HIERRO, P. G. (Eds.). *Tierra Adentro*. Território indígena e percepción del entorno. Compenhague: IWGIA, 2004, documento n° 39, 31p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os Quilombos e as Novas Etnias*. Documentos do Instituto Socioambiental, n° 5, 1999, p. 10-18.

_____. *Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e Movimentos Sociais*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n° 1/ Maio, 2004, 22p.

_____. *Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais*. In: Boletim Informativo NUER. *Territórios Quilombolas: Reconhecimento e Titulação das Terras*. Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC, Florianópolis vol.2, n° .2, 2005, p-p. 15-44.

ALY JR., O. *Políticas públicas e sustentabilidade no desenvolvimento dos assentamentos do Estado de São Paulo: um balanço dos anos 2003-2005 in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/MDA/INCRA. Assentamentos Rurais: impasses e dilemas, uma trajetória de 20 anos*. Brasília, 2005.

ANDRADE, Anna Maria; TATTO, Nilto (Eds.). *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

ANDRADE, Lúcia M. M. de [org]. *Desafio para o reconhecimento das terras quilombolas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1997.

_____. *O Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada: os limites da “consulta aos quilombolas”*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2008, 9p.

ANDRADE, Tânia (org). *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas*. São Paulo: IMESP, 1997, 188p.

ANDRADE, Tânia; PEREIRA, Carlos A. C.; ANDRADE, Márcia R. O. *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. São Paulo: ITESP, Páginas & Letras Editora Gráfica, 2000 (Cadernos ITESP 3).

ANDRADE FILHO, Sílvio Vieira de. *Um estudo sociolingüístico das comunidades negras do Cafundó, do antigo Caxambu e de seus arredores*. Sorocaba: Prefeitura Municipal, 2000.

ANJOS, Rafael Sanzio A. *Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: primeira configuração espacial*. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2005 3ª Ed.

_____. *Quilombolas. Tradições e cultura da resistência*. São Paulo: AORI, 2006.

ARRUTI, José Maurício Andion. *A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas*. Revista Mana, vol. 3, nº 2, Rio de Janeiro, 1997, ISSN 0104-9313, 27p.

_____. *Propriedade ou território?* Tempo e Presença, v. 21, n. 307, set-out, 1999.

_____. *Mocambo. Antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: EDUSC, 2006.

AZEVEDO, Fabiana Z. *Política de Recursos Hídricos e a Gestão das Águas Subterrâneas: Experiência dos Comitês do Estado de São Paulo*. I Simpósio de Hidrogeologia do Sul-Sudeste, 2007.

BECKHANSEN, Marcelo. *A questão quilombola e o ordenamento jurídico brasileiro*. In: Boletim Informativo NUER. *Quilombos no Sul do Brasil: Perícias Antropológicas*. Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC, Florianópolis, vol. 3, nº 3, 2006, p-p. 283-286.

BOMBARDI, Larissa M. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. Universidade de São Paulo (USP)/FFLCH/DG: Dissertação de Mestrado, 2001.

BRAGA, Cláudio Rodrigues. *Comentários sobre os procedimentos administrativos do INCRA na titulação quilombola, à luz do Decreto 4.887/03 e da Instrução Normativa INCRA 16*. In: Boletim Informativo NUER. *Territórios Quilombolas: Reconhecimento e Titulação das Terras*. Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC, Florianópolis, vol. 2, nº 2, 2005, p-p. 103-110.

BRANDÃO, Carlos R. *Participar-pesquisar* in BRANDÃO, Carlos R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL (Governo Federal). *Programa Brasil Quilombola. Comunidades Quilombolas Brasileiras. Regularização Fundiária e Políticas Públicas*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/ Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, 2003.

CAMPOS, J. N. *Terras comunais em Santa Catarina*. Florianópolis: FCC/EDUFSC, 1991.

CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, 11ª Ed.

CARVALHO, José Jorge de. [org.] *O quilombo de Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas*. Salvador: EDUFBA, 1995.

CATAIA, Márcio. *Uso do território e federação: novos agentes e novos lugares. Diálogos possíveis e participação política. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XVI, nº 331 (16), 11 p., <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-16.htm>. [ISSN: 1138-9788].

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS SERVIDORES DO INCRA (CNASI). *Nota dos Servidores do INCRA*. Brasília/DF, 14 de agosto de 2013, 4p..

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito-chave da Geografia* in CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

DORIA, Siglia Zambrotti. *A luta pela terra – Os Remanescentes do Quilombo do Rio das Rãs*. In: Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER)/Fundação Cultural Palmares. *Boletim Informativo NUER*, v. 1, n. L 2 ed, (1997) - Florianópolis: UFSC, 1997, 156p.

ENCARNAÇÃO, Luís Gustavo Santos. *O Estado brasileiro, o Movimento Negro Unificado e as Políticas Públicas para as populações negras brasileiras entre os anos de 1988 e 2008: elementos para uma análise*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *Os Novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)*. Tese apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS como

requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História. São Leopoldo (RS), 2008.

FREITAS, André Vieira [et. al.]. *Parâmetros analíticos dos discursos de políticas públicas*. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais*. Brasília: Ler Editora, 2013.

FRY, Peter; VOGT, Carlos; GNERRE, Maurício. *A Comunidade Cafundó. Mafambura e Caxapura: na Encruzilhada da Identidade*. Unicamp: IEL, Caderno de Estudos Linguísticos, n° 6, 1984, pp. 111-128.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Parque Estadual Carlos Botelho. Plano de Manejo*. São Paulo: Fundação Florestal/Instituto EKOS, 2008.

_____. *Parque Estadual Jurupará. Plano de Manejo*. Fundação Florestal/Instituto EKOS, 2010.

FUNDAÇÃO ITESP. *Normas Reguladoras*. Julho, 2001, 67 p.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIANOTTEN, V. e WIT, T. de. *Pesquisa participante em um contexto de economia camponesa* in BRANDÃO, Carlos R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GOMES, Maiara da Silva. *O potencial político da categoria 'território usado'*. In STEINBERGER, Marília (org.). *Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais*. Brasília: Ler Editora, 2013.

GRAZIANO da SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 7 (1), maio/1997, p. 43-81. Disponível em www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/rurbano7.html.

GUANAES et. al. *Quilombos e Usos Sustentáveis*. In: DIEGUES, Antonio C. e VIANA, Virgílio M. *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. São Paulo: Hucitec, 2004, 2ª Ed.

HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização*. In: Ester Limonad ET. AL. (org.). *Brasil século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004.

_____. *Concepções de Território para entender a Desterritorialização*. In: SANTOS, Milton [ET. AL.]. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 3ª Ed.

_____. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 7ª Ed.

INICIATIVA VERDE. *Plantando Águas*: promoção da adequação ambiental em imóveis rurais do Estado de São Paulo, em sentido amplo e de forma participativa. São Paulo: Programa Petrobrás Ambiental (Projeto), maio de 2013, 48p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Quilombos das Américas*: articulação das comunidades afrrurais. Documento Síntese. Brasília: IPEA/SEPPIR, 2012, 86p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira*. São Paulo: ISA, 2008, 199p.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LADEIRA, Maria Inês. *Espaço Geográfico Guarani-Mbya*: significado, constituição e uso. São Paulo: Edusp, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. *Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização?* Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Antropologia Social, Ano 5, nº10, maio de 1999, p. 123-150.

_____. *Os Quilombos no Brasil*: questões conceituais e normativas. In: Revista Etnográfica, Lisboa/Portugal, vol. VI, PP. 333-354, 2000, 20 p.

_____. *O Projeto Político Quilombola*: desafios, conquistas e impasses atuais. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008, p. 965-977.

MARCOS, Valéria de. *Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. *Trabalho de campo em Geografia*: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante in Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Boletim Paulista de Geografia – Trabalho de Campo*. São Paulo: AGB, nº84, julho de 2006, p. 105-136.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1990 (4ª ed.).

_____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1998, 7ª Ed.

MORAES, Antônio Carlos R. de. *Bases da Formação Territorial do Brasil*. O Território Colonial Brasileiro no “longo” Século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Geografia*: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2005, 20ª Ed.

MOREIRA, Ruy. *O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil, do privado e do público na ordem espacial burguesa*. In: SANTOS, Milton [ET. AL.]. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 3ª Ed.

MOTTA, Márcia M. Menendes. *Brecha negra em livro branco: Artigo 68, remanescentes de quilombos e grilagens no Brasil*. XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006, 8p.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro III, cap. XXIV – A Assim Chamada Acumulação Primitiva. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MATTOS, Carmem L. Guimarães de. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. UERJ, 2001.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONBEIG. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER)/Fundação Cultural Palmares. *Boletim Informativo NUER*, v. 1, n. L 2 ed, (1997) - Florianópolis: UFSC, 1997. 156p.

O'DWYER, Eliane Catarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. Co-edição: Associação Brasileira de Antropologia.

O'DWYER, E. C; CARVALHO, J. P. F. de. *Jamary dos Pretos, município de Turiaçu (MA)*. In: O'DWYER, Eliane Catarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 296p. Co-edição: Associação Brasileira de Antropologia.

OLIVEIRA, A. U de. *Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. I. M. (org.) *O campo no século XXI*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

_____. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007, 1ª Ed.

ORMOND, José Geraldo P. *Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais*. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

PAOLIELLO, Renata M. *Posse da Terra e Conflitos Sociais no Campo*. Texto baseado em PAOLIELLO, R. M. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: a Posse como*

Direito e Estratégia de Apropriação. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Mestrado em Antropologia Social, 1992.

PEREIRA, Deborah Macedo D. B. *Breves considerações sobre o Decreto 3.912/01* in O'DWYER, Eliane Catarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. Co-edição: Associação Brasileira de Antropologia.

PILLA, M; ANDRADE, M. R. O; MARQUES, L. A. P. (orgs.). *Fundação ITESP: sua história e realizações. Evolução das políticas agrária e fundiária no Estado de São Paulo*: São Paulo: ITESP, 2013.

PORTO-GONÇALVES, CARLOS V. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

_____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas* in SANTOS, Milton [ET. AL.]. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 3ª Ed.

PRADO JR., Caio. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CASA CIVIL/SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas*. Brasília: SEPPIR/FCP, 2013.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alecsandro J. P. *Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1996, 209 p.

_____. *A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados*. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro J. P. (Orgs.). *Geografia: Leituras Culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003.

REIS, Luis Carlos T. dos. *Ontologia do Espaço e movimento de Renovação Crítica da Geografia: o desafio da diferença ontológica*. Vitória/UFES: Geografares, nº 7, 2009.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. *Quilombos: raízes, conceitos, perspectivas*. In: Boletim Informativo NUER. *Regulamentação de Terras de Negros no Brasil*. Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC, Florianópolis, vol. 1, n° 1, 1997a, p-p. 65-77.

ROCHA, Maria Elizabeth G. T. *O Decreto 4.887/2003 e a regulamentação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos*. In: Boletim Informativo NUER. *Territórios Quilombolas: Reconhecimento e Titulação das Terras*. Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC, Florianópolis, vol. 2, n° 2, 2005, p-p. 97-102.

SACK, Robert David. *O significado de territorialidade* in DIAS, Leila C. & FERRARI, Maristela (orgs.). *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000 [2001], 7ª Ed.

_____. *Metadisciplina, cidade e campo*. In: _____. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 49-59.

_____. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005a.

_____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005b.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2014, 4ª edição, 8ª reimpressão.

SANTOS, M e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008, 12ª Ed.

SANTOS, Alexandra; DOULA, Sheila M. *Políticas Públicas e Quilombolas: questões para debate de desafios à prática extensionista*. In: Revista Extensão Rural, DEAER/PGEExR – CCR – UFSM, Ano XV, n° 16, Jul/dez, 2008, PP. 67-83.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território* in SANTOS, Milton [ET. AL.]. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 3ª Ed.

SCALLI DOS SANTOS, Patricia. *Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo Brotas/Itatiba-SP*. São Paulo: Fundação ITESP, 2004

SCHMITT, Alessandra. *Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo do Cafundó/Salto de Pirapora-SP*. São Paulo: Fundação ITESP, 1999.

SCHMITT, Alessandra (et. al.). *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA/RESEARCH RESULTS, Ambiente & Sociedade - Ano V – Nº 10 – 1º Semestre de 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. *Atividades Rurais Não-Agrícolas e Transformações do Espaço Rural: perspectivas recentes*. Cuadernos de Desarrollo Rural, Bogotá – Colômbia, v. 1, nº 44, PP. 11-40, 2000.

_____. *As Novas Formas Sociais do Trabalho no Meio Rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas*. Revista Redes, Santa Cruz do Sul – RS, v. 9, nº 3, p. 75-109, 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR). *Programa Brasil Quilombola*. Relatório de Gestão 2012. Brasília, abril de 2013.

SILVA, Dimas Salustiano da. *Apostamentos para compreender a origem e propostas de regulamentação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988*. In: Boletim Informativo NUER. *Regulamentação de Terras de Negros no Brasil*. Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC, Florianópolis, vol. 1, nº 1, 1997a, p-p. 11-27.

_____. *Constituição e Diferença Étnica: o problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil*. In: Boletim Informativo NUER. *Regulamentação de Terras de Negros no Brasil*. Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC, Florianópolis, vol. 1, nº 1, 1997b, p-p. 51-64.

_____. *Frechal: cronologia da vitória de uma comunidade remanescente de quilombo*. In: O'DWYER, Eliane Catarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 296p. Co-edição: Associação Brasileira de Antropologia.

SILVA, Clayton Luiz da. *A Divisão Política do Território Brasileiro: os compartimentos quilombolas do Vale do Ribeira (SP)*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Geociências, Unicamp, 2010.

SILVA, Clayton Luiz; ISOLDI, Isabel. *O Espaço Territorial como Referência para a Construção da Cidadania: uma reflexão geográfica introdutória sobre o problema das demarcações de terras das populações “remanescentes”*. In: Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, Goiânia/GO, v. 3, nº 6, <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateli/article/view/6253/4745>.

SILVA, Lucas Bento. *A construção da identidade e do território no quilombo Cafundó*. Monografia apresentada ao Curso Especial de Graduação em Geografia (Licenciatura e

Bacharelado), do Convênio UNESP/INCRA/PRONERA, para a obtenção do título de Licenciado e Bacharel em Geografia, Presidente Prudente, 2011, 71 p.

SILVA, Rubens Alves da. *Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo do Ribeirão Grande/Terra Seca – Barra do Turvo-SP*. São Paulo: Fundação ITESP, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O Território: sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento* in CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SQUEFF, Enio. *A origem dos nomes dos municípios paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

STEINBERGER, Marília (org.). *Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais*. Brasília: Ler Editora, 2013.

STEINBERGER [et. al.]. *A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território*. In *Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais*. Brasília: Ler Editora, 2013.

STRAFORINI, Rafael. *No Caminho das Tropas*. Sorocaba: TCM, 2001.

STRAPAZZON, João Paulo L. *Os quilombolas no Sul do Brasil: aplicando o Decreto 4.887/03 através do Convênio INCRA-UFSC*. In: Boletim Informativo NUER. *Quilombos no Sul do Brasil: Perícias Antropológicas*. Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC, Florianópolis, vol. 3, nº 3, 2006, p-p. 280-282.

STUCCHI, Deborah e FERREIRA, Rebeca C. *Os Pretos do Carmo diante do possível, porém improvável: uma análise sobre o processo de reconhecimento de direitos territoriais*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2010, v. 53 nº 2.

TEIS, D. T. & TEIS, M. A. *A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa*. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, Portugal, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2012.

TRECANNI, Girolamo Domenico. *Os diferentes caminhos para o resgate dos territórios quilombolas*. In: Boletim Informativo NUER. *Territórios Quilombolas: Reconhecimento e Titulação das Terras*. Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC, Florianópolis, vol. 2, nº 2, 2005, p-p. 111-120.

TURATTI, Maria C. M. *Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo do Jaó/Itapeva-SP*. São Paulo: Fundação ITESP, 2000.

VALVERDE, Orlando. *Metodologia da Geografia Agrária*. In: AGB-SP, *Reflexões sobre a Geografia*. São Paulo: AGB SP, 1980, p. 53---80.

VEIGA, José E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

VOGT, Carlos e FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WANDERLEY, Maria de N. B. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17, Processos Sociais Agrários, Caxambu, Minas Gerais, outubro de 1996.

_____. *A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. En publicacion: *Una nueva ruralidad en América Latina?* Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>.

_____. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, outubro, 2003: 42-61.

_____. *O mundo rural brasileiro: acesso e bens e serviços e integração campo-cidade*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 17, n° 1, 2009: 60-85.

_____. *A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade*. Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, 2011.

PÁGINAS DA INTERNET CONSULTADAS

Agência Nacional de Águas (ANA) – www.ana.gov.br

A Nova Democracia – www.anovademocracia.com.br

Associação Quilombo Kalunga – www.quilombokalunga.org.br

Aulete Digital – www.aulete.com.br

Casa de Cultura Tainã – www.taina.org.br

Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) – www.cla.aer.mil.br

Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) – www.cpisp.org.br

Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) – www.cemig.com.br

Com Ciência/Revista Eletrônica de Jornalismo Científico – www.comciencia.br

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento – www.conab.gov.br

Conectas Direitos Humanos – www.conectas.org

Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) – www.quilombosconaq.blogspot.com.br

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/Governo do Estado de São Paulo (CATI) – www.cati.sp.gov.br

EBC Notícias do Brasil – www.ebc.com.br

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA) – www.emplasa.sp.gov.br

Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras – Vale do Ribeira (EAACONE) – www.eaacone.org/

Estado de São Paulo – www.estadao.com.br

Fundação Cultural Palmares (FCP) – www.palmares.gov.br

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) – www.itesp.sp.gov.br

Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – www.funai.gov.br

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) – www.seade.gov.br

GraffitiTrilhas – www.graffitrilhas.com.br

Guia Trabalhista - www.guiatrabalhista.com.br

G1 – www.g1.golobo.com

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – www.ibge.gov.br

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – www.ibama.gov.br

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – www.icmbio.gov.br

Instituto de Economia Agrícola – www.iea.sp.gov.br

Instituto Florestal (IF) – www.iflorestal.sp.gov.br

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – www.ingra.gov.br

Iniciativa Verde – www.iniciativaverde.org.br

Koinonia – www.koinonia.org.br

Marinha do Brasil – www.mar.mil.br

Ministério do Desenvolvimento Agrário – www.mda.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – www.mds.gov.br

Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) – www.mma.gov.br

Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC) – www.nuer.ufsc.br

Observatório Quilombola - www.koinonia.org.br/oq/

Portal Brasil – www.brasil.gov.br

Portal Vermelho – www.vermelho.org.br

Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora – www.saltodepirapora.sp.gov.br

Presidência da República – www.planalto.gov.br

Programa Brasil Quilombola – www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola

Programa Nacional de Capacitação das Cidades/Ministério das Cidades (Capacidades) - www.capacidades.gov.br

Quilombos Camargo de Sorocaba, Votorantim e Salto de Pirapora – www.quilombojosejoaquimdecamargo.blogspot.com.br

Repórter Brasil – www.reporterbrasil.org.br

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – www.rbma.org.br

Revista Zap Imóveis – www.revista.zapimoveis.com.br

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) – www.seppir.gov.br

Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia – <http://www.igualdaderacial.ba.gov.br>

Secretaria do Meio Ambiente/Governo do Estado de São Paulo – www.ambiente.sp.gov.br

Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos/Governo do Estado de São Paulo – www.sdmropolitano.sp.gov.br

INSTRUMENTOS NORMATIVOS FEDERAIS E TRATADOS INTERNACIONAIS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Artigos 215 e 216 das Disposições Permanentes e Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Decreto N° 3.912, de 10 de setembro de 2001 (revogado pelo Decreto Federal N° 4.887, de 20 de novembro de 2003)

Decreto N° 4.883, de 20 de novembro de 2003

Decreto N° 4.886, de 20 de novembro de 2003

Decreto N° 4.887, de 20 de novembro de 2003

Decreto N° 5.051, de 19 de abril de 2004

Decreto N° 6.040, de 07 de fevereiro de 2007

Decreto N° 7.215, de 11 de janeiro de 2010

Decreto N° 8.256, de 26 de maio de 2004

Decreto-Lei N° 1.110, de 09 de julho de 1970

Instrução Normativa do INCRA N° 16, de 24 de março de 2004 (revogada)

Instrução Normativa do INCRA N° 20, de 19 de setembro de 2005 (revogada)

Instrução Normativa do INCRA N° 49, de 29 de setembro de 2008 (revogada)

Instrução Normativa do INCRA N° 56, de 07 de outubro de 2009 (revogada)

Instrução Normativa do INCRA N° 57, de 20 de outubro de 2009 (vigente em 2015)

Lei N° 4.132 de 10 de setembro de 1962

Lei N° 8.112, de 11 de novembro de 1990

Lei N° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993

Lei N° 10.683, de 28 de maio de 2003

Lei N° 13.001, de 20 de junho de 2014

Convenção N° da OIT 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.

Portaria FCP N° 98, de 26 de novembro de 2007

Portaria INCRA N° 307, de 22 de novembro de 1995

Portaria INCRA N° 581, de 20 de setembro de 2010

INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESTADUAIS (SÃO PAULO)

Decreto N° 40.135, de 08 de junho de 1995

Decreto N° 40.723, de 21 de março de 1996

Decreto N° 41.774/1996

Decreto N° 42.839, de 04 de fevereiro de 1998

Decreto N° 43.651, de 26 de novembro de 1998

Decreto N° 43.838, de 10 de fevereiro de 1999

Decreto N° 44.293, de 04 de outubro de 1999

Decreto N° 44.294, de 04 de outubro de 1999

Decreto N° 44.944, de 01 de junho de 2000

Decreto N° 48.328, de 15 de dezembro de 2003

Decreto N° 55.247, de 23 de dezembro de 2009

Lei N° 9.757, de 15 de setembro de 1997

Lei N° 10.207, de 08 de janeiro de 1999

Lei N° 10.850, de 06 de julho de 2001

Lei N° 12.810, de 21 de fevereiro de 2008

**DOCUMENTOS JURÍDICOS E OFICIAIS CONSULTADOS NO ÂMBITO DO
PROCESSO ADMINISTRATIVO INCRA N° 54190.002551/2004-89
(RECONHECIMENTO DE ÁREA REMANESCENTE DO QUILOMBO
CAFUNDÓ)**

Ação de Usucapião ajuizada por Pedro Latorre sobre a Fazenda Eureka (Gleba D). Sorocaba, 18/04/2001

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CONSULTORIA JURÍDICA. Decretação de Interesse Social. Regularização Fundiária Quilombola. Brasília, 13/05/2009.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO/PROCURADORIA-GERAL FEDERAL/PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA DO INCRA. NOTA TÉCNICA/AGU/PGF/PFE-INCRA/G/N°03/2008(ACRH). Regularização de Territórios Quilombolas. Nova Instrução Normativa do INCRA. Brasília, 01/10/2008.

ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO KIMBUNDU DO CAFUNDÓ. Ata de Fundação e Eleição da Diretoria. Salto de Pirapora, 22/09/2002.

ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO KIMBUNDU DO CAFUNDÓ. Estatuto da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó. Salto de Pirapora, 17/12/2002.

Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural – Mineração Ouro Branco de Salto de Pirapora LTDA. Sorocaba, 15/10/2003.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL/2° DISTRITO – SÃO PAULO. Autorização de Registro de Licença N° 1.904, em nome de Mineração Ouro Branco de Salto de Pirapora LTDA. São Paulo, 30/12/1997.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certidão de Auto-Reconhecimento – Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó. Brasília, 20/06/2005.

FUNDAÇÃO ITESP. Cadeia Filiatória Gleba “A”.

FUNDAÇÃO ITESP. Cadeia Filiatória Gleba “B”.

FUNDAÇÃO ITESP. Cadeia Filiatória Gleba “C”.

FUNDAÇÃO ITESP. Cadeia Filiatória Gleba “D”.

FUNDAÇÃO ITESP/ASSESSORIA DE QUILOMBOS. Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Remanescentes da Comunidade de Quilombo Cafundó. São Paulo, novembro de 1997.

FUNDAÇÃO ITESP/ASSESSORIA DE QUILOMBOS. Comunidade Cafundó – Realidade e Desafios (s/d).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. CETESB. Licença de Instalação. Mineração Ouro Branco de Salto de Pirapora LTDA. Sorocaba, 05/12/1997.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. CETESB. Licença de Operação. Mineração Ouro Branco de Salto de Pirapora LTDA. Sorocaba, 29/03/2004.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. CETESB. Relatório de Inspeção. Auto Posto da Barra Salto de Pirapora LTDA. Sorocaba, 11/02/2005.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. CETESB. Relatório de Inspeção. Auto Posto da Barra Salto de Pirapora LTDA. Sorocaba, 02/02/2010.

IBAMA/GERÊNCIA EXECUTIVA DO IBAMA EM SÃO PAULO. Laudo de Vistoria Técnica N° 09/05. Iperó, 19/10/2005.

INCRA. NOTA TÉCNICA CONJUNTA DF/DT/N°01/08. Procedimentos sobre a desintrusão em perímetros reconhecidos de remanescentes de comunidades de quilombos. Brasília, novembro de 2008.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA/SERVIÇO DE CARTOGRAFIA. Mapa Temático de uso Atual das Terras, Quilombo Cafundó.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA/SERVIÇO DE CARTOGRAFIA. Mapa Temático de uso Atual das Terras, Quilombo Cafundó – Gleba “A” – “Sítio Cafundó”.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA/SERVIÇO DE CARTOGRAFIA. Mapa Temático de uso Atual das Terras, Quilombo Cafundó – Gleba “B” – “Fazenda Paraná-parte”.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA/SERVIÇO DE CARTOGRAFIA. Mapa Temático de uso Atual das Terras, Quilombo Cafundó – Gleba “C” – “Sítio São Benedito”.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA/SERVIÇO DE CARTOGRAFIA. Mapa Temático de uso Atual das Terras, Quilombo Cafundó – Gleba “D” – “Fazenda Eureka”.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/DIVISÃO TÉCNICA. Relatório Técnico – Comunidade Quilombola Cafundó – Salto de Pirapora-SP.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. Cadastro das Famílias Quilombolas, 2010.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. Cadastro das Famílias Não-Quilombolas, 2010.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. Ata do Grupo Técnico de Avaliação N°01/2011 (referente à desapropriação da Gleba D). São Paulo, 15/03/2011.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. Ata do Grupo Técnico de Avaliação N°02/2011 (referente à indenização dos posseiros situados na Gleba B). São Paulo, 08/04/2011.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. E-mail enviado ao Delegado de Polícia Federal em Sorocaba, 06/09/2012.

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SP/SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. Memória de Reunião – Comunidade Quilombola Cafundó. Salto de Pirapora, 25/09/2012.

INFORMAÇÃO/PFE/CGA/INCRA N°131/2009. Análise de proposta de decreto de desapropriação por interesse social de território quilombola, com fulcro na Lei N° 4.132/62. Brasília, 06/04/2009.

INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F4/N°08/2012. Situação dos ocupantes não-quilombolas do território da comunidade remanescente de quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP) – Glebas A, B e C.

INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/N°11/2012. Esclarecimentos sobre os procedimentos de regularização e titulação da comunidade quilombola Cafundó. São Paulo, 13 de junho de 2012.

INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/N°01/2013. Situação dos ocupantes não-quilombolas do território da comunidade remanescente de quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP) – “Gleba B”. São Paulo, 05/02/2013.

INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/Nº02/2013. Esclarecimentos a respeito de decisão judicial para a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

INFORMAÇÃO/INCRA/SR(08)F/Nº03/2013. Desapropriação por Interesse Social do imóvel “Gleba A”. Identificação do polo passivo da ação e seus sucessores. São Paulo, 27/02/2013.

Instrumento de Alteração. Mineração Ouro Branco Salto de Pirapora LTDA. Salto de Pirapora, 22/05/2002.

Instrumento Particular de Acordo de Cavalheiros para Transferência de Cotas, Direitos e Obrigações, Arrendamento e Outras Avenças. Sorocaba, 01/10/1998.

Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Madeira de Eucalipto e Outras Avenças, de Nº FIRO091/04, que entre si fazem Pedro Antonio de Paiva Latorre e Companhia Suzano de Papel e Celulose.

Laudo de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural. Território da Comunidade Remanescente de “Quilombo Cafundó – Gleba A” também conhecido como Sítio Cafundó. São Paulo, março de 2011.

Laudo de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural. Território da Comunidade Remanescente de “Quilombo Cafundó – Gleba B” também conhecido como Fazenda Paraná-parte. São Paulo, novembro de 2010.

Laudo de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural. Território da Comunidade Remanescente de “Quilombo Cafundó – Gleba C” também conhecido como Sítio São Benedito. São Paulo, dezembro de 2010.

Laudo de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural. Território da Comunidade Remanescente de “Quilombo Cafundó – Gleba D” também conhecido como Fazenda Eureka. São Paulo, fevereiro de 2011.

Laudo Técnico. Mineradora Ouro Branco Salto de Pirapora LTDA. Salto de Pirapora, 07/03/2005.

MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA. Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental. Salto de Pirapora, novembro de 1997.

MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA. Memorial de Caracterização de Empreendimento (MCE) de Renovação de Licença de Operação. Salto de Pirapora, 20/08/2009.

OFÍCIO/INCRA/SR(08)/F4/GAB/Nº3673/10. Ao Gerente da Agência Ambiental da CETESB de Sorocaba-SP. São Paulo, 05/07/2010.

OFÍCIO/INCRA/SR(08)/F/Nº 3700/12. Ao Delegado de Polícia Federal de Salto de Pirapora. São Paulo, 29/08/2012.

OFÍCIO/INCRA/SR(08)/F/Nº4704/2012. À Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó. Assunto: Continuidade de ações de mediação de conflito – proposta de reunião. São Paulo, 01 de novembro de 2012.

OFÍCIO/INCRA/SR(08)/F/GAB/Nº1814/2013. Ao Delegado de Polícia Federal de Salto de Pirapora. São Paulo, 17/04/2013.

OFÍCIO/INCRA/SR(08)GAB-F4/Nº7535/13. À Empresa VIVO S/A. São Paulo, 12 de novembro de 2013.

PARECER/INCRA/SR(08)/J/Nº12/2009. Desapropriação de parte do território do Quilombo Cafundó. São Paulo, 20/02/2009.

PARECER/INCRA/SR(08)/J/Nº06/2011. Processos Administrativos de Desapropriação por Interesse Social – Lei 4.132/62. Interessado: Pedro Antonio de Paiva Latorre e sua esposa Neusa Maria Grandino Latorre. Demais proprietários e posseiros das outras glebas. Comunidade Quilombola e sua Associação. São Paulo, 14/04/2011.

PARECER/INCRA/SR(08)/J/Nº10/2011. Desapropriação de parte do território do Quilombo Cafundó (Gleba A) – Salto de Pirapora-SP). São Paulo, 07/06/2011.

PARECER/INCRA/SR(08)/J/Nº08/2011. Desapropriação por Interesse Social – Lei 4.132/62 – Parte do Território do quilombo Cafundó – Salto de Pirapora-SP. São Paulo, 18/05/2011.

PARECER/JURÍDICO/INCRA/Nº03/2011. Desapropriação de parte do território do Quilombo Cafundó (Gleba C) – Salto de Pirapora-SP).

PORTARIA INCRA Nº 235 – Reconhecimento do Território do Quilombo Cafundó – 14/06/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA. DIRETORIA DE PLANEJAMENTO – SETOR DE ENGENHARIA. Diretrizes para Loteamento. Interessado: Pedro Antonio de Paiva Latorre.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo Nº 1148/82 – Usucapião Sítio Cafundó. São Paulo, 30/04/1983

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pedido de desapropriação de área de terra em prol da Comunidade Negra do Cafundó. São Paulo, 17/11/1988.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, de glebas de terras sem benfeitorias, situadas no Município de Salto de Pirapora, destinadas à manutenção e desenvolvimento sócio-cultural da Comunidade Negra do Cafundó. São Paulo, 05/10/1990.

SECRETARIA DA CULTURA/CONDEPHAAT. Resolução SC N°09 (tombamento do bairro Cafundó como bem cultural de valor histórico e documental-social). São Paulo, 23/03/1990.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO/DELEGACIA DE POLÍCIA DE SALTO DE PIRAPORA. Boletim de Ocorrência N° 1482/2008. Natureza: Ameaça.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE/COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS/DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS. Parecer Técnico Mineração. Mineração Ouro Branco Salto de Pirapora LTDA. Piedade, 05/11/1999.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE/COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS/DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS. Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental. Mineração Ouro Branco Salto de Pirapora LTDA. Piedade, 15/05/2000.

TELEFONICA S.A. Contrato de Locação Salto de Pirapora 2. São Paulo, 07/06/2001.

**DOCUMENTOS OFICIAIS E JURÍDICOS OBTIDOS JUNTO À FUNDAÇÃO
ITESP – ESCRITÓRIO REGIONAL DE SOROCABA**

Ata de sistematização da Reunião de Avaliação e Planejamento – Quilombo Cafundó,
25/02/2013

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 005, DE 21/02/2014. TÍTULO 30 – COMPRA
COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CDS.

Dados Sócio-demográficos – Quilombo Cafundó, fevereiro de 2013

PLANO DE ETNODESENVOLVIMENTO – COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO KIMBUNDU DO CAFUNDÓ. Salto de Pirapora, 28 de agosto de 2012.

ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO KIMBUNDU DO CAFUNDÓ.
Regimento interno para o uso das máquinas, veículos e equipamentos de uso coletivo.
Salto de Pirapora, 2013.

JORNAIS E REVISTAS

O CRUZEIRO DO SUL. *Regularização de terras do Cafundó, em Salto de Pirapora, vai ter início*. Sorocaba, 22/10/2004.

O CRUZEIRO DO SUL. *Tardia regularização*. Sorocaba, 25/10/2004.

O CRUZEIRO DO SUL. *Área da UFSCar pode estar dentro de gleba quilombola*. Sorocaba, 09/08/2005.

O CRUZEIRO DO SUL. *Quilombolas e UFSCar*. Sorocaba, 15/08/2005.

PESQUISA FAPESP. *Com os pés fincados na história*. Nº 232, junho de 2015, p-p 74-81.

TEORIA E DEBATE. *O Quilombo ainda é um espaço de resistência*. Nº 70, março/abril 2007, p-p 38-43.